

Hélder Ferreira Isayama  
Letícia Morais de França Oliveira  
Tatiana Roberta de Souza  
Silvio Ricardo da Silva  
(Organizadores)

**COLETÂNEA**  
**X SEMINÁRIO**  
**“O LAZER EM DEBATE”**

18 a 20 de abril  
Belo Horizonte  
2009

## FICHA CATALOGRÁFICA

S471c Seminário "O Lazer em Debate" (10.: 2009 : Belo Horizonte, MG.)  
Coletânea do X Seminário "O lazer em debate" / Organizadores:  
Hélder Ferreira Isayama, Letícia Morais de França Oliveira, Tatiana  
Roberta de Souza, Silvio Ricardo da Silva. – Belo Horizonte : UFMG/  
DEF/CELAR, 2009.  
408 p.

1. Lazer - Congressos. 2. Recreação - Congressos. 0  
I. Isayama, Hélder Ferreira. II. França, Letícia. III. Souza, Tatiana  
Roberta de. IV. Silva, Silvio Ricardo da. V. Título

CDU: 379.8(063)

Ficha catalográfica elaborada pela equipe de bibliotecários da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia  
Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais.

Organizadores da Coletânea:  
Hélder Ferreira Isayama  
Letícia Morais de França Oliveira  
Tatiana Roberta de Souza  
Silvio Ricardo da Silva

Diagramação: B1 Comunicação e Marketing

Observação: A revisão dos textos é de responsabilidade dos seus autores.

Capa: Adilson Batista Moreira

Impressão da capa e da coletânea: Imprensa Universitária da UFMG

**COLETÂNEA**

**X SEMINÁRIO**

**“O LAZER EM DEBATE”**

Belo Horizonte, 18 a 20 de abril de 2009.

**Realização:**

Universidade Federal de Minas Gerais  
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional  
Departamento de Educação Física  
Centro de Estudos de Lazer e Recreação – CELAR  
Centro de Extensão da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG  
(CENEX)

**Apoio:**

Ministério do Esporte  
Programa de Apoio Integrado a Eventos (ProEX/UFMG)  
Programa de Mestrado em Lazer (UFMG)  
Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFMG  
Alvotur: Alvo Viagens e Turismo  
Fapemig - Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais

**Parceiros:**

Curso de Lazer e Turismo (USP Leste)  
Grupo de Pesquisa “Anima”: Lazer, Animação Cultural e Estudos Culturais (EEFD/UFRJ)  
Grupo de Pesquisa em Lazer (GLP/Unimep)  
Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas e Lazer (GEPL/FEF/Unicamp) Programa de  
Educação Tutorial – Educação Física e Lazer (PET/UFMG)  
Laboratório de Estudos do Lazer (LEL/UNESP-Rio Claro)  
Centro Esportivo Virtual (CEV)

## **X SEMINÁRIO “O LAZER EM DEBATE”**

### **REALIZAÇÃO:**

**Universidade Federal de Minas Gerais**

Reitor: Prof. Ronaldo Tadeu Pena

**Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional**

Diretor: Prof. Rodolfo Novellino Benda

**Departamento de Educação Física**

Chefe: Ronaldo de Rezende

**Centro de Estudos de Lazer e Recreação (CELAR)**

Coordenação Pedagógica: Profa. Christianne Luce Gomes

Coordenação Administrativa: Prof. Hélder Ferreira Isayama

### **APOIO:**

**Programa de Apoio Integrado a Eventos/PROEX/UFMG**

Pró-Reitor de Extensão: Profa. Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben

Pró-Reitor de Pesquisa: Prof. Carlos Alberto Pereira Tavares

Pró-Reitor de Graduação: Prof. Mauro Mendes Braga

Pró-Reitor de Pós-Graduação: Prof. Jaime Arturo Ramírez

**Centro de Extensão da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG**

**– CENEX**

Coordenador: Prof. Gustavo Côrtes

COMISSÃO ORGANIZADORA DO X SEMINÁRIO  
“O LAZER EM DEBATE”

**Coordenação Geral**

Hélder Ferreira Isayama  
Silvio Ricardo da Silva

**Comissão Científica**

Christianne Luce Gomes – UFMG  
Gisele Maria Schwartz – UNESP  
José Alfredo Debortoli – UFMG  
Nelson Carvalho Marcellino – UNIMEP  
Ricardo Ricci Uvinha – USP  
Ricardo Teixeira Veiga – UFMG  
Sílvia Franco Amaral – UNICAMP  
Victor Andrade de Melo – UFRJ

**Comissão Editorial**

Hélder Ferreira Isayama – UFMG  
Letícia Moraes de França Oliveira – UFMG  
Tatiana Roberta de Souza – UFMG  
Silvio Ricardo da Silva - UFMG

**Comissão de Avaliação**

Bruno Otávio de Lacerda Abrahão – UFMG  
Georgino Jorge de Souza Neto – UFMG  
Ronaldo de Rezende – UFMG  
Lerson Fernando dos Santos Maia - CEFET/RN

**Comissão de Infraestrutura**

Felipe Vinícius de Paula Abrantes – UFMG  
Leonardo Lincoln Leite de Lacerda – UFMG  
Natália de Souza Araújo – UFMG  
Pedro Luiz da Costa Cabral – UFMG

**Comissão Artística e Cultural**

Adriano Gonçalves da Silva – UFMG  
Juliana de Alencar Viana – UFMG  
Karine Barbosa de Oliveira – UFMG  
Luiz Gustavo Braga Gomes – UFMG  
Marie Luce Tavares – UFMG  
Rubya Karoline Santos Rodrigues – UFMG

**Comissão Financeira**

Luiz Gustavo Nicácio – UFMG

**Comissão de Hospedagem, Alojamento e Transportes**

Amanda Carolina Costa Silveira – UFMG  
André Silveira Gomes – UFMG  
Thiago Marques Pereira – UFMG

Rodrigo Elizalde – Universidad Bolivariana do Chile

**Comissão de Apoio à Apresentação de Trabalhos**

Alexandre Lima de Carvalho – UFMG  
Django Mendonça da Silva – UFMG  
Fernanda Caetano Cunha – UFMG  
Fernanda Tatiana Ramos Siqueira – UFMG  
Mariana Alves Rodrigues – UFMG  
Poliana Ribeiro Bretas – UFMG  
Tatiana Roberta de Souza – UFMG  
Tiago Felipe da Silva – UFMG

**Comissão de Secretaria**

Inácio de Loyola Ruas Lima – UFMG  
Joelma Lilian da Silva – UFMG  
Laís Machado Nunes – UFMG  
Leandra Fernandes Resende – UFMG  
Letícia Moraes de França Oliveira – UFMG  
Luiz Gustavo Braga Gomes – UFMG  
Marcos de Abreu Melo – UFMG  
Tônia Lopes Soares Mol – UFMG

**Secretaria**

Cinira Veronezi – CELAR/UFMG  
Sônia Maria Cândido – CENEX/EEFFTO/UFMG  
Wanda Proença – CENEX/EEFFTO/UFMG

**Website**

Juliana de Alencar Viana – UFMG

**Cerimonial e lançamento de livros**

Priscila Augusta Ferreira Campos – UFMG

## APRESENTAÇÃO

É com grande alegria que comemoramos, em 2009, a décima edição do Seminário “O Lazer em Debate”. Em 2000, realizamos na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG o início desse ciclo. Esse evento, que acontece anualmente no primeiro semestre, teve oportunidade de ser sediado sete vezes em Belo Horizonte (UFMG), duas no Rio de Janeiro (UFRJ) e em uma em São Paulo (USP).

Diante do seu contínuo amadurecimento, o Seminário “O Lazer em Debate” passou a fazer parte das agendas de pesquisadores, professores e estudantes, de diversas áreas do conhecimento que vêm se debruçando sobre esse campo de estudos. O reconhecimento do campo acadêmico se refletiu no envio de cento e oito trabalhos que passaram pela avaliação de uma comissão científica, composta por pesquisadores com destacada produção sobre o lazer em nosso país. Como resultado dessa avaliação, temos a apresentação de cinquenta e um trabalhos em treze mesas temáticas e quarenta e dois pôsteres.

Cabe destacar a parceria estabelecida entre os grupos CELAR da UFMG, o ANIMA da UFRJ, GPL da UNIMEP, LEL da UNESP de Rio Claro, GEPL da UNICAMP e GIEL da USP - Campus Leste. Muito mais do que nos agruparmos em função da realização desse Seminário, estamos estabelecendo uma rede pautada em relações de afeto, respeito e consideração que se reflete nos eventos, seja na qualidade da produção, seja nas relações de trocas acadêmicas e pessoais que efetuamos.

Não podemos deixar de prestar nossos agradecimentos aos palestrantes, aos estudantes de graduação e do Mestrado em Lazer, aos servidores docentes e técnico-administrativos que não mediram esforços no sentido contribuir com a concretização desse evento.

Agradecemos também o apoio da Direção da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da UFMG, da Pró-Reitoria de Pós Graduação da UFMG, da Secretaria Nacional para Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL) do Ministério do Esporte, do Programa de Apoio Integrado a Eventos (PAIE) da Pró-Reitoria de Extensão (ProEX) da UFMG, do Centro Esportivo Virtual e da AlvoTour.

Desejamos assim, que o X Seminário “O Lazer em Debate”, saindo agora da sua fase de ”infância”, não perca essa característica de estimulador e divulgador do conhecimento sobre o Lazer, assim como, da alegria do encontro e da festa.

Um abraço  
Os Organizadores

**PROGRAMAÇÃO DO X SEMINÁRIO  
“O LAZER EM DEBATE”**

**18/04/2009 – Sábado**

**18:00 - Credenciamento**

**19:00 - Abertura**

**19:30 – Conferência de Abertura: O Lazer como campo de estudos transdisciplinar**  
Conferencista: prof<sup>a</sup> Dra. Nuria Codina - Universitat de Barcelona

**21:00 – Confraternização de Abertura**

**19/04/2009 – Domingo**

**10:00 - Mesa redonda: O lazer e os estudos antropológicos**

Palestrantes:

Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Maria Rabelo Gomes (FAE – UFMG)

Prof<sup>a</sup>. Dra. Léa Freitas Perez (FAFICH – UFMG)

**12:00 – Almoço**

**14:00 – Mesas Temáticas**

**Mesa Temática 1: Lazer e Cultura**

1 - Teorizando a Festa

Vânia Noronha

2 - A religiosidade e o caipira no imaginário lúdico e festivo de São Luiz do Paratinga: “Eu sou caipira, você é o quê?”

Michele Cristina Alves Vieira

3 - Espaços de Dança de Salão da Cidade do Rio de Janeiro: Tradição e Inovação no Lazer do Carioca

Maria Inês Galvão Souza

4 - O ensino do jogo na perspectiva do lazer

Marizabel Kowalski e Deyliane Aparecida Almeida Pereira

**Mesa Temática 2: Lazer e Trabalho**

1 - Lazer e Trabalho: Uma Análise Crítica Introdutória

Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo

2 - Lazer no Trabalho: melhoria da qualidade de vida ou aumento da produtividade

Aline de Freitas Oletto, Ludmila Guimarães, Rafael Diogo Pereira e Antônio Del Maestro Filho

3 - Lazer e trabalho: a questão do SESI

Emília Amélia Pinto Costa da Silva

4 - Trabalho e Lazer na Infância e Adolescência no Século XXI: Direito Social ou Inclusão Excludente?

Marcelo Silva dos Santos e Graziany Penna Dias



### **Mesa Temática 3: Lazer: conceitos e Teorias**

1 - Um recorte sobre a relação existente entre o Lazer e o Progresso Técnico

Alice da Silva, Cathia Alves e Nelson Carvalho Marcellino

2 - Investigación alrededor de la psicología del tiempo libre de Frederic Munné: Diálogos de Brasil y España

Núria Codina, José Vicente Pestana, Sílvia Cristina Franco Amaral e Paulo Cezar Nunes Junior

3 - La necesidad de ocio entendida desde la teoría del desarrollo a escala humana

Rodrigo Elizalde

4 - Lazer e cronobiologia: vivências de indivíduos matutinos e vespertinos

Bianca Ap. Araújo Pizzolito e Edmur Antonio Stoppa

### **Mesa Temática 4: Lazer e Políticas Públicas 1**

1 - PELC: O ponto de vista de uma comunidade usuária

Cláudio Gualberto

2 - A Concepção de Lazer enquanto Indicador de Avaliação das Políticas Públicas: O Caso do PELC

Keni Tatiana Vazzoler Areias, Carlos Nazareno Ferreira Borges, Lucas Rezende Cabral, Poliana de Castro Nery e Grece Teles Tonini

3 - Representações de Esporte/Lazer em Projetos Sociais: Um Olhar sobre o Programa Segundo Tempo em vitória – ES

Carlos Nazareno Ferreira Borges, Lucas Rezende Cabral e Samuel Coelho da Silva

4 - Juventude, Esporte e Lazer: O Projeto Esporte à Meia-Noite

Leonardo Simões

### **Mesa Temática 5: Lazer, Educação e Políticas Públicas**

1 - Pistas para uma Educação Conscientizadora para e pelo Lazer com Interfaces de Intersetorialidade

Lorenza Falchetto Venturim, Carlos Nazareno Ferreira Borges e André de Deus Roeldes

2 - A educação para e pelo lazer no Programa Minas Olímpica Nova Geração

Guilherme Carvalho Franco da Silveira e Rodrigo Caldeira Bagni Moura

3 - Relações entre o lazer e a educação de tempo a partir das experiências do Programa Segundo Tempo

Monica Borges Monteiro

### **Mesa Temática 6: Lazer e Turismo**

1 - As fronteiras entre Turismo e Lazer

Marina Araújo e Hélder Ferreira Isayama

2 - Lazer, turismo, juventude e cidadania: uma análise das mediações no Projeto Turismo Jovem Cidadão (SESC-RJ)

Bernardo Lazary Cheibub

3 - Identidade Local, Lazer e Turismo: Propostas de Intervenção no turismo Cultural da Metrópole Belo-Horizontina

Rafael Frois da Silva

4 - A Inserção dos Conhecimentos sobre o Lazer nos Cursos de Graduação em turismo de Minas Gerais: Reflexões acerca de Currículo e das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Turismo

Christianne Luce Gomes, Tatiana Roberta de Souza, Ticiane F. Martins da Cruz, Júnia Gontijo Cândido, Mariana Torquete Moura, Cleide A. Gonçalves de Sousa e Ricardo Teixeira Veiga

### **Mesa Temática 7: Lazer, Jogo e Esporte**

1 - Esporte, lazer e sociedade

Marizabel Kowalski e Deyliane Aparecida Almeida Pereira

2 - Jogos Tradicionais e a Perspectiva Científica no Lazer

Marizabel Kowalski e Deyliane Aparecida de Almeida Pereira

3 - O futebol Frente à Perspectiva do Lazer: A “Prática” do Esporte sob o Olhar dos Torcedores

Tiago Felipe da Silva

4 - Futebol e Lazer: uma Análise sobre a Sociabilidade e o Estilo de Vida das torcidas Organizadas de

Belo Horizonte/MG

Bruno Otávio de Lacerda Abrahão, Ananda Silza Venam de Souza, André Silveira Gomes, Deborah Salvino Santana Santos, Gibson Moreira Praça, Juliana de Alencar Viana e Silvio Ricardo da Silva

**16:00 – Intervalo**

**16:30 – Sessão de Pôsteres**

1 - O brincar na Serra: suas práticas e significados

Leonardo Toledo Silva

2 - Representações sociais dos professores de nível um sobre conteúdo/conhecimento dos jogos e das brincadeiras utilizando as aulas de Educação Física na educação infantil: um estudo de caso em uma escola municipal do Estado da Bahia

Ivo Nascimento Neto

3 - A brincadeira nas escolinhas de futsal de Belo Horizonte

Diego Henrique Rezende Moreira e Flávio Clemente França Souza

4 - Lazer e educação: problematizando o brincar na educação de crianças a partir das contribuições da psicologia educacional de Carl Rogers

Michelle Araújo Rocha e José Alfredo Debortoli

5 - Por uma perspectiva crítica/criativa de lazer na educação física: trabalhando com métodos criativos  
Graziany Penna Dias, Edith Carolina Tavares de Paula, Lilian Cristina Carvalho Vieira e Maraísa Fuscaldi Cunha

6 - Formação de brinquedistas escolares: saberes necessários a construção e aplicação de jogos pedagógicos para a educação infantil e séries iniciais de 1ª a 4ª

Ana Cristina Guimarães de Oliveira

7 - O festival de marchinhas de São Luiz do Paraitinga e a memória histórico-cultural de seus participantes

Michele Cristina Alves Vieira

8 - Os capoeiras no Alto Vera Cruz: indícios de lazer e violências

Roberto Camargos Malcher Kanitz

9 - Lazer e cultura gótica no centro de São Paulo

Ana Paula Mukoyama Silva e Edmur Antonio Stoppa

10 - Pedacos do Brasil: as rodas de samba como espaços de lazer

Guilherme Velloso Alves

11 - O Hip-Hop como meio de produção alternativa de lazer

Daniel Bidia Olmedo Tejera

12 - O Lazer na América Latina

Christianne Luce Gomes, Alicia Maricel Oliveira Ramos, Leila Mirtes Santos de M. Pinto e Rodrigo Elizalde

13 - Práticas de Sensibilização Territoriais

Cinthia Mayumi Saito e Eliane Dias de Castro

14 - Práticas de lazer e usos da água na zona de amortecimento da Rebio Tinguá

Fellipe José Silva Ferreira e Ana Lúcia Lucas Martins

15 - Esporte de montanha no cinema: a mostra Banff

Edmundo de Drummond Alves Junior, Cleber Augusto Gonçalves Dias, Tuan Nunes Maia e Gustavo Bento Ribeiro de Araújo

16 - Reflexões sobre o lazer, educação física e formação profissional

Aline Galante e Andréa Rodrigues de Amorim

17 - Os estudos do lazer nos cursos de mestrado acadêmico relacionados a Turismo/Hospitalidade no Brasil: reflexões a partir das dissertações produzidas

Tatiana Roberta de Souza e Christianne Luce Gomes

18 - Inserção profissional dos Bacharéis em Turismo formados pela UFMG nos anos de 2005-2007

Tatiana Roberta de Souza e Christianne Luce Gomes

19 - Lazer, Idosos e Inclusão Social: Explorando o Potencial dos Interesses Turísticos na Perspectiva da Animação Sociocultural

Christianne Luce Gomes, Andrezza Goulart Buldrini de Souza, Leonardo Lincoln Leite Lacerda e Marcos Filipe Guimarães Pinheiro

20 - (Re) Criação do imaginário lúdico nas aulas de atividade física para a terceira idade

Emília Amélia Pinto Costa da Silva, Priscilla Pinto Costa da Silva, Julienne de Lucena Souto Marinho e Cheng Hsin Nery Chao  
21 - Lazer e fisioterapia geriátrica: a importância da interdisciplinaridade  
Amanda Guiduci Marcial

### **17:30 - Painéis de debates - 60 vagas por tema**

Painel 1 - Lazer em Hotéis – Profa. Ms. Olívia Cristina Ribeiro (Universidade São Judas – SP)

Painel 2 - Lazer e Novas Tecnologias - Profa. Juliana de Alencar Viana (Mestrado em Lazer – UFMG)

Painel 3 - Lazer e Colônia de Férias – Profa. Ms. Débora Alice Machado da Silva (Faculdade de Americana – FAM/SP)

Painel 4 - Lazer e Escola – Prof. Dr. Tarcísio Mauro Vago (EEFFTO – UFMG)

### **21:00 – Confraternização**

### **20/04/2009 – Segunda**

#### **10:00 - Mesa redonda: O lazer e os Estudos Históricos**

Palestrantes:

Prfa. Dra. Regina Helena Alves da Silva (FAFICH – UFMG)

Prof. Dr. Victor Andrade Melo (UFRJ)

### **12:00 – Almoço**

### **14:00 – Mesas Temáticas**

#### **Mesa Temática 8: Lazer, Cultura e Consumo**

1 - Os espaços de arte como espaços de lazer: um estudo comparativo entre ações educativas do Museu Mineiro e Museu de Arte da Pampulha – Belo Horizonte

Cleide Aparecida Gonçalves de Sousa e Victor Andrade de Melo

2 - O samba como veículo e objeto de educação: apontamentos para uma proposta de educação para o lazer

Guilherme Velloso Alves

3 - São Paulo Fashion Week: o evento como espetáculo

Claudia Heringer Henriques, Hélder Ferreira Isayama e Victor Andrade de Melo

4 - Lazer como objeto de consumo

Ricardo Teixeira Veiga e Ana Lúcia Cotia Deister

#### **Mesa Temática 9: Lazer, Cultura e Consumo**

1 - A história oral como possibilidade na investigação e intervenção do lazer em comunidades  
Henrique Okajima Nakamoto e Sílvia Cristina Franco Amaral

2 - Espaço público de lazer: a história da Praça Osório

Flavia Gonzaga Lopes Vieira e Simone Rechia

3 - Tempos modernos em Juiz de Fora: lazer e práticas corporais (1876-1886)

Priscila G. Soares e Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior  
4 - O Football como diversão em Belo Horizonte no início do século XX  
Rodrigo Caldeira Bagni Moura

#### **Mesa Temática 10: Lazer, Escola e Educação**

1 - O Lazer enquanto possibilidade de educação e emancipação humana

Tiago Nicola Lavoura

2 - Pensando a educação para o lazer

Cae Rodrigues e Ricardo Peixoto Stevaux

3 - Lazer-Educação e Educação para o Lazer no ensino Médio

Flora de Lima Monteiro e Luciene Ferreira da Silva

4 - Os conteúdos culturais do lazer nas aulas de educação física

Fabiano Domeneghini, Matheus Oliveira Santos e Robson Amaral da Silva

#### **Mesa Temática 11: Lazer e Formação Profissional**

1 - Formação de Profissionais em Lazer Possibilidades de Debates sobre o Ensino a Pesquisa e Extensão Universitária

Ana Cristina Guimarães de Oliveira

2 - Mediação de sentidos junto a estudantes de educação física portugueses: lazer de massa em debate

Cinthia Lopes da Silva

3 - Secretaria de Esporte e Lazer da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG): Uma Análise da Política de formação de seus Profissionais

Hélder Ferreira Isayama, Rita Márcia de Oliveira, Amanda Carolina Costa Silveira, Luciana Cirino Lages Rodrigues Costa, Tarcila Bretas Lopes, Fabiano Antônio Sena Peres, Ana Caçado Kunstetter, Gustavo Henrique Marques Santana e Paulo de Tarso Muniz de Freitas

4 - Características Essenciais de Formação de Agentes Sociais para Garantir a Vivência do Lazer

André de Deus Roeldes, Carlos Nazareno Ferreira Borges e Lorenza Falcheto Venturim

#### **Mesa Temática 12: Lazer e Políticas Públicas 2**

1 - Políticas públicas de lazer: discutindo sua construção

Gustavo André Pereira de Brito e Nelson Carvalho Marcellino

2 - Esporte, Lazer e o Mito da Inclusão Social

Mabel Barreto de Oliveira e Marcelo Paula de Melo

3 - Esporte e Lazer na Cidade de Vitória/ES: Um Olhar a partir de Atores Representativos da Sociedade

Grece Teles Tonini, Carlos Nazareno Ferreira Borges e Keni Tatiana Vazzoler Areias

4 - Política Pública de Esporte e Lazer: um relato de experiência das ações desenvolvida no município de Santarém - PA, no período de 2005 a 2008

Rita Maria de Fátima Peloso Grasso

#### **Mesa Temática 13: Lazer e Fases da Vida**

1 - Cultura do Lazer e o Acesso ao Sedentarismo

José Roberto Herrera Cantorani

2 - Algumas relações entre as manifestações culturais dança e lazer e as possibilidades de inserção social da juventude

Karina Cristofolletti Sarto e Nelson Carvalho Marcellino

3 - Lazer e consumo de álcool: uma análise sobre os padrões de uso de torcedores de futebol

Liana Abrão Romera e Heloisa Helena Baldy dos Reis

4 - Práticas corporais com idosos e (re) significação de vida: relações de proximidade através dos estudos do lazer

Michelle Cristina Duarte Gomes Mendes

**16:00 – Intervalo**

**16:30 – Sessão de Pôsteres**

- 1 - Relato de experiência do Consórcio PELC Pioneiros: Perspectivas de acompanhamento, monitoramento e avaliação  
Cláudio Gualberto e Leonardo Toledo Silva
- 2 - Equipamentos de lazer – contribuições para implantação de uma política pública de lazer para o público adulto na cidade de Americana-SP  
Cathia Alves e Stéphanie Helena Mariano
- 3 - Programa Minas Olímpica Nova Geração no ISEAT/FHA: uma experiência para a vida  
Elton de Paula, Èrica Tamara de Assis, Fernanda Almeida Mendes, Karine G. S. Santos, Mariza de Macedo Duarte, Renata de Oliveira Santos, Guilherme Carvalho Franco da Silveira, Rodrigo Caldeira Bagni Moura, Simone Esteves e Tereza Pereira do Carmo
- 4 - Políticas públicas de lazer em Suzano/SP: a concepção dos gestores  
Deise Miki Kikuchi e Silvia Cristina Franco Amaral
- 5 - A construção do lazer como direito social no Brasil  
Flávia da Cruz Santos
- 6 - Lazer e ação comunitária em Ermelino Matarazzo  
Natânia Leite Ramalho, Julio Ramos, Aline Aoun Sapienza, Ana Cristina Fernandes Clemente, Bianca Navarro da Costa, Igor Geiger Santanna, Letícia de Oliveira Aio, Marina Scarpin de Sá, Paloma Lopez Brandão, Talita Caroline de Carvalho, Thaís Rinaldi Alves e Edmur Antonio Stoppa
- 7 - Programas de lazer e cidadania: o Programa Escola Aberta visto pelos participantes  
Coriolano P. da Rocha Junior e Flávio Damiano Pinto Junior
- 8 - Entre o prescrito, as expectativas e a prática vivida: um estudo da oficina de esporte e lazer do Programa Projovem Adolescente  
Michelle Cristina Duarte Gomes Mendes
- 9 - Limites e possibilidades na implementação de um programa de esporte e lazer: o processo de escolha da comunidade e dos espaços de intervenção  
Aline Tschöke e Simone Rechia
- 10 - Associativismo em comunidades: uma possibilidade de apropriação do lazer na cidade de Angra dos Reis – RJ  
Ana Paula Cunha Pereira
- 11 - Lazer e Participação Popular no Contexto Urbano: O caso da Área de Lazer Jardim Leblon  
Luciana Cirino Lages Rodrigues Costa e Sérgio Manuel Merêncio Martins
- 12 - Impactos das Políticas de Lazer na Região do Aero Rancho em Campo Grande/MS: Considerações Documentais  
Julio Arani Pinheiro Xavier e Felipe Soligo Barbosa
- 13 - Análise do Programa “Esporte e Lazer da Cidade” do Ministério do Esporte: Os Núcleos de Valparaíso - GO  
Juliana de Oliveira Campos, Priscila Almeida Suassuna, Simone Tourinho da Silva, Dulce Maria Filgueira de Almeida Suassuna e Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo
- 14 - Estudos sobre a temática lazer e saúde produzidos na área da educação física publicados na base de dados “LILACS”  
Natália de Sousa Araújo, Christianne Luce Gomes e Gabriela Baranowski Pinto
- 15 - O lazer e a educação física na humanização do ambiente de trabalho, em um hospital oncológico  
Anderson Rodrigues Freitas, Luciene Ferreira da Silva e José Carlos de Almeida Moreno
- 16 – (Re) Conhecimento do lazer em brinquedotecas hospitalares  
Tônia Lopes Soares Mol e Hélder Ferreira Isayama
- 17 - Levantamento da produção sobre o futebol nas ciências humanas e sociais de 1980 a 2007  
Luiz Gustavo Nicácio, Priscila Augusta Ferreira Campos, Marcos de Abreu Melo, Rodrigo Martins da Cruz e Silvio Ricardo da Silva
- 18 - Educação para o lazer, educação para o torcer: a influência da mídia na educação do torcedor para a copa de 2014  
Felipe Vinícius de Paula Abrantes e Silvio Ricardo da Silva
- 19 - Torcedores das cadeiras especiais: a influência de diferentes variáveis na escolha por este setor do Mineirão nos jogos do Cruzeiro Esporte Clube  
Silvio Ricardo da Silva e Letícia Moraes de França Oliveira
- 20 - Lazer em cruzeiros marítimos: o ponto de vista dos passageiros

Olívia Cristina Ferreira Ribeiro

21 - Atuação profissional no lazer: os animadores de hotéis em questão

Olívia Cristina Ferreira Ribeiro

**17:30 - Painéis de debates**

Painel 5 - Lazer e Acampamento – Prof. Dr. Edmur Antonio Stoppa (USP – SP)

Painel 6 - Atividades de Lazer na Natureza – Profa. Dra. Alcyane Marinho (UDESC – SC)

Painel 7 - Lazer e Mídia – Prof. Rogério Santos Pereira (Mestrando em Educação Física da UFSC)

Painel 8 - Lazer e projetos sócio-educativos – Prof. Dr. Walter Ude (FAE – UFMG)

**19:00 - Plenária Final / Avaliação**

**21:00 – Confraternização**

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| Teorizando a Festa<br>Vânia Noronha .....   | 22  |
| A religiosidade e o caipira no imaginário lúdico e festivo de São Luiz do Paratinga: “Eu sou caipira, você é o quê?”<br>Michele Cristina Alves Vieira.....  | 28  |
| Espaços de Dança de Salão da Cidade do Rio de Janeiro: Tradição e Inovação no Lazer do Carioca<br>Maria Inês Galvão Souza.....  | 34  |
| O ensino do jogo na perspectiva do lazer<br>Marizabel Kowalski e Deyliane Aparecida Almeida Pereira .....   | 39  |
| Lazer e Trabalho: Uma Análise Crítica Introdutória<br>Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo.....   | 44  |
| Lazer no Trabalho: melhoria da qualidade de vida ou aumento da produtividade<br>Aline de Freitas Oletto, Ludmila Guimarães, Rafael Diogo Pereira e Antônio Del Maestro Filho _ _  | 50  |
| Lazer e trabalho: a questão do SESI<br>Emília Amélia Pinto Costa da Silva .....   | 56  |
| Trabalho e Lazer na Infância e Adolescência no Século XXI: Direito Social ou Inclusão Excludente?<br>Marcelo Silva dos Santos e Graziany Penna Dias .....   | 62  |
| Um recorte sobre a relação existente entre o Lazer e o Progresso Técnico<br>Alice da Silva, Cathia Alves e Nelson Carvalho Marcellino .....   | 70  |
| Investigación alrededor de la psicología del tiempo libre de Frederic Munné: Diálogos de Brasil y España<br>Núria Codina, José Vicente Pestana, Sílvia Cristina Franco Amaral e Paulo Cezar Nunes Junior ...                          | 78  |
| La necesidad de ocio entendida desde la teoría del desarrollo a escala humana<br>Rodrigo Elizalde .....   | 87  |
| Lazer e cronobiologia: vivências de indivíduos matutinos e vespertinos<br>Bianca Ap. Araújo Pizzolito e Edmur Antonio Stoppa .....  | 93  |
| PELC: O ponto de vista de uma comunidade usuária<br>Cláudio Gualberto .....   | 99  |
| A Concepção de Lazer enquanto Indicador de Avaliação das Políticas Públicas: O Caso do PELC<br>Keni Tatiana Vazzoler Areias, Carlos Nazareno Ferreira Borges, Lucas Rezende Cabral, Poliana de Castro Nery e Grece Teles Tonini ..... | 107 |
| Representações de Esporte/Lazer em Projetos Sociais: Um Olhar sobre o Programa Segundo Tempo em vitória – ES<br>Carlos Nazareno Ferreira Borges, Lucas Rezende Cabral e Samuel Coelho da Silva .....                                  | 115 |

|   |     |
|---|-----|
| Juventude, Esporte e Lazer: O Projeto Esporte à Meia-Noite<br>Leonardo Simões-----  | 123 |
| Pistas para uma Educação Conscientizadora para e pelo Lazer com Interfaces de Intersetorialidade<br>Lorenza Falchetto Venturim, Carlos Nazareno Ferreira Borges e André de Deus Roeldes -----   | 129 |
| A educação para e pelo lazer no Programa Minas Olímpica Nova Geração<br>Guilherme Carvalho Franco da Silveira e Rodrigo Caldeira Bagni Moura-----   | 134 |
| Relações entre o lazer e a educação de tempo a partir das experiências do Programa Segundo Tempo<br>Monica Borges Monteiro-----   | 139 |
| As fronteiras entre Turismo e Lazer<br>Marina Araújo e Hélder Ferreira Isayama-----   | 145 |
| Lazer, turismo, juventude e cidadania: uma análise das mediações no Projeto Turismo Jovem Cidadão (SESC-RJ)<br>Bernardo Lazary Cheibub -----  | 151 |
| Identidade Local, Lazer e Turismo: Propostas de Intervenção no turismo Cultural da Metrópole Belo-Horizontina<br>Rafael Frois da Silva-----   | 160 |
| A Inserção dos Conhecimentos sobre o Lazer nos Cursos de Graduação em turismo de Minas Gerais: Reflexões acerca de Currículo e das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Turismo<br>Christianne Luce Gomes, Tatiana Roberta de Souza, Ticiane F. Martins da Cruz, Júnia Gontijo Cândido, Mariana Torquete Moura, Cleide A. Gonçalves de Sousa e Ricardo Teixeira Veiga ----- | 167 |
| Esporte, lazer e sociedade<br>Marizabel Kowalski e Deyliane Aparecida Almeida Pereira -----   | 174 |
| Jogos Tradicionais e a Perspectiva Científica no Lazer<br>Marizabel Kowalski e Deyliane Aparecida de Almeida Pereira -----  | 180 |
| O futebol Frente à Perspectiva do Lazer: A “Prática” do Esporte sob o Olhar dos Torcedores<br>Tiago Felipe da Silva-----  | 187 |
| Futebol e Lazer: uma Análise sobre a Sociabilidade e o Estilo de Vida das torcidas Organizadas de Belo Horizonte/MG<br>Bruno Otávio de Lacerda Abrahão, Ananda Silza Venam de Souza, André Silveira Gomes, Deborah Salvino Santana Santos, Gibson Moreira Praça, Juliana de Alencar Viana e Silvio Ricardo da Silva -----   | 193 |
| Os espaços de arte como espaços de lazer: um estudo comparativo entre ações educativas do Museu Mineiro e Museu de Arte da Pampulha – Belo Horizonte<br>Cleide Aparecida Gonçalves de Sousa e Victor Andrade de Melo-----   | 200 |
| O samba como veículo e objeto de educação: apontamentos para uma proposta de educação para o lazer<br>Guilherme Velloso Alves-----  | 208 |



|   |     |
|---|-----|
| São Paulo Fashion Week: o evento como espetáculo<br>Claudia Heringer Henriques, Hélder Ferreira Isayama e Victor Andrade de Melo.....   | 215 |
| Lazer como objeto de consumo<br>Ricardo Teixeira Veiga e Ana Lúcia Cotia Deister.....   | 221 |
| A história oral como possibilidade na investigação e intervenção do lazer em comunidades<br>Henrique Okajima Nakamoto e Sílvia Cristina Franco Amaral.....  | 226 |
| Espaço público de lazer: a história da Praça Osório<br>Flavia Gonzaga Lopes Vieira e Simone Rechia.....   | 232 |
| Tempos modernos em Juiz de Fora: lazer e práticas corporais (1876-1886)<br>Priscila G. Soares e Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior.....   | 239 |
| O Football como diversão em Belo Horizonte no início do século XX<br>Rodrigo Caldeira Bagni Moura.....  | 244 |
| O Lazer enquanto possibilidade de educação e emancipação humana<br>Tiago Nicola Lavoura.....  | 250 |
| Pensando a educação para o lazer<br>Cae Rodrigues e Ricardo Peixoto Stevaux.....  | 258 |
| Lazer-Educação e Educação para o Lazer no ensino Médio<br>Flora de Lima Monteiro e Luciene Ferreira da Silva.....   | 265 |
| Os conteúdos culturais do lazer nas aulas de educação física<br>Fabiano Domeneghini, Matheus Oliveira Santos e Robson Amaral da Silva.....  | 272 |
| Formação de Profissionais em Lazer Possibilidades de Debates sobre o Ensino a Pesquisa e Extensão<br>Universitária<br>Ana Cristina Guimarães de Oliveira.....   | 279 |
| Mediação de sentidos junto a estudantes de educação física portugueses: lazer de massa em debate<br>Cinthia Lopes da Silva.....   | 284 |
| Secretaria de Esporte e Lazer da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG): Uma Análise da<br>Política de formação de seus Profissionais<br>Hélder Ferreira Isayama, Rita Márcia de Oliveira, Amanda Carolina Costa Silveira, Luciana Cirino<br>Lages Rodrigues Costa, Tarcila Bretas Lopes, Fabiano Antônio Sena Peres, Ana Cançado Kunstetter,<br>Gustavo Henrique Marques Santana e Paulo de Tarso Muniz de Freitas..... | 289 |
| Características Essenciais de Formação de Agentes Sociais para Garantir a Vivência do Lazer<br>André de Deus Roeldes, Carlos Nazareno Ferreira Borges e Lorenza Falcheto Venturim.....  | 297 |
| Políticas públicas de lazer: discutindo sua construção<br>Gustavo André Pereira de Brito e Nelson Carvalho Marcellino.....  | 301 |
| Esporte, Lazer e o Mito da Inclusão Social<br>Mabel Barreto de Oliveira e Marcelo Paula de Melo.....  | 313 |

|  |     |
|--|-----|
| Esporte e Lazer na Cidade de Vitória/ES: Um Olhar a partir de Atores Representativos da Sociedade Grece Teles Tonini, Carlos Nazareno Ferreira Borges e Keni Tatiana Vazzoler Areias -----   | 320 |
| Política Pública de Esporte e Lazer: um relato de experiência das ações desenvolvida no município de Santarém - PA, no período de 2005 a 2008<br>Rita Maria de Fátima Peloso Grasso-----   | 328 |
| Cultura do Lazer e o Acesso ao Sedentarismo<br>José Roberto Herrera Cantorani -----  | 335 |
| Algumas relações entre as manifestações culturais dança e lazer e as possibilidades de inserção social da juventude<br>Karina Cristofolletti Sarto e Nelson Carvalho Marcellino-----   | 340 |
| Lazer e consumo de álcool: uma análise sobre os padrões de uso de torcedores de futebol<br>Liana Abrão Romera e Heloisa Helena Baldy dos Reis-----   | 354 |
| Práticas corporais com idosos e (re) significação de vida: relações de proximidade através dos estudos do lazer<br>Michelle Cristina Duarte Gomes Mendes -----   | 359 |
| O brincar na Serra: suas práticas e significados<br>Leonardo Toledo Silva -----  | 367 |
| Representações sociais dos professores de nível um sobre conteúdo/conhecimento dos jogos e das brincadeiras utilizando as aulas de Educação Física na educação infantil: um estudo de caso em uma escola municipal do Estado da Bahia<br>Ivo Nascimento Neto ----- | 368 |
| A brincadeira nas escolinhas de futsal de Belo Horizonte<br>Diego Henrique Rezende Moreira e Flávio Clemente França Souza-----   | 369 |
| Lazer e educação: problematizando o brincar na educação de crianças a partir das contribuições da psicologia educacional de Carl Rogers<br>Michelle Araújo Rocha e José Alfredo Debortoli-----   | 370 |
| Por uma perspectiva crítica/criativa de lazer na educação física: trabalhando com métodos criativos<br>Graziany Penna Dias, Edith Carolina Tavares de Paula, Lilian Cristina Carvalho Vieira e Maraísa Fuscaldi Cunha -----  | 371 |
| Formação de brinquedistas escolares: saberes necessários a construção e aplicação de jogos pedagógicos para a educação infantil e séries iniciais de 1ª a 4ª<br>Ana Cristina Guimarães de Oliveira-----  | 372 |
| O festival de marchinhas de São Luiz do Paraitinga e a memória histórico-cultural de seus participantes<br>Michele Cristina Alves Vieira -----   | 373 |
| Os capoeiras no Alto Vera Cruz: indícios de lazer e violências<br>Roberto Camargos Malcher Kanitz-----   | 374 |
| Lazer e cultura gótica no centro de São Paulo<br>Ana Paula Mukoyama Silva e Edmur Antonio Stoppa-----  | 375 |

|   |     |
|---|-----|
| Pedaços do Brasil: as rodas de samba como espaços de lazer<br>Guilherme Velloso Alves .....   | 376 |
| O Hip-Hop como meio de produção alternativa de lazer<br>Daniel Bidia Olmedo Tejera .....  | 377 |
| O Lazer na América Latina<br>Christianne Luce Gomes, Alicia Maricel Oliveira Ramos, Leila Mirtes Santos de M. Pinto e<br>Rodrigo Elizalde .....   | 378 |
| Práticas de Sensibilização Territoriais<br>Cinthia Mayumi Saito e Eliane Dias de Castro .....   | 379 |
| Práticas de lazer e usos da água na zona de amortecimento da Rebio Tinguá<br>Fellipe José Silva Ferreira e Ana Lúcia Lucas Martins .....  | 380 |
| Esporte de montanha no cinema: a mostra Banff<br>Edmundo de Drummond Alves Junior, Cleber Augusto Gonçalves Dias, Tuan Nunes Maia e Gustavo<br>Bento Ribeiro de Araújo .....  | 381 |
| Reflexões sobre o lazer, educação física e formação profissional<br>Aline Galante e Andréa Rodrigues de Amorim .....  | 382 |
| Os estudos do lazer nos cursos de mestrado acadêmico relacionados a Turismo/Hospitalidade no<br>Brasil: reflexões a partir das dissertações produzidas<br>Tatiana Roberta de Souza e Christianne Luce Gomes .....   | 383 |
| Inserção profissional dos Bacharéis em Turismo formados pela UFMG nos anos de 2005-2007<br>Tatiana Roberta de Souza e Christianne Luce Gomes .....  | 384 |
| Lazer, Idosos e Inclusão Social: Explorando o Potencial dos Interesses Turísticos na Perspectiva da<br>Animação Sociocultural<br>Christianne Luce Gomes, Andrezza Goulart Buldrini de Souza, Leonardo Lincoln Leite Lacerda e<br>Marcos Filipe Guimarães Pinheiro .....   | 385 |
| (Re) Criação do imaginário lúdico nas aulas de atividade física para a terceira idade<br>Emília Amélia Pinto Costa da Silva, Priscilla Pinto Costa da Silva, Julienne de Lucena Souto Marinho<br>e Cheng Hsin Nery Chao .....   | 386 |
| Lazer e fisioterapia geriátrica: a importância da interdisciplinaridade<br>Amanda Guiduci Marcial .....   | 387 |
| Relato de experiência do Consórcio PELC Pioneiros: Perspectivas de acompanhamento,<br>monitoramento e avaliação<br>Cláudio Gualberto e Leonardo Toledo Silva .....  | 388 |
| Equipamentos de lazer – contribuições para implantação de uma política pública de lazer para o<br>público adulto na cidade de Americana-SP<br>Cathia Alves e Stéphanie Helena Mariano .....   | 389 |
| Relato de experiência refletida Programa Minas Olímpica Nova Geração no ISEAT/FHA: uma<br>experiência para a vida<br>Elton de Paula, Érica Tamara de Assis, Fernanda Almeida Mendes, Karine G. S. Santos, Mariza de<br>Macedo Duarte, Renata de Oliveira Santos, Guilherme Carvalho Franco da Silveira, Rodrigo Caldeira<br>Bagni Moura, Simone Esteves e Tereza Pereira do Carmo ..... | 390 |

|  |     |
|--|-----|
| Políticas públicas de lazer em Suzano/SP: a concepção dos gestores<br>Deise Miki Kikuchi e Silvia Cristina Franco Amaral-----  | 391 |
| A construção do lazer como direito social no Brasil<br>Flávia da Cruz Santos -----   | 392 |
| Lazer e ação comunitária em Ermelino Matarazzo<br>Natânia Leite Ramalho, Julio Ramos, Aline Aoun Sapienza, Ana Cristina Fernandes Clemente, Bianca Navarro da Costa, Igor Geiger Santanna, Letícia de Oliveira Aio, Marina Scarpin de Sá, Paloma Lopez Brandão, Talita Caroline de Carvalho, Thaís Rinaldi Alves e Edmur Antonio Stoppa----- | 393 |
| Programas de lazer e cidadania: o Programa Escola Aberta visto pelos participantes<br>Coriolano P. da Rocha Junior e Flávio Damião Pinto Junior -----  | 394 |
| Entre o prescrito, as expectativas e a prática vivida: um estudo da oficina de esporte e lazer do Programa Projovem Adolescente<br>Michelle Cristina Duarte Gomes -----  | 395 |
| Limites e possibilidades na implementação de um programa de esporte e lazer: o processo de escolha da comunidade e dos espaços de intervenção<br>Aline Tschöke e Simone Rechia-----  | 396 |
| Associativismo em comunidades: uma possibilidade de apropriação do lazer na cidade de Angra dos Reis – RJ<br>Ana Paula Cunha Pereira-----  | 397 |
| Lazer e Participação Popular no Contexto Urbano: O caso da Área de Lazer Jardim Leblon<br>Luciana Cirino Lages Rodrigues Costa e Sérgio Manuel Merêncio Martins-----   | 398 |
| Impactos das Políticas de Lazer na Região do Aero Rancho em Campo Grande/MS: Considerações Documentais<br>Julio Arani Pinheiro Xavier e Felipe Soligo Barbosa-----   | 399 |
| Análise do Programa “Esporte e Lazer da Cidade” do Ministério do Esporte: Os Núcleos de Valparaíso - GO<br>Juliana de Oliveira Campos, Priscila Almeida Suassuna, Simone Tourinho da Silva, Dulce Maria Filgueira de Almeida Suassuna e Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo -----   | 400 |
| Estudos sobre a temática lazer e saúde produzidos na área da educação física publicados na base de dados “LILACS”<br>Natália de Sousa Araújo, Christianne Luce Gomes e Gabriela Baranowski Pinto-----  | 401 |
| O lazer e a educação física na humanização do ambiente de trabalho, em um hospital oncológico<br>Anderson Rodrigues Freitas, Luciene Ferreira da Silva e José Carlos de Almeida Moreno-----  | 402 |
| (Re) Conhecimento do lazer em brinquedotecas hospitalares<br>Tônia Lopes Soares Mol e Hélder Ferreira Isayama-----   | 403 |
| Levantamento da produção sobre o futebol nas ciências humanas e sociais de 1980 a 2007<br>Luiz Gustavo Nicácio, Priscila Augusta Ferreira Campos, Marcos de Abreu Melo, Rodrigo Martins da Cruz e Silvio Ricardo da Silva-----   | 404 |

|  |     |
|--|-----|
| Educação para o lazer, educação para o torcer: a influência da mídia na educação do torcedor para a copa de 2014<br>Felipe Vinícius de Paula Abrantes e Silvio Ricardo da Silva-----                                   | 405 |
| Torcedores das cadeiras especiais: a influência de diferentes variáveis na escolha por este setor do Mineirão nos jogos do Cruzeiro Esporte Clube<br>Silvio Ricardo da Silva e Letícia Morais de França Oliveira ----- | 406 |
| Lazer em cruzeiros marítimos: o ponto de vista dos passageiros<br>Olívia Cristina Ferreira Ribeiro -----   | 407 |
| Atuação profissional no lazer: os animadores de hotéis em questão<br>Olívia Cristina Ferreira Ribeiro -----  | 408 |

## TEORIZANDO A FESTA

Vânia Noronha<sup>1</sup>

**RESUMO:** A festa é um fenômeno social presente em nossas vidas e ainda pouco teorizado pelos pesquisadores do lazer. O objetivo deste artigo, portanto, é o de iniciar um diálogo com alguns estudos teóricos das ciências humanas, no sentido de ampliar o debate sobre esta importante dimensão de nossas vidas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Festa. Lazer. Cultura.

Minha aproximação com o tema proposto parte do que tenho em comum com todos e todas aqui presentes, o fato de sermos festeiros por “natureza”, pois a festa faz parte da condição humana, daí ser comum a expressão “a vida é uma festa”.

A festa marca nossa vida, os tempos fortes, as pausas, a alternância de ritmo e de intensidade tanto no campo individual quanto coletivo. Marca ainda a periodicidade das passagens. Vivemos das lembranças de uma festa e da espera por outra, ela nos permite entender que “recordar também é viver”.

A festa está presente na história da humanidade muito antes da cultura. No tempo mítico os homens faziam festa e também os deuses (Campbell, 2002). Nos livros da bíblia sagrada o termo festa aparece com frequência, podendo ser traduzido como cerimônia, celebração, participação e descanso (Amaral, 1998).

O carnaval certamente é uma das festas mais antigas e remonta à Idade Clássica. Torna-se festa oficial na Roma Antiga e ganha seu caráter profano e extra-oficial na Idade Média. O escritor renascentista Bakhtin com seus estudos sobre a sua teoria da carnavalização ofereceu inúmeros elementos para a compreensão da cultura popular, - vertente quase sempre ocultada pela historiografia oficial - ao analisar a obra de Rabelais, que, justamente por ter optado retratar o lado maldito da cultura de seu tempo, tornou-se o mais incompreendido gênio literário do Renascimento. Num país como o Brasil, onde “não existe pecado abaixo da linha do Equador”, o carnaval ganha novos contornos e vem sendo alvo de estudos significativos para se compreender quem é o povo brasileiro.

A festa é um fenômeno que perpassa todas as culturas com sentidos diversos. Entretanto não é fácil conceituar festa. Perez (2004) instiga com a pergunta: Por que será que não se consegue constituir uma teoria da festa? E afirma que o termo festa denomina mas não conceitua o fenômeno. A festa é muito mais do que a festa. Não existe uma festa, e sim várias, pois cada indivíduo pode participar dela de uma maneira. Além disso, existem várias festas dentro da festa. Para cada um ela é uma. Daí a dificuldade em conceituá-la.

A festa vem-se tornando objeto de estudos de várias áreas do conhecimento. Na História, as questões do poder e a festa cívica têm merecido destaque; na Filosofia, a ênfase recai sobre o belo, o lúdico e o jogo; na Psicanálise, constrói-se elementos de análise sobre o tabu e consciência do eu; na Sociologia, há investigações sobre o lazer e a revolução; a Antropologia preocupa-se com seus rituais (religiosos) (Perez, notas de aula, 2006). Na Educação busca-se compreender os aspectos pedagógicos presentes nas práticas culturais (Alves, 2008) e, recentemente, o Turismo analisa seu potencial para os negócios e serviços. No campo do lazer, pelo menos em nosso país, ainda são recentes os estudos sobre a festa e estes quase sempre descrevem os rituais e as possibilidades que oferecem as pessoas em seus tempos disponíveis (Rosa, 2004).

A festa se faz presente em todas as sociedades, seja ela, celebração, comemoração, fruição, diversão, espetáculo, ritual, brincadeira, investimento, trabalho, religião. Inúmeras são as festas, ao mesmo tempo em que são únicas, singulares. Cada uma delas exprime o modo de viver dos grupos sociais, que nelas produzem e reproduzem sentidos e significados diversos. Desse modo, diz de nós mesmos, de nossas sociedades e das relações que as pessoas estabelecem entre os grupos com seus mitos, com o sagrado, o simbólico, uma ancestralidade, a história. Numa perspectiva sócio-antropológica investigar sobre a festa, portanto, é compreender um pouco mais sobre nós mesmos e nossa vida em sociedade.

---

<sup>1</sup> PUCMinas/ Universidade Fumec. Doutora em Educação USP, vaninhanoronha@yahoo.com.br

### Os estudos clássicos sobre a festa

Para muitos autores a sociedade precisa da festa. Um de seus pressupostos é o divertimento. Em “As formas elementares da vida religiosa” Durkheim (1996) não desenvolve uma teoria sobre a festa mas, é a este autor que devemos a idéia deste fenômeno como agrupamento massivo, de efervescência coletiva e geração de exaltação geral. Estas características fazem com que as festas se aproximem de uma cerimônia religiosa, na qual o homem é transportado para fora de si e do seu cotidiano. Para ele o divertimento corresponde à função expressiva, recreativa e estética da festa.

As festas são vividas como forma de sociação (Simmel, 1983), do estar-junto em sua dimensão de delírio coletivo, de exaltação, que constituem as representações coletivas. Para Durkheim (1996), as representações atingem o máximo de intensidade, quando os indivíduos estão reunidos e em relações diretas uns com os outros, onde comungam de uma mesma idéia ou sentimento. Entretanto, quando a assembléia se desfaz, estas representações perdem sua energia originária e retorna-se ao cotidiano. É preciso encontrar um meio de reavivá-la, daí a importância das cerimônias religiosas. Elas colocam a coletividade em movimento, os grupos se reúnem para celebrá-las e seu primeiro efeito é de aproximar os indivíduos, de multiplicar os contatos entre eles e de torná-los mais íntimos (*apud* Perez, 2004). A humanidade precisa da vida séria, pois seria um caos viver em festa. A festa reabastece a sociedade de “energia”, de disposição para continuar a vida.

Segundo Durkheim, é possível identificar, tanto nas cerimônias religiosas quanto nas festas, gritos, cantos, música, movimentos violentos, danças, além da busca de excitantes que elevem o nível vital. Estas características sinalizam o lugar do excesso e das transgressões permitido nas festas. Nelas vive-se um momento outro, numa lógica outra, permitindo ao indivíduo sair, mesmo que por algumas horas, de sua vida real.

Mauss (1974), ao discutir a variação sazonal na vida dos esquimós, nos mostra como também a nossa, é feita de alternâncias em sua dinâmica. Ele descreve sobre a vida religiosa deste povo que possui características diferentes no verão e no inverno. O primeiro (verão) é caracterizado pelo tempo da dispersão, onde os vínculos sociais se afrouxam, as relações tornam-se mais raras, os indivíduos são menos numerosos e a vida psíquica se atenua. O inverno, por sua vez, é a estação em que a sociedade fica concentrada, possibilitando um estado crônico de efervescência e superatividade. Neste período os esquimós vivem uma espécie de festa contínua e coletiva, porque são atividades do grupo e porque é o grupo e suas alternâncias da vida cotidiana, entre o trabalho e as festas, que elas exprimem.

Outra importante contribuição de Mauss diz respeito às obrigações recíprocas nas questões de ordem moral construídas a partir da teoria da reciprocidade. Essa teoria baseia-se nas trocas - ou obrigações de dar, receber e retribuir - examinadas pelo autor nas manifestações da *Kula* - troca de colares e braceletes entre os trobriandeses, e do *potlach*, ritual de oferta de bens e de redistribuição da riqueza entre tribos indígenas. No *potlach*, por exemplo, Mauss discute a economia pautada na dádiva, na qual, diferente da economia de mercado (moderna), não é o interesse ou o lucro que motiva as partes, mas a manifestação do reconhecimento daqueles para os quais os bens são oferecidos. O reconhecimento almejado é o status ou posição social pretensamente superior daquele que oferece o *potlach* (Mauss, 1974).

Caillois (1988) é o primeiro a assumir que está fazendo uma teoria da festa. Em seu livro “O homem e o sagrado”, ele afirma que a vida cotidiana opõe-se à efervescência da festa, pois esta última, assim como nos diz Durkheim, provoca o arrebatamento coletivo e se caracteriza pelo excesso e pândega. Nem toda festa para Callois é alegre, existem também as tristes, mas todas elas se definem pela dança, pelo canto, pela ingestão de comida e bebidas. A diversão é a palavra de ordem, até que se chegue à exaustão e o corpo caia doente. Esta é a lei da festa.

Analisando as festas de civilizações primitivas, o autor constata um longo período festivo, no qual o esbanjamento e a destruição, características do excesso, se tornam essência da festa. Também nela a violência nasce espontaneamente, provocada pela agitação e estímulos em seu interior. A festa representa, assim, o paroxismo da sociedade, pois, ao romper de modo violento com as preocupações da vida cotidiana, surge para o indivíduo como um outro mundo, onde ele se sente amparado e transformado por forças que o ultrapassam. É o que mantém o homem ligado à sua cotidianidade. Como diz Caillois, vivemos na recordação de uma festa e na expectativa da próxima, pois nela vive-se um tempo de emoções intensas e da metamorfose do ser.

Caillois reconhece que Durkheim foi o primeiro a elucidar que as festas proporcionam, em comparação com os dias úteis, a distinção entre o sagrado e o profano. A vida cotidiana é dura, repetitiva, monótona, ao passo que o dia do descanso, ou melhor, da festa, encerra um tempo consagrado ao divino, onde o trabalho é liberado e a ordem passa a ser o repouso, o gozo e a oração. Desse modo, a festa é freqüentemente tida como o próprio reino do sagrado, uma vez que nela, no tempo sagrado, os interditos e as restrições são reforçados pela sua severidade, pelo jejum e pelos rituais. Esta sacralidade da festa caracteriza sua ambivalência, pois se vive, simultaneamente, o tempo da alegria e o tempo da angústia.

O sagrado manifesta-se na vida corrente pelo que é reservado, separado, o que é colocado para fora e protegido por proibições destinadas a evitar qualquer dano à ordem do mundo ou qualquer risco de a desarranjar e de nela introduzir um fermento de perturbação. O sagrado aparece assim como algo negativo. Ao contrário do que se pensa, é desta dimensão que nasce a festa, pois o período sagrado da vida social é aquele em que as regras são suspensas e a licença recomendada. Para Caillois (op. cit.), é aí que se encontra uma de suas funções, isto é, irromper com uma brusca deflagração após uma longa e severa compressão.

Caillois (op. cit) defende ainda a morte da festa, uma vez que ela está presente no tempo mítico, primordial, idílico. É a festa que nos coloca diante a noção de tempo, da finitude, da morte. O tempo esgota e extenua. Ele é aquilo que nos faz envelhecer e caminhar para a morte, é o que desgasta. A festa renova a natureza e a sociedade. Apresenta-se como uma atualização dos primeiros tempos do universo, como a recriação do mundo, daí sua função revigorante. A festa é celebrada no espaço-tempo do mito e assim regenera o mundo real. É justamente ao renascer que o mundo tem a possibilidade de remoçar e de reencontrar a plenitude de vida e de robustez que lhe permitirá enfrentar o tempo durante um novo ciclo. É o caos reencontrado e de novo moldado.

A festa deve ser ainda definida como o paroxismo da sociedade, ela purifica e renova, ao mesmo tempo em que é exagero, dispêndio. Ela é o ponto culminante não só a partir do viés religioso, mas também do econômico. É o instante da circulação das riquezas, da distribuição das reservas.

A festa é também sacrifício e destruição. Esta noção da festa é discutida por Bataille (1993) para quem sacrificar é destruir e até matar, não necessariamente em seu sentido literal. Sacrificar é abandonar, doar, consumir. Gastar o que não se tem, comer o que não necessita, dançar mais do que a conta, etc. A festa é, portanto, a parte maldita da sociedade, uma vez que é precedida da idéia de dispêndio, sacrifício, orgia, violência, consumo e consumação.

### **As contribuições das teorias contemporâneas**

A partir dessas discussões propostas pela teoria clássica, Perez (2002) chama-nos a atenção para a necessidade de ampliar o olhar do senso comum sobre a festa em alguns aspectos. O primeiro diz respeito à diferença entre festa e divertimento. É inegável que este último corresponde à função expressiva, recreativa e estética da festa. Porém, como já nos alertou Callois, nem todas as festas são alegres, existem também as tristes. Talvez o velório seja o seu maior exemplo. É comum no interior do nosso país ouvirmos a expressão: “vamos beber o morto”, referindo-se ao encontro, a cachacinha escondida para quebrar o frio do cemitério e também o da morte.

Outro aspecto é o de considerar toda festa um ritual. É evidente que, no sentido de sua organização, a festa tem um ritual, uma estética e etiqueta, mas ela não se restringe a eles. Do mesmo modo, a festa é uma reunião exuberante, um espetáculo, mas não se esgota nisso, ao contrário, é mais do que tudo isso.

Perez (op.cit.) afirma que a teoria clássica sociologiza excessivamente a noção de festa, ao substantivar, essencializar e funcionalizá-la. Ancorada na teoria contemporânea da festa (Duvignaud, Grisoni, dentre outros), ela propõe uma desconstrução deste fenômeno, afirmando que é necessário tentar outra alternativa que não seja algo que tenha substância, essência ou função, tratar a festa como um ato sem finalidade, da ordem do gratuito.

Para a autora, a morte da festa está presente nas teorias clássicas, uma vez que a relacionam com a tradição, tratada como algo do passado, congelado no tempo, para os quais o que existe hoje é mera sobrevivência, um simulacro esvaziado da sua verdadeira essência. O carnaval é o principal exemplo. É comum as pessoas dizerem que o carnaval mudou, que o de antigamente era melhor do que de hoje e que ele já não existe mais. O senso comum, numa visão saudosista, assim avalia todas as festas, fazendo com que o passado seja sempre romantizado e o presente caótico. Mas o passado um dia foi presente...

Festa é tradição sim, mas no sentido de que é aquilo que o grupo faz e que passa de geração



em geração, perpetuado no calendário, numa periodicidade cíclica. Todo ano os coletivos fazem festa, mas ela não é a mesma sempre: cada festa é uma festa, ela se repete, mas muda sempre. Tradição não é imutabilidade, pelo contrário, é mudança, é o que se vive na periodicidade, tem uma estrutura (forma) básica fundamental, mas o conteúdo pode variar. A festa nunca morre nem se descaracteriza, ela se atualiza. (Perez, notas de aula, 2006). Nessa criação de uma outra tradição, o que importa é o movimento de transmissão que quase sempre se dá pela oralidade. Contar as histórias é lembrar da ancestralidade, dos mais velhos, de outro tempo. A festa é o que permite a suspensão do tempo, o esquecimento.

O principal expoente das teorias contemporâneas sobre a festa é o francês Jean Duvignaud. Este autor dialoga com Mauss (troca-dom) e Bataille (dispêndio), mas, ao mesmo tempo, faz uma ruptura com estes autores e com as teorias clássicas, quando estas se colocam como tentativa de regeneração social ou afirmação da ordem vigente. Duvignaud, em toda sua obra (1983, 1986a, 1986b, 1997), radicaliza a teoria da festa. Para ele, a festa está no campo do imaginário, do possível, por isso ela abre as possibilidades para a experiência. Na teoria clássica a festa inverte a ordem. Para Duvignaud, ela é uma ruptura com a ordem estabelecida e, por sua característica anômica, torna-se nociva a essa.

Duvignaud (1986) afirma que a festa é um desses elementos que nos possibilitariam compreender aquilo que nos liga uns aos outros, que faz vínculos e produz elos, pois ela é o (re)*ligare*. Para ele, não seria preciso explicar o que é a festa nem o tipo de vínculo que ela constrói, mas o que acontece quando os homens se reagrupam nestes momentos privilegiados.

A festa é ausência de significado, portanto potencialidade de gerar significantes. É a ruptura com a duração, ela provoca uma quebra no encadeamento dos determinismos, na ordem social e histórica. Por isso, é anti-social, remete à natureza, a um mundo sem estrutura, sem código, das forças não instituídas (instituinte) ao mundo do eu, da subversão. Instaura e constitui um outro mundo, uma outra forma de experienciar a vida social, marcada pelo lúdico (prazer, liberdade, gestão de conflitos), pela exaltação dos sentidos e das emoções e agonístico. É o simbólico no estado puro, na natureza, e não na cultura. É uma “destruição consertada da cultura”, a anarquia total. É a “louca da casa” (Perez, 2002). Este poder subversivo é o que possibilita ao humano, outra experiência humana.

Neste sentido, diz este autor que ela é revolução, porque coloca o homem face a face com um mundo sem estrutura e sem código, com instâncias de subversão. Ela se aproxima das atividades inúteis. A festa não serve para nada. Não implica nenhuma outra finalidade, a não ser ela mesma. É efêmera. Não foi feita para durar, senão vira rotina, cotidiano. Essa vivência do nada é a finalidade sem a qual não haveria experiência humana verdadeira. A festa é um momento fugaz que sai da rotina, da vida cotidiana, mas que nos remete ao que nós somos: à matéria, ao imaginário, ao lúdico e à experimentação.

É antes de mais nada um ato coletivo extra-ordinário, extra-temporal e extra-lógico. Por essas três características podemos dizer que ela é transgressora e instauradora de uma nova forma de socialização, dado pelo “estar juntos”, pelo fato mesmo da relação, o importante é o sucesso do momento ou da lembrança dele.

A des-ordem que a festa inaugura é produzida pela transgressão das normas vigentes, o que não significa ausência de ordem. Pelo contrário a festa tem toda uma etiqueta própria que deve ser seguida. Instaura um mundo novo, o do sagrado, que é marcado por uma temporalidade especial. Traz perturbações para a ordem estabelecida. Como disse Duvignaud “deixa sementes que perturbam a sonolência da vida comum” (*apud* Perez, 2004), por isso, as tentativas de dominação e domesticação da festa.

Pouco importa se é sagrada ou profana, o que vale é que ela é espaço de reunião das diferenças, de figurações sociais, de assembléia coletiva e de socialidade. É elemento de re-ligação. Num agrupamento festivo, os participantes se sentem mais próximos uns dos outros, alguma coisa é dividida, é uma experiência estética, momento de grande coesão do grupo.

O povo na rua, a rua em festa: folia, orgia, fantasia, sedução, violência, transgressões de toda ordem, combinam com um clima de afetividade, familiaridade, encontro, de estar junto, coletivamente. A festa estando no campo da não ordem, do possível, é criadora da própria humanidade do homem, é o ato mesmo de produção da vida (notas de aula Antropologia da festa, Léa Perez, FAFICH, 2004).

### **Festas brasileiras**

São inúmeras as festas que ocorrem em nosso território e, certamente, por aqui também. Num país católico como o nosso, além do calendário litúrgico, santos e nossas senhoras se tornam padroeiros e padroeiras de pequenas e grandes cidades, garantindo pelo menos uma festa ao ano, nos mais de cinco

mil municípios. Sem dizer dos outros motivos que conduzem a população a momentos festivos, sendo o futebol, certamente um dos mais significativos. Só para se ter uma idéia uma final de campeonato em nosso país quase sempre desloca em torno de noventa mil torcedores ao Estádio, todos comungando das mesmas emoções e sentimentos.

O carnaval é vivenciado em todo país ficando a grandiosidade, o dispêndio e a exuberância, espetacularizada em cidades como o Rio de Janeiro e Salvador, para onde se deslocam milhares de turistas. As festas juninas no Nordeste, comemorando os santos juninos, em especial, o São João, repetem a façanha. A festa do boi bumbá no Maranhão e no Amazonas, com destaque para a cidade de Parintins, que revive a lenda do boi, as histórias dos caboclos e dos indígenas por meio da rivalidade entre os bois Caprichoso e o Garantido, são também grandes exemplos. Do norte ao sul do país triplicam o número de manifestações que renovam a energia da sociedade brasileira e nos identificam como um país da festa e da alegria, apesar de (e provavelmente até mesmo por isso) todos os problemas que enfrentamos.

Estas festas revelam uma sociedade, que desde o seu começo, vive do espetáculo, das mudanças e da fusão de vários códigos, que ri de si mesma, que poetiza as relações dos homens consigo mesmos e com o mundo dos quais vivem, ou seja, o sagrado e o profano (Perez, 2004).

### **A festa em homenagem à Nossa Senhora do Rosário em Belo Horizonte**

Em meus últimos estudos concentrei os esforços na tentativa de compreender uma festa católica típica dos negros, escravos vindos da África, em homenagem a Nossa Senhora do Rosário e a outros santos pretos como São Benedito e Santa Efigênia, mais conhecida como festas de Reinado, Congado ou Congadas. Estas festas foram disseminadas em várias regiões do Brasil, desde o início da colonização portuguesa e ganharam destaque em nosso Estado, Minas Gerais, com o deslocamento dos negros das lavouras de café para a extração de ouro. Analisar esta prática permeada pelo simbólico me possibilitou compreender um pouco mais sobre a sociedade em que vivo e ainda sobre mim mesma.

Só na região metropolitana de Belo Horizonte, capital do estado, é possível identificar aproximadamente 50 grupos de congado. O ciclo anual destas festas envolve a realização de novenas, levantamento de mastros e bandeiras em homenagens aos santos, coroações de reis e rainhas, procissões, cortejos solenes, missas, cumprimento de promessas, cantos, danças, banquetes coletivos. Os festejos apresentam uma estrutura organizacional complexa, onde é possível identificar aspectos simbólicos e significantes representando o legado de nações africanas e seus reinos sagrados em nosso país. É o povo na rua, mobilizado, unido, compartilhado, solidário, que, a partir de sua religiosidade, vive, se renova, ocupa espaços e temporalidades peculiares.

De diferentes modos, os mistérios gozosos que anunciam o nascimento de Jesus, é vivido por vários congadeiros em dezembro, com a folia de reis. Na quaresma, ou seja, nos mistérios dolorosos, respeitam o sofrimento de Cristo e por isso, não tocam o tambor. A partir do sábado de aleluia até o dia dedicado a Nossa Senhora da Conceição, em dezembro, vivem os mistérios gloriosos, e ao longo do ano realizam suas festas. O dia dedicado a Nossa Senhora do Rosário é 7 de outubro.

Vivendo a fé, a tradição, o mito por meio de cantos, danças e tudo o mais que envolve a manifestação, homens e mulheres seguem o curso da vida, louvando não só as divindades católicas mas também as nanãs das águas africanas, Zâmbi, o deus banto, os seus antepassados e toda a *gnosis* africana. Desse modo, atribuem sentidos e significados às suas próprias vidas.

\* \* \*

Por ora, desejo que a festa se faça cada vez mais presente em nossas vidas, onde novas formas de aprendizagens sejam possíveis em nossos processos de experimentações tanto individuais como coletivos e a ludicidade, afetividade e sensibilidade possam ser uma constante. Dionísio que me ouça !!!

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Vânia de Fátima Noronha. *Os festejos de Nossa Senhora do Rosário em Belo Horizonte/MG: práticas simbólicas e educativas*. São Paulo: USP, 2008 (Tese de doutorado).
- AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. *Festa a brasileira - sentidos do festejar no país que “não é serio”*. São Paulo: USP, 1998 (Tese de doutorado).
- BATAILLE, Georges. *Teoria da religião*. São Paulo: Ática, 1993.
- CALLOIS, Roger. *O homem e o sagrado*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- CAMPBELL, Joseph. *Isto és tu*. Redimensionando a metáfora religiosa. 4 ed. São Paulo: Landy Editora, 2002.
- DURKHEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DUVIGNAUD, Jean. *Festas e civilizações*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
- DUVIGNAUD, Jean. *Heresie et subversion*. Essais sur l’anomie. Paris: Editions La Decouverte, 1986.
- DUVIGNAUD, Jean. *La solidarité*. Liens de sang er liens de raison. Idees-Forces. Fayard, 1986.
- DUVIGNAUD, Jean. *El sacrificio inutil*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1997.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EDUSP, 1974b. V. 1.
- PEREZ, Léa Freitas. Antropologia das efervescências coletivas. Dionísio nos trópicos: festa religiosa e barroquização do mundo – Por uma antropologia das efervescências coletivas. In: PASSOS, Mauro (Org.). *A festa na vida: significado e imagens*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- PEREZ, Léa Freitas. *Por uma antropologia da festa: reflexões sobre o perspectivismo festivo*. Simpósio “Festa: em perspectiva e como perspectiva”. XXIV Reunião Brasileira de Antropologia, Pernambuco, 2004.
- ROSA, Maria Cristina. Verbete Festa. IN: GOMES, Christianne Luce. (org.) *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004. p. 88-93.
- SIMMEL, Georg. “Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal”. *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo, Ática, org. [da coletânea] Evaristo de Moraes Filho, 1983.

## A RELIGIOSIDADE E O CAIPIRA NO IMAGINÁRIO LÚDICO E FESTIVO DE SÃO LUIZ DO PARATINGA: “EU SOU CAIPIRA, VOCÊ É O QUE?”

*Michele Cristina Alves Vieira<sup>2</sup>*

**RESUMO:** Através dos depoimentos de moradores da cidade de São Luiz do Paraitnga, localizada no Vale do Paraíba, esta pesquisa objetivou identificar até que ponto a religiosidade e o estilo caipira influenciam o imaginário lúdico e festivo na cidade. O procedimento de pesquisa utilizado foi a história oral, por meio da coleta dos relatos de experiência de vida de moradores da cidade. Comprovou-se que o calendário de festas, estórias e grande parte das brincadeiras realizados em São Luiz do Paraitinga são baseados na religiosidade (católica) e na influência rural, destacando a quantidade de festas religiosas, como do divino, São Luiz de Tolosa, entre outras, e, também os luais caipiras, festival de marchinhas caipiras, etc.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imaginário. Lúdico. Festividades.

### “Di vorta as orige” de São Luiz

Uma breve apresentação do histórico da cidade de São Luiz do Paraitinga é importante para entender a influência do rural, do homem caipira, da religiosidade, da vida de “cidade do interior” como o universo social de valores e a produção simbólica de seus habitantes.

O processo de urbanização tardio evidenciou peculiaridades de São Luiz em comparação as outras cidades vizinhas do Vale do Paraíba. Para muitos luizenses, a cidade continua sendo uma roça, também é freqüente a utilização do sotaque do caipira, não só nas poesias e músicas elaboradas na cidade, mas também na linguagem cotidiana. Expressões atreladas à vida rural são empregadas a todo o momento como, por exemplo, “sarrei de banda”.

A identificação dos moradores com o rural procede, pois São Luiz passa a ter concentração urbana maior que a rural a partir da década de 90. Até então, o zona rural era a região de destaque da cidade. Ainda hoje, a região rural é muito destacada na memória e também no cotidiano dos luizenses. Foi interessante a resposta de Benito quando interrogado se já havia morado na roça:

“Não, na roça eu nunca morei. Embora meu pai tivesse uma ligação rural, sua família teve fazenda, mas eu nem cheguei a conhecer. Conheci depois que ele morreu, para saber onde tinha as fazendas. Nesse sentido, eu sou urbano, nunca fui da roça.

Como a cidade é pequena, essa ligação fica muito tênue, entre rural e urbano. Eu vivenciei muito a zona rural, andar pela roça, conhecer roceiros, tudo isso é do meu universo”.<sup>3</sup>

Já Leandro Barbosa, que é da mesma geração do filho de Benito, de aproximadamente 24 anos, contou sobre sua vivência na zona rural:

“Eu fui criado durante um período na roça porque a família por parte do meu pai é de lá. Eles moram na roça ainda, no bairro do Paiol, entre São Luiz e Taubaté. Então, praticamente minha infância eu convivi na zona rural, escorregando do pasto, pulava cerca, pegava o milho e a gente fazia umas bonequinhas e dava para as meninas brincarem, nadava no rio preto escondido, rodava peão, enfim tudo o que é o bom! Minha infância foi muito legal por isso, por ter passado um tempo na roça”.<sup>4</sup>

Nas marchinhas, nota-se o uso abundante de expressões e sotaques caipiras. Na entrevista de Leandro, ele mesmo afirmava que o diferencial das marchinhas da cidade é a temática caipira e que também reflete no modo de ser e na vida dos luizenses.<sup>5</sup> Nos poemas que o entrevistado Benito cria, por exemplo, mostra e declama, a temática da vida rural, o sotaque e expressões caipiras predominam. Vale a pena conhecer o poema que emprestou o nome a este tópico:

<sup>2</sup> Escola de Artes, Ciências e Humanidades - USP

<sup>3</sup> Depoimento de Leandro Barbosa, em 02 de Outubro de 2008.

<sup>4</sup> Depoimento de Benito Campos, em 13 de Setembro de 2008.

<sup>5</sup> Depoimento de Leandro Barbosa, em 19 de Janeiro de 2008.

### ***DI VORTA AS ORIGE (Benito Campos)***

Engraçado este mundo  
De fundo (ui)... tão profundo  
A gente nasce, véve e tira cria  
Fáis Marias, fáis Raimundos  
Moribundo a gente vórta  
Presses zóios rasos  
Sete parmo bem fundo  
Vão de terra nuchão  
Nestes continentes dos mundos

Os dotô homê das ciença  
Desentatuzaram nossas orige  
É que lá no céu derradeiro  
Veja só que ártura vertige  
Um buraco negro carvão  
Gigante abismár furacão  
Come sór come estrelas  
Come galáxias inteiras  
A gente fica véio cacundo  
Vórta criança di estréia  
Prestes vão bestas dos mundos...

Ver o próprio Benito declamando: a teatralização e o sotaque são ótimos. Ele mesmo faz uma análise das suas poesias:

Eu faço um tipo de um caipira reflexivo, vamos dizer assim. Como eu costumo dizer para as pessoas, aqui a gente tem tempo para ver o tempo. Então, fico olhando para o céu e filosofando, como o caipira que eu me considero, eu tenho as raízes rurais, morei todo o tempo nessa cidadezinha que tem essa ligação rural-urbano muito tênue, ai eu faço uma poesia”.<sup>6</sup>

Além das recordações de infância na zona rural, Leandro fala da mesma de uma maneira inusitada: a zona rural como vanguarda de São Luiz do Paraitinga, principalmente no que diz respeito às festas e música:

“Em São Luiz, o universo da zona rural é maravilhoso, eu aprendi muito com eles. Eu sempre gosto muito de ir às festas da zona rural, o famoso rastapé, as festas de roça são muito boas. O interessante, que eu percebi em São Luiz, é que as coisas sempre acontecem na zona rural e depois vai para a cidade. Quando uma idéia, ou alguma outra coisa, chega à cidade, a roça já estava muito mais na frente. Parece-me, que o pensamento do caipira de São Luiz é muito mais avançado. Tanto é que, por exemplo, a batida das músicas que os caipiras tocam, a batida e a ginga deles são bem diferentes das pessoas da cidade. A zona rural de São Luiz é a vanguarda da produção artística da cidade”.<sup>7</sup>

Leandro também descreveu um pouco das influências de outras culturas, como a de Minas Gerais (isso se deve ao fato da formação do núcleo mineiro desde o início do século XX na região rural de São Luiz, como já descrito) e de Cunha (cidade próxima de São Luiz) nas festividades da cidade:

“Lá, a gente tem muita influência do Vale do Paraíba, principalmente de Minas Gerais, por exemplo, a folia de reis tem muita influência mineira. Os violeiros de São Luiz tiveram muita influência de Cunha, em Cunha tem muitos violeiros bons e se a gente olha no mapa, Cunha é do lado de São Luiz. Essa troca é muito interessante: o pessoal vem pra cá e vai pra lá.  
É legal ver os senhores com as violas para tocar, com o acordeom. Dá para aprender muitas coisas com esse pessoal mais experiente. Eles têm o conhecimento empírico, que eles conseguiram com o passar da vida. Eu sempre escuto o que eles têm para contar: histórias e lendas de São Luiz. O caipira é tão simples que chega até ser complexo. Eles são o simples - complexo!”<sup>8</sup>

<sup>6</sup> Depoimento de Benito Campos, em 13 de Setembro de 2008.

<sup>7</sup> Depoimento de Leandro Barbosa, em 02 de Outubro de 2008.

<sup>8</sup> Depoimento de Leandro Barbosa, em 02 de Outubro de 2008.

Enquanto conversamos com Leandro nota-se a valorização da zona rural, do homem caipira, da vida na roça, etc. Ele reconhece a influência da religiosidade em São Luiz, mas sempre destacando as características do caipira. Em seus trabalhos, pelo menos os que foram apresentados para o relatório final deste trabalho, nenhum falava do “demo”, do “capeta”. Contrariamente, nota-se em Benito, além da influência do caipira, principalmente em suas poesias, a influência religiosa. Mesmo não sendo católico, mas sim um “caótico apostático romântico”, como ele próprio se descreve, constantemente ele retoma a idéia de “capeta” relacionando à lendas que escutou quando criança ou de outros contadores de estórias.

Dessa forma, passaremos para uma descrição da influência religiosa no imaginário luizense de acordo com as lembranças dos colaboradores.

### **Se brincar carnaval, ganha chifre e rabo**

A influência religiosa em São Luiz já foi notada também por pesquisadores em diversas áreas do conhecimento. Quando Petrone, em seus estudos sobre a geografia luizense, descreveu muito bem a posição de destaque que a religiosidade, bem como as festas atreladas à ela, tem na cultura:

“A religiosidade da população luizense transparece no elevado número de capelas existentes na zona rural, nos cruzeiros que às vezes aparecem junto à estrada, nos dias santos em grande número, que os agricultores guardam, em festas tradicionais, algumas ainda celebradas com regularidade, no elevado número de fiéis que nos domingos ou dias santos assistem à missa, nas freqüentes quermesses orientadas pela Igreja, até no carnaval, que praticamente não existe por determinação do vigário de São Luiz.”<sup>9</sup>

A influência religiosa é notada claramente no planejamento urbano: a igreja matriz é o centro e, ao seu redor, desenvolveu-se a cidade. Mesmo assim, ainda encontramos várias outras igrejas e capelas espalhadas na zona urbana, pela região rural, na beira da estrada e até mesmo as pequenas capelas nas casas e nas fazendas.

Entretanto, a noção de que “*a sociedade e a cultura estão sempre se fazendo*”<sup>10</sup> justifica o porquê de uma nova abordagem da religiosidade entre seus atores sociais. Como justificativa, será usado o caso do carnaval. Até a década de 80, não havia carnaval na cidade de São Luiz, pois de acordo com o padre, das pessoas que festejassem ou brincassem o carnaval nasceriam rabos e chifres como mostra o artigo:

Um padre à moda antiga, que já não está mais na cidade, dizia que nasce chifre e rabo em quem brinca o carnaval. Em 1981, o bloco Encuca-a-Cuca resolveu encampar a danação. Saiu às ruas com menos organização do que a que existe numa escola de samba- e mais alegria, mais espontaneidade. Aquele primeiro desfile fez renascer a festa – e o espírito crítico da festa. Usava como fantasia os rabos e chifres da danação do padre. E aproveitava o mote para resgatar, na marchinha, personagens das lendas rurais – a mula-sem-cabeça, o bicho papão, a cuca que pega as criancinhas que não querem dormir.<sup>11</sup>

Na memória dos moradores também essa ligação é muito forte, sobretudo, aqueles que viveram um sistema educacional diferente do de hoje. É o caso de Benito que falou sobre a influência da religião católica na cidade e na sua família:

“A cidade inteira é muito religiosa, as igrejas daqui não deixam mentir: tem a igreja matriz, que é a principal, imensa, temos a igreja do Rosário, a capela das Mercês, a igreja de São Benedito, de São Francisco, e, claro, como toda cidadezinha, fomos colonizados pelos portugueses, obviamente, pelos jesuítas, então a religião é muito forte.

Minha mãe foi muito religiosa, católica, apostólica, romana. Meu pai nem tanto, mas tinha sua fé. Eu já cresci num mundo diferente. Claro que quando eu era menino fizeram uma lavagem cerebral e eu até cheguei a participar daqueles grupos mais fervorosos. Até sai pregando evangelho algumas vezes”.<sup>12</sup>

Benito chegou também a contar algumas das estórias de cunho religioso pelas quais foi educado,

<sup>9</sup> PETRONE: 1959, p. 267.

<sup>10</sup> VELHO & CASTRO: 1978, p. 22.

<sup>11</sup> *São Luiz do Paraitinga é a capital das marchinhas*, Estado de São Paulo, Caderno 2, 30 de Janeiro de 1999.

<sup>12</sup> Depoimento de Benito Campos, em 13 de Setembro de 2008.

estórias que os professores e os pais educavam as crianças nas escolas, geralmente internatos, e até mesmo nos próprios lares:

Eu, por exemplo, fui educado com lendas católicas. A igreja usava essas lendas, todas com moral religiosa, para evangelizar. Mais ou menos do tipo, aqui não é terra de cobra grande, seria mais para o lado da Amazônia, Mato Grosso, mas como lenda tem perna também anda! Minha Tia, tia Carlota, contava uma história, que carregava o fundo moral-religioso e com o temor, como uma maneira de educar, segundo o evangelho católico apostólico romano. Eu saí um caótico apostático romântico!

Sobre a cobra grande, diziam que era uma cobra imensa, aliás, foi uma mãe que pegou o filho e jogou na água, abortou e jogou o feto na água. Esse feto se transformou numa cobra, que é o símbolo do pecado. De repente, começaram a dar por falta dos pescadores que começaram a desaparecer pelas margens do rio Paraitinga. Foi surpreendente para cidade, então os moradores se reuniram e descobriram que era uma cobra grande que estava matando os pescadores. Quando descobriram, eles perceberam que a cobra tinha uma estratégia. Ela capturava suas presas através da sombra. Dependendo da posição que estavam pescando, o sol batia e projetava a sombra dos pescadores dentro do rio, então a cobra vinha por baixo d'água e engolia aquela sombra. Quando o pescador percebia, acabava caindo dentro da água e a cobra definitivamente engolia a pessoa. Bom, o que fizeram? Eles se reuniram, capturaram e mataram a cobra. Ela era imensa, tanto é que a cabeça dela está enterrada sob o altar mor da igreja matriz e o rabo sob o altar mor da igreja do rosário. Diz a lenda que se houver uma intervenção numa dessas igrejas, ela vai se manifestar e acabar com a cidade. São lendas locais que são muito interessantes! Elas trazem um mundo e um imaginário que já não existem mais, como dizem as pessoas, um mundo do fogão de lenha.

Tem uma outra lenda muito interessante, essa eu costumo contar para os turistas e para a criançada mostrando, também, uma época que já não existe mais. A história das lenhadoras. Até o nome é interessante, uns nomes que não existem mais e eu cheguei a conhecer, pelo menos essas três eu cheguei a conhecer.

Eram a Nha Venturosa, a Nha Maria Picada e tia Tereza, que era de origem escrava mesmo, era filha de escravos, grande jongueira, grande benzedeira, faleceu na década de 60 ou 59. Eu me lembro muito vagamente dela, mas lembro.

Elas, as lenhadoras, moravam todas na parte mais pobre da cidade que é um morro, o do cruzeiro. Quando chegava ao fim da tarde, as lenhadoras desciam e iam lenhar numa mata. Elas usavam uns vestidinhos de chita até o pé, levavam o machado na mão direita e no ombro esquerdo levavam um pano que era pra fazer a rodilha, o pano que eles colocavam na cabeça para carregar o feche de lenha, fruto do lenhado. Levavam também um bernalzinho de forma transversal no corpo. Quando era 15h30/16h, elas passavam por aqui e iam lenhar. Lá, lenhavam e elas usavam o bernal, justamente, para pegar umas frutinhas silvestres e tinha, também, um tipo de cogumelo comestível muito apreciado pelas lenhadoras. Um belo dia, elas chegaram lá, lenharam e a nhá Maria picada subiu em cima de um barranco e encontrou no meio da mata um tronco preto que subia e se misturava no mato, não dava direito para ver. Na base daquele tronco estava carregado do cogumelo, que dá bastante na madeira podre. Nessa hora já aparecia o crepúsculo, já passava do dia pra noite, a Nha Maria Picada pegava os cogumelos e viam que tinha cogumelo para mais de metro, então ela chamou as outras para ajudar. As outras duas também subiram e começaram a apanhar, todas enchendo o bernalzinho. Numa certa altura, uma delas já tinha apanhado tudo daquela região do tronco, então ela falou que infelizmente os cogumelos já tinham acabado naquela parte, mas de repente, o tronco respondeu: “Desse lado também tem!”. Daí as três saíram correndo, pulando barranco, largaram feche de lenha, machado.... passaram ofegante aqui perto e subiram morro acima embora para casa delas. Chegando lá, acontece a grande surpresa: uma delas abriu o bernalzinho pra tirar a colheita de cogumelo, meteu a mão no bernal e quando ela tirou a mão, soltou um grito de horror! Aquilo não era cogumelo, aquilo era casca de ferida. Na verdade, não era um tronco de árvore, era o lombo do satanás! O lombo do satanás é todo perebento por causa do fogo do inferno!

Sem dúvida, foi muito interessante, prazeroso e engraçado escutá-las. Estórias de uma época que não existe mais.

Com relação à religiosidade da cidade e as festas, Benito descreveu como se passa a festa do Divino Espírito Santo, uma das mais famosas festa religiosa de São Luiz:

“[Em São Luiz]sempre teve essa mistura do profano e do religioso. Aqui mistura muito isso. Uma das festas religiosas que mais evidencia essa mistura é a festa do Divino.

Na festa do Divino, tem o João Paulíneo, a Maria Angu, as congadas, os moçambiques, o jongo, as cavalhadas. Eu, sinceramente, acho até uma expressão muito forte: profano! Eu não gosto muito dessa expressão, precisava melhorar essa idéia porque, na verdade, a vida é para ser festejada, para ser

comemorada. A festa, ela trás esse sentido da comemoração. Eu acho que deve ter os ritos religiosos, tem que se cumprir, mas esse encontro entre os dois lados é fundamental para a vida, é o que dá sentido a vida.

(...) O João Paulíno e a Maria Angu são dois gigantes, são de origem Ibérica. Como fomos colonizados pelos portugueses, então essas tradições são muito forte lá em Portugal, mas chegou aqui através da festa do Divino Espírito Santo. Aqui, é claro, ganhou uma versão nova. O Chynica, por exemplo, ele morreu com 96 ou 97, ele contava para gente uma história de quando foram montar os bonecos. Existia um casalzinho de caipiras que vinham da zona rural e gostavam muito de festas e vendiam quitutes num tabuleiro. Ele chamava João Paulíno e ela, Dona Maria. Como ela gostava de fazer pastelzinho de farinha de milho, ela passou a se chamar Dona Maria Angu. Então, quando fizeram os bonecos, deram o nome em homenagem ao casalzinho, João Paulíno e Maria Angu. No desfile, tem um menino que bate o bumbo, tem todo um ritmo, “dum, dum, dum, dum dum dum”... e nessa batida, a criançada raia “oi,oi,oi, oi ao João Paulíni, oi, oi, oi, oi a Maria Angu...” A gente costuma dizer que festa para ser festa, se não tiver o João Paulíno e a Maria Angu não houve festa”.<sup>13</sup>

Na entrevista realizada em Janeiro de 2008 para o trabalho de iniciação científica, Benito contou sobre o processo de criação de uma de suas marchinhas. Essa marchinha, chamada *Carna Deus*, foi inspirada em uma lenda que um fogueteiro de São Luiz narrou para Benito. Ele também conta sobre a presença recente de personagens como o Diabo tanto nas estórias entre os moradores, suas músicas, mas também ainda no discurso do padre:

“Falando um pouco sobre como compor e o caminho que eu construía isso, por exemplo, esse *Carna Deus* é uma música que eu produzi em cima de uma história local que, aqui na verdade, tinha uns fogueteiros. Eu conheci um deles que era místico, ou seja, eles faziam foguetes artesanais e eu queria saber o porquê da origem, o porquê de se soltar foguete em festa. Ai eu o vi passando um dia aqui em frente a minha casa, ele é quase vizinho, e ele passando em frente a minha casa, eu o convidei para entrar e indaguei dele, por que soltar foguete em festa. Daí ele me explicou, eu falei então “ó, só não me fale sobre a pólvora, que é de origem chinesa e tal, mas fale sobre o foguete, por que se solta foguete em festa?”. Daí ele falou: “Olha a gente solta foguete em festa pra espantar os maus espíritos”. E ele dizia também que cada vez que ele soltava foguetes ele via dezenas e dezenas de capetas correndo morro acima. Então essa imagem eu nunca mais esqueci, do capeta correndo e aí tanto é que, inclusive na própria arte que eu faço, nas minhas coisas o capeta foi muito sempre presente, e por que? Porque faz parte da cultura local, um povo de alta religiosidade, então a igreja sempre foi muito firme nesse aspecto. O Djacomo apresenta em todas as igrejas, em todos os causos, a gente vê falar em capeta, aí resolvi trazer ele, fiz uma letra pro carnaval.”<sup>14</sup>

Ainda mais relevante para ilustrar como a cidade é impregnada de valores religiosos, é falar novamente do carnaval. Como já foi narrado, alguns padres, com destaque para Monsenhor Inácio, chegaram a exercer forte oposição a essa festa. Entretanto, na década de 80 ela voltou mais forte do que nunca e para ficar. É evidente que a criatividade dos luizenses ajudou a perpetuar essa cultura de festa, alegria e de constante inovação. Benito é um dos promotores do carnaval de São Luiz desde a retomada do mesmo, há mais de 25 anos.

O famoso bloco do Juca Telles que abre oficialmente o carnaval todo sábado ao 12h foi criado por Benito. Todo ano Benito se veste a caráter e declama a abertura do carnaval, “diretamente do sertão das cotias...” Ele ainda colabora com o bloco *Pai do troço*, *Espanta Vaca* (bloco que surgiu no início do século XX) e o bloco do *Cruz Credo*.

Quando Benito descreve o bloco *Pai do troço* logo podemos fazer um paralelo com a idéia da Festa dos foliões de Cox:

“O pai do troço é uma sátira aberta de forma que durante os 365 dias do ano, as pessoas tenham um dia no carnaval que pode falar abobrinha, pode falar o que quiser, só que tem que assumir! Você senta numa bacia de banheiro, que a gente põe lá na rua, com descarga e tudo, e então você faz o discurso que quiser. Desce o cacete em quem quiser, mas tem que assumir. Antes as pessoas mandavam bilhetezinho para a gente e quem falava era a gente que organizava, a gente encenava. Hoje, eu penso que isso não é muito legal. É mais legal a pessoa ir acima do caminhão, sentar, fazer o seu discurso e depois dá a descarga. Isso é muito legal! Esse bloco sai na segunda-feira. Quando chega segunda, eu já estou acabado, sem voz, sem nada!

<sup>13</sup> Depoimento de Benito Campos, em 13 de Outubro de 2008.

<sup>14</sup> Depoimento de Benito Campos, em 09 de Janeiro de 2008.



Eu nunca consegui fazer um discurso pra valer, mas eu quase já fui morto no pai do troço”.<sup>15</sup>

Como citado por Benito, ainda tem o Espanta Vaca, que foi a retomada de um bloco do começo do século passado. Esse bloco trás uma inspiração bem rural, a idéia da vaca, o pessoal geralmente vai fantasiado de vaquinhas. Também tem o Cruz Credo inspirado na expressão do caipira “arranquei Capituva e sarrei de banda”, que trás para o carnaval o imaginário luizense dos monstros e figuras horrorosas, então o refrão da música “cruz credo, sarrei de banda”.

Todavia, o imaginário das lendas religiosas não está presente só na festa do carnaval e nas outras festas de cunho religioso. Também no festival de marchinhas muitas das composições são criadas inspiradas nesse tema. Neste ano, em 2008, pode-se citar como exemplo a música Nhá Colaca do compositor Pedro Minga. Não é de duvidar que todo o ano tenha pelo menos uma marchinha que fale do tal “capeta”.

Também deve ser acrescentado que não é fácil fazer uma separação de quais aspectos da cultura luizense é influenciado só pela religiosidade ou só pela ruralidade, isso é praticamente impossível. A cultura de São Luiz está impregnada desses elementos e os trás todo o momento para as festividades, as brincadeiras, os eventos, o modo de falar, as histórias e conseqüentemente para o seu cotidiano.

### REFERÊNCIAS

COX, Harvey. **A festa dos foliões**: um ensaio teológico sobre a festividade e fantasia. Petrópolis: Vozes, 1974.

PETRONE, Pasquale. A região de São Luiz do Paraitinga. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: 1959, v. 21, nº 3, Julho-Setembro 1959.

*São Luiz do Paraitinga é a capital das marchinhas*, Estado de São Paulo, Caderno 2, 30 de Janeiro de 1999.

VELHO, Gilberto; CASTRO, Eduardo B. Viveiros de. O conceito de cultura e o estudo de sociedades complexas. **Revista Artefato**, Rio de Janeiro, Ano I, 1978.

VIEIRA, Michele Cristina Alves. **O festival de marchinhas de São Luiz do Paraitinga e a memória histórico-cultural de seus participantes**. Trabalho de Iniciação Científica. São Paulo, 2008.

---

<sup>15</sup> Depoimento de Benito Campos, em 03 de Outubro de 2008.

## ESPAÇOS DE DANÇA DE SALÃO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: TRADIÇÃO E INOVAÇÃO NO LAZER DO CARIOCA

Maria Inês Galvão Souza<sup>16</sup>

**RESUMO:** O presente estudo tem como objetivo discutir as representações dos conceitos de tradição e inovação nas práticas de dança de salão a partir de uma análise de bailes da Zona Norte, do Centro e da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro<sup>17</sup>. Estamos investigando as representações dos pertencentes ao campo e os elementos utilizados na “encenação” tais como a forma de dançar, a utilização do espaço, os trajes e ritmos preferidos e o domínio da técnica. Para alcance dos objetivos, estamos realizando entrevistas com frequentadores em bailes previamente selecionados por sua importância e localização, uma descrição densa de cada espaço e uma fundamentação baseada nos conceitos de *corpografia* e de *tradição*. Nosso intuito nessa comunicação é apresentar as primeiras reflexões da pesquisa iniciada em 2007 levantando algumas hipóteses.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dança de Salão. Espaço. Cidade.

### Introdução

Essa comunicação é parte de um estudo que tem por objetivo discutir as representações dos conceitos de tradição e inovação nas práticas de dança de salão a partir de uma análise de bailes da Zona Norte, do Centro e da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. A partir da observação de três bailes de dança de salão de diferentes bairros da cidade do Rio de Janeiro, buscamos verificar como as encenações<sup>18</sup> realizadas nesses espaços dialogam com peculiaridades locais, como uma possível forma de ressignificação da espetacularização que também envolve essa prática de dança. Nosso intuito aqui é apresentar as primeiras considerações.

Tentamos no decorrer da pesquisa captar o fenômeno observado a partir de questões que abrangem a maneira como o cidadão comum experimenta a dança, partindo de sua compreensão dessa experiência, da motivação para a escolha dos bailes frequentados e das características do entorno urbano. Percebemos que através da dança os atores sociais colocam em prática valores, desejos e prazeres centrais de suas formas de viver. Nesse sentido a realidade vivida e o salão de dança estabelecem uma relação de continuidade, transformando-se num campo fundamental de produção de sentidos e significados.

Estamos estabelecendo como dança de salão aquela praticada por casais, que surgiu na Europa, no Renascimento, e que desde os séculos XV e XVI tornou-se uma forma de lazer muito apreciada. É chamada de “social” por ser praticada por pessoas comuns, em festas de confraternização, propiciando o estreitamento de relações sociais de amizade, de romance, entre outras. É denominada de “salão” porque requer salas amplas para os dançarinos realizarem livremente suas evoluções e porque foi através da sua prática nos salões das cortes reais européias que começou a ser valorizada e levada para as colônias da América, Ásia e África.

Ela chega ao Brasil pelas mãos de colonizadores portugueses, ainda no século XVI, e mais tarde pelos imigrantes de outros países da Europa que para cá vieram. Num país como o Brasil, com tão fortes e diferentes influências culturais, não tardaram a se mesclar com contribuições dos povos indígenas e africanos: um processo de inovação e modificação das práticas européias importadas, bem como do surgimento de novas danças, tipicamente brasileiras.

Apesar desses diálogos culturais, no fim do século XIX as danças de salão no Brasil ainda expressavam majoritariamente influência européia. As moças iam ao baile de carnê, onde eram anotados os compromissos para as danças. A etiqueta impunha na época bastante cerimônia no pedido para esta ou aquela “contra-dança”: o cavalheiro tinha de reverenciar a dama e solicitar a honra de partilhar com ela a próxima valsa ou polca. As regras e códigos das danças de salão, muitos dos quais ainda hoje podem

<sup>16</sup> Professora do Curso de Bacharelado em Dança da UFRJ. Coordenadora do Projeto *Dança de Salão: tradição e modernidade na cena contemporânea*. Doutoranda em Teatro pela UNIRIO. Membro do grupo de pesquisa ANIMA: Lazer, Animação Cultural e Estudos Culturais.

<sup>17</sup> Selecionamos inicialmente um espaço em bairros específicos da cidade: Grêmio Recreativo Vera Cruz localizado no bairro da Abolição (Zona Norte), Gafieira Estudantina Musical no Centro da cidade e a Academia Jimmy de Oliveira localizada no bairro do Catete (Zona Sul).

<sup>18</sup> O termo é definido por Veinstein (apud PAVIS, 1999, p. 122) como “o conjunto dos meios de interpretação cênica: cenário, iluminação, música e atuação (...)”.

ser observados, já estavam se delineando nessa época.

A partir da década de 1990 aproximadamente, é possível identificar o aumento da presença da dança de salão na cidade do Rio de Janeiro. Resultado da busca de novas formas de ocupação do tempo livre e da reocupação e revitalização de algumas áreas da cidade, novos espaços de música e dança se configuram, somando-se a antigos e tradicionais locais. Atualmente os espaços populares de dança cariocas têm se constituído como uma significativa prática de lazer para diferentes perfis de indivíduos. Se na década de 1970, no auge da “era discotêque”, a dança de salão era associada a “gente velha”, hoje são os jovens que ressignificam códigos e condutas, ampliando a possibilidade de relações entre damas e cavalheiros anteriormente constituídas.

A partir das representações dos conceitos de tradição e inovação encontrados nos discursos dos freqüentadores e das práticas desenvolvidas nos salões, estamos realizando uma análise comparada dos espaços da Zona Norte, do Centro e da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Investigamos as representações dos pertencentes ao campo (atores sociais) e os elementos utilizados na “encenação” tais como a forma de dançar, a utilização do espaço, os trajes e ritmos preferidos e o domínio da técnica, entre outros. Serão investigadas as relações do entorno urbano com os discursos e as práticas dos atores.

Partindo da idéia de Jacques e Britto (2008) de que “a cidade é lida pelo corpo e esta relação produz uma síntese que o corpo expressa na sua corporalidade” (p. 182), queremos investigar a presença de características locais expressas por esses corpos que dançam. Como esses espaços são marcados por um preenchimento dinâmico de memórias e tradições que se transformam e são reinventadas conforme o fluxo de entradas e saídas de novos atores sociais de diferentes espaços urbanos, levantamos a hipótese de que os bailes não chegam a se caracterizar segundo sua localização espacial. Isso se integra a possibilidade de inexistência de uma *corpografia*<sup>19</sup> própria, que possa ser entendida como particular de cada espaço investigado.

Nesse sentido, a partir das categorias selecionadas para integrarem o conjunto dessa análise e dos dados levantados nas entrevistas, tentaremos responder as questões: a dança de salão é espaço da tradição? Os jovens reconfiguram os espaços? Existem alterações nos papéis de damas e cavalheiros conforme o espaço observado? Como acontecem as regras em cada espaço investigado? Elas existem e são respeitadas? Que sentido a dança ocupa na vida dos atores sociais de cada espaço? O que leva jovens e idosos a buscarem aqueles espaços específicos de dança?

A iniciativa de realizar essa pesquisa sobre o “palco do cotidiano”, parte da idéia de que os atores sociais dos bailes de salão experimentam o espaço das danças populares como um palco da vida. Nesse sentido surgiu a necessidade de melhor compreender o cenário e os diferentes sentidos e significados da performance<sup>20</sup> dessa dança, enquanto expressão artística popular de jovens e idosos: atores sociais da cidade do Rio de Janeiro.

Partimos do princípio de que as variações das dinâmicas observadas nesses palcos do cotidiano são marcadas pela hibridização, algo relacionado a aspectos como: o estilo e a forma de execução da música, o(a) parceiro(a) com quem se dança, o domínio da técnica dos movimentos, a arquitetura e as características do espaço físico, o tipo de baile, o traje utilizado, entre outros. Essa trama de diálogos cria uma ambiência que permite a emergência do inesperado: não existem roteiros fixos nem projetos de finalização das encenações criadas a cada noite em todos os espaços. Os primeiros indicadores expressos nos discursos dos dançarinos, freqüentadores desses espaços, sinalizam a construção de um grande jogo de encenação. Os roteiros e as danças são improvisados a partir das condições que se apresentam a cada noite. Para cada situação existe uma forma elaborada de agir que se configura em gestos, olhares e no próprio uso de recursos técnicos da dança. Nesse sentido, tentamos compreender se as características do entorno urbano de cada espaço têm deixado marcas na combinação dessas categorias.

Ressaltamos durante o trabalho de campo a idéia de Schechner de que “honrar o que é ordinário é observar quão ritualística é a vida diária, e o quanto esta é constituída de repetições” (2003, p. 27) e

<sup>19</sup> *Corpografia* segundo Jacques e Britto (2008) seria um tipo de cartografia realizada pelo e no corpo. Memória urbana inscrita no corpo. Uma espécie de grafia urbana, da própria cidade vivida, que configura o corpo de quem a experimenta (p. 182).

<sup>20</sup> Segundo Andréa Nouryeh uma das tendências da Performance é “apresentação autobiográfica em que o artista fala de acontecimentos reais de sua vida” (apud. Pavis, 2001, p. 284). Para Pavis (2001) “num sentido mais específico, o *performer* é aquele que fala e age em seu próprio nome (enquanto artista e pessoa) e como tal se dirige ao público, ao passo que o ator representa sua personagem e finge não saber que é apenas um ator de teatro. O *performer* realiza uma encenação de seu próprio eu, o ator faz o papel de outro” (p. 284).

assim, passamos a observar os espaços dos bailes como possibilidades de ritualização da dança. Mesmo percebendo que seus frequentadores não tenham consciência desse aspecto ritualístico, acreditamos que eles deslocam o sentido de suas vidas no momento em que se entregam ao palco da dança, e assim fazem com que espaço, tempo e ação não existam separadamente nesse espetáculo e formando um só corpo, se situam na “intersecção do mundo concreto da cena (como materialidade) e da ficção imaginada como mundo possível” (Pavis, 2003, p. 139).

### **As novas representações dos espaços de dança de salão**

Compreendendo que a história da dança de salão não está desvinculada de um determinado contexto, não é possível observar as suas mudanças descoladas do conjunto de transformações da nossa cultura. Apesar da forte tradição dos bailes de dança de salão, novos arranjos estão constantemente ocorrendo. Aliás, seria um equívoco considerar “tradicional” como sinônimo de estaticidade. Hobsbawm e Ranger nos esclarecem o sentido das tradições quando afirmam que:

Muitas vezes, “tradições” que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas. (...) Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado (2002, p. 9).

Observamos desde as primeiras “caminhadas” (Magnani, 2000) em espaços de dança da Zona Norte, da Zona Sul e do Centro da cidade que os atores sociais dos bailes de salão dialogam com a construção simbólica das tradições, reinventando-as conforme o fluxo de entradas e saídas de novos participantes. A configuração dos espaços de encenação da dança se constitui pela participação dos bailarinos, que curiosamente também são os espectadores da cena.

A partir dessa noção de configuração dinâmica dos espaços, tentamos observar a existência de indicadores que nos revelem o que nos aponta Jacques e Brito (2008): “Cada dança sugere um modo particular do corpo conduzir a tessitura de sua rede de referências informativas, a partir das quais, o seu relacionamento com o ambiente pode instaurar novas sínteses de sentido – ou coerências” (p. 186).

No artigo intitulado *Corpografias urbanas: relações entre o corpo e a cidade*, as autoras trabalham a hipótese de que:

Os espaços menos espetaculares da cidade resistem, assim, nesses corpos moldados pela sua experiência, ou seja, resistem nas corpografias resultantes de sua experimentação, uma vez que esses corpos denunciam, por sua simples presença e existência, a domesticação dos espaços mais espetacularizados, sua transformação cenográfica (JACQUES e BRITTO, 2008, p. 189).

Nesse sentido, estamos utilizando a pesquisa etnográfica com o objetivo de nos aproximar desses corpos, bem como dos espaços por eles experimentados. Seria possível afirmar que nos bailes do subúrbio do Rio de Janeiro as *corpografias* têm um caráter de resistência e os corpos da Zona Sul são mais espetacularizados? Será que realmente os corpos da Zona Sul são mais afetados pela espetacularização da nossa cidade em função da circulação mais constante de novos modismos? E o Centro recebe influência de todos os espaços?

Caldeira (2008) observa que no surgimento das características de um mundo eminentemente urbano, se estabelecem tensões entre o local e o global e assim como Hall (2003), desenvolve o pensamento de que as marcas identitárias são desestabilizadas e, nesse sentido, as relações sociais parecem mais desterritorializadas. Na Gafieira Estudantina Musical, espaço tradicional localizado no Centro do Rio, não conseguimos identificar nenhuma regularidade nas observações realizadas sobre a forma de dançar, a maneira de se vestir e até mesmo na preferência musical. O público é diverso e traz informações corporais identitárias completamente “desterritorializadas”.

Para abordarmos as questões de identidade advindas de espaços tão díspares da cidade, consideramos o conceito de espaço segundo Gropius e apropriado por Lima (2006):

O Espaço para Gropius não é nada em si: é uma extensão ilimitada, sem definição. Começa a existir, a delimitar-se, a tomar forma quando vem considerado como dimensão virtual da ação ordinária, projetada, formativa de um grupo social. E por grupo social não se entende a sociedade estratificada, mas poucas ou

muitas pessoas vivenciando em conjunto uma experiência formativa, ou seja, a que trate dos membros de uma família, dos alunos de uma escola, da direção de uma fábrica, dos espectadores de um teatro ou dos habitantes de um bairro. (LIMA, 2006, p. 31)

Assim, os espaços da dança ganham sentido na medida em que são preenchidos pelos encontros dos corpos, que em pares dançando, compõem uma arquitetura viva e complexa de sentidos e significados junto às estruturas concretas dos salões de baile.

Jane Jacobs (apud Lima, 2006) quando afirma que “as cidades encarnam a vida em sua forma mais complexa e mais intensa” (p. 106), nos faz pensar as representações da cultura “encarnadas” nos espaços sociais aqui pesquisados: de que forma as especificidades culturais dos bairros investigados se “encarnam” nesses espaços de dança de salão?

Uma das damas entrevistadas num espaço de dança localizado no subúrbio do Rio nos disse que toca muito samba e swing na Zona Norte e na Zona Sul, muita salsa e zouk. Segundo ela: “a Zona Norte é mais tradicional e mais resistente às novidades” (Dama do Grêmio Recreativo Vera Cruz, 2005). Percebemos que existe uma representação muito forte da tradição nos espaços da Zona Norte, onde há uma predominância maior de casas e pequenos clubes.

A aquisição da técnica para muitos frequentadores é tão importante que eles procuram outras atividades corporais que auxiliem e acelerem o processo de formação corporal. Foi assim que um dos cavalheiros entrevistados no Vera Cruz (2005) se tornou ator do espetáculo *Dancing Eldorado*, que esteve em cartaz no Centro Cultural Carioca em 2007. Em relação à técnica, seu discurso indica a necessidade da prática para essa rápida profissionalização: “Lá no Centro Cultural Carioca a gente também faz aula de balé e outras aulas. O balé é tudo indo para cima. Você tem que estar sempre com a postura para o alto, diferente do samba, que é mais para o chão.”

Percebemos em todos os bailes que o corpo “incorpora o figurino” assim como o figurino “incorpora o corpo” dos dançarinos. As roupas não são apenas seus suportes ou adereços para suas danças, elas fazem parte da encenação do espetáculo e desta forma também se faz necessário um domínio da técnica para que não vejamos corpo/personagem e objeto/figurino separados.

### **Considerações finais (ainda iniciais)**

Observando os frequentadores da dança de salão podemos dizer que “o brilho de um gesto retido na memória tem o poder de lançar luzes na compreensão de um passado, que se transforma em presente e se projeta no futuro” (LOPES, 2003, p. 5). Identificamos que ainda sobrevivem nesses espaços figuras tradicionais que, trajando um figurino bem conhecido - calça branca, camisa de seda vermelha e sapato bicolor - ainda portam lencinhos que estão prontos para segurar a mão da dama ou enxugar o suor da testa, gestos que refrescam a nossa memória e que, nos emocionando, projetam um sentido que ainda resguarda a conexão entre arte e vida através da dança.

Identificamos a complexidade do sentido artístico do palco do cotidiano, do impulso motivador para essa atividade de lazer e o que leva esses espaços a serem tão importantes na vida desses atores sociais fazendo com que eles se transformem em personagens que transitam nos bailes de salão buscando olhares e admirações. Nos encontros de frequentadores da Zona Norte a Zona Sul, os corpos dialogam pelo movimento, preenchendo esses espaços com infinitas possibilidades de jogos de encenação. Nessa perspectiva, encontros e desencontros entre damas e cavalheiros dinamizam esse espetáculo coreográfico, criando matizes urbanas que serão investigadas na próxima etapa da pesquisa.

A partir do exemplo de um “velho professor de samba”, Jeudy nos fala sobre a relação dos corpos que dançam com aqueles que os observam, ressaltando o movimento dinâmico desses espaços de lazer, nos revelando assim novos sentidos:

O movimento de seu corpo era tão regular, tão preciso, que às vezes eu o achava quase monótono. Logo dei-me conta de que me enganava: o velho mudava as figuras de uma maneira quase imperceptível, a tal ponto que ele poderia dar a impressão de ser um autônomo. Ele não modificava, porém, a postura de seu corpo e seu sorriso congelado só deixava transparecer a certeza absoluta de seu prazer. De costas ou de frente, de perfil esquerdo ou direito, ele parecia uma estátua, mas manifestava, ao mesmo tempo, uma falta total de rigidez. Seus movimentos associavam com perfeição a imobilidade e a mobilidade. De seu corpo, que ele mantinha quase imóvel, é que parecia nascer o movimento do casal. (...) Não havia pensado em um detalhe essencial: o corpo da jovem mulher, apesar da graça de seus gestos, só servia para valorizar o jogo fantástico do velho professor de samba. Os movimentos dessa mulher acentuavam a impressão de

imobilidade de seu cavalheiro, que, assim, parecia determinar todos os seus passos. Qual era meu lugar? O do simples espectador? Eu podia ainda me dizer: eis uma experiência que mostra que o corpo se constitui como objeto de arte independentemente do observador. Se eu não estivesse ali, essa cena prosseguiria da mesma maneira. Graças ao eterno nascimento do movimento que ele induzia, o corpo desse senhor constituía-se como objeto de espetáculo por si mesmo e nos bastidores (2002, p. 64).

A dança enquanto prática popular de lazer carrega esse atributo descrito por Jeudy de independer do olhar alheio para que ela aconteça. O prazer se dá no encontro com o outro e na satisfação de brilhar no palco da vida.

Ao investigar as transformações dos padrões das danças de salão, incluindo a utilização de diferentes espaços (hoje podemos identificar bailes em clubes e academias), códigos de comportamento (damas pagam para dançar e escolher seus cavalheiros), movimentos e regras dos salões, acreditamos que a pesquisa pode revelar novas possibilidades de relações entre corpo, cidade, arte, cultura e sociedade.

Assim, acreditamos em nossas contribuições para a compreensão dessa atividade de lazer no meio acadêmico, ampliando o olhar do campo da dança, principalmente no que diz respeito a diferentes formas de produção de sentidos e significados estéticos dessa nossa tão nobre popular atividade de lazer.

## REFERÊNCIAS

CALDEIRA, Solange Pimentel. O espaço e a cidade na produção coreográfica de Pina Bausch: uma cartografia do imaginário. In LIMA, Evelyn Furquim Werneck (org.). **Espaço e teatro: do edifício teatral à cidade como palco**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008. P. 117-143.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. 3ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

JACQUES, Paola Berenstein e BRITTO, Fabiana Dultra. Corpografias urbanas: relações entre o corpo e a cidade. In LIMA, Evelyn Furquim Werneck (org.). **Espaço e teatro: do edifício teatral à cidade como palco**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008. P. 182-192.

JEUDY, Henri-Pierre. **O corpo como objeto de arte**. 2ª. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Das vanguardas à tradição**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

LOPES, Antonio Herculano. **Performance e história**. In: *Percevejo*. Revista de teatro, crítica e estética. Rio de Janeiro: UNIRIO; PPGT; ET, Ano 11, n. 12, 2003. P. 5-16.

MAGNANI, José Guilherme Cantor, TORRES, Lilian de Lucca (orgs.). **Na metrópole**. São Paulo: Edusp, 2000.

PAVIS, Patrice. **A análise dos espetáculos**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

\_\_\_\_\_. **Dicionário de teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

SCHECHNER, Richard. O que é performance? In: **O Percevejo**. Estudos da performance. Revista de Teatro, crítica e estética. Ano 11, no. 12. Programa de Pós-Graduação em Teatro. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2003. P. 25-50.

## O ENSINO DO JOGO NA PERSPECTIVA DO LAZER

*Marizabel Kowalski*<sup>21</sup>

*Deyliane Aparecida de Almeida Pereira*<sup>22</sup>

**RESUMO:** Atividades designadas como lazer passam por manifestações de cultura e fazem parte da herança cultural de cada comunidade ou sociedade, podemos exemplificá-los como os vários tipos de jogos, brincadeiras, expressões artísticas. O lazer popular pode ser percebido enquanto espaço de resistência da doutrinação puramente consumista, tendo como exemplos as festas típicas e os jogos e brincadeiras como “mãe da rua”, “chiqueiro”, “pula cela”, “bolinha de gude” e todas aquelas que surgem de uma forma coletiva e de inter-relação entre os sujeitos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Jogos. Cultura.

### O Jogo

O costume de comparar a vida a um palco, com eco no neoplatonismo. Faz pensar o jogo, diametralmente, oposto à seriedade. Ao verificarmos que o contraste entre jogo e seriedade não é decisivo nem imutável, como por exemplo: é curioso notar que o ato puramente fisiológico de rir é exclusivo dos homens, ao passo que a função significativa do jogo é comum aos homens e aos animais. Huizinga reúne todas as idéias num mesmo grupo – jogo, riso, loucura, piada, gracejo, cômico, quanto mais nos esforçamos para estabelecer uma separação entre a forma que chamamos “jogo” e outras formas aparentemente relacionadas a ela, mais se evidencia a absoluta independência do conceito de jogo – o jogo não é compreendido pela antítese entre sabedoria e loucura, ou pelas que opõem a verdade e a falsidade, ou bem ou mal. Embora seja uma atividade não material, ele não desempenha uma função moral, sendo impossível aplicar-lhe as noções de vícios e virtude. Em suas formas mais complexas – o jogo – está saturado de ritmo e de harmonia que aparecem como os mais nobres dons de percepção estética que o homem dispõe.

Para Huizinga, devemos aqui, portanto, limitar-nos ao seguinte:

A. O jogo é uma função da vida, mas não é passível de definição exata em termos lógicos, biológicos ou estéticos.

B. A primeira das características fundamentais do jogo: o fato de ser livre, de ser ele própria liberdade. Uma segunda característica é que o jogo não é vida “corrente” nem vida “real”. Entretanto, todo jogo é capaz, a qualquer momento, de absorver inteiramente o jogador.

C. o jogo distingue-se da vida “corrente” tanto pelo lugar quanto pela duração que ocupa. Esta terceira, de suas características principais: o isolamento, a limitação. O jogo é jogado até o fim dentro de certos limites de tempo e espaço. Possui um caminho e sentidos próprios.

D. o jogo como fenômeno cultural é transmitido, torna-se tradição.

E. a capacidade fundamental da repetição, que não se aplica apenas ao jogo em geral, mas também a sua estrutura interna.

A limitação no espaço é ainda mais flagrante do que a limitação no tempo. Todo jogo se processa e existe no interior de um campo previamente delimitado, de maneira material ou imaginária, deliberada ou espontânea. A arena, a mesa do jogo, o círculo mágico, o templo, o palco, a tela, o campo de tênis, o tribunal, do mesmo modo tem todos a forma e a função de terreno de jogo é lugares proibidos, isolados, fechados, sagrados, em cujo interior se respeitam determinadas regras. Todos eles são temporários dentro do mundo habitual, dedicados à prática de uma atividade especial.

Reina dentro do domínio do jogo uma ordem específica e absoluta. E aí aparece uma outra característica mais positiva:

F. ele cria a ordem e é ordem. Introduce na confusão da vida e na imperfeição do mundo uma perfeição temporária e limitada, exige uma ordem suprema e absoluta: a menor desobediência a esta “estraga o jogo” privando-o do seu caráter próprio e de todo e qualquer valor.

<sup>21</sup> Kowalski, M. UFV E-mail: [belkowski@ufv.br](mailto:belkowski@ufv.br)

<sup>22</sup> Pereira, D. A. A. UFV – Universidade Federal de Viçosa. Graduada em Licenciatura e Bacharel na Universidade Federal de Viçosa – Viçosa/MG, Bolsista PIBIC/CNPQ 2008-2009, Membro do Grupo de Estudos da Construção das Condutas Atléticoas – UFV/DES. Email: [deyliane\\_245@yahoo.com.br](mailto:deyliane_245@yahoo.com.br)

Há nele uma tendência para ser belo. As palavras que empregamos para designar seus elementos pertencem quase todas à estética. São as mesmas palavras com as quais procuramos descrever os efeitos da beleza: tensão, equilíbrio, compensação, contraste, variação, solução, união e desunião. Acima de tudo, quem joga o jogo respeita às regras. São elas que determinam o que “vale” dentro do mundo temporário e circunscrito. Paul Valéry exprimiu uma idéia das mais importantes: “No que diz respeito às regras de um jogo, nenhum ceticismo é possível, pois o princípio no qual elas assentam é uma verdade apresentada como inabalável”. (HUIZINGA, 2000, p.14). O jogo lança sobre nós um feitiço: e torna-se fascinante, cativante. O elemento tensão, a que nos referimos, desempenha no jogo um papel especialmente importante para Huizinga: “Tensão significa incerteza, acaso”. O caráter especial e excepcional do jogo é ilustrado de maneira flagrante pelo ar de mistério em que freqüentemente se envolve. Assim, nossas idéias de culto, magia litúrgica, sacramento e mistério seriam todas abrangidas pelo conceito de jogo. Esta identidade do ritual e do jogo, o qual se refere o autor, era reconhecida sem reservas por Platão, que não hesitava em incluir o sagrado na categoria de jogo.

De um ponto de vista formal, não existe diferença alguma entre a delimitação de um espaço para fins sagrados e a mesma operação para fins de simples jogo. A pista de corridas, o campo de futebol, o tabuleiro de xadrez ou o terreno da amarelinha não se distinguem, formalmente, do templo ou do círculo mágico. A extrema semelhança que se verifica entre os rituais dos sacrifícios de todo o mundo mostra que esses costumes devem ter suas raízes em alguma característica fundamental e essencial do espírito humano. Tendo como excelência à separação espacial em relação à vida cotidiana. É dentro deste espaço diferenciado da vida comum que o jogo se processa e que suas regras têm validade. Sempre que se trata de proferir um voto, de ser recebido numa Ordem ou numa Confraria, de fazer um juramento ou de entrar para uma sociedade secreta, de uma maneira ou de outra há sempre esta delimitação de um lugar do jogo. O mágico, o áugure e o sacrificador começam sempre a circunscrever seu espaço sagrado. O sacramento e o mistério implicam sempre um lugar santificado, Como expressão pública, encontramos um *Stadium* reverenciado por religiosos, escritores, cronistas, jornalistas e políticos, cujas consagrações são relatadas de várias formas; desde devotas e fervorosas evocações, simples expressões românticas às paixões desenfreadas que marcaram presença no tempo e no espaço do cotidiano com sensibilidades necessárias à construção romântica do jogo.

### **Análise das Teorias e Ensino dos Jogos**

Os jogos têm diversas origens e culturas que são transmitidas pelos diferentes jogos e formas de jogar, com função de construir e desenvolver uma convivência social entre as crianças, promovendo o lazer. Quando a criança participa de um jogo, não joga apenas para se divertir, mas sim, sente uma necessidade de concretizar seus sonhos e fantasias, que, apenas um jogo é capaz de realizar, porque fora dele vive-se uma realidade que nem sempre é como gostaria que fosse. O jogo traz oportunidade para o preenchimento de necessidades irrealizáveis e também a possibilidade para exercitar-se no domínio do simbolismo. Ou seja, por meio dos jogos e brincadeiras a criança vivencia as representações do mundo que ela própria cria, é o “faz de conta”, transformando sentimentos, em emoções e interligando-se do mundo real. Este tem a função de construir e desenvolver uma convivência social entre as crianças estabelecendo regras, critérios e sentidos, possibilitando assim, um convívio mais social e democrata, porque “enquanto manifestação espontânea da cultura popular, os jogos tradicionais têm a função de perpetuar a cultura infantil e desenvolver formas de convivência social”. (KISHIMOTO, 1993, p.15)

O jogo acompanha a evolução do homem, independente de sua origem e do seu tempo, nasce com a cultura e adquire significado entre os povos à medida que é adotado por determinado grupo social. A história do jogo está diretamente ligada à história da criança, pois cada cultura tem uma maneira de ver a criança, de tratá-la e educá-la. O brinquedo é utilizado desde os primórdios da civilização Greco-Romana, onde o jogo era visto como lazer, um relaxamento para as atividades que exigiam esforço físico e intelectual, segundo Kishimoto (1994). Patão coloca a importância de aprender brincando, já Aristóteles coloca o jogo como uma preparação pra a vida adulta. Na Idade Média, o jogo era visto como algo não sério e a criança era percebida como adultos em menor escala, ajudavam seus pais trabalhando na condição de servos e desenvolvendo o aprendizado de um ofício. Não havia diferença entre comportamentos de crianças e adultos, jogavam os mesmos jogos e participavam das mesmas brincadeiras (cabra-cega, esconde-esconde, etc.). Entre os brinquedos observados encontra-se o jogo da malha, arco, pequena carruagem cheia de bonecas, dança e música, miniaturas de brinquedo mecânicos, etc., além de contos de fada. Observa-se que muitos destes estão presentes no nosso cotidiano com



modificações sofridas pelo tempo. A partir do renascimento o jogo serviu para divulgar princípios de moral, ética e conteúdos de Geografia, História e outros. A concepção de infância começa a se constituir, a criança passa a ser dotada de valor positivo, por interesses psicológicos e solicitude moral.

Atualmente o conceito de jogo traduz-se como um significado e projeção de ações e pensamentos, segundo Kishimoto (1994), “o brinquedo é entendido como objeto cultural, suporte de brincadeira, a brincadeira como conduta estruturada, com regras e o jogo para designar tanto objeto como as regras. O jogo, por sua amplitude, só se explica dentro do contexto em que é utilizado.” Huizinga, afirma que o elemento fundamental da cultura humana é o instinto do jogo, pois no jogo e pelo jogo que a civilização surge e se desenvolve como forma significativa, como função social, ultrapassando os limites da atividade puramente física ou biológica. Nele sempre existe alguma coisa em jogo que transcende as necessidades imediatas da vida e confere um sentido à ação, pois é um espaço de experiência e liberdade de criação no qual se expressa emoções, sensações, pensamentos sobre o mundo e também um espaço de interação consigo mesmo e com os outros. Através do jogo a sociedade capta o valor e significado de imagens e a transformação destas imagens e exprime sua interpretação da vida e do mundo. A essência e característica primordial do jogo são a tensão, a alegria e o divertimento, pois a realidade do jogo ultrapassa a esfera da vida humana é impossível que se tenha seu fundamento em qualquer elemento racional.

O caráter especial e excepcional do jogo é ilustrado de maneira flagrante pelo ar de mistério em que freqüentemente se envolve, Caillois define o jogo como uma atividade livre e voluntária, diversão sem caráter obrigatório, e delimitado, com espaço e tempo previamente estabelecidos. Portanto o jogo é prazer, liberdade, evasão da vida, regras, representativo, delimitação de tempo e espaço, caráter improdutivo, incerteza. Hoje, observamos que as crianças estão se esquecendo de brincar e jogar em liberdade, pela mecanização do indivíduo imposta pela massificação dos aparelhos eletrônicos. Muitas vezes as brincadeiras de rua ficam esquecidas. Desta maneira, crianças trabalham como adultos, consomem como adultos, partilham informações como adultos não reconhecendo o mundo infantil como diferente e especial. Portanto, ser crianças não significa ter infância.

### **O Lazer e as Teorias do Jogo**

Na sociedade industrial, é distinto o modo em que se entrelaçam no trabalho ocupacional das pessoas e como estas agem em suas atividades consagradas ao ócio ou não. A agradável satisfação que as atividades recreativas proporcionam tende a considerar como se tratasse de um meio para se alcançar um fim - o fim de aliviar as pessoas das tensões causadas pelo trabalho, e aumentar sua capacidade de trabalhar. Durante as horas em que o indivíduo não necessita trabalhar, há coisas de menos valor ou intrinsecamente inúteis, e a sociedade mira com indulgência sua inclinação aos prazeres da ociosidade. A função principal da atividade recreativa, segundo a ideologia do ócio, é a relação que permite liberar as pessoas destas tensões.

Por um momento nada parece ter uma idéia clara sobre quais são as tensões laborais das quais busca-se alívio no tempo destinado ao ócio, a menos que a frase se refira somente ao cansaço físico, em cujo caso, melhor seria ir para cama que ao teatro ou a uma partida de futebol. É verdade que não sabemos que classe de tensão que o trabalho produz nos trabalhadores, tampouco sabemos como atuam as atividades recreativas para proporcionar relações. Tanto as atividades recreativas como as não recreativas, desempenham funções diferentes para as pessoas na atividade desempenhada durante o tempo de ócio.

O espectro do tempo livre, entre elas a atividade recreativa, tem como objetivo perfilar estas relações e diferenças entre a atividade desenvolvida neste período de tempo. Ao mesmo tempo tenta situar a relação entre o ócio e as atividades do tempo livre. Como pode versar, a distinção parece óbvia: todas as atividades recreativas são atividades de tempo livre, mas nem todas as atividades de tempo livre são recreativas. Por estranho que resulte, não se percebe claramente que muitas atividades de tempo livre não estão consagradas ao ócio ou, para dizer em outras palavras, sem ele, o espectro adjunto não existe. No espectro do tempo livre podem ser direcionadas para as rotinas do tempo livre como: satisfação rotineira das necessidades biológicas e cuidado do próprio corpo, rotinas da casa e da família, trabalho voluntário privado, não ocupacional, realizado principalmente para outros ou para si mesmo, atividades religiosas, atividades voluntárias. Para as atividades recreativas: atividades sociais, atividades miméticas ou de jogo, atividades recreativas fora da rotina e com freqüência multifuncional.

As atividades recreativas são uma classe de atividades nas quais, mais que nenhuma outra, a

contenção rotineiras das emoções podem até certo ponto, relegar-se publicamente e com o reconhecimento social. Nelas o indivíduo pode achar a oportunidade de sentir as emoções de média força, sem perigo para ele e sem perigo e nem compromisso constante com os outros. Sendo que em outras esferas da vida, as atividades acompanhadas de efeitos poderosos e profundos, ou bem comprometem a pessoa mais além do momento em que se produz a excitação de suas emoções, ou bem a expõe a sérios perigos e riscos - se tais efeitos não são antes bloqueados por completo mediante a rotineira subordinação dos sentimentos pessoais que estão fora do campo da pessoa. Nas atividades recreativas, em respeito por si mesmo e, sobretudo, pela própria satisfação emocional, na forma mais ou menos pública e ao mesmo tempo aprovadas socialmente, pode ter prioridade sobre todas as demais considerações.

Na segunda parte desta interpretação, consiste em utilizar os jogos como modelo para determinar a relação existente entre as atividades recreativas e as que não são. O ser humano participa desde o princípio em um jogo e junto aos demais, porém, não existe o ponto certo que marque o momento em que os seres humanos começaram a praticar os jogos, e tampouco existe algum começo de normas e regras. As dificuldades intrínsecas em todas as discussões se devem basicamente a dois fatores: O primeiro é a implícita valorização que decide o que é, ou o que se considera real e o que não é. Deste modo, a idéia de que o trabalho é real e o ócio irreal, está estreitamente relacionada com as tradições e os valores na qual o trabalho se outorga a um lugar de preferência em relação ao ócio, o qual é considerado uma frivolidade inútil.

Esta clarificação acaba com a divisão estática e absoluta entre o que é real e o que é irreal, pois abre terreno a diferentes classes e graus de realidade. Implica que todas as atividades humanas que se baseiam na comunicação, que são como os movimentos de um jogo, jogado por seres humanos entre si, são reais. Não há dúvida de que os jogos recreativos se concede às fantasias e emoções de todo tipo, um papel maior que na vida não recreativa das pessoas, pois sem fantasias estruturadas socialmente e comunicadas, fantasias que são cristalizadas numa obra de teatro, um quadro, uma partida de futebol, uma sinfonia, uma corrida de cavalos, um baile ou uma aposta são reais. Em contraposição com as fantasias puramente privadas, não socializadas, são tão reais em termos de seres humanos que participam nelas como os cuidados que se tem com os filhos no tempo livre, ou da esposa ou, para o caso, tão reais como o próprio trabalho.

O grau e a estrutura deste entendimento para o autocontrole variam de uma sociedade a outra, segundo a etapa de seu desenvolvimento em que se encontram. Em geral, pode dizer-se que a socialização característica das sociedades altamente industrializadas produzem uma interiorização mais forte e firme do autocontrole individual e, como resultado, uma couraça de autocontrole que funciona em forma relativamente uniforme e comparativamente moderada, porém são muitos resquícios em muitas esferas. Considerando que o ócio é um dos poucos redutos aonde o indivíduo das sociedades industrializadas podem buscar, com moderação, um contato com plena aprovação pública, uma certa excitação emocional até certo ponto e de forma socialmente regulada.

Em resumo, nas sociedades mais avançadas o cerco é dobrado de restrições que mantêm a conduta dos indivíduos dentro dos limites de comportamento do grupo: restrições externas, representadas por leis e seus agentes, os controles internos; representados por agentes controladores de pessoal como a consciência e a razão. Assim, não nos permite dirigir e regular cronologicamente nossos movimentos de acordo com a completa estrutura de nossas interdependências, também nos livram dos estalos momentâneos e aumentam nossa margem de decisão. Em contrapartida, ao impedir que os impulsos, afetivos e emocionais busquem satisfação direta e mediata, criando tensões mais específicas. Por outro lado, as experiências e a conduta humana no contexto mimético (jogo) representam uma transposição específica das experiências e, a conduta característica dos chamados assuntos “sérios” da vida, independentemente de que este termo se refira ao trabalho ocupacional ou de outras atividades do tempo livre.

## REFERÊNCIAS

BROUGERE, Gilles. “A Criança e a cultura lúdica”. KISHIMOTO, Tizuko Morchida. (Org.). *O brincar e suas teorias*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

BRUHNS, Heloisa T. *O corpo parceiro e o corpo adversário*. Campinas. Papirus, 1993.

DUARTE, Cátia Pereira; MENDES, Roseana. *Brincando e Jogando: ontem e hoje*. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2007.

Filme “A Invenção da Infância”. Ministério da Cultura, Governo Federal

FRIEDMANN, Adriana. *A arte de brincar: brincadeiras e jogos tradicionais*. Petrópolis: Vozes, 2004.

HEYWOOD, Colin. *Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente*/ Colin Heywood; trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

KISHIMOTO, T. M. *O jogo e a educação infantil*. São Paulo, Pioneira, 1994.

## LAZER E TRABALHO: UMA ANÁLISE CRÍTICA INTRODUTÓRIA<sup>23</sup>

Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo<sup>24</sup>

**RESUMO:** Este trabalho é uma revisão bibliográfica para o entendimento do Lazer e do Trabalho enquanto categorias imprescindíveis para a sua compreensão enquanto fenômenos sociais. Com o objetivo de realizar uma análise crítica introdutória dos paradigmas dos estudos do lazer e do trabalho, foi realizada uma leitura crítica de obras clássicas e contemporâneas e posteriormente a tentativa da realização de uma síntese sobre o tema com apontamentos de uma sistematização da compreensão do caráter dialético da relação trabalho e lazer.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Trabalho. Paradigmas.

Entendendo o Lazer como fenômeno cultural recente da sociedade pós-industrial, existem diversos estudos<sup>25</sup> que dissertam sobre o tema na atualidade, porém ainda se ressentem de estudos aprofundados, principalmente de caráter crítico para o entendimento do lazer. Configurando, então, os Estudos do Lazer, um campo fértil para investidas acadêmicas e científicas de relevância social.

No atual estágio de mundialização e crise do capitalismo, de orientação neoliberal, o paradigma entre lazer e o trabalho proporciona uma frutífera discussão nesse campo de estudo. As recentes contribuições das Ciências Sociais, da Educação e das Artes, deram uma nova pujança à compreensão do lazer em sua interrelação com o trabalho. Historicamente, como forma de denúncia das consequências da exploração do trabalhador na atividade fabril ou como forma de resistência e indignação pela condição de dominados na divisão social do trabalho, alguns autores compreendem ser o trabalho uma atividade de degradação humana.

Lafargue (1980:73), por exemplo, denuncia que “Nossa época é, como dizem, o século do trabalho; na verdade, é o século da dor, da miséria e da corrupção”. Na verdade o autor realiza um manifesto na forma de um desabafo, contra as condições de trabalho de sua época, denunciando uma nova forma de escravidão: “Trabalhem, trabalhem, proletários, para aumentar a riqueza social e suas misérias individuais, trabalhem, trabalhem para que, ficando mais pobres, tenham mais razões para trabalhar e tornarem-se miseráveis. Essa é a lei inexorável da produção capitalista” (LAFARGUE 1980: 78). E afirma que só no usufruto do direito à preguiça, ao ócio e ao lazer é que os seres humanos vão se realizar, tornando-se livres. Clama, então, aos trabalhadores que:

Se, extirpando do peito o vício que a domina e que avilta sua natureza, a classe operária se levantasse em sua força terrível, não para exigir os Direitos do Homem, que não passa dos direitos da exploração capitalista; não para reivindicar o Direito ao Trabalho, que não passa do direito à miséria, mas para forjar uma lei de bronze que proíba o trabalho além de três horas diárias, a Terra, a velha Terra, tremendo de alegria, sentiria brotar dentro de si um universo... (LAFARGUE, 1980, p.112).

É neste contexto, no qual Lafargue lança sua ira ao trabalho, que Russel (2002) faz seu Elogio ao Ócio. A crítica, neste caso, se dá a cultura criada sobre os alicerces da sociedade do trabalho. O enaltecimento das virtudes trabalho e a marginalização do lazer é o ponto central de sua crítica. O autor se explica: “fui educado segundo os preceitos do provérbio que diz que o ócio é o pai de todos os vícios. E como sempre fui um jovem virtuoso, acreditava em tudo que me diziam, razão pela qual adquiri esta consciência que me faz trabalhar duro até hoje” (RUSSEL, 2002: 23).

Os provérbios populares ao se incorporarem no senso comum das pessoas refletem esse entendimento do trabalho e do lazer. Expressões tais como ‘*Cabeça vazia, oficina do diabo*’, ‘*O trabalho afasta três grandes males: o ócio, o vício e a necessidade*’, ‘*O trabalho enriquece, a preguiça empobrece*’, ‘*O trabalho exalta o homem.*’ Esses ditos, ao reforçar uma lógica dualista, tenta cristalizar a noção que as pessoas devem se adaptar a lógica de ‘reprodução’ do capital. E situam o lazer à época em

<sup>23</sup> Esse artigo é parte integrante da dissertação de mestrado, que se encontra em andamento e tem como objeto de estudo a política de formação dos trabalhadores do lazer do Programa Esporte e Lazer da Cidade no Distrito Federal e Entorno.

<sup>24</sup> Professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal e mestrando em Educação Física FEF/UnB tatu.pedro@gmail.com

<sup>25</sup> Destacamos, entre outros estudiosos do lazer, os autores citados nesta referência bibliográfica.

que vivenciá-lo era coisa de ‘vagabundo’, dado como tempo não produtivo (ao sistema capitalista).

Na atualidade o lazer é até estimulado, como oferta de qualidade de vida e de conquista da felicidade. Ou seja, como mercadoria que visa satisfazer as necessidades imediatas de uma vida ainda irrealizada no campo do trabalho.

O autor discorre ainda, historicamente sobre as questões relativas à exploração do trabalhador. Explicita que o avanço tecnológico, poderia proporcionar a democratização do acesso ao lazer, tornando-o equânime a toda a coletividade. Segundo suas palavras: “O lazer é essencial à civilização e, em épocas passadas, o lazer de uns poucos só era possível devido ao trabalho da maioria. Este trabalho era valioso, não porque trabalho é bom, mas porque o lazer é bom. E, com a técnica moderna, seria possível fazer a justa distribuição do lazer sem nenhum prejuízo a civilização.” (RUSSEL, 2002: 27 e 28). Porém ao invés dessa justa distribuição realmente ocorrer, devido à ganância do sistema, o que se constata é que houve um incremento na produção com a modernização dos parques industriais, sem a diminuição da jornada de trabalho e com a eliminação significativa dos postos de emprego.

Neste caso, também é preciso compreender como o autor conceitua trabalho:

Existem dois tipos de trabalho: primeiro, o que modifica a posição dos corpos na superfície da Terra ou perto dela, relativamente a outros corpos; segundo, o que manda que outras pessoas façam o primeiro. O primeiro é desagradável e mal pago, o segundo é agradável e muito bem pago. O segundo tipo pode ser entendido indefinidamente: além daqueles que dão ordens, há os que dão conselhos a respeito das ordens que devem ser dadas (RUSSEL, 2002, p. 25).

E ainda acrescenta uma terceira classe: “...que é mais respeitada do que ambas as classes de trabalhadores. São pessoas que, por meio da propriedade de terra, têm o poder de fazer com que outras paguem pelo privilégio de poder existir e trabalhar” (RUSSEL, 2002, p. 26).

Russel entende que o verdadeiro trabalhador é o que é explorado. Sua crítica é portanto, ao trabalho *estranhado*. Porém ao redigir, ele generaliza esse significado a toda a categoria trabalho. “A moral do trabalho é uma moral de escravos, e o mundo moderno não precisa de escravidão.” (RUSSEL, 2002, p. 25). Como se não pudesse haver um tempo de trabalho que não fosse um tempo de exploração sobre o trabalhador. Um tempo de trabalho que mesmo dentro das opressões do capital, pudessem ter sentido e significado para aquele que trabalha e por ser assim, apresenta-se como uma alternativa de resistência e construção de uma superação à lógica do capital.

Em estudos mais recentes e com outra lógica interpretativa, Dumazedier de origem francesa, veio para o Brasil através do SESC, na década de 1960. Considerado um dos principais autores dos estudos do lazer, publicou diversas obras sobre o tema. Contribuindo para o tratamento do lazer como objeto científico relevante.

Para o autor, o lazer “é uma realidade fundamentalmente ambígua e apresenta aspectos múltiplos e contraditórios” (Dumazedier, 2000, p 21). Porém ao classificar diferentes níveis<sup>26</sup> de lazer, seu entendimento é que o lazer, no seu sentido mais puro, traz algo de essencialmente bom. O lazer para Dumazedier, de acordo com suas funções primordiais<sup>27</sup> servem para proporcionar o equilíbrio do bem estar humano, principalmente em compensação ao trabalho.

Segundo Padilha (2006), na concepção de Dumazedier, o lazer é algo que se opõe às obrigações, em outras palavras, o lazer é atividade que se exerce no tempo liberado das obrigações. “Dessa forma, para Dumazedier (ibidem, p. 20), tem-se o seguinte: (a) *tempo liberado* é o tempo que resta após o cumprimento das obrigações profissionais; (b) *tempo livre* é o tempo que resta após o cumprimento de todo tipo de obrigações, e (c) *tempo inocupado* é o tempo daqueles que não têm obrigações profissionais” (PADILHA, 2006). Aqui percebem-se que Dumazedier considera a possibilidade de existência de um tempo livre, após simplesmente desvincular de todo o tipo de obrigações, onde o lazer poderia ser vivenciado. Desconsidera, portanto, os condicionantes sociais da esfera societal incorporados, que agem através dos nossos desejos e vontades.

A autora caracteriza os 3 D’s de Dumazedier, como abordagens funcionalistas do lazer, como

<sup>26</sup> Dumazedier de certa forma, atribui ao lazer aspectos valorativos: “Quando circunstâncias como a miséria, a doença e a ignorância limitam as atividades próprias do lazer, sua presença é sempre constante como uma necessidade imperiosa, um valor latente em todos os meios sociais, principalmente entre as sociedades mais jovens”(DUMAZEDIER, 2000, p. 269)

<sup>27</sup> As três funções do lazer segundo o autor são: descanso, divertimento e desenvolvimento pessoal.

afirma na citação abaixo:

Segundo esse autor, deve-se entender como *lazer* toda atividade que tiver as seguintes características: (a) resultar de uma livre escolha; (b) ter um caráter desinteressado (não visar à obtenção de lucro); (c) ser marcada pela busca de satisfação e prazer, e (d) ter uma marca pessoal de quem a pratica. São essas características do lazer que o fazem preencher algumas *funções* na vida dos seres humanos: descanso, recuperação física e mental; divertimento; compensação e desenvolvimento pessoal (PADILHA, 2006, grifos nossos).

Dumazedier (2000, p. 93) ao realizar uma leitura sociológica sobre a influência do lazer no trabalho o faz no sentido de compreender como a busca de tempos e espaços que proporcionem a vivência do lazer é decisiva para a satisfação do trabalhador.

O autor afirma que um local (cidade ou bairro) que ofereça um lazer ‘rico’ no tempo de não trabalho, pode ser determinante para a escolha do trabalho. Ou ainda que a identificação sobre os interesses culturais do lazer por um indivíduo pode ser crucial na sua escolha profissional. “O lazer, devido ao seu crescente prestígio, fornece modelos de conduta e pode imprimir um certo estilo à vida cotidiana. Nota-se sua importância no momento de escolha de uma profissão” (DUMAZEDIER, 2000, p. 98). Essa constatação é relativizada pelo autor, logo depois, ao refletir que “é provável que sejam motivos determinantes da escolha a aspiração a condições mais interessantes e mais lucrativas de trabalho.” (DUMAZEDIER, 2000, p. 98)

Também afirma que os elementos constituintes do lazer no local do trabalho, podem servir para o incremento da produção, como por exemplo, a implementação de música no ambiente de trabalho. Essa influência do lazer sobre o trabalho proporcionaria um melhor ambiente para o trabalho ou no equilíbrio (compensatório) entre um lazer ‘rico’ e um trabalho ‘empobrecido’. Para Dumazedier (2000, p. 23), a qualidade do lazer precisa ser proporcional ao nível de estafa e fadiga que o trabalho proporciona, mesmo constatando que muitas vezes isso não vai ocorrer devido ao nível de fragmentação e organização do trabalho industrial. O autor, portanto, limita-se a compreender de que forma o lazer, pode contribuir para a humanização do trabalho ou para conferir um estilo de vida mais sadio ou mais prazerosa. Essa análise compreende que o trabalho deve ser cada vez mais o ‘meio’ e menos o ‘fim’ da atividade humana. Alçando o lazer como objetivo final e único possível de preencher de sentido e significado a vida humana. Com isso não permite a compreensão, primeiro de ser o trabalho e lazer, fenômenos sociais e contraditórios e não antagônicos e em segundo serem eles em si a concretude do trabalho humano em sua totalidade.

Já Antunes (2000), acredita numa vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho. O autor ao buscar umas das principais bandeiras do trabalhador, a redução da jornada de trabalho (tempo semanal), acredita que esta se configura como uma das mais importantes reivindicações do mundo do trabalho: “uma vez que se constitui como um mecanismo de contraposição à extração do sobretabalho, realizada pelo capital”.

Ainda esclarece que a redução da “*jornada* de trabalho não implica *necessariamente* a redução do *tempo* de trabalho”, pois devido as complexificações do mundo do trabalho atual, uma mera redução formal, não adiantaria se houvesse um aumento “da intensidade das operações anteriormente realizadas pelo mesmo trabalho.” Então lutar pela redução da jornada de trabalho “implica também e decisivamente lutar pelo controle (e redução) do tempo opressivo de trabalho” (ANTUNES, 2000). Da mesma forma Meszáros (2007) explicita o potencial emancipatório do tempo livre, desde que entendido em seu contexto histórico:

... a defesa socialista de emancipação real não faria sentido algum sem a afirmação do caráter radicalmente ilimitado da história. Pois qual seria o sentido de enfatizar o potencial emancipatório positivo do tempo livre produtivamente desenvolvido da humanidade, uma vez submetido ao uso criativo pelos indivíduos sociais no curso do desenvolvimento histórico, se o processo geral da transformação histórica estivesse fatalmente predeterminado pelos estreitos limites do determinismo mecanicista (ou determinismo naturalista), ou ainda, o que daria no mesmo, pelas grandiloquentes projeções a priori do “auto-realizado Espírito do Mundo”? (MESZÁROS, 2007, p. 49).

O Lazer como fenômeno moderno, articulado ao mundo do trabalho, não surge como “concessão dos donos do meio de produção” (MELO e ALVES, 2003), mas como direito conquistado nos porões

das fábricas por melhores condições de trabalho. Portanto, nasce da busca pela conquista de um tempo liberado de trabalho onde se pudesse exercer atividades que objetivassem a produção cultural livre. Podendo assim, o lazer se configurar num espaço e tempo de organização social através da conquista do tempo livre.

O lazer é um fenômeno moderno, surgido com a artificialização do tempo de trabalho, típica do modelo de produção fabril desenvolvido a partir da Revolução Industrial. Lembremos também que, desde as origens, o lazer tem-se mostrado um campo de tensões, já que um tempo livre maior surge não como concessão dos donos dos meios de produção, mas sim como conquista das organizações das classes trabalhadoras. Nesse processo, a burguesia entabula iniciativas de controle e de obtenção direta e indireta de lucros, na mesma medida em que os trabalhadores entabulam resistências possíveis. (MELO e ALVES, 2003).

A busca pela conquista do tempo livre, só é possível se for livre das determinações do capital. Constituindo-se como tempo de produção de cultura, na construção e na conquista de um novo projeto histórico de sociedade. Já que no domínio do capital o tempo do não-trabalho não pode ser considerado completamente livre. Essa afirmação pode ser compartilhada por Taffarel (2005), (Silva e Silva, 2003) e por Padilha<sup>28</sup> (2000 e 2006).

Outro ponto a ser destacado neste estudo é o papel central do lazer, no que se refere ao seu potencial educativo, não formal, para um caminho concreto na possibilidade da conquista de um ‘tempo verdadeiramente livre’:

Reconhecendo o lazer como um conjunto de práticas sociais desenvolvidas no tempo liberado das obrigações de sobrevivência, políticas e religiosas, em sua multiplicidade de formas - culturais, artísticas, recreativas e esportivas, entendemos que no seu exercício crítico, este deve ser compreendido para além da sua função reprodutora e de recuperação psicossomática, “(...) mas, sobretudo, como um instrumento capaz de, no exercício de suas formas objetivas, contribuir para a elevação do nível de conhecimento e participação daqueles para quem está voltado” (SIQUEIRA, 1992, p. 62). Neste sentido, torna-se imprescindível o desenvolvimento de ações pedagógicas organizadas, planejadas e sistemáticas. O problema então é: organizar possibilidades de lazer que combinem a liberdade de escolha, a ludicidade e o prazer com uma direção político-pedagógica de crítica e transformação da realidade. (SILVA e SILVA, 2003).

Meszáros (2007) também compreende à necessidade da organização e do trabalho coletivo para a produção de um ‘tempo verdadeiramente livre’, cheio de sentidos e significados, ao se afastar do trabalho *estranhado* e do mercolazer.<sup>29</sup>

“A produção de *tempo livre* no curso da história, como condição necessária da emancipação, é uma grande realização coletiva. Como tal, é inseparável do desenvolvimento progressivo da humanidade, da mesma maneira como o conhecimento – e o conhecimento científico historicamente cumulativo relevante de modo direto ao processo de reprodução societária – é também impensável sem o sujeito coletivo da humanidade, e se estende por toda a história. Contudo o capital expropria para si o tesouro de todo o conhecimento humano e, arbitrariamente, atribui legitimidade somente às suas partes passíveis de se explorar lucrativamente – ainda que da maneira mais destrutiva – por seu próprio modo fetichista de reprodução” (MESZÁROS, 2007, p. 52)

Segundo Mascarenhas (2003), o lazer, como expressão do contraditório, se encontra no avanço da sociedade neoliberal e globalizada em duas vertentes: de um lado a expressão do lúdico, da fruição,

---

<sup>28</sup> Em referência a esse aspecto, concordamos com Padilha (2006) que em nota de rodapé esclarece: “Essas questões podem levar à busca de um sentido para a liberdade. O que é liberdade? O que é ser livre ou o que significa ter um tempo específico para ser livre? Por causa desse problema, conforme já expliquei anteriormente, optei usar aspas na expressão “tempo livre”, para sinalizar que é preciso relativizar o uso da palavra “livre”. No entanto, pode parecer contraditório quando tenho defendido a necessidade de refletir sobre a possibilidade de que *esse* “tempo livre” torne-se “verdadeiramente livre” quando a liberdade significar liberdade da lógica do capital. Assim, chamo de “tempo verdadeiramente livre” o tempo que, com o fim do capitalismo, seria liberado das determinações heterônomas do capital.” (PADILHA, 2006)

<sup>29</sup> Mercolazer é uma categoria de análise criada por Mascarenhas (2005), que configura o lazer apropriado enquanto mercadoria. Esse assunto é melhor delineado no decorrer do texto.

fantasia, do prazer estético e da experiência e do outro, a busca pela satisfação imediata, a utilidade prática, o lucro e a alienação. O lazer é um “fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia” (MASCARENHAS, 2004<sup>30</sup>).

Mascarenhas (2005) também faz uma crítica às abordagens: realista-objetivista, idealista-subjetivista e crítico-idealista<sup>31</sup>, que referenciam grande parte dos estudiosos do lazer, por não partirem da realidade concreta e da prática social. O autor afirma que “...o critério de verdade para apreensão daquilo que é o lazer é a prática” (MASCARENHAS, 2005). Essas abordagens desconsideram a resignificação do lazer frente ao mercado que se deu no avanço do neoliberalismo, nas últimas duas décadas. Essa metamorfose no significado atribuído ao lazer enquanto mercadoria, foi categorizada e lhe dada o nome ao fenômeno de *mercolazer*.

Com uma posição propositiva de resistência e superação ao mercolazer, o autor sugere uma ação política aos que almejam e compartilham a “...vontade coletiva de fazer frutificar um outro lazer, crítico e superador em relação ao mercolazer...”. Aponta, também, a necessidade da formulação e implantação de políticas sociais com diretrizes “que possam compor a base programática de uma política de lazer, além de levantar elementos para uma pedagogia crítica ao lazer que no desenrolar cotidiano de tais políticas, possa organizar, junto à sociedade civil, um outro tipo de sociabilidade e cultura lúdica, estimulando a *lazerania*” (MASCARENHAS, 2005).

O lazer vivenciado em seu potencial lúdico, pedagógico e produtivo pode contribuir na elevação da consciência crítica da população, quando considera o sujeito protagonista histórico da sociedade em que vive. O trabalhador, consciente de viver na sociedade capitalista, que se apropria do seu trabalho produtivo, fazendo-o vender sua força de trabalho e buscar a sobrevivência através do mercado de livre concorrência, o qual o objetivo principal é a obtenção da mais valia, ou seja, do lucro do patrão em detrimento da sua pobreza e miséria, pode então emergir à luta para a superação histórica deste sistema.

Abaixo, foi realizada uma sistematização preliminar, no sentido de contribuir na visualização da compreensão da categoria lazer, resultante desse das tensões sociais e com isso carregado de valores intrínsecos e contraditórios. Geralmente se coloca o lazer como sendo uma coisa ou outra. Ou seja, o lazer é alienador / *estranhado* ou é libertador / humanizado. Mostra-se nesse quadro que essas contradições co-existem no mesmo fenômeno (totalidade) e que estando no campo da disputa hegemônica, depende do contexto e da intervenção humana em que se vivencia o lazer.

| Perspectiva conservadora / Capitalismo  | Perspectiva emancipatória / Socialismo   |
|---|--|
| Alienado / Estranhado   | Humanizado / Libertador  |
| Lazer como objeto de consumo “mercadoria” / Reificado                               | Possibilidade de desenvolvimento das múltiplas potencialidades humanas   |
| Controlado / “heterodeterminado”  | Lazer como espaço e tempo de realização pessoal e coletiva   |
| Tempo livre: Não existe dentro do capitalismo                                       | Auto-gestionado / Autodeterminação   |
| Mero entretenimento, banalizado   | Tempo livre: Crítico, lúdico e de produção cultural  |
| Consciência fragmentária / dualista   | Pleno de sentidos e significados   |
| Indústria Cultural (Cultura de massa, mundialização)                                | Consciência capaz de unificar as lutas comunitárias / totalidade   |
| Negação no acesso aos bens materiais, culturais e espirituais / satisfação imediata | Democratização da cultura como forma de desenvolver a autoconsciência crítica. / Difusão e fomento a cultura popular (local) |
| Busca da satisfação dos prazeres individuais  | Democratização ao acesso / Planejamento e gestão participativa dos bens materiais, culturais e espirituais / fruição         |
| Remédio ao trabalho alienado  | Capaz de organizar a vontade coletiva em busca dos direitos sociais / auto-organização                                       |
| Abordagem funcionalista do lazer (Compensatório)                                    | Campo de tensões e contradições  |
|   | Diretamente ligada à superação da exploração do trabalhador (redução da jornada de trabalho)                                 |

<sup>30</sup> Inclusive esse é um dos conceitos de Lazer que é utilizado nas referências do PELC, pelo Ministério do Esporte (BRASIL, 2004, 2007, 2008).

<sup>31</sup> Para saber mais, ler a tese de doutorado de Fernando Mascarenhas, “Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer” (2005).



## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2006.
- BRACHT, V. **Educação Física e Aprendizagem Social**. Porto Alegre: Magister, 1992.
- GIL, A. C., **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 2006.
- LAFARGUE, P. **Direito a Preguiça**. São Paulo, editora Káiros, 1980.
- MASCARENHAS, F. **Entre o ócio e o negócio**: teses acerca da anatomia do lazer. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Lazer como prática de liberdade**. 2ª ed. Goiânia: Ed. UFG, 2004.
- MELO, V. A. de. **A animação cultural**: conceitos e propostas. Campinas: Papyrus, 2006
- MÉSZAROS, István. **A educação para além do Capital**. São Paulo, Boitempo, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- PADILHA, V. **Tempo livre e capitalismo**: um par imperfeito. Campinas, SP: Alínea, 2000.
- \_\_\_\_\_. (Org.) **Dialética do lazer**. São Paulo: Cortez, 2006a.
- \_\_\_\_\_. **Shopping Center**: A Catedral das Mercadorias e do Lazer Reificado. São Paulo: Ed. Boi Tempo, 2006b.
- SILVA, J. A. da, SILVA; K. N. **Círculos Populares de Esporte e Lazer**: Fundamentos da Educação para o tempo livre. Recife-PE: ITEL, 2003.
- SUASSUNA, D. M. F. de A. e AZEVEDO, A. A. (Org.) **Política e Lazer**: interfaces e perspectivas. Brasília:Thesaurus, 2007.
- TAFFAREL, C. N. Z.; D'AGOSTINI; A. TEIXEIRA; D. R., TITTON; M., TRANZILO, P. J. R., (LEPEL/ FAGED/UFBA), **Formação de militantes culturais e alternativas de desenvolvimento da cultura corporal, esporte e lazer em áreas de reforma agrária**. : [http://www.faced.ufba.br/rascunho\\_digital/textos/543.htm](http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital/textos/543.htm), Acesso em 24 mai. 2006, Salvador, Bahia, 2005.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

## LAZER NO TRABALHO: MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA OU AUMENTO DA PRODUTIVIDADE?

*Aline de Freitas Oleto*<sup>32</sup>, *Ludmila Guimarães*<sup>33</sup>, *Rafael Diogo Pereira*<sup>34</sup> e *Antônio Del Maestro Filho*<sup>35</sup>

**RESUMO:** Trabalho e lazer são dimensões da cultura intrinsecamente relacionadas à vida humana. Existe uma linha muito tênue que separa essas dimensões proporcionando um diálogo entre o lazer e o trabalho. A dialética entre lazer e trabalho é responsável por uma interação que diretamente influencia nos elementos da vida humana. A partir do presente ensaio foi possível evidenciar que nos estudos sobre Lazer e Qualidade de Vida no Trabalho tem prevalecido uma abordagem funcionalista que contribui para a legitimação de uma prática de lazer que, em seu íntimo, alimenta o consumismo, recupera a força de trabalho a fim de manter sua produtividade e afasta os trabalhadores da possibilidade de vivenciar seu tempo livre de forma genuína, proporcionando crescimento e reflexão frente às condições de exploração a que são submetidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Qualidade de Vida no Trabalho. Perspectiva Marxista.

### Introdução

O presente ensaio tem por objetivo debater acerca do fenômeno do Lazer, dentro do contexto das relações de trabalho, partindo do discurso sobre a Qualidade de Vida no Trabalho, propondo o desafio de romper com a tradição funcionalista e contemplar o fenômeno a partir da perspectiva marxista, passando a considerar seu potencial de resistência e mobilização frente à condição dos trabalhadores.

No contexto atual, a necessidade de trabalhar e produzir foi reforçada pela competitividade interna e externa das economias dos países, e tornou-se, mais do que nunca, a principal alternativa de sobrevivência humana. O advento da competitividade em escala global tornou-se a dinâmica da economia mundial, tendo como consequência a aceleração das inovações tecnológicas e a diminuição do ciclo de vida dos produtos. Para Srour (1998), é inegável o aumento da oferta de bens e serviços que, não sendo absorvidos pelo mercado, contribuem para o aumento do desemprego estrutural e para o incremento das transações via economia informal.

Paralelamente, as novas tecnologias poupam força de trabalho e ceifam um expressivo número de empregos, além de tornarem continuamente obsoletos os trabalhadores dos setores secundário e terciário da economia. Assim, o desemprego passa a manter relação distante com o incremento da competitividade das economias, considerando que o crescimento econômico dissociou-se da geração de empregos, criando um dos mais sérios problemas do mundo contemporâneo, cujos reflexos para os indivíduos e para a sociedade humana ainda não foram claramente identificados.

A relação entre o indivíduo e o trabalho passa, cada vez mais, a ser entendida como algo eminentemente conflitivo, na medida em que passou a ser encarada como uma única tábua de salvação, devido à grande disponibilidade de pessoas sem emprego, desejosas de conseguir trabalho, o que atrelado ao fenômeno da competitividade interna e externa, torna a manutenção do emprego um objetivo a ser mantido a qualquer custo. Observa-se que o nível de “cobrança” de desempenho tem aumentado assustadoramente no interior das organizações, submetendo os gerentes e subordinados a elevados níveis de pressão, culminando no afloramento dos conflitos internos, na deterioração do clima e reforçando um ambiente de trabalho “desumanizado”, levando os indivíduos a desenvolverem patologias psicossomáticas e psicossociais.

Uma das crises mais visíveis decorrentes deste círculo vicioso é o aumento do número de pessoas que adoecem por causa do trabalho ou pela ausência dele. Os sintomas são praticamente os mesmos em qualquer sociedade industrializada. Para Moraes (1991:10), independentemente do sistema político vigente, o mundo do trabalho moderno “parece tomar uma configuração sentida pelo homem como mentalmente e espiritualmente pouco saudável”.

<sup>32</sup> Especialista em Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais, docente do curso de graduação em Educação Física da Faculdade de Santa Luzia. Email: alineefbrasil@yahoo.com.br

<sup>33</sup> Mestranda do curso de Administração da Universidade Federal de Minas Gerais. Email:

<sup>34</sup> Mestrando do curso de Administração da Universidade Federal de Minas Gerais. Email: rdp@cepead.face.ufmg.br

<sup>35</sup> Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Neste contexto, embora ainda prevaleçam os princípios burocráticos weberianos, começam a surgir projetos de Lazer no âmbito das organizações que se apóiam no discurso do Lazer como “válvula de escape” e recompensa ao árduo trabalho realizado, simbolizando, teoricamente, o início da conscientização dos empresários e gerentes da alta cúpula com relação à necessidade de se dar maior atenção aos aspectos relacionados à Qualidade de Vida no Trabalho. Porém, tomando emprestado o questionamento de Padilha (2002), se o trabalho é a doença, o lazer é o remédio? Ou será que da forma que muitas vezes vem sendo estruturado, ao invés de remédio não seria o ópio?

De acordo com Marcellino (1995) e Dumazedier (1976) o lazer é entendido como um fenômeno próprio do capitalismo e traz consigo resquícios das tensões entre capital e trabalho. Já Freitag (2004) assevera que a produção da indústria cultural “tem a função de ocupar o espaço do lazer que resta ao operário e ao trabalhador assalariado depois de um longo dia de trabalho, a fim de recompor suas forças para voltar a trabalhar no dia seguinte, sem lhe dar trégua para pensar sobre a realidade miserável em que vive” (FREITAG, 2004: 72). Para Antunes (2002) “não é possível compatibilizar trabalho assalariado e o feiticismo, com o tempo (verdadeiramente livre). Sendo que uma vida desprovida do sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho” (ANTUNES, 2002, p.175).

### **Administração Contemporânea e Qualidade De Vida No Trabalho (Qvt)**

Neste trabalho, considera-se como fator determinante da contemporaneidade dos estudos da Administração a era pós-crise do petróleo (1974). Somente na década de 60 as preocupações com a QVT tomaram impulso. Para Huse & Cummings (1985) este impulso foi causado pela conscientização dos trabalhadores e pelo aumento das responsabilidades sociais das empresas. Como consequência, tanto os dirigentes organizacionais, quanto os estudiosos e cientistas sociais, foram obrigados a buscar novas formas de realizar e desenvolver o processo de trabalho nas empresas.

Ao proceder uma análise do fenômeno QVT, Nadler & Lawler (1983) concluíram que seu tratamento e compreensão evoluíram de uma fase inicial, quando era considerado como sendo uma reação individual ao trabalho ou elo de ligação entre projetos cooperativos de trabalho, para um meio de enriquecimento do ambiente de trabalho, integrando níveis de produtividade e satisfação. Esta evolução pode ser claramente observada na utilização de termos como “gerência participativa”, “democracia industrial” (MORAES & KILIMNIK, 1990) ou “formação de times”, “gerenciamento *coach*”, entre outros.

No caso brasileiro, a leitura de muitos estudiosos das ciências sociais no que se refere aos anos oitenta, não foi muito otimista. Essa década foi vista como uma etapa medíocre e estafante da história do Brasil. Para Lodi (1993) “os empresários dos anos 80, a década do cansaço, moeram os ossos com trivialidades e nada deixaram de fundamental a um povo mais empobrecido e envergonhado”.

Tornou-se claro que a cada adoção de qualquer uma dessas medidas implicava numa reação por parte dos empregados que foram cada vez mais pressionados para a obtenção de resultados compatíveis com os níveis de exigência de desempenho. Assim, a consequência de tudo isto no campo da QVT e Estresse no trabalho pode ser percebida através da deterioração do clima organizacional, aumento das pressões de todo o tipo (físicas e psicológicas), conflitos, violência, atitudes anti-éticas e egoístas, entre outras. Assim, muitas organizações que adotaram esta postura tornaram-se verdadeiros “infernos” psicológicos (e físicos) e nunca se viram tantos executivos e trabalhadores operacionais estressados e em “parafuso”. Para Pereira (2000:20), cada pessoa interage nos moldes de suas próprias crenças e histórias, formando uma dinâmica psicossocial. As aspirações, desejos e motivações interagem com a sua história passada, causando um conflito entre a história pessoal e as metas e a estrutura da organização.

A partir do histórico apresentado, percebe-se nitidamente que o campo da QVT foi influenciado por teorias de cunho eminentemente funcionalistas e como consequência, a adoção do Lazer, como medida paliativa para os “males do trabalho”, seguiu a mesma linha funcional. Tal afirmação pode ser reforçada pelo estudo realizado por Vasconcelos e Faria (2007: p.15), sobre as contradições existentes nas estratégias organizacionais implementadas no âmbito da Saúde Mental no Trabalho. A partir da proposta da Escola de Frankfurt, o estudo adotou como base epistemológica o materialismo dialético buscando explorar as divergências e os conflitos presentes na situação social dos indivíduos que em sua maioria encontram-se ocultas. Dessa forma, os autores, a partir de tal estudo, formularam a tese, digna de reflexão, de que “a organização preocupa-se com a saúde mental de seu trabalhador a partir do ponto em que a doença afeta a produtividade do trabalho e não por qualquer motivo humano”.

## Ocorrência Histórica Do Lazer

De forma semelhante aos estudos de QVT, a maioria dos conceitos relativos ao Lazer se alicerçam numa linha de pensamento funcionalista que o concebe como o conjunto de atividades “desinteressadas” praticadas no tempo livre, responsáveis pela recuperação da fadiga decorrente do trabalho.

Antes do século XIX o lazer, entre outras dimensões da vida, ainda não era constituído como um fenômeno autônomo, organizado e normatizado. Dumazedier (1988) analisa as sociedades arcaicas e destaca que o trabalho e o jogo estão associados às festas por meio das quais o homem participa da vida dos seus ancestrais, sendo que os conceitos atuais de lazer não podem ser aplicados para tal período.

Neste sentido, Dumazedier (1988) considera que o lazer foi concebido nas sociedades industriais avançadas, pois alguns indícios históricos desse período geraram fomentos suficientes para tal conclusão. Assim, o lazer possui traços definidores e características que nasceram da revolução industrial.

Assim, no contexto do século XIX, principalmente nos centros urbanos, o lazer passou a ser concebido como uma multiplicidade de experiências classificadas como não pertencentes ao tempo de trabalho. O modo de vida centrado nos modo fabril redesenhou uma nova ordem social no século XIX, no qual diversas práticas deveriam ser organizadas e vivenciadas em um tempo/espço próprio; jamais dedicado ao tempo de trabalho. A fábrica se configurava em um local sério e produtivo onde não poderia perder tempo com práticas entendidas como “passatempos improdutivos”.

Os trabalhadores assalariados foram os que mais sofreram com a nova ordem, pois estavam sujeitos a exaustivas jornadas de trabalho que preenchiam toda a sua existência, aumentando a fome; a pobreza e a distinção social.

Com o aumento do tempo livre da classe trabalhadora, políticos e empresários se preocuparam com os usos que os trabalhadores poderiam fazer das suas horas de folga, receosos de que o tempo livre dos trabalhadores não fosse utilizado para o “florescimento da sociedade”. Assim ao invés de se entregarem aos vícios, os trabalhadores deveriam fazer um “bom uso” do tempo livre de suas obrigações profissionais, ocupando-se com atividades saudáveis, educativas e úteis.

Andrade *et al* (2008), questiona a utilização massiva do lazer como elemento amortecedor das contradições sociais e, principalmente, moralizador das condições individuais de existência. Onde as próprias autoridades públicas responsáveis por uma política de lazer o concebem, dentro desse paradigma funcional, como uma recompensa pelas horas destinadas ao trabalho desgastante. Tal quadro indica nitidamente que, desde o princípio, o lazer deveria ser concebido e praticado de tal forma que não acarretasse qualquer desvio na conduta dos trabalhadores que pudesse comprometer sua produtividade ou passividade frente ao trabalho.

## O Lazer na Ótica Marxista

A partir do panorama delineado na seção anterior foi possível visualizar que ao longo da história do capitalismo, as relações entre lazer e trabalho formam um sistema em que o movimento de um afeta diretamente o movimento do outro. Dessa forma, a partir da abordagem marxista é possível compreender o processo histórico do surgimento do lazer e propor um outro olhar sobre o estudo do fenômeno do Lazer.

A concepção funcionalista, segundo Padilha *et al* (2006) parte de uma visão organicista da sociedade entendida como uma máquina harmoniosa onde o equilíbrio é buscado com cada parte contribuindo para as suas devidas funções. Sob essa perspectiva o lazer é visto como um remédio para os males sociais. Dessa forma, como já apresentado, o lazer tem a função de compensar o desgaste natural advindo do trabalho, recuperando a força de trabalho e mantendo o equilíbrio do sistema de produção, fundamental para o progresso da sociedade. Assim, a idéia de lazer vem acompanhada da conotação de positividade, enquanto o trabalho, de forma contrária, é visto como carregado de negatividade.

Caminhando para uma concepção apoiada em reflexões marxistas, ainda segundo Padilha *et al* (2006), a sociedade passa a ser encarada de forma não harmônica e no lugar do equilíbrio aparecem as contradições e os conflitos. Passa a ser levado em consideração o processo histórico-dialético onde o homem é visto como um sujeito que constrói a sociedade ao mesmo tempo em que constrói a si mesmo. Assim, nem todo trabalho é “ruim”, da mesma forma que nem todo lazer é “bom”, pois, se na sociedade capitalista o trabalho aliena e se o lazer é fruto desta mesma sociedade, o lazer também pode alienar. Considerando a constituição da sociedade a partir de diferentes classes sociais, percebe-se então que “não há o mesmo lazer para todos, ainda mais porque, na sociedade capitalista, tudo é potencialmente transformado em mercadoria, inclusive o lazer que passa a ser comprado e vendido no

mercado” (PADILHA, 2006; p. 12).

Andrade *et al* (2008), apoiado nos estudos de Antunes (1997; 2002), Ianni (2000) e Pochmann (2002), chama a atenção para a crescente utilização do lazer enquanto estratégia de aprimoramento dos sujeitos para a realização de suas atividades laborais. Assim o lazer se transforma no prolongamento da formação continuada para o próprio trabalho. Dessa forma, o lazer constitui-se num elemento funcional e utilitário onde as pessoas encontram-se privadas de experimentar o lazer em suas outras esferas, desenvolvendo-se uma relação de empobrecimento de suas experiências e saberes.

Nesse sentido, Gawryszewski (2003) afirma que a idéia de democratização da cultura através do lazer é falsa, pois, a realidade das sociedades capitalistas tem demonstrado que o acesso a este é diferenciado, sendo segmentado para atender às necessidades financeiras do sistema vigente, promovendo, na maioria das vezes, o consumo como uma forma de lazer. Antunes corrobora com tal visão, afirmando que o lazer como forma de humanização só está disponível para aqueles que se apropriam do capital cultural. Não há como se pensar o lazer como forma de humanização, a todo gênero humano nas circunstâncias da ordem burguesa, pois nela o trabalho é alienado.

Assim, considerando a dialética marxista, fundada nas relações de antagonismo, onde o princípio da contradição governa o modo de pensar e o modo de ser, a crítica dialética, conforme ressalta Ianni (1988, p.16) “revela que a pobreza em que vive o operário é produzida socialmente, no mesmo processo que produz a riqueza da burguesia”. Dessa forma, a partir da obra de Marx e Engels, é possível elencar fundamentos teóricos elucidativos das coerências e contradições presentes na prática social, das políticas públicas e da produção em estudos do lazer, trazendo à tona a discussão, de que no modo capitalista de produção, o lazer além de se tornar um privilegiado canal de escoamento de mercadorias, contribui para a perpetuação da hegemonia do capital.

### **Considerações Finais**

A partir do presente ensaio foi possível evidenciar que nos estudos sobre Lazer e Qualidade de Vida no Trabalho tem prevalecido uma abordagem funcionalista que contribui para a legitimação de uma prática de lazer que, em seu íntimo, alimenta o consumismo, recupera a força de trabalho a fim de manter sua produtividade e afasta os trabalhadores da possibilidade de vivenciar seu tempo livre de forma genuína, proporcionando crescimento e reflexão frente às condições de exploração a que são submetidos.

Assim o discurso de qualidade de vida no trabalho dirige-se, sobretudo, para o desenvolvimento dos dispositivos de controle sobre os trabalhadores, melhoria do desempenho e elevação dos lucros, mantendo o trabalhador passivo e alienado.

Não se ignora a importância do lazer no sentido de proporcionar diversão, descanso e prazer aos trabalhadores por meio do acesso a diferentes conteúdos culturais. Entretanto o alcance político, social, cultural e educativo potencialmente inserido na prática do lazer ultrapassam a mera dimensão recreativa e cultural e são igualmente importantes para serem relegados ao segundo plano.

Dessa forma defende-se uma abordagem do lazer inspirada nas concepções marxistas que não concebe a prática do lazer como remédio ou simplesmente como um apêndice do trabalho e das obrigações que visa compensar aquilo que não pode ser compensado. A sociedade funda-se em um tipo de trabalho que cansa, aliena e entedia, não pode haver solução desses problemas por um lazer criado por esta sociedade, já que a mesma lógica capitalista também rege o tempo de não-trabalho, transformando a tudo e a todos em mercadorias passíveis de serem produzidas, vendidas e compradas.

Numa abordagem marxista, não há como se pensar tempo livre das determinações do capitalismo. Porém pode-se pensar o lazer como um tempo/atividade de reflexão, de crítica e de resistência. Nele pode se travar, portanto, uma relação contra-hegemônica. Para isso o lazer deve ser considerado como uma reivindicação social, como uma atividade necessária ao desenvolvimento completo do homem. Tratar o lazer como um direito social é considerá-lo como parte integrante da cidadania e das relações que se estabelecem entre sociedade e Estado.

Assim, é a partir do antagonismo que norteia a relação entre a burguesia e a classe trabalhadora que desponta o desafio de se buscar entender a problemática do lazer. O modo de produção capitalista encerra a essência do trabalho alienado de onde emerge a questão do tempo livre e da prática do lazer, que se dão, tanto a partir da perpetuação do lazer alienado, travestido no consumismo desenfreado, como também a partir de seu potencial de resistência e ruptura, na qual os trabalhadores constataam sua condição deplorável e passam a buscar sua emancipação.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. *et al.* Trabalho destruído e funcionalização do lazer: possíveis relações em tempos de alta modernidade. *Revista Movimento*. Porto Alegre, v. 14, n. 01, p. 163-185, janeiro/abril de 2008.
- ANTUNES, Ricardo L. C. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: São Paulo: Cortez, 1997.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do Trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6 ed. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando*: Introdução à Filosofia. 3 ed., São Paulo: Moderna, 2003.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Guanabara; 1987.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. *O que é lazer*. São Paulo. Brasiliense, 1989.
- CHAUÍ, Marilena. Introdução. In: LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. São Paulo: Hucitec/Unesp.
- DUMAZEDIER, Joffre. *A Revolução Cultural do Tempo Livre*. São Paulo: SESC, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Sociologia Empírica do Lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- GAWRYSZEWSKI, B. A luta capitalista contra o ócio: a necessidade de um lazer consumista. *Revista Digital*. Buenos Aires, Ano 9, Nº 66. Novembro de 2003.
- GOMES, Christianne Luce. Verbete Lazer – Concepções. In: GOMES, Christianne Luce.(org). *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.119 - 125.
- IANNI, Octávio. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Dialética & Capitalismo*. Ensaio sobre o pensamento de Marx. Petrópolis: Vozes, 1988.
- LUCKESI, Cipriano Carlos (org). Educação, ludicidade e prevenção das neuroses futuras: uma proposta pedagógica a partir da Biossíntese. In: *Ludopedagogia – Ensaio 1*. Salvador: UFBA/Faced, 2000, 9-41 p.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e Educação*: Uma introdução. 3ed. Campinas: Papyrus, 1995.
- MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. O processo de produção do capital. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1970. V. 1.
- PADILHA, V. (org.) *et al.* *Dialética do Lazer*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
- PADILHA, Valquíria. *Tempo Livre e Capitalismo*: um par imperfeito. Campinas: Alínea, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Funcionalismo X Marxismo*: diferentes formas de abordar o lazer. ENAREL, 2003.
- PEIXOTO, Elza M. M. O lazer no ambiente de trabalho: reflexões a partir de conversas com trabalhadores organizados em sindicatos filiados à central única dos trabalhadores. In: Marcellino, Nelson C. (Org.). *Lazer e Empresa*. Campinas: Papyrus, 1999, coleção Fazer/Lazer, p 79-94.
- POCHMANN, Márcio. *O Emprego na globalização*. São Paulo. Boitempo, 2002.

REQUIXA, Renato. *Sugestão de diretrizes para uma política nacional do lazer*. São Paulo: SESC, 1980.

VASCONCELOS, A.; FARIA, J. H. Os Paradoxos entre a Saúde Mental no Trabalho e as Estratégias Organizacionais de Promoção de Saúde do Trabalhador: Um Estudo de Caso. XXXI ENANPAD, *Anais Encontro Nacional da ANPAD*, Rio de Janeiro-RJ, Setembro de 2007.

## LAZER E TRABALHO: A QUESTÃO DO SESI

*Emília Amélia Pinto Costa da Silva*<sup>36</sup>

**RESUMO:** Trata-se de uma pesquisa descritiva do tipo de campo, com objetivo de discutir possíveis relações entre lazer e trabalho na sociedade contemporânea, a partir da identificação e análise da ocupação do tempo livre dos trabalhadores do SESI de Campina Grande/PB. Desta forma, examinamos a falta de informações e interesses dos funcionários pelos serviços de lazer oferecidos pela instituição em que trabalham. Aponta-se a necessidade das políticas de lazer institucionais, dentre elas a do SESI, para que promovam ações e permitam ao trabalhador reconhecer no seu ambiente de trabalho opções concretas para a vivência de experiências de lazer significativas.

**PALAVRAS- CHAVE:** Lazer. Trabalho. SESI.

### Introdução

Com as metamorfoses do mundo do trabalho, é notório o aumento do tempo livre, embora, muitas vezes, percebe-se que as pessoas dão ênfase maior ao tempo do trabalho<sup>37</sup>. Considerando desta forma, a supervalorização do trabalho e entendendo que o lazer vem conquistando um lugar na sociedade, pois, é evidente as grandes mudanças no seu significado quanto ao senso comum no decorrer da história.

Em termos gerais, nesse estudo o lazer está sendo entendido como fenômeno social, no qual, estabelece relações com a vida humana. Nele se insere as manifestações culturais, a busca do prazer, o divertimento, juntamente com o ócio, sendo este, um momento de contemplação, relaxamento e meditação. Nesse sentido, percebe-se como o homem moderno vive preso ao trabalho, que acaba se tornando muitas vezes o centro das atividades. Nós somos educados para o trabalho e não temos tantas oportunidades de sermos educados para o tempo livre, mesmo com as ofertas incessantes da indústria do entretenimento.

A partir dessas ponderações, optamos pelo SESI - Serviço Social da Indústria para desenvolver nossa pesquisa. Sendo esta uma entidade da qual desenvolve ações de educação, saúde, lazer e promoção social para a indústria, trabalhadores da indústria e seus dependentes, assim como, para a comunidade em geral.

Neste âmbito, é uma entidade que está atenta a importância do lazer, reconhecendo este fenômeno como esfera de grande contribuição para o desenvolvimento humano.

Desse modo, temos como objetivo geral discutir possíveis relações entre lazer e trabalho na sociedade contemporânea, a partir da identificação e análise da ocupação do tempo livre dos trabalhadores do SESI. Nossos objetivos específicos foram: reconhecer a gestão do tempo do trabalhador do SESI, assim como, reconhecer as formas de ocupação do tempo livre desse trabalhador.

### Lazer e Trabalho

Etimologicamente, a palavra lazer se origina do latim, *licere*, que significa ser permitido. São muitas as denominações que se têm do lazer. Os estudiosos dessa área ainda não chegaram a um consenso para tal definição. O que podemos observar é que entre as definições existentes, o fator “tempo e atitude” (MARCELLINO, 2003) está presente. No qual, o “tempo” é o tempo liberado, não só o do trabalho, mas de todas as obrigações, sejam elas do âmbito religioso, social ou familiar. E a “atitude” por sua vez, corresponde a relação entre o sujeito e suas experiências vividas (MARCELLINO, 1996).

O lazer inclui diversas manifestações que desenvolvemos com busca no prazer em nosso tempo livre, ou seja, tempo de não trabalho, desta forma, promovendo o descanso, bem-estar, divertimento entre outros aspectos positivos para o cidadão.

É importante destacar que o lazer é direito de todos os cidadãos. A constituição de 1988 diz no Art. 6º, Capítulo II, dos Direitos Sociais, que o lazer é direito de todos assim como a saúde, o trabalho, a segurança. Mas, é lamentável perceber que muitos ainda não desfrutam desse direito, já que, são muitas as dificuldades que nosso país enfrenta. Por esse motivo o lazer muitas vezes passa a ser supérfluo, visto que, a fome, o frio, a educação clama por uma urgência maior.

<sup>36</sup> Graduada em Educação Física - Universidade Estadual da Paraíba

<sup>37</sup> Isto não é necessariamente um problema visto que existem pessoas que se realizam e se desenvolvem no trabalho. O problema reside na falta de opção, condições objetivas de se deixar de trabalhar, ou mesmo a lógica capitalista da produtividade que faz com que trabalhe-se apenas para acúmulo de capital.



Outra justificativa de não vivenciar o lazer é a falta de tempo, pois vivemos em um mundo com o tempo cronometrado, o relógio é a verdadeira máquina que seguimos. Desde o princípio somos educados para administrar nosso tempo em função do trabalho.

A partir desse contexto é necessário que tenhamos uma educação voltada para o lazer, dessa forma, gerando uma conscientização entre os indivíduos para a importância do lazer. Nesse sentido, é imprescindível também uma educação para a distribuição do seu tempo, pois é notório que as pessoas dão ênfase ao tempo do trabalho.

Na sociedade contemporânea, o trabalho ainda é visto como a busca das realizações, tendo sua supervalorização. Além disso, torna-se uma atividade que além de definir o homem, ora pode gerar prazer, ora pode ser fonte de desprazer gerando tensões e podendo causar estresse para o homem.

Busco auxílio de Padilha (2000) quando a autora comenta sobre as discussões da centralidade do trabalho, que apesar de tantas mudanças, ele continua sendo o meio de contorno em que a vida humana segue.

As transformações no universo do trabalho tendem a reduzir o tempo de trabalho gerando assim mais tempo livre. Mas percebe-se que a “falta do que fazer” provoca um desconforto ao homem, mesmo nos dias atuais o ócio apresenta mais valorização do que tempos atrás.

O trabalho aparece como tempo de realização do ser social, sendo este, um meio de existência para o homem, por esse motivo, o trabalho torna forma de partida para a humanização do ser social (ANTUNES, 2006).

Compartilho ainda com Barros e Nogueira, quando cita Marx:

...como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana.

Sendo assim, o trabalho é considerado uma necessidade do homem. Desta forma, surgem reflexões como: necessidade do homem em trabalhar para gastar o seu tempo? Ou meio de suprir as necessidades do homem fora do trabalho?

É notório a dificuldade que a sociedade tem em compreender as questões e a necessidade do tempo livre. Essas idéias acima colocadas, não são de fáceis absorções para a humanidade, visto que o trabalho torna o centro das atenções e um fenômeno de necessidade para existência humana.

Através de todas ponderações acima citadas, torna-se necessário entender o lazer numa perspectiva ampla, ou seja, não se pode tratar do lazer como um fenômeno isolado. Sendo assim, uma das indagações do presente estudo, abordando questões do lazer e as relacionando com o trabalho.

Mesmo o trabalho e o lazer possuem diferentes características, ambos participam da mesma dinâmica social, apesar de possuir contradições (GOMES, 2004). A autora complementa mencionando: “... trabalho e lazer não constituem pólos opostos, representando faces distintas de uma mesma moeda” (GOMES, 2004, p. 121). Ou seja, eles se relacionam, apesar de ser/ter campos distintos.

Nesse contexto, o lazer e o trabalho participam da esfera da vida humana, não obstante um ser mais importante que o outro. Cada lado tem sua significação, no qual, o ser humano deve equilibrar tais atividades em suas vidas.

### **Um Olhar Metodológico**

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa descritiva, do tipo estudo de campo. Uma das características da pesquisa descritiva, é que esta tem por finalidade observar, registrar e analisar fenômenos atuais (MARCONI & LAKATOS, 2002).

Sendo assim, nossa população caracterizou pelos trabalhadores do SESI do estado da Paraíba, constituindo assim a amostra pelos 59 trabalhadores do SESI da Unidade João Rique Ferreira, localizado no Distrito Industrial desta cidade.

Como critérios de inclusão e exclusão determinamos que poderiam participar da pesquisa indivíduos com idade a partir de 18 anos, que estavam exercendo algum tipo de trabalho na Unidade João Rique Ferreira.

Como instrumento para coleta de dados foi utilizado um questionário. A escolha pelo questionário deu-se pela facilidade que ele nos oferece para analisar os dados, pois a preferência desse instrumento foi devido a elaboração deste consistir em manifestar os objetivos da pesquisa a partir de critérios

definidos (GIL, 2002).

Esse questionário foi aplicado no expediente normal dos trabalhadores. A pesquisadora entregava no primeiro momento e marcava um horário para receber. Desta forma, foram recolhidos 37 questionários.

Após a aplicação dos questionários, foi feita uma leitura interpretativa dos mesmos, para desta forma, produzir as categorias. A categorização consiste na organização dos dados de forma que o pesquisador consiga tomar decisões e tirar conclusões a partir deles (GIL, 2002, p.134). Assim, baseados mais uma vez no autor, a análise foi realizada em uma seqüência de atividades, tais como: redução de dados, categorização desses dados, interpretação e análise dos dados.

### **Dialogando com os Resultados**

#### **O Tempo de Trabalho dos Funcionários do SESI**

Uma das questões analisada foi o tempo de trabalho dos indivíduos tanto na instituição pesquisada quanto fora dela. Deste modo, constatamos em nossa pesquisa a duplicação da jornada de trabalho. Analisamos o tempo diário do trabalho, que, de acordo com a amostra estudada, 48,6% trabalham até 8 horas ao dia, 27,2% trabalham até 6 horas por dia. Mas, torna importante mencionar que 21,6% trabalham mais de 8 horas e outros 2% não respondeu a questão.

Outro diagnóstico importante foi em relação às atividades realizadas no tempo que não estão trabalhando no SESI, do qual alguns indivíduos relatam a existência de outro trabalho formal ou informal. Além do que, em relação a parte feminina da amostra, foi visto que grande parte das mulheres questionadas utiliza o tempo fora do trabalho para realizar atividades domésticas.

Desempenhar outras atividades de trabalho torna-se possível, pois nos dias atuais os horários de trabalho são mais flexíveis, no qual percebemos jornada individualizada, por meio período entre outros fatores como nos mostra Lipovetsky (2005).

Muitas vezes essa relação com a produtividade faz com que o indivíduo tenha a necessidade de dobrar sua carga horária de trabalho, do qual, essa duplicação pode ser consequência da acumulação de bens, inerente a lógica capitalista. Mas por outro lado, essa duplicação resulta na má remuneração que grande parte da população brasileira enfrenta.

#### **A Reserva do Tempo Diário para o Lazer**

A esse respeito, participantes da amostra relatam não reservar parte do dia para o lazer alegando: “Preguiça” (Sujeito 2), “Comodismo” (Sujeito 37), outros ainda mencionam a falta de tempo, como foi o caso do Sujeito 30: “Nos horários livres de um trabalho, já estou em outro e me resta apenas o domingo”. Outro confessa que “Talvez o excesso de trabalho me faça esquecer o quanto é importante o lazer” (Sujeito 19).

Gomes (2008) relata que não devemos considerar o lazer como realizações de meras atividades. Quando o Sujeito 2 e Sujeito 37 explana que não reserva tempo para o lazer, entende-se que o mesmo tem noção do lazer apenas como atividades.

Importante destacar que nenhum dos indivíduos pesquisados descrevem ser contra a reserva de um momento diário para o lazer, eles referem a falta de tempo, como nos mostra o Sujeito 18: “Devido as atividades que tenho que desempenhar em casa e as profissionais. Não sobra tempo”.

Aos questionados que afirmaram reservar parte do dia para o lazer, constatamos 51% da amostra, o que nos mostra a preocupação existente nas pessoas em guardar um momento diário para o lazer. Os participantes da amostra alegam que esse período é importante para “melhor qualidade de vida” (Sujeito 1). Outros afirmam ainda que “esse tempo é melhor para desopilar” (Sujeito 2).

Em relação ao tempo diário destinado ao lazer, varia de 30 minutos à 2 horas, como relata o Sujeito 14 quando lhe foi questionado o tempo diário ao lazer: “1 hora e 30 minutos. Para relaxar a minha mente”. Já o Sujeito 11 descreve: “Uma hora e meia por dia. Para melhorá a qualidade de vida”.

Neste estudo não tivemos intuito de cronometrar o tempo destinado ao lazer que, no entanto, questionamos apenas para basearmos as vivências de lazer e identificar que essas experiências não se resumem apenas aos finais de semana e feriados. Esse tempo satisfaz ao momento presente e não se restringe aos momentos institucionalizados para o lazer, como é o caso das férias, feriados e finais de semana (Gomes, 2008).

#### **Lazer nos Finais de Semana e Feriados**

Em relação às atividades que são realizadas nos finais de semana, verificamos a diversidade em

atividades de lazer existentes assim como atividades não vinculadas ao lazer.

É notório as pessoas em seus dias de descanso como é o caso dos finais de semana, preencherem esses dias com complementos de atividades que desenvolvem durante a semana ou realizam tarefas que por conta da carga horária do trabalho não conseguem desempenhar ao longo da semana, como nos mostra o Sujeito 10: “Organizar as tarefas a serem organizadas durante a semana”. Da mesma forma o Sujeito 16 alega “Planejamento de aulas” no seu tempo de final de semana.

Outros indivíduos dividem seu final de semana, parte para desempenhar atividades de lazer, parte para realizar atividades de outro cunho. Como expressa o Sujeito 30: “Parte para planejar e parte para ver um bom filme”. O Sujeito 08 conta que “Organizar as atividades da semana; divertir-me ou descansar”. E o Sujeito 12 relata que utiliza os finais de semana para colocar “as atividades do lar em ordem, visitar alguns familiares e amigos, viajar, dançar, rir, divertir-se...” Nestes casos percebemos a diversidade nas experiências de finais de semana.

Também entre a amostra estudada, encontram-se sujeitos que trabalham nos finais de semana, como responde o Sujeito 5: “Organizo e trabalho no sítio”. E o Sujeito 11: “Nos finais de semana domingo sim outro não eu trabalho no SESI”.

Por outro lado constatamos inúmeras atividades de lazer executadas nos finais de semana, tais como: ler, sair com amigos e/ou familiares, namorar, dançar, jogar, fazer trilhas, viajar, ir a barzinhos, entre outras. Como descreve o Sujeito 31: “Ir ao shopping com a família, passear na casa de avós, jogar bola, ir a missa, etc”. O Sujeito 34 expõe: “dança, ir ao cinema, namorar, viajar”. Outro ainda relata “ir a igreja, cinema com meus filhos, viajo quando posso”.

No que diz respeito as atividades de lazer efetuadas durante a semana pelos questionados combinam com as atividades dos finais de semana. Alguns relatos de atividades realizadas nesse tempo pela amostra, são: “Vejo TV, fico na net, vou passear com a família, ouvir músicas” (Sujeito 24). “Atividade Física, conversa com as amigas” (Sujeito 3). “Geralmente danço, escuto música ou leio” (Sujeito 29).

### **Lazer no SESI**

O SESI oferece aos seus trabalhadores e sócios instalações de equipamentos de esporte e lazer, neste enfoque, objetiva “promover a qualidade de vida do trabalhador e de seus dependentes, com foco em educação, saúde e lazer, e estimular a gestão socialmente responsável da empresa industrial” (SESI, 2007, p. 9).

Pensando nessas instalações, questionamos nossa amostra a respeito da utilização das mesmas, no qual obtivemos 56,7% não usam esse espaço 29,7% afirmam a utilização, 5% alega às vezes utilizar, outros 5% não responderam a questão e 2% respondem que ainda não.

Referindo-se aos participantes da amostra que negaram a utilização desses espaços, as explicações revelaram que “Não. Porque eu trabalho neste espaço e eu me sentiria trabalhando” (Sujeito 04). O Sujeito 16 alega que “Não existe tempo para o lazer”. O Sujeito 14 aponta que “Não. Por que no horário de trabalho não é possível”. Deste modo, acredita-se a falta do conhecimento do uso gratuito das instalações do SESI fora do horário de trabalho. Assim também, como nos relatou o Sujeito 12 que afirma ainda não utilizar esses espaços: “Ainda não. Por acomodação talvez”.

Deste modo, pensamos acerca do espaço do trabalho, o que este pode influenciar no tempo livre destas pessoas. Nesta perspectiva questionamos: o que esses espaços transmitem para essas pessoas, já que em seus momentos de lazer não pretendem retornar ao seu local de trabalho? Assim, talvez Maffesoli (1996) possa trazer algumas concepções acerca desta problemática, segundo o autor o indivíduo necessita ver outras paisagens diferentes do seu cotidiano.

A respeito dos questionados que afirmaram utilizar as instalações do SESI, obteve-se declarações motivantes, “Sim. Porque o SESI nos proporciona um espaço agradável de lazer” (Sujeito 26). “Sim, por que são excelentes para o lazer” (Sujeito 09). “Sim. Por oferecer campo, quadra, etc” (Sujeito 23).

Neste sentindo é importante refletir as contraditórias dimensões que os sujeitos expõem em seus dizeres, de um lado, ainda há uma carência de informações acerca das atividades de lazer oferecidas pela instituição, por outro lado, há um interesse por estes espaços. Há ainda, os que têm interesses em usufruir seus momentos de lazer em outros espaços, diferentes de sua instituição de trabalho.

### **Considerações Finais**

Este estudo que aborda uma metodologia descritiva procurou desenvolver indagações a respeito

das possíveis relações na dimensão do lazer e do trabalho. Durante a pesquisa muitas reflexões acerca de tais assuntos surgiram. Sendo assim, mencionamos algumas considerações.

Na amostra, encontramos indivíduos impulsionados pelo trabalho, no qual se recusa a desenvolver outras atividades no tempo destinado ao lazer, substituindo por uma segunda jornada ou outras atividades que estão ligadas ao trabalho. Para essas pessoas denominamos de *workaholics*<sup>38</sup>, sendo esta, uma expressão utilizada para aqueles que não se desvinculam das atividades atreladas ao trabalho (MELO e ALVES JÚNIOR, 2003).

Neste sentido, constatamos na pesquisa indivíduos que negam a realizar atividades de lazer, alegando as muitas atividades que devem ser cumpridas por esses sujeitos, tais como as atividades domésticas, desta forma, declarando a falta de tempo como pretexto.

Além do mais, foi relevante o número de trabalhadores do SESI que não utilizam os equipamentos de lazer oferecidos pela empresa, em que subtende-se a falta de informação dos próprios funcionários da empresa, acerca dos serviços oferecidos, assim como os horários disponíveis para o uso.

No entanto, é notório a necessidade de desenvolver políticas que propiciem uma educação continuada para o lazer, de forma que os indivíduos reconheçam e ocupem o tempo livre de uma forma mais humanizada e condizente com o que a área considera importante para os demais trabalhadores do país.

Desta forma, apontamos indicadores de construções de políticas institucionalizadas, como no caso o SESI, que visem uma educação para o lazer, proporcionando assim o ambiente de trabalho como uma opção de espaço nas vivências de lazer. Neste caso, precisa-se de um profissional multidisciplinar, que interaja na participação desses funcionários, objetivando a busca de novas vivências de lazer.

Mesmo com fixação no trabalho, alguns sujeitos reconhecem o sentido do lazer existente no cotidiano de suas vidas. Os questionados percebem a importância do tempo livre, sendo este, um tempo compreendido por eles como sinônimo de qualidade de vida, descanso e relaxamento. Desta forma, é motivante perceber o significado exposto pelos participantes da amostra em relação ao valor que tais atividades de lazer proporcionam a eles.

Em síntese, lazer e trabalho são dimensões distintas, e concomitantemente intrínsecas, em que todas essas áreas estão inseridas na dinâmica social. Neste sentido, segundo Gomes (2004) não fazemos parte de uma sociedade neutra e desconectadas, ou seja, não vivemos em uma dimensão isolada, necessitamos desta forma, de uma interação pois a vida social não se resume em uma única esfera.

Almejamos ter colaborado de alguma forma com os estudos relacionados ao lazer e espera-se que através deste possa surgir novos estudos enriquecendo assim a temática do lazer.

## REFERÊNCIAS

Antunes, Ricardo. Adeus ao Trabalho? *Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 11ª ed. Cortez Editora. Campinas- SP.

BARROS, Vanessa Andrade; NOGUEIRA, Maria Luisa Magalhães. *Identidade e Trabalho: Reflexões a Partir de Contextos Precarizados e Excludentes*. Disponível em: <http://www.sitre.cefetmg.br/Arquivos%20CD%202006/Identidade%20e%20trabalho.Pdf>. Acesso em: 22 de Setembro de 2008.

GIL Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4ª ed. São Paulo, SP. Atlas, 2002.

GOMES. Christianne Luce. *Lazer - Concepções*. In GOMES. Christianne. Luce (org.). Dicionário

<sup>38</sup> Considera-se Workaholics como termo utilizado para sujeitos que são viciados no trabalho, sendo assim, estes sujeitos não conseguem se desligar do trabalho mesmo fora deles.

Critico do Lazer. Belo Horizonte, MG. Autêntica, 2004.

GOMES, Christianne. Luce. Lazer, Trabalho e Educação. *Relações Históricas, questões contemporâneas*. 2ª ed. Rev. E ampl. Belo Horizonte- MG. Editora UFMG, 2008.

LIPOVETSKY, Gilles. *A Sociedade Pós – Moralista. O Crepúsculo do Dever e a Ética Indolor dos Novos Tempos Democráticos*. Tradução Armando Braio Ara. Barueri, SP: Manole, 2005.

MAFFESOLI, Michel. *No Fundo das Aparências*. Tradução de Bertha Halpern Gurovitz. Petrópolis: Vozes, 1996.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e Educação*. 10ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos ao Lazer: Uma Introdução*. Campina, SP: Parirus, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa*. 5.ed. – São Paulo –SP. Atlas, 2002.

MELO, Victor. Andrade de; ALVES JUNIOR, Edmundo Drummond. *Introdução ao Lazer*. Barueri: Manole, 2003.

PADILHA, Valquiria. *Tempo Livre e Capitalismo: um par imperfeito*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000.

Serviço Social da Indústria. Departamento Nacional. *Políticas de lazer do SESI: versão preliminar / SESI. Departamento Nacional – Brasília: SESI/DN, 2007*.

## TRABALHO E LAZER NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO SÉCULO XXI: DIREITO SOCIAL OU INCLUSÃO EXCLUDENTE?

*Marcelo Silva dos Santos*<sup>39</sup>

*Graziany Penna Dias*<sup>40</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem por intenção discutir as relações entre trabalho, lazer, infância e adolescência na atualidade com base nas mudanças por que vem passando os países do capitalismo periférico na América Latina. Nosso objetivo é contribuir com o debate que se tem travado no campo do trabalho e do lazer em face da reestruturação produtiva que vem acontecendo no mundo e vem trazendo impactos profundos nestas duas esferas. Para isso, buscou-se num primeiro caracterizar o trabalho e o lazer na passagem do fordismo para a acumulação flexível. Num segundo momento, procurou-se discutir, especificamente, trabalho e lazer na infância e na adolescência, para que se pudesse compreender até que ponto estes primeiros têm se configurado enquanto direitos sociais ou mercadoria.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Trabalho. Criança. Adolescência.

### **Um Diálogo com Trabalho e Lazer**

Trabalho e lazer são esferas que mesmo possuindo suas especificidades, devem ser tratadas de forma inter-relacionada. Na literatura é muito comum encontramos estudos que tratam da especificidade destes de forma conjunta. É nesse sentido, que buscaremos apontar as relações históricas e contemporâneas no que se refere a constituição destes fenômenos. Para isto nos valeremos principalmente dos estudos de Melo et al. (2003), Werneck (2000).

Na modernidade, um momento que é bem considerado nas análises sobre o trabalho e lazer é o último quartel do século XVIII na qual a organização do trabalho foi, vertiginosamente, transferida para as fábricas o que implicou na chamada artificialização dos tempos de trabalho e não-trabalho.

Em outras palavras, o tempo diário da vida passou a ser demarcado pela jornada de trabalho, que, aliás, foi absurdamente, excessiva nos momentos iniciais do capitalismo (cerca de 12 a 16 horas de trabalho).

Foi/é um momento da história da humanidade que o homem teve/tem de se submeter à máquina. Inclusive, um filme clássico que retrata bem esta situação, fazendo uma crítica contundente é “Tempos Modernos”, de Charles Chaplin na qual o homem passa a ser assimilado pelo processo produtivo onde, praticamente, torna-se um apêndice da máquina na qual tem de submeter.

O tempo<sup>41</sup> passa a ser a medida primordial para a classe capitalista auferir seus lucros. Não obstante, a expressão “tempo é dinheiro” passa a ser uma máxima até os dias de hoje. E nesta lógica os tempos, passaram ser artificializados, como já anotamos anteriormente, e é a partir deste processo que podemos dizer que o lazer “aparece”<sup>42</sup> tal como nós o conhecemos hoje. Ou seja, diferentemente, dos momentos históricos precedentes, a humanidade passa a ter os tempos de trabalho e não-trabalho definidos e inclusive regidos por lei, principalmente ao final do século XIX e começo do XX.

Nesse período, o mundo passou por crises dos modelos econômicos e políticos da época

<sup>39</sup> (FAMINAS, Faculdades Sudamérica e da rede municipal de Três Rios/RJ) O autor Marcelo Silva dos Santos ([marceloss2003@ig.com.br](mailto:marceloss2003@ig.com.br)) é professor Mestre da rede municipal de Três Rios/RJ; e membro/pesquisador do Grupo de Estudo Trabalho, Educação e Materialismo Histórico (GETEMHI).

<sup>40</sup> O autor Graziany Penna Dias ([grandias@ig.com.br](mailto:grandias@ig.com.br)) é professor Mestre da rede municipal de Juiz de Fora/MG, Tutor do curso de Pedagogia (UAB/UFJF) e membro/pesquisador do Grupo de Estudo Trabalho, Educação e Materialismo Histórico (GETEMHI).

<sup>41</sup> Para efeitos deste texto não adentraremos com muita profundidade na questão do tempo observado sob o viés econômico. Apenas iremos demarcar com base nos estudos de Marx em um de seus textos “Salário, Preço e Lucro” de que o valor de uma mercadoria (que no mercado vai ser monetarizado na forma de preço) tem relação com o tempo socialmente necessário para produzir uma determinada mercadoria. E nesta lógica quanto menos tempo de produção, menor o valor de cada mercadoria produzida, e, por sua vez, menor o preço. Isto possibilita vender produtos mais baratos e abocanhar maiores fatias do mercado, o que, sem o qual, não é possível sobreviver à concorrência intercapitalista (MARX, 2004).

<sup>42</sup> Optamos por colocar em aspas esta palavra com o intuito de chamar atenção de que o lazer não surge por acaso, mas que foi/é construído, historicamente, pelos homens.

(especialmente com a Primeira Guerra Mundial). Segundo Chemin (2003), a criação dos direitos sociais em esferas como o trabalho e lazer vão se dar neste contexto turbulento do mundo capitalista que temendo a disseminação das idéias socialistas começa a promover garantias mínimas de sobrevivência para a massa de cidadãos/trabalhadores. É importante frisar que isso foi feito com o intuito de manutenção do modo de produção capitalista.

De qualquer modo para a classe trabalhadora o tempo de trabalho, seja nos séculos passados como atualmente, é um tempo penoso, aviltante das condições humanas e em nada se assemelha com a perspectiva ontológica, *work* (ANTUNES, 2004), na visão de pensadores como Marx, que concebiam o trabalho<sup>43</sup> como autofundador<sup>44</sup> do ser humano. Mas se aproxima da visão que Marx havia atribuído ao trabalho na sua forma histórica, *labor* (ANTUNES, 2004), ou seja, dotado de um conteúdo negativo. Representa o trabalho alienado, explorado. O trabalhador não se reconhece na produção, não tem acesso ao produto de sua produção, não se reconhece enquanto fazendo parte do gênero humano (ibid.).

E na vigência destas condições o trabalho passa a ser amplamente valorizado na sociedade e o lazer a ser encarado pelos trabalhadores como um momento de compensação das frustrações geradas no seio dos processos produtivos. Somado a isto, as condições de trabalho que eram as mais inóspitas possíveis. Segundo Melo e Alves Junior (2003) sobre as condições daquela época (séc. XVIII/XIX).

De fato, era uma compreensão da classe dominante manter a pobreza dos trabalhadores, criando uma necessidade constante de trabalho e mantendo o exército de mão-de-obra disponível. Observamos que um excedente de mão-de-obra disponível fora gerado com a própria criação e adoção das máquinas a vapor<sup>45</sup>, pois estas substituíram muitos trabalhadores (p. 8).

Tais fatos promoveram insatisfações que culminaram com lutas organizadas dos trabalhadores que iniciaram reivindicações por melhores condições de vida bem como o aumento do tempo “livre”.

De acordo com Werneck (2003a), nas primeiras décadas do séc. XX foram acirradas as disputas entre capital e trabalho nos diversos países industrializados, ou em vias de industrialização, no que tange a regulamentação e redução da jornada de trabalho, o que implicou no aumento do “tempo livre”.

E isto trouxe ações da classe dominante no tocante a ter uma maior preocupação com o tempo de não-trabalho, pois este poderia atrapalhar o período de trabalho, pelos seguintes motivos: primeiro que as diversões eram tidas como perigosas e perniciosas já que, para além de manter os antigos estilos de vida (como festas, noitadas) o que poderia deteriorar as forças físicas dos trabalhadores; segundo que era um momento em que os trabalhadores se reuniam e poderiam tomar consciência de sua situação promovendo uma intensificação das lutas e resistências. Talvez este segundo motivo fosse o mais preocupante do que o primeiro. Nas palavras de Werneck

Na Europa do século XIX, o encontro dos operários em alguns locais ao final do expediente, tais com *pubs* e cafês, alcançaram proporções muito perigosas aos olhos da burguesia, que ultrapassavam a dimensão do lazer enquanto busca de prazer e realização. Essa preocupação voltava-se não para o perigo do lazer possibilitar a ocorrência do vício, mas para a sua utilização como pretexto para reunir os operários interessados em promover a mobilização política e o questionamento das suas reais condições de vida

<sup>43</sup> Marx e Engels conferiam ao trabalho um conteúdo positivo, pois na sua origem o trabalho seria da necessidade e vontade humanas, revelando a capacidade criadora do homem, na qual o desejo se projetaria no futuro (teleológico) e sua realização se daria a partir de um conjunto de ações para a consecução de seu objeto. Para saber mais ver Marx (1999; 1985) e Antunes (1999; 2004).

<sup>44</sup> Por meio do processo de trabalho temos uma dupla transformação. Por um lado o próprio ser humano que trabalha é transformado pelo seu trabalho, pois ele atua na natureza, desenvolve as potências nela adormecidas ou ocultas e subordina as forças da natureza ao seu poder; por outro lado as forças da natureza são transformadas em meios, em objetos de trabalho, em matérias-primas, entre outros (ANTUNES, 2004, p. 227).

<sup>45</sup> Aqui gostaríamos de acrescentar que embora as máquinas a vapor tenham possibilitado a transferência da força muscular humana para a máquina isto, por si só, não implicou na diminuição dos postos de trabalho da época. De acordo com Fiod, apoiada em Marx: “Os processos produtivos não tem o poder de desqualificar, alienar e de explorar produtivamente os indivíduos. As relações entre os homens que deles se apoderam é que determinam o que eles serão nesta forma de sociedade: eis seu caráter social” (1999, p. 100).

(2000, grifo da autora, p. 50).

Neste sentido, as diversões passaram por um destacado controle por parte das classes dominantes por meio da articulação entre o poder judiciário, força policial e Igreja. Podemos constatar, novamente, a lógica do *licere*, porém não mais pela perspectiva religiosa, mas econômica, ou seja, só seria permitido o que não fosse atrapalhar os processos de produção (MELO e ALVEZ JUNIOR, 2003).

Uma iniciativa das classes dominantes foi reorientar as práticas populares de diversão dos trabalhadores, oferecendo (ou impondo) uma possibilidade controlada de divertimento. Nesta linha, muitas manifestações da cultura foram sendo perseguidas, como as touradas, brigas de galo, entre outras formas de diversão consideradas bárbaras e atrasadas.

Em substituição as ditas barbaridades, as classes dominantes ofereciam o esporte moderno (ASSIS, 2001; BRACHT, 2005) com todos os seus códigos, normas e sentidos que pudessem inscrever a população nos quadros modernos do capitalismo.

Somado ao processo de controle, que viemos destacando até então, abriu-se as também as portas para a mercadorização do lazer que ao longo do séc. XX, e com grande força a partir de 1970, o lazer passa a ser um dos grandes filões a serem explorados pela grande indústria do entretenimento.

E sua perspectiva avança para formas mais tangíveis de práticas de lazer. Os avanços tecnológicos têm transferido as relações humanas para o isolamento na multidão. As relações têm sido mediadas pelos equipamentos disponíveis que impõem uma diminuição do contato entre as pessoas e com a natureza.

Se por um lado as tecnologias, como a internet, impõem contatos nunca considerados possíveis entre as pessoas separadas geograficamente (BRUHNS, 2001). Por outro tem trazido novas sociabilidades que deslocam o contato humano para o contato estabelecido pela tela. Desloca-se para a máquina a convivência. Desloca-se o real para a imagem.

No tocante as relações humanas, estas passam a transitar, juntamente, como as mercadorias, para a “sociedade do descarte”. Descarte de bens produzidos. Descarte dos valores, estilos de vida, relacionamentos estáveis, enfim a busca das formas mais imediatas e tangíveis de relação humana.

Na esfera do lazer isto tem remetido a novas formas de diversão com visto nas *lan-houses*. Na lógica da sociedade de consumo o lazer tem sido posto como a promessa da grande indústria cultural na qual sua mercadorização tem afastado o lazer como um direito social. O lazer passa a ser concebido, portanto, como um mero entretenimento, promovendo a distração alienante para escapar do tédio e matar o tempo numa sociedade em que a s pessoas não se reconhecem no trabalho. (WERNECK, 2000).

É baseado nas considerações feitas anteriormente, é que passaremos para a discussão do trabalho e lazer na infância e na adolescência buscando compreender se estes primeiros têm se configurado enquanto direitos sociais ou mercadoria.

### **Trabalho e Lazer na Infância e Adolescência no Século XXI: Direito Social ou Inclusão Excludente?**

Como vimos, no século passado o Trabalho e o Lazer passaram por significativas mudanças no mundo capitalista. E, claro, isto trouxe profundos impactos para a infância e a adolescência, fato este que trataremos a seguir.

Entendemos que faz importante, antes, resgatarmos em caráter mais explicativo, como era visto o trabalho na infância e na adolescência o que nos dará maior fôlego nas discussões seguintes.

De acordo com Silva (2003) o trabalho na infância já existia muito tempo antes do trabalho fabril (séc. XVIII). Nas sociedades primitivas o trabalho já fazia parte da vida da criança e do adolescente, porém ele cumpria um significado bem diferente dos tempos modernos.

O trabalho era dotado de valor útil e sua perspectiva era pautada em dois parâmetros: formação e sociabilidade. A economia, na idade média, por exemplo, estava assentada na agricultura pastoril, na qual a criança e o adolescente eram aliados à lida da terra, participando do processo de integração do trabalho como valor útil de manutenção da existência humana, sem muita exploração e sem que isso fosse danoso e prejudicial ao seu desenvolvimento (SILVA, 2003). As atividades afins ao trabalho procuravam acompanhar o ritmo biológico e cultural das crianças e dos adolescentes da época.

Porém, com a revolução industrial e o advento da maquinaria, processo descrito por Marx



(1985), uma nova configuração e sentido do trabalho passa a entrar em cena, pois o desenvolvimento técnico da fábrica possibilitou o ingresso de um enorme contingente de crianças e adolescentes para o seu interior com jornadas extenuantes de trabalho que podiam variar entre 14/16 horas diárias.

Os ritmos e processos de trabalho impostos excediam em muito as capacidades físicas das crianças e adolescentes, pondo em descompasso o seu ritmo biológico e reduzindo a sua vivência cultural da infância, já que o tempo de não trabalho era bastante reduzido.

Não obstante, isto trouxe diversos problemas à Inglaterra e outras nações (séc. XVIII/XIX), palco da ascensão capitalista industrial. De um lado isto foi gerando uma insatisfação generalizada à classe trabalhadora da época, pois além de ter de se confortar com o trabalho penoso, ele teve de assistir suas crianças e adolescentes se baterem também com aquela lógica destrutiva, que gerava, inclusive, muitos óbitos.

De outro lado o próprio Estado inglês se via com problemas graves produzidos pela exploração do trabalho infantil. Segundo Soares (2004), a degradação do trabalho em relação ao público infantil era tamanha que a população oriunda deste processo começou a ter um decréscimo na sua estatura média, que era uma referência na época para se ingressar nas forças militares.

A debilidade física era tal que os homens não mais atingiam a altura mínima exigida para o ingresso na tropa, problema que obrigou o exército francês e o alemão, ao longo século XIX, a diminuir paulatinamente a altura mínima exigida, pois, caso essa medida não fosse tomada, não haveria homens disponíveis para o serviço militar (SOARES, 2004, p. 24).

Neste sentido, ocorreu a intervenção do próprio Estado capitalista da época. De acordo com Nogueira,

Tratava-se, assim, de restringir os poderes ilimitados do capitalista sobre as condições de utilização da força de trabalho, com a finalidade de preservá-la. [...] Se a classe dirigente – ou uma fração dessa classe – se viu forçada a forjar os próprios instrumentos de seu autocontrole, é que uma necessidade histórica se impôs e que os objetivos de longo prazo superaram a exigência imediata de lucro (1990, p. 54).

Assim, tem-se o início a determinação de leis, regras que possam permitir a regulação capitalista em sua exploração desenfreada. Aliás, segundo Nogueira (1990) as crianças foram o primeiro público, na história da humanidade, que começou a ter regulamentada a sua jornada de trabalho e que mais tarde se estendeu a toda classe trabalhadora.

No Brasil, isto começou a se figurar na virada do século XIX/XX. O país começou a legislar sobre algum direito social para crianças e adolescentes com o intuito de promover a estabilidade social que permitisse o capitalismo avançar. Como exemplo disto podemos citar o Decreto de 1.313/1891 que regulamentava o trabalho dos menores nas fábricas da capital federal.

Segundo o Decreto 1313/1891 ficava proibido o trabalho noturno aos menores de 15 anos e qualquer forma de trabalho antes 12 anos. Definia ainda que:

- os menores do sexo feminino 12-15 anos teriam jornada máxima de 7 horas por dia.
- os menores de sexo masculino entre 12-14 teriam jornada máxima de 9 horas por dia.

O Decreto 17.934-A, de 12/10/1927, tratava do trabalho dos menores, na qual definia a idade mínima de 12 anos, mantida no Código de Menores, e proibia o trabalho noturno de menores de 18 anos de idade.

No governo de Getúlio Vargas, várias medidas em “benefício” dos trabalhadores, sejam crianças, adolescentes e adultos; foram estabelecidas. Como expressão máxima da época, temos a criação da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT em 1º de maio de 1943, criada pelo Decreto-lei n. 5.452.

No campo do lazer também foram realizadas, medidas com o intuito de regular o tempo de não trabalho. Pois, com a regulamentação da jornada de trabalho a população em geral passou a ter um tempo de não trabalho maior o que trazia algumas preocupações.

Era receio das classes dominantes que o tempo de lazer, poderia transformar-se no desgaste de sua mão de obra devido aos tipos de diversões realizadas pelos trabalhadores.

Como também o receio de neste momento disponível as pessoas começarem a pensar em superar suas condições péssimas de existência, o que implicaria na mudança das relações sociais de produção (MELO e JUNIOR, 2003).

Assim, a partir de 1920 promoveu-se a reorientação das atividades populares, desenvolvendo-se

também centros recreativos para as classes operárias brasileiras. Em 1926, na cidade de Porto Alegre foi criado o Serviço de Recreação Pública que tinha “como objetivo ocupar adequadamente as “horas de lazer” dos jovens evitando que eles se sujeitassem a delinquência e à ociosidade” (MARCASSA, 2004, p. 197).

Em São Paulo, por volta de 1935, é criado o Serviço Municipal de Jogos e Recreio que tinham a função de equacionar os problemas higiênicos, recreativos e educacionais, necessários à manutenção da ordem social e municipal (MARCASSA, 2004). Neste período também são criados na cidade os Parques de Jogos, com seus programas para de Parques Infantis e Clubes de Menores Operários (ibid.).

Em 1943 foi criado o Serviço de Recreação Operária do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Tal órgão figurou como uma maneira de estender as experiências anteriores no campo do lazer para os menores trabalhadores a todo o território nacional, acompanhando o processo de industrialização que se disseminava pelo território.

E a perspectiva era clara, pois “o lazer não deveria propiciar a realização de qualquer atividade (apenas daquelas consideradas saudáveis e lícitas), e se tornou imprescindível complemento do trabalho produtivo, sendo usufruído justamente em função deste último” (WERNECK, 2003b, p. 43).

Neste contexto, podemos dizer que o trabalho e o lazer se figuravam enquanto direito social e tinham por intenção ingressar a classe trabalhadora seja adulta ou adolescente; nos quadros modernos do processo de industrialização da época e do modo de produção capitalista no Brasil.

Mais especificamente o lazer se constitui enquanto direito social que foi conquistado a duras penas nas disputas entre capital e trabalho ao longo dos séculos passados. Não obstante, como vimos ele foi sendo apropriado pelas elites dominantes em conluio com o Estado de forma a este lazer ter uma função funcionalista<sup>46</sup> que visa só repor as forças gastas no trabalho.

Não obstante, as visões de trabalho e lazer enquanto direitos sociais vão passar por mudanças a partir da década de 1970 no mundo e 1990 no Brasil. O que se verá será um recuo do Estado na questão dos direitos sociais nestas duas esferas da vida humana. Diversos estudos têm apontado profundas mudanças no mundo do trabalho (ou mercado de trabalho, para as visões apologéticas) que têm indicado transformações na economia política do capitalismo, no último quartel do século XX e que vem ocorrendo até então (HARVEY, 1993).

A globalização e o neoliberalismo, enquanto grandes processos econômicos e políticos, em curso, têm promovido mudanças estruturais. Aliada e permeada, por estes, temos a reestruturação produtiva, que tem impetrado a partir das inovações tecnológicas, mas não só por conta dessas, mudanças no modo de organização da produção, a qual, um novo modelo se apresenta com o nome de acumulação flexível (HARVEY, 1993).

Tal modelo vai imprimir ao trabalho: a precarização, subcontratação, informalização; fato este que vai ameaçá-lo enquanto direito social. E estas formas perversas vão representar o contexto na qual a constituição brasileira de 1988 vai ser edificada. Um fato relevante é que nesta constituição é retirado o preceito de ser considerado cidadão todo e qualquer pessoa portadora da carteira de trabalho que distinguia os trabalhadores dos vagabundos.

Segundo Organista (2006) “é instigante atentar que a retirada deste preceito na constituição de 1988 coincide com o contexto histórico que o trabalho formal vai cedendo lugar para o trabalho informal” (p. 23). Isto trouxe para o debate questões importante no que se refere a infância e a adolescência. Dentre elas, gostaríamos de destacar na letra da lei da Constituição de 1988 a questão do trabalho voltada à adolescência.

Art. 7o XXXIII - “Proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho aos menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos” (Constituição

<sup>46</sup> De acordo com Marcellino (1990) as abordagens sobre o lazer podem ser agrupadas em: funcionalistas e críticas. No tocante ao funcionalismo (oriundo da Teoria Funcionalista) este não nasce nas ciências sociais, embora se perceba muito divulgado nesta área. Mas é trazido das Ciências Biológicas. Por esta área de conhecimento a realidade é posta como dada e o que importa é conhecer o funcionamento desta realidade. Não há lugar para as contradições, mas sim para a integração (RAMOS, 2001a; RAMOS, 2001b). As abordagens funcionalistas compreendem o lazer numa perspectiva acrítica e muito voltada para o senso comum no que tange a conceber o lazer como simples entretenimento.

de 1988).

Deste trecho podemos fazer as seguintes inferências. Primeiro que embora a lei proíba o trabalho infantil, ela não aponta elementos que impeçam concretamente que este não aconteça. Inclusive, acaba ganhando relevância social que crianças menores deveriam trabalhar já que do contrário ficariam na vadiagem<sup>47</sup>. O argumento muito propalado pelo senso comum é de que “antes trabalhar do que roubar”. Mas o que não se percebe é que a criança e o adolescente já pagam por não terem garantidas, em termos de direito social, condições para não terem que exercer tarefas, no mais das vezes degradantes e aviltantes.

Sobre isto, não poderíamos deixar de destacar a fala de Silva (2003), quando coloca que “a criança não é mais aprendiz de ofícios, é diretamente envolvida no mundo do trabalho de forma pervertida e precária, em prejuízo de outras instâncias de sociabilidade, como, por exemplo, da escola, da vizinhança, da comunidade, da praça, do parque, da cultura, etc.” (p. 16).

Isto comunga com as discussões no campo do lazer que passa a não ser mais garantido, concretamente, como direito social, já que este fenômeno passa por um processo de mercadorização impedindo que as famílias de baixa renda tenham acesso ao que antes era um direito social garantido pelo Estado (WERNECK, 2000).

Um outro ponto do artigo da Constituição de 1988, supra citado, se refere a aos processos de subcontratação e terceirização vividos pelos chamados aprendizes<sup>48</sup> (a partir de 14 anos em atividades na qual eles tenham que passar por um processo de aprendizagem profissional), que para complementar as rendas de sua família se sujeitam as mais diversas tarefas que de fato pouco contribuem para uma formação profissional que lhes permita ingressarem no mundo do trabalho visando posições mais bem valorizadas socialmente, ao mesmo passo que impedem os mesmos de usufruírem do direito ao lazer. Mesmo sabendo que o fator econômico é um limitador.

Neste sentido, entendemos que o direito social ao Trabalho e ao Lazer para crianças e adolescentes está pautado numa lógica, que tomamos emprestado de Kuenzer (2002), de *inclusão excludente*. Esta lógica aponta as seguintes mediações.

No tocante ao trabalho as crianças e adolescentes tem sido incluídas em formas de trabalho totalmente excludentes, que não lhes garantem uma realidade digna capaz de responder aos anseios da classe trabalhadora em termos da superação das condições históricas contemporâneas.

Já em relação ao lazer esta lógica impõe um duplo movimento, sendo o primeiro referente à utilização do tempo livre como uma esfera de ação lícita, mas vinculada à lógica do trabalho alienado que coloca o lazer como incapaz de tornar um homem mais feliz, mais livre se o trabalho, de igual forma, não lhe proporcionar alegria, oportunidade de criação e realização, enquanto enriquecimento humano (MARCASSA et al., 2005).

Por outro lado, cumpre ressaltar também que sobre o lazer incidem valores comportamentos, significados, e saberes que contribuem para a perpetuação da visão de mundo hegemônica. Ainda sem falar que os momentos de lazer representam a possibilidade dos jovens criarem e reforçarem seus laços de identidade social, que as crianças interpretam e ressignificam o mundo que as cerca.

Sinaliza-se para o fato de que ao se apropriarem dos escassos momentos de “tempo livre” e ao trabalho precoce, as crianças, como boa parte dos adultos, são incluídas de forma excludente. Primeiro porque não há interesse do poder público em investir a garantia de uma política de lazer que venha contribuir verdadeiramente para o enriquecimento e emancipação humana. E segundo, pelo fato de que, ao trabalharem desde cedo, muitas crianças ficam com o “tempo livre” muito limitado para a prática do lazer, pois além do trabalho, elas ainda cumprem, na maioria das vezes, algumas horas na escola.

### **Considerações Finais**

Com base nas análises e discussões feitas compreendemos que a luta pela garantia e direito

---

<sup>47</sup> Assim, a criança vai criando outros espaços em instâncias de sociabilidade que podem levá-la a convivência com o mundo das drogas, ao mundo social de violências, do mundo das pequenas infrações, perdendo cm isso a possibilidade de viver a sua infância.

<sup>48</sup> Como exemplos podemos citar os *office boys*, vigilantes e carros, carregadores de compra; que não tem se quer seus direitos trabalhistas garantidos. Pois, na maioria das vezes assinam um contrato temporário.

ao trabalho e ao lazer, perpassa pela transformação das condições históricas e concretas que impedem que o conjunto da humanidade possa usufruir de forma ampla estas principais esferas da vida e que são fundantes do ser humano. Faz-se necessário resgatar a partir da infância e da adolescência a visão do ser humano enquanto sujeito coletivo e histórico capaz de produzir e transformar a realidade que o cerca. É da produção material e simbólica da existência humana, cuja centralidade é dada pelo trabalho, que emerge o lazer.

Entendemos que contemporaneamente falar em direito social perfaz compreender que a presente realidade o nega daí tal tema estar em pauta de discussões e ações. Tratar sobre direitos na sociedade brasileira é um tema complexo, pois os cidadãos são tratados perante a lei de forma desigual.

O sentido da lógica de inclusão excludente faz com que a lei nem sempre seja respeitada e, por tendenciosa interpretação, pode acabar discriminando e excluindo, isto é, valendo somente para alguns.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Trabalho. In: WERNECK, Christianne Luce Gomes (org.). *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004, pp. 227-232.

ASSIS, Sávio. *Reinventando o esporte*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

BRACHT, Valter. *Sociologia Crítica do Esporte: uma introdução*. – 3ª edição – Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

BRUHNS, Heloisa Turini. Lazer, Trabalho e Tecnologia: refletindo sobre a necessidade de novos conceitos. In: BRUHNS, Heloisa Turini e GUTIERREZ, Gustavo Luis (orgs.). *Representações do Lúdico: II ciclo de debates “lazer e motricidade”*. Campinas, SP: Autores Associados, Comissão de pós-graduação da Faculdade de Educação da Unicamp, 2001, pp. 71-89.

CHEMIN, Beatris Francisca. O Lazer como Produto do Trabalho. In: MÜLLER, Ademir; DACOSTA, Lamartine Pereira (orgs.). *Lazer e Trabalho: um único ou múltiplos olhares?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, pp. 83-116.

FIOD, Edna Garcia Maciel. Politecnia: a educação do molusco que vira homem. In: AUED, Bernadete Wrublewski. *Educação para o (Des)Emprego* (ou quando estar liberto da necessidade do emprego é um tormento). – 2ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, pp. 83-108.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Editora Loyola, 1993.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão Includente e Inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre trabalho e educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval e SANFELICE, José Luís (orgs.). *Capitalismo, Trabalho e Educação*. Campinas, SP, HISTEDBR, 2002, pp. 77-98.

MARCASSA, Luciana. Recreação. In: WERNECK, Christianne Luce Gomes (org.). *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004, pp. 196-203.

MARCASSA, Luciana e MASCARENHAS, Fernando. Lazer. In: GONZÁLEZ, Fernando Jaime e FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo (orgs.). *Dicionário Crítico de Educação Física*. Ijuí: Unijuí, 2005, pp. 255-259.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e Educação*. – 2ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 1990.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. – 11ª ed. – São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. – 2ª ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. *Salário, Preço e Lucro*. Bauru/SP: EDIPRO, 2004.

MELO, Victor Andrade de e ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. *Introdução ao Lazer*. Barueri, SP: Manole, 2003.

NOGUEIRA, Maria Alice. *Educação, Saber, Produção em Marx e Engels*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. *O Debate sobre a Centralidade do Trabalho*. – 1ª edição – São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RAMOS, Marise Nogueira. *Da qualificação à competência: deslocamento conceitual na relação trabalho – educação*. Tese de doutorado, UFF: Niterói, 2001a.

\_\_\_\_\_. *A Pedagogia das Competências: Autonomia ou Adaptação?* São Paulo: Cortez, 2001b.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira. *Adultização da Infância: o cotidiano das crianças trabalhadoras no Mercado Ver-o-Peso, Belém do Pará, Brasil*. Website: [www.cpihts.com/2003\\_08\\_07/adulinf.htm](http://www.cpihts.com/2003_08_07/adulinf.htm). Acessado dia 12/09/2006.

WERNECK, Christianne Luce Gomes. *Lazer, Trabalho e Educação: relações históricas, questões contemporâneas*. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG; CELAR-DEF/UFMG, 2000.

\_\_\_\_\_. *Recreação e Lazer: apontamentos históricos no contexto da educação física*. In: WERNECK, Christianne Luce Gomes e ISAYAMA, Hélder Ferreira (orgs.). *Lazer, Recreação e Educação Física*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003a, pp. 15-56.

\_\_\_\_\_. *Lazer e Trabalho no contexto urbano: reflexões sobre os “clubes operários” (1937-1947)*. In: MÜLLER, Ademir; DACOSTA, Lamartine Pereira (orgs.). *Lazer e Trabalho: um único ou múltiplos olhares?* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003b, pp. 27-44).

## UM RECORTE SOBRE A RELAÇÃO EXISTENTE ENTRE O LAZER E O PROGRESSO TÉCNICO

*Alice da Silva*<sup>49</sup>

*Cathia Alves*<sup>50</sup>

*Nelson Carvalho Marcellino*<sup>51</sup>

**RESUMO:** Fruto de pesquisa bibliográfica, baseada nas obras de Fourastié, esse estudo tem por objetivo descrever as relações existentes entre o lazer e o progresso técnico, situados historicamente, além de apresentar diferentes vertentes, nas quais o lazer sofre influências do progresso técnico. Justifica-se a partir de mudanças que ao longo do tempo foram causadas por esse fenômeno e modificaram as vivências de lazer. Verificou-se que o progresso técnico em muito influenciou nos lazers dos indivíduos e dessa perspectiva grandes mudanças ocorreram.

**PALAVRAS-CHAVES:** Fourastié. Lazer. Progresso Técnico.

### Introdução

Ao realizar a análise de algumas obras de Fourastié (1967, 1971), economista francês, que viveu de 1907 a 1990, percebe-se a sua preocupação com a economia, com base no trabalho humano, mediados pela produção e consumo. Dessa forma procura-se, neste escrito, fazer um recorte e entender o que foi o progresso técnico e sua relação com o lazer.

Percebe-se que o autor analisa o progresso técnico e a constatação de sua ação sobre os fatos econômicos e sociais; relacionados com o modo e nível de vida do indivíduo.

Esse breve estudo busca explicar o progresso técnico e as relações que se estabeleceram com as vertentes do lazer, a partir de mudanças geradas por esse fenômeno.

Compreende-se o lazer como manifestação humana, abrangente e necessária, um direito individual e social adquirido e requerido pelos trabalhadores; trabalhadores esses moldados pela instauração do próprio progresso técnico.

O lazer, assim, estabelece uma relação direta com o trabalhador, que sofre influência do progresso técnico, portanto se torna essencial compreender historicamente esses fatores e situá-los na discussão atual.

### Desenvolvimento

#### O que foi o progresso técnico e sua relação com o lazer

Sabe-se que esse termo está associado á produção de dois elementos principais, o aumento da matéria-prima e do trabalho.

Fourastié (1971, p. 13) considera o progresso técnico como □[...] crescimento do volume da produção obtida por meio de uma quantidade fixa de matéria prima ou de trabalho humano□.

Esse crescimento de produção de trabalho humano pode ter exigido mais do trabalhador. E conseqüentemente, ter interferido em sua estrutura de vida, podendo provocar a hierarquização das necessidades, potencializando o paradigma de que o trabalho é mais importante que outras esferas da vida humana.

Quanto a esse pressuposto, recorre-se a Camargo (2006), que afirma que o ser humano é sempre faber (alguém que trabalha) e sempre ludens (alguém que brinca). Ele tem a necessidade da utilidade, assim como necessita de prazer.

---

<sup>49</sup> Bacharel em Educação Física – UNIMEP e integrante do GPL (grupo de pesquisa em lazer) Unimep Piracicaba - SP [aisilva@unimep.br](mailto:aisilva@unimep.br)

<sup>50</sup> Mestre em Educação Física, professora da rede pública de ensino, na cidade de Sumaré-SP, docente do curso de Educação Física da Uniararas – Araras SP, integrante do GPL (grupo de pesquisa em lazer) – Unimep Piracicaba - SP, [cathiaal@uniararas.br](mailto:cathiaal@uniararas.br)

<sup>51</sup> Livre docente em Educação Física - Estudos do Lazer, docente do curso de Educação Física da Unimep – Piracicaba SP, Pesquisador do CNPq, líder do GPL (grupo de pesquisa em lazer) – Unimep Piracicaba - SP, [ncmarcel@unimep.br](mailto:ncmarcel@unimep.br)

Portanto, não se demoniza a produção do trabalho, mas defende-se a possibilidade de vivência de lazer. Compreendendo-o de várias formas,

a maior parte destas definições inclui – separada ou integradamente – as dimensões de tempo e atividade. O lazer é tempo livre de trabalho e de outras obrigações, e também engloba atividades que se caracterizam por um sentimento de (relativa) liberdade (PARKER, 1968, p. 10).

O tempo na verdade, não é visto como tempo livre, mas um tempo disponível das obrigações. E nem sempre é preciso usufruir do lazer como atividade, mas fica a critério do indivíduo optar pelo que quer fazer ou não, em seu tempo disponível para o lazer (MARCELLINO, 2004).

Pode-se verificar que tanto a revolução industrial em meados do século XVII, como o progresso técnico em meados do século XVIII, deu ao lazer novos significados, e essencialmente denotaram as suas características, tais como a questão do tempo, da atitude e do espaço.

Elementos esses, apresentados por Marcellino (2004), como aspectos básicos do lazer: tempo disponível; atitude satisfatória e espaço adequado.

Nessa relação histórica do elemento lazer com progresso técnico, esses aspectos (tempo, atitude, e espaço) ganham ainda mais destaque; pois a partir deles é possível o ser humano usufruir do lazer, sem descaracterizá-lo nessa sociedade contemporânea e marcada profundamente pelas características de produtividade.

### **Relações do progresso técnico e do lazer**

Quanto ao progresso técnico, Fourastié (1971) apresenta três vertentes:

1. o progresso técnico como *rendimento em espécie*, define-se pela quantidade de matéria-prima necessária para gerar uma produção específica;
2. o progresso técnico determina o *rendimento financeiro*, o aumento de produção relacionado a um novo investimento;
3. e o progresso técnico como *rendimento do trabalho humano*, independente da condição estabelecida para essa ação, o essencial é a eficácia na produção.

Desses três elementos destaca-se o terceiro, o rendimento do trabalho humano. A idéia de progresso retratou-se pela redução de 10 para 1 a duração do trabalho exigido para fabricação de certos produtos (FOURASTIÉ, 1971).

A duração do trabalho é considerada um dos elementos mais característicos da metamorfose atual da humanidade. Durante dezenas, e mesmo, centenas de milhares de anos, grande parte das pessoas só conheceu uma atividade: o trabalho, e para o autor, a grande mutação técnica e econômica, chamada de progresso técnico, transformou a condição humana.

Porém, todo esse progresso não foi um contínuo nas outras dimensões de vida do indivíduo e o autor nomeia três classificações para esse avanço.

1. As atividades primárias, ligadas a agricultura, com um avanço médio;
2. As atividades secundárias, ligadas a indústria com um avanço considerável;
3. As atividades terciárias, ligadas ao comércio, administração, profissões liberais e serviços pessoais.

Ele exemplifica as atividades primárias, como produtos de agricultura, a batata, por exemplo. As secundárias são vistas como automóvel, som, e outros dessa espécie. E as terciárias relacionadas à vida pessoal, tais como a estética, a arte e outros elementos que contemplem essa esfera.

Considera-se neste estudo que o lazer, encontra-se nas atividades terciárias, e mais uma vez detecta-se a idéia da hierarquização das necessidades, já citada por Marcellino (2004) em diferentes obras.

É preciso esclarecer que o progresso técnico não é uniforme; até mesmo no próprio setor econômico, quando se compara a situação do produto e dos produtores, existe um desequilíbrio.

Verifica-se o quanto o lazer (entendendo-se que ele se situa no setor terciário) é desvalorizado; ainda que a busca das pessoas seja grande por essa manifestação, relativamente foi pouca a contribuição do progresso técnico para o mesmo, pois historicamente esse elemento em muito contribuiu para o avanço da sociedade, mas concentrou-se diretamente no setor primário. De outro lado, pela porta do entretenimento, (entendendo que o mesmo situa-se no setor secundário), o progresso técnico foi eficaz.

Atualmente, percebe-se que o progresso técnico diretamente atingiu o lazer, pois a tecnologia

tem sido um elemento de entretenimento que possibilita experiências de lazer.

Outra relação estabelecida entre lazer e progresso técnico, foi a influência desse fator no turismo (interesse do lazer)<sup>52</sup>. Segundo Tordino (2007), o aumento da produtividade global não atendeu proporcionalmente ao nível de vida das pessoas, mas no que diz respeito à distribuição e ocupação dos espaços geográficos o crescimento da produção, contribuiu com alternativas, ações e possibilidades de formação e manutenção da sociedade como um todo.

Ouriques (2008) também considera o turismo como um grande impulsionador do bem-estar econômico e social nas áreas nas quais se expande; além de ser uma expressão do progresso material do século XX e ser uma possibilidade democrática de lazer ao alcance de todas as pessoas.

Democratizar o lazer é poder alcançar a origem de diferentes pessoas e suas necessidades específicas, não de forma isolada, mas com real interesse em seu bem estar e qualidade de vida, dando continuidade à sua cultura e possibilitando o acesso às manifestações de lazer, como direito reconhecido. E para isso, seria necessária uma contribuição mais efetiva do progresso técnico quanto ao elemento de modo de vida.

Uma das maneiras é favorecer o encontro e troca de experiências humanas, com condições de vivenciar o lúdico manifestado no lazer, como algo em comum e que as pessoas possam partilhar, reconstruindo a idéia de lúdico e lazer que impera no senso comum, rompendo com qualquer preconceito em relação a estes componentes. E ainda, reverter os quadros de desigualdades sociais, partindo também desses elementos, através de valores construídos por essas manifestações.

Assim a busca de felicidade e prazer no lazer não impede e nem limitam a capacidade de desenvolvimento pessoal e social que o ser humano pode alcançar, pelo contrário, é instigante e tem objetivos que vão além do conformismo, oferecendo mudanças em todos os planos: cultural, social e educativo. Nesse sentido percebemos um lazer que vai além, que transcende na sua possibilidade de desenvolvimento pessoal (*eu consigo mesmo*), e social (*o outro consigo*). Para que essa possibilidade tenha validade é necessária uma valorização da sociedade nessa direção, com uma vivência de lazer que possa questionar essas relações pessoais e sociais de forma a mudá-las, se for necessário.

Para tal, retomam-se dois elementos essenciais: 1. o nível de vida relacionado a esfera financeira e o 2. o modo de vida, ligada a duração do trabalho, a profissão, entre outros (inclusive o lazer).

Os dois elementos descrevem a transição que a sociedade se apresenta, desconsiderando os ideais do passado e ao mesmo tempo sem se importar com que o futuro trará (FOURASTIÉ, 1971).

O lazer pode ser considerado como uma nova possibilidade. Mesmo com a sua substituição de valor de uso, por valor de troca, apropriado pelo mercado, o lazer é uma conquista e direito de todos e é preciso que seja reconhecido. O meio social, assim como o poder público, deve reconhecer esse ganho, valorizar o processo de vivência, sem objetivar o produto final, próprio da sua consideração como mercadoria (ALVES e ISAYAMA, 2006).

Cabe lembrar, portanto, que o lazer não pode ser desvinculado de toda a problemática social, e que sozinho ele não é capaz de transformar vidas e de torná-las qualitativamente melhor. Assim, pensar o lazer numa perspectiva abrangente e contextualizada não significa desconsiderar a possibilidade de que ele também possa constituir-se em estratégia de manipulação e controle social, e é este o sentido que muitas vezes é a ele atribuído (ALVES e ISAYAMA, 2006).

Por isso, é necessário repensar essas visões, por meio da sistematização de conhecimentos e da realização de pesquisas que tratem do tema de maneira crítica e criativa, principalmente no que se refere às relações estabelecidas com a produção e o consumo, que são elementos essenciais para sobrevivência humana no meio social.

### **Progresso Técnico, Trabalho Humano e Lazer**

O olhar debruçado sobre o trabalho humano preocupa-se excessivamente com a quantidade de matéria prima obtida em horas trabalhadas. E para Fourastié (1971, p.28), essa produção, significa progresso, que é visto pelo autor como a maneira de: [...] aprender mais depressa, resolver em primeiro lugar, depois resolver mais rapidamente [...]. O progresso é, portanto o aumento da rapidez com a qual

<sup>52</sup> Segundo Dumazedier (1980) os interesses são: os físicos - esportivos, os artísticos, os manuais, os intelectuais e os sociais e posteriormente, o conteúdo turístico acrescentado por Camargo (2006), e ainda Schwartz e Campagna (2006), propõem o conteúdo virtual.



o homem domina as dificuldades (FOURASTIÉ, 1971, p. 29)□.

No momento do trabalho a única preocupação humana deve ser segundo o autor, a capacidade de realizar o seu trabalho de uma maneira mais veloz.

Mills (1969) em relação ao trabalho apresenta quatro aspectos importantes e que são relevantes para esse estudo: a qualificação, o poder, a renda e o status. Para ele qualquer um desses aspectos pode ser determinante para a satisfação do indivíduo com o trabalho. O autor também fala da falta de liberdade que o indivíduo sofre para controlar o trabalho e vai além, quando diz que o trabalhador recebe ordens sem qualquer questionamento e o trabalho acaba por não ensinar coisa alguma. E ainda se torna uma ação sem qualquer significado.

O autor afirma que:

Em suma, devem ser sérios e constantes numa atividade que não significa nada para eles, e isso durante os melhores dias de sua vida. O lazer passa a significar uma liberdade em que falta o aspecto sério em oposição à seriedade autoritária do trabalho (MILLS, 1969, p.254).

O trabalho é necessário a sobrevivência, porém o lazer também o é; significa liberdade de ação, possui seriedade, mas não sisudez. Certamente o trabalho ensina também não se pode radicalizar, esquecendo daqueles que sentem prazer em seu trabalho (ALVES, 2007).

E mesmo quando se aborda o lazer, essa abordagem não pode ser feita de modo isolado, mas, sim contextualizada, relacionando o lazer às esferas de obrigação humana, como a religião, a família, entre outros, entre as quais o trabalho ocupa destaque (MARCELLINO, 2004).

Friedmann (1964) critica o progresso técnico afirmando que esse processo, fragmentou o trabalho e não permite uma expressão da personalidade humana. Excluiu-se a variedade, a iniciativa, a responsabilidade, a participação num conjunto e a própria significação do indivíduo. E ainda, contraria as satisfações intrínsecas do operário e sua alegria, que se fazem presentes num curto espaço de tempo.

Muitas necessidades humanas tais como, interesse, significação, participação, criatividade, prazer e realização, aspectos muitas vezes não satisfeitos no trabalho, podem ser satisfeitos em atividades das horas de “liberdade”. Essas horas podem ser entendidas como horas exteriores as obrigações; sendo tomadas pelo lazer como possibilidade de satisfação das pessoas, e, além disso, vivências voltadas para o descanso, a diversão e o desenvolvimento pessoal e social do indivíduo.

Para Friedmann (1964), as novas técnicas de produção, geraram uma crise no indivíduo. Para tal, é possível questionar a especialização, ressaltando a importância da humanização e valorizando o tempo fora de trabalho, uma das possibilidades é de que a partir do lazer, seja possível gerar valores e contribuir para uma visão mais crítica e criativa do próprio progresso técnico e da sociedade, produzindo mudanças, caso sejam necessárias.

Segundo Marcellino:

De fato, logo compreendemos que a carga lançada sobre o lazer pela desintegração do trabalho é demasiado grande para que se possa enfrentá-la; o lazer em si não é capaz de salvar o trabalho, mas fracassa juntamente com ele, e só poderá ser significativo para a maioria dos homens se o trabalho o for, de maneira que as próprias qualidades por nós procuradas no lazer terão maior probabilidade de se tornarem realidade se a ação política e social travar a batalha, em duas frentes, do trabalho – e – lazer (MARCELLINO, 2004, p.26).

O progresso técnico contribuiu para um melhor rendimento do trabalho; mas isso não significa que ele também tenha interferido na condição de vida humana no sentido de tomada de consciência, ou seja, tenha garantido um estado de vida melhor. Assim, tanto o lazer como o trabalho precisam existir, de maneira significativa, para mudar a condição de intervenção do indivíduo e para isso devem-se unir esses dois elementos e entendê-los como essenciais para vida humana. O progresso técnico é admirável, porém pode ser arriscado e perigoso.

Considera-se também que:

Entender o lazer como um campo específico de atividade, em estreita relação com as demais áreas de atuação do homem, não significa deixar de considerar os processos de alienação que ocorrem em quaisquer

dessas áreas. A meu ver, esse entendimento parece ser uma postura que contribui para abrir possibilidades de alteração do quadro atual da vida social, tendo em vista a realização humana, a partir de mudanças no plano cultural (MARCELLINO, 2004, p.28).

Dessa forma, lazer e trabalho, permeados pelo progresso técnico deverão ser brechas de transformação da realidade e o lazer encontra-se como campo específico de possibilidade no plano moral e cultural.

Friedmann (1964) descreve que os trabalhadores daquela época sentiam liberdade no tempo de lazer e diziam que aquele momento proporcionava algo para eles amarem. Em relação aos operários ingleses, seu lazer continha mais atividades manuais do que artísticas e intelectuais, tinham pouco incentivo para as ações sociais.

Fourastié (1967), afirma que o homem miserável não tem consciência de que se vivesse em outra condição, teria necessidades que parecem supérfluas, como uma casa de campo, por exemplo.

Nota-se que o indivíduo, de determinada condição social, ou seja, nível de vida desfavorável, superficialmente achará que o lazer (ou algumas possibilidades de lazer, como cinema, teatro) são algo supérfluo e que não precisa disso; muitas vezes se contenta em ter acesso a um único conteúdo restrito de lazer, geralmente o físico-esportivo.

Com base em diversos fatos surge a transferência do trabalhador de um setor para outro, ou seja, ele poderia migrar do setor terciário para o primário, como do terciário para o secundário e assim sucessivamente. A duração do trabalho profissional sofreu forte redução, recorrente da revolução industrial até 1936 (FOURASTIÉ, 1971).

A diminuição da jornada de trabalho, antes tão desgastante, abre mudanças necessárias ao nível e modo de vida da humanidade.

Convém salientar que para Fourastié (1967) esta opção em interferir na duração de trabalho, pode ser uma opção crucial da civilização, pois manter a duração do trabalho é optar pelo crescimento mais rápido do poder aquisitivo, do nível de vida, do consumo comum, dos bens e serviços concretos. Reduzir a duração do trabalho poderá diminuir as satisfações econômicas, porém elevar a idade escolar e aumentar os lazeres é uma chance de abrir as massas populares uma concepção menos vegetativa da vida. Além de apresentar-lhes outro tipo de modo de vida, talvez mais agradável e prazeroso.

O autor descreve a redução do trabalho como se fosse algo negativo, mais ao mesmo tempo, ele considera a importância de viver outras coisas para além do trabalho; segundo ele o ser humano não foi e não é preparado para tal mudança. Atualmente percebe-se uma fase de transição em que as pessoas buscam por trabalho, mas também querem o lazer.

É, pois em resumo, a opção entre o conceito puramente econômico de vida e uma conceituação muito mais eclética, aberta a um equilíbrio de necessidades e prazeres.

O autor reforça a importância que o lazer exerce no desenvolvimento da humanidade, quando afirma que os estudos relativos ao lazer serão maiores e despertados pela ligação com as ciências humanas, sociais e naturais. Além disso, o indivíduo terá de ser ajudado quanto ao seu lazer, orientado sobre quais são as possibilidades de vivência que ele poderá usufruir e considera que num futuro próximo o lazer será reconhecido.

Atualmente, pode-se dizer que a “previsão” de Fourastié (1967), estava correta. Na década de 80 o lazer passa a existir como direito reconhecido e muito tem aumentado a procura e a prática desse elemento. O autor também concorda que o espaço do lazer é educativo, e destaca os lazeres culturais.

Fourastié, (1967 e 1971) ainda não tinha uma idéia clara e concreta de lazer, como nota-se nos dias de hoje, porém demonstra um avanço quando já relaciona o lazer a cultura.

Ele também ressalta a idéia de que a pessoa enxerga a vida em três estados: comer, dormir e trabalhar. E afirma que a noção de lazer é algo moderno.

Essa visão parcial das esferas de vida ainda tem presença marcante, porém através da educação para e pelo lazer é possível abrir um leque de possibilidades que faça com que as pessoas mudem esse conceito parcial de vida.

O autor indica que com certa evolução a economia invadiu o setor terciário, ainda que o mesmo seja rebelde com relação ao progresso técnico. Nota-se como esse fato é real, pois o turismo, um dos interesses do lazer, por exemplo, movimenta grande parte da economia de cidades turísticas.

### Considerações finais

Retomando a discussão central de Fourastié (1971), ele deixa claro que a economia domina todos os campos de vida do ser humano. Para o autor a economia determina as ações políticas e sociais e para alterar o nível e o modo de vida é preciso modificar a economia, a partir do progresso técnico que tanto contribui para a sociedade.

O autor ainda confirma que as pessoas vivem em um período de transição, período esse que perturba, pois não apresenta algo definitivo e gera quebras de fenômenos, não havendo uma estabilidade nem econômica e conseqüentemente social, política e até mesmo cultural.

É possível perceber uma proposta de otimismo em Fourastié (1971, p. 234), quando afirma que o período de transição já apresenta uma expansão, em que o “[...] homem não será esmagado pela máquina, nada será menos industrial que a civilização nascida da revolução industrial”.

Dessa forma, Fourastié (1971), considera movimentos na sociedade, o deslocamento e as transferências de setores, a redução de preços, a diminuição de rendas, a relevância das trocas comerciais, a difusão cada vez maior do ensino superior; a volta as condições tradicionais de “habitat”, numa condição mais confortável; o crescimento do nível de vida, entre outras coisas.

Nota-se atualmente o reflexo desse movimento apontado pelo autor, a procura das pessoas em retornar a um ambiente natural, um novo “habitat”, muito mais aconchegante, (com água quente e luz). O acesso ao nível superior aumentou muito nos últimos anos, devido a vários fatores, porém um ensino muitas vezes sem muita qualidade. Além de várias outras mudanças no quadro social.

O autor também conclui vários outros elementos em que se apresenta um cruzamento com dados atuais:

Eliminação progressiva do trabalho servil, redução da duração do trabalho, aumento das idades escolares (*e agora uma possível diminuição com a entrada da criança na escola aos 6 anos de idade*); aumento da duração média de vida humana (*a expectativa de vida aumentou em 10 anos desde de 1970 até os dias de hoje, um brasileiro chega a ter uma média de 72 a 74 anos*<sup>53</sup>); melhoria do nível e modo de vida [...] (FOURASTIÉ, 1971, p.235)<sup>54</sup>

Fourastié (1971) ainda faz menção ao problema da informação, pois existe muita informação e ao mesmo tempo há muita necessidade da mesma.

A informação por si só não concretiza conhecimento, não estabelece nada e passa pelo ser humano sem deixar nenhum resquício; para fundamentar uma concretude é preciso muito mais do que uma simples informação (MORIN, 2001).

Assim como, Friedmann (1964) aponta para perda da personalidade humana para máquina, Fourastié (1971) também considera que a máquina tenha influenciado na vida humana, que o automatismo tenha destruído a individualidade e somente o tempo dirá se a experiência do progresso técnico foi positiva ou negativa para humanidade.

Inicialmente as máquinas passam a dirigir a vida do individuo em todos os campos, encaminhando-o ao conformismo, inclusive nos seus lazeres. Porém, nota-se uma reversão desse quadro, por vários motivos; um deles é quando o setor terciário evolui; o outro é a própria evolução das máquinas, em 1900 o individuo exercia a pura mecânica sobre elas e a partir de 1960 ele passa a usar a tecnologia e a inteligência para gerir as máquinas (FOURASTIÉ, 1971).

A máquina moderna demonstra um renascimento do ser humano, pois toma pra si a responsabilidade da repetição inconsciente. O individuo assim, pode prever, e pensar novamente (FOURASTIÉ, 1971).

O autor chega a afirmar que a “máquina é geradora de lazer”. Anunciando uma segunda fase, na qual o ser humano prefere diminuir seu consumo e aumentar seu lazer. Fourastié (1971) descreve que:

Ora, se o consumo maciço gera uniformidade, o lazer é por natureza individualista; em primeiro lugar, boa parte do lazer dos jovens é utilizada no ensino, e se o ensino primário é gerador de conformismo (ortografia, aritmética), o ensino superior é sempre adequado para desenvolver faculdades de iniciativa, espírito crítico e autonomia de julgamento. Em seguida, cada um procura nos lazeres aquilo que lhe agrada, e em especial, um antídoto para as compulsões sociais: um caça, outro pesca, o terceiro joga bola,

<sup>53</sup> Informação retirada do site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) com base no ano de 2006. Data de acesso 23/01/2009.

<sup>54</sup> Grifo meu.

todos viajam e descobrem a incrível diversidade do campo, das cidades, dos homens (FOURASTIÉ, 1971, p. 250).

O autor não tinha uma visão clara de lazer e não expressou o quanto a experiência de lazer poderia mudar a vida das pessoas. Ele centra-se excessivamente na máquina, indicando que: “A máquina leva assim o homem a especializar-se no humano” (FOURASTIÉ, 1971, p. 251). Para ele toda vida humana girará em torno da máquina, ao redor do econômico.

Fourastié (1971) demonstra sua esperança na capacidade humana mediada pela máquina:

Ao libertar a humanidade dos trabalhos que matérias inanimadas podem executar para ela, a máquina deve conduzir o homem para as tarefas que só ele pode realizar entre os seres criados: as da cultura intelectual e do aperfeiçoamento moral (FOURASTIÉ, 1971, p. 255).

Nessa afirmação nota-se o quanto o lazer é relevante, pois nele frui-se a cultura como um todo, e pelo lazer pode-se tentar buscar um equilíbrio de vida diária.

Portanto, considera-se que:

1. O progresso técnico definiu o trabalho como elemento essencial na vida humana, causando a desvalorização de outras esferas de vida;
2. O progresso técnico contribuiu para nortear o lazer a partir de suas características: tempo disponível, atitude satisfatória e de livre escolha e espaço adequado;

## REFERÊNCIAS

ALVES, C. ISAYAMA, H, F. Considerações sobre o lazer na idade adulta como base para elaboração de repertório de atividades. In: MARCELLINO, N, C. **Repertório de atividades por fases da vida**. Campinas: Papirus, 2006.

ALVES, C. **O papel do profissional de Educação Física como intermediário entre o adulto e o lúdico**. Dissertação de Mestrado, Piracicaba: Unimep, 2007.

CAMARGO, L. O. L. **O que é lazer**. 3 Reimpressão, São Paulo: Brasiliense, 2006.

DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

FOURASTIÉ, J. **As 40.000 horas, para onde caminha o trabalho da humanidade**. Tradução de Paulo Moreira da Silva. Rio de Janeiro: Forense 1967.

FOURASTIÉ, J. **A grande esperança do século XX**. São Paulo: Perspectiva. 1971.

FRIEDMAN, G. **O trabalho em migalhas**. Paris: Gallimard, 1964.

MARCELLINO, N, C. **Lazer e Educação**. 11ªEd. Campinas: Papirus, 2004.

MILLS, C. W. **A nova classe média. (White Colar)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. p.10 - 22 e 230 – 256.

MORIN, E. **Os Sete Saberes necessários a educação do futuro**. Cortez. São Paulo, 2001. Cap. V.

OURIQUES, H, R. Elementos para uma análise do turismo na economia - mundo capitalista. **II Colóquio Brasileiro de Economia Política dos Sistemas mundo**. Florianópolis, 30 de junho e 01 de julho de 2008.

PARKER, S. **A Sociologia do Lazer**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. cap. 4

SCHWARTZ, G, M; CAMPAGNA, J. Lazer e interação humana no ambiente virtual. **Motriz**. Rio Claro: v.12, n. 2, p.175-178, mai./ago.2006. Disponível em : < <http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index>.

[php/motriz/article/view/94/71](#)>. Acesso em 22 de mai de 2008.

TORDINO, C, A. O Poder Local no Ambiente Global: Competição e Competitividade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, primeiro semestre de 2007.

## INVESTIGACIÓN ALREDEDOR DE LA PSICOSOCIOLOGÍA DEL TIEMPO LIBRE DE FREDERIC MUNNÉ: DIÁLOGOS DE BRASIL Y ESPAÑA

*Núria Codina<sup>55</sup>, José Vicente Pestana<sup>56</sup>, Sílvia Cristina Franco Amaral<sup>57</sup> e  
Paulo Cezar Nunes Junior<sup>58</sup>*

**RESUMO:** Dado que a Psicologia do Tempo Livre (PTL), proposta e publicada por Frederic Munné em 1980, foi e é uma referência de importantes trabalhos científicos desenvolvidos tanto no Brasil, quanto na Espanha, neste estudo fazemos uma revisão de alguns dos conceitos mais trabalhados em ambos países. Especificamente, atendendo aos antecedentes da PTL de 1980, no que se refere à produção brasileira, identificamos como elementos e idéias mais recorrentes a categorização da produção internacional, o debate sobre a organização social do tempo e do uso do tempo livre para a liberdade; a respeito da espanhola, destacam-se contribuições que, sensíveis a epistemologia da complexidade, enriqueceram a base teórica e proporcionaram instrumentalização e operacionalidade a mesma e, com isto, causaram avanços na sua vertente aplicada e empírica. Com esta revisão descobrimos pesquisas que enriqueceram a teoria de 1980, demonstramos o dinamismo investigador (teórico e empírico) que gerou a PTL e apontamos potencialidades, tanto para a intervenção, como para a avaliação do comportamento, no tempo livre.

**PALAVRAS-CHAVES:** Tempo Livre. Psicosociologia do Tempo Livre. Epistemologia. Estudo Empírico.

### Introducción

La Psicosociología del tiempo libre (PTL) desarrollada por el catalán Frederic Munné, es conocida mayoritariamente por un texto que publicó en castellano la editorial Trillas en México (Munné, 1980). Desde que se editó la obra —hace casi tres décadas—, distintos aspectos de esta teoría sobre el tiempo libre han sido considerados en función de diferentes sensibilidades epistemológicas, bases ideológicas, objetivos de investigación, necesidades de intervención, etc. Pero el estímulo investigador que ha generado el planteamiento de Munné ha sido bastante desigual —geográfica e idiomáticamente. En efecto, más allá de su entorno geográfico más próximo (España), y al margen de las valoraciones que recibe de algunos autores de habla inglesa (p. e., Juniu y Henderson, 2000), el planteamiento de Munné ha tenido una difusión en países latinoamericanos, destacando investigaciones brasileñas que incorporan algunos principios de esta teoría. Así pues, posiblemente la combinación de las variables idioma, lugar de publicación y sensibilidades epistemológicas, han condicionado la actividad investigadora que ha generado la PTL. Atendiendo a la producción científica en torno a la obra de Munné y a la profundidad de su tratamiento, en este trabajo se valoran las principales tendencias y/o sensibilidades investigadoras que más destacan en Brasil y en España.

No contexto brasileiro, as idéias mais recorrentes, nos estudos que se apropriaram da PTL, são a categorização da produção internacional na área — que permitiu vislumbrar diferentes formas de percepção do tempo e, conseqüentemente, de organização do lazer. Decorrente disto, alguns autores (que hoje são referência para os estudos do lazer no Brasil), se aproximaram da perspectiva utilizada por Munné para analisar a organização social do tempo e construíram um conceito do lazer como possibilidade de tempo livre para a liberdade, condição que carrega consigo a noção de contrafuncionalidade. Menos recorrente, porém não menos importante, é o entendimento sobre auto e heterocondicionamento, conforme explicaremos mais adiante no texto.

Por lo que se refiere a la producción en España, nos centraremos en algunas ideas que han devenido centrales para la investigación y avance en los terrenos teórico, aplicado, empírico y práctico. Especificamente, nos referimos a la aplicación de la epistemología de la complejidad al concepto de tiempo libre y a sus procesos definitorios de auto y heterocondicionamiento, los cuales han sido estudiados mediante una metodología y unos instrumentos específicos orientados a analizar, evaluar e intervenir —combinando distintas sensibilidades epistemológicas, de acuerdo con el objeto y el objetivo de trabajo.

---

<sup>55</sup> Departamento de Psicologia Social – Universitat de Barcelona

<sup>56</sup> Departamento de Psicologia Social – Universitat de Barcelona

<sup>57</sup> Faculdade de Educação Física – Unicamp

<sup>58</sup> Faculdade de Educação Física – Unicamp

### **Psicosociología Del Tiempo Libre (Ptl): Orígenes Y Concepto De Partida**

La que hoy conocemos como “psicosociología del tiempo libre” tiene como indisolubles a su autor, Frederic Munné, y su obra, titulada “Psicosociología del tiempo libre. Un enfoque crítico”, publicada en 1980. Pero la PTL no empieza ni acaba con esta publicación, sino que le anteceden y suceden trabajos del propio Munné, además de las investigaciones que han realizado los seguidores de esta teoría.

Para conocer y comprender el potencial de la psicosociología del tiempo, un elemento fundamental —apenas conocido y mucho menos valorado—, es que el planteamiento de Munné tiene su base en una profunda reflexión del tiempo de la persona desde el campo jurídico. Concretamente, la conocida obra de 1980 es una elaboración de la tesis doctoral que, en 1972, Frederic Munné había defendido en la Facultad de Derecho de la Universitat de Barcelona, con el título “Del tiempo libre al derecho al tiempo libre” (MUNNÉ, 1972). Además de éste, la psicosociología del tiempo libre tiene otros antecedentes en los años 70. En concreto, antes de la lectura de su tesis, Munné publicó un libro —“Grupos, masas y sociedades”—, que contaba con un capítulo en el cual, desde una perspectiva sociológica, se analizaba el ocio y el tiempo libre como una institución social tan básica como la escuela o la familia (MUNNÉ, 1971a). También en esta década de los 70 Munné publica: un artículo sobre el problema de la planificación del tiempo libre en las sociedades locales (MUNNÉ, 1971b); una contribución sobre el inédito derecho a la libertad (MUNNÉ, 1974); y, para no alargarnos más, un artículo que trata del consumo, el ocio y el tiempo libre (MUNNÉ, 1975).

Esta breve reseña sobre algunos de los trabajos que preceden a la que conocemos como Psicosociología del tiempo libre es suficiente para situarla cualitativamente y valorarla haciendo un retroceso de casi 30 años. En este sentido, es evidente que no era un planteamiento embrionario ni una simple propuesta; la PTL de 1980 tenía un cierto historial que acreditaba su competencia, sobre todo si no se pierde de vista que en aquella época las publicaciones científicas no abundaban (cf. RODRÍGUEZ y AGULLÓ, 2002) y el tema del tiempo libre era infravalorado —cuando no temido (CODINA, 2007).

Asimismo, este antecedente de aplicaciones pluridisciplinares sugiere que las ideas básicas de la teoría son tremendamente actuales, actualizables, adaptativas y aplicables —a pesar de tener más de tres décadas; tan sólo es preciso acogerlas —como las trabaja el propio creador—, con una actitud abierta, flexible, creativa, y orientarlas de acuerdo con unos claros objetivos de estudio.

De la investigación que ha estimulado la teoría, vamos a considerar algunas de las ideas y conceptos sobre las que se ha trabajado en Brasil y España (en ésta, específicamente, por el propio Munné y/o su grupo de investigación). Como elemento vertebrador en los diálogos alrededor de la PTL desarrollados en ambos países, consideraremos el concepto de tiempo libre, prestando especial atención a los procesos de auto y heterocondicionamiento. Esta restricción temática nos la imponemos por imperativos de espacio y tiempo; respecto al contenido, se justifica por el hecho de que el concepto y los condicionamientos del tiempo libre, por una parte, han sido valorados como elementos intersticiales y sustantivos de la teoría y, por otra parte, han permitido unas relecturas y elaboraciones que han hecho progresar a la teoría en el terreno epistemológico, teórico, empírico, aplicado y práctico.

En su definición, que transcribimos textualmente, Munné dice que el tiempo libre es “aquel modo de darse el tiempo personal que es sentido como libre al dedicarlo a actividades autocondicionadas de descanso, recreación y creación para compensarse, y en último término afirmarse la persona individual y socialmente” (MUNNÉ, 1980, p. 135). El sentido afirmativo de esta definición da sustantividad al concepto de tiempo libre y a la investigación que se deriva de ella. Sin embargo, en la práctica de la investigación y de la intervención se ha visto que es preciso considerar los aspectos colindantes que niegan la posibilidad de aproximarse o aspirar a un tiempo más libre.

### **O Mais Recorrente da Ptl no Brasil**

Qual a medida da inflexão da organização dos tempos sociais na modernidade? Tempo de trabalho e tempo livre podem ser distintamente separados? Será que as características do tempo de trabalho atravessam outros tempos impossibilitando experiências significativas, como a da preguiça, da contemplação e do livre-arbítrio para escolher o que fazer fora deste tempo? Pode o lazer configurar-se como um tempo liberador e /ou livre?

Formuladas explícita ou implícitamente, estas perguntas foram recorrentes durante estas quatro décadas de produção científica mais regular sobre o lazer no Brasil. Ao analisarem a produção acadêmica nacional, Gomes e Rejowski (2005), apontaram que os estudos referentes à discussão destes

questionamentos ganham força na comunidade acadêmica nos anos 1970. Primeiramente de forma marginal e até discriminada e, agora cada vez mais aceitos e recorrentes nas últimas décadas. Também, segundo as autoras, tais investigações foram fortemente influenciadas pela presença do sociólogo francês Jofre Dumazedier. Deste fato, é possível afirmar que tais estudos, durante anos, tiveram forte influência da sociologia empírica deste autor e por consequência, sua lógica de conceituar a organização social do tempo. Porém, ainda estas autoras nos mostram que dentre os estudos mais antigos, por elas estudados, está o de Lenea Gaelzer, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul a partir da década de 1960 até 1987, ano de sua trágica morte. Gaelzer tem três produções, infelizmente pouco conhecidas no contexto brasileiro: “Lazer-bênção ou maldição” (1979), “Ensaio à liberdade: uma introdução para o estudo da educação para o tempo livre” (1985) e “O comportamento no lazer” (1986). Foi possível constatar que Gaelzer atribuía uma grande importância aos estudos do lazer, os quais caracterizava como multidisciplinares.

Gaelzer propôs resolver a dificuldade de realizarem-se estudos multidisciplinares no lazer pensando-os sob diversos enfoques como o sociológico, o cultural (ou antropológico) integradamente. Diz a autora ainda que “é necessário construir um esboço sobre o fenômeno psicossocial do lazer... Neste enfoque pode ser citado o trabalho de Munné” (GAELZER, 1986, p. 10).

Outra obra, embora Argentina traduzida para o português, que recebeu forte influência do trabalho de Munné é “Tempo livre e recreação” de Pablo Waichman (1997 —publicada originalmente em 1993). Falamos nela porque alguns dos atuais jovens pesquisadores do lazer tiveram acesso aos escritos de Munné por meio de Waichman e desta referida obra.

Para além da categorização da produção científica internacional, Waichman se apropriou do debate em torno da organização social do tempo e, em especial, da noção de tempo livre (WAICHMAN, 1997, 2000), em que segue a definição de Munné citada neste texto anteriormente.

Antes de prosseguirmos com a construção deste primeiro panorama dos autores que se apropriaram das idéias de Munné ou parte delas, faremos uma incursão sobre alguns destes conceitos.

Ao considerar os estudos realizados sobre o lazer na modernidade, Munné (1980) localiza-os em duas grandes tendências, por suas conexões e paralelismos com os dois grandes sistemas sociais que na época estavam em voga e historicamente em luta. O autor classifica-os em duas correntes, os burgueses e os marxistas<sup>59</sup>. Símbolo de interesse cultural e de valor por considerar o lazer como realidade própria, separada do trabalho e distinta do tempo livre, para os pensadores da corrente burguesa esta manifestação é apreendida mediante opiniões e atitudes consoantes com o pensamento liberal. “En síntesis, en la concepción burguesa se observa, como denominador común, una triple actitud: subjetiva en lo psicológico, individualista en lo sociológico, y liberal en lo político” (MUNNÉ, 1980, p. 21). Enquanto os burgueses centram sua atenção no que chamam de lazer (e, por isso mesmo suas frentes de análise são bastante heterogêneas), os marxistas a colocam no tempo livre. Eles sustentam seus argumentos afirmando que o tempo de trabalho (aquele que visa à emancipação do sujeito) e o tempo livre serão no futuro uma coisa só.

Munné se dedica em várias passagens ao conceito de tempo livre, buscando aproximá-lo da noção de liberdade: “el tiempo libre es un tiempo *de* libertad *para* la libertad” (MUNNÉ, 1980, p. 105 —grifos do autor).

Em um sentido utópico o homem é efetivamente livre na medida em que subjuga a circunstância que o limita, responsabilizando-se por suas próprias condições. Para a tensão, presente nestes limites, Munné (1980, p. 77) apresenta o conceito de autocondicionamento e heterocondicionamento, auxiliando na compreensão do que para ele seria o sentido do tempo livre:

La conclusión a que todo ello lleva es que el *tiempo* libre está constituido por aquel aspecto del tiempo social en el que el hombre autocondiciona, con mayor o menor nitidez, su conducta personal y social. Sin embargo, lo que le define propiamente como tal *tiempo* libre es el tiempo ocupado por aquellas actividades en las que domina el autocondicionamiento, es decir, en las que la libertad predomina sobre la necesidad (grifos do autor).

Por meio dessa relação, o autor encaminha uma saída teórica interessante para o problema do

<sup>59</sup> Munné (1999) ainda faz uma subdivisão dentro destas duas correntes, classificando os burgueses em empíricos, teóricos e críticos e os marxistas em ortodoxos, frankfurtianos e revisionistas. Apesar de ser uma classificação que consideramos própria e esclarecedora, não nos ateremos a discorrer sobre ela neste texto.



tempo livre. Ele propõe que este tempo está constituído pelo tempo em que o ser humano condiciona, com maior ou menor nitidez, sua conduta pessoal ou social. O elemento que o define propriamente como tal seria o tempo ocupado por atividades nas quais prevalece o autocondicionamento.

Pelo conceito de tempo livre empregado por Munné (1980), o caminho a ser seguido operaria para promover à liberação compensadora do heterocondicionamento, satisfazendo as necessidades reais de liberdade e estabelecendo caminhos para que a emancipação humana aconteça por meio do lazer, e poderíamos pensar por qualquer outra atividade que tenha sentido, que não seja alienada. Na sua construção da noção de tempo livre, Munné (ibíd., p. 69) afirma ainda que é preciso considerar as estratégias que nos conduzam à liberdade, esclarecendo como ponto de partida a presença do condicionamento, que não é oposto a liberdade, visto que se exigem mutuamente: “No existe libertad sin condicionamiento ni condicionamiento sin libertad”. Do ponto de vista das novas contribuições para o estudo do lazer, esta forma diferenciada de pensar a temporalidade e o trato com o conceito de liberdade passam a constituir os pontos centrais que marcam o lazer como fenômeno de estudo (MUNNÉ, 2000). Como veremos, o aprofundamento teórico e empírico nos processos de auto e heterocondicionamento foram uma característica de destaque no desenvolvimento da PTL na Espanha.

Finalmente, destacamos que Munné (1980, pp. 97-100) ainda tece uma crítica à tese “funcional” a qual o lazer estava fortemente vinculado naquela época, sobretudo à teoria dos 3 Ds do francês Joffre Dumazedier. Fruto do aporte marxista que acompanhava o raciocínio do autor nessa obra, Munné defende o tempo livre como “contrafuncionalidade” (para o autor, ao sentido liberador do tempo livre caberia o papel de atuar contra o funcionalismo pregado pelo sistema na conduta dos tempos sociais).

Retornando aos autores nos quais identificamos parte das idéias de Munné em seus escritos, podemos citar Fernando Mascarenhas, Victor Andrade de Melo, Sílvia Cristina Franco Amaral. Mascarenhas trabalhou com conceitos muito próximos a idéia de Munné tanto em sua dissertação de mestrado —transformada depois em livro intitulado “Lazer como prática da liberdade” (2003)—, como em sua tese de doutoramento “Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer” (2005). Desta última, decorre alguns artigos e, várias participações em eventos. Melo e Amaral utilizaram-se mais das idéias da categorização da produção em artigos (Amaral, 2001; Melo e Gomes, 2003) e, no caso de Amaral, em sua tese de doutorado (Amaral, 2003). Além destes, há outros trabalhos decorrentes do diálogo com estes autores que, mesmo de forma indireta, tem incorporado idéias da PTL, como é possível perceber em alguns textos de Luciana Marcassa (2002), Felipe Gonçalves (2008), Paulo Cezar Nunes Junior (2008), Henrique Okajima Nakamoto (2008) só para citar alguns.

Em síntese, a luz da produção considerada, os aportes teóricos realizados no Brasil com base na PTL foram sensíveis a discussão da organização social do tempo, do dualismo entre tempo de trabalho alienado e tempo de lazer, preocupação que em anos recentes começaram a se traduzir em investigações orientadas aos âmbitos das políticas públicas, das práticas corporais e da problematização dos usos do espaço urbano.

### **Desarrollos Recientes De La Ptl En España**

En España, los estudios basados en la PTL forman parte del progreso que se ha ido observando en las investigaciones sobre el ocio, el deporte y el turismo (sobre la presencia de estos temas en los siete primeros congresos nacionales de psicología social en España, v. MUNNÉ, 2000).

De los trabajos que han seguido la teoría de Munné, destacaremos los avances en la investigación teórica y metodológica de los procesos de auto y heterocondicionamiento —y más específicamente, su análisis como fenómenos complejos. En un sentido más general, estos trabajos han mostrado que el goce de la libertad no puede ser analizada ni evaluada desde una perspectiva lineal y positivista, pues la libertad —tal como se da en la realidad— no es ni lineal ni simple, sino compleja.

En la concepción de tiempo libre, el análisis simultáneo de los procesos de auto y heterocondicionamiento es fundamental, ya que permite advertir y mostrar particularidades insospechadas en relación con el ejercicio de la libertad. Esto llevó a considerar con más profundidad el elemento esencial potenciador de la libertad —el autocondicionamiento— y el negador de la libertad —el heterocondicionamiento. En particular, vamos a observar a continuación que el grado de intensidad con el que intervienen ambos condicionantes tiene una compleja relación de interdependencia.

Respecto a la complejidad del proceso, es necesario remarcar que ambos condicionamientos se configuran como sistemas abiertos y dinámicos. En consecuencia: si el autocondicionamiento es el proceso por el que la persona se condiciona a sí misma para una acción sin la existencia de necesidad u

obligación; y, si el heterocondicionamiento es el proceso en el que la persona está condicionada desde fuera, por alguna fuerza externa ajena al autocondicionamiento, debe entenderse que el grado de auto y heterocondicionamiento puede variar en el transcurso de una acción y en una misma acción realizada en distintas situaciones.

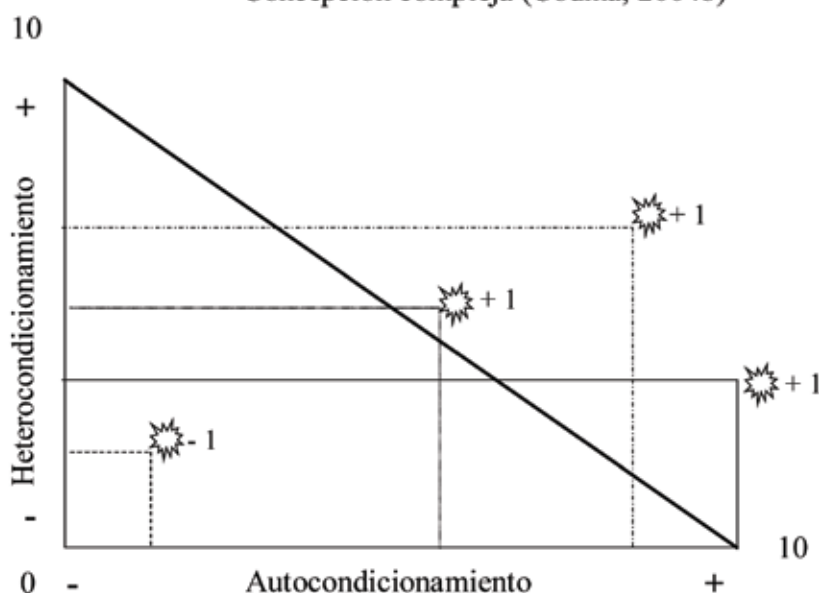
Para ilustrar esta dinámica compleja, hemos reelaborado una representación gráfica que inicialmente pretendía ilustrar cómo los extremos entre auto y heterocondicionamiento corresponden respectivamente a un tiempo libre neto y a un tiempo libre bruto (CODINA, 1986, 1990), y que en años recientes ha permitido describir la complejidad entre los procesos de auto y heterocondicionamiento (CODINA, 2004b; v. Figura 1).

Al valorar los grados de libertad y obligación al llevar a cabo una actividad (respectivamente, sus auto y heterocondicionamientos), pueden observarse dinámicas lineales. A título de ejemplo, pongamos por caso que ambas valoraciones pueden realizarse con puntuaciones que van desde 0 a 10. Desde una perspectiva lineal, entre libertad y obligación cabría esperar relaciones del tipo: 10 de libertad y 0 de obligación, o bien 5 y 5, 7 y 3, etc. En consecuencia, en un conjunto de datos cabría esperar correlaciones significativas cercanas a la unidad entre ambos condicionamientos. En cambio, desde una perspectiva no lineal, tal y como hemos constatado en la realidad, entre los condicionamientos de una actividad (expresados igualmente de 0 a 10) se observan combinaciones del tipo 0 y 5, 10 y 5, 10 y 10, que posiblemente se traducirían en correlaciones no significativas.

Esta distinción entre las perspectivas lineal y no lineal permite observar que, en la puesta en práctica de una actividad en distintas situaciones, se manifiesten distintas posibilidades en las relaciones entre autocondicionamientos y heterocondicionamientos, esto es, entre libertad y necesidad u obligación (CODINA y PESTANA, 2006, 2008).

Finalmente, y para no alargarnos, tan sólo advertir las diferencias entre heterocondicionamientos que responden a la compensación, al déficit y/o a la aspiración (CASAS y CODINA, 1998). Dentro de la categoría de los heterocondicionamientos, observamos que por *compensación* son los relativos a necesidades liberadoras de estados psicológicos no deseables; por *déficit* son los vinculados a precariedades o ausencias (personales, sociales, objetivas, subjetivas); y por *aspiración* son los que estimulan a alcanzar beneficios que se valoran personal o socialmente y objetiva o subjetivamente se suelen asociar a una determinada acción o actividad. Como ejemplos de cada heterocondicionamiento pueden señalarse, respectivamente: la fatiga que induce a descansar; la ausencia de oferta de actividades de ocio en un barrio o una institución; o realizar algo porque está de moda y se asocia con un determinado estatus. Esta distinción entre heterocondicionamientos puede servir asimismo para analizar las características de una intervención (por ejemplo, la utilización de actividades teatrales en el estudio del comportamiento psicosocial: Pestana, *Ibíd.*).

**Figura 1. Procesos de auto y heterocondicionamiento**  
**Concepción compleja (Codina, 2004b)**



La no linealidad observada entre (auto, hetero)condicionamientos constituye un indicador de complejidad, característica del tiempo libre que ha sido mencionada por Munné (1993, 1997), y que ha sido un rasgo distintivo de los desarrollos más recientes basados en la PTL (MARTÍNEZ-TUR, 2005). Específicamente, a partir de esta idea se han descrito como características del comportamiento predominantemente autocondicionado la autoorganización (Munné, 1993), la no linealidad y la fractalidad (MUNNÉ, 1997) y la borrosidad (CODINA, 1999).

Para Munné (1997), la fractalidad del tiempo libre se entiende como iteración de actividades que no producen monotonía, sino que se consideran fuente de novedad y placer ante el ejercicio de la libertad, esto es, con la puesta en práctica de comportamientos autoorganizados (autocondicionados). Por su parte, la no linealidad permite entender cómo en ocasiones inesperadas, pequeños momentos pueden producir una gran felicidad con independencia del ámbito en que ello ocurra (ocio o trabajo); otros ejemplos de no linealidad en el tiempo libre se encuentran en las experiencias cumbre, o cuando en ciertos grupos se producen “situaciones de comprensión o cambio repentinos... en las que el *insight* sobreviene en un instante, esto es, aparentemente sin causa alguna o sin una causa suficiente” (MUNNÉ, *ibíd.*, p. 4). Por lo que se refiere a la borrosidad, el que en el transcurso de una actividad, ésta pueda pertenecer simultáneamente a varias categorías de trabajo u ocio —dados sus contenidos, modos de manifestarse e implicaciones para quienes las ejecutan—, supone para Codina (1999) un indicador de borrosidad.

Para el análisis empírico de la complejidad del tiempo libre, se ha hecho uso de la Metodología Cualitativa Secuencial —MCS—, propuesta inicialmente para el estudio del *self* con base en el TST (CODINA, 1998; 2004a, 2005a y b). Si bien los planteamientos de la PTL parecen más próximos a metodologías cualitativas y, en concreto, coherentes con el uso de los “presupuestos de tiempo” (instrumentos que tradicionalmente se han utilizado para registrar comportamiento en el tiempo: CODINA, 2008; NEULINGER, 1981, 1986; MUNNÉ y CODINA, 1996, 2002), las cualidades complejas del proceso de condicionamiento han derivado en los Presupuestos de tiempo cualitativo secuenciales (PTCS; CODINA, 2004b, 2008). La propuesta, el desarrollo y las aplicaciones de los PTCS, además de permitir aproximarse a los aspectos complejos del tiempo libre, han hecho posible avanzar en la comprensión del fenómeno de la libertad en el comportamiento humano en general.

### **À Guisa de Conclusão**

Como sugerimos no início, tratamos neste texto de levantar alguns dos pontos centrais de PTL a partir da publicação de Munné (1980) e como ocorreu o desenvolvimento destas idéias em estudos no

Brasil e da Espanha.

Certamente, o recorte que acompanha os estudos de cada um destes países não é o mesmo, como observamos nos tópicos específicos discutidos anteriormente. Isso porque a sensibilidade de trabalho e o método de pesquisa são próprios de cada grupo, o que faz com que as idéias desenvolvidas não sejam iguais, mesmo tendo como ponto de partida a mesma obra de Frederic Munné. Não obstante, mesmo com as diferenças apontadas, é possível perceber convergências com respeito à utilização das idéias de Munné como referência para avançar no âmbito da teoria e como ferramenta de análise orientada para a aplicação e/ou intervenção.

Conforme visto, no caso do Brasil a problemática central girou em torno da discussão da organização social do tempo, do dualismo entre tempo de trabalho alienado e tempo de lazer.

Já os estudos da Espanha abordam o tema primeiro desde perspectivas qualitativas e mais tarde incorporando conhecimentos que aportam a epistemologia da complexidade, suas implicações para as categorias de análise e métodos de pesquisa, o que aumenta o poder explicativo da teoria de Munné em relação às implicações para a liberdade conjuntamente com o comportamento humano.

Para finalizar, a revisão que fazemos neste trabalho mostra a atualidade, dinamismo, funcionalidade e qualidade adaptativa e acomodativa de uma teoria formulada a mais de trinta anos; particularidades que fazem que seus delineamentos possam complementar a outras e vice-versa, que estas contribuições fundamentadas na PTL possam ser valorizadas por outras teorias a respeito do lazer e do tempo livre.

É importante frisar que este texto reflete nossos primeiros diálogos a respeito do tema, e que ele é o primeiro passo para uma investigação de maior fôlego no qual serão aprofundadas as idéias ora apresentadas.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, S. C. F. Espaços e vivências de lazer em Porto Alegre: da consolidação da ordem burguesa à busca da modernidade urbana. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 23(1), 109-123, 2001

AMARAL, S. C. F. *Políticas públicas de lazer e participação cidadã: entendendo o caso de Porto Alegre*. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2003.

CASAS, F. y CODINA, N. Infancia, adolescencia y ocio: Una experiencia comunitaria afrontando la exclusión social. En A. Martín (Ed.), *Psicología Comunitaria: Fundamentos y aplicaciones* (pp. 435-456). Madrid: Síntesis, 1998.

CODINA, N. *Problemática del tiempo libre y preadolescencia*. Tesis de licenciatura no publicada. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1986.

CODINA, N. *Recreación y tiempo libre en los Estados Unidos: evolución sociocultural e investigación del comportamiento en el ocio*. Tesis doctoral no publicada. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1990.

CODINA, N. Autodescripción en el TST: posibilidades y límites. *Psicología e Sociedade*, 10(1), 23-38, 1998.

CODINA, N. Tendencias emergentes en el comportamiento de ocio: el ocio serio y su evaluación. *Revista de Psicología Social*, 14(2-3), 331-346, 1999.

CODINA, N. Aproximación metodológica a la complejidad del *self*. *Revista Interamericana de Psicología*, 38(1), 13-19, 2004a.

CODINA, N. Una aproximación a la complejidad del tiempo libre y del *self* mediante la aplicación cualitativa secuencial de los presupuestos de tiempo. *Encuentros en Psicología Social*, 2(1), 337-340, 2004b.

CODINA, N. La complejidad del *self* y análisis empírico de su borrosidad. *Encuentros en Psicología*

*Social*, 3(2), 34-44, 2005a.

CODINA, N. El self y sus pluralidades: Un análisis desde el paradigma de la complejidad. *Escritos de Psicología*, 7, 24-34, 2005b.

CODINA, N. Psicología social del ocio y del tiempo libre. Su constante quehacer y su carácter “fuzzy”. En M. J. Monteagudo Sánchez (Ed.), *El Ocio en la investigación actual*. Una lectura desde ámbitos, disciplinas, grupos de población y contextos geográficos. Bilbao: Universidad de Deusto, 2007.

CODINA, N. *Análisis del empleo del tiempo*: Presupuestos de tiempo para el registro del uso y consumo del tiempo. Manuscrito no publicado, 2008.

CODINA, N. y PESTANA, J. V. Un análisis socioprofesional de la abogacía: ¿Ruptura de estereotipos? ¿Perfiles borrosos? *Revista de Psicología Social Aplicada*, 16(3), 303-321, 2006.

CODINA, N. y PESTANA, J. V. Investigación del ocio y del *self* desde el paradigma de la complejidad. Una aplicación de la técnica del presupuesto de tiempo y del *Twenty-Statement Test*. En E. Aguilar Gutiérrez (Ed.), *El influjo del tiempo en la vivencia del ocio*. Transformaciones, oportunidades y riesgos en la sociedad apresurada (pp. 135-147). Bilbao: Universidad de Deusto, 2008.

GAELZER, L. *Lazer- benção ou maldição?* Porto Alegre: Sulina, 1979.

GAELZER, L. *Ensaio a liberdade – uma introdução ao estudo da educação para o tempo livre*. Porto Alegre: D.C. Luzzatto, 1985.

GAELZER, L. *O comportamento no lazer*. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 1986.

GONÇALVES, F. S. *Espaços e equipamentos de lazer da Vila Nossa Senhora da Luz: sua formas de apropriação no tempo/espacio de lazer*. Dissertação de mestrado. Curitiba: UFPR, 2008.

GOMES, C. M. y REJOWSKI, M. Lazer enquanto objeto de estudo científico: teses defendidas no Brasil. *Licere*, 8(2), 9-28, 2005.

JUNIU, S. y HENDERSON, K. *Problems in Describing and Researching Leisure and Women: Cross Cultural Perspectives*. Comunicación presentada en el 6<sup>th</sup> World Leisure Congress “Leisure and Human Development”. Bilbao, 2000.

MARTÍNEZ-TUR, V. Psicología social del ocio, turismo, deporte y consumo: retos para la investigación, la práctica profesional y la enseñanza. *Encuentros en psicología social*, 3(1), 49-57, 2005.

MARCASSA, L. *A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935)*. Dissertação de mestrado. Goiânia: UFG, 2002.

MASCARENHAS, F. *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer*. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2005.

MASCARENHAS, F. *Lazer como prática da liberdade*. Goiânia: Ed. UFG, 2003.

MELO, V. A. de e GOMES, C. L. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. *Revista Movimento*, 9(1), 23-44, 2003.

MUNNÉ, F. *Grupos, masas y sociedades. Introducción sistemática a la sociología general y especial* (4<sup>a</sup> ed.). Barcelona: PPU, 1971a.

MUNNÉ, F. El problema del tiempo libre y las sociedades locales. En VV. AA., *La planificación en los entes locales*. Barcelona: Instituto de Ciencias Sociales, 1971b.

- MUNNÉ, F. *Del tiempo libre al derecho al tiempo libre*. Tesis doctoral no publicada. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1972.
- MUNNÉ, F. El derecho al tiempo libre. Un inédito derecho humano a la libertad. *Anuario de Sociología y Psicología Jurídicas*, 1, 13-321, 1974.
- MUNNÉ, F. Producción, consumo y tiempo libre. Una crítica de la doble base teórica en las investigaciones del ocio moderno. *Revista del Instituto de Ciencias Sociales*, 25-26, 133-153, 1975.
- MUNNE, F. *Psicosociología del tiempo libre: Un enfoque crítico*. México: Trillas, 1980.
- MUNNÉ, F. La teoría del caos y la psicología social: Un nuevo enfoque epistemológico para el comportamiento social. En I. Fernández y M. F. Martínez (Eds.), *Epistemología y procesos psicosociales básicos* (p. 37-47). Madrid: Eudema, 1993.
- MUNNÉ, F. *Utopía y realidad del tiempo libre: una aproximación desde el caos y la complejidad*. Comunicación presentada al VI Congreso Nacional de Psicología Social. San Sebastián, España, 1997.
- MUNNÉ, F. Psicología del ocio, deporte y turismo. En A. Ovejero Bernal (Ed.) *La psicología social en España al filo del año 2000: balance y perspectivas* (p. 335-347). Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.
- MUNNÉ, F. y CODINA, N. Psicología Social del ocio y el tiempo libre. En J. L. Álvaro, A. Garrido y J. R. Torregrosa (Eds.), *Psicología Social Aplicada* (p. 429-448). Madrid: McGraw-Hill., 1996.
- MUNNÉ, F. y CODINA, N. Ocio y tiempo libre: consideraciones desde una perspectiva psicosocial. *Licere*, 5(1), 59-72, 2002.
- NAKAMOTO, H. O. *A luta como prática de lazer*. Comunicación presentada en el IX Seminário O lazer em debate. São Paulo, 2008.
- NEULINGER, J. *The Psychology of Leisure* (2ª ed. rev.). Illinois, IL: Charles C. Thomas Publisher, 1981.
- NEULINGER, J. *What am I doing?* Nueva York: The Leisure Institute, 1986.
- NUNES JÚNIOR, P. C. *Espaço para o tempo livre: considerações sobre lazer e apropriação do espaço urbano no Parque do Ibirapuera*. Manuscrito no publicado. Campinas: Unicamp, 2008.
- PESTANA, J. V. *Aspectos complejos del tiempo libre y el sí mismo: Una investigación a partir de ejercicios teatrales*. Tesis Doctoral. Barcelona: Universitat de Barcelona. Disponible en: <http://www.tesisenxarxa.net/TDX-0926107-112916/> Acessado em 2007.
- RODRÍGUEZ-SUÁREZ, J. y AGULLÓ-TOMÁS, E. Psicología social y ocio: una articulación necesaria. *Psicothema*, 14(1), 124-133, 2002.
- WAICHMAN, P. *Tempo livre e recreação*. Campinas: Papyrus [Tiempo libre y recreación: un desafío pedagógico. Buenos Aires: Ediciones Pablo Waichman, 1993], 1997.
- WAICHMAN, P. *Tiempo libre: una aproximación a su concepto*. Comunicación presentada en el 6<sup>th</sup> World Leisure Congress "Leisure and Human Development". Bilbao, 2000.

# LA NECESIDAD DE OCIO ENTENDIDA DESDE LA TEORÍA DEL DESARROLLO A ESCALA HUMANA

Rodrigo Elizalde<sup>60</sup>

**RESUMO:** El objetivo del texto es postular al ocio como una necesidad humana básica. Paralelamente plantear que los espacios de vida cultural y social comunitarios, vinculados al uso del tiempo libre y a la recreación, pueden llegar a ser satisfactorios sinérgicos. Se presenta la necesidad de diseñar estrategias innovadoras vinculadas a la recreación, al ocio y al tiempo libre, generando la revolución educativa (formal, informal y no formal), de conciencias y conductas, que haga frente a lo insustentable, a nivel social y ambiental, de los estilos de vida de nuestras sociedades actuales.

**PALAVRAS-CHAVE:** Recreación. Ócio. Desarrollo a Escala Humana.

## Ocio y Desarrollo a Escala Humana

Desde la perspectiva de la salud de los seres humanos, el salir de las actividades que a diario realizamos en nuestros trabajos o estudios, es algo vinculado no solo a una necesidad psíquica y física fundamental, la de “Ocio”, sino también un elemento esencial para un desarrollo integral. De aquí nace la pregunta ¿Trabajar para vivir o vivir para trabajar? ¿Que es lo importante?

En la actualidad la forma habitual en que entendemos las necesidades humanas es como algo infinito y en constante crecimiento. Homologando necesidad con deseo y la satisfacción de esta con la adquisición de bienes o servicios. No es para nada raro que esto ocurra, ya que así somos coherentes y estamos actuando de forma acorde con la visión economicista, para la cual “más es siempre igual a mejor”, y “crecimiento es igual a desarrollo”. Esta forma de ver las necesidades ha ido lentamente permeando todos los otros espacios humanos sociales y culturales, e imprimiendo formas de entender y explicarnos la realidad.

Este no es un fenómeno reciente, está presente desde los primeros tiempos del capitalismo, pero se ha venido acrecentando en las últimas décadas, producto de esta invasión consumista y productivista de este último tiempo. Entonces no es extraño que lo habitual sea el entender y sentir las necesidades humanas como infinitas e inacabables, ya que esto responderá claramente a la lógica de crecimiento exponencial de la economía, expresión clara de la ideología base de nuestra época actual. Pero si nos sacamos un poco este sesgo epocal, que nos impone la avalancha cognitiva y perceptual del sistema socioeconómico actual, podremos darnos cuenta que tal como plantea la teoría del *Desarrollo a Escala Humana* (MAX-NEEF, ELIZALDE y HOPENHAYN, 1986) que deberemos reentender, releer y reinterpretar las necesidades humanas fundamentales desde otra óptica.

Lo primero será recordar el postulado básico del Desarrollo a Escala Humana, esto es que: “el desarrollo se refiere a las personas y no a los objetos”.

Entonces nos preguntamos “¿Cómo podría establecerse que un determinado proceso de desarrollo es mejor que otro?” Frente a esto podemos decir que: “el mejor proceso de desarrollo será el que permita elevar la calidad de vida de las personas”.

Y “¿Qué determina la calidad de vida de las personas?” La calidad de vida de las personas dependerá de la capacidad para satisfacer adecuadamente sus necesidades humanas fundamentales.

Entonces: “¿Cuáles son esas necesidades humanas fundamentales?”

Siguiendo en el Desarrollo a Escala Humana (1986), tendremos necesidades según categorías existenciales y según categorías axiológicas. Esta combinatoria permite, por una parte reconocer las necesidades de Ser, Tener, Hacer y Estar; y, por otra parte, las necesidades de Subsistencia, Protección, Afecto, Entendimiento, Participación, Creación, Identidad, Libertad y Ocio. Es así que la imaginación, la despreocupación, los juegos, los espectáculos, las fiestas, la calma, la receptividad, la curiosidad, el humor, la tranquilidad, el divertirse, el soñar despiertos, serán todos distintos satisfactores de la necesidad fundamental de Ocio.

Para completar esta nueva visión es necesario recordar otros postulados de base: (1) Las necesidades humanas son pocas, delimitadas y clasificables. (2) Las necesidades humanas son las mismas en todas las culturas y en todos los períodos históricos. Entonces lo que está culturalmente determinado

<sup>60</sup> Doctorando en Educación: Aprendizaje transformacional en la Universidad Bolivariana de Chile. Psicólogo, Mediador y Especialista Universitario en Educación Ambiental y Globalización por UNED (España), Cátedra UNESCO. Docente e Investigador de la Universidad Bolivariana de Chile. E-Mail: [roelizalde@gmail.com](mailto:roelizalde@gmail.com)

no son las necesidades humanas fundamentales, sino los satisfactores de estas necesidades.

Siguiendo en el modelo del Desarrollo a Escala Humana proponemos cinco tipos de satisfactores:

I) *Los satisfactores Violadores o Destruidores* son de efecto paradójico ya que al ser aplicados con la intención de satisfacer una determinada necesidad, no sólo aniquilan la posibilidad de su satisfacción en un plazo mediano, sino que imposibilitan por sus efectos colaterales, la adecuada satisfacción de otras necesidades.

II) *Los Pseudosatisfactores* estimulan una falsa sensación de satisfacción de una necesidad determinada.

III) *Los satisfactores inhibidores* por el modo en que satisfacen (generalmente sobresatisfacen) una necesidad determinada, dificultan seriamente la posibilidad de satisfacer otras necesidades.

IV) *Los satisfactores singulares* son aquellos que apuntan a la satisfacción de una sola necesidad, siendo neutros respecto a la satisfacción de otras necesidades.

V) *Los satisfactores sinérgicos* son aquellos que por la forma en que satisfacen una necesidad determinada, a su vez estimulan y contribuyen a la satisfacción simultánea de otras necesidades. Su principal atributo es el de ser contrahegemónicos en el sentido de que revierten racionalidades dominantes tales como las de competencia y coacción. Un ejemplo clásico será la lactancia materna (en su tiempo adecuado) que satisface la necesidad de Subsistencia, pero a la vez estimula la satisfacción de las necesidades de Protección, Afecto, Identidad; en el ámbito social las organizaciones comunitarias democráticas que satisface la necesidad de Participación, pero a la vez estimula la satisfacción de las necesidades de Protección, Afecto, Creación, Identidad, libertad y Ocio; la meditación que satisface la necesidad de Entendimiento, pero a la vez estimula la satisfacción de las necesidades de Identidad, Creación, Ocio; la televisión cultural que satisface la necesidad de Ocio, pero a la vez estimula la satisfacción de las necesidades de Entendimiento e incluso las necesidades de Identidad y Participación.

Postulamos la necesidad urgente de encontrar satisfactores sinérgicos como uno de los elementos decisivos a la hora de diseñar políticas comunitarias y públicas de desarrollo local, vinculadas a la satisfacción de la necesidad fundamental de Ocio, para frenar toda la avalancha de nuevas patologías sociales e individuales emergentes. Generalmente se diseñan estrategias aisladas sin encontrar las sinergias necesarias para potenciar los talentos comunitarios, colectivos e individuales, ni para fomentar espacios de involucramiento y encuentro comunitario, necesarios para lograr mejores niveles de calidad de vida, mediante redes de autoayuda y colaboración, así como para la construcción de espacios de respeto y consideración mutua. A su vez creemos imprescindible detectar tanto los satisfactores destructores, pseudos-satisfactores, e inhibidores, para tener precaución en su aplicación por descuido, por falta de conocimientos o por la inercia inherente a nuestra época. De igual forma estimamos pertinente y necesario destacar y profundizar en algunos elementos teóricos básicos vinculados con la teoría del Desarrollo a Escala Humana.

Primero al decir que “el desarrollo se refiere a las personas y no a los objetos” estamos diciendo que el eje central de nuestro accionar deberán ser las personas y la satisfacción adecuadas de sus necesidades humanas, entendiéndose el derecho al Ocio como una de ellas. Frecuentemente pasamos a llevar los saberes propios de las personas y no consideramos todos los amplios conocimientos existentes en ellas, y así se diseñan estrategias de intervención sin considerar lo que cada uno de los miembros de esa comunidad cree, siente y piensa, sin escuchar sus motivaciones, miedos, experiencias, anhelos, utopías, mitos, fantasías e historias. Actuando de este modo por un lado desaprovechamos todo el potencial sinérgico de la comunidad, y a la vez no los involucramos, por lo cual no se sienten partícipes y de esta forma no se comprometen en las acciones y planes específicos. En muchos casos el hablar desde un nosotros incluyente y vinculante marcará una diferencia radical en la receptividad, el nivel de compromiso y la continuidad que cualquier acción comunitaria de desarrollo local pueda establecer. En cambio, si las acciones son diseñadas desde un espacio aislado, casi como desde una cúpula de expertos y técnicos especialistas, sin participación de la comunidad y sin considerar a los afectados, y solo desde una visión asistencialista y paternalista, lo más probable es que esa iniciativa no tenga durabilidad en el mediano y largo plazo, y su impacto no sea el deseado. Podemos llenar la plaza de juegos, pero si los vecinos no sienten seguro, ni propio ese territorio, lo más probable es que esa plaza permanezca vacía igual que antes.

A la vez postulamos que la recreación como estrategia comunitaria de desarrollo local que



cumpliendo todos los elementos óptimos antes mencionados, puede volverse, desde la perspectiva de la educación social y la animación sociocultural, un satisfactor sinérgico de primera línea, al vincular la satisfacción de la necesidad de Ocio con otras necesidades que se estimula en su satisfacción, tales como la necesidad de Protección al recuperar los territorios por parte de la comunidad, o la necesidad de Participación al vincular y motivar a la comunidad en un conjunto en actividades co-construidas, o la necesidad de Identidad al crear un espacio comunitario colectivo y posibilitar el regenerar las redes sociales fragmentadas y desintegradas. Paralelamente postulamos como satisfactores sinérgicos los espacios de vida cultural y social comunitarios, vinculados al uso del tiempo libre y a la recreación, como un fuerte impulso de resistencia en cuanto fuerzas contrahegemónicas para hacer frente a la avalancha de patologías psicosociales emergentes y a los avatares propios de nuestras sociedades actuales, que tienen como rasgo esenciales el individualismo, la despersonalización, la fragmentación social, la alienación individual y colectiva, la perversión en cuanto no consideración del otro (distinto o distantes) como legítimo otro. Entonces postulamos claramente la urgente y apremiante necesidad de diseñar estrategias nuevas e innovadoras acordes con las urgentes necesidades actuales de nuestras sociedades contemporáneas.

### **El ocio como un derecho fundamental de todo ser humano**

La *Declaración de los Derechos Humanos* reconoce el derecho al ocio desde 1948, en su artículo 24, al postular que “toda persona tiene derecho al descanso, al disfrute del tiempo libre, a una limitación razonable de la duración del trabajo y a vacaciones periódicas pagadas”.

No ha sido fácil el reconocer lo universal de los derechos humanos. Son siglo de opresiones del hombre sobre el hombre y sobre la naturaleza. Basta solo recordar que hace menos de un siglo aún existía esclavitud en algunas partes del planeta y si somos un poco más rigurosos podremos reconocer que aún existe esclavitud, aunque esta sea ilegal o esté escondida. Lo concreto es que nuestras sociedades así como presentan grandes avances en aspectos tecnológicos y científicos, paradójicamente presentan a su vez grandes atrasos en aspectos éticos y morales. Tal parece que nuestra sociedad actual más que caminar hacia la justicia social, la equidad y el acceso de la mayoría a los beneficios de la modernidad, está por el contrario caminando en un sentido inverso a lo esperado y es así como cada día existe más injusticia social al haber cada vez más cantidad de excluidos, mayor concentración del poder económico en pocas manos, lo que se ve agravado por la pérdida de soberanía nacional frente a grandes empresas transnacionales. Y nuestros pueblos se quedan con las migajas, mientras el norte del mundo, incluidas las propias oligarquías financieras nacionales, se siguen llevando nuestras riquezas como hace más de 500 años.

Seamos realistas y veamos lo que pasa en nuestro mundo a nivel global con datos verdaderos e indesmentibles. Por ejemplo, el gasto en armas a nivel mundial ha crecido en un 45% en estos últimos 10 años, esto es 850.000 millones de euros anuales, 6% más que el 2006, mientras según cifras oficiales son cerca de 900 millones de personas pasan hambre y a la vez viven sin acceso a agua potable y otros servicios mínimos. Paralelamente los problemas ambientales y desequilibrios ecológicos, de origen antropogénico, van en aumento en casi todos los rincones del planeta de forma alarmante ¿Y qué se hace? A veces pareciera que nada cambia y es como si los humanos, en cuanto civilización, no despertáramos a esta verdadera situación de emergencia planetaria (<http://oei.es/decada/index.html>).

Asociados a todos estos desequilibrios, a nivel social surgen verdaderas pandemias tales como la pérdida de diversidad cultural y homogenización cultural, el surgimiento cada vez mayor de mafias organizadas que trafican con armas, drogas y personas, el preocupante consumismo en sus diversas formas, asociado al sobre endeudamiento de la población en la búsqueda de tener más y más, el surgimiento de nuevos fundamentalismos tales como la xenofobia y aporofobia, violencias interétnicas e interculturales, o todas las variadas formas de violencias de empresas que imponen condiciones de explotación destructoras del medioambiente natural y de comunidades humanas. A su vez el surgimiento, también en aumento, de nuevas patologías físicas, psíquicas y sociales. Podríamos seguir con una larga lista, pero aclaro enfáticamente que no comento todo esto para caer en un fatalismo inmovilizador, sino por el contrario para recuperar la esperanza y la lucidez, ya que sin duda alguna vivimos en el seno de una crisis social y ambiental de carácter global, que algunos autores ya definen como un verdadero colapso civilizatorio.

Debemos despertar, por lo cual ahora más que nunca se hace necesario recuperar nuestras utopías, volver a creer y negar enfáticamente que haya llegado el fin de la historia. Hay algo sagrado y

trascendente en la vida, que debemos recuperar y despertar para empezar a construir este verdadero salto evolutivo que requerimos.

Partamos por preguntarnos ¿qué es una crisis...? Attali (1982) la define como una larga y difícil reescritura que separa dos formas provisionales del mundo. Es así que postulamos que la recreación en el tiempo libre y de ocio posee ciertos elementos necesarios de destacar, ya que en su esencia contienen aspectos transformacionales que posibilitan el empezar a soñar con otro modelo de sociedad. En primer lugar el ocio es un tiempo propio de cada persona, el cual puede destinarse libremente a lo que se estime conveniente. Por lo tanto en su raíz más profunda pudiese tener elementos transgresores al orden establecido, a la forma clásica y tradicional de entender los modos de intercambio y la forma de situarse por parte del individuo frente a la sociedad. Desde los espacios de ocio yo les puedo dar mi tiempo voluntariamente sin esperar retribución, quizá solo basta con saber que me consideran como un otro legítimo. Desde el ocio podemos compartir algo de forma gratuita, estableciendo vínculos desinteresados en cuanto a la búsqueda de un beneficio directo, esto es una búsqueda no lucrativa de beneficio mutuo. Por lo cual se rompe con el patrón cultural hegemónico capitalista, el cual se ha impregnado en las diversas formas de relaciones e intercambio social.

Por todo lo anterior postulamos que el ocio en cuanto derecho humano básico y necesidad humana fundamental que debe ser reposicionado, comprendido y revalorado como un elemento transformacional en la búsqueda de esta revolución educativa que requerimos como civilización.

### **El “ocio y la recreación” homologado al espacio social del consumismo**

Volviendo al Desarrollo a Escala Humana (1986), postulamos que en las civilizaciones industrializadas, como la nuestras, los bienes (entendidos como objetos o artefactos que aumentan o merman la eficacia de un satisfactor) se han convertido en elementos determinantes. La forma en que se ha organizado la producción y apropiación de los bienes económicos en el capitalismo industrial los ha condicionado de forma falaz como el tipo de satisfactor dominante. Sobredimensionando, de forma inadecuada, el poder de los bienes para satisfacer las necesidades humanas fundamentales.

Hoy en día la forma de producción y consumo de bienes conduce a que éstos se conviertan en fines en si mismos. Esta forma supuesta de satisfacción de una necesidad no nos deja ver las potencialidades de vivirlas en toda su amplitud. Queda allí abonado el terreno para la instauración de una sociedad alienada que se embarca en una carrera productivista y consumista sin sentido. La vida se pone al servicio de los artefactos, en vez de estar los artefactos al servicio de la vida. La *Real Academia Española* define consumismo como tendencia inmoderada a adquirir, gastar o consumir bienes, no siempre necesarios.

La búsqueda de una mejor calidad de vida es remplazada por la obsesión de incrementar la productividad de los medios y el consumo de bienes y servicios. El desafío será entonces pensar formas de organización económica y social en que los bienes potencien los satisfactores para vivir las necesidades de manera coherente, sana y plena, apuntando al desarrollo integro del ser humano y a la satisfacción de sus necesidades fundamentales.

A su vez sugerimos necesario hablar ya no de pobreza, sino de pobreza. De hecho cualquier necesidad humana fundamental no satisfecha revela una pobreza humana. Es así que tendremos pobreza de Ocio, si es utilizado inadecuadamente solo como momento de consumo, si la recreación se transforma en un espacio exclusivo de evasión, si los sueños y las fantasías son ocupados para pensar en como tener más dinero, bienes o mayor estatus, si las fiestas son únicamente un espacio de desenfreno hedonista y narcisista perdiendo la valoración del compartir con otros, o si los espectáculos son entendidos solo como espacios de consumo aplacando la posibilidad de desarrollo y disfrute estético y cultural que pudiesen poseer.

Lamentablemente la necesidad de ocio será así confundida y desvirtuada en su potencial sinérgico y el espacio propicio para el surgimiento del sobreconsumo desmedido típico de nuestra época. Por lo cual será necesario tomar conciencia de la arremetida y el avasallamiento creciente, especialmente en los medios de comunicación, entiéndase televisión, radio, prensa escrita, revistas, internet y otros, por la vía publicitaria y por todos los mecanismos disponibles, de estrategias dirigidas exclusivamente a exacerbar a nivel masivo los niveles de consumo en las personas. Es así como la publicidad va enseñando y transmitiendo valores vinculados a los atributos del consumo, internalizando silenciosamente nuevos códigos sociales, casi como si pudiésemos hablar de una realidad cultural donde estar fuera del consumo es casi como estar fuera de la sociedad. Con lo cual el espacio de vínculo social se homologa al espacio de consumir.

Las variadas implicaciones que esto acarrea en la constitución de un nuevo imaginario social son múltiples y no estudiadas en profundidad aún, en cuanto portadoras de nuevas patologías, ya que estas huellas irán quedando enquistadas en la personalidad de cada sujeto. Es así como el tener identidad propia se traduce casi únicamente en un acto de consumo diferenciado, como si las preferencias frente al consumo determinaran tu identidad.

Paralelo a todo esto, el espacio de sobreconsumo llevará a una pérdida de la valoración de todo lo que no esté dentro de mis rangos de preferencias, ya que aquí lo único que tendrá importancia será lo auto referido, esto es solo lo que ayude a encontrar la autosatisfacción. Con esto los seres humanos, al igual que la naturaleza, serán vistos solo como objetos de uso, con un claro aumento de los rasgos perversos de personalidad.

Como ya mencionamos, una de las tesis centrales será que en todo este proceso el llamado “tiempo libre” y la recreación quedarán relegados a esta subcategoría del consumo. Por esta vía serán vaciados de todo su potencial sinérgico y de todo su impulso transformacional.

### **Consideraciones Finales: La necesaria revaloración del ocio**

En la búsqueda de la construcción de sociedades sustentables se hace necesario la revalorización del ocio.

Para lo cual puede ser muy útil ampliar la noción de necesidad y dejar de concebirla exclusivamente como carencia y entender que en la medida en que las necesidades comprometen, motivan y movilizan a las personas, son también potencialidad y, más aún, pueden llegar a ser recursos. Es así que la necesidad de ocio es al mismo tiempo potencial de ocio, la necesidad de libertad es potencial de libertad.

A su vez postulamos que una nueva forma de entender el tiempo libre y la recreación como satisfactor sinérgico de la necesidad fundamental de ocio, potencialmente pueden colaborar en la construcción de sociedades sustentables, ya que al ser esta necesidad satisfecha adecuadamente a su vez estimulará la satisfacción de otras necesidades generando de esta forma un efecto en exponencial y multiplicador que relaciona ocio, trabajo y vida.

Formulamos de forma explícitas nuestras preguntas primeras:

¿Trabajar para vivir o vivir para trabajar?

¿Crecimiento de los objetos o desarrollo de las personas?

Como hemos visto una sociedad adicta al trabajo marcará una tendencia clara hacia la alienación y deshumanización de la vida social, pero a la vez de los propios individuos que la conforman, disminuyendo las posibilidades de lograr encontrar una vida sana, plena, que posibilite un desarrollo integral de sus miembros.

Una sociedad adicta al crecimiento económico está condenada a enfrentar cada día más conflictos ambientales y desequilibrios de los sistemas naturales en su conjunto, incluido dentro de esto el propio sistema social humano, y a su vez los propios cuerpos de sus habitantes en cuanto sistemas naturales biológicos. Desde esta perspectiva cada vez será más innegable lo imposible de un crecimiento continuo al entender que la economía es un subsistema que es sostenido por otro sistema mayor como es el planetario, el que claramente es cerrado, finito y con límites materiales y físicos. Por lo cual será necesario recordar que la economía debe de estar para servir a las personas y no las personas para servir a la economía.

Para cruzar este abismo que tenemos al frente deberemos lograr salir de este laberinto en que se han vuelto nuestros actuales estilos de vida. Como especie humana y como comunidades locales, deberemos enmendar nuestro rumbo y volver a encontrar el sentido profundo y trascendente de nuestras acciones.

Solo a modo de cierre creo necesario destacar que las políticas, planes y programas concretos de promoción y uso del tiempo libre y la recreación, para volverse reales satisfactores sinérgicos transformacionales en pro de un verdadero desarrollo sustentable a escala humana, deberán plantearse como acciones no neutrales y ser explícitamente intencionadas en la búsqueda del empoderamiento de las comunidades y sus miembros, entendiendo que para esto se deberán concebir como formas educativas nuevas, ya sea en como resolver los emergentes conflictos socioambientales, desde una perspectiva capaz de dotar a los actores locales de capacidades tales como liderazgo participativo, o en como tomar decisiones por consenso, en el sentido de aprender a compartir el poder, o en como profundizar la visión clara del necesario cambio en nuestros estilos de vida, de producción y consumo. Todos estos, entre otros, serán elementos claves que prioricen la urgencia de acciones concretas para el necesario cambio de paradigma

civilizatorio que requerimos.

## REFERÊNCIAS

ATTALI, Jacques. *Los tres mundos (para una teoría de la post-crisis)*, Cátedra, Madrid, 1982.

ELIZALDE, Antonio. *Desarrollo humano y ética de la sustentabilidad*, PNUMA, México, 2003.

ELIZALDE, Antonio. “*Desde el Desarrollo Sustentable hacia Sociedades Sustentables*”, Revista Polis, Universidad Bolivariana, Vol.1, N°4, Santiago de Chile, 2003. <http://www.revistapolis.cl/polis%20final/4/eli.htm>

LEFF, Enrique. “*La Ecología Política en América Latina. Un campo en construcción*”, Revista Polis, Universidad Bolivariana, Vol.1, N°5, Santiago de Chile, 2003. <http://www.revistapolis.cl/polis%20final/5/leff.htm>

MAX-NEEF, M., ELIZALDE, A., y HOPENHAYN, M. *Desarrollo a Escala Humana: Una opción para el futuro*, Numero especial de la Revista Development Dialogue, Cepaur - Fundación Dag Hammarskjöld, Uppsala, 1986.

VILCHES, A. y Gil, D. *Construyamos un futuro sostenible*, Cambridge University Press, Madrid, 2003.

Diccionario Real Academia Española / <http://www.rae.es/rae.html>

<http://oei.es/decada/index.html>

## LAZER E CRONOBIOLOGIA: VIVÊNCIAS DE INDIVÍDUOS MATUTINOS E VESPERTINOS

*Bianca Ap. Araújo Pizzolito<sup>61</sup> e Edmur Antonio Stoppa<sup>62</sup>*

**RESUMO:** O lazer e a cronobiologia são áreas de estudo recentes extremamente ligadas à multidisciplinaridade. A proposta desta pesquisa foi através da caracterização cronobiológica de indivíduos em essencialmente matutinos ou vespertinos verificar que essas condições exercem nas vivências de lazer. A coleta de dados deu-se através da técnica da história oral temática. Com a pesquisa pôde-se constatar que os indivíduos matutinos têm uma maior adequação aos horários sociais. O lazer no período da noite tem um caráter de sociabilização, embora a preferência seja sempre por atividades diurnas o lazer noturno não é excluído. Os vespertinos têm uma dificuldade maior em se adequar aos horários sociais e procuram alternativas de reorganização de sua rotina.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Cronobiologia. Sono.

### Introdução e objetivo

A palavra lazer está cada dia mais presente no cotidiano das pessoas, contudo a sua prática livre e efetiva está longe de ser democrática e irrestrita. A exclusão no lazer, em geral, é estudada a partir de diversas variáveis, sendo as mais clássicas: renda, gênero, idade, escolaridade e inserção espacial. Essas variáveis não se anulam e por vezes até se combinam, gerando algumas outras e mudando por diversas vezes este cenário de exclusão. Para que seja possível pensar em alternativas para contornar as barreiras ao lazer e até minimizá-las é preciso que existam dados disponíveis sobre tais assuntos e que haja constante pesquisa, a fim de subsidiar ações que possam tratar de tais casos. Assim, este estudo teve como objetivo abordar uma outra variável, ainda sem tradição nos estudos de lazer: a relação sono/vigília, questão estudada diretamente pela cronobiologia. Esta se propõe a estudar os ritmos biológicos, ou seja, a relação entre “relógios biológicos” (relógios internos que regulam nosso organismo) e as influências que o meio externo exerce sobre estes, caracterizando os indivíduos como matutinos, vespertinos e intermediários. Esta pesquisa teve como proposição o estudo das possíveis influências da condição vespertino/matutino, nas práticas de lazer de alguns indivíduos, analisando as possíveis formas de reordenação da rotina diária de trabalho e lazer que as pessoas se submetem conforme se inserem em uma ou em outra circunstância. Além disso, objetivou analisar se existe um lazer típico do indivíduo matutino, diferente do lazer típico do indivíduo vespertino; e a possível interferência de alguns papéis sociais nestas escolhas. A pesquisa foi realizada mediante a combinação da pesquisa bibliográfica e empírica.

### Procedimentos Metodológicos

Para obter tais resultados optou-se por uma pesquisa de cunho qualitativo, propondo-se a análise dos dados de cinco indivíduos caracterizados como matutinos e cinco indivíduos caracterizados como vespertinos. A pesquisa teve como principal método a História Oral, com um recorte na História Oral Temática que conta com a elaboração de um roteiro de questões e com entrevistas gravadas a serem posteriormente analisadas. Para caracterização dos indivíduos em matutinos e vespertinos optou-se, pelo questionário criado por Horne e Osterberg (DUARTE, 2007) denominado H.O. que permite essa caracterização.

A delimitação do objeto de estudo dar-se-á de forma não probabilística, intencional, levando em conta critérios de representatividade e acessibilidade (BRUYNE, 1977). Para essa delimitação trabalhou-se sem restrições de idade, gênero ou ocupação, a fim de abranger uma grande variedade de indivíduos, traçando um panorama geral da situação sem pretensão de generalizar.

Para essas caracterizações um levantamento bibliográfico foi feito caracterizando alguns aspectos da cronobiologia, como a definição dos indivíduos em vespertinos e matutinos, um levantamento de temas principais relacionados ao lazer e de outros assuntos que, de alguma forma, pudessem contribuir à intervenção empírica. Dessa primeira abordagem teórica pôde-se indicar algumas categorias e elaborar um roteiro de questões a ser utilizado nas entrevistas.

A técnica da História Oral, segundo Meihy (2005, p. 146), pode fazer uso de questionários diretos

<sup>61</sup> Graduanda em Lazer e Turismo - EACH-USP

<sup>62</sup> Doutor em Educação Física -EACH-USP/GPL

e indutivos ou indiretos e dedutivos. Neste caso foram utilizados questionários indiretos e dedutivos que, ainda segundo o mesmo autor, são “marcados sempre de grande complexidade, as questões buscadas devem ser sempre contextualizadas e seguir uma ordem de importância capaz de inscrever os tópicos principais em análise do depoente”.

Como o tema escolhido para análise é bastante amplo e envolve uma série de fatores não objetivos, perguntas diretas poderiam comprometer os depoimentos, daí a opção por um roteiro indireto e indutivo, que pressupõe o compartilhamento de maior quantidade de informações, de forma a dar suporte ao tema proposto para análise, abrindo um espaço maior para a fala do colaborador e um entendimento mais amplo da inserção do tema em sua vida.

### **Sobre Lazer**

A palavra lazer é, atualmente, uma palavra de forte referência nacional e internacional, ganhando a cada dia mais destaque, principalmente em seu uso no senso comum, como coloca Marcellino (1994, p. 11).

Nas reivindicações da associação de moradores, nos luminosos das lojas, nos anúncios de imobiliárias, nas propostas dos candidatos a cargos públicos, nos títulos de revistas, nas seções dos jornais, e em muitas outras situações da vida cotidiana, a palavra lazer vem aparecendo com uma frequência cada vez maior que não se verificava até bem pouco tempo atrás, pelo menos com tanto destaque [...]

Apesar de seu destaque, o termo lazer é relativamente recente. Em diferentes épocas da história da humanidade pode-se observar um tempo com características similares ao que conhecemos hoje como lazer, contudo, como coloca Dumazedier (1999, p. 26) “o tempo fora do trabalho é, evidentemente, tão antigo quanto o próprio trabalho, porém o lazer possui traços específicos, características da civilização nascida da Revolução Industrial”.

Em diversas épocas podem ser apontados fenômenos similares ao lazer que participam de seu processo histórico e dialogam, por diversas vezes, com seu atual formato. Como exemplo disso pode-se verificar na antiga Roma e Grécia onde este tempo, embora não fosse dicotômico ao trabalho, se apresentava com características análogas ao atual lazer.

Contudo, apenas após a Revolução Industrial, com a separação do tempo de trabalho das outras atividades sociais é que começa a se delinear um tempo de lazer, que se contrapõe em alguns aspectos ao tempo cíclico vivido pelas sociedades pré-industriais. Como coloca Camargo (1992, p.36), depois da Revolução Industrial “O trabalho industrial não podia ser permeado pelo entretenimento, pelo lúdico, como no campo, onde estas necessidades eram satisfeitas até no ritmo do próprio trabalho.”

No Brasil, a industrialização teve início em fins do século XIX, e segundo Camargo (1992, p. 40) “Apesar dos salários miseráveis, a redução da jornada de trabalho foi o item mais saliente da luta dos trabalhadores”. As reivindicações, apesar de terem se iniciado cedo, ainda em 1901, só foram de fato levadas a sério e se consolidaram em leis durante o governo Vargas, com a instituição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que previam aposentadoria, jornada de trabalho de oito horas e salário mínimo.

Atualmente, o lazer é garantido legalmente em diversas esferas, inclusive, em esfera mundial com a Declaração Universal dos Direitos Humanos que coloca em seu 24 ° artigo que “Toda pessoa tem direito ao repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias periódicas remuneradas.”<sup>63</sup> Esta Declaração embora não tenha em si valor legal, influenciou a elaboração de outros documentos que possuem tal valoração.

Dumazedier, famoso sociólogo francês, estudioso do lazer o caracteriza como

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (1980, p. 19).

Acrescenta, ainda, que o tempo de lazer possui três principais características que são o descanso, o divertimento e o desenvolvimento, sendo assim um tempo reservado para a auto-formação e realização

<sup>63</sup> [http://www.onu-brasil.org.br/documentos\\_direitoshumanos.php](http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php)

dos indivíduos. De acordo com ele,

O lazer permite uma participação social maior e mais livre, a prática de uma cultura desinteressada do corpo, da sensibilidade e da razão, além da formação prática e técnica; oferece novas possibilidades de integração voluntária à vida de agrupamentos recreativos, culturais e sociais, possibilita o desenvolvimento livre de atitudes adquiridas na escola, sempre ultrapassadas pela contínua e complexa evolução da sociedade e incita a adotar atividades ativas da utilização de fontes diversas de informação, tradicionais ou modernas” (DUMAZEDIER, 2004, p. 33)

Marcellino (1987), por sua vez entende o lazer como:

cultura compreendida no seu sentido mais amplo, vivenciada no tempo disponível das pessoas, como determinados valores, como a livre adesão e o prazer proporcionado que possibilite condições de descanso, divertimento e desenvolvimento pessoal e social.

Dialoga-se também com este autor, no sentido do entendimento do lazer, como mais uma vivência cultural possuindo, assim, características sociais que variam de acordo com cada espaço. E como uma característica cultural pode ser bastante delineado pelo contexto em que se insere como coloca Durkheim (1978, p.46) “Cada indivíduo bebe, dorme, come, raciocina e a sociedade tem todo o interesse em que estas funções se exerçam de modo regular.”

Deste modo, muitas práticas de lazer estão condicionadas a seu meio e, às vezes, pouco correspondem aos anseios individuais das pessoas. Camargo coloca que

seria uma ousadia afirmar que alguma ação humana é executada por livre escolha do indivíduo. Os determinismos culturais, sociais, políticos e econômicos, pesam sobre todas as atividades do cotidiano, inclusive sobre o lazer (1992, p. 10).

Acrescenta, ainda, “[...] que a resposta é que há um grau de liberdade nas escolhas dentro do lazer, maior que nas escolhas que se faz no trabalho, no ritual familiar, na vida sócio-religiosa e sócio-política” (1992: p. 10).

Outra questão importante, é que o tempo de lazer, é também, segundo Dumazedier (2004), limitado de acordo com obrigações e necessidades da vida cotidiana, opondo-se principalmente, ao trabalho profissional, ao trabalho suplementar, aos trabalhos domésticos, às atividades de manutenção, como as refeições e o sono, às atividades rituais ligadas a obrigações sociais ou religiosas, como festas de aniversário, participação política e ainda às atividades ligadas aos estudos.

Assim, apesar de ser um fenômeno atual e significativo, o lazer é também, compactado por muitas esferas e até suprimido por outras. Daí, então, a necessidade de se entender um pouco mais essas amarras que impossibilitam uma vivência do tempo livre de acordo com as individualidades e a subjetividade das pessoas.

Entender as possibilidades do lazer é também abrir portas à novas oportunidades, pois o mesmo não é um fenômeno estanque, em um único período de espaço e tempo. É adaptável às diferentes vivências e, ao menos deveria ser definido, principalmente, de acordo com suas particularidades indivíduo.

Observa-se, então, a necessidade de além de entender as características sociais presentes na vivências do lazer compreender um pouco melhor a constituição de cada indivíduo, suas características biológicas que podem interferir diretamente em mais esta esfera das atividades humanas – o lazer, bem como ser, também, fortemente influenciadas por essas atividades.

Dentro deste contexto propõe-se um diálogo com a cronobiologia, a variação biológica dos indivíduos no que diz respeito ao sono e, como será esclarecido mais adiante, as inevitáveis interferências sociais já estudadas em diferentes áreas.

### **Sobre cronobiologia**

Há na natureza diversos ciclos incessantes que acontecem a fim de tornar a vida possível e muitos deles podem ser facilmente apontados como o ciclo menstrual nas mulheres, o ciclo da lua, o ciclo das marés e muitos outros que acontecem com uma certa periodicidade e ritmicidade. O ciclo dia/noite é um dos ciclos mais evidentes e que tem tido especial atenção há algum tempo.

Todos esses ciclos vêm, há tempos, sendo relacionados à vida humana, suas interferências e

suas influências nos diferentes modos de vida.

Atualmente, uma das propostas de estudo destes ciclos é dada pela cronobiologia que sugere:

um estudo sistemático das características temporais da matéria viva, em todos os seus níveis de organização. Inclui o estudo dos ritmos biológicos, como por exemplo, as oscilações periódicas em variáveis biológicas e as mudanças associadas ao desenvolvimento. (HALBERG in MENNA BARRETO e MARQUES, 2003, p. 32)

Neste contexto, a cronobiologia se debruça também sobre o ciclo vigília –sono e que propõe a co-existência de ritmos internos e externos, constituindo um ritmo biológico específico deste ciclo. De acordo com Louzada e Menna – Barreto (2007: p. 10) “Até recentemente, acreditávamos que (...) o sono era nossa resposta ao escuro e vigília à resposta ao claro”.

De acordo com essa organização pode-se afirmar, segundo os mesmo autores, que o ser humano é essencialmente diurno. Contudo, o fato da espécie ser diurna não significa que exista um único padrão a que todas as pessoas se encaixem. Existem variações dessa classificação. Os autores Louzada e Menna – Barreto (2007: p.47) colocam sobre o tema a seguinte afirmação:

O horário preferido de início do episódio de sono noturno varia entre as pessoas. Algumas preferem iniciá-la mais cedo, são matutinas. Outras pessoas preferem dormir mais tarde e acordar mais tarde, são as chamadas de vespertinas (...) As pessoas com preferências intermediárias são chamadas indiferentes.

Ainda sobre o assunto coloca Coren (1996, p 76) afirmando que

(...) de fato, existem pessoas que, como as cotovias, demonstram predisposição psicológica de acordar cedo. No minuto em que pulam da cama, esses “tipos solares” já estão alertas, prontos para luta. Trabalham com muita disposição no período da manhã, começando a se desenergizar à medida que a tarde cai e, em geral, estão prontos para dormir antes das dez da noite.

Acrescenta ainda que

Em contraste, existem pessoas para as quais o lema de Benjamin Franklin (Dormir cedo e acordar cedo torna o homem saudável, rico e sábio) não passa de um absurdo. Se fossem pássaros, seriam corujas, aves noturnas por excelência. Para esses “tipos humanos”, acordar cedo é uma tortura. Cambaleiam e se arrastam durante a manhã e só começam a ganhar ritmo a medida que o dia avança. À caída da tarde, estão se sentindo ótimas e gostam de varar a noite trabalhando.

Esse conjunto de diferentes características endógenas e exógenas, que faz as pessoas se enquadrarem em uma situação matutina, vespertina ou intermediária, recebe o nome de cronotipos. Segundo Louzada e Menna – Barreto (2003) existem evidências que estas características, que constituem o cronotipo das pessoas são herdadas e é pouco provável que sejam advindas de experiências de vida.

Ainda segundo esses autores (2006, p. 48) “O cronotipo não se modifica apenas com a adoção de modificações de nossos hábitos. Indivíduos matutinos não se ‘acostumam’ com hábitos vespertinos e vice-versa”.

As mudanças no estilo de vida e a luta pela sobrevivência traçaram um caminho diferente de nossas mudanças físicas, de modo que nossas necessidades biológicas seguem por diversas vezes em descompasso com nossas necessidades sociais. (COREN, 1996, p 12)  
Segundo Louzada e Menna – Barreto (2007, p. 51)

Devido ao cronotipo de um horário de trabalho ou escolar único afeta de maneira distinta a vida das pessoas. Para algumas pessoas, o horário acerta “em cheio” com as preferências individuais e tende a ser bem assimilado. Para outras pessoas, o ajuste necessário exige um enorme esforço do organismo, sendo que, muitas vezes, a adaptação não é possível. Não precisamos ir longe para constatar que nossa organização social privilegia os indivíduos matutinos, que, conseqüentemente, são considerados mais trabalhadores e menos preguiçosos.

Assim, percebe-se que os fatores sociais exercem forte influência sobre as escolhas e, principalmente, sobre a ordenação do tempo, contudo, como colocam os autores acima citados



Não se trata de uma oposição entre os fatores biológicos e sociais, o mais provável é que estejamos diante de uma interação entre esses fatores que acaba se somando e gerando problemas. Os fatores biológicos, que tendem a atuar a médio e longo prazo, tendem a ser mais silenciosos ou menos evidentes, já os fatores sociais estão nas manchetes dos nossos cotidianos (LOUZADA e MENNA – BARRETO, 2007, p. 82).

Pode-se verificar, nesse sentido, estudos sobre as aplicações da cronobiologia em ambientes escolares, repensando os horários das aulas de acordo com as diferentes idades e considerando a tendência a vespertinidade verificada nos adolescentes.

Nas indústrias, nos escritórios e até nos ambientes médicos, a cronobiologia também vem dando sua contribuição colocando as implicações da troca do turno do dia pela noite, analisando a duração das jornadas e observando as interferências na saúde e até no rendimento dos profissionais.

A cronobiologia é uma área nascida da contemporaneidade e, segundo Menna- Barreto e Marques (2003), é comprometida com a multidisciplinaridade “portanto interessa a quem busca interações entre áreas do conhecimento” (2003, p. 51).

É nesse intuito que se propõe essa pesquisa, fazendo interface com a área de estudos sobre lazer, que também corresponde a um fenômeno moderno e que se apresenta fortemente negligenciado por essa atual sociedade e restrito por diversas variáveis sociais e bastante suscetíveis a diversas outras influências.

### **Considerações Finais**

Com a finalização desta etapa da pesquisa pôde-se observar que os colaboradores vespertinos têm uma dificuldade maior em organizar sua rotina segundo seus horários biológicos. O tempo de trabalho concentra-se, em maior parte, à tarde ou a noite e os horários de lazer são essencialmente noturnos, em contrapartida, os indivíduos matutinos tem uma facilidade maior de organizar sua rotina de acordo com seu cronotipo, uma vez que este horário é mais aceito socialmente, contudo seus horários de lazer ficam mais restritos a fins de semana, feriados e férias.

Os horários sociais cotidianos são organizados de forma que o período da manhã seja, na maior parte das vezes, ocupado por atividades de trabalho, e o período da noite, é tido como um tempo livre, aberto a escolhas. Como os indivíduos matutinos estão, à noite, com pouca disposição acabam participando de atividades neste período para acompanhar os amigos, como um tempo de sociabilidade, os indivíduos vespertinos concentram aí, parte de seu lazer, pois ainda estão muito dispostos nesse horário.

Nos finais de semana, os indivíduos matutinos encontram mais liberdade e concentram suas vivências de lazer pelas manhãs de forma mais individualizada, e os vespertinos, que se submetem a acordar cedo durante a semana, aproveitam este tempo para recuperar durante o dia o sono perdido durante a semana, e pela noite continuam concentrando suas atividades de lazer. Há uma predominância nos discursos vespertinos de um lazer boêmio, pois a noite estão concentrados esse tipo de oferta de lazer; e nos discursos matutinos, por outro lado, aparece uma escassez de tempo livre, que possa ser transformado em lazer.

### **REFERÊNCIAS**

BOYER, M. *História do turismo de massa*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

BRASIL. Constituição (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1998.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CAMARGO, L. O. *O que é lazer*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

\_\_\_\_\_. *Educação para o lazer*. São Paulo: Moderna, 1988.

COREN, S. *Ladrões de Sono: Um alerta sobre os riscos de contrariar nosso relógio biológico*. São

Paulo: Cultura Editores Associados, 1998.

DUMAZEDIER, J. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo: Editora Perspectiva, 3<sup>a</sup> ed, 2004.

\_\_\_\_\_. *A revolução cultural do tempo livre*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

\_\_\_\_\_. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980.

\_\_\_\_\_. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

DURKHEIM, E. *Sociologia*. São Paulo: Editora Ática. 4<sup>a</sup> ed, 1978.

ELIAS, N. *A sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2<sup>a</sup> ed, 2001.

FREITAS, S. M. *História Oral: Possibilidades e Procedimentos*. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GMDRB- Grupo Multidisciplinar de Desenvolvimento e Ritmos Biológicos. Desenvolvido pela Universidade de São Paulo. DUARTE, Leandro – O questionário do Cronotipo. Apresenta textos e artigos sobre cronobiologia. Disponível em: < <http://www.crono.icb.usp.br> > . Acesso em: 14 abr. 2007.

LAFARGUE, P. *O direito à preguiça*. São Paulo: Editora Claridade, 2003.

LESSA, F. S. *Skholé e práticas esportivas entre os Helenos*. In: A temática do Lazer no Âmbito das Ciências Humanas. In: A temática do Lazer no Âmbito das Ciências Humanas : Anais do VIII Seminário Lazer em Debate. Rio de Janeiro, 2007.

LOUZADA, F. & BARRETO – MENNA, L. *O sono na sala de aula: Tempo escolar e tempo biológico*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2007.

MARCELLINO, N. *Lazer e humanização*. Campinas: Papyrus, 1988.

MARCELLINO, N. *Estudos do Lazer – Uma introdução*. 4<sup>a</sup> ed. Campinas: Autores Associados, 2006. (Coleção Educação Física e Esporte).

\_\_\_\_\_. N. C. *Capacitação de animadores socioculturais*. Brasília, DF: MEC, 1994.

MENNA- BARRETO, L. (Org.). *Cronobiologia: Princípios e Aplicações*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MEIHY, J. *Operações da História Oral: Prática*. In: Manual de História Oral. 5<sup>a</sup> ed. São Paulo: Loyola, 2005.

PUIG, J. M. & TRILLA, J. *A pedagogia do ócio*. Porto Alegre: Editora Artmed, 2<sup>a</sup> ed. 2004.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 21<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2000. 279p.

SILVA, A. C. L. F. da & SILVA, L. R. *Diversão e Prazer na Idade Média: Reflexões das visões sobre o entretenimento na Península Ibérica*. In: A temática do Lazer no Âmbito das Ciências Humanas : Anais do VIII Seminário Lazer em Debate. Rio de Janeiro, 2007.

**RESUMO:** Este artigo tem como objeto de estudo o Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC, de iniciativa do Ministério do Esporte. O PELC tem como objetivo focal contribuir para a democratização do acesso ao esporte e ao lazer, na qualidade de direitos sociais. A pesquisa procurou investigar as condições em que iniciativas do poder público federal têm conseguido chegar aos municípios de menor porte e geograficamente distante dos grandes centros urbanos e se estas iniciativas provocam de fato, alterações no cenário dessas. Na investigação foi analisado o processo de implantação e funcionamento de núcleos e seus possíveis resultados nestas comunidades, na perspectiva do direito social e uma política pública de esporte e lazer.

**PALAVRAS-CHAVE:** Esporte. Lazer. Política Pública.

### Considerações preliminares

De iniciativa do Governo Federal, por intermédio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer – SNDEL/ME, Programa Esporte e Lazer da Cidade, o PELC, tem como um de seus objetivos contribuir para a democratização do acesso ao esporte e ao lazer, sendo desenvolvido por intermédio de convênios celebrados entre o Ministério e instituições governamentais, privadas sem fins lucrativos, associações de municípios e comunitárias.

O presente estudo refere-se ao processo de implantação e funcionamento de núcleos do PELC no Município de Periquito/MG, num recorte territorial de um conjunto de 35 municípios e comunidades rurais e/ou distritos que integraram o consórcio intermunicipal do PELC, reunindo as organizações, Liga Ipatinguense de Esportes Especializados (LIESPE), a Associação de Municípios pelo Desenvolvimento Integrado (AMDI) e o Instituto CENIBRA. O referido consórcio foi executado entre os anos de 2005 e 2007 na Grande Região Metropolitana do Vale do Aço.

O principal propósito desta pesquisa foi investigar as condições em que iniciativas do poder público federal têm conseguido chegar aos municípios de menor porte e geograficamente distante dos grandes centros urbanos e se estas iniciativas provocam de fato, alterações no cenário esportivo e de lazer dessas comunidades, neste particular, o Município de Periquito/MG.

Periquito é um pequeno município no Leste do Estado de Minas Gerais, com pouco mais de 7.000 habitantes, grande extensão territorial rural e cuja escolha foi aleatória, dentre os 35 integrantes do consórcio.

### *O Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC*

Em janeiro de 2003, o Governo Federal desmembrou a pasta que reunia até então, demandas do Esporte e do Turismo, em duas distintas criando assim o atual Ministério do Esporte. Com a criação do Ministério do Esporte o Governo Federal sinaliza alteração no trato do esporte e do lazer como uma área carente de uma singularidade na estrutura de governo, o que então ainda não ocorrera na esfera federal. Reconhecer diferentes possibilidades de manifestações esportivas e propor programas específicos para cada qual. Parece-me ser uma tentativa de assegurar o que constitucionalmente está previsto desde 1988, ou seja, que o cidadão brasileiro tenha acesso ao esporte e ao lazer, como direitos sociais.

A organização do Ministério agrega uma Secretaria Executiva e três Secretarias Nacionais definidas em conformidade com as principais possibilidades de manifestações esportivas: Secretaria Nacional de Esporte de Rendimento, Secretaria Nacional de Esporte Educacional e Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, à qual me ateei de modo especial, visto que esta acampa as principais ações de Governo desenvolvidas na perspectiva de se contribuir para a promoção da inclusão social, tendo o esporte e o lazer como possíveis vetores contributivos para essa inclusão e não se restringindo meramente à possibilidade do acesso ao esporte e ao lazer. A SNDEL/ME foi instituída juntamente com o Ministério do Esporte com o objetivo de contribuir para a formulação

<sup>64</sup> Pesquisa elaborada e desenvolvida como pré-requisito parcial para obtenção do título de “Especialista em Lazer” pela EEEFTO-UFMG/CELAR do VIII Curso de Especialização em Lazer (2006/2007),

<sup>65</sup> Especialista em Lazer (UFMG, 2008), Membro do Grupo Nacional de Formadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade. [profclaudiogualberto@gmail.com](mailto:profclaudiogualberto@gmail.com)

de políticas para o esporte recreativo e o lazer, sob a ótica do entendimento de “excelência” para além daquele construído simplesmente a partir do parâmetro competitivo, de rendimento.

Acredito que o esporte não abarque em si todas as possibilidades e interesses do lazer. Se compreendido como tempo e espaço de vivências lúdicas e de apropriação da cultura, o lazer deve contemplar mais que um único, além das manifestações esportivas tradicionais ou institucionalizadas. Arelados aos interesses físico-esportivos deve-se observar o atendimento de outros interesses do lazer, como os artísticos, manuais, intelectuais. A interface entre estes interesses diversos reflete, cada um a seu modo, a forma como nós vivemos e produzimos a nossa vida.

De acordo com o Manual de Orientação do PELC a implantação e funcionamento de Núcleos visa promover o desenvolvimento de atividades esportivas recreativas e de lazer para crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência para garantir os direitos sociais de acesso ao esporte e ao lazer. Buscando ocupar a infra-estrutura local existente para as práticas, a proposta é sistematizar programas de animação para os espaços públicos e privados, como praças, campos e quadras, centros de convivência, salões paroquiais e outros espaços, nas áreas urbanas ou rurais transformando-os em pontos de encontro destas comunidades.

A metodologia de atuação prevista nos núcleos deve estimular a realização de oficinas esportivo-recreativas, sociais, atividades lúdicas, salas de leituras, projeções e debates de filmes, eventos de natureza diversificada, possibilitando a valorização da cultural local, primando pelo fortalecimento da diversidade cultural e favorecendo interface entre as variadas manifestações e suas gerações.

A seguir o PELC é apresentado como proposta do Ministério no sentido “de suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por esporte recreativo e lazer<sup>66</sup>.”

### **O Programa Esporte e Lazer da Cidade, na perspectiva da metodologia consorciada<sup>67</sup>**

O PELC surgiu em 2003 e por se tratar de uma nova proposta, o PELC foi “testado” em dez municípios, no sentido de verificar quais os resultados iniciais e quais as implicações de replicação do Programa em outros. Naquele momento utilizando da observação de administrações municipais já com um histórico de desenvolvimento de práticas esportivas focadas no direito social e cuja participação popular constituía seu diferencial o Ministério do Esporte celebrou convênio de 10 meses, como “projeto-piloto” com o intuito de verificar as diferentes matrizes que seriam geradas em cada uma das cinco regiões brasileiras, devido às suas características tão peculiares.

Em Minas Gerais o “município-piloto” foi Ipatinga. Por um período de 16 anos, compreendidos entre 1989-2004, a cidade era administrada pela chamada “administração pública democrática”, onde sempre se discutiu com a população a definição das prioridades para uso de parte dos recursos públicos. Este mecanismo fez com a administração municipal desenvolvesse um trabalho de provisão de infra-estrutura e serviços urbanos de forma equilibrada, buscando minimizar quadros de desigualdades sociais, favorecendo os indicadores de educação, saúde, saneamento, habitação e também um bom trabalho com esporte, sobretudo, para comunidades em vulnerabilidade social, daí a escolha do nome de Ipatinga, para a implantação do PELC.

Mesmo que ainda restrito ao modelo padrão de convênio que atende isoladamente uma única administração pública, por intermédio de um convênio celebrado junto às prefeituras, e neste caso, sempre municípios de maior porte e regiões metropolitanas acredito que o PELC tenha sido importante como piloto, tanto o é que a sua replicação foi muito rápida com a renovação deste convênio de Ipatinga e a celebração de outros, ampliando o raio de abrangência territorial do PELC.

A partir dessa experiência, considerando a já citada afinidade político-partidária da Coordenação Nacional do PELC com os gestores do Programa em Ipatinga, o hiato político instalada no município de Ipatinga, resultado do pleito eleitoral de 2004, dificultando a continuidade do convênio anterior, bem como a proposta do Ministério do Esporte de expansão do Programa, numa tentativa de interiorizar as ações deste Ministério, em 2005 organizou-se a primeira formatação consorciada para o PELC. Foram reunidos 21 municípios da Grande Região Metropolitana do Vale do Aço que se articularam politicamente

<sup>66</sup> Disponível no site do Ministério do Esporte: [www.esporte.gov.br/sndel/esporte\\_lazer](http://www.esporte.gov.br/sndel/esporte_lazer)

<sup>67</sup> GUALBERTO, Cláudio. Gestão do Projeto. Brincar, Jogar, Viver. Programa Esporte e Lazer da Cidade. Volume I (p. 119-126).

e por intermédio de parcerias instituídas conseguiram aprovar um novo formato de convênio, já utilizados em outros segmentos como educação, saúde e habitação – a metodologia consorciada.

Por um lado podemos observar alguns ganhos significativos como descentralização das ações Ministério do Esporte, menos burocratização do acesso ao Programa, maior capilaridade na distribuição dos recursos, otimização da aplicação dos recursos em algumas ações do PELC, mobilização de parceiros socialmente responsáveis e a participação popular e gestão democrática. Mas, por outro lado, muitas são as dificuldades ainda a serem suplantadas as quais destacamos: logística de traslado para os municípios consorciados, debilidade na organização das responsabilidades quanto aos encargos trabalhistas decorrentes da prestação dos serviços de coordenadores e demais agentes, limitação das ações permitidas dentro do plano de trabalho, deficiência na sistematização informações regulares e eventuais, precariedade das estruturas locais, qualidade dos materiais esportivos de responsabilidade do Ministério e inexistência de um plano de comunicação do Programa.

Por fim, como ponto crucial desta descentralização de atuação do Governo Federal, para que se tenha mais garantias do uso devido dos recursos públicos repassados aos organismos conveniados, é preciso desenvolver mecanismos de controle, monitoramento e avaliação da execução físico-financeira dos convênios celebrados.

Favorecer o acesso ao esporte e ao lazer para os municípios de pequeno e médio porte, geograficamente fora dos grandes centros, garantir a abordagem lúdico-recreativa, sob a ótica do direito social, sem o caráter excludente e ainda por cima, contribuir decisivamente para que se caminhe no processo da construção de uma política pública para o segmento no Brasil, são os desafios que têm se apresentado para o PELC, que se somado a outras iniciativas do Poder Público, em suas diferentes esferas, juntamente com a iniciativa privada e sociedade civil organizada, pode emprestar uma contribuição importante para o novo panorama social.

### **Implantação e funcionamento do PELC em Periquito, em Minas Gerais**

O Município de Periquito<sup>68</sup> localizado na Região Leste do Estado de Minas Gerais, foi emancipado politicamente em 1992, Periquito tem sido administrado desde então por administrações democráticas e com apelo da participação popular. Várias intervenções em setores diversos puderam ser observadas ao longo dos anos nos segmentos da saúde, educação, habitação e outras áreas de interesse público.

A AMDI se organizou a partir de 2005, em convenção realizada no Município de Açucena, com a mobilização inicial de 11 municípios, dentre os quais Periquito se inclui, e com o principal objetivo de contribuir para o desenvolvimento integrado, regionalizado, sustentável e inclusivo, social e culturalmente. A AMDI tem procurado cumprir esse principal objetivo, focando suas ações em 03 níveis: desenvolvimento econômico sustentável, promoção humana e social e melhoria da infra-estrutura.

Com base no princípio do desenvolvimento integrado dos municípios associados e de sua coletividade, a AMDI tem fomentado e apoiado ações de implantação de políticas públicas que beneficiem o conjunto das cidades da sua jurisdição e tem trabalhado para viabilização de parcerias. Parcerias entre as diversas esferas de governo e entre poder público e sociedade civil organizada, a fim de colaborar efetivamente na construção do Estado de Direito, único capaz de promover o acesso universal a bens e serviços e assim construir a cidadania ativa, na qual se é sujeito de direitos e construtor de uma vida melhor para todos, livre de preconceitos e desigualdades.

Quando da fundação da AMDI, tendo como Presidente o Prefeito Municipal de Periquito – Senhor Nereu Nunes Pereira, o município passa a integrar o consórcio que pleiteia junto ao Ministério do Esporte a implantação do PELC.

Pela primeira vez, assim como a maioria dos 21 municípios que participam da iniciativa, a comunidade periquitense tem condições de acessar uma política pública de esporte e de lazer desenvolvida pelo Governo Federal. A expectativa inicial se reverte numa procura grande pelos cursos oferecidos no núcleo central no Centro de Convivência, na sede do Município e nos subnúcleos, nos distritos rurais, referendando a proposta: atender pequenos e médios municípios, possibilitando acesso das populações domiciliadas, nas áreas urbanas e rurais.

A implantação dos núcleos e subnúcleos, na sede de Periquito e nos Distritos de Pedra Corrida, Serraria e São Sebastião do Baixo – áreas rurais do Município, pelos vinte meses de vigência do convênio favorecer a participação mais de 400 pessoas, entre idosos, pessoas adultas, grupos organizados de

<sup>68</sup> Maiores informações disponível no site: [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br)

mulheres, pessoas com deficiência, adolescentes e crianças, em oficinas regulares e eventuais de atividades esportivas, recreativas e sociais, em geral. Além disso, nas comunidades atendidas, foram geradas oportunidades de geração local de renda, para os bolsistas remunerados pelo Programa.

Atividades como caminhada, ginástica, alongamento, dança sênior, trabalhos manuais, modalidades esportivas diversas, circuitos de recreação, brincadeiras de rua, cantigas de roda eram oferecidas em média entre 2-3x/semana, com duração média de sessenta minutos, sempre no núcleo-referencial e nos subnúcleos.

No capítulo que segue, são apresentados os procedimentos da pesquisa realizada junto à amostra da comunidade beneficiária, bem como a análise dos dados coletados.

### **O que é descortinado pela comunidade usuária**

A abordagem da pesquisa proposta foi qualitativa, implicando num estudo de caso que teve como estudo um núcleo do PELC, ainda não submetido a uma análise sistematizada desde sua implantação. Foram analisadas as possíveis implicações para as comunidades sobre as quais incidem suas ações e para as políticas públicas.

Para a realização do estudo acerca da implantação do PELC em Periquito/MG, a coleta dos dados se deu por meio de entrevistas com 24 pessoas ligadas ao Programa, sendo líderes, agentes e participantes das atividades, respeitados recortes quanto ao gênero, faixa etária, tempo de participação no Programa e localização dos núcleos e subnúcleos. Em sua maioria, os entrevistados possuem Ensino Fundamental incompleto e apenas, 15% cursaram até o ensino médio ou estão cursando o Ensino Superior. Os dados obtidos nas entrevistas foram inicialmente transcritos, mantendo-se preservados os dizeres dos entrevistados, sem qualquer alteração. Posteriormente esses dados foram agrupados por eixos de análises. A análise das respostas buscou abordar diferentes temas relativos aos procedimentos de implantação do Programa e a realização de políticas de lazer. Os entrevistados tiveram seu anonimato mantido, sendo identificados apenas por caracteres alfabéticos. Todavia, considerou-se necessário o registro do lugar de participação dos entrevistados no núcleo do PELC. Com base na análise da categorização das respostas foi possível produzir algumas considerações endossadas por alguns depoimentos.

### **Eixos de análise dos dados e discussão dos resultados**

#### **O entendimento de lazer por parte dos entrevistados**

Na manifestação dos entrevistados fica evidenciada uma associação do lazer à ocupação do tempo livre e, muitas vezes, até mesmo uma conotação utilitarista ou compensatória desse lazer, como pode ser percebida em alguns depoimentos:

“Pra gente que já passou da idade, o lazer é a melhor forma de ocupar a mente da gente. A gente ficava muito em casa, sem nada para fazer e aulas aqui do Centro eram muito boa pra gente. E! Eu não via a hora de vim pra cá encontrar o pessoal todo. Tinha dia que a aula acabava e nós ficávamos aqui muito tempo ainda, conversando...” (M. M. S. – participante das oficinas de trabalhos manuais, no Centro de Convivência, na sede do município).

“O médico pediu pra eu fazer caminhada e entrar no grupo da terceira idade fazer atividade física. Aí eu entrei nesse projeto de lazer da prefeitura e foi muito bom mesmo. Com essas atividades eu passei sentir mais disposta, não ficava só dentro de casa, sem fazer nada. Gente a terceira idade já num agüenta mais trabalhar; então o lazer é muito importante pra gente num ficar jogado num canto, encostado.” (M. S. S. – participante da caminhada orientada, oferecida ao grupo da terceira idade).

Outra percepção quanto ao entendimento de lazer por parte dos entrevistados é uma marcante tendência de aproximação do lazer às manifestações físico-esportivas, sobretudo, do futebol. Também observada uma prevalência de gênero, onde os homens sempre têm mais acesso às tais práticas (leia-se futebol). Mas, as mulheres têm uma leitura mais ampliada do lazer e não só entendem um repertório mais diverso das possibilidades do lazer, como tentam incentivar seus pares:

“O lazer é uma coisa que ninguém dá importância, principalmente os maridos da gente. Eu entrei aqui no projeto e lutei, como eu insisti para ele vim. Mas não adiantou, ele não veio. Fica lá em casa até hoje, sem fazer nada, vai pro bar, fica fumando. Eu sei que pra mim e minhas amigas as aulas aqui do Centro era muito bom. A gente aprende tanta coisa boa, se diverti, ri, faz novas amigas,

brinca. Mas aqui moço, o senhor ta perguntando isso pra gente é porque o projeto vai voltar? Nossa! Deus que ajude que volta”. (T. A. S. – participante das oficinas de ginástica e trabalhos manuais, no Centro de Convivência, na sede do município).

“A gente mora lá no Baixio. O senhor sabe na roça não tem muita coisa pra gente se divertir. Quando começou esse projeto lá eu fui uma das primeiras a ir lá no campo. Fiz a minha inscrição e do Silvinho. Ah! O Silvinho é meu menino mais novo. Ele ia às aulas de futebol de salão na quadra e eu fazia caminhada e artesanato.” (S. G. – participante das oficinas de caminhada e artesanato, no distrito de São Sebastião do Baixio, na zona rural do município de Periquito e mãe de um garoto, inscrito na modalidade de futsal)

Dialogando com Marcellino (2001) é possível compreender essa amplitude diversa do entendimento de lazer, pois, como afirma o autor, mesmo sendo importante na vida das pessoas, dependendo de cada época e contextualização histórica, os conceitos e significados do lazer adquirem visões e sentidos diferenciados.

Excluídas, a princípio, do modelo hegemônico de ocupação do tempo livre – o futebol – as mulheres, ao acessarem as atividades apresentadas, se beneficiam da possibilidade de conhecer e usufruir de um repertório mais plural e diversificado.

### **A importância do lazer para os participantes**

Em sua maioria, os entrevistados mencionam como importante o lazer na vida das pessoas, mesmo que tenham uma dificuldade para definir o que de fato significa o lazer. Por consequência, não identificam o lazer como direito social assegurado na Constituição Brasileira de 88. Essa importância do lazer para as pessoas está vinculada à questão dos conteúdos desenvolvidos. Novamente se evidencia forte viés funcionalista e as possibilidades de ocupação do tempo livre. Todavia, como novo fator importante merece destaque a compreensão de lazer como possibilidade de vivências de aprendizado e acúmulo de novos saberes.

Acho que a gente precisa dessas coisas, pra melhorar até a nossa cabeça. Esse trem de ficar só cuidando da casa, marido e menino não dá não sô. (A. C. A. S. – participante residente na sede do município).

Isso tudo é novidade pra gente. Até uns anos atrás eu nem sabia disso. (A. S. C. – participante inscrita nas oficinas de ginástica e caminhada para adultos).

Com a capoeira aqui do Centro que aprendi muitas outras coisas como amizade, companheirismo, respeito. Então eu acho que é importante sim. (O. A. M. – inscrito na oficina de capoeira, Centro de Convivência, na sede do Município).

Essa posição dos entrevistados quanto à importância do lazer encontra eco na literatura, quando da observação do lazer como uma possibilidade de exercício pleno do seu direito ao descanso, desenvolvimento e divertimento e acesso à cultura. (MARCELLINO, 1987, 1997).

### **As práticas de lazer da comunidade, antes da implantação do PELC.**

Quanto às práticas de lazer existentes na comunidade antes da implantação do Programa nas áreas, urbana e rural, do município de Periquito, os entrevistados sinalizaram alguns aspectos importantes como a demarcação da prática esportiva quase que como uma exclusividade permitida ou facilitada aos homens, uma precariedade quanto ao repertório dessas práticas, restritas ao futebol.

As respostas evidenciaram que, mesmo que com poucas possibilidades, que a prática de atividades esportivas e de lazer, quanto existente, territorialmente centralizava-se na área urbana, ficando a zona rural, sem quaisquer iniciativas.

Observou-se uma percepção por parte dos entrevistados quanto à mercadorização de práticas, onde os usuários deveriam pagar para ter acesso a programas de práticas, sobretudo, o futebol, onde empresas ou franquias de marcas famosas se apropriam dessa possibilidade, atribuem valores de mercado, quase sempre inacessíveis a maioria da população. Assim se expressaram os usuários:

Eu sou aqui da sede. Aqui ainda tinha uns campeonatos de futebol e mais nada. Mas minha família

que mora aqui pelas roças, coitados! Nunca tiveram nada, mas nada mesmo para fazer naquele lugar. (A. C. A. S. – participante residente na sede do município).

A não ser os campeonatos de futebol pros homens, nós mulheres nunca fomos lembrados pra essas coisas não. Ainda mais lá na roça. (M. A. P. – participante de um dos subnúcleos da zona rural).

Antes só tinha umas escolinhas de futebol do cruzeiro. Mas tinha que pagar e a gente não tinha dinheiro. Ficava vazio direto. (H. S. S. – participante inscrito nas oficinas de futsal e recreação na sede do município).

Neste sentido, torna-se importante considerar os apontamentos de Cury (2006) quando o autor nos afirma que na sociedade contemporânea a questão do direito, seja ele civil, político ou social, vem ganhando significativos espaços, contribuindo para novas possibilidades em vários segmentos. Tudo isso decorrente das transformações às quais a contemporaneidade tem sido submetida a todo tempo e cada vez mais abrangente e velocidade mais acelerada. E ainda, tomando como referência a Constituição de 88, quando o lazer passou a ter *status* de direito social a partir de então, passou a ocupar mais espaços dentro das propostas de políticas públicas do Estado Brasileiro, mesmo que de modo tímido, hierarquizado e muitas vezes, numa abordagem distorcida, ou no mínimo duvidosa, quanto a real intencionalidade de seus proponentes.

### **A compreensão do PELC, por parte dos entrevistados**

Para análise desse eixo enfrentamos muitas dificuldades, face ao distanciamento notório entre os entrevistados e o PELC. A análise deste eixo nos deixa muito claro que as pessoas não são sensibilizadas quanto ao entendimento e compreensão do que realmente seja o Programa. Revela distância da possibilidade de pertencimento dessa população em relação aos objetivos do PELC. Poucas foram as pessoas que souberam situar o Programa quanto a origem, objetivos, atores envolvidos e até mesmo, de que modo este Programa chegou até aquela população.

A inexistência de possibilidades anteriores de acesso ao esporte/lazer, pode ter contribuído para que as pessoas se engajassem numa iniciativa, da qual não tinham o mínimo conhecimento. Em alguns casos, percebe-se a personificação política do Programa que acaba sendo associado a um ou outro governante e, algumas vezes, à instância de atuação de Governo Municipal ou Federal. Outras pessoas sequer conseguiram responder a esta questão.

Hum! Eu não sei não. (O. A. M. – inscrito na oficina de capoeira, Centro de Convivência, na sede do Município).

Ah! Eu sou amigo do Prefeito Nereu. Ele me contou que foi um projeto de parceria aí da Prefeitura aqui de Periquito com o Governo Lula, lá em Brasília. (P. H. S. – participante do núcleo da sede do município e inscrito nas oficinas de forró).

Fiquei sabendo no posto de saúde que era de graça e que fazia inscrição no Centro de Convivência. Ah! E que era o projeto do Governo Federal, do Lula, né? (A. K. C. – participante das oficinas de trabalhos manuais do núcleo da sede do município).

Se recorrermos novamente à literatura que trata de políticas públicas de lazer encontraremos ressonância para as afirmações de grande parte dos entrevistados. É justamente a forma pouca clara e desconexa de iniciativas desta natureza que caracterizam um dos males provocados à sociedade brasileira, por estas práticas recorrentes da intervenção utilitarista do esporte, muitas vezes colocado por oportunistas eleitores como o “Salvador da Pátria”. Segundo Linhales (2001) é muito comum, “ações de governo [ganharem] refinados contornos utilitários: esporte para combater a violência, para reduzir o consumo de drogas, para manter as crianças na escola, para melhorar a saúde da população, para ser feliz...”. (Linhales, p. 31, 32).

### **A importância do PELC para a comunidade e alterações ocorridas em Periquito**

Os entrevistados, em sua maioria, não têm dúvidas quanto às contribuições que o Programa ofereceu para as comunidades do município. No entanto, são apontadas questões que merecem especial atenção em sua análise. Dentre estas preocupações, destaca-se um descontentamento dos usuários com a descontinuidade das ações, que por se tratar de um convênio junto à instância federal de Governo sofre com a burocracia que envolve rotinas de celebração de convênios.



Neste caso, a solução talvez possa estar no caminhar dos municípios para a sua autonomia quanto a uma política local. Isso em nada desvaloriza a celebração de convênios que visem aprimorar o acesso e as práticas de lazer, mas favorece a continuidade das ações de modo regular e sistemático, autônomo à vigência de determinadas parcerias. Os convênios poderiam ser ações aprimorando o que já esteja sendo desenvolvido por uma proposta local.

Por tratar de comunidades de pequeno porte e com forte raiz interiorana pode-se perceber elementos de cunho utilitarista e compensatório do lazer, bem como forte indício de prevalência de gênero nas práticas anteriores. Por outro lado, uma ampliação do repertório de atividades físicas, esportivas e de lazer em geral, foi evidenciada por boa parte dos entrevistados:

Ah! Muita coisa mudou sim, mas só não sei por que o projeto acabou aqui no Periquito. Tem outras cidades que ele continua direto, até hoje. (A. K. C. – participante das oficinas de trabalhos manuais do núcleo da sede do município).

Uai mudou! As pessoas daqui da sede e lá das roças não tinha muita coisa pra fazer. Tinha melhorado. Aí, o projeto parou e todo mundo ficou do mesmo jeito. (A. C. – participante da oficina de caminhada orientada do núcleo da sede do município e esposo de outra participante do Programa – oficinas de trabalhos manuais).

Olha, para mim, pras mulheres daqui e pros meninos daqui foi uma maravilha. Muita coisa nova pra gente ocupar as horas de folga. (S. G. – participante das oficinas de caminhada e artesanato, no distrito de São Sebastião do Baixio, na zona rural do município de Periquito e mãe de um garoto, inscrito na modalidade de futsal).

### **Melhorias necessárias para continuidade do PELC**

Sob a ótica de quem foi usuário do programa, inscrito seja em que atividade fosse, apresenta-se como indispensável para um melhor funcionamento do Programa a adoção de medidas corretivas. E o mais importante é que os pontos abordados pelos usuários tornam-se pertinentes por sua proximidade com os valores e particulares desses usuários e de sua comunidade.

Neste quesito e recorrência maior incidiu sobre a qualidade e quantidade de material destinado para realização destas atividades. Outro aspecto que é mencionado pelos entrevistados é a inexistência de uniformes para os inscritos.

Uniformes, material pra gente e não acabar o projeto. (S. G. – participante das oficinas de caminhada e artesanato, no distrito de São Sebastião do Baixio, na zona rural do município de Periquito e mãe de um garoto, inscrito na modalidade de futsal).

Não faltar material para a gente jogar bola. (M. V. P. S. – participante da oficina de futebol na sede do município).

Nunca teve uniforme para a gente. Acho que isso é bom pra gente. Também o material sempre acabava. (M. A. P. – participante de um dos subnúcleos da zona rural).

Todos os eixos analisados, de alguma forma, dialogam entre si. A partir das reflexões aqui desenvolvidas foi possível sistematizar alguns pontos capazes de contribuir na continuidade e na consolidação de políticas públicas de esporte e de lazer e em especial, no PELC.

### **Considerações finais**

Estar inserido nesta proposta de política pública para o esporte e o lazer, desde o seu início, me instigou a desenvolver esta investigação que possibilitou novos olhares sobre este Programa – que até então não houvera sido submetido a uma análise de natureza similar. A pesquisa realizada aponta alguns pontos que merecem especial atenção acerca do PELC.

A comunidade adotada como amostragem, evidencia um distanciamento nítido entre a adesão ao Programa e o seu entendimento pleno sobre uma política pública de esporte e lazer. Este foi um dos aspectos mais complexos do estudo, visto que o motivo pelo qual as pessoas aderiram ao PELC pode estar cortinado, por exemplo, pela inexistência de qualquer prática anterior de lazer naquela comunidade e não pelo entendimento do esporte e do lazer como direitos. Pontos importantes como origem, objetivos, atores envolvidos e até mesmo, de que modo este Programa chegou não estão claros para seus usuários entrevistados. Daí posso afirmar um sentimento de não-pertencimento daquela comunidade em relação ao PELC. Neste sentido, se apresenta como

importante o desenvolvimento de um conjunto de estratégias de sensibilização dos usuários antes, durante e mesmo após a vigência do convênio, tornando-os mais bem informados em relação ao Programa.

Mesmo sem o pleno entendimento de aspectos importantes referentes ao Programa, os usuários entrevistados são quase que unânimes em reconhecer a importância desta natureza pelo Poder Público e suas contribuições para a comunidade. Este reconhecimento, no entanto, não inibe algumas fragilidades da estrutura do Programa, destacando-se sobremaneira, a insatisfação dos usuários com a descontinuidade das ações.

Neste ponto a alternativa talvez possa estar no caminhar dos municípios para a sua autonomia quanto a uma política local de esporte e lazer, tendo nas possibilidades de convênios, uma alternativa de complementação de suas ações.

Em um País como o Brasil, com um dos índices mais desiguais de distribuição de renda muitos são os reflexos sobre o cenário social, sobretudo, nas camadas menos favorecidas, que têm que lidar com o comprometimento do acesso a direitos sociais como educação, saúde, habitação, segurança, esporte, lazer e outros. Especialmente porque o Estado tem mostrado severas dificuldades de garantir ao cidadão brasileiro.

Transformar a sociedade atual não é um processo fácil, tampouco imediato. A construção de um novo modelo de sociedade brasileira passa obrigatoriamente pela construção de novos olhares e possibilidades de acesso aos direitos sociais – por parte de todos os seus cidadãos.

Além disso, é preciso considerar melhorias em outros setores estruturais do país, não delegando unicamente ao processo educacional presente no esporte e no lazer a missão de transformar essa sociedade de hoje, elitista, excludente, preconceituosa e que apresenta índices relacionais nada humanísticos. Todo esse quadro tem feito eclodir em velocidade frenética e até preocupante, um conjunto de ações resultantes da organização da sociedade civil, por intermédio das tidas organizações não-governamentais – ONGs. A pesquisa realizada nos indica que tão importante quanto a implementação sistemática de projetos sociais cujo objetivo sejam favorecer práticas esportivas e de lazer, é o desenvolvimento de uma rotina de monitoramento e avaliação das ações propostas. Esta rotina dará ao gestor uma visão observada do outro lado, a visão do participante. Daí a importância do envolvimento dos diversos atores, de todos os níveis e lugares, para que os subsídios coletados possuam uma representatividade significativa para os participantes e para os gestores, oferecendo contribuições importantes para a manutenção e melhorias contínuas dos projetos sociais.

## REFERÊNCIAS

GUALBERTO, Cláudio. Gestão do Projeto. In CARVALHO, Nelson Marcelino e FERREIRA, Marcelo Pereira de Almeida (Org.), **Brincar, Jogar, Viver**. Programa Esporte e Lazer da Cidade. Volume I. Ministério do Esporte. Brasília, DF, 2007.

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**: promulgada em 5 de outubro de 1998. 16 ed., Atual. e Ampl. São Paulo: Saraiva 1997. (Coleção Saraiva de Legislação).

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: 1986.

ISAYAMA, Hélder Ferreira; LINHALES, Meily Assbú (org.). **Sobre Lazer e Política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. 1ª ed. Belo Horizonte. MG. Editora UFMG, 2006.

LINHALES, Meily Assbú. Jogos da Política, Jogos do Esporte: Subsídios a reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. In CARVALHO, Nelson Marcelino. **Lazer e Esporte**: políticas públicas. 2ª ed. Campinas. SP: Autores Associados, 2001.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. **Lazer e Educação**. 10ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

MELO, Victor Andrade de e ALVES JUNIOR, Edmundo Drummond. **Introdução ao Lazer**: Barueri, SP, Manole, 2003.

MELO, Victor Andrade de. **Lazer e Minorias Sociais**. São Paulo: IBRASA, 2003.

## **A CONCEPÇÃO DE LAZER ENQUANTO INDICADOR DE AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DO PELC<sup>69</sup>**

*Keni Tatiana Vazzoler Areias, Carlos Nazareno Ferreira Borges,  
Lucas Rezende Cabral, Poliana de Castro Nery e Grece Teles Tonini<sup>70</sup>*

**RESUMO:** Esse texto é resultado de um estudo realizado na Universidade Federal do Espírito Santo e se constitui em uma tentativa inicial de entender e revelar a concepção que os gestores do Programa Esporte e Lazer da Cidade, no Município de Vitória – ES têm de Lazer. Pretende-se com isso promover uma reflexão acerca das possibilidades de uma Política Pública que proporcione aos cidadãos beneficiários a vivência de todas as interfaces do Lazer, com articulação entre os setores da administração pública para o alcance da eficiência, eficácia e efetividade social em sua plenitude. Para tanto, foi traçado um paralelo entre as diretrizes provenientes do Ministério do Esporte e as normativas executadas pela administração municipal de Vitória, baseadas em sua concepção de Estado, de Políticas Públicas e, principalmente de Lazer.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas. Lazer.

### **Introdução**

O trabalho apresentado diz respeito a uma temática bastante atual e que vem ocupando gradativamente espaço na mídia e na pauta dos gestores públicos do País, a saber, as Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Quando revisamos a literatura, encontramos em Marcellino (2003) que Políticas Públicas de Esporte e Lazer devem ser avaliadas em sua qualidade, em função de três aspectos: a concepção de Lazer dos gestores, a formação dos agentes e a intersetorialidade das ações. Em Belloni et al (2003), encontramos que a avaliação de Políticas Públicas, em geral, devem ser avaliadas em termos de sua eficiência, eficácia e efetividade social. Partindo desses pressupostos teóricos e outros que visam esclarecer conceitos referentes à Política, Políticas Públicas, e Políticas Públicas de Lazer, pensamos em destacar um dos aspectos apontados por Marcellino (2003) e avaliá-lo à luz das considerações de Belloni et al (2003): a concepção que os gestores têm acerca do Lazer e de como isso contribui ou não para eficiência, eficácia e efetividade social das Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Desta forma, apareceu-nos como desafio entender e revelar se a concepção de Lazer dos gestores e agentes sociais do Programa Esporte e Lazer da Cidade, no Município de Vitória – ES têm influência no alcance dos objetivos do Programa para a população atendida. Essa visão foi analisada a partir das diretrizes oferecidas pelo Ministério do Esporte, o que nos permitiu analisar se existe coerência entre as concepções de Lazer assumidas nessas duas esferas administrativas.

Visando destrinchar o conhecimento acerca do tema, reunimos a opinião de parcela importante dos autores que se dedicam a estudar a manifestação do Lazer pelos cidadãos enquanto indivíduos e enquanto coletividade, bem como a responsabilidade do Poder Público neste ato. No decorrer da pesquisa, percebemos que apesar de priorizarmos no estudo a concepção de Lazer dos gestores, os três elementos ressaltados por Marcellino (incluindo ainda a formação do quadro de profissionais e a intersetorialidade das ações), ambos interferem na manifestação do PELC. Contudo, percebemos que para a avaliação de uma Política Pública, existe um fator precedente aos critérios levantados por Marcellino (2001) e por Belloni et al (2003): o fato de que as ações do Estado estão inseridas em um contexto político, econômico e ideológico, não sendo isentas de sua interferência.

Sendo assim, segue uma breve explanação do referencial que norteou toda a pesquisa desenvolvida,

<sup>69</sup> O estudo em questão fez parte de um projeto de pesquisa intitulado “As Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Espírito Santo: Abordagem qualitativa e quantitativa” que foi apoiado pelo Ministério do Esporte, através da Rede CEDES.

<sup>70</sup> Todos os autores advêm da Universidade Federal do Espírito Santos

a metodologia utilizada e, por fim, as respostas que encontramos para nossas indagações.

### **Vamos falar de política...**

Para falar de Políticas Públicas, faz-se necessário um resgate, ainda que superficial, da etimologia da palavra política e os diversos significados que assumiu no decorrer da história. Política origina-se do grego *Polis* (cidade, Estado), servindo para designar a atividade humana que se refere à cidade, ao Estado e às coisas de interesse público. Para Aristóteles, a política seria uma continuação da ética, só que aplicada à vida pública (COTRIM, 2000).

Essa concepção é atacada por alguns que acreditam que a ética não acompanha a vida pública, chegando a serem elementos excludentes, pois numa sociedade dividida em classes não há universalidade de direitos. Acerca disso, Lessa (2002, p.104) nos diz:

“Entre a esquerda, de maneira geral, predomina a noção aristotélica: o homem como um animal político. A maior debilidade desta definição está em que iguala o que é ontologicamente distinto: a organização de uma sociedade de classes e a organização de uma sociedade sem classes. (...)faz da política uma dimensão universal do ser social, afirma também a universalidade do Estado e do Direito. E, por essa razão, sequer pode conceber a transição para uma sociedade comunista, isto é, uma nova forma de organização social incompatível com o Estado, com o Direito, com a propriedade privada e, portanto, com a política”

Segundo Weber (1982, p. 98), no contexto dessa sociedade, a política refere-se também à “participação no poder ou à luta para influir na distribuição do poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado”. O conceito weberiano de política traduz-se apenas na briga pela distribuição do poder na cidade do capital. Não há perspectiva e nem interesse em transformar essa realidade implementando novas formas de Governo e de modo de produção.

A partir daí, percebe-se a ligação intrínseca entre a política e o exercício do poder, que pode ser caracterizado como um processo pelo qual um grupo de pessoas, cujas opiniões ou interesses são divergentes, toma decisões coletivas que se tornam regras para todo o grupo.

Para a ciência política, existem três formas mais visíveis de poder: Poder econômico, que utiliza a posse de certos bens socialmente necessários para induzir aqueles que não os possuem a adotar determinados comportamentos; Poder ideológico, o qual utiliza a posse de certas idéias, valores, doutrinas para influenciar a conduta alheia, induzindo as pessoas a determinados modos de pensar e agir; e o Poder político, que utiliza-se da posse dos meios de coerção social que também pode ser a força física considerada legal ou autorizada pelo direito vigente na sociedade. De forma sucinta, pode-se dizer que “O que tem em comum entre essas três formas de poder é que elas contribuem conjuntamente para instituir e manter sociedades de desiguais divididas (...) em superiores e inferiores.” (BOBBIO 1987, p. 83).

Muitos analistas relacionam a definição de política à ação do Estado. O Estado Moderno (sujeito ativo) nasce da institucionalização do poder exercido sobre os cidadãos (sujeitos passivos) e se estabelece numa sociedade dividida em classes. Nessa sociedade, a classe que possuir maior poder financeiro, ideológico ou político, proporá as normas sociais.

Rousseau (1997), como um dos principais representantes do pensamento liberal, explica a formação do Estado a partir da necessidade de se garantir o direito à propriedade privada. A necessidade de possuir bens, segundo este autor, foi gerada a partir do momento em que o homem, tendo uma vida simples e com necessidades limitadas, utilizou-se do seu tempo livre para obter inúmeras espécies de comodidades, das quais acabou se tornando refém. As necessidades geradas se tornaram tão onerosas quanto às posses, causando graves conflitos entre os homens, o que tornou fácil a proliferação do discurso de que era preciso que todos se unissem em torno de um objetivo comum, ou seja, “defender os fracos da opressão, conter os ambiciosos e assegurar a cada um a posse daquilo que pertence” (ROUSSEAU, 1997, p. 100).

Para o pensamento marxista, o Estado, desde sua concepção, tem servido a interesses de determinada classe social. Ele não age como um simples mediador das lutas de classes no intuito de manter o equilíbrio das forças contrárias, mas como uma força que interfere nessa luta de modo parcial. Assim, a função do Estado acaba sendo garantir o domínio de classe, defendendo os interesses e objetivos da classe dominante e sua intervenção se daria por meio das “Políticas Públicas”.

Nesse contexto, as Políticas Públicas aparecem como toda atividade política que tem como

objetivo específico assegurar, mediante a intervenção do Estado, o funcionamento harmonioso da sociedade, suplantando conflitos e garantindo a manutenção do sistema vigente. Analisando a questão sob esse prisma, qual seria o real sentido e o verdadeiro papel das políticas de Lazer para a população em geral? É uma pergunta pertinente e com uma resposta nada fácil.

### **Um breve histórico do Lazer**

O Sistema de regulação do Estado Social, baseado no suposto pacto entre capital e trabalho e que garantiu entre as décadas de 50 e 70 na Europa e Estados Unidos, um estado mínimo ou satisfatório de bem-estar social não chegou a ser uma realidade na América Latina. No entanto, algumas experiências na América latina guardam semelhanças com o *welfare state*, com apoio à economia local e protecionismo da economia Nacional (TORRES apud MASCARENHAS, 2007).

Espelhando-se nos países centrais, as políticas de bem-estar eram difundidas na perspectiva de melhoria das condições de vida dos países subdesenvolvidos, que por sua vez, legitimaram a hegemonia norte-americana no pós-2ª guerra. A própria Guerra Fria impulsionou os empresários a irem além da simples oferta de empregos, salários e qualificação profissional. As necessidades de Lazer fizeram-se presentes em pauta patronal, pois era indispensável vencer a luta ideológica contra o socialismo e demonstrar a superioridade do capitalismo (VERONEZ e LIÃO JUNIOR Apud MASCARENHAS, 2007). Assim, por influências globais, algumas ações no Brasil ganharam destaque, por alterarem significativamente o modo de lidar com o Lazer. A primeira é a criação do Sistema “S” (SESI e SESC, SENAI e SENAC), em 1946.

Embora possuindo o estatuto jurídico de entidades de direito privadas, o Estado não se manteve distante do SESI e SESC, pelo contrário, se utilizava da estrutura para alcançar as regiões periféricas do País no intuito de “valer-se do Lazer como elemento compensatório para as condições de deterioração das condições de vida, decorrentes do desenvolvimento urbano-industrial.” (MASCARENHAS, 2007, p.22). Na atuação do SESC e SESI, os conflitos eram sublimados em favor do espírito comunitário que se ambicionava criar.

Outra iniciativa de grande importância foi a criação do Esporte para Todos (EPT), que procurava dinamizar a prática de Esporte de modo informal e massivo, criando um espírito esportivo e competitivo, compatíveis com o aumento da produtividade e com o desenvolvimento industrial. Assim, as práticas esportivas e de Lazer representavam um importante instrumento de manutenção da paz social, bem como, um meio de forjar novos hábitos de consumo para o mercado.

Desde a elaboração da carta de intenções representada pela Constituição Brasileira de 1988, o Esporte e o Lazer surgem como parte integrante do rol de responsabilidades de qualquer grupo político que assumia a gestão de um Município, Estado ou da União. As áreas sociais consideradas por grande parcela da população como prioritárias, tais como a saúde, a educação, os serviços sociais, são focos de Políticas Públicas que visam dar respostas imediatas quanto à aplicação dos recursos provenientes dos impostos pagos por cada cidadão. No que se refere ao Esporte e ao Lazer, além dos projetos serem menos abundantes, geralmente estão secundarizados em grau de importância frente às outras áreas citadas anteriormente, sendo utilizados como meios para alcançarem as demandas suscitadas por elas. Mas, em que o Esporte e o Lazer se diferem dos outros direitos sociais, se estão respaldados pela mesma Lei?

Uma das possíveis respostas é apontada por Marcellino (2001), que apresenta o preconceito existente quanto à prática do Lazer, por este estar relacionado ao ócio e não ao período produtivo tão valorizado na sociedade de modo de produção capitalista. Marcellino (2001) contribui ainda com a análise de que a despeito deste preconceito, existem três aspectos imprescindíveis para a execução de uma Política Pública para o Lazer de um modo mais eficiente: a concepção que se tem acerca do Lazer; a formação do quadro de profissionais; a intersetorialidade das ações.

Quanto ao primeiro aspecto, ou seja, às possíveis concepções acerca da utilização do tempo livre para a prática do Lazer, cabe a contribuição de Dumazedier que atenta para a existência de um Lazer que ultrapassa os aspectos de descanso (recuperação para o trabalho) e entretenimento e passa a ocupar um espaço específico de direito social (MASCARENHAS, 2003). Nesse sentido, a prática do Lazer passaria a ser decomposta em três pilares: divertimento (entretenimento), descanso e desenvolvimento pessoal, o que se tornou conhecido como os 3 D's de Dumazedier.

Nos limites das abordagens conceituais acima descritas e do momento político global, em 1990, no Brasil, as políticas neoliberais ganham força. O modelo estatizante-intervencionista passa a dar lugar ao modelo modernizador-privatizante do Estado Mínimo. O recuo do poder público no lidar

com a economia e as políticas sociais, abre caminho para um mercado totalmente livre de interferência, ampliando seus domínios sobre o conjunto de vida social. (MASCARENHAS, 2007). O direito de propriedade e os direitos do consumidor sobrepõem-se aos direitos sociais e o Lazer torna-se acessível apenas para uma minoria, apresentando-se como um tipo muito específico de propriedade. Mascarenhas (2007, p.34) alerta quanto ao perigo do discurso sobre o Lazer, pois este “se constitui de fato um direito social apenas quando a existência de um conjunto de instituições públicas consegue assegurar sua realização e concretude, o que nos remete à idéia de uma conquista permanente.”

É pertinente lembrar que, como nos alerta Gaelzer (1979) o aumento do “tempo livre” conquistado a partir da luta pela regulamentação das horas de trabalho, não se traduz espontaneamente em aumento da prática do Lazer. Padilha (2000) considera que o capitalismo como um sistema fundamentalmente totalitário rege as vinte e quatro horas por dia da vida do trabalhador. Enquanto os neoliberais apresentam em discurso o ócio como libertação, na prática tomam o ócio como um dos mecanismos de reforço da exploração, assumindo de maneira dissimulada o controle sobre o tempo alheio.

São inúmeras possibilidades de instrumentalização do Lazer objetivando atender a interesses específicos, e, em conseqüência disso, deve-se tomar muito cuidado para não tornar essa prática numa simples fuga, alienação ou objeto de consumo. Marcelinno (2002) nos leva a refletir que o Lazer como “assimilador de tensões” teria a função de desviar a atenção dos problemas sociais e pessoais, ou da exploração de muitos por poucos, tensões essas que podem trazer a perturbação da paz social. Na perspectiva de Cavalcanti apud Marcelinno (2002, p. 16), nesse tipo de concepção “o Lazer seria uma construção ideológica, sob a qual o anti-Lazer<sup>71</sup> se aproveita para penetrar mais eficazmente no modo de vida das pessoas”. Dessa forma, o Lazer manteria a população perfeitamente integrada na sociedade industrial e urbana, tornando-se assim um instrumento de dominação.

Por outro lado, no âmbito acadêmico, o Lazer tem incorporado também um significado bem diferente do descrito acima. Segundo Mascarenhas (2003), é bastante difundida entre os estudiosos do campo a perspectiva de um Lazer plenamente vinculado à educação, que proporcione o desenvolvimento pessoal de seus praticantes, tornando este momento um tempo de criação e recriação da cultura, favorecendo a organização dos grupos populares para a resistência contra o sistema econômico opressor e a construção de normas e valores para o convívio entre os homens. Mello (1999) afirma ser lamentável o fato de que, apesar da vasta produção do conhecimento acerca do Lazer, este não tem se articulado eficazmente com a intervenção.

### **Programa Esporte e Lazer da Cidade – O Lazer em foco.**

Para tratar dessas questões específicas e garantir à população em geral, o direito ao Esporte e ao Lazer, diversas Políticas Públicas vêm sendo implementadas em todo o Brasil. Destaco, neste estudo, o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) do Ministério do Esporte.

Em síntese, o objetivo constante no documento oficial do site do Governo Federal é suprir a carência de Políticas Públicas e sociais que atendam às crescentes necessidades e demandas da população por Esporte recreativo e Lazer, sobretudo daquelas em situação de vulnerabilidade social e econômica, reforçadoras das condições de injustiça e exclusão social a que estão submetidas. Como se pode perceber, na sua concepção, essa política traz uma visão bem separada de Esporte e de Lazer, sendo ainda o Esporte caracterizado como recreativo e não o competitivo tão alardeado pela mídia.

Considerando as premissas já discutidas, torna-se clara a complexidade de abranger todos os aspectos que permeiam a execução de uma política para o Lazer. Sendo assim, a partir da realidade vivenciada nos núcleos de uma cidade específica, propusemo-nos a investigar mais profundamente um dos três aspectos apresentados como fundamentais para que a execução do PELC ocorra de modo adequado e satisfatório para a população beneficiária: a concepção de Lazer que orienta as ações dos gestores e administradores do PELC, no Município de Vitória-ES. Para obter tal informação, duas questões se levantam: O que expressa a fala e os documentos originados pelos gestores acerca de sua concepção do Lazer? E, ainda, quais as relações entre essa concepção e as ações desenvolvidas na prática?

Objetivando, em linhas gerais, identificar, descrever e analisar a concepção e as práticas de

<sup>71</sup> Atividade que é compreendida como meio e não como fim em si mesmo e que acontece a partir de necessidades geradas de fora para dentro, especialmente pelo mercado de consumo, acarretando considerável ansiedade, alto grau de preocupação com o tempo, com um mínimo de autonomia pessoal e que impede a auto-realização e autenticidade (CAVALCANTI, 1984, p. 67).

Lazer dos atores supracitados utilizamos algumas estratégias. Num primeiro momento, por tratar-se de uma pesquisa acadêmico-científica, foi necessária uma breve revisão de literatura acerca dos conceitos e das Políticas Públicas voltadas ao Esporte e ao Lazer. Após, analisamos os documentos emitidos pelo Ministério do Esporte no que se refere à implementação do PELC e os documentos emitidos pelos gestores e administradores do Programa em Vitória, com vistas a compreender a concepção que eles têm acerca do Lazer, bem como conhecer as orientações transmitidas quanto à execução das atividades pelos agentes de Lazer que atuam nos núcleos.

Realizamos entrevistas com o gestor responsável pelo Esporte no Município de Vitória, com o Coordenador do PELC no Município e com os agentes<sup>72</sup> responsáveis por 05 (cinco) dos 8 (oito) núcleos existentes em Vitória. Foram utilizados dois roteiros de entrevistas semi-estruturados distintos para gestores e agentes. Esta etapa foi realizada no local de trabalho de cada um, permitindo-nos identificar a relação entre o discurso falado, escrito e o que é executado na prática. As falas dos atores não serão transcritas neste texto, mas podem ser encontradas integralmente em Areias (2008).

A apresentação dos dados coletados e as análises feitas a partir destes foram realizadas de maneira qualitativa, conforme propõe Gil (2000). Os dados documentais foram analisados a partir do seu próprio conteúdo. As entrevistas foram analisadas através de categorias de análise, e compreendidas por uma análise de conteúdo (SOURIOUX & LERAT, 2002).

### **O que nos foi dito para além das palavras?**

Durante todo o processo que envolveu desde a formulação até a execução da pesquisa, buscamos pautar nosso entendimento nas produções acadêmicas acerca do Lazer. Isso nos permitiu delinear de modo bastante coerente aquilo que pretendíamos descobrir ao formular nosso “problema”. Ancorados na perspectiva de encontrar na manifestação de uma Política Pública de Esporte e Lazer, neste caso o PELC, as iniciativas necessárias para sua execução eficiente, eficaz e que traga efetividade social (BELLONI et al., 2003), vislumbramos mais uma vez as dificuldades que se levantam contra qualquer ação que visa beneficiar a população que mais depende da intervenção do poder público.

De modo geral, identificamos que os aspectos ressaltados para a boa execução de uma Política Pública de Lazer, ou seja, a formação do quadro de profissionais, a concepção que os agentes têm do Lazer e a intersetorialidade das ações destacados por Marcelino (2002) são de fato imprescindíveis para tal alcance. Como manifestação clara de tal conclusão, podemos citar que nos Núcleos em que os agentes sociais receberam a formação proporcionada pelo Programa, a concepção de Lazer era também mais próxima daquela presente no referencial teórico utilizado pelo PELC e as ações possuíam maior alcance no que se refere ao envolvimento da comunidade.

Quanto a análise dos discursos, além do conceito chave que permeia todo o trabalho, buscávamos também perceber outras categorias e conceitos que se relacionam diretamente ao entendimento de Lazer. Sendo assim, a análise das entrevistas foi pautada na tentativa de perceber nas entrelinhas do discurso os conceitos de Estado, Política Pública e de Lazer de cada gestor e agente social entrevistado.

No que se refere à primeira categoria, ou seja, o conceito de Estado implícito nos discursos, recorreremos aos documentos disponibilizados pela Prefeitura de Vitória para compreender que em suas palavras é caracterizada a existência de um Estado dividido entre grupos (ou classes) desiguais, pois o foco do programa demonstra ser as pessoas em “estado de vulnerabilidade social” em detrimento daquelas que não estão. No nosso entendimento, apenas isso já evidencia o reconhecimento da heterogeneidade da população, o que aparece também nas outras entrevistas, com os coordenadores dos núcleos.

Identificamos durante a pesquisa, a visão de Política Pública como sendo a ação intencional do Estado na tentativa de intervir em dada realidade. No caso do Lazer, essa ação pode acontecer no sentido de oportunizar vivências à população ou de fomentar e incentivar suas práticas. Contudo, quando o gestor ressalta o papel do cidadão como executor e promotor de seu Lazer, leva à reflexão feita anteriormente de que o Estado vem gradativamente abrindo mão de seu papel de interventor, gerando espaço para o setor privado se estabelecer de modo a condicionar a prática do Lazer ao poder aquisitivo, excluindo ainda mais os já “marginalizados” pelo sistema político, econômico e ideológico, ou seja, o

<sup>72</sup> O termo “agente” foi utilizado neste trabalho para designar especificamente os professores/coordenadores que atuam diretamente nos núcleos, ministrando as atividades. Contudo, para o PELC, todo ator envolvido com a implementação deste projeto, desde a gestão, administração ou aplicação dos conteúdos recebe a denominação de agentes sociais de Esporte e Lazer. Esse conceito é exclusivo do PELC, não se aplicando aos outros projetos do Ministério do Esporte.

Capitalismo. (MASCARENHAS, 2007).

No caso específico do objeto de estudo, ou seja, a concepção de Lazer, percebemos que na maioria dos casos não existe grande discrepância quando comparados ao conceito presente nos documentos do PELC, sobretudo por parte dos gestores e nos núcleos cujos coordenadores passaram pelo processo de formação previsto para os agentes sociais de Lazer do PELC.

Contudo, a concepção compartilhada a respeito do que é Lazer e do modo como este se manifesta demonstrou não ser o único fator preponderante para a coerência das ações com os objetivos. Outros elementos pontuais aparecem de forma bem clara, tais como a ausência de recursos, que acarreta numa estrutura física debilitada e na falta de materiais, gerando prejuízos aos praticantes. Da mesma forma, o quantitativo de agentes (estagiários) disponibilizados para os núcleos não estão de acordo com a proposta e tem se demonstrado insuficiente para a realização integral do trabalho. Esses exemplos demonstram que diversos fatores se associam para que os objetivos não sejam alcançados. Contudo, estes elementos demonstram ser consequência e não a causa do “não êxito” do projeto.

Nas visitas aos núcleos, percebemos que apesar de parecer que alguns obtêm certo impacto perante a comunidade (apesar de não haver dados empíricos a esse respeito), ainda se encontram longe de alcançar grande parte dos objetivos propostos pelo PELC. A própria percepção de alguns agentes a respeito de suas práticas parece negligente, na medida em que não operacionalizam o entendimento de que o Lazer a ser alcançado não é a pura recreação ou ocupação do tempo. No discurso formal, avaliam que este projeto possibilita a transformação social por meio do Lazer, mas nas entrelinhas do discurso e nas atitudes, percebe-se que a transformação se dá apenas de modo paliativo, não havendo nenhuma garantia de que vai se preservar.

Notou-se ainda que, a ausência da intersectorialidade das ações causa um efeito bastante devastador na população que depende da ação do poder público. Se por um lado, o aumento das políticas sociais provoca um estímulo para o indivíduo beneficiado, esse estímulo nunca é suficiente para dar conta de todas as demandas. Isso acarreta numa progressiva degradação das Políticas Públicas, que acabam denominadas de assistencialistas pelos críticos. Isso acontece também porque os projetos prevêm em seus objetivos elementos que necessariamente dependem de uma atuação conjunta de toda a estrutura administrativa.

Mesmo nos ambientes em que é reconhecida a importância da intersectorialidade, percebe-se que a dificuldade de operacionalizá-la tem superado o desejo de vê-la acontecer. Não consideramos que isso seja fruto somente de gestores despreparados ou que não têm vontade política, pelo contrário, muitos atores dispostos a realizar algo diferente se esbarram na burocracia e nos modelos políticos cristalizados.

Neste ponto, retomamos a idéia de que o Estado da maneira como se apresenta organizado na sociedade capitalista, não existe para contribuir na transformação social, mas sim para manter a ordem estabelecida e o domínio de classes (MARX e ENGELS apud COTRIM, 2000). Assim, consideramos que um elemento precede e causa a ausência da intersectorialidade das ações, ou seja, o modelo sobre o qual o Poder Público emerge e acaba por reforçar o modelo político, econômico e ideológico que rege todas as ações do Estado Capitalista.

Isso se evidencia quando se categoriza e analisa separadamente os conceitos de Estado, Política Pública, e Lazer. Ao reunir os três conceitos, parece haver uma incoerência na percepção desses elementos, pois se por um lado o Lazer é visto como elemento de transformação, por outro o Estado e a Política Pública permanecem como elementos de manutenção do equilíbrio social (a homeostase não induz a mudança).

Tratar de modo conjunto as ações para privilegiar a classe trabalhadora, seria ir de encontro aos objetivos do próprio capitalismo, e o Estado joga o jogo do capitalismo para o qual a produção e o lucro vêm sempre em primeiro lugar. A posição ideológica demarca fortemente a idéia de que quanto mais riqueza produzida, menor será a miséria do povo, contudo, o que se vê é o processo inverso já que a desigualdade social é crescente nesse contexto. Seria utopia imaginar que a classe dominante assistira incólume o levante das massas ou veria sua riqueza sendo distribuída ao “povo”.

Enquanto o trabalhador briga pela comida, pelo remédio, pelo esgoto em sua rua, pela energia em sua casa, pelo fim de semana de futebol, não tem tempo pra pensar sobre as causas de sua condição e, muito menos, brigar pela transformação deste modelo econômico, político e ideológico perverso que faz do capital a essência de toda a sociedade. Visando essa escravidão mental e, em determinados momentos, física, o poder ideológico do Estado se utiliza de todos os recursos que têm à sua disposição.



A realidade política local nos permite traçar um paralelo com o que foi assumido acima, ratificando que isso não tem necessariamente a ver com os representantes transitórios do poder, mas sim com a estrutura em si. A não ser que o “representante do povo” queira romper com esse modelo e encontre (ou promova) um campo fecundo para tal, não vislumbramos a possibilidade de realização de políticas intersetoriais que de fato contribuam para transformações significativas na sociedade, sendo mais provável que surjam como ações paliativas que mantenham a ordem social mínima, sublimando possíveis conflitos. Essa idéia aparece bem clara no documento que os gestores de Vitória produziram acerca do PELC, ressaltando seus objetivos:

“Este Projeto ainda pretende promover (...)a valorização da pessoa e a manifestação da solidariedade. Com a valorização da pessoa e o atendimento das expectativas educativas que o Lazer proporciona, outras ações preventivas poderiam ocorrer a partir destas, ampliando as oportunidades **de ocupação saudável do tempo, com diminuição gradativa do tempo ocioso que muitas vezes alimenta o crime, a prostituição, a marginalidade e o consumo de drogas**, até entre crianças, adolescentes e jovens.” (grifo nosso)

Não é muito difícil perceber que, o discurso da cidadania, inclusão, solidariedade está impregnado de uma funcionalidade perversa que aparece logo abaixo: a ocupação “saudável” do tempo para a diminuição do tempo ocioso. Depois de toda a discussão apresentada anteriormente voltamos a refletir: a quem estes projetos acabam beneficiando de fato: a população atendida diretamente nos núcleos ou aquela que se vê livre dos “marginais em potencial” que poderiam estar ameaçando suas vidas? A quem este Estado serve e sempre serviu?

É preciso ponderar, que não podemos mensurar precisamente os benefícios diretos para cada criança, adolescente, adulto ou idoso atendido nos núcleos. De semelhante modo, não podemos responsabilizar indivíduos isolados por essa realidade. Contudo, não é viável o êxito de um Programa como o PELC que tem em seu objetivo a promoção de um Lazer como veículo de transformação social, se toda a lógica do Estado caminha na contramão disso. Enquanto nas outras áreas se presencia a falta de investimento em condições mínimas para a sobrevivência humana e políticas predominantemente assistencialistas, vemos como um contra-senso o Lazer, tal como produto desta cultura, promover de modo homogêneo a todos o efeito inverso.

### **Considerações Finais**

Referendados pela construção teórica que guiou o projeto, bem como na pesquisa de campo realizada, identificamos a existência de um elemento que precede as considerações de Marcelinno acerca dos aspectos determinantes para o êxito de uma Política Pública de Esporte e Lazer: o fato de que as ações do Estado estão inseridas em um contexto político, econômico e ideológico, não sendo isentas de sua interferência. Nesse sentido, cabe acrescentar a contribuição de Lessa (2002) quando diz que nenhum projeto público de Esportes e Lazer pode pretender a superação da cidade capitalista por meio da efetivação de valores éticos diferenciados devido ao fato de que esta efetivação é ontologicamente impossível sem a própria superação do capital.

Permanecemos acreditando que o Estado tem o dever de trabalhar para que a manifestação do Lazer seja uma possibilidade real nas comunidades. Contudo, ratificamos que a solução apenas pode ser alcançada se a idéia de transformação da condição de vida das pessoas passar primeiramente pela transformação da estrutura sobre a qual essas pessoas condicionam suas vidas e por ela são condicionadas.

### **REFERÊNCIAS**

AREIAS, K. T. V. **Programa Esporte e Lazer da Cidade no Município de Vitória-Es**: uma breve análise a partir da Concepção de Lazer dos Gestores (Monografia). Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.

BELLONI, I.; MAGALHÃES, H.; SOUZA, L. C. **Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas**; Tradução de Floriano de Souza Fernandes. São Paulo: Cortez, 2003.

BOBBIO, N. **Estado, Governo, Sociedade**: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

- BRASIL. Constituição **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- CASTELLANI, L. (org). **Gestão Pública e Política de Lazer: a formação de agentes sociais**. Campinas: Autores associados, 2007.
- CAVALCANTI, K. B. **A Problemática Filosófica do Lazer**. Universidade Federal de Campinas, 1984.
- COTRIM, G. **Fundamentos da Filosofia**. História e Grandes Temas. São Paulo: Saraiva, 2000;
- FALCÃO, J. L. C.; SARAIVA, M. C. (org.). **Esporte e Lazer na Cidade, volume 1: práticas corporais re-significadas**. Florianópolis: Lagoa Editora, 2007.
- GAELZER, L. **Lazer: benção ou maldição?** Porto Alegre, Sulina, 1979.
- GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002.
- LESSA S. **Marxismo e ética**. Revista Crítica Marxista nº 14. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 104).
- MARCELLINO, N. C. (organizador). **Lazer e Esporte: Políticas Públicas**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2001.
- MARCELLINO, N. C. **Estudos do Lazer: Uma Introdução**. 3 Ed. Campinas: Autores Associados, 2002.
- MASCARENHAS, F. **Lazer como prática de Liberdade**. Goiânia: UFG, 2003.
- MASCARENHAS in CASTELLANI, L. (org). **Outro Lazer é possível! Desafio para o Programa Esporte e Lazer da Cidade. Gestão Pública e Política de Lazer: a formação de agentes sociais**. Campinas-SP: Autores associados, 2007.
- MELO, V. A. de; ALVES JÚNIOR, E. de D. **Introdução ao Lazer**. Barueri-SP: Manole, 2003.
- MINISTÉRIO DO ESPORTE, GOVERNO FEDERAL. **Orientações acerca da implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade**. Brasília, 2007. Disponível em: [http://portal.Esporte.gov.br/sndel/Esporte\\_Lazer/projeto\\_social/orientacoes.jsp](http://portal.Esporte.gov.br/sndel/Esporte_Lazer/projeto_social/orientacoes.jsp). Acesso em 20 de janeiro de 2009.
- PADILHA, V. **Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito**. Campinas, SP, Alíneas, 2000.
- ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens: Discurso sobre as ciências e as artes**. Volume II. Tradução de Lourdes Santos Machado. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1997.
- SOURIOUX, J. L.; LERAT, P. **Análise de texto: método geral e aplicações no direito**. Tradução: Joana Canêdo. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

# REPRESENTAÇÕES DE ESPORTE/LAZER EM PROJETOS SOCIAIS: UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA SEGUNDO TEMPO EM VITÓRIA - ES

*Carlos Nazareno Ferreira Borges<sup>73</sup>*

*Lucas Rezende Cabral<sup>74</sup>*

*Samuel Coelho da Silva<sup>75</sup>*

**RESUMO:** O presente texto tem como intenção discutir a concepção de esporte que vem sendo apropriado pelos agentes envolvidos no Programa Segundo Tempo (PST) do município de Vitória - ES. Para além da concepção identificada, os dados apontam que o PST, mesmo sendo um programa de Esporte educacional, também pode exercer a função de um programa de lazer, pois no levantamento foi identificada a manifestação do Esporte participação que nas descrições apareceram em quantidade significativa. A existência da perspectiva do esporte recreativo/participação enquanto uma das categorias do lazer indicou duas dimensões do Lazer para nossa compreensão: uma está ligada a de vivência de um tempo livre/lúdico potencialmente educativo, e a outra ligada à funcionalidade do esporte recreativo vivenciado no interior do Programa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas. Esporte. Lazer.

## **Introdução**

Pretendemos com esse texto discutir algumas reflexões surgidas como resultado de um estudo que foi realizado na Universidade Federal do Espírito Santo. A discussão aqui proposta refere-se as de Políticas Públicas de interface entre a Educação, o Esporte e o Lazer. No caso específico, foi tomado o Programa Segundo Tempo (PST), do Governo Federal, também implementado no município de Vitória-ES.

A pretensão é de lançar um olhar crítico sobre a prática dos profissionais envolvidos com o PST no município de Vitória – ES, através do entendimento de qual é a apropriação de Esporte pelos agentes da ponta do PST. O Programa é realizado como um sendo de Esporte Educacional, mas , em função de seus objetivos, estivemos questionando suas possibilidades de educação para o Lazer. Nossas reflexões referem-se a três questões entendidas como importantes para o êxito ou fracasso do Programa: 1 – Qual a representação que os professores e os estagiários possuem a respeito do PST? 2 – Os professores e os estagiários operacionalizam os objetivos propostos pelo PST em suas intervenções? 3 – Quais são as aproximações e os distanciamentos entre a atuação e o discurso dos professores e dos estagiários no contexto do PST?

Como veremos adiante, os resultados encontrados apontaram para a prática de uma concepção que entende o esporte enquanto mecanismo que vise a participação dos indivíduos, um esporte recreativo e participativo, que é uma das categorias do Lazer.

O itinerário metodológico consistiu em uma pesquisa descritiva com delineamento de estudo de campo como proposto por Gil (2002). Os instrumentos utilizados para a coleta de dados consistiram em: observação de dois núcleos do PST (Praia Tênis Clube e Clube de Regatas Álvares Cabral) compreendidas em oito visitas e de aplicação de questionários a 23 professores e 29 estagiários do Programa.

A pesquisa se justifica pelo fato de encontrarmos um crescimento acentuado do número de projetos (governamentais ou não) na capital do ES. Nesse sentido, um estudo focado nesse tipo de iniciativa tem a possibilidade de favorecer aos profissionais e acadêmicos de Educação Física que atuam em projetos sociais, a provocação de reflexões acerca de sua prática pedagógica de intervenção.

Tendo como intenção iniciar uma discussão, ainda que tímida, sobre a concepção de esporte educacional, esporte de rendimento e esporte recreativo/lazer que vem sendo apropriada pelos agentes envolvidos com a prática pedagógica no PST, o presente texto busca primeiro realizar uma breve análise sobre o surgimento dos projetos sociais no Brasil, sobre as concepções existentes a respeito do esporte e o espaço ocupado por este nos projetos sociais. A seguir, busca-se fomentar uma reflexão a respeito dos objetivos do PST e a prática pedagógica dos profissionais de Educação Física envolvidos com o Programa. Posteriormente, apresenta-se a metodologia utilizada para se atingir aos objetivos proposto e, por fim, buscou-se discutir o PST na ótica dos professores e dos estagiários de Educação Física que nele

<sup>73</sup> Universidade Federal do Espírito Santo

<sup>74</sup> Universidade Federal do Espírito Santo

<sup>75</sup> CESPCEO / UFES

atuam e qual a concepção de esporte foi apropriada por estes.

### **O contexto em que os projetos sociais se enquadram no Brasil.**

Nos últimos anos, o Brasil tem passado por uma importante transformação na distribuição de renda. A desigualdade social que, para Barros *et al* (2001), apresenta-se como principal determinante da pobreza, vem sofrendo um considerável declínio e segundo os índices mais usados, a desigualdade é a menor dos últimos trinta anos, conforme os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Apesar da boa notícia, o Brasil ainda se mantém como um dos campeões mundiais no *ranking* da alta desigualdade. Estas desigualdades, que apesar de apresentar uma considerável queda ainda lesa uma maioria esmagadora de brasileiros, agrava ainda mais as adversidades pelas quais grande parcela da população brasileira está submetida: problemas na saúde, educação, segurança, saneamento básico, lazer, dentre outros.

Estes problemas nos direitos básicos que o Estado tem o papel de assegurar têm recebido seus respectivos investimentos. Entretanto, essas políticas criadas pelo governo têm recebido algumas críticas. No lugar de investimentos em áreas mais necessitadas como na saúde pública ou no próprio sistema educacional, visando a melhoria de algumas áreas que necessitam urgentemente de atenção por parte do governo brasileiro, os investimentos não têm sido aplicados em áreas onde poderia haver um maior aproveitamento. O governo tem buscado alguns caminhos, nas políticas públicas implementadas, que não conseguem apresentar uma solução efetiva aos problemas que essas políticas buscam solucionar. Diversos seriam os exemplos como programas de auxílio gás, auxílio moradia e auxílio escola, mas o foco da pesquisa centra-se na implementação dos programas e dos projetos sociais, no quais se pretende atingir fins de complementação da educação.

Surgem então, com estes investimentos, os projetos sociais lançados pelo governo em busca de “solucionar” o problema e as conseqüências advindas das desigualdades apresentadas no Brasil durante toda a história e principalmente nos últimos 30 anos, além da falta de uma política pública de qualidade. Os projetos funcionam como respostas paliativas aos problemas advindos de certa falta de competência por parte do governo. São mecanismos de controle da pobreza numa tentativa de combater a violência através de um assistencialismo, tornando difícil a tarefa de encontrar saídas eficientes e modificar a realidade. Existe no Brasil um vasto número de programas de cunho social que têm a finalidade de combater os problemas da desigualdade e da pobreza via educação. O governo brasileiro por sua vez, tem apresentado alguns projetos sociais que são políticas públicas, tendo por objetivo suprir necessidades básicas dos cidadãos, necessidades estas que se constituem como direitos assegurados na Constituição Federal. Dentre tais programas e projetos sociais, há os que funcionam essencialmente no campo esportivo.

Quando falamos em políticas públicas devemos remeter a uma visão bem abrangente que tem sentido com a idéia de um conjunto de ações articuladas com recursos próprios e nesse caso podemos citar os financeiros e humanos, que envolvem uma duração/tempo e alguma capacidade de impacto. Sendo assim, ela não pode ser reduzida a uma simples implementação de serviços, visto que engloba projetos de natureza ético-política e compreende uma complexidade de níveis de relações entre Estado e Sociedade na sua constituição. Nesse sentido, essa política pública deve emergir no campo de conflitos entre os atores que disputam orientações na esfera pública e os recursos direcionados a sua implementação. Podemos afirmar então que o que define uma política pública é a presença do aparelho público estatal na sua definição, implementação e na avaliação, assegurando o seu caráter público, não sendo reduzido única e exclusivamente ao poder público constituído, mais podendo haver também uma parceria no intuito de aprimorar as suas ações. E este Estado é entendido por nós como poder público constituído que para atingir seus objetivos deve ser o regulador/implementador das ações entre ele e os usuários, que tenha como fim maior garantir aos cidadãos os seus direitos sociais e o cumprimento da Constituição.

Antes de continuar, é preciso esclarecer que não se pretende aqui desqualificar os projetos e programas sociais esportivos, muito menos minimizar seu importante papel na vida dos jovens. Estamos apenas tomando alguns pressupostos ainda não discutidos e que deram origem a presente intenção de pesquisa a ser desenvolvida. Não se pode negar a possibilidade educativa do esporte, porém é inegável o aspecto mercadológico que ele também possui. Com isso, tem-se deixado de lado boa parte do trabalho educativo e tem-se focado no esporte de rendimento, e então a prática corporal tem sido substituída pelo

esporte de rendimento<sup>76</sup>, ou mesmo por práticas recreativas sem dimensão do aspecto de desenvolvimento pessoal, sobre o que falaremos adiante.

Diante do exposto, e após uma análise dos projetos sociais, sobretudo aqueles nos quais mantivemos contato, pudemos notar que o esporte é um dos conteúdos mais abordados pelos profissionais de Educação Física, para tanto ao identificarmos quais objetivos esse conteúdo visa atingir, encontramos que a socialização de crianças, a inclusão social e a promoção de cidadania têm aparecido como fatores recorrentes.

Nesse sentido, dada à importância que o esporte ocupa nos projetos é necessário considerar sua aproximação com as discussões que envolvem temáticas da vida em sociedade. Em vista disso, para situar o esporte na sociedade e em projetos sociais, dialogamos com Dória e Tubino (2006), os quais defendem o esporte como um instrumento fundamental no processo de formação integral do futuro cidadão<sup>77</sup>, mas, chamam a atenção quanto à necessidade de respeitar as experiências individuais das crianças e democratizar o acesso aos espaços esportivos: Além disso, deve-se valorizá-lo como complementar à política de saúde preventiva, para a partir daí resgatar e fomentar uma cultura esportiva<sup>78</sup>.

Segundo Stigger (2005), inúmeros autores<sup>79</sup> tem se mostrado dispostos em compreendê-lo, pois estes discutem o esporte como fenômeno social em seu sentido amplo e específico. Identificamos de certa forma um consenso entre eles, pois ao afirmarem que este fenômeno teve sua gênese a partir do momento em que passou a ser organizado, ser regido por normas, tempo e local, regulamentos, vinculação a federações, entre outras características, as idéias passam a se aproximar para se chegar a um melhor entendimento desse fenômeno sociocultural.

Diante desse contexto, para efeito de nosso entendimento o esporte é reconhecido na abrangência de manifestações com o objetivo de fomentar o direito a todos os cidadãos a prática esportiva, definida, segundo Tubino (1996) como esporte educacional (tendo como foco principal a escola, ou o sistema escolar), esporte de rendimento (fundamentado na busca da performance e do espetáculo) e esporte participação (vivenciado em ambientes e tempos não formais)

### **O Profissional de Educação Física e o PST: Os objetivos do Programa x Prática Pedagógica**

Entendemos que o profissional de Educação Física (mesmo que em formação), passa a assumir um papel de responsabilidade pelo desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, pois fica incumbido de aplicar e operacionalizar os objetivos dos projetos em suas intervenções. Contudo, ele não pode garantir a esses indivíduos o acesso pleno à cidadania, e muito menos de promover o distanciamento do alcoolismo, das drogas, da violência e dos demais conflitos sociais que circundam nossa sociedade. Pensamos que nem o esporte, e nem mesmo o professor, por si só tenham essa função, mas, nesse caso, surge um questionamento: se o aluno não atingir a condição de cidadania desejada e os objetivos do projeto não forem atingidos, quem será o responsável?

Para atender a outras expectativas de tratamento do esporte como promotor da chamada educação integral, notamos que tanto nas escolas, quanto em projetos sociais os professores de Educação Física o utilizam como conteúdo hegemônico em suas intervenções. Nesse sentido, entendemos que o professor deve se valer do conteúdo esporte como uma possibilidade para intervir pedagogicamente junto ao educando, buscando seu desenvolvimento pessoal. Mas é preciso entender que os projetos sociais não substituem a escola e sim entram como espaço complementar ao ambiente escolar. No entanto, o professor então deve atuar como facilitador do processo educacional, mas como diz Freire (1996), sem perder o foco, pois o professor deve respeitar os saberes do educando, procurando discutir a realidade e associar-se à disciplina proposta, tendo em vista as transformações sociais, como objetivo da educação. Aqui entendemos que o professor deve problematizar o conteúdo esporte para que seus alunos possam refletir sobre esse fenômeno tão presente em nossa sociedade com o objetivo de dar significado e possibilitar

<sup>76</sup> Para Tubino (2001, p. 34) “constitui-se na efetiva dimensão do esporte: a) O esporte-educação; b) O esporte participação ou esporte popular e c) esporte performance ou esporte de rendimento”.

<sup>77</sup> Segundo Ximenes (1999) é o indivíduo em pleno gozo de seus direitos políticos e civis.

<sup>78</sup> Pires (2002, p. 42) define a mesma como: [...] o conjunto de ações, valores e compreensões que apresentam o modo predominante de ser/estar na sociedade globalizada, em relação ao seu âmbito esportivo, cujos significados são simbolicamente incorporados através, principalmente, da mediação feita pela indústria da comunicação de massa.

<sup>79</sup> Michel Bouet, Jean-Marie Brohm, Donald Guay, Allen Guttmann e Richard Mandell, Norbert Elias, Eric Dunning

novas interpretações sobre a realidade em que está posta.

Após essa reflexão, para provocar ainda mais o leitor surgem alguns questionamentos em relação aos professores que atuam em projetos sociais: Qual é a representação dos professores considerando a relação entre esporte e as funções que tais projetos lhes atribuem? Ou ainda, suas atividades são desenvolvidas nessas perspectivas?

Tentando encontrar respostas para essas indagações, resolvemos lançar um olhar sobre o Programa Segundo Tempo (PST) que é um programa do Ministério do Esporte (ME) que tem como estratégia de funcionamento o estabelecimento de parcerias institucionais, mediante descentralização orçamentária e financeira. As instituições que podem fazer esse tipo de parceria com ME podem ser Governos Estaduais, Municipais, Organizações Não-Governamentais (ONG's), ou entidades nacionais e internacionais que podem ser públicas ou privadas, mas que funcionem sem fins lucrativos.

### **Os caminhos metodológicos...**

O estudo que ora apresentamos tem características de pesquisa descritiva, que segundo, Gil (2002, p. 42) tem como objetivo primordial “fazer a descrição de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.” Caracteriza-se também como estudo de campo, pois o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo. E ainda como o estudo de campo é desenvolvido no próprio local em que ocorrem os fenômenos, seus resultados costumam ser mais fidedignos (GIL, 2002).

Quanto aos caminhos metodológicos para atingir os objetivos já anunciados para esse estudo, o direcionamento foi desenvolvido em três etapas: a primeira refere-se a uma revisão de literatura, com o intuito de fazer um levantamento das produções existentes acerca das temáticas relacionadas com a Teoria da Representação Social (TRS), o PST, as discussões sobre esporte, Estado, lazer e sociedade, Políticas Públicas (PPs) e Políticas Públicas de Esporte e Lazer (PPEL). A segunda consistiu da ida a campo no intuito de coletar dados para confronto com a literatura. E a terceira etapa se caracterizou pela relação da pesquisa descritiva com os dados coletados dentro do universo da população analisada, no caso os professores e estagiários do PST. A população total prevista para a coleta de dados por questionário constituía-se de professores e estagiários de Educação Física que atuam no PST em Vitória – ES. Portanto, consistiu de um quadro total de 91 indivíduos, sendo vinte e seis (26) professores de Educação Física, sessenta e cinco (65) estagiários cursando o Ensino Superior de Educação Física, já o total de núcleos do PST no Município de Vitória são de onze (11).

Os instrumentos/ferramentas utilizados para a coleta de dados foram a observação descritiva e a aplicação de questionários. Segundo Lakatos & Marconi (1992) da observação sistemática é utilizada na própria descrição da observação de acontecimentos, fatos, fenômenos, e outros aspectos da realidade social de uma dada população. Assim, optamos por observar as aulas ministradas pelos estagiários de Educação Física no PST. Na segunda quinzena do mês de abril de 2008, elaboramos o questionário que foi utilizado para o procedimento da coleta de dados junto aos professores e estagiários do PST, estes foram feitos confrontando com a construção do referencial teórico.

No final do mês de abril de 2008, realizamos uma aplicação-piloto, com dois integrantes da população total do estudo, um professor e um estagiário. De acordo com Gil (2002) torna-se necessário, pré-testar cada instrumento antes de sua utilização, levando em consideração os procedimentos de aplicação, o vocabulário empregado nas questões e assegurar-se de que as questões ou as observações a serem feitas possibilitem medir as variáveis que se pretende medir. Os resultados obtidos foram satisfatórios, uma vez que, atendeu às informações pretendidas.

A aplicação do questionário aos professores foi realizada no quinto dia do mês de maio/2008 em uma reunião e a aplicação do questionário aos estagiários foi realizada no nono dia do mês de junho/2008 em um curso de capacitação. O local referido para ambos os sujeitos da coleta foram realizados no Ginásio Poliesportivo Jones dos Santos Neves, conhecido como “DED”.

Foi realizada a observação descritiva da intervenção dos professores e estagiários que atuam em 02 núcleos do PST na Grande Vitória, sendo um núcleo localizado no Praia Tênis Clube e o outro localizado no Álvares Cabral (durante as 08 semanas previstas). Foram realizados acompanhamentos em quatro semanas (08 seções) em cada núcleo, e os dados foram registrados em diário de campo.

A análise dos dados foi feita de forma qualitativa, que segundo Gil (2002) esse processo pode ser definido como uma seqüência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização, a

sua interpretação e a redação do relatório/texto final que será construída e confrontada de acordo com a literatura.

### **O PST na ótica dos professores e dos estagiários de Educação Física que nele atuam e a concepção de esporte apropriada<sup>80</sup>**

Traçando um perfil dos professores do PST em Vitória, podemos identificar que em sua maioria os professores são homens acima dos quarenta anos sendo que grande parcela se formou na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e concluiu o seu curso superior a mais de seis anos.

Já entre os estagiários predomina o sexo feminino e a maioria tem a idade de 20 a 25 anos, sendo que grande parte desse quantitativo cursa o Ensino Superior em uma Instituição da rede Privada de Ensino.

Foi possível diagnosticar dentro do universo pesquisado que a maioria dos professores atua no PST no período compreendido de doze a dezoito meses. Com esse resultado, podemos inferir que este grupo deve/deveria conhecer bem o programa. Entre os estagiários, a maioria se enquadra no período de atuação no PST de seis a doze meses, não podendo desconsiderar também uma parcela que atua a mais de doze meses.

É mister lembrarmos aqui, os objetivos do PST constantes no seu documento oficial: Democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças e adolescentes em situação de risco social; Oferecer práticas esportivas educacionais, estimulando crianças e adolescentes a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral; Oferecer condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade.

Assim declarados esses objetivos, buscamos identificar o que os professores e estagiários pensam em relação ao que é executado nos núcleos do programa. Para tanto, eles foram solicitados a descrever sobre pelo menos dois objetivos do PST ou ainda quais objetivos eles acreditam que o programa pretende alcançar. Para analisarmos e compreendermos as respostas e chegar a um resultado satisfatório procuramos delimitar/categorizar três eixos nos quais as respostas se enquadram, e que ficaram assim definidos: o PST entendido como Programa Social, O PST entendido como programa Educacional e o PST entendido como um Programa de vivências de práticas corporais.

No eixo programa social, o PST é tomado como um programa que visa resolver aos problemas sociais, visto que, está relacionado a fatores ligados a promoção da Integração/Inclusão de crianças nas comunidades, da preocupação pela ocupação do tempo ocioso de crianças em risco social, e com a formação do cidadão e a saúde. No eixo programa educacional o PST está relacionado com atividades extraclasse com um fim em si mesmo, ou seja, oferecer via esporte momentos de lazer, tendo como fim diminuir a evasão escolar além de promover a discussão em torno da saúde. O ultimo eixo proposto pela análise é o que está relacionado com o programa de vivências de práticas corporais que giram em torno da iniciação esportiva, no respeito às regras esportivas, no desenvolvimento motor e cognitivo, sempre com o intuito de fomentar uma cultura básica esportiva.

Sendo assim, podemos inferir que os três eixos se relacionam diretamente e pelas respostas dadas pelos professores há uma preocupação com o caráter social, educacional e com as vivências corporais praticadas pela população, portanto entendem que o programa deve atuar nessa perspectiva.

Na população dos estagiários foi identificado dentre aqueles que tiveram contato com o documento inscrito do PST também a presença dos três eixos de compreensão por nós proposto, a grande maioria das respostas estava ligada ao eixo programa social, assim como nos resultados encontrados com os professores, sendo identificados aspectos ligados à socialização, inclusão social, ocupação do tempo livre/ocioso da criança para tirá-la das ruas. Dentro dessa lógica, concluímos com esses dados que predomina o pensamento de que a criança tem que fazer atividade física. Nesse sentido identificamos que em se tratando de um programa de esporte educacional há uma grande parcela de estagiários que trabalham no programa sem conhecer o que é proposto, dado que a maioria das respostas girou em torno do eixo vivência de práticas corporais. Para tanto, as intervenções acabam atendendo apenas aos interesses físico esportivos como proposto por Marcelino (1996), que prevalece o movimento humano.

<sup>80</sup> Em virtude de nossa opção em tratarmos o tema de forma mais abrangente, os dados são omitidos aqui, apenas aparecendo relato dos mesmo, porém, estão disponíveis em: SILVA, S.C. **Representações Sociais de Esporte em projetos sociais:** Um olhar sobre o Programa Segundo Tempo em Vitória-ES. 2008.(97f ) Monografia (Curso de Licenciatura Plena em Educação Física). Universidade Federal do Espírito Santo

Sobre a organização do planejamento das aulas nos núcleos pedimos para que os professores e estagiários descrevessem brevemente como são organizados os planejamentos das aulas em seus respectivos núcleos de atuação, chegamos à identificação de alguns princípios de planejamento que se caracterizam como os da: periodicidade, fins do PST e o método.

O princípio da periodicidade está relacionado com o tempo/período em que são organizados, visto que identificamos nas respostas fragmentos que nos ajudam a interpretar esse princípio, pois os planejamentos são realizados em reuniões semanais, reuniões de 15 em 15 dias, reuniões mensais, reuniões trimestrais e até semestrais com o intuito de captar o que a comunidade quer. O princípio que está ligado aos fins do PST consiste em estar presente nas respostas a necessidade de atender aos objetivos do programa. O princípio do método está ligado a como são feitos esses planejamentos onde foi possível identificar a forma de condução desse processo, caracterizado pela sua realização entre professores e estagiários, conversas entre professores e coordenadores ou ainda planejado por modalidade.

Para os estagiários a análise nos proporciona o aparecimento em maior proporção do planejamento ligado ao princípio do método que na maioria das descrições aparece à forma como eles são realizados.

Em se tratando da representação que os Professores e Estagiários tinham do Esporte desenvolvido no núcleo foi possível identificar que para o conjunto dos sujeitos o Esporte Educacional é entendido como meio/veículo para promover o desenvolvimento do cidadão na sua formação intelectual e cultural. O Esporte Rendimento está ligado a excelência, a performance, a plenitude técnica, a resultados, enfim se enquadra no campo do trabalho, ao indivíduo performático, o atleta (profissional), ou seja, há uma sistemática de treinamento com o intuito de especializar os movimentos. Já sobre o Esporte participação foi possível entender que as atividades são vistas como fins, pois faz com que o indivíduo se envolva em grupos de interesse, e essa vivência pode promover ao indivíduo prazer, alegria, inclusão, lazer ou a satisfação, sendo assim, o esporte é entendido como direito a todos de participarem sem restrição ou vinculação a regras.

Dando prosseguimento a apresentação dos dados, perguntamos a população sobre a sua concepção de esporte desenvolvido no núcleo em que atua, e em qual perspectiva está enquadrado (esporte educacional, esporte rendimento e esporte participação), para tanto chegamos aos seguintes resultados

Entendendo o PST como um programa idealizado pelo Ministério do Esporte, destinado a democratizar o acesso à prática esportiva por meio de atividades esportivas e de lazer realizadas no contra-turno escolar das crianças, tem também a finalidade de colaborar para a inclusão social, o bem-estar físico, a promoção da saúde, o desenvolvimento intelectual e humano, além de assegurar o exercício da cidadania. Sendo assim o programa caracteriza-se pelo acesso a diversas atividades e modalidades esportivas (individuais e coletivas) e ações complementares, desenvolvidas em espaços físicos da escola ou em espaços comunitários, tendo como enfoque principal o esporte educacional. Nesse sentido, consideramos como parâmetro as manifestações de esporte definidas por Tubino (1996).

Diante do exposto, dentre a população pesquisada dos professores foi possível verificar que dezesseis leram o documento do PST e dentro da resposta sobre qual perspectiva o núcleo em que atua se enquadra o esporte participação aparece em grande parte do universo pesquisado. Nesse sentido, o programa é de esporte educacional, mas em nosso entendimento pode cumprir funções de um programa de lazer, pois as atividades que estão colocadas como esporte educacional na prática têm características de lazer, porque a vivência no cotidiano das práticas realizadas nos núcleos está fazendo com que eles percebam no programa uma educação para o lazer assim como proposta por Marcelino (2001) e Mascarenhas (2003), visto que atende a perspectiva do esporte recreativo/participação sendo uma das categorias do lazer.

Sendo assim, a análise feita das descrições dos professores sobre a sua concepção de lazer, levando em consideração aqueles que leram o documento, responderam entender o esporte participação como perspectiva no PST, sendo possível certificar-se que a concepção de lazer gira em torno da dimensão do tempo livre lúdico, mas o que predomina nas descrições está ligado à categoria prazer que aparece repetidamente. Nesse sentido, Marcelino (1996) corrobora conosco que “O lazer considerado como atitude será caracterizado pelo tipo de relação verificada entre o sujeito e a experiência vivida, basicamente a satisfação provocada pela atividade.” Portanto, se as atividades desenvolvidas em alguns núcleos atende o esporte participação com o objetivo de promover a participação a todos com intuito de socializar, de incluir socialmente, de formar cidadãos, é notado também a importância da participação



das crianças no programa no sentido de proporcionar a essa criança um atendimento com atividades extra curriculares. Já entre os estagiários dezessete responderam que o esporte participação é adotado no núcleo em que atuam apenas quatro leram o documento do programa, ficando difícil fazer uma análise qualitativa dessa amostra.

### Considerações

Considerando que PST se enquadra na perspectiva de esporte educacional, encontramos que a maioria dos professores e estagiários compactuam da idéia de que devem desenvolver um esporte para que as crianças inseridas no Programa possam aprender as técnicas das modalidades, o que aproximaria o Programa da perspectiva do esporte de rendimento. Contrastando a isso, no instrumento encontramos também na maioria, o entendimento do esporte desenvolvido no programa ora como esporte educacional ora como esporte participação. Em função dessa última característica, o PST vem assumindo o papel de um Programa que proporcione o lazer aos participantes já que não cumpre as funções de um Programa que trabalhe o esporte na dimensão educativa. Mas os agentes parecem ignorar e não saber o que fazer para potencializar o PST como um programa de lazer.

Os dados nos apontam que em Vitória o PST mesmo sendo de esporte educacional, assume também funções de um programa de participação-lazer. Visto que, entendemos que as crianças devem se apropriar do programa como um espaço de aprendizado e aprimoramento dos conteúdos esportivos no sentido de que se ele não se tornar um atleta ele possa aprender o conteúdo cultural do esporte incluindo-o na sociedade. Nesse sentido é notório saber que o programa entendido nessa perspectiva não pode assumir características de um espaço pura e simplesmente do brincar pelo brincar, pois deve levar a educação para e pelo lazer no intuito de proporcionar no futuro um melhor aproveitamento do seu tempo disponível.

Para tanto, conseguimos identificar que mesmo o PST sendo um programa de Esporte educacional, também pode exercer a função de um programa de lazer, pois no levantamento foi identificada à manifestação do Esporte participação que nas descrições apareceram em quantidade significativa. Sendo assim, a concepção identificada na população do PST em Vitória – ES atende a perspectiva do esporte recreativo/participação que é uma das categorias do lazer.

Diante do exposto, entendemos que mesmo não sendo objeto do nosso estudo é importante levantarmos a questão sobre os impactos sociais de uma política pública, especificamente sobre o programa que deve ser dado o retorno a sociedade, ou seja, aos beneficiários. Essa postura é de suma importância por parte do poder público para a reformulação, implementação, execução e uma constante avaliação da política pública implementada. Sendo assim, poder público e beneficiários juntos, participando efetivamente desse processo consigam atingir as metas perspectivadas.

Considerando que o trabalho tenha atendido aos objetivos propostos, identificamos limitações no instrumento de coleta de dados, visto que poderíamos ter aplicado uma entrevista aos professores e estagiários dos dois núcleos observados no intuito de tentar captar melhor o discurso dessa população.

### REFERÊNCIAS

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUZA, Luzia Costa de. *Metodologia de avaliação em políticas públicas*. 3ª Ed. São Paulo. Cortez, 2003.

DAÓLIO, Jocimar. Fenômeno social esporte na formação profissional em educação física. *Revista da Educação Física/UEM*.9(1): 111-115, 1998.

DÓRIA, C.; TUBINO, M. J. G. Avaliação da busca da cidadania pelo projeto olímpico da mangueira. *Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ.* Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 77-90, jan./mar. 2006. acessado em 05/09/2007.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996(Coleção Leitura).

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS E.M. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica,*

projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos/ Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi. 4ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MASCARENHAS, Fernando. *Lazer como prática de liberdade: uma proposta educativa para a juventude*. 2ª ed. Goiânia: Ed. UFG, 2004.

MARCELINO, Nelson Carvalho. *Estudos do lazer: Uma introdução*. Campinas: Autores Associados. 1996.

\_\_\_\_\_. (org). *Lazer e esporte: políticas públicas*. 2.ed.Campinas, Autores Associados, 2001.

MOLLETA JR, Celso L. et al. Norbert Elias, uma nova abordagem para o estudo da história do futebol brasileiro. Disponível em: [http://www.fef.unicamp.br/sipc/anais9/artigos/comunicacao\\_oral/art5.pdf](http://www.fef.unicamp.br/sipc/anais9/artigos/comunicacao_oral/art5.pdf) Acessado em: 28/09/2007.

MOSCOVICI, S. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

OTTONI, Cristiano. *Guia básico para gestores sobre o uso de indicadores sociopopulacionais na formulação e avaliação de políticas públicas*. 2002. Monografia (curso de especialização em políticas públicas). Núcleo de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM, Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas – NP3. Universidade de Brasília. Disponível em: <[http://www.unb.br/ceam/np3/monografias/cristiano\\_ottoni.pdf](http://www.unb.br/ceam/np3/monografias/cristiano_ottoni.pdf)> Acessado em: 13/04/2008.

PIRES, Giovani De Lorenzi. *A educação física e o discurso midiático: abordagem crítico-emancipatória*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002 – 336 p. – (Coleção educação física).

SILVA, Samuel Coelho. *Representações Sociais de Esporte em projetos sociais: Um olhar sobre o Programa Segundo Tempo em Vitória-ES*. 2008.(97f.) Monografia (Curso de Licenciatura Plena em Educação Física). Universidade Federal do Espírito Santo.

STIGGER, Marco P. *Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico*. Campinas: Autores Associados, 2002.

\_\_\_\_\_. *Educação Física, esporte e diversidade*. Campinas: Autores Associados, 2005.

TUBINO, M. J. G. *O esporte no Brasil, do período colonial aos nossos dias*. São Paulo: Ibrasa, 1996.

## JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER: O PROJETO ESPORTE À MEIA-NOITE

*Leonardo Simões*<sup>81</sup>

**RESUMO:** O projeto Esporte à Meia-Noite é um programa do Governo do Distrito Federal (GDF) desenvolvido a partir de 1999 por meio da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Para os idealizadores do projeto, as atividades do mesmo, caracterizam-se por ser um programa comunitário com o objetivo geral de combater preventivamente a criminalidade juvenil por meio de ações esportivas, de qualificação profissional e de lazer. A partir dos textos oficiais pesquisados, constata-se uma indefinição quanto aos conceitos de esporte e lazer e as respectivas ações do projeto. Esse artigo tem o objetivo de realizar apontamentos teóricos e discutir os conceitos de Esporte e Lazer presentes nos documentos oficiais relativos ao projeto Esporte à Meia-Noite.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas públicas. Esporte. Lazer.

Esse artigo tem o objetivo de realizar apontamentos teóricos e discutir os conceitos de Esporte e Lazer presentes nos documentos oficiais relativos ao projeto Esporte à Meia-Noite, programa do Governo do Distrito Federal (GDF) desenvolvido a partir de 1999 por meio da Secretaria de Segurança Pública – SSP/DF e demais órgãos do governo.

Considerando que não existe uma neutralidade nas ações, nos projetos e programas e que toda a realização pressupõe uma série de interesses em jogo, é preciso identificar quais os interesses dos vários atores sociais envolvidos no projeto Esporte à Meia-Noite.

Este projeto criado por meio do decreto nº 20.610, de 20 de setembro de 1999 com coordenação geral da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF) tem o objetivo de desenvolver atividades esportivas, culturais e educativas aos jovens no período noturno.

Para os idealizadores do projeto, as atividades do mesmo, caracterizam-se por ser um programa comunitário com o objetivo geral de combater preventivamente a criminalidade juvenil por meio de ações esportivas, de qualificação profissional e de lazer. Também sobre o projeto, é função da SSP-DF o estabelecimento de diretrizes, objetivos, prioridades, metas, programas e atividades.

Em relação aos profissionais envolvidos nas ações do projeto, o decreto determina que cabe “à secretaria de Esportes e Valorização da juventude e à Secretaria de Educação designar profissionais de educação e esporte, que ficarão responsáveis pela execução e desenvolvimento das atividades específicas nos locais de ação”. (GDF, decreto nº 20.160, 1999).

A partir de reuniões entre representantes da SSP/DF e das lideranças jovens da comunidade local elaborou-se o Projeto Piloto que foi implantado em junho de 1999 na cidade de Planaltina-DF, nos bairros de Vila Buritis e Jardim Roriz. Essa cidade foi escolhida devido ao alto índice de criminalidade juvenil nessas localidades. De acordo com dados da SSP/DF descritos no projeto, no ano de 1998 ocorreram em Planaltina-DF, 214 atos infracionais envolvendo jovens, dentre lesões corporais, ameaças e homicídios.

As atividades do projeto são desenvolvidas no horário que coincide com o final das aulas no período noturno (22h30min) na tentativa de coibir atos infracionais realizados pelos jovens entre 22h da noite e 2h da manhã.

A execução do projeto ocorre em espaços escolares. O primeiro núcleo criado para desenvolver essas atividades aconteceu no Centro de Atenção Integral à Criança na Vila Buritis e atendeu em 1999, noventa adolescentes sendo que desses, cinquenta já haviam frequentado cursos de capacitação profissional do programa Avança Brasília da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda do GDF. Assim, de acordo com SSP/DF (2007) as atividades implantadas foram:

- Atividades esportivas (futebol de campo, futebol society, voleibol, basquetebol, tênis de mesa, dama e dominó, judo, capoeira e boxe);
- Atividades culturais desenvolvidas em parceria com a Secretaria de Cultura, por intermédio das Diretorias Regionais de Cultura (DRC) das Administrações Regionais.
- Cursos profissionalizantes desenvolvidos em parceria com a Secretaria de Trabalho e os Centros de Desenvolvimento Social-CDS/FSS.

A partir da implantação do projeto piloto, o programa Esporte à Meia-Noite virou decreto apontando como meta sua implantação em outras cidades de Distrito Federal (DF) como, Ceilândia,

<sup>81</sup> Secretaria de Educação do Estado de Goiás

Gama, Samambaia, destinando-se também ao combate da delinquência juvenil nessas localidades.

A partir dos textos oficiais mencionados, constata-se uma indefinição quanto aos conceitos de esporte e lazer e suas respectivas ações.

O Projeto Piloto de junho de 1999, ou seja, implantado anteriormente à sua vigência como decreto em setembro de 1999, aponta sua atuação por meio de ações esportivas, de qualificação profissional e de lazer. Já o Decreto nº 20.160 reafirma a implantação de atividades destinadas ao desenvolvimento de atividades esportivas, culturais e educativas sem utilizar o termo lazer.

Considerando as atividades desenvolvidas, não parece coerente o nome do projeto, Esporte à Meia-Noite, pois cursos profissionalizantes (secretariado, Office-boy, telefonista e outros) não figuram na categoria de esporte.

Diante de tais indefinições, a análise dos documentos oficiais referentes ao projeto pretende delimitar os termos e conceitos referentes aos campos do esporte e do lazer, termos utilizados no projeto-piloto da SSP/DF. De acordo com Mascarenhas (2005) “embora o esporte e o lazer possam ser tratados de modo confluyente, geralmente, figurando como objetos de uma política comum, em verdade, constituem fenômenos distintos”.

Assim, sem uma definição clara sobre o campo ou os vários campos de atuação do projeto, a estratégia definida pela SSP/DF tem como objetivo modificar o comportamento dos envolvidos no projeto através de uma ação focalizada.

### **Os Jovens**

O projeto Esporte à Meia-Noite destina-se ao público jovem como experiência de uma ação preventiva à formação de gangues juvenis que, de acordo com dados estatísticos oferecidos pela SSP/DF (2007), são propícias ao envolvimento com atos de delinquência.

O Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) realizou algumas discussões acerca desse público para o desenvolvimento de uma Política Nacional de Juventude.

De acordo com o documento Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas (CONJUVE, 2006) a “juventude é uma condição social, parametrizada por uma faixa-etária, que no Brasil congrega cidadãos e cidadãs com idade compreendida entre os 15 e 29 anos”, sendo esse

”um padrão internacional que tende a ser utilizado no Brasil. Nesse caso, podem ser considerados jovens os “adolescentes-jovens” (cidadãos e cidadãs com idade entre os 15 e 17 anos), os “jovens-jovens” (com idade entre 18 e 24 anos) e os jovens-adultos (cidadãos e cidadãs que se encontram na faixa etária dos 25 aos 29 anos)” (CONJUVE, 2006).

Além desse aspecto, outro fator a ser considerado é a “similaridade de experiências e questões dos indivíduos que nasceram num mesmo momento histórico e que, nesta fase do ciclo de vida, vivem sob os mesmos condicionantes das conjunturas históricas” (CONJUVE, 2006).

O conceito de jovem pensado nessa perspectiva vai além de uma classificação cronológica do grupo, considerando os aspectos sociais envolvidos a essa fase da vida. Esse conceito permite pensar um corpo inserido em determinado contexto social.

Segundo Le Breton (2006) “esclarecendo as modalidades sociais e culturais das relações que estabelece no corpo, o próprio homem se descobre na extensão de sua relação com o mundo. A sociologia do corpo é a sociologia do enraizamento físico do ator no universo social e cultural”.

Para o CONJUVE (2006) os jovens devem ser pensados como sujeitos de direito, assim evita-se classificações estereotipadas como “faixa-etária problemática” ou de um herói mítico ao qual se atribui o poder da mudança. A juventude brasileira é consequência da sociedade brasileira. Se for problemática, deve-se ao fato de ser mais uma vítima dos problemas, por exemplo, socioeconômicos dessa sociedade.

Então, Para considerar o pleno exercício dos direitos fundamentais e sociais é preciso partir de um entendimento acerca da qualidade de vida desses jovens cidadãos e cidadãs. Assim, “a discussão da qualidade de vida está no campo dos direitos fundamentais do ser humano e tem relação com a divisão das classes sociais, pois reflete desigualdades na apropriação de bens e conquistas sociais” (CONJUVE, 2006).

Nessa perspectiva o CONJUVE (2006) aponta três dimensões que afetam a qualidade de vida de juventude: Espaços e territorialidade. A identidade dos grupos sociais (jovem de favela, jovem de

classe média, jovem pobre) está relacionada com determinados espaços sociais e com a presença real dos direitos em cada um desses espaços. Assim, o plano local parece ser um espaço privilegiado para o exercício da cidadania; Informação, acessos e direitos; Inserção, Participação e Controle Social.

Como sujeitos de direito, esses jovens devem ter assegurados os Direitos Fundamentais e os Direitos Sociais referenciados pela Constituição Federal a toda sociedade brasileira. Assim, o esporte e o lazer devem ser tratados como direitos sociais e garantidos a toda a população o seu pleno exercício.

### **O Campo do Esporte e o Campo do Lazer**

É comum, às políticas públicas, a referência ao esporte e ao lazer como conceitos confluentes sem uma definição clara desses termos ou como esses campos se relacionam.

A discussão realizada pelo CONJUVE (2006) em relação ao esporte e sua referência ao lazer e a definição clássica de lazer em Dumazedier (2000), parecem apontar algumas possibilidades de compreensão desses, mas não encerram a definição dos conceitos de esporte e lazer.

O CONJUVE (2006) classifica o Esporte em três categorias: Esporte de alto rendimento - prática esportiva que busca o máximo rendimento do atleta visando recordes; Esporte Educacional – tem o intuito de promover o desenvolvimento da Cultura Corporal nacional, através de atividades que satisfaçam às necessidades lúdicas, estéticas, artísticas, combativas e competitivas do povo. A prioridade é educacional e tem o objetivo de que esses preceitos favoreçam a reflexão na criação de possibilidades para solução dos problemas sociais; Esporte de lazer ou recreativo – contemplado através da livre escolha na sua prática prevalecendo o sentido lúdico e a busca de satisfação de necessidades subjetivas. É realizado nos limites temporais e espaciais do lazer como expressão de festa e alegria.

Em relação ao esporte é preciso considerar que a “materialização da inclusão social pelo esporte, assegurado o acesso da juventude, deve ocorrer através de projetos sociais que ofereçam uma ampla gama de manifestações esportivas, sempre à luz dos preceitos fundamentais de cidadania, diversidade e inclusão” (CONJUVE, 2006). Para isso a “sociedade deve ter clareza da importância dos objetivos, valores, sentidos e tarefas do esporte e exigir o controle social sobre a prática esportiva de crianças, adolescentes e jovens” (CONJUVE, 2006).

Já o campo do lazer, partindo de um conceito clássico com referência a Dumazedier (2000), pode ser definido “por oposição ao conjunto das necessidades e obrigações da vida cotidiana”. Por meio de uma discussão do lazer diferindo-o do trabalho comum ou das obrigações cotidianas têm-se as seguintes classificações: Obrigações cotidianas: tarefas habituais monótonas e repetidas; preocupações; Necessidades e obrigações.

Assim, definem-se como atividades opostas ao lazer: Trabalho profissional; Trabalho suplementar ou de complementação; Trabalho doméstico (ex: bricolage); Atividades de manutenção (necessidades); Atividades rituais ou cerimoniais (família, social, espiritual); Estudo interessado.

E, finalmente, as três funções do lazer: Descanso; diversão e desenvolvimento. Considerando as três funções do lazer, esse pode ser visto apenas como um ato ou efeito de distrair-se, descanso e diversão, destacando o seu aspecto mais lúdico. Já com referência à função de desenvolvimento, esse pode ser considerado como um ato ou efeito de acúmulo de experiências e de conhecimento, tornando assim, possibilidade de formação e desenvolvimento sociocultural dos indivíduos por meio da sua prática.

É preciso compreender que o campo do lazer pode abarcar o esporte como esporte de lazer. Já o esporte de alto rendimento, para os profissionais do esporte, e o esporte educacional, para os alunos no sistema regular de ensino obrigatório, não são atividades de lazer. O esporte de alto rendimento pode ser lazer para o espectador que vai assistir a uma disputa esportiva. O esporte educacional pode educar para o lazer.

Parece coerente considerar as atividades esportivas desenvolvidas no projeto “Esporte à Meia-Noite” como atividades de esporte de lazer com função de desenvolvimento. Apesar das atividades se desenvolverem no espaço escolar, elas ocorrem em um período que não condiz com o horário regular das aulas e têm o objetivo de serem atrativas aos jovens, ou de “fácil aceitação” e não obrigatórias. O objetivo parece ser uma maior adesão à sua prática.

Diante desses posicionamentos, as ações e políticas públicas nas áreas do Lazer e do Esporte devem adotar um referencial teórico que compreenda esses campos como práticas sociais construídas historicamente, desenvolvidas na/pela sociedade e que se relacionam em alguns momentos, mas em outros são distintas.

## Direções e Questionamentos

O projeto Esporte à Meia-Noite não parece considerar os conceitos, de esporte e lazer, como direitos sociais dos cidadãos e cidadãs brasileiros, restringindo sua ação a uma questão focalizada – ação preventiva de combate à violência – na tentativa de evitar e modificar o comportamento dos jovens envolvidos no projeto.

Segundo Mascarenhas (2005), as iniciativas governamentais desenvolvidas na complexidade das sociedades neoliberais

“tentam apontar suposta solução para as situações mais crônicas, geradoras de instabilidade sistêmica, em substituição à universalização dos direitos, as políticas passam a pautar-se pela lógica focalista, com a introdução de compensações pontuais visando o funcionamento do sistema e a conservação da ordem institucional”.

Assim, “um exemplo emblemático de tal política é a da tentativa de ocupação social das áreas de instabilidade, objetivando combater a escalada da violência urbana com a implementação localizada de projetos culturais, educativos e de lazer” (MASCARENHAS, 2005).

Iniciativas de ocupação e controle do tempo livre da população já foram desenvolvidas pelo Governo Federal na década de 1970 através do programa Esporte para Todos. Esse programa teve o objetivo de, por meio do esporte e seus preceitos de competitividade, disciplina e controle, desenvolver o cidadão para atuar no “novo” e “moderno” modelo de sociedade desenvolvido pelo governo da época (SANT’ANNA, *apud* MASCARENHAS, 2005).

Mascarenhas (2005) define que o programa Esporte para Todos “... sob o pretexto da democratização e universalização das atividades físicas e desportivas, o direito ao esporte e o direito ao lazer apresentavam-se como importantes instrumentos de controle e garantia da chamada paz social...”.

De acordo com Foucault (1996), tem-se estabelecido uma tecnologia política do corpo, ou seja, uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições do estado a fim de obter disciplina e controle do indivíduo e da sociedade como um todo. Assim, “o estudo dessa microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma apropriação, mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos”.

Le Breton (2006) em seus estudos sobre o corpo no espelho social faz referência a Foucault no que se refere ao “controle político da corporeidade”, através de “sociedades disciplinares”. Sendo que essa disciplina tem sua atuação de forma difusa através do campo social, substituindo o controle social que se apóia unicamente nos aparelhos repressivos.

Interessante notar que o projeto Esporte à Meia-Noite é desenvolvido por uma Secretaria de Segurança Pública que, por desenvolver os temas da segurança, acaba por representar historicamente um importante aparelho repressivo do Estado frente às condutas ditas ilícitas ou que rompam com normas e valores pré-estabelecidos.

Mas, ao invés de utilizar somente a força e detenção dos jovens envolvidos em delinquência, a SSP/DF parece utilizar uma ação coercitiva e preventiva a fim de difundir valores e normas considerados importantes por essa instituição. Esse fato parece instaurar uma forma de controle e disciplina que vai além das ações históricas dessa instituição, utilizando direitos sociais, por exemplo, o lazer e o esporte, para construir essa nova forma de controle.

Considerando que “a relação entre os homens se constitui em relações de poder, e mais, elas reproduzem o sistema objetivo de dominação interiorizado enquanto subjetividade”. Acreditando também que “a reprodução da ordem não se limita aos aparelhos coercitivos do estado ou às ideologias oficiais, mas se inscrevem em níveis mais profundos para atingir inclusive as representações sociais ou as escolhas estéticas” (ORTIZ, 1983).

Delimita-se aqui o campo do esporte e o campo do lazer representados em uma situação específica, o projeto Esporte à Meia-Noite.

A partir das reflexões do estruturalismo de Bourdieu, Ortiz (1983) define campo como o local onde se trava uma luta concorrencial entre os atores sociais em torno de interesses específicos que caracterizam o campo em questão. Diante dessa definição considera-se que todo ator age no interior de um campo socialmente predeterminado e esse é o espaço onde se manifestam relações de poder.

Essas relações de poder se estruturam a partir de uma distribuição desigual de um “quantum”

social que determina a posição que um agente ocupa no campo analisado. Esse “quantum” se refere tanto a um capital material quanto social que estabelece uma desigualdade entre os agentes envolvidos, determinando a estrutura do campo em dominadores e dominados. Nesse sentido a estratégia dos agentes é orientada em função da posição que eles ocupam no campo (ORTIZ, 1983).

Para análise desses campos faz-se necessário compreender que existe uma lógica estrutural na sociedade (estrutura), que enquanto conhecimento dominante construído (estruturada), implica em transmissão e reprodução dessa mesma lógica (estruturante).

Essa idéia recorre à definição de Habitus de Bourdieu como um sistema de disposições duráveis, “estruturas estruturadas” predispostas a funcionarem como “estruturas estruturantes” – princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente regulamentadas e reguladas. Pode se referir a um grupo ou classe social, mas também ao indivíduo. A interiorização implica sempre internalização da objetividade (estrutura estruturada) (ORTIZ, 1998).

Le Breton (2006), nos estudos do corpo e sua relação com as classes sociais, define a teoria de Bourdieu como um estruturalismo crítico. Nesse estruturalismo, a posição social ocupada pelos atores sociais não deixa espaço para inovações ou imaginação e revela, também, “nas práticas físicas e esportivas a correlação entre as condições sociais de existência e o aspecto exterior associado como estrutura que alimenta os estilos de vida” (LE BRETON, 2006).

E é assim, determinado dentro de uma “estrutura estruturada estruturante”, “habitus”, que os que se encontram no pólo dominado procuram manifestar seu inconformismo através de estratégias de subversão – confronto permanente com essa estrutura estruturada.

A atitude de delinqüência juvenil pode aqui ser entendida como uma estratégia de subversão da ordem pré-estabelecida. O problema é que essa estratégia acaba reproduzindo o sistema e não os retira da condição que se encontram, pelo contrário, parece marginalizá-los ainda mais.

As políticas públicas de esporte e lazer devem ter definidas com clareza o conceito desses campos e se pautar em ações que os garanta como direitos sociais. Se essas ações tem como consequência, por exemplo, o combate à delinquencia juvenil, esse não deve ser o foco das políticas publicas de esporte e lazer e sim a garantia, aos cidadãos e cidadãs, de usufruir de atividades relacionadas a esses campos.

## REFERÊNCIAS

CONJUVE. *Política Nacional de Juventude: Diretrizes e Perspectivas*. 2006. Disponível em: <http://www.escoladegente.org.br> Acesso em: 03 de mar. de 2008.

DOMINGUES, José Mauricio. *Teorias Sociológicas no século XX*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. 13º ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1996.

GDF (Governo do Distrito Federal). *Decreto 20.160 – Cria o projeto Esporte à Meia-Noite*. 1999. Disponível em: <http://www.cl.df.gov.br> Acesso em: 02 de dez. de 2007.

LE BRETON, David. *A sociologia do Corpo*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2006.

MASCARENHAS, Fernando. *Exclusão Social Clube: problema para as políticas públicas e gestão em esporte e lazer*. 2005. Disponível em: <http://www.efdeportes.com> Acesso em: 03 de mar. de 2008.

ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ed. Ática, 1983.

SANT ANNA, Denise B. *O prazer justificado: história e lazer* (São Paulo, 1969/ 1979). São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT-CNPq, 1994.

SSP/DF (Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal). *Programas Comunitários: Esporte à Meia-Noite*. Disponível em: <http://www.ssp.df.gov.br> Acesso em: 02 de dez. de 2007.



## PISTAS PARA UMA EDUCAÇÃO CONSCIENTIZADORA PARA E PELO LAZER COM INTERFACES DE INTERSETORIALIDADE

*Lorenza Falchetto Venturim  
Carlos Nazareno Ferreira Borges  
André de Deus Roeldes<sup>82</sup>*

**RESUMO:** Este texto faz parte de um projeto que está sendo desenvolvido na Universidade Federal do Espírito Santo, que tem como objetivo avaliar uma política pública desenvolvida pelo Ministério do Esporte em convênio com a Prefeitura Municipal de Vitória, o Programa Esporte e Lazer na Cidade (PELC). O objetivo é analisar se uma das dimensões apontadas como essenciais para o sucesso de uma política pública, a intersectorialidade das ações, está sendo aplicada e/ou o modo como isso acontece, possibilitando aos cidadãos beneficiários a vivência do Lazer. Neste texto especificamente pretende-se abordar as implicações da implementação de políticas intersectoriais para o desenvolvimento de políticas públicas que possibilitem essa vivência do Lazer como direito social, levando em conta o que orienta o PELC.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas. Intersectorialidade. Lazer.

### Introdução

O presente texto faz parte dos estudos realizados pelo Centro de Estudos em Sociologia das Práticas Corporais e Estudos Olímpicos (CESPCEO), onde se têm privilegiado pesquisas sobre Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Estado do Espírito Santo. Um dos projetos refere-se à avaliação das Políticas Públicas de Esporte e Lazer, tomando como base a contribuição de Marcelinno (2001) quando trata dos três elementos imprescindíveis à execução de uma ação neste sentido, ou seja, a concepção de Lazer dos gestores, a formação dos agentes e a intersectorialidade das ações. Esses são fatores que podem levar as ações a níveis desejados de eficiência, eficácia e efetividade social, que são fatores de excelência apontados por Belonni et al (2003). Nossa intenção aqui é de tratar de apenas um dos aspectos apontados por Marcelinno: a intersectorialidade das ações.

A título de recorte nos estudos do CESPCEO, tomamos como foco o Programa de Esporte e Lazer na Cidade (PELC), Programa do Governo Federal, conveniado com diversas instituições públicas, privadas e do terceiro setor. Nos documentos do PELC<sup>83</sup>, encontramos que esse tem como objetivo principal garantir o acesso ao Esporte e Lazer como direitos sociais, suprimindo a crescente demanda social de políticas voltadas para essa área. Esse programa está mais voltado para a população que se encontra em vulnerabilidade social e econômica, já que, devido às desigualdades sociais e a exclusão social, essa parcela da população praticamente não tem acesso a essas atividades e a dificuldade de pagar por elas é mais um fator limitador. A mobilização para a implementação de políticas para o setor é uma forma, não de favorecimento, mas sim de intervenção do Estado que deve procurar dar assistência aos cidadãos que o formaram, que elegeram representantes e que confiam na sua capacidade administrativa, com a função de reverter esse quadro de desigualdades de oportunidades para determinadas camadas da sociedade. Por isso, o PELC se apresenta como uma das ações que pode ser considerada como uma tentativa de “nivelamento de direitos”, na busca de reverter o cenário no qual o Estado se omitia e/ou não cumpria seu papel de administrador da vida pública, recorrendo exaustivamente ao assistencialismo puro e simples.

Para dar conta de nossa intenção, permitiremos visualizar de que Lazer estamos falando quando pensamos em Políticas Públicas para o setor, e de como entendemos esse mesmo objeto – Políticas Públicas. Além desses, faremos uma abordagem sobre o PELC, no sentido de identificarmos nele ou não, indicadores que nos possibilite refletir e propor algo que se caracterize como iniciativa de ação com vistas à vivência do Lazer como direito social.

### Uma breve abordagem conceitual de lazer

O Lazer pela constituição de 1988 é um direito social de todo e qualquer cidadão brasileiro, sendo assim, torna-se dever do Estado garantir o acesso a este direito tanto quanto aos outros, como a educação, saúde, moradia, geralmente os mais ansiosos pela população, que os considera direitos de

<sup>82</sup> Todos os autores advêm da Universidade Federal do Espírito Santo

<sup>83</sup> Disponível em [www.esporte.gov.br](http://www.esporte.gov.br)

primeira necessidade. Em virtude de não figurar prioritariamente entre os cidadãos, o Lazer sofre grande preconceito, estando ligado, mesmo que para algumas pessoas indiretamente, ao ócio, vagabundagem, a não produtividade. Essa é uma idéia construída através dos anos tendo base na ideologia cristã de valorização do trabalho e na concepção capitalista de produtividade e rendimento (MARCELINNO, 2002; MELO e ALVES JUNIOR, 2003). Melo e Alves Junior (2003) lembram no livro “*Introdução ao Lazer*”, que na Grécia antiga o tempo livre era um momento de contemplação com oportunidade de crescimento espiritual, era como objetivo de vida, tendo uma conotação positiva.

O que observamos hoje é que a vida cotidiana foi dividida em duas, o tempo de trabalho e o de não trabalho, e dentro deste, existe ainda o chamado tempo disponível das (outras) obrigações. Essas duas dimensões da vida cotidiana muitas vezes são apresentadas de formas opostas, mas não necessariamente de forma pejorativa. Não existe uma dualidade estanque, pois a dinâmica da vida social não pode ser dividida em duas sem nenhuma relação entre si. As duas esferas de envolvimento são parte da existência humana, duas dimensões que se relacionam, influenciam-se e que estão ligadas. Dessa forma, as atividades de Lazer fazem parte da vivência humana, logo, se Saúde, Educação, Habitação, Transporte, são necessários, atividades de Lazer também o são, e começam a ser reivindicadas pela população de forma mais contundente.

Atualmente, um desafio para as intervenções estatais é a forte influência que o modo de produção vigente possui sobre as ações tanto coletivas quanto individuais. O Estado mostra-se fragilizado, tendo perdido autonomia de suas ações, principalmente neste mundo globalizado e interdependente, aparentando estar mais preocupado com a economia nacional, com a visão do país no exterior e com o PIB (Produto Interno Bruto) do que com a situação social de sua população. Os problemas tomaram proporções tão grandes que é difícil proceder para reverter a situação. Em se tratando de Lazer o difícil é modificar o imaginário da população. Muitas pessoas foram induzidas e compraram a idéia positiva da produtividade e da visão negativa do ócio. A idéia de Lazer veio sendo ao longo do tempo construída de modo que proporcionasse divertimento e descanso das obrigações, como um momento de esquecer o trabalho e a difícil realidade em que se vive, tornando assim o Lazer como um instrumento funcional para a manutenção da ordem vigente. É o que Marcellino (2002) sugere ser de uma visão funcionalista de lazer. Os reflexos da política romana de “*pão e circo*” ainda são perceptíveis no imaginário da população no que diz respeito ao Lazer.

Contrariando essa concepção, buscamos o que Marcellino (2001) denominou de visão crítica do Lazer, importante para a formação de indivíduos críticos e criativos, capazes de interferir na ordem moral e social. Para entender melhor as implicações do Lazer na vida social, Castellani Filho apresenta sucintamente, no prefácio para o livro de Fernando Mascarenhas “*Lazer como prática de liberdade*”, a origem do Lazer na sociedade moderna, como fenômeno tipicamente moderno resultante das tensões entre o capital e os trabalhadores, que se materializa como momento de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia. E o marco dessa origem seria a revolução industrial do século XVIII (MASCARENHAS, 2003).

Marcellino (1990) também traz grandes contribuições para a formulação do conceito de Lazer. Baseia-se no sociólogo francês Jofre Dumazedier, mas tem em Antonio Gramsci sua principal fonte na formulação de um conceito de Lazer, para afirmar que toda intervenção deve levar em conta o antagonismo de interesses do capitalismo, num esforço conjunto que visa a melhoria do nível cultural e social do grupo. Marcellino defende, assim como Dumazedier, a existência de três dimensões do Lazer: o divertimento, o descanso e o desenvolvimento pessoal e social das pessoas envolvidas nas suas atividades. O Lazer se apresenta como canal viável de atuação no campo cultural, principalmente integrado com a escola, uma vez que através do aspecto lúdico do Lazer é possível uma intervenção no processo educativo proporcionando novas visões e concepções tanto de Lazer, quanto de participação social na busca por uma educação conscientizadora. A partir dessa parceria Lazer-educação, Marcellino (1990; 2002) apresenta o duplo processo educativo do Lazer: educação *para* o Lazer e *pelo* Lazer. A primeira seria uma educação tendo o Lazer como fim em si mesmo, e a segunda segue uma visão consideravelmente funcionalista do Lazer, mas que reconhece seu potencial de veículo privilegiado de educação. Ainda segundo esse autor, para a prática de atividades de Lazer é preciso aprendizado, estímulo, deixando o conformismo e passando para uma apreensão e interpretação da realidade de forma crítica e acima de tudo criativa. O Lazer visto dessa forma se apresenta como tempo privilegiado de vivência de valores sendo reconhecido como manifestação cultural que contribuem para mudanças de ordem moral e cultural.

Ao tratar dos interesses culturais do Lazer, Marcellino (2002) diz que o Lazer não é simplesmente a prática ou contemplação das atividades esportivas, nem somente shows musicais, campeonatos e programas de verão. É a Cultura em sentido mais amplo, vivenciada e contemplada no tempo disponível, e tem relação com o envolvimento das pessoas que participam da atividade, com determinados valores da sociedade; reflete a realidade na qual todos vivem; reflete as relações pessoais. Atividades de Lazer levam em conta liberdade de escolha e proporcionam prazer aos indivíduos; podendo ser atividades físicas, artísticas, intelectuais, manuais, turísticas e sociais (MARCELLINO, 2002).

### **Impossível entender o Lazer isoladamente**

Como citado anteriormente o Lazer é um direito social garantido constitucionalmente, assim como outros e, apesar da divisão usualmente apresentada da vida social entre tempo de trabalho, tempo livre do trabalho, ou tempo disponível das obrigações, as atividades estão relacionadas e produzindo reflexos nas relações entre os seres humanos. Saúde, Educação, Transporte, Cultura, Esporte e Lazer, assim como outras, são esferas essenciais da vida social e devem, como direitos dos cidadãos, serem garantidos pelo governo. Cabe ao Estado mais uma vez, como administrador da vida pública e órgão responsável pela intervenção por meio de Políticas Públicas, atender demandas sociais e garantir o acesso digno a esses direitos.

Levando em consideração políticas públicas de Esporte e Lazer, nesse ponto voltamos a Marcellino (2001) segundo o qual, para executar com qualidade uma política pública nessa área deve-se levar em conta: a concepção de Lazer dos gestores, a formação do quadro de profissionais e, por último, mas não menos importante, a intersetorialidade das ações. Em outras oportunidades temos comentado sobre as duas primeiras (AREIAS, 2008; ROELDES, 2009), então, aqui nos prendemos ao aspecto da intersetorialidade. Esta intersetorialidade é o envolvimento de diferentes setores (secretarias, departamentos, coordenações, ou outras denominações administrativas) para atenderem os objetivos de uma intervenção pública junto à população. Em outras palavras, sendo a vivência do Lazer no tempo disponível, importante espaço de vivência de valores e de desenvolvimento pessoal e social, seria dever do Estado proporcionar esse tempo e espaço aos cidadãos.

Com base na atual conjuntura, poderíamos a título de exemplo, supor uma ação conjunta na esfera municipal, entre as Secretarias de Transporte, de Cultura, de Esporte e Lazer, de Educação, na tentativa de tornar viável que passássemos menos tempo no trânsito, tivéssemos paisagismo e mais opções de Lazer em equipamentos construídos para esse fim. Nesse caso, seria fundamental a construção de uma educação voltada para o Lazer enquanto fim, mas também como veículo, visando a conscientização e um maior envolvimento e incentivo na participação pública, com interesses voltados para a sociedade. Essa ação poderia também ser mais abrangente, envolvendo o setor produtivo, proporcionando redução da carga horária de trabalho, com salários mínimos suficientes para que as pessoas tivessem uma vida digna, com moradia, saúde e convívio social sem a preocupação constante com a violência. Isso é só um apontamento embrionário de grandes discussões políticas necessárias para a implementação de ações intersetoriais.

É crescente a necessidade de abordar demandas sociais de forma abrangente, observando o todo, o que têm influência sobre o problema, e não atacá-lo de forma isolada, porque a vida não é feita de partes compactadas em gavetas separadas, mas segue uma dinâmica ininterrupta de acontecimentos co-relacionados. A divisão de governos em secretarias, divisão do ensino em disciplinas foi a forma encontrada para proporcionar um melhor aprendizado ou abordagem dos problemas, mas não se pode esquecer que são partes de um todo. No caso da administração pública, a falta de atenção a esse fato pode levar a sobreposição de políticas e ao não atendimento das demandas sociais, conseqüentemente ao mau uso do dinheiro público.

Quando recorremos a literatura, vemos em Bobbio et al(1986) e Boudon e Bourricaud (1993) que uma administração pública, para fins de funcionamento está, portanto, estruturada como propõe a teoria de sistemas, e compõe um complexo sistema não somente administrativo, mas também político. A complexidade do sistema faz com que muitas ações precisem ser concebidas em setores específicos, de acordo com a particularidade de cada conjunto de necessidades públicas. Contudo, determinadas ações precisam de estratégia conjunta, sob o risco de sobreposição de ações com o mesmo fim, ou ausência delas, em função do jogo de interesses ou de prioridades. Intersetorialidade passa a ser então estratégia de excelência em termos de administração pública eficiente, eficaz e de efetividade social, como nos dizem Belloni et al (2003)

### **O PELC como política intersetorial**

O Programa Esporte e Lazer na Cidade foi formulado pelo Ministério do Esporte tendo como diretriz o papel contemporâneo do Lazer e do Esporte como emancipador pessoal e possibilitando o desenvolvimento humano, como direito social. Segundo os documentos encontrados no site do Ministério do Esporte, esta política foi formulada com o objetivo de atingir a emancipação da consciência e o desenvolvimento, sendo voltado para suprir a carência de Políticas Públicas nessa área atendendo a demanda da população, principalmente daquela em situação de vulnerabilidade social e econômica.

O Programa pretende proporcionar o relacionamento de diferentes faixas etárias (intergeracionalidade) sem abrir mão ao atendimento de pessoas com necessidades educativas especiais, numa verdadeira integração social, e para isso, foi formulado considerando o convênio com instâncias mais próximas da população, como prefeituras municipais, organizações não governamentais, centros de pesquisas e mesmo universidades federais, levando em conta a necessária aproximação com a sociedade para atender de forma eficaz suas demandas. O programa orienta seus conveniados para realizarem atividades sistemáticas de oficinas de Esporte, dança, ginástica, teatro, música, capoeira entre outras dimensões da cultura local, tendo a sensibilidade de apreender as especificidades de cada um onde será feita a intervenção, devendo contemplar, os interesses da cultura corporal e lúdica da comunidade, assim como o site apresenta.

Também é um dos objetivos do programa auxiliar na realização de eventos e projetos de Lazer que visem a ocupação do tempo e espaço de Lazer a partir de ações interdisciplinares envolvendo temas diversos como, por exemplo, meio ambiente, educação, cultura, saúde, e outros, sempre levando em conta a cultura local e as pessoas envolvidas. Os núcleos (unidades físicas e administrativas fundamentais do Programa) devem ser tratados como referência podendo descentralizar suas ações para outros locais, já que tem como objetivo a ressignificação dos espaços de Lazer e a busca de outros para que esta Política Pública seja efetivada. Essas orientações que o Programa faz aos seus conveniados pretendem possibilitar a inserção da comunidade no projeto fazendo com que se torne sujeito ativo auxiliando na construção das propostas bem como na solução dos próprios problemas (autonomia), gerando um sentimento por parte da comunidade de identificação com o Programa.

Assim, considerando essa apresentação rápida de alguns objetivos do programa, é mais fácil perceber o caráter abrangente deste e o objetivo de possibilitar aos que implementarão o projeto, apreensão real e o mais integral possível da cultura de cada comunidade na qual será realizada a intervenção. É com a consideração das demandas da população, com a abertura para o seu envolvimento na definição de suas atividades de Lazer, que a intervenção estatal pode realmente mudar a realidade social. A partir do momento que busca o diálogo com a população e possibilita liberdade de escolha do que será realizado, e também gera o convívio com diferentes faixas etárias, cria-se o ambiente propício para gerar e fortalecer a cidadania, fomentando a consciência crítica e coletiva. Incentiva-se assim na população a troca de experiências e de anseios, levando a reflexão de suas realidades e busca por mudanças. Essa é uma reflexão necessária para uma política intersetorial e o comportamento consciente de sujeitos críticos e criativos é proporcionado pelas atividades de Lazer que fazem parte das orientações do PELC a nível nacional.

Diante do exposto, fica claro que a proposta do PELC, pelo menos nas orientações constantes nos documentos oficiais, potencializa esse Programa como uma importante oportunidade dentro do sistema político-administrativo dos conveniados, principalmente nas entidades que exercem a representação do poder público (municipal e estadual), de exercer a estratégia da intersetorialidade de ações. O PELC, embora faça parte do planejamento estratégico do setor de Esporte e Lazer, envolve interesses diretamente ligados à Educação, Saúde, Meio Ambiente, Cultura, Turismo, entre tantos outros setores da administração. Estes setores podem somar esforços, recursos, quadro profissional, enfim, reunir intencionalidades setoriais neste Programa que abrange uma gama de direitos sociais e, portanto, pode contribuir para que o Estado atue com eficiência, eficácia e efetividade social.

### **Considerações finais**

A reflexão sobre a nossa condição é essencial para o entendimento da realidade e para a eventual modificação da mesma. Esse exercício gera a conscientização e fomenta o senso crítico e a criatividade dos sujeitos. O papel do Estado é a gestão da vida pública, considerando como diretriz maior o atendimento às demandas sociais, seja de qual ordem for, dando igual importância e possibilitando

acesso da população a todos os direitos que possui e proporcionando melhores condições de vida.

Hoje, considerando a realidade em que vivemos, o duplo processo educativo do Lazer, isto é, educação para e pelo Lazer, sendo o Lazer objetivo e veículo, pode proporcionar a conscientização da população, possibilitando com isso o fortalecimento da cidadania com a garantia desse direito social, assim como de outros. Essa é uma iniciativa que pode ser realizada através de Programas amplos, de Políticas bem definidas, que como vimos aqui, o PELC pode ser um paradigma, pelo mesmo é o que seus documentos mostram. Mas, mesmo o PELC, assim como outros programas, precisam implementar ações intersetoriais, estas tido como estratégias de administração eficiente, eficaz e de efetividade social, Talvez isso é o que garantirá ações do estado em Prol de direitos sociais conquistados historicamente e constantes na carta constitucional.

É a possibilidade de apreensão plena da realidade, feita pelas reflexões pessoais de cada sujeito, que poderá dar início a um processo de construção dessa pretendida realidade. Sendo que, o meio pelo qual isso seria possível hoje, dentre o que foi apresentado, considerando as abordagens conceituais de Lazer é através de uma educação conscientizadora da população, seja na escola ou fora dela. Depois dos sujeitos conscientizados, talvez almejemos uma reestruturação dos sistemas político-administrativos públicos.

## REFERÊNCIAS

AREIAS, K.T. V. *Programa Esporte e Lazer da Cidade no Município de Vitória-Es: uma breve análise a partir da Concepção de Lazer dos Gestores* (Monografia). Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor; SOUZA, Luzia Costa. *Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 1986.

BOUDON, Raymond e BOURRICAUD, François. *Dicionário Crítico de Sociologia*. São Paulo: Ática, 1993.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Pedagogia da Animação*. Campinas:Papirus, 1990 (coleção corpo e motricidade).

\_\_\_\_\_. *Lazer e Esporte: políticas públicas*. 2 ed. Campinas: autores associados, 2001.

\_\_\_\_\_. *Estudos do Lazer: uma introdução*. 3ª ed. Campinas: autores associados, 2002

MELO, Victor Andrade; ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. *Introdução ao Lazer*. Barueri:Manole, 2003.

MASCARENHAS, Fernando. *Lazer como prática de Liberdade*. Goiânia: Editora UFG, 2003.

LINHALES, Meily Assbú; ISAYAMA, Helder Ferreira; *Sobre Lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MINISTÉRIO DO ESPORTE, GOVERNO FEDERAL. *Orientações acerca da implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade*, Brasília, 2007. Disponível em: [http://portal.Esporte.gov.br/sndel/Esporte\\_Lazer/projeto\\_social/orientacoes.jsp](http://portal.Esporte.gov.br/sndel/Esporte_Lazer/projeto_social/orientacoes.jsp).

ROELDES, A. *Características essenciais de formação de agentes sociais para garantir a vivência do lazer*. Vitória: UFES, 2008 (mimeo).

## A EDUCAÇÃO PARA E PELO LAZER NO PROGRAMA MINAS OLÍMPICA NOVA GERAÇÃO

*Rodrigo Caldeira Bagni Moura<sup>84</sup>  
Guilherme Carvalho Franco da Silveira<sup>85</sup>*

**RESUMO:** O objetivo central deste artigo é ampliar o debate e a discussão sobre a educação para e pelo lazer no Programa Minas Olímpica Nova Geração. Dessa forma, pretendemos contribuir para que os profissionais que atuam no referido programa possam desenvolver estratégias e metodologias para estimular os alunos a ampliarem as suas vivências de lazer, diversificando os interesses culturais, e valorizando essa esfera da vida humana em suas vidas de forma crítica, criativa, responsável e comprometida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Educação. Programa Minas Olímpica Nova Geração.

Compreendemos o lazer como um direito social – direito legitimado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 24) e na constituição Federal do Brasil (art. 6, 7, 217 e 227) - e como possibilidade de produção de cultura. Identificamos na área de estudos do lazer que muitos autores pretendem superar a dominação, a reprodução e as tentativas de controle empreendidas no tempo disponível das pessoas.

A emergência dos estudos do lazer nos leva a acreditar que os alunos, nas diferentes instituições, precisam ser educados para conseguirem uma vivência de lazer plena, significativa e libertadora, que rompam com as visões restritas de lazer, funcionalistas e reducionistas.

Segundo Melo e Alves Junior (2003) “educar pelo lazer significa aproveitar o potencial das atividades para trabalhar valores, condutas e comportamentos” (p.53). Infelizmente percebemos que o profissional de Educação Física, nas diversas instituições, não estabelece na sua intervenção pedagógica uma proposta de mediação cultural engajada com a necessidade de compreensão do lazer como um direito social e como uma possibilidade de produção de cultura.

A falta de intervenção do profissional na área reforça uma imagem estereotipada do professor de Educação Física. Acreditamos que os conhecimentos atuais no campo do lazer podem contribuir para a superação de preconceitos e visões distorcidas da imagem do professor de Educação Física que atua em diferentes propostas, programas e projetos.

Além disso, acreditamos ser de fundamental importância para os alunos terem conhecimentos sobre o lazer, que pode ser trabalhado como um conteúdo com possibilidades para os diversos docentes, de acordo com as especificidades dos eixos norteadores, que no nosso caso são: práticas corporais, artes, saúde e qualidade de vida, enfocando os mesmos numa perspectiva ampla, variada e complementar. Para ilustrar essa preocupação com a educação para e pelo lazer Bramante (1998, p. 42) cita duas tentativas que foram feitas:

O lazer enquanto veículo de educação formativa, tem motivado educadores de todo mundo a incluir na pauta de suas pesquisas. Particularmente a partir dos anos cinquenta mas, com grande ênfase nos anos 70 e 80, tornou-se conhecido o binômio “educar para o lazer” e “educar pelo lazer”. A educação para/pelo lazer tem oscilado entre dois extremos, da inclusão de uma disciplina específica no currículo escolar desde o início do processo de escolarização, como foi o caso do projeto canguru, proposto pela Associação de Recreação e Parques, nos EUA durante os anos 70, até a visão mais progressista que propõe que todo currículo escolar deveria ter como paradigma a ludicidade, explorando os conteúdos específicos de todas as disciplinas através de uma educação pelo lazer .

Atualmente vemos que nenhum dos dois extremos citados pelo autor nessa ocasião se tornaram realidades em nosso país. Temos consciência que romper com o modelo escolar de formação para o trabalho é tarefa das mais difíceis. Queremos garantir que o lazer seja discutido em diferentes instituições, de forma interdisciplinar, pois acreditamos que da forma que os eixos estão estruturados cada uma deles poderia abordar o tema relacionando-o com suas especificidades. Marcassa (2004) afirma que: “Pensar a relação existente entre lazer e educação requer uma tomada de posição em face da gama de possibilidades, aspectos, desafios e dificuldades que tal questão envolve” (p.126).

<sup>84</sup> Mestrando em Lazer pela EEEFTO/UFMG e docente do ISEAT/FHA

<sup>85</sup> Mestre em Educação pela FAE/UFMG e docente do ISEAT/FHA

No entanto acreditamos que devemos assumir na atualidade o compromisso com a educação para e pelo lazer, ressignificando os conteúdos ministrados nas diversas abordagens, repensando a organização dos tempos e espaços, questionando a nossa ocupação do tempo disponível com produtos culturais de duvidosa qualidade, desenvolvendo um senso crítico para refletirmos sobre o direcionamento imposto pela indústria cultural, estimulando a diversificação das vivências dos conteúdos culturais, promovendo atitudes de respeito, de diálogo e de valorização das manifestações culturais transformadas em experiências, por nossos alunos e alunas no Programa Minas-Olímpica - Nova Geração.

Muitos profissionais de Educação Física não se preocupam em educar seus alunos para e pelo lazer, pois não tiveram acesso a uma discussão mais ampliada dos conhecimentos produzidos no campo de estudos do lazer, bem como um aprofundamento teórico a partir de alguns conceitos-chaves e de reflexões sistematizadas sobre a importância da Educação Física para desenvolver um olhar crítico, uma vivência diferenciada nas aulas, a partir dos interesses culturais do lazer e que possa contribuir para que o aluno amplie as suas possibilidades de lazer para além dos muros das instituições educacionais.

Nesse sentido, é só com uma formação sólida que o profissional de Educação Física vai compreender que existe uma série de possibilidades, que ampliam a visão dos alunos, e do próprio profissional, que essa intervenção deve ter um sentido muito mais importante do que apenas ocupar o tempo com meras atividades descontextualizadas.

Para que isso ocorra, é de fundamental importância que a formação do profissional de Educação Física contemple disciplinas e conteúdos que possam ir além da visão biológica e desenvolvimentista tão arraigada na história da Educação Física.

Segundo Marcassa (2004), podemos identificar algumas perspectivas em que a relação entre lazer e educação foram implementadas nas escolas brasileiras.

A primeira tendência apresentada por Marcassa (2003) data de meados de 1960. A autora afirma que esta tendência interveio diretamente na constituição do próprio campo do lazer.

Não acreditamos que tenha ocorrido dessa forma, pois a própria autora não explicita, num primeiro momento, o que ela está considerando como lazer e nem mesmo como recreação escolar. Os princípios desta primeira tendência são contrários a uma perspectiva ampliada de lazer como revela o seguinte trecho de Marcassa (2003):

Reclama a aplicação de recursos e estratégias pedagógicas para a ocupação saudável e produtiva do tempo livre, contribuindo para a autodisciplina e a correta “organização dos lazers” por meio da recreação (p.126).

Esta forma de compreender a recreação na escola foi muito presente na educação brasileira. Tinha um sentido contrário à perspectiva de educação para e pelo lazer que acreditamos, pois essa forma de conceber a relação com o aluno leva a submissão, ao autoritarismo, a alienação, ao simples consumo de atividades irrefletidas.

Marcassa continua seu artigo apontando outras perspectivas de análise da relação entre lazer e educação. A autora faz menção ao entendimento que esteve presente em diferentes momentos históricos que o lazer seria uma possibilidade de educação constante. No entanto, essa visão também está descolada de uma reflexão mais cuidadosa dos sentidos e significados do lazer em determinados contextos e épocas, bem como dos usos, princípios e artifícios de controle dos indivíduos.

Refere-se ao entendimento de que o lazer é um espaço de educação constante, uma vez que permite aos indivíduos o descanso e a recuperação das suas forças físicas e mentais para o retorno ao trabalho. Alivia as tensões, mantém-nos ocupados em atividades que lhe dão e, ainda, promove seu desenvolvimento pessoal e social, condição indispensável para que o homem se mantenha em equilíbrio e, assim, possa dispor de toda sua energia e inteligência (p.128).

Para superarmos essa visão algumas estratégias devem ser pensadas, pois o profissional que já está engajado num projeto e não teve uma formação condizente com os princípios almejados deveria ter acesso a uma formação continuada que suprisse essa lacuna. A partir dessas constatações começamos a desenvolver no projeto Minas - Olímpica – Nova Geração uma proposta de educação para e pelo lazer, possibilitando aos educadores e aos educandos uma formação coerente com os princípios norteadores da proposta.

### **A experiência do Minas Olímpica - Nova Geração no ISEAT**

Atendendo a uma de suas finalidades, qual seja, estabelecer intercâmbios, convênios e acordos de cooperação com instituições públicas e privadas visando ao desenvolvimento e aperfeiçoamento

do processo de formação de professores, o Instituto Superior de Educação Anísio Teixeira (ISEAT) da Fundação Helena Antipoff (FHA) assinou um convênio para a constituição de um núcleo do Programa Minas Olímpica Nova Geração em Ibirité com a Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude (SEEJ/MG), como atividade de extensão.

Segundo a SEEJ (2009), o Programa Minas Olímpica Nova Geração constitui-se como um:

Programa de inserção social de jovens através do esporte, visando torná-los socialmente menos vulneráveis, qualificando sua formação integral e sua participação em vivências esportivas, pedagógicas, lúdicas, de promoção de sua saúde e auto-cuidado e complementação nutricional.

Na assinatura do convênio foi aberta a possibilidade de que o ISEAT definisse sua própria proposta pedagógica para o núcleo, desde que resguardado o princípio de oferecer três eixos de atividades para as crianças e adolescentes participantes: esportes, pedagogia/arte e saúde. Assim, o ISEAT ampliou o objetivo do programa, propondo contribuir para a formação das crianças e adolescentes para e pelo lazer, proporcionando a ampliação de experiências e conhecimentos das práticas corporais (além do esporte, também a dança, a ginástica, as lutas e os jogos e brincadeiras), da arte, e da formação para a qualidade de vida (aqui entendida nas suas dimensões social, cultural e biológica), aliada a uma reflexão sobre tais práticas culturais.

Para cumprir tal objetivo, foi definido como princípio estruturador do programa no ISEAT a formação para e pelo lazer, visando a possibilitar o acesso e a releitura de linguagens culturais diversas como: as práticas corporais, o cinema, o circo, a dança, o teatro, a música, a fotografia, etc. Pretendemos assim, mais do que tirar crianças da rua ou resolver problemas como o consumo drogas ou a violência, criar oportunidades de lazer e de reflexão crítica sobre o mesmo, para as populações “vulneráveis”. Não concordamos, em nosso núcleo, em desenvolver “uma concepção reducionista e discriminatória, conforme é exemplificada por Tavares (2006, p. 201): enquanto estiverem jogando bola, não estão assaltando ou traficando” (CORREIA, 2008).

Temos a intenção, então, de superar propostas que se baseiam em:

Discursos que defendem a ocupação do tempo livre como solução para os possíveis problemas relacionados com a violência, a criminalidade e outros que perturbam a ordem social urbana (MASCARENHAS, 2003), ou melhor, das ilhas de inclusão (CORREIA, 2008, p. 95)

Nosso propósito é oferecer experiências ricas de formação, que ampliem a visão de mundo dos participantes, possibilitando o conhecimento crítico de práticas culturais usualmente não acessíveis a eles.

A sociedade tem proporcionado muito mais oportunidades de formar e educar para o trabalho, muitas vezes desconsiderando outras esferas da vida humana como o tempo de lazer e a cidadania. O programa Minas Olímpica Nova Geração no ISEAT pretende contribuir para ressignificar a relação dos alunos com o tempo disponível, refletindo sobre o lazer como espaço privilegiado de emancipação em suas vidas e sobre a atuação política, como cidadão, como possibilidade de contribuir para a transformação da realidade que os cerca.

Dessa forma, o programa, em nosso núcleo, pretende representar muito mais do que a vivência de atividades esporádicas e descontextualizadas. Não consideramos os participantes meros repetidores de atividades e reprodutores de valores questionáveis. Queremos repensar a própria humanização dos sujeitos numa proposta dialógica que tenha, na mediação cultural, várias possibilidades de conhecimento, de reflexão, de criatividade, de criticidade e de autonomia.

O trabalho é realizado por estudantes de Educação Física e Ciências Biológicas, orientados semanalmente por professores de Educação Física, Arte e Ciências Biológicas do ISEAT, possibilitando uma reflexão constante sobre o processo de formação das crianças e adolescentes participantes, em especial sobre a educação para e pelo lazer levada a cabo nos projetos e experimentações. Estas orientações permanentes constituem uma marca do núcleo, evitando o abandono dos estagiários no cotidiano de trabalho, como muitas vezes observado em alguns programas de governo baseado no trabalho de estudantes universitários. Desta forma, os estagiários tem conseguido com a lógica do mero oferecimento descontextualizado de práticas culturais para simplesmente divertir as crianças e adolescentes.



A partir de um diagnóstico com o objetivo de conhecer as manifestações culturais a que os participantes do projeto têm acesso em suas comunidades, procura-se, em diálogo com eles, selecionar temas para projetos de trabalho, em que sejam utilizadas, no processo de aprendizagem, diferentes recursos didáticos e linguagens (corporal, artística, midiática, científica, etc). entendendo o trabalho por projetos como uma estratégia didática que exige das crianças e adolescentes o envolvimento como construtores do saber, e não apenas receptores do saber transmitido pelo professor, consideramos que existe uma possibilidade ampliada de os participantes chegarem a uma aprendizagem relevante, uma vez que seus pontos de vista, interesses e necessidades sobre cada manifestação estudada sempre são levados em consideração na condução do projeto.

O trabalho por projetos, como defende Hernandez (1998), possibilita superar a lógica do ensino centrado nas habilidades motoras. Não que técnicas e formas de fazer sejam descartadas, mas tais elementos não são entendidos como um fim em si mesmo, mas como parte do processo de conhecer por inteiro as práticas estudadas (dimensões históricas, sociais, culturais, fisiológicas, além da própria dimensão técnica). O conhecimento das práticas corporais e da arte é entendido como uma atividade complexa, envolvendo um saber-fazer, um saber-sobre e uma reflexão sobre tais saberes. Por isso, cada projeto de uma duração longa o suficiente para permitir a aprendizagem significativa, só sendo encerrado quando alunos e professores consideram que o conhecimento construído satisfaz os desejos iniciais de aprendizagem

Com atividades três vezes por semana, dedica-se dois dias aos projetos de trabalho e um dia às experimentações. Os participantes, na faixa etária entre 10 e 15 anos, realizaram, nos primeiros quatro meses, projetos de práticas corporais (vôlei, taekwondo, futsal), arte (dança e circo), além de um projeto de saúde/qualidade de vida. Nestes projetos, começamos identificando o conhecimento que os alunos já possuíam de cada uma dessas práticas culturais. A partir daí, vivenciaram-se as técnicas corporais, buscaram-se informações sobre a história, refletiu-se sobre o sentido de cada manifestação na nossa cultura, a influência da mídia no esporte, os estéticos e éticos envolvidos nas práticas corporais e na arte. As intervenções foram registradas em fotos, vídeos e estimulamos os alunos a buscarem conhecimento sobre cada tema em jornais e revistas, sempre registrando as informações coletadas e as aprendizagens garantidas.

No caso específico do projeto de vôlei, um dos frutos do trabalho com as crianças e adolescentes foi a idéia, já detonada, da escrita de um livro de histórias sobre a modalidade, em que a narrativa será baseada na experiência dos alunos, sendo as personagens criadas pelos próprios alunos.

Além de tais projetos, realizados em dois dias da semana, as crianças e adolescentes tem se envolvido, uma vez por semana, em atividades de experimentação de diversas práticas corporais (neste início de projeto, foram vivenciados: badminton, frescobol, le parkour, arvorismo, ginástica olímpica, peteca, ping-pong, natação, futebol americano, atletismo). Diferentemente dos projetos de trabalho, tais experimentações não se apresentam inicialmente como um estudo aprofundado das práticas. A intenção é oferecer o maior número possível de vivências de manifestações desconhecidas dos participantes. A expectativa é de que algumas destas experimentações, ao despertar a curiosidade dos alunos, possam futuramente também se constituir em projetos, cujo ponto de partida sejam as dúvidas levantadas no primeiro contato com tais práticas.

Consideramos a proposta de trabalho desenvolvida até agora bem sucedida, apesar de reconhecer algumas dificuldades nestes primeiros meses. Quanto aos participantes do projeto, temos enfrentado algumas tensões com relação à expectativas deles de apenas fazer, realizar atividades corporais. Os momentos de reflexão sobre as práticas são às vezes criticados por eles como perda de tempo, mas temos percebido um movimento no sentido de aos poucos compreender o sentido de tais reflexões. Em relação aos estagiários, percebemos uma dificuldade inicial de planejar para além da vivência prática, para além dos livros que apenas apresentam listas de exercícios. Os tempos de orientação tem contribuído para a superação do entendimento de educação para e pelo lazer como sinônimo de recreação.

Para além de um instrumento de controle e manipulação social, procurando minimizar os perigos causados pelo tempo ocioso, como muitas vezes foi e continua a ser utilizada a recreação (WERNECK, 2000), temos tentado construir uma intervenção que possibilite a emancipação dos sujeitos, a reflexão sobre o seu tempo de lazer, a ampliação do conhecimento de práticas culturais e a construção de relações sociais baseadas não na comparação de desempenhos, mas na compreensão da diversidade de práticas e sujeitos como um rico aspecto da vida humana.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Vânia de Fátima Noronha. Uma leitura antropológica sobre a Educação Física e o lazer. In: WERNECK C. L. G. e ISAYAMA, H. F. *Lazer, Recreação e Educação Física*. Editora Autêntica. Belo Horizonte, 2003. p. 83 à 115.
- BRAMANTE, Antônio Carlos. Lazer e a multiplicidade de profissionalização e de funções. In: *IV Encontro Nacional sobre Juventude: Indústria do lazer. Perspectiva de geração de empregos e renda*. Belo Horizonte. Anais... 1998.
- CORREIA, Marcos Miranda. Projetos sociais em educação física, esporte e lazer: reflexões preliminares para uma gestão social. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 29, n. 3, p. 91-105, maio 2008.
- MARCASSA, Luciana. Lazer – Educação. In: GOMES, C. L. (Org.) *Dicionário Crítico do Lazer*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.
- HERNANDEZ, Fernando. *Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho*. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e Educação*. Campinas: Papyrus, 1987.
- MELO, Victor Andrade e ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. *Introdução ao lazer*. Barueri, SP: Manole, 2003.
- SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. Editora Brasiliense. 16. ed. São Paulo, 1996 (Coleção Primeiros Passos).
- SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES E DA JUVENTUDE. *Programa Minas Olímpica Nova Geração. Guia para as Ações Educativas e de Gerenciamento*. Belo Horizonte: SEEJ, 2007. Disponível em [http://www.esportes.mg.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=30](http://www.esportes.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=30). Acesso em 11/02/2009.
- WENECK, Christiane. *Lazer, trabalho e educação*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

## RELAÇÕES ENTRE O LAZER E A EDUCAÇÃO DE TEMPO A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

Monica Borges Monteiro<sup>86</sup>

**RESUMO:** A preocupação com a fundamentação político-pedagógico da educação de tempo integral apresenta novas questões, que surgem devido ao aparecimento de múltiplas experiências na realidade educacional brasileira. Neste artigo analisaremos alguns aspectos do debate acerca das concepções de educação de tempo integral que permeiam proposta de intervenção governamental, a partir da análise do programa Segundo Tempo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação em Tempo Integral. Lazer.

### Introdução

#### “Segundo Tempo embala sonho de crianças na periferia de Belford Roxo”

A infância limitada às vezes pela pobreza extrema, a fraca aprendizagem escolar com o risco da convivência com a violência urbana e doméstica – assassinatos, drogas e alcoolismo - que muitas vezes refletia-se num comportamento agressivo e rebelde, não transformaram 350 estudantes em perigo para a sociedade. Ao contrário do que se imagina eles estão no caminho do bem. Graças ao Programa Segundo Tempo os jovens da cidade fluminense de Belford Roxo estão protagonizando outro processo: o de crescimento e de superação, onde emplacam numa vida melhor” (Ministério do Esporte, 2008)<sup>87</sup>

Notícias como esta ocuparam muito espaço nas fontes governamentais, nos últimos anos. Uma possível justificativa para o entusiasmo em torno do esporte e do lazer nas políticas sociais do governo do presidente Luis Inácio é a condição de historicamente a área praticamente não receber atenção nos governos anteriores em relação aos investimentos priorizavam somente o esporte de rendimento.

Em um país no qual os problemas sociais são tantos e tão grandes, a demanda à democratização do acesso ao esporte e ao lazer para a infância e a adolescência se impõem como uma agenda fundamental. Tais preceitos estão presentes no Art. 227 da Constituição Federal, no Art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, o que mostra que essa não apenas é uma antiga preocupação, como também tornou-se algo cuja aplicação precisa ser garantida.

Reconhecida sua importância, ao menos no que tange à legislação, esse tema é constante nas discussões entre o Governo Federal e organismos internacionais como a Unesco, Unicef e ONU, principalmente quando se trata de atendimento à camadas menos favorecidas, em situação de vulnerabilidade social, que sempre viram no esporte uma forma de ascender socialmente, de superar barreiras pessoais e assim, obter sucesso, enfim, uma vida mais digna.

Para o Ministério do Esporte (ME)<sup>88</sup>, ação em programas de esporte e lazer amplia o atendimento da demanda sócio-esportiva do país, firmando novas parcerias com os mais diversos setores engajados da sociedade, que visam contribuir para o combate das mazelas de nosso país. Atualmente o ME se organiza em três secretárias: Secretaria Nacional de Esporte Educacional, Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer e Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento.

Dentro da Secretaria Nacional de Esporte Educacional está o programa Segundo-Tempo (PST)<sup>89</sup>, lançado em 2003, com o objetivo de incluir socialmente crianças em situação de vulnerabilidade social, através do esporte e do lazer e com a ajuda de entidades parceiras, como a escola. Em seus fundamentos pedagógicos defende a educação no contra-turno escolar, que se configura em ampliação do tempo educacional (educação de tempo integral), através de práticas esportivas educacionais, que estimulem crianças e adolescentes a manterem uma interação efetiva e capaz de contribuir para o seu desenvolvimento integral.

86 Professora da rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro. Pesquisadora do grupo ANIMA:Lazer, Animação Cultural e Estudos Culturais/UFRJ (<http://grupoanima.org>).

87 Notícia veiculada no site: [http://portal.esporte.gov.br/ascom/noticia\\_detalhe.jsp?idnoticia=4975](http://portal.esporte.gov.br/ascom/noticia_detalhe.jsp?idnoticia=4975), dia 07 de maio de 2008. Pesquisado na mesma data.

88 No site: <http://portal.esporte.gov.br>. Pesquisado em 01 de agosto de 2008

89 Segundo sua página na internet. <http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo>. Pesquisa realizada dia 15 de agosto de 2008.

Os ideais da educação de tempo integral, compõem freqüentemente os discursos e debates sobre a qualificação da educação pública brasileira. O destaque dado à educação de tempo integral, pelo PST, tem a finalidade de colaborar para a inclusão social, bem-estar físico, promoção da saúde e desenvolvimento intelectual e humano. Contudo, a concepção de educação de tempo integral, presentes no programa, não é uma inovação pedagógica, pois diferentes orientações ideológicas utilizaram as concepções da educação de tempo integral no sistema de ensino brasileiro, com interesses distintos.

Este artigo apresentará a primeira fase de estudos da pesquisa que pretende levantar questões e abrir uma discussão sobre a efetivação de uma educação de tempo integral no tempo do lazer. Nele, vamos retomar a concepção de educação integral em dialogo com a análise em *locus* de núcleos implementados pelo programa no Rio de Janeiro.

A preocupação com a fundamentação político-pedagógico da educação de tempo integral apresenta novos aspectos e questões, que surgem devido ao aparecimento de múltiplas experiências na realidade educacional brasileira. Neste momento parece-nos pertinente analisar experiências no âmbito do lazer que possam contribuir para o enriquecimento dos parâmetros que regem a educação de tempo integral na atualidade.

Esta pesquisa, ainda em sua fase inicial de estudo, se propõe a lançar luz em alguns aspectos do debate acerca das concepções de educação de tempo integral que permeiam o sistema educacional brasileiro atualmente, a partir da análise do programa Segundo Tempo.

Este estudo originou-se a partir do convite feito pelo Ministério do Esporte ao grupo de pesquisa ANIMA: Lazer, Animação Cultural e Estudos Culturais<sup>90</sup>, do qual faço parte. Deste modo, alguns componentes do Anima foram selecionados para compor a equipe colaboradora de acompanhamento dos convênios estabelecidos no estado do Rio de Janeiro. Daí que, como integrante desta equipe, empoderada da possibilidade de avaliar e contribuir para o desenho dessa política pública de educação, instigou-me a pesquisar o programa para compreendê-lo dentro de alguma categoria de educação em tempo integral, com ênfase em seus fundamentos pedagógicos.

### **Objetivo**

O nosso principal objetivo é analisar uma política pública de educação que atuam no âmbito do lazer e, a partir daí, observar parâmetros que configure um modelo de intervenção adequado a uma vivência nova das práticas pedagógicas que direcione a comunidade para transformações na sociedade. Para construir tal, realizaremos um estudo do Programa Segundo Tempo, no Rio de Janeiro.

### **Referências teórico-metodológicas**

Trata-se de uma pesquisa descritiva e analítica, onde o procedimento do qual obteremos os dados se configura como uma pesquisa de campo. Como alternativa metodológica, optamos pelo levantamento de informações de variadas fontes e de distintas modalidades, configurando uma pesquisa bibliográfica sobre a educação de tempo integral e as teorias do lazer. Também realizaremos pesquisa documental de fontes primárias sobre os programas governamentais de esporte e lazer e uma pesquisa de campo sobre o programa Segundo Tempo (PST).

Na fase de levantamento de informações procuramos identificar o espaço do lazer no PST e suas relações com a educação de tempo integral. Na pesquisa de campo, planejamos visitar 30% dos núcleos do programa Segundo Tempo implementados na cidade do Rio de Janeiro. Nessas visitas, realizaremos entrevistas com gestores e participantes e produziremos um relatório de observação. Para orientarmos a pesquisa de campo, elaboramos um roteiro minucioso, cuja utilização balizará o diálogo estabelecido em cada um dos núcleos visitados. Nessa fase avaliaremos os onze quesitos que objetivam verificar os impactos das ações do PST estabelecidos pelo próprio programa: a) onde está o lazer no PST? b) como são desenvolvidas às práticas de lazer no PST?; c) praticantes de atividades culturais; d) qualificação de professores e estagiários de educação física sobre os conceitos do lazer; e) enfrentamento aos riscos sociais vividos pelos participantes.

Como esta é uma pesquisa em andamento apresentaremos a primeira fase de estudos, que tange as reflexões do espaço de lazer no PST e suas relações com a educação de tempo integral vivida no Rio de Janeiro.

---

<sup>90</sup> Mais informações no site: <http://grupoanima.org>

### **O espaço do lazer no Programa Segundo Tempo**

O lazer é um fenômeno que começou a ser observado mais profundamente em decorrência do desenvolvimento do modelo de produção fabril, notadamente nas lutas operárias. Ou seja, se no decorrer da história sempre existiram atividades relacionadas à diversão, somente quando a jornada de trabalho se torna demarcada por um sistema de produção, podemos identificar o surgimento de um tempo disponível que se estabelece a partir do que sobra não só da rotina de trabalho, como também de outras tarefas domésticas cotidianas (cuidar dos filhos, resolver problemas da casa etc.).

No Brasil, o assunto aparece embrionariamente nas décadas de 1920 e 1930 e a partir da década de 1970, o campo do lazer vai melhor se estruturando, de tal ordem que podemos hoje identificá-lo organizado em três grandes fóruns, que se interrelacionam, mesmo que possuindo peculiaridades:

a) o lazer se configura enquanto um campo acadêmico, tendo uma longa tradição de estudos e pesquisas, embora ainda careça de completo reconhecimento no âmbito das universidades; a temática se caracteriza pelo caráter multidisciplinar;

b) o lazer se apresenta como um relativamente recente, mas fértil e promissor campo de negócios; é um mercado de consumo ainda não completamente definido e com grandes lacunas a serem preenchidas;

c) o que mais nos interessa neste artigo: o lazer é direito social e um tempo/espaço de formação.

Observando o lazer no PST, podemos perceber uma profunda relação entre o lazer e a educação quando entendemos em uma dupla dimensão: educar *para* o lazer e educar *pelo* lazer. Tal conceito pode conjugar dois parâmetros, um mais objetivo, de caráter mais social (o tempo) e outro mais subjetivo, de caráter mais individual (o prazer). Em linhas gerais, consideramos que as atividades de lazer:

\* são culturais, em seu sentido mais amplo, englobando inclusive os diversos interesses humanos, as diversas linguagens e manifestações. Por tanto, o lazer pode trazer um rico campo de possibilidades para vivenciar o esporte educacional, pois amplia os diversos interesses, linguagens e manifestações que envolvem o campo esportivo;

\* são vivenciadas no tempo livre das obrigações, de trabalho, domésticas, religiosas e das necessidades. Neste sentido, quando o Projeto Segundo Tempo opera na perspectiva do contra-turno escolar, o lazer se caracteriza fortemente em uma atividade diferente das obrigações escolares;

\* são buscadas tendo em vista o prazer que podem possibilitar embora nem sempre isso ocorra; aliás, o prazer não deva ser compreendido como exclusividade de tais atividades. No Projeto Segundo Tempo, quando falamos da dimensão lúdica em substituição a performance de alto rendimento no planejamento das atividades, o prazer fica bastante evidente.

### **Lazer e a educação de tempo integral: relações**

Uma das estratégias do PST caracteriza-se pelo acesso a diversas atividades e modalidades esportivas (individuais e coletivas) e ações complementares, desenvolvidas em espaços físicos da escola ou em espaços comunitários, tendo como enfoque principal o esporte educacional.

O esporte educacional pode ser reconhecido como uma das manifestações esportivas às quais se atribuem compromissos pedagógicos no âmbito da educação e formação de crianças e jovens. Praticado nas escolas em aulas de educação física ou em outros espaços educativos, o esporte implica em espelhar os objetivos educacionais inerentes aos princípios de cidadania, de diversidade, de inclusão social e de democracia. Enfim, o esporte educacional implica na formação de valores, hábitos e atitudes.

No ANIMA, compreendemos que o esporte educacional pressupõe o esporte como um patrimônio cultural da humanidade e como tal constitui um acervo a ser amplamente disseminado para que todos tenham acesso a ele, usufruam, transformem, transmitam e assim dêem seguimento aos seus contínuos processos de construção. O esporte educacional deve promover o desenvolvimento da cultura esportiva, cultivar e incrementar atividades que satisfaçam às necessidades lúdicas, estéticas, artísticas, combativas e competitivas de crianças e jovens, tendo como prioridade educá-lo em níveis mais elevados de conhecimento e de ação para o exercício pleno da cidadania.

Devido à enorme desigualdade social existente na cidade do Rio de Janeiro, há uma proliferação dos projetos sociais no âmbito do lazer, implementados na cidade do Rio de Janeiro, que utilizam os ideais da educação em tempo integral de forma intencional e não intencional.

Segundo Cavaliere (2002) os modelos de educação do tempo integral que vêm se configurando no país podem ser sintetizados em duas vertentes: uma que tende a investir em mudanças no interior das unidades escolares, de forma a que possam oferecer condições compatíveis com a presença de alunos

e professores em turno integral e outra que tende a articular instituições e projetos da sociedade, que ofereçam atividades aos alunos no turno alternativo às aulas, não necessariamente no espaço escolar e, muitas vezes, fora dele. É na escolha do segundo modelo, que vamos aprofundar a pesquisa.

A compreensão dos ideais de educação do tempo integral que se desenvolve no Brasil tem forte configuração no pensamento educacional do início do século XX. Neste período, os estudos apontavam o interesse pelo lazer como tempo/espaço propício para a vivência de uma multiplicidade de experiências classificadas como não pertencentes ao mundo do trabalho, visão disseminada principalmente nas modernas sociedades urbano-industriais. De acordo com os argumentos de Parker (1978), este campo foi estruturado, como parte do desenvolvimento da Sociologia em seu conjunto, cujas abordagens teóricas e métodos de investigação não eram totalmente peculiares ao estudo do lazer.

A maioria dos estudos sobre o fenômeno lazer enfoca sua atuação enquanto contraposição ao trabalho. O tempo destinado às atividades de lazer seria o tempo de “não-trabalho” e viria da necessidade de fugir temporariamente das rotinas e alienações provocadas pelo trabalho formal, que se intensifica a partir da Revolução Industrial, e que muda a relação dos indivíduos com a sua busca pela subsistência. No distanciamento desta concepção de lazer associado ao trabalho (ou ao não-trabalho) surge uma linha de pensamento para compreendê-lo como uma necessidade inerente da vida humana, como um ato social importante e imperativo aos indivíduos; focando suas bases na busca pela excitação, pelas fortes emoções que sempre estiveram presentes na vida das pessoas e que se tornaram cada vez mais reprimidas nas sociedades atuais.

Atualmente, em nossas investigações no ANIMA identificamos que o lazer é muito mais que isso, pois operar no âmbito do lazer e entender que “Não é um campo ingênuo ou isolado das outras esferas da vida em sociedade, mas sim de tensão social, de diálogos e de conflitos, compreendido a partir da ótica de circularidade cultural (trocas mútuas e constantes de valores), onde a intervenção profissional deve superar o espontaneísmo e ser implementada de maneira consequente” (MELO, 2002, p. 5).

Se aprofundarmos nossa abordagem sobre os fundamentos filosóficos que permeiam as teorias do lazer veremos que há íntima relação com os ideais da educação de tempo integral. Poderemos pontuar como importante marco desta relação à consideração de Anísio Teixeira quando na reorganização da Direção Geral da Instrução Pública do DF, que, pelo decreto nº 3763 de 1º de fevereiro de 1932, criou treze Inspeções Especializadas, entre elas: “obras sociais escolares, peri-escolares e pós-escolares”, “educação de saúde e higiene escolar”, “educação física” “música e canto orfeônicos”. Criou ainda a Biblioteca Central de Educação, a Filмотeca e o Museu Central de Educação. No relato dessa reorganização aparece a grande preocupação com o ensino de música, artes, desenho, artes industriais, educação física e saúde, recreação e jogos, rompendo com a visão estritamente utilitária da educação escolar. Daí as contribuições do lazer na realização do tempo integral na escola, como ampliação da difusão cultural.

A educação de tempo integral, ou seja, a educação escolar ampliada em suas tarefas sociais e culturais, esta presente nas propostas das diferentes correntes políticas que defendem a transformação da sociedade através da escola. A proposta de educação de tempo integral merece análises de diferentes naturezas, pois a escola fundamental brasileira, voltada para as classes populares, apresenta-se com característica de funcionamento mínimo, isto é, de poucas horas diárias, pouco espaço e poucos profissionais, o que compromete a sua capacidade de ser espaço de socialização e de difusão cultural.

Historicamente, no sistema educacional brasileiro, as justificativas para a ampliação do tempo de escola estiveram baseadas tanto em concepções autoritárias como em concepções democráticas. As correntes autoritárias e elitistas entendiam a ampliação do tempo da escola no sentido de ampliação do controle social e dos processos de distribuição dos indivíduos nos segmentos hierarquizados da sociedade. As concepções democráticas defendiam a educação integral com o objetivo de reconstrução das bases sociais para o desenvolvimento democrático, o qual só poderia se dar a partir de indivíduos intencionalmente formados para a cooperação e a participação.

Em campos opostos ao exemplo da corrente autoritária brasileira, encontram-se, em âmbito internacional, a proposta de educação integral dos socialistas utópicos que, desde o século XIX, a tinham como bandeira política, definindo-a como ação libertadora e revolucionária, bem como as correntes liberais, representadas pelo diversos movimentos de renovação da escola, que viam, na educação integral, o meio de propagação da mentalidade e das práticas democráticas. Esteve, portanto, a proposta de educação integral presente em diferentes campos políticos e servindo a múltiplas orientações ideológicas (CAVALIERE, 1996, p. 16).

Como o entusiasmo pela educação em tempo integral era um sentimento difundido e que perpassava diferentes orientações ideológicas, podemos encontrar significados diversos no interior de suas concepções, os quais representam diferentes projetos políticos. Por isso, quando falamos em educação em tempo integral é preciso analisar cada experiência, em sua dimensão concreta.

Podemos destacar, para fins de exemplificação, o Programa dos CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública), que nos anos de 1980, em escolas de tempo integral, no Estado do Rio de Janeiro, desenvolvia uma ação onde as crianças e jovens deveriam permanecer durante todo o dia, participando de atividades curriculares variadas e recebendo alimentação e cuidados básicos. Era um modelo que previa a abertura da escola à comunidade (Cavaliere, 2002). Praticava a idéia de que a extensão do tempo poderia ser feita em diferentes espaços. Daí o lazer apresentava-se com grande importância na implementação do programa.

Nos anos de 1980, o lazer, enquanto campo científico, valorizava a cultura popular e a participação da população nas ações tendo no trabalho a sua categoria fundamental de reflexão. Atualmente, com a globalização, a economia de mercado, o afastamento do Estado e precarização do trabalho ampliam-se as discussões científicas do lazer, principalmente com as teorias sobre as novas formas de acesso a bens culturais. Dentre os referências teóricos podemos destacar os estudos de Marcellino (1995) quando define lazer como "... a cultura, compreendida em seu sentido mais amplo, vivenciada no tempo disponível. É fundamental como traço definidor, o caráter desinteressado dessa vivência". (MARCELLINO 1995, p.39). De Valquíria Padilha, quando entende o lazer como um tempo utilizado na realização de atividades escolhidas livremente (PADILHA, 2002, p. 125). De Gustavo Gutierrez, quando considera o lazer como atividade sem obrigatoriedade com objetivo de alcançar prazer pessoal e realizada durante o tempo livre (GUTIERREZ, 2001, p. 7). No ANIMA, defendemos o lazer como uma necessidade humana importantíssima no campo de vivência social (Melo, 2003). Por estas definições torna-se possível ressaltar os dois aspectos fundamentais do lazer: o tempo e a atitude. Estudos sobre o lazer devem, portanto, levar em conta estes aspectos, tratando-os conjuntamente ou em separado.

Na experiência do programa dos CIEPs o lazer se materializa na figura do animador cultural, ou seja, profissionais responsáveis por organizar o trabalho cultural e artístico da escola. A animação cultural dos CIEPs defendia a transformação da escola em um espaço verdadeiramente democrático, integrado ao processo educacional e à vida comunitária desenvolvida como um processo conscientizador, que resgatava o mais autêntico papel político e social da escola, através de um trabalho de organização, de facilitação e de estimulação das práticas culturais

No ANIMA entendemos a animação cultural como um processo de intervenção pedagógica, no âmbito do lazer, que tem a cultura como sua preocupação e estratégia central, o cerne de sua atuação ("anima", alma). Perspectiva que se aproxima da idealizada no programa dos CIEPs.

Entretanto, segundo Cavaliere e Coelho (2003) a animação cultural dos CIEPs apresentou atividades com caráter precário, que em sua maior parte atingia parcelas muito reduzidas dos alunos. Em sua pesquisa as autoras puderam constatar, por meio dos questionários, o aparecimento de uma grande variedade de atividades isoladas nos diferentes Cieps, fruto de iniciativas da própria escola. As autoras avaliam que tal situação foi resultado das políticas de descentralização e de estímulo às parcerias e ao trabalho voluntário. Outro dado encontrado na pesquisa é o fato dos CIEPs não realizarem um trabalho que poderia ser qualificado de educação em tempo integral, pois alguns deles apenas dobraram, precariamente, o tempo de permanência dos alunos nas escolas. Apresentando um quadro atual sobre as atividades diversificadas efetivamente realizadas nos Cieps, as autoras constataram uma queda acentuada em quase todas, ou seja, a tendência à diminuição da oferta sistemática de atividades diversificadas é muito clara quando se compara a situação encontrada na época da implantação com a situação atual.

A despeito de todas as críticas, pertinentes ou não, a importância do programa dos CIEPs fica evidente quando se observa que quase todos os programas sociais desenvolvidos por diferentes governos passam pela escola. Isso porque, nos últimos anos, ela tem sido alvo de um processo muitas vezes leviano de desmoralização, que é a avaliação negativa da qualidade de ensino.

O programa Segundo Tempo é mais uma ação social que utiliza, em suas bases pedagógicas, os fundamentos da educação em tempo integral e do lazer, em atividades desenvolvidas no contra-turno escolar. Temos verificado que os programas de educação em tempo integral e de lazer têm sido defendidos como facilitadores da ampliação da qualidade de ensino nas escolas públicas, através do enriquecimento da vida cultural.

### Considerações iniciais

Este trabalho está em fase de construção. Os dados obtidos até o momento nos mostram que o lazer e os ideais de educação de tempo integral estão intimamente interligados ideologicamente. No decorrer da pesquisa apresentaremos dados que nos permitirá construir reflexões acerca da implementação efetiva desta relação.

### REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Zaia. Diálogos com Anísio Teixeira sobre a escola brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 80, n.194, p. 05-101, jan./abril. 1999.

CAVALIERE, Ana Maria. Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira? *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 247-270, dez, 2002.

CAVALIERE, Ana Maria. Escolas de tempo integral: uma idéia forte, uma experiência frágil In: Cavaliere A.M. e Coelho L.M. (Org.). *Educação brasileira em tempo integral*. Petrópolis, Vozes, 2002.

CAVALIERE, Ana Maria e COELHO, Lígia Martha. Para onde caminham os CIEPs: uma análise após 15 anos. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, nº.119, p.147-174, 2003.

OLIVEIRA, Amauri Bássoli e PERIM, Gianna Lepre. *Fundamentos Pedagógicos para o Programa Segundo Tempo*. Brasília: Ministério dos Esportes. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

OLIVEIRA, Amauri Bássoli e PERIM, Gianna Lepre. *Manual Operacional do Programa Segundo Tempo*. Brasília: Ministério dos Esportes. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

GUTIERREZ, G. L. *Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas políticas*. Campinas: Autores Associados, 2001.

MARCELLINO, N.C. Lazer: Concepções e Significados. *Licere*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 28-39, 1998.

MELO, Victor Andrade de; ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. *Introdução aos estudos do lazer*. São Paulo: Manole, 2003.

\_\_\_\_\_. Victor Andrade de. A animação cultural, os estudos do lazer e os estudos culturais: diálogos. *Licere*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 86-103, 2004.

PADILHA, V. A indústria cultural e a indústria do lazer: uma abordagem crítica nas sociedades capitalistas globalizadas. In: MULLER, A. e DACOSTA, L. P. (Org.) *Lazer e desenvolvimento regional: um entrejogo possível*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

PARKER, S. *A sociologia do lazer*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.



## AS FRONTEIRAS ENTRE TURISMO E LAZER

Marina Araújo  
Hélder Ferreira Isayama<sup>91</sup>

**RESUMO:** O objetivo desse ensaio é abordar algumas particularidades dos campos do turismo e do lazer sem, contudo, almejar uma demarcação rígida de seus territórios. Nesse sentido, são apresentados ao longo do texto características, conceitos e reflexões comuns a essas duas áreas de conhecimento a fim de se conhecer melhor a fronteira, a interface, a zona de contato entre elas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo. Lazer. Interdisciplinaridade.

“A interface não busca a precisão, mas o vago”  
(HISSA, 2002, p.41).

Pensar as fronteiras e limites entre duas áreas de conhecimento significa estabelecer seus domínios e demarcar seus territórios com certa precisão. No entanto, quando se fala em lazer e turismo, essas fronteiras que reclamam por uma exatidão conceitual, revelam-se espaços de transição, lugares de interpenetrações, campos abertos de interseções, seja em seus aspectos culturais, sociais ou históricos.

As primeiras interseções entre turismo e lazer podem ser identificadas através de sua trajetória histórica, uma vez que este surgiu no final do século XVIII e, na primeira metade do século seguinte, o fenômeno das viagens ganha um novo impulso e repercussão na sociedade com as melhorias decorrentes do processo de industrialização da época. Por isso, frequentemente afirma-se que o turismo de férias é “filho legítimo” da Revolução Industrial e fruto da relação trabalho/tempo livre (ANDRADE, 1998).

Assim, o turismo de férias constituiu-se, basicamente, como uma das opções de lazer da sociedade industrial e, por ser uma das tipologias turísticas mais praticadas no mundo, sobretudo sob a motivação da diversão e do repouso, contribuiu para que ao fenômeno turístico, em geral, sejam associadas as motivações do lazer, de modo que nas atuais idéias de senso comum esses dois termos são considerados sinônimos. Dessa forma, acredita-se que este breve resgate histórico acerca do fenômeno do lazer e do turismo pode contribuir para se pensar as particularidades de cada uma dessas áreas e, ao mesmo tempo, reforçar sua interface na história da sociedade industrial até os dias atuais.

O lazer foi gerado da tensão de classes sociais e da ocorrência contínua e completa de controle/resistência, adequação/subversão (MELO; ALVES JÚNIOR, 2003) da sociedade industrial do século XVIII. Esse período foi marcado pela artificialização dos tempos sociais, com o advento da implantação do modelo de produção fabril. O tempo de vida diário passou a ser demarcado pela jornada de trabalho nas fábricas, que correspondia a uma rígida rotina a ser seguida.

Esta artificialização do tempo de trabalho foi seguida pelo controle do tempo de não-trabalho e as diversões populares passaram a ser vistas como perigosas e perniciosas, pois se opunham à lógica de trabalho árduo e correspondiam a uma manutenção dos antigos estilos de vida (MELO; ALVES JÚNIOR, 2003). Em contrapartida, uma das reivindicações sempre presentes nas lutas dos trabalhadores era a redução da jornada de trabalho, objetivando a diversão e o descanso, uma vez que era crescente o aumento da miséria e redução dos espaços públicos, conseqüências do processo de industrialização e urbanização desordenada da época.

Nesse sentido, foram diversas as obras e ensaios no início do século XX que contestavam a exploração do trabalho humano e o capitalismo, reivindicando o direito ao tempo livre e ao lazer, dentre os quais pode-se citar “O direito à preguiça”, de Paul Lafargue (1941); “A multidão solitária”, de David Riesman (1909); e “O trabalho em migalhas”, de Georges Friedman (1902). Dessa forma, a partir da luta de classes sociais, o lazer se firmou como um direito social e foi se configurando, ao longo do tempo, como uma importante dimensão humana, da mesma forma que o trabalho, a religião e a família (ANDRADE, 2001).

Quando se fala dessa temática na sociedade atual, no entanto, é possível perceber que as atividades de lazer são entendidas por muitos “como o inverso das obrigações de diferentes naturezas, principalmente, do trabalho produtivo” (WERNECK, 2000, p.13). Sendo assim, o entendimento do termo fica comprometido por uma idéia de senso comum e como conseqüência, são atribuídos usos, por

<sup>91</sup> Celar/UFMG

vezes indevidos, a um conceito de lazer que, aqui, considera-se restrito, como ressalta Werneck (2000, p.13):

freqüentemente entende-se o lazer como o ‘não-trabalho’, ‘tempo livre’ ou ‘desocupado’ dedicado à diversão, à recuperação de energias, à fuga das tensões e ao esquecimento dos problemas que permeiam a vida cotidiana.

Esses usos e entendimentos de lazer da sociedade atual apontam para o surgimento de diferentes produtos da indústria cultural, criados para a satisfação das suas novas necessidades. Com a crescente mercantilização do lazer, os valores humanitários e sociais que compunham a vivência vão, aos poucos se perdendo, ou cedendo lugar aos novos valores impostos pela sociedade de consumo exacerbado.

Assim, os consumidores dos produtos da indústria cultural (ligados ao lazer) constituem fatores secundários nesse sistema: “constituem apenas um elemento de cálculo, um acessório de maquinaria” (WERNECK et al., 2001, p.51) e entregam-se, geralmente sem resistência, ao que lhes é oferecido pelo mercado. Dessa forma, a motivação para o lazer pode vir acompanhada por impulsos narcísicos ou pela busca de status e assumir uma função de diversão alienada, voltada para a fuga dos problemas e para o alívio das tensões experimentadas no cotidiano.

Se o lazer surgiu de uma série de reivindicações das classes populares de seu direito ao tempo livre e ao descanso, o fenômeno turístico, que até então se configurava como uma vivência restrita aos filhos dos nobres, burgueses e comerciantes ingleses no século XVIII, ganha uma nova configuração e impulso a partir das melhorias sociais, econômicas, de infra-estrutura ferroviária e nos transportes no início do século XIX. Segundo Barbosa (2002), houve nesta época um considerável desenvolvimento das tecnologias de transportes e de comunicações que criaram a possibilidade de se fazer excursões à noite, nos fins de semana e excursões mais longas para um grande número de pessoas e, principalmente, para as classes trabalhadoras. Ao mesmo tempo, as conquistas sociais das classes operárias como a redução da jornada de trabalho diária para oito horas, o direito às férias e ao descanso semanal contribuíram para o uso do seu tempo livre para o lazer e para as viagens, agora mais acessíveis aos diversos segmentos da sociedade.

Um marco para o turismo no século XIX foi a viagem empreendida por Tomas Cook, em 1841, que deu origem ao turismo de massa e às agências de viagens. Percebendo a falta de costume da classe média e, principalmente, da classe trabalhadora em realizar viagens a lazer, Tomas Cook criou as viagens em grupos, oferecendo condições para essa nova classe de turistas desfrutarem de seu tempo para o lazer viajando (BARBOSA, 2002). Com o objetivo de alcançar maiores lucros por viagem, imaginou o transporte de passageiros com tarifas reduzidas o que, conseqüentemente, geraria maior demanda por seus serviços. Assim, Cook tornou acessível a viagem e o turismo para essas pessoas, padronizando-os e produzindo-os em massa, como ainda se observa entre os operadores e agentes de viagem da atualidade, que comercializam diversos destinos turísticos sob a forma de produtos diferenciados para cada tipo de demanda.

Assim, vive-se na atualidade uma crescente valorização do turismo e do lazer enquanto possibilidades de vivência cotidiana de grande parte da população devido, principalmente, à histórica “popularização” das viagens e do reconhecimento do lazer como um direito social (BRASIL, 1988)<sup>92</sup>. E, ao mesmo tempo em que a sua vivência atrai o público comum, tem chamado a atenção dos investidores, seduzidos pela chamada indústria do lazer, do turismo e do entretenimento. Dessa forma, para os mais diversos segmentos da sociedade, turismo e lazer, enquanto bens de consumo e possibilidades de vivência cotidiana, são freqüentemente entendidos como sinônimos: para grande parte da população o conceito de turismo sempre tem uma conotação lúdica que o aproxima do lazer, e as férias, tempo geralmente disponível para o lazer, são associadas tanto ao lazer quanto ao turismo (CAMARGO, 2001).

Nas idéias de senso comum, o repouso e as férias são sinônimos de sair, de viajar. “Nossa sociedade projeta para fora as necessidades de repouso e, por isso, torna evidente a polarização ‘trabalhar e morar aqui – descansar além’” (KRIPPENDORF, 2001, p.37). Segundo o autor, as pessoas viajam porque não se sentem à vontade onde moram e onde trabalham. Sentem, assim, uma contínua necessidade de se desfazer temporariamente da rotina de trabalho massificante, de moradia e de lazer nos centros urbanos,

<sup>92</sup> “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988. Cap.II, artigo 6º).

para que estejam em condições de retomá-la ao regressarem de suas viagens.

Observa-se, dessa forma, que a relação histórica trabalho/tempo livre/lazer/turismo ainda se verifica na atualidade, o que faz com que a associação entre esses termos seja, em geral, considerada imediata e quase obrigatória. No entanto, é preciso chamar a atenção para o fato de que essa associação acontece, sobretudo, devido à concepção tanto do lazer como do turismo como bens de consumo da sociedade atual, como produtos da indústria cultural, criados para a satisfação das suas novas necessidades. Vistos dessa forma, como produtos do capitalismo, estabelece-se uma relação superficial entre as duas áreas, desconsiderando o próprio processo de constituição histórica de ambos, além dos aspectos sociais e culturais inerentes a essas vivências.

Nesse sentido, é necessário compreender que, apesar das suas características na sociedade de consumo atual, nem tudo o que é turismo relaciona-se com o lazer, e vice-versa. Por mais que alguns autores tentem sobrepor, ou mesmo reduzir, um fenômeno ao outro, é preciso conceber que ambos se recortam mutuamente, possuindo um núcleo comum, mas conservando subáreas autônomas (CAMARGO, 2001).

Segundo Marcellino (1995, p.28-29), entre os autores que se dedicam ao estudo do lazer, não existe um acordo sobre seu conceito. É possível distinguir duas grandes linhas de estudo, uma que enfatiza o aspecto atitude e a que evidencia o aspecto tempo. A primeira linha caracteriza o lazer “pelo tipo de relação verificada entre o sujeito e a experiência vivida, basicamente, a satisfação provocada pela atividade” e a segunda, situa o tempo como liberado do trabalho, ou como tempo livre (não só do trabalho, mas das demais obrigações sociais e culturais humanas). No entanto, segundo esse mesmo autor há uma tendência atual, entre os estudiosos do campo de considerá-lo tendo em vista os dois aspectos mencionados, destacando que o lazer decorre de uma escolha individual – que não busca outra recompensa além da satisfação provocada por ela – e que é praticada no tempo disponível.

Nesse sentido, Gomes (2004, p.125), entendendo o tempo livre como a própria extensão do tempo de trabalho e o espaço-lugar de ocorrência do lazer como local de criação cultural e de convívio social, considera o lazer como

uma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo.

Em sua concepção de lazer, a autora não deixa de trabalhar os conceitos de tempo e atitude, para os quais Marcellino (1995) chama a atenção. O entendimento desses dois aspectos que caracterizam o lazer, juntamente com o de cultura, prazer, trabalho, diversão e educação oferecem importantes subsídios para a compreensão do fenômeno do Lazer, tanto como campo de estudos quanto como área de atuação profissional.

Assim como o lazer, e para além de seu aspecto econômico constantemente valorizado pela sociedade atual, é possível conceber que o turismo, em sua essência, é um fenômeno sociocultural que, através de sua vivência, pode proporcionar significativo desenvolvimento pessoal e social dos sujeitos. Acredita-se que a experiência turística envolve uma possibilidade de troca, de conhecimento a partir da cultura do outro e do entendimento das relações entre lugar e comunidade local; os sentimentos e as relações sociais e de poder entre eles existente.

Dessa forma, entende-se o turismo como um fenômeno social, cultural e espacial, que surgiu a partir de uma prática humana; de homens e mulheres que desejaram, movidos pelas mais diversas motivações, experimentar algo diferente do que estavam acostumados a viver em seu cotidiano e em seus locais habituais de residência e convívio social. O turismo se configura, portanto, como o encontro de diferentes culturas, como uma atividade que desencadeia uma infinidade de interações de ordem cultural, econômica, social e ambiental entre os sujeitos.

Um dos elementos básicos para que haja turismo é o deslocamento (BENI, 2001; ANDRADE, 1998), que está implícito no próprio sentido etimológico da palavra (do francês *tour*, viagem em circuito, movimento de ida e volta), do espaço cotidiano dos sujeitos para outro que se almeja conhecer e viver temporariamente. Nesse sentido, o aspecto tempo também é importante para a compreensão do fenômeno turístico, uma vez que sempre que se movimenta, o homem o faz no espaço e, para deslocar-se, consome ou utiliza determinado tempo (ANDRADE, 1998) que, assim como no lazer, trata-se de um tempo disponível para a vivência de tal atividade.

Por fim, o elemento primordial do turismo é o ser humano, um sujeito em construção, em contínua formação. Esse sujeito do turismo não o é somente quando se desloca ou está na região de destino, mas desde o primeiro momento que decide ser turista. Concorde-se com Panosso Netto (2005, p.30) quando afirma que

o turismo também pode ser visto como a busca de experiência humana, a busca da construção do “ser” interno do homem, fora de seu local de experiência cotidiana, não importando se ele está em viagem ou se já retornou, pois esse ser continua a experimentar, a recordar e a reviver o passado, independentemente do tempo cronológico. Pela experiência passada, presente e pela que virá a ser é que se constrói o ser turista e se configura o fenômeno turístico, numa complexa e imbricada relação de intercâmbio de bens e serviços e desejos objetivos e anseios subjetivos construídos por esse ser-turista-humano para si e de si mesmo.

Estes são, portanto, os três elementos essenciais para se pensar o turismo – o deslocamento, o homem e o tempo – e o diferenciar de outras vivências, como o lazer. Dessa forma, é possível afirmar que o lazer existe sem obrigatoriedade de qualquer tipo ou forma de vinculação com o turismo, as viagens e as hospedagens, uma vez que, por sua natureza, ele independe de deslocamentos espaciais expressivos (ANDRADE, 2001). E, ao mesmo tempo, o turismo não se efetiva, com exclusividade, como resposta às necessidades de lazer e repouso.

Concebe-se, então, turismo e lazer como áreas autônomas e define-se seus limites: o lazer é a cultura vivenciada no tempo disponível para tanto e o turismo, uma vivência cultural e espacial humana. No entanto, ao abordar as particularidades dessas áreas neste ensaio não pretende-se demarcar rigidamente seus territórios. Ao contrário, intenciona-se conhecer melhor a fronteira, a interface, a zona de contato entre turismo e lazer. Nas palavras de Hissa (2002, p.38),

a definição de limites e a sua percepção seriam assim, equivalentes ao próprio estabelecimento do contato: toda relação depende da delimitação de um campo, no interior do qual ela se origina, se realiza e se esgota. Entrar em relação seria, portanto, estabelecer limites ou se deparar com eles. A inevitabilidade do limite torna-se resultado da inevitabilidade do contato. Qual, portanto, seria a origem do limite – a relação?

Turismo e lazer têm seu núcleo comum ampliado à medida em que se pensa nos diversos segmentos do turismo, nas diferentes motivações que se associam à dinâmica turística, no lazer extra doméstico e nos conteúdos culturais do lazer.

Diversas tipologias de turismo, como o turismo familiar (de visita a parentes e amigos), o de negócios e o realizado por motivos religiosos ou de saúde, por exemplo, são frequentemente formatados dentro de uma lógica de atendimento também aos interesses de lazer dos indivíduos. Para Camargo (2001), parcela significativa dos deslocamentos turísticos obedece a expectativas que vêm das esferas sócio-profissionais, sócio-familiares, sócio-religiosas e de saúde dos sujeitos, marcados pelas obrigações decorrentes dessas esferas, ainda que contaminadas por valores e expectativas ligadas ao lazer. Em outras palavras, na maioria das viagens, “sempre se buscam alguns ingredientes do turismo de lazer” (CAMARGO, 2001. p.270), o que faz com que à grande parte dos deslocamentos turísticos seja atribuída a motivação de lazer.

Pensar as diferentes motivações dos deslocamentos turísticos significa entender o turismo enquanto esfera da cultura, como uma vivência que promove o encontro de diferentes sujeitos e que desencadeia, por conseqüência, uma infinidade de interações de ordem econômica, social, ambiental e cultural entre eles. Como afirma Marcellino (1996), o turismo também pode e deve ser entendido como uma atividade cultural de lazer, oportunidade de conhecimento, de enriquecimento da sensibilidade, de percepção social e experiências sugestivas. Nesse sentido, o lazer turístico, além do conhecimento de outras localidades, pode estimular o reconhecimento do próprio espaço onde vive o indivíduo e, assim, combater o esvaziamento dos espaços públicos como lugar de vivência social e o desconhecimento das potencialidades naturais, culturais, históricas e paisagísticas locais (MELO; ALVES JÚNIOR, 2003).

Assim, espacialmente, turismo e lazer se encontram nas diversas possibilidades de vivência cultural dentro da própria cidade, em lugares que ainda não fazem parte do espaço cotidiano dos sujeitos. Além disso, no lazer extra doméstico surgem diversas interseções entre lazer e turismo (CAMARGO, 2001). Sair de casa leva os sujeitos à dinâmica turística de mudança de paisagem, de ritmo e estilo de

vida e, dessa forma, os passeios podem e devem ser concebidos como vivências culturais e turísticas.

Os conteúdos culturais do lazer, classificação elaborada por Dumazedier (1980), são as diversas motivações e interesses pelos quais os sujeitos procuram viver o lazer. Além dos cinco interesses centrais (físicos, artísticos, manuais, intelectuais e sociais), o turismo é concebido como um dos conteúdos culturais, uma vez que configura-se como uma oportunidade privilegiada para a satisfação de vários ou mesmo todos os interesses do lazer (MARCELLINO, 1996). No turismo de eventos, por exemplo, um grupo de estudantes, além de participar das palestras e debates, pode, em seu tempo disponível, visitar museus e parques da cidade, assistir a peças de teatro e shows; enfim, existem diversas possibilidades de vivência para os sujeitos nesse tempo.

Por fim, deseja-se neste ensaio afirmar que é nesse núcleo comum entre lazer e turismo que os limites rigidamente marcados entre esses dois campos pelos estudiosos desaparecem.

O limite é, pois, um conceito inventado para dar significado às coisas, para facilitar a compreensão do que pode ser interpretado de diversas maneiras. Os olhos percebem o que está à sua frente, imaginam-se absolutos, descolados das coisas, prontos para precisar os limites que separam as coisas e que caracterizam os domínios. Mas não é exatamente assim (HISSA, 2002, p.21).

Quando se fala em turismo dentro da própria cidade em que se vive, não se fala somente em uma prática turística ou de lazer, mas, de uma vivência cultural que se situa dentro de uma larga fronteira entre essas duas áreas e que, portanto, não é exclusividade de nenhuma delas. Da mesma forma, viajar para visitar parentes e amigos e, durante esta estadia, buscar vivenciar diversas formas de lazer, não quer dizer que se está praticando somente o lazer ou o turismo. Ao contrário, significa que, enquanto vivências sociais e culturais, turismo e lazer se entrelaçam nas diversas motivações e atividades praticadas pelos sujeitos, não sendo possível delimitar onde um começa e outro termina.

Talvez seja difícil pensar a fronteira entre turismo e lazer dessa maneira, uma vez que são notáveis os esforços dos estudiosos em afirmar que o turismo está dentro do lazer ou vice-versa, numa constante defesa dos limites dos territórios dessas áreas de conhecimento. O desafio é, portanto, deixar de se conceber as interfaces entre turismo e lazer como um preciso limite entre eles, para se entender que elas são espaços vagos, de interpenetração e mistura entre essas duas áreas.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, José Vicente de. Turismo: fundamentos e dimensões. Belo Horizonte: Ática, 1998.

\_\_\_\_\_. Lazer – princípios, tipos e formas na vida e no trabalho. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 199p.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. História das viagens e do turismo. São Paulo: Aleph, 2002. 99p.

BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. São Paulo: Senac-SP, 2001. 6ª ed. 516p.

BRASIL. Constituição Brasileira de 05 de Outubro de 1988. Disponível em: <http://www.edutec.net/leis/Gerais/cb.htm> (acesso em 25/09/06).

CAMARGO, Luís Octávio de Lima. Sociologia do lazer. In: ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (org.). Turismo: como aprender, como ensinar. São Paulo: SENAC-SP, 2001. v.2.

FRIEDMAN, Georges. O trabalho em migalhas: especialização e lazeres. São Paulo: Perspectiva, 1972. 288p.

GOMES, Christianne Luce. Lazer – concepções. In: GOMES, Christianne Luce (org.). Dicionário Crítico do lazer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 238p.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. 316p.

KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. São Paulo: Aleph, 2001.

LAFARGUE, Paul. O direito à preguiça. São Paulo: Hucitec-Unesp, 2000. 2ª ed. 131p.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e educação. Campinas, SP: Papirus, 1995. 3ª ed. 164p.

\_\_\_\_\_. Estudos do lazer: uma introdução. Campinas, SP: Autores associados, 1996. 100p.

MELO, Victor Andrade de; ALVES JUNIOR, Edmundo de Drummond. Introdução ao lazer. Barueri, SP: Manole, 2003. 153p.

PANOSSO NETTO, Alexandre. Filosofia do turismo: teoria e epistemologia. São Paulo: Aleph, 2005. 160p.

RIESMAN, David. A multidão solitária: um estudo da mudança do caráter americano. São Paulo: Perspectiva, 1971. 393p.

## LAZER, TURISMO, JUVENTUDE E CIDADANIA: UMA ANÁLISE DAS MEDIAÇÕES NO PROJETO TURISMO JOVEM CIDADÃO (SESC-RJ)

Bernardo Lazary Cheibub<sup>93</sup>

**RESUMO:** Este artigo é fruto de análises parciais de uma pesquisa que está sendo desenvolvida no Mestrado em Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais. A pesquisa tem como objetivo geral identificar e analisar as estratégias de mediação que integram o Projeto Turismo Jovem Cidadão (PTJC) - uma iniciativa subsidiada pelo Serviço Social do Comércio (SESC-RJ) -, buscando compreender como elas são apropriadas e ressignificadas tanto pelos profissionais envolvidos, como pelos jovens que participam do projeto. Temas como lazer, experiência turística, jovens (e sua relação com a cidade), mediação e cidadania estão presentes no arranjo referencial, contribuindo para a formulação dos questionamentos e provocações inseridas no texto. As informações referentes ao PTJC foram recolhidas por meio de observação participante durante algumas de suas etapas e em entrevistas com alguns jovens, o guia de turismo e a coordenadora técnica do Setor de Turismo Social do SESC Tijuca.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo. Juventude. Cidadania.

### Introdução

Desde 1948 o SESC vem criando, por meio de seus inúmeros programas e projetos, possibilidades para que as pessoas vivenciem a experiência turística, conheçam e reconheçam lugares e desenvolvam relações interpessoais. Dentre os projetos desenvolvidos pelo SESC, o Turismo Jovem Cidadão possibilita aos jovens oriundos de comunidades marginalizadas do Rio de Janeiro a oportunidade de vivenciar o lazer por meio de visitas aos principais pontos turísticos da (própria) cidade onde residem, através de passeios e excursões, sempre acompanhados de Guias e dos profissionais responsáveis pelo projeto.

Técnicos e profissionais envolvidos na organização e execução do projeto selecionam jovens de 12 a 17 anos das comunidades atendidas pela unidade do SESC do bairro da Tijuca. Estes jovens devem necessariamente estar vinculados a Ong's conveniadas ou órgãos/centros municipais de assistência social. Durante cinco dias consecutivos são realizadas visitas temáticas pela cidade, onde o jovem tem acesso a saberes e a vivências relacionados a vários temas, tais como: transportes públicos urbanos; histórias do Rio antigo; meio ambiente; e pontos turísticos do Rio de Janeiro.

É importante destacar que ainda são incipientes, no Brasil, pesquisas que tratem da questão do lazer nas camadas populares e que articulem os processos de mediação com a experiência turística. Neste panorama, o PTJC se torna um pertinente estudo de caso, pois, devido às suas características, representa um campo fértil para questionamentos relativos ao objeto a ser investigado: *as estratégias de mediação que o integram*.

Antes de falarmos das análises e reflexões da pesquisa, é vital que fique claro que entendemos o lazer – e o turismo como uma de suas formas - como uma dimensão da cultura<sup>94</sup>, e que por tal razão, ele se amplia, ao receber as mesmas injunções e metamorfoses que recaem sobre ela (a cultura). “Compreendê-lo como dimensão da cultura implica reconhecer: que o lazer participa da complexa trama social; [...] que o lazer revela contradições socioculturais profundamente inseridas na nossa cultura.” (GOMES; FARIA, 2005, p.54.)

Isto posto, tentaremos permear, no decorrer deste texto, questões referentes a cultura do tempo de lazer – mais especificamente do lazer turístico - e sua centralidade na formação das identidades pessoais e sociais dos jovens na cidade. Como diria Hollanda (2004, p14) “o lazer e o turismo começam a ser avaliados, como campo nevrálgico de análise para a construção das novas subjetividades urbanas [...]”.

<sup>93</sup> Mestrado em Lazer / UFMG

<sup>94</sup> A cultura compreendida em seu sentido antropológico, mais abrangente, “entendida como o conjunto de práticas e atitudes que têm uma incidência sobre a capacidade do homem de se exprimir, de se situar no mundo, de criar seu entorno e de se comunicar” (BOTELHO, p.2)

## O Lazer

Assumimos que o conceito de lazer é bastante elástico, entretanto, vamos tentar refletir sobre alguns deles e seus valores agregados (embutidos). O conceito de lazer moderno desenvolvido pelo sociólogo francês Joffre Dumazedier – que principalmente a partir da década de 70 influenciou diretamente o campo de estudo no Brasil – foi e é difundido como:

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 1973, p.34).

Ao situar o lazer em um tempo separado do tempo do trabalho, Dumazedier o compreende como fruto da civilização nascida da Revolução Urbano-industrial, que, segundo ele, artificializou o tempo e o espaço cotidiano do indivíduo.

Analisando a concepção do teórico francês, a pesquisadora Gomes (2004) faz algumas considerações pertinentes: 1 - ao tratar o lazer como um conjunto de ocupações, Dumazedier desconsidera outras manifestações culturais que também podem dizer respeito ao lazer, como o ócio (momento de fruição, contemplação). 2 – coloca o lazer necessariamente em contraponto ao trabalho e às obrigações, como dimensões estanques e separadas por completo, como se a vida fosse compartimentada, formada por limites claros e homogêneos.

Com o estabelecimento destas críticas, Gomes (2004) compreende o lazer da seguinte maneira:

Em síntese, entendo o lazer como uma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo. (GOMES, 2004, p.125)

Marcellino (1987), ao tratar dos valores mais comuns atribuídos ao lazer, chama a atenção para uma visão funcionalista que engloba algumas abordagens, dentre as quais a utilitarista e a compensatória. A primeira reduz o “lazer à função de recuperação da força de trabalho, ou sua utilização como instrumento de desenvolvimento.” (1987, p.37) Para a segunda “o lazer compensaria a insatisfação e a alienação do trabalho”. (1987, p.37). Ainda dentro da ótica funcionalista, Ethel Medeiros destaca que as atividades de lazer “ao canalizarem tensões e descargas da agressividade, contribuem para reduzir as transgressões da ordem social, funcionando como válvulas de segurança da sociedade” (apud MARCELLINO, 1987, p. 38). Sobre esta compreensão, Marcellino interroga: “O lazer como “assimilador de tensões” não teria essa função de desviar a atenção dos problemas sociais e pessoais [...], perturbadora da “paz social”?” (1987, p.41). Relacionando ao nosso foco de estudo, perguntamos: será que o PTJC propicia cidadania<sup>95</sup> aos jovens ou será somente um tempo de despolarização dos seus problemas? É considerado o caráter hedonístico do lazer?

Em contraponto a instrumentalização do lazer como recurso de dominação, emerge uma compreensão crítico/emancipatória, retratada por Dumazedier: “[...] o lazer representa um conjunto de aspirações do homem à procura de uma nova felicidade, relacionada com um novo dever, uma nova moral, uma nova política, uma nova cultura” (1973, p.272). Ao analisar os aspectos educativos do lazer, Marcellino (1987, p.63-64) destaca-o “como um dos possíveis canais de atuação no plano cultural, tendo em vista contribuir para uma nova ordem moral e intelectual, favorecedora de mudanças no plano social”.

Diante das argumentações divulgadas no texto, um questionamento merece destaque: será o lazer percebido e empregado sempre como ferramenta, principalmente se articulado com as áreas da educação e da saúde, ou será que o lazer por si só também é importante, independente se for ou não meio para se atingir um desenvolvimento cultural<sup>96</sup>, propiciar educação (e/ou saúde) ou mesmo ensinar para a vida profissional e de produtividade? Encontramos, inseridos na abordagem funcionalista já mencionada, autores e projetos que compreendem e reificam a importância do lazer somente como válvula de escape.

<sup>95</sup> Discutiremos o conceito mais adiante.

<sup>96</sup> Expressão esta questionada pela visão de cultura dos antropólogos (visão esta eleita para contribuir com as reflexões realizadas neste trabalho).



Mesmo neste sentido, ele será considerado uma ferramenta, pois estará atrelado e dependente do mundo do trabalho, objetivando um retorno mais produtivo ao labor.

A compreensão que apresentaremos no decorrer deste trabalho é a de que o lazer é importante porque é uma necessidade, não só para renovar as energias ao mundo da produtividade, mas por apresentar, em seu tempo/espaço, maior possibilidade de criação, espontaneidade, desinteresse, fruição, prazer concreto e felicidade. Assim considerando, Zaluar pontua que: “Impedir alguém ou uma classe de pessoas de dispor do lazer é impedir que percorra os caminhos da aquisição da cultura e da sabedoria, e também do prazer em criar, do gosto pelo que é gratuito ou desinteressado.” (1994, p.60)

Nesta discussão, precisamos desenvolver algumas questões em consonância com o PTJC: quando o guia de turismo<sup>97</sup> nos fala a todo o momento que o projeto é importante porque mostra ao jovem como se comportar em tais lugares, como aprender a ser inserido na sociedade, que o projeto é importante porque dará oportunidade profissional e fará a inclusão social deste jovem, será que ele não desconsidera a importância do lazer como possibilidade lúdica, com um fim em si próprio, possibilidade de brincar, criar, ter prazer, rir? Será que o guia, ao perceber o projeto somente como ferramenta para o jovem “ser alguém na vida”, não está deixando de enxergar o lazer como oportunidade para o jovem entrar em contato com a sua realidade social, “brincar” e ao mesmo tempo se conscientizar acerca das suas realidades, e a partir daí escolher seus próprios caminhos, consciente, protagonista, questionador, sem deixar de buscar o prazer – consciencioso, integral – naquilo que faz e não faz? Em outras palavras, será que o PTJC leva em consideração as especificidades do lazer e considera-o essencial pelo que ele é, e não somente pelo que ele pode levar o indivíduo a ser, profissionalmente?

Melo (2003), ao relacionar o lazer às camadas populares, atenta para o fato de que esse é “fruto de luta social [...] por carregar em consonância elementos de manutenção da ordem e da subversão do trabalho e da lógica de produção” (2003, p.36). Observa ainda que “deveríamos nos afastar de qualquer postura que encare o lazer como forma linear de resistência ou dominação” (2003, p.55).

Acreditamos que, a esta ambivalência do lazer, pode-se acrescer a coexistência de múltiplas possibilidades. Como bem destacam Melo e Alves Júnior, os momentos de lazer não são necessariamente uma coisa ou outra:

[...] não são somente mecanicamente determinados pelas condições econômicas, mas não se pode deixar de perceber tais influências. Não são somente instantes de alienação, embora também o possam ser. Não são somente momentos de resistência, embora também o sejam. (MELO; ALVES JÚNIOR, 2003, p.10).

O lazer pode, portanto, ser tempo/espaço para manifestações “livres” em que as únicas ou primordiais “funções” sejam a busca pelo prazer e pelo vínculo social - a sociabilidade identitária. Ao articularmos estas colocações com o PTJC, perguntamos: no decorrer das visitas, é possibilitada aos jovens a livre expressão de si mesmos (suas normas, hábitos, valores e sensibilidades), ou acabam sendo coagidos a agir de acordo com as regras de etiqueta de cada local, homogeneizando (e engessando) seus comportamentos?

### **A Experiência Turística**

Respeitando nosso foco de estudo, entendendo que as mediações no PTJC ocorrem contextualizadas pela experiência turística, torna-se necessário tentar discutir o fenômeno turístico.

Gastal e Moesch compreendem o turismo como uma experiência do indivíduo, em seus deslocamentos, ao se defrontar com o novo e com o inesperado, de vivenciar “processos de mobilização subjetiva que o levariam a parar e a re-olhar, a repensar, a reavaliar, a ressignificar não só a situação, o ambiente, as práticas vivenciadas naquele momento e naquele lugar, mas muitas das suas experiências passadas” (2007, p.10). Entre suas argumentações, as autoras observam que:

O estranhamento, nestes termos, não dependeria do tamanho da distância percorrida, mas da mobilização afetiva desencadeada. E isso pode se dar dentro do bairro ou da cidade em que se reside, quando o cidadão

---

<sup>97</sup> A importância do guia de turismo para compreender a mediação no PTJC é inquestionável. Com certeza, é o profissional com mais oportunidades de mediar a relação dos jovens com os espaços, as pessoas e as informações. O problema que se apresenta é que às vezes os guias (devido a sua formação profissional) não só medeiam a relação dos jovens com a informação, como eles são a própria informação, o que nestes casos, retira e muito a intensidade e originalidade (e a sensibilidade) da experiência dos jovens.

sai de suas rotinas temporais e espaciais ao visitar, por exemplo, um bairro diferente do seu (2007, p.10)

Em outras palavras, tais “choques” podem acontecer dentro da cidade onde se vive, imbricados com o cotidiano trabalho-transporte-casa-família. Falcão enfatiza que o acesso ao turismo não deve estar “mais unicamente relacionado aos visitantes [...], mas também aos anfitriões, que devem ter tanto acesso aos recursos turísticos como aos benefícios do turismo [...]” (2006, p.133).

No entanto,

O turismo ainda estaria reduzido a um instrumento de desenvolvimento econômico, parte de políticas setoriais, as quais não possuiriam clareza dos impactos causados e dos compromissos acarretados junto às localidades, quando de sua implantação (GASTAL, MOESCH, 2007, p.41)

O turismo, neste entendimento, é compreendido somente como aporte financeiro e gerador de renda. Para Gastal e Moesch (2007), devemos disseminar a idéia de uma política de difusão turística, onde fique claro que, mais do que uma atividade econômica, o se deslocar para fora de suas rotinas espaço-temporais é uma necessidade humana. A partir desse entendimento, as autoras colocam que os moradores do local devem ser ouvidos, podendo indicar caminhos ao planejador com seu saber real. “Deve haver uma gestão turística que identifique, mobilize e arregimente os agentes institucionais e atores sociais, as lideranças comunitárias, políticas e empresariais da região” (2007, p.49).

Contradizendo esta assertiva, na prática, percebemos uma escassa ou inexistente participação popular nas decisões envolvendo o turismo. Isto é comprovado quando vemos que nos conselhos municipais de turismo (deliberativos ou não), não há, muitas vezes, nenhum representante popular, líder comunitário, presidente ou representante de alguma associação de bairro ou de moradores. Além de não ser consultada, a população não é participada, e nem sequer beneficiada, seja com os ganhos materiais advindos da atividade turística, seja com a possibilidade de vivenciar a experiência turística. Ou seja, são alijados de muitos equipamentos de lazer da própria cidade onde vivem, o que é um paradoxo, pois o atrativo turístico deveria ser pensado, antes de qualquer coisa, como um equipamento de lazer para seus moradores. Como pode um turista, exigir (ou querer) que este morador seja hospitaleiro, dentro do panorama exposto? E como falar em cidadania nestes termos?

### **Cidadania Turística ou Turismo Cidadão**

Se a palavra cidadania está implícita no nome do projeto, devemos enfrentar seus significados, ou seja: que concepções são dadas a este símbolo? Para Falcão, cidadania é “a apropriação consciente de direitos e deveres, tornando possível a participação no processo social.” (2006, p.143). Embasado pelos escritos de Pais (2005), consideramos esta e tantas outras concepções<sup>98</sup> genéricas, se empregadas de maneira isolada, sem a devida problematização. De acordo com Pais (2005), falar de cidadania implica falar de identidades, em seu sentido de diferenciação e em seu sentido de pertencimento. Quando é propiciado aos jovens participantes do PTJC conhecerem novos espaços dentro da cidade onde vivem, espaços próximos geograficamente, mas distantes da sua realidade, que processos de construção do sensível ocorrem com este jovem, e, o mais importante, como são encaminhados e estimulados estes processos pelos profissionais envolvidos?

Antes de adentrarmos na questão da mediação existente no projeto, precisamos examinar com acuidade a relação da cidadania com o turismo. A cidadania, como bem colocam Gastal e Moesch (2007), é a construção da cidadania. Seria a busca por um bem-estar geral, sem deixar de perceber a diversidade cultural e as diferenças que se impõem dentro de uma sociedade, dentro de uma mesma cidade ou dentro de um mesmo grupo. Gastal e Moesch, ao articularem a cidadania a identidade, nos mostram que esta última fala da necessidade de estar inserido em alguma coletividade, seja um país, uma cidade, um bairro: “[...] a identidade se marca no reforço do que é igual, em contraste com a exclusão do que seja diferente” (2007, p.36) E ao retomarem o turismo inserido nestas questões, afirmam que o turista, no seu percurso, tem nessa vivência de semelhanças e diferenças uma das razões das suas práticas. (2007, p.36). Nesta perspectiva, as autoras questionam pontualmente:

---

<sup>98</sup> Concepções estas embutidas muitas vezes em projetos e ações sociais, algumas delas coloridas de um novo assistencialismo “crítico” (MELO, 2008)

Os turistas estão preparados para conviver com pessoas diferentes, com hábitos e culturas diferentes? Haveria em cada indivíduo uma tendência a buscar o igual, ir ao encontro de sua tribo e, não raro, nesta postura, desqualificar o outro quando não se encontra nele o que é igual a si. [...] Buscar, justo, o diverso de si, exige uma abertura para o mundo e uma maior capacidade de conviver com o próprio estranhamento (2007, p.38).

As políticas públicas de comunicação têm proporcionado reforçar os estereótipos, objetivando vender pacotes turísticos em grupos, homogeneizando os desejos e contribuindo para um distanciamento com o outro. A partir daí, Gastal e Moesch (2007) avançam ao abordarem a figura do turista cidadão, mas antes, perpetuam a concepção de políticas públicas como meio para se chegar a esta realidade.

De acordo com as autoras, as políticas públicas se caracterizam pela democratização do acesso e pela democratização da gestão. Ou seja, o objetivo deve ir além de democratizar o usufruto dos bens, as políticas devem estimular que a sociedade se organize para determinação e distribuição desses bens. Para Melo:

A chave do processo deve ser a reintegração do cidadão à cidade. Enquanto o cidadão não reconhecer e reivindicar a cidade como efetivamente sua, enquanto não se der um banho de cidadania na cidade, todas as medidas serão sempre paliativas. (2003, p.79).

Nesta concepção, a experiência turística cumpre importante papel, ao ampliar as possibilidades de sorver e acessar diferentes olhares (MELLO, 2004) aos diversos e intermináveis objetos e situações da “vida-cidade”, como bem coloca Wainberg:

[...] a cidade deve ser vista como uma escritura, uma fala a ser interpretada pelo transeunte. Trata-se de um enigma a ser desvendado pela exploração. A percepção é estimulada pelo estranhamento causado por sua arquitetura, vias, limites, bairros, pontos nodais, marcos, avenidas, cafés e bares. É uma obra de arte viva, e seus atores móveis são os seus habitantes. [...] No campo estranho, todo aquele é relevante na composição do todo (2001, p.11).

Wainberg (2001) compreende o turismo urbano como um fenômeno comunicacional, e a cidade como um texto passível de inúmeras interpretações.

A idéia de um turismo no espaço urbano marca que as decisões sejam tomadas no nível mais baixo de autoridade, de forma a atender melhor as necessidades locais. Ainda sob este aspecto, Gastal e Moesch consideram que o planejamento deste turismo urbano estaria expresso, antes de tudo, na qualidade de vida do morador, determinando “um bem viver que encaminhe o bem receber” (2007, p.55). De maneira mais ou menos análoga, as autoras afirmam que os objetivos de atender, por exemplo, ao lazer da comunidade serviria também para os visitantes, ou seja, os investimentos urbanos ao serem reforçados incrementariam a atratividade geral da cidade.

Ao refletirmos sob esta consideração, constatamos que mais importante do que a recepção turística, é a qualidade de vida do morador, expressa nos serviços e infra-estruturas básicas, incluindo aí as áreas de lazer públicas. Ou seja, o meio para se ter um cidade agradável para ser visitada é mais importante do que este fim. A atratividade da cidade seria uma consequência “natural” de sua boa organização e qualidade de vida.

Queremos deixar claro que não estamos desmerecendo a experiência turística, pelo contrário, até porque acreditamos nela ocorrendo dentro dos limites da própria cidade também. Assim como Gastal e Moesch (2007), acreditamos que o turismo contribui como possibilidade de fortalecimento da esfera pública, estabelecida nos espaços públicos. Para as autoras, o turismo vem na contramão dos meios de comunicação, que levam a um encolhimento desta esfera. O turismo permite que as pessoas voltem a frequentá-la, e a exercitar ali sua voz, ou, pelo menos, reaprendendo a fazê-lo.

Este turismo aludido pelas autoras acima, quando encarado dentro da ótica da educação para o lazer e da inclusão social, pode se tornar um importante aliado na transformação da realidade de pessoas que não se caracterizam “exatamente pelo gozo pleno dos direitos da cidadania” (MAGNANI, 1996, p.32), as chamadas “Minorias Sociais”. O termo minoria se justifica por remeter não somente ao aspecto numérico, mas por contemplar “[...] grupos que podem ter um número elevado de membros, mas que não têm menor acesso aos mecanismos de poder.” (MELO, 2003, p.24).

Entende-se por Turismo Social um conjunto de ações que “[...] permitam o acesso ao turismo de amplos setores da população, os quais por insuficiência de meios econômicos ou por falta de hábito, de educação ou de informação [...]”, permanecem fora do movimento turístico (CTS<sup>99</sup> apud ORTUÑO, p.218).

No entanto, vemos que os limites entre o turismo social e o de massa<sup>100</sup> (ou tradicional) nem sempre são muito claros. Abitia observa que:

Hoje, qualquer organização turística que se identifique [...] com a meta de tornar as viagens e o turismo acessíveis ao maior número de pessoas – diferenciando-se assim do único objetivo de maximização dos benefícios - pode requerer sua entrada no movimento de turismo social (2006, p.148).

Um exemplo no Brasil ocorre com a “Linha turismo” de Porto Alegre, um projeto criado pela secretaria de turismo da prefeitura, em que é possibilitado também para a população local, conhecer, por meio de um *city tour*, outras regiões da cidade. Um ônibus panorâmico de dois andares percorre 11 bairros e 17 dos principais pontos turísticos de Porto Alegre em aproximadamente 80 minutos - durante o trajeto um Guia apenas informa canonicamente peculiaridades dos monumentos e atrativos percorridos (LUMERTZ, 2006). Neste panorama, alguns questionamentos se tornam pertinentes: o turismo social hoje é focado somente na ampliação do acesso a um número maior de pessoas? Será que suas características são (sempre) propícias para um embate cultural, para a particularização de novos costumes e comportamentos?

### **Algumas Análises Parciais**

É inegável a importância do turismo no mundo contemporâneo, como fenômeno sócio-cultural e sócio-espacial intimamente relacionado ao lazer. No entanto, a atividade turística, da forma como muitas vezes tem sido planejada, pode se tornar apenas mais uma peça que movimenta o binômio produção-consumo no qual predomina a idéia de lucro em detrimento dos aspectos qualitativo e educativo da viagem. Ramalho Filho e Sarmento corroboram com a idéia acima exposta, ao citarem a “Indústria do turismo”, que, para as autoras, vem “facilitando a ampliação de fronteiras, consumindo lugares, meros objetos do processo de acumulação e reprodução de capital” (2004, p. 36). Este turismo prioriza incessantemente uma das facetas do fenômeno lazer, que envolve apenas “a satisfação imediata, a utilidade prática, o lucro e a alienação” (GOMES; FARIA, p.54) e deixa de lado, em muitas ocasiões, “a alegria do lúdico, a fruição da fantasia, o prazer estético e a experiência criativa” (GOMES; FARIA, p.54).

Para situar a reflexão que vislumbramos, é necessário recorrer a Srbek (2001, p.63), ao esmiuçar as especificidades da sociedade de consumo: “num cenário em que predominam os padrões de mero entretenimento, as manifestações mais difundidas revelam-se produtos descartáveis, voltados a um consumo imediato e passivo” (p.55). Essa descrição se encaixa perfeitamente aos pacotes de temporadas produzidos e consumidos no arranjo produtivo do turismo de massa. Mesmo outros projetos e iniciativas turísticas que possuem uma “filosofia” mais social-crítica, como no caso do turismo social, na prática, têm priorizado a ampliação do acesso a um número maior de pessoas, sem levar em consideração, muitas vezes, a qualidade da “viagem” como experiência cultural. “Em síntese, tal uso do lazer salienta a reprodução de uma lógica social de produtividade, de ocupação do tempo com atividades “úteis”[...]” (GOMES; FARIA, 2005). Como exemplo visceral desta realidade, temos o *city tour*, entendido como ocupação de tempo, em uma lógica de consumir o máximo (de informações e imagens) em um período cada vez mais curto.

Os jovens que participam do PTJC também consomem uma enorme quantidade (e variedade) de informações e imagens no decorrer das visitas. Ao contrário do panorama pessimista (e apocalíptico) exposto pelos autores mencionados no parágrafo anterior, Canclini (1995) nos diz que quando consumimos, somos também cidadãos: “as identidades são uma construção que se logra na imagem, na

<sup>99</sup> Comitê de Turismo Social – criado pela Organização Europeia de Cooperação Econômica.

<sup>100</sup> Nesta ótica, o turismo é reduzido a práticas de consumo e associado a atitudes compensatórias e alienantes no tempo livre das pessoas. O turismo de massa, em inúmeras situações, se utiliza de técnicas e procedimentos padronizados e estandardizados, gerando um “empacotamento das sensações”.

linguagem, nas formas de comunicação e de consumo, com recurso a múltiplas estratégias cênicas” (apud PAIS, 2005, p.110). Gomes e Faria (2005, p.75) o reiteram, afirmando que: “Mesmo as práticas de consumo podem [e devem] ser problematizadas”. Para Certeau (apud GOMES; FARIA, 2005, p.75) há uma suposição de “que ‘assimilar’ [consumir] significa necessariamente ‘tornar-se semelhante’ àquilo que se absorve, e não ‘torná-lo semelhante’ ao que se é, fazê-lo próprio, apropriar-se ou reapropriar-se dele”. O mesmo autor atenta para a mediação, como um fator crucial para as mudanças no plano cultural e social. Ora, quando tratamos da idéia de lazer e turismo para jovens que vivem à margem do acesso e das possibilidades de vivenciar novas experiências, estamos falando de “processos de mediação cultural, que contribuam para tornar os indivíduos mais críticos perante o poder dos meios de comunicação e para ampliar os conhecimentos acerca das diversas linguagens” (MELO, 2006. p.78).

Percebe-se que muitos jovens já possuem suas próprias formas de fazer política, de se representarem... quando se apropriam de maneiras distintas do espaço urbano, quando se coadunam, se encontram, se vestem, dançam, ouvem e produzem música e outras formas de expressão - é uma maneira diferente de (re)construir as relações no tempo e no espaço da cidade (é distinto dos espaços e dos tempos em que a política tradicional acontece e que “naturalmente” os afasta). Devemos enxergar nestas manifestações juvenis traços representativos de linguagem e momentos de resistência a uma ordem estabelecida pelo “mundo adulto” e pelo “mundo abastado”.

Alba Zaluar (1997) atesta que a violência ocorre quando o espaço de linguagem não é mais possível e que a própria violência torna-se uma linguagem. Sabemos que é possibilitada aos jovens do PTJC a experiência de conhecer espaços, edificações, monumentos e atrativos turísticos que geralmente os são “vedados” de acesso, seja por questões econômicas, seja por questões/situações sócio-culturais. Diante do exposto, um grande desafio se apresenta para os educadores sociais/profissionais que estão e estarão realizando as intervenções com estes jovens: como mediar a possibilidade de transformar os tempos/espaços de lazer e de sociabilidade em oportunidades de conscientização política e de participação e integração social?

Um caminho possível é o de assumir (incorporar, relacionar) que diversas ações que estes jovens já realizam são por si só atos políticos. Este caminho faz o educador social (mediador) se situar como mais um integrante da construção (na idéia de processo) de uma cidadania, e não como um sujeito que irá mostrar a estes jovens como deve ou como não deve ser cidadão. Neste ponto, uma cidadania, pautada nos trajetos, nas redes sociais que ligam os indivíduos, é a todo o momento reclamada por estes jovens por meio de suas performatividades espontâneas, encontradas nos momentos onde estão mais libertos dos constrangimentos institucionais: no lazer, no lúdico, no cultural (PAIS, 2005). “É principalmente nos tempos livres e nos lazeres que os jovens constroem suas próprias normas e expressões culturais, ritos, simbologias e modos de ser que os diferenciam do denominado mundo adulto.” (CARRANO; DAYREL; BRENNER, 2004, p.176) No entanto, um paradoxo é observado quando pensamos nos paradigmas socialmente atribuídos aos jovens. Carrano, Dayrel e Brenner assumem que: “[...] Não é incomum que a sociedade enxergue nessas culturas traços de marginalidade quando estas fogem ao social e culturalmente esperado pela “adulterez” [...]” (2004, p.176). Isto mostra que ao mesmo tempo em que os jovens são vistos como modelo cultural, principalmente se associados à imagem de saúde, aventura, beleza e felicidade, quando estes criam novas e peculiares formas de se expressar, acabam sendo criticados e coagidos a agir de acordo com as regras do mundo adulto.

Por tal razão, encontramos nos programas/iniciativas de lazer uma interessante oportunidade para pensarmos em intervenções críticas e, ao mesmo tempo, prazerosas que, questionem esta ambigüidade do “modelo” comportamental forjado e atribuído ao jovem, que hora endeusa, ora reprova suas atitudes.

Para podermos decompor as mediações que ocorrem no PTJC, e como elas são ressignificadas e apropriadas pelos sujeitos envolvidos, é necessário perceber todas as determinações, tensões, transformações e (im) possibilidades numa perspectiva dialética e complexa. Identificada(s) a(s) problemática(s) e encaminhada a investigação, resta-nos a formulação de metodologias que considerem os jovens como tradutores/mediadores de questões centrais no mundo contemporâneo e a cidadania como um conceito em processo constante de edificação.

## REFERÊNCIAS

ABITIA, S. R. Panorama do turismo social no mundo. In: CARVALHO, C. L. de; BARBOSA, L. G. M. (orgs.) *Discussões e propostas para o turismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2006. p.146-

BOTELHO, I. As dimensões da cultura e o lugar das políticas públicas. In: *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v.15, n.2, p.73-p.83, 2001.

CANCLINI, N. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

CARRANO, P.; DAYRELL, J.; BRENNER, A.K. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, H.W.; BRANCO, P.P.M. (org.) *Retratos da juventude brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: 2004, v. 1, p.175-214.

DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FALCÃO, C. H. P. Turismo social: em busca de maior inclusão da sociedade. In: CARVALHO, C. L. de; BARBOSA, L. G. M. (orgs.) *Discussões e propostas para o turismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2006. p.127-145.

GASTAL, S.; MOESCH, M. *Turismo, políticas públicas e cidadania*. São Paulo: Aleph, 2007.

GOMES, A. M. R.; FARIA, E. L. *Lazer e Diversidade cultural*. Brasília: SESI/DN, 2005.

GOMES, C. L. Lazer – concepções. In: \_\_\_\_\_. (org.) *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.119-125.

HOLLANDA, H.B. A contribuição dos estudos culturais para pensar a animação cultural (conferência). In: *V seminário Lazer em Debate*. Rio de Janeiro, 2004.

LUMERTZ, B. J. et al. Interfaces entre fenômeno turístico, lazer e inclusão: por uma experiência turística dos residentes em seu espaço urbano. In: III Conferência AMFORHT para América Latina. *Turismo: inovação e interfaces*. São Paulo: Senac, 2006. Cd-rom.

MAGNANI, J.G.C . Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. L. (orgs.). *Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana* . São Paulo: EDUSP, 1996. p.41-56.

MARCELLINO, N. C. *Lazer e educação*. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

MELO, V. A. de. *Lazer e minorias sociais*. São Paulo: IBRASA, 2003.

\_\_\_\_\_. Animación (sócio)-cultural: un punto de vista desde Brasil. In: VENTOSA, V. P. (coord.). *Perspectivas actuales de la animación sociocultural*. Madrid: Editorial CCS, 2006. p.73-87.

\_\_\_\_\_. A produção do conhecimento no campo do lazer e as demandas sociais (conferência) In: III Encontro de Pesquisadores de Recreação e Lazer: *A pesquisa em recreação e lazer no Brasil: realidades e perspectivas – ENAREL 2008 – São Paulo: SESI, 2008.*

\_\_\_\_\_. Animação cultural. In: GOMES, C. L. (org.) *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 12-15.

\_\_\_\_\_.; ALVES JUNIOR, E. de D. *Introdução ao lazer*. Barueri, SP: Manole, 2003.

ORTUNÕ, M. *Introducción al estudio del turismo*. S.A.,México:Textos Universitários, 1976.

PAIS, J.M. As Múltiplas “caras” da cidadania. In: CASTRO, L.R.; CORREA, J.(orgs.) *Juventude Contemporânea*. Rio de Janeiro: NAU / FAPERJ, 2005. p.107 – 133.

RAMALHO FILHO, R.; SARMENTO, M.E.C. *Turismo, lugar e identidade*. Revista Licere. Belo Horizonte, n.1,v.7, 2004, p.35-46.

SRBEK, W. *Uma abordagem cultural do tempo livre*. Coletânea do II Seminário O Lazer em Debate. Belo Horizonte: UFMG/DEF/Celar, 2001, p.63-70.

WAINBERG, J. Cidades como *sites* de excitação turística. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (org.). *Turismo urbano*. São Paulo: Contexto, 2001.

ZALUAR, A. *Cidadãos na vão ao paraíso*. Campinas, SP: Ed. Escuta, 1994.

\_\_\_\_\_. Gangues, Galeras e Quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: VIANNA, Hermano (org.) *Galeras Cariocas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. p.17-57.

# IDENTIDADE LOCAL, LAZER E TURISMO: PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO NO TURISMO CULTURAL DA METRÓPOLE BELO-HORIZONTINA<sup>101</sup>

*Rafael Frois da Silva*<sup>102</sup>

**RESUMO:** Este artigo é parte dos resultados alcançados no Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido na Escola Superior de Turismo da PUC-Minas. Teve como objetivo resgatar a história do bairro São Salvador na cidade de Belo Horizonte. Privilegia-se como método de coleta de dados a história oral de vida com recorte temático e a observação participante. Buscou-se analisar as permanências e mutações sofridas nos hábitos e costumes dos habitantes daquela localidade e suas conseqüentes contribuições para uma nova concepção de turismo cultural na metrópole Belo-horizontina. A partir deste estudo, pretende-se compartilhar com pesquisadores do lazer, do turismo e áreas afins, discussões sobre novas possibilidades de interação cultural dos turistas com a vida cotidiana dos moradores desta cidade. Busca-se abrir para esta capital, novas possibilidades de um turismo para além da arquitetura modernista de Oscar Niemeyer, onde o turista possa, deslocando-se para dentro dos bairros da cidade imergir na diversidade da cultura local.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade Local, Lazer e Turismo Cultural.

## **Introdução**

Projeto desenvolvido por mim no âmbito do bacharelado de turismo que buscou inicialmente reduzir a distância entre a academia e a população da Regional Noroeste da cidade de Belo Horizonte, em especial do bairro São Salvador e suas adjacências. Ao longo do projeto foi possível perceber que o trabalho ia além do resgate da história da localidade, perpassando por questões acerca do lazer e da identidade local dentro de um centro urbano e suas conexões com a globalização, o turismo e a inclusão social.

Com o desenrolar da pesquisa descobriu-se que resgatar a história do São Salvador, era resgatar a história da jovem Belo Horizonte. Analisar as permanências e mutações de um bairro que ora mantém características de uma cidade do interior de Minas Gerais, ora se comporta como os bairros mais urbanizados da metrópole.

O conflito entre o rural e o urbano, entre o moderno e o tradicional, entre o local e o global, ultrapassa a proposta de apenas contribuir para que o registro histórico da comunidade fosse feito. Mas favoreceu ainda a reflexão sobre o atual estágio dos bairros de Belo Horizonte, cidade que chega aos seus 111 anos diferenciando-se do ideal preconizado pelas elites de ordem republicana que a projetaram.

## **Belo Horizonte e sonho republicano: Premissas históricas**

Fundada em 12 de Dezembro de 1897, e imaginada pelas “elites mineiras portadoras de uma ordem republicana” (BUÉRE apud PAIVA 1997, p. 67), a cidade de Belo Horizonte foi concebida para marcar a ruptura com o passado tradicional colonial, e nasce sob o signo da recém proclamada Republica Brasileira, que “queria marcar o seu surgimento com um monumento totalizante “moderno”” (CEREZO apud PAIVA 1997, p. 121)

Sua comissão construtora, em sintonia com os mais recentes projetos urbanísticos europeus, planejou uma capital com lugares arejados, amplas e largas avenidas (BUERE apud PAIVA p. 68), de acordo com o modelo de Paris de Haussman (Paris – FRA), e L’Enfant (Washington - EUA).

O plano geral da Cidade comandado pelo Engenheiro Arão Reis, previa três zonas:

“A Urbana – dentro do perímetro da atual Avenida do Contorno, destinadas às repartições e às residências dos funcionários públicos, A Suburbana (Em torno da urbana, fora do perímetro da Contorno, para sítios e chácaras) e a Rural ( a mais externa, para o cinturão verde destinada ao abastecimento da cidade)” (CEREZO apud PAIVA 1997 p.109).

O bairro São Salvador estava localizado nesta última zona, dentro do “celeiro agrícola” que, segundo CEREZO (apud PAIVA 1997), foi ocupado por pessoas que fugiam dos altos preços dos terrenos

<sup>101</sup> Este artigo é um dos desdobramentos das discussões realizadas na Monografia “A identidade Local e o Turismo nas Cidades Urbanas: Memórias do bairro São Salvador em Belo Horizonte”, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andréa Casa Nova Maia, defendida em 26 de Novembro de 2007 para obtenção do título de bacharel em turismo.

<sup>102</sup> Bacharel em Turismo pela PUC-MG



e das exigências urbanísticas impostas pela elite idealizadora da capital.

Esta elite previa um crescimento de “dentro” para “fora”, de forma que “os valores da área central sintonizados, com o modelo da urbanidade e civilidade dos países desenvolvidos se expandissem para as áreas periféricas” (LE VEM apud PAIVA, 1997, p. 75). O que não era uma tendência apenas da nova Capital Mineira, e sim, de todas as cidades que passaram pelo processo do novo urbanismo, como afirma BRESCIANNI (1987), como o que aconteceu com Londres e Paris. A população pobre vai sendo expulsa dos centros urbanos e instituições disciplinares começam a tentar remodelar as pessoas no novo espaço remodelado.

Acredita-se a proposta que concebeu a capital ruiu, uma vez que a cidade começou a crescer de “fora” para “dentro”, ao contrário do planejado<sup>103</sup>. Pessoas advindas do interior do Estado de Minas Gerais com hábitos, tradições, religiosidade e com traços da herança colonial, promovem esta ocupação trazendo consigo valores totalmente avessos aos pregados pela elite “moderna” que fundou a capital. No início do século XXI, estes valores são facilmente percebidos na medida que nos distanciamos para os bairros afastados do hipercentro.



**Figura 1: Bairro São Salvador e o Hipercentro – Antiga Zona Urbana da Cidade**  
**Fonte: Laboratório Cartografia Dep. Geografia PUC-Minas**

O hipercentro das grandes cidades do mundo têm características bastante similares, como a presença de *shopping*, áreas revitalizadas – “espetacularizadas” e a presença de marcas globais o que dificulta para o turista, principalmente o estrangeiro, entender os hábitos e costumes dos moradores da cidade visitada.

Pretende-se com este artigo contribuir e fortalecer as bases teórico-conceituais do chamado turismo de base local, em especial, no âmbito da identidade e da cultura local nos centros urbanos.

#### **Turismo: Conceitos preliminares do setor econômico que mais cresce no mundo**

Em 2003, Reinaldo Dias afirmou que o turismo era o setor da economia que mais crescia no mundo, já tendo atingido o *status* de principal atividade econômica do mundo. Dados da Organização Mundial do Turismo (OMT) confirmam a atividade turística na quarta posição entre os principais agentes de comércio internacional, atrás somente da indústria petrolífera, de produtos químicos e automobilística.

Em 2007 o ato de atravessar a fronteira com intenção turística - o que pressupõe permanência acima de 24 horas e menos de um ano, foi repetido 908 milhões de vezes ao redor do mundo. Deixando

<sup>103</sup> SIQUEIRA, 1997 p.8

mais de 856 milhões de dólares nos lugares visitados. E em 2008 mesmo com todas as turbulências da econômica o setor registrou alta de 2% com 924 milhões de viagens ao redor do mundo (OMT 2009).

Até junho de 2008, 51% das chegadas internacionais pelo mundo haviam sido motivadas pelo lazer, recreação e férias. Outros 15% por viajavam a negócios e 27% por assuntos diversos (visitas a amigos e familiares, peregrinações e tratamentos de saúde).

Definir o conceito de turismo na contemporaneidade se tornou uma tarefa de extrema complexidade, já que é um fenômeno que pode ser analisado sob varias ópticas<sup>104</sup>. O primeiro conceito de que se tem notícia na literatura epistêmica é a do austríaco Hermann Von Schullern Zu Schattenhofen, que dizia, em 1911, que “o turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente aqueles econômicos, que são manifestados na chegada, permanência e saída do turista de um determinado município, pais ou estado” (SCHATTENHOFEN apud MELGAR, 2001 p.12)

Ernesto Melgar especialista em *Marketing* Turístico define o fenômeno como sendo um:

“Conjunto de atividades realizadas por uma pessoa em um lugar diferente daquele onde possui sua residência habitual, quando motivado por razões surgidas livremente e quando não sejam exercidas ações profissionais remuneradas diretamente por setores econômicos do lugar visitado” (MELGAR 2001 p.13)

Para a Organização Mundial do Turismo, o turismo é a soma de relações e de serviços de uma mudança temporária e voluntária de residências, motivada por razões que não podem ser profissionais ou de negócios (OMT apud MELGAR p.12)

Segundo Margarita Baretto, se fossemos analisar o turismo segundo critérios de motivação, apareceriam uma infinidade de possibilidades que poderiam ser agrupadas em duas grandes divisões: “O turismo motivado pela busca de **atrativos naturais** e o turismo motivado pela busca de **atrativos culturais**” (BARRETO, 2000, p.19) e é, este segundo agrupamento que irá nortear este trabalho, mais especificamente o turismo cultural. Segundo MAIA (2004), este conceito tem seu surgimento associado às viagens da burguesia européias no final do século XVIII. “Nessas viagens a burguesia européia experimentava o prazer da viagem e a descoberta local do outro” (MAIA, 2004, p. 21)

Percebe-se que mesmo com o turismo de massa, sendo o responsável pelos números fabulosos que colocaram o turismo no topo dos setores da economia mundial, o turismo cultural é uma prática do início da modernidade.

### **Turismo Cultural: O encontro com hábitos e costumes do outro**

Para Barreto 2000, o turismo cultural seria caracterizado pela procura por estudos, cultura, artes cênicas, festivais, monumentos, sítios históricos ou arqueológicos, manifestações ou peregrinações. Neste trabalho este conceito será complementado pelo o conceito da OMT:

“entende-se por turismo cultural todo turismo em que o principal atrativo não seja a natureza, mas algum **aspecto da cultura humana**. Esse aspecto pode ser a história, o **cotidiano**, o artesanato ou qualquer outro dos inúmeros aspectos que o conceito de cultura abrange” (OMT apud BARRETO, 2000, p.20)

O conceito acima é o mais indicado para este trabalho, uma vez que pressupõe um tipo de turismo, onde o turista tenha como principal motivação **a história, o cotidiano, os hábitos de lazer e costumes da comunidade receptora**, em detrimento do consumo de paisagens e *souvenires*. No caso deste trabalho a vida e o cotidiano das pessoas moradoras de um bairro, dentro de um grande centro urbano.

O turismo com base no legado cultural<sup>105</sup>, é aquele que tem como principal atrativo o patrimônio cultural, “os recursos podem ser bens tombados ou não, deste que apresentem características consideradas relevantes para a história e a cultura da localidade em que estão construídos. Entram neste rol prédios, monumentos, bairros, cidades e marcos arquitetônicos” (BARRETO, 2000, p.29). Além do patrimônio arquitetônico / material, também se tem elementos da cultura imaterial “chamada de simbólica pela antropologia, entre as quais podem ser citados, as danças, a culinária, o vestuário, a música, a literatura popular e a medicina caseira, que despertam interesses de turistas não institucionalizados” (BARRETO, 2000, p.29).

<sup>104</sup> Segundo Margarita Barreto existe atualmente 20 definições para o turismo e mais de 100 tipologias.

<sup>105</sup> Tradução da expressão inglesa *heritage based tourism*.

Ainda sobre turismo cultural Andréa Casa Nova Maia afirma que:

“O turismo cultural, propicia aos sujeitos emoções artísticas, científicas, de formação e informação nos diversos ramos existentes, em decorrência das próprias riquezas da inteligência e criatividade do homem (...) uma modalidade de turismo associada a motivações dos sujeitos em busca do desejo de encontrar-se com o outro e com si mesmos, com culturas outras (...) “não referenciado a mobilidade física, mas referenciado na experiência” (MAIA, 2004, p.21)

Percebe-se então que o turismo cultural é um fenômeno extremamente complexo. Conforme dito acima, a busca por emoções, e pelo desejo de se encontrar com a cultura do outro, é a principal motivação. E não é, encontrado no mero consumo de paisagens/atrativos ou *souvenirs* nos centros urbanos. Para este encontro acredita-se que se faz necessário o contato direto com os hábitos e costumes dos moradores da localidade facilmente encontrados nos bairros.

### Lazer

Nas sociedades urbanas industriais o lazer é uma das modalidades de ocupação do tempo livre. Jofre Dumazedier (apud Camargo 1992), criador da chamada sociologia do lazer, o classifica como Físico, manual, intelectual, artístico e social – baseado no interesse cultural dos sujeitos.

Do ponto de vista antropológico a cultura é uma condição para a existência humana. E segundo Gomes 2003 o lazer representa uma das dimensões da cultura.

“O lazer é uma das dimensões da cultura socialmente construída a partir das ações, do tempo, do espaço/lugar e dos conteúdos culturais vivenciados, ludicamente pelos sujeitos. Constituído conforme as peculiaridades do contexto no qual é desenvolvido, o lazer implica em produção de cultura – no sentido da reprodução e transformação de diversos conteúdos culturais usufruídos por parte de pessoas, grupos e instituições” (GOMES, 2003 p.76)

O lazer público nas comunidades pode ser uma ótima oportunidade para o fortalecimento da prática coletiva em detrimento da individual. Acredita-se que ele pode influenciar no fortalecimento do sentimento de pertencimento e identidade de uma determinada comunidade.

A importância do entendimento do conceito de lazer neste trabalho se faz necessária já que sabemos que nos bairros de Belo Horizonte as manifestações simbólicas e eventos de datas comemorativas têm poder de aglutinar e aproximação das pessoas para a prática coletiva e convívio social.

Para um turista que visita um grande centro urbano só é possível perceber os verdadeiros hábitos e costumes da população local, na medida que o mesmo adentra dentro de seus bairros, em especial os do subúrbio. E é, cada vez maior o número de turistas interessados na vida cotidiana de grupos sociais, objetivando trocar experiências que ultrapassem a lógica do consumo imposta pelo capitalismo global.

### Turismo de Realidade: Nova categoria do turismo cultural?

Ainda que seja um conceito de difícil acesso nos meios acadêmicos, o Turismo de Realidade ou o *Reality tour*, é uma nova tendência do turismo mundial. Se o categorizarmos dentro do turismo ele se aproximaria do turismo cultural, já que tem como principal motivação o contato com o outro, em alguns casos o contato **extremo** com a realidade de um determinado destino.

Agências de viagens já vendem pacotes para este seguimento de mercado. Como por exemplo a *Global Exchange* da cidade de São Francisco - Califórnia - Estados Unidos, o conceitua como uma viagem onde se possa estabelecer trocas globais para conhecer a realidade local.

“As excursões da realidade foram fundadas com a proposta de educar povos sobre como nós, individualmente e coletivamente, podemos contribuir com os problemas globais. **Não são simplesmente um tipo do voyeurismo.** As excursões da realidade oferecem aos participantes uma oportunidade de viajar a outros países para examinar uma situação. Isto dá ao indivíduo a possibilidade compreender culturas além de o que é comunicado pelos meios de comunicação de massa. O participante terá a possibilidade de aprender sobre culturas, encontrar-se com povos de várias etnias, e estabelecer relacionamentos significativos com os povos de outros países. Assim cada excursão procura estabelecer laços dos viajantes com os povos introduzindo os indivíduos

às comunidades. “ (Global Exchange)<sup>106</sup>

Em Mumbai na Índia a mesma experiência vem sendo desenvolvida pela agência de turismo receptivo *Reality tour and travel* que prega a filosofia de que os ganhos com o turismo deva ser repartido, descentralizado com toda a cidade. E oferece roteiros para turistas não institucionalizados interessados em ir em espaços tradicionalmente excluídos dos roteiros oficiais.

Um exemplo é um roteiro dentro de uma das favelas da cidade objetivando que os turistas além de conhecerem as realidades destas localidades, se sensibilizem, apoiando os projetos sociais e gastando o que gastariam nos centros tradicionais comprando produtos de cooperativas de projetos sociais.

A cidade de Belo Horizonte por ser considerada referência em projetos sociais no Brasil poderia direcionar o fluxo turístico, daqueles que querem conhecer e apoiar iniciativas de cooperativismo e inclusão social.

Nesta modalidade de turismo, o turista consegue enxergar o contraste e as desigualdades sociais presentes nas cidades dos países em desenvolvimento, em especial das cidades latino-americanas. Educando e sensibilizando turistas para os problemas sociais globais.

### **Identidade local, lazer e turismo na metrópole Belo-horizontina**

A identidade local, os hábitos e costumes de moradores dos bairros de Belo Horizonte podem permitir propostas de intervenção no turismo cultural na cidade, atraindo outros fluxos turísticos?

O turista não institucionalizado, ou melhor, o turista cultural, procura interagir com a cidade visitada, de modo a permitir melhor compreensão da cultura local. Acredita-se que para um melhor entendimento dos hábitos e costumes dos moradores de Belo Horizonte, o turista tenha que se **deslocar**, ou se **hospedar em bairros**, já que o hipercentro da cidade segue tendências globais, tendo pouco a acrescentar ao turista acostumado a viajar pelo mundo.

Além do contato direto com a realidade social e a cultura local, nos bairros, o turista encontrará modalidades simples e tradicionais<sup>107</sup> de lazer que foge da lógica do consumo capitalista, como rodas de samba, festas de batizado, casamento, torneios de futebol, quermesses, comemorações, rodas de samba e rituais religiosos.

A “Barrização do turismo” além ser uma opção econômica para os viajantes, descentraliza o fluxo turístico podendo criar novas possibilidades de geração de emprego e renda nas comunidades. Este trabalho conseguiu identificar propostas e experiências do gênero nas cidades de Foz do Iguaçu e Fortaleza – Brasil, e Mumbai - Índia e Barcelona - Espanha.

Este novo tipo de turismo que visa mostra “a real” da localidade visitada para os turistas também possibilita as populações tradicionalmente excluídas do processo, a aproximação com outras culturas.

O turismo solidário, ou seja, aquele onde o visitante se hospeda em casa de família, já é muito praticado fora do Brasil, sendo também uma possibilidade que, além de diversificar a oferta de meios de hospedagem, possibilita o contato direto com hábitos e costumes dos moradores de Belo Horizonte. Podendo inclusive ser uma das possibilidades de se trabalhar o turismo cultural na cidade, em especial durante a Copa do Mundo de 2014.

### **Considerações Finais**

No turismo, observa-se uma nova sub-tipologia do turismo cultural, que vem sendo chamada de “turismo de realidade”. Os turistas estão cada vez mais interessados em conhecer o verdadeiro cotidiano da localidade. Os hábitos e costumes dos moradores em detrimento de experiências de contemplação de paisagens.

Ainda que Belo Horizonte tenha um dos melhores acervos da arquitetura modernista brasileira a cidade pode experimentar outros fluxos turísticos, baseados nesta nova tendência mundial. Para que este tipo de se torne realidade na cidade se faz necessário planejamento turístico estratégico, entre os quais destacáremos:

A) Resgate e a sistematização das histórias e manifestações culturais dos bairros populares, afim de fortalecer a identidade local e a preservação dos hábitos e costumes; B) Ampliação do ensino de língua estrangeira a população carente, haja visto que o turista estrangeiro é o maior interessado

<sup>106</sup> Tradução Livre disponível em: <http://www.globalexchange.org/tours/faq.html>

<sup>107</sup> MAGNANI 2000 p. 31

nos hábitos e modos de vida das comunidades locais; C) Ampliação e divulgação do conceito de Lazer e Turismo para as comunidades carentes, já que existe equívocos entre o senso comum sobre o mesmo; D) Descentralização dos meios de hospedagem - hoje centralizado na Regional Centro Sul da Metrópole; E) Criação de redes de hospedagem solidárias nos bairros, como já vem acontecendo em outras metrópoles como o Rio de Janeiro; F) Melhorias na infra-estrutura urbana de trânsito que dê privilegio aos transportes coletivos de massa; G) Ampliação e descentralização dos recursos das leis de incentivo a cultura H) Organização do espaço urbano construindo equipamentos para práticas de lazer nos bairros dos subúrbios.

Este trabalho não tem como pretensão transformar os bairros de Belo Horizonte em pólos turísticos. Mas contribuir para reflexão junto a pesquisadores, empresários e gestores públicos, novas maneiras de se pensar o lazer e o planejamento turístico - no âmbito do turismo cultural, a partir da valorização da vida cotidiana, dos hábitos e costumes dos moradores desta cidade.

## REFERÊNCIAS

- BARRETTO, Margarida. **Turismo e legado cultural**. Campinas: Papirus, 2000;
- BARROS, José Márcio. **Cultura Memória e identidade contribuição ao debate**. Caderno de historia de Belo Horizonte, vl 4 nº 5 pg 31-36 dez 1999;
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O que é lazer**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992;
- CEREZO, Flávio Lúcio Braga. IN PAIVA, Eduardo França (Org). **Belo Horizonte: Historias de uma cidade centenária**. Belo horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997;
- DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas 2003.
- GOMES, C. L.; MELO, V. A. Lazer no Brasil: trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. **Revista Movimento**. Porto Alegre, v.9, n.1, p.23-44, jan./abr. 2003.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- LE VEN, Michel IN PAIVA, Eduardo França (Org). **Belo Horizonte: Historias de uma cidade centenária**. Belo Horizonte: Faculdades Integradas Newton Paiva, 1997;
- MAIA, Andréa Casa Nova. PEREIRA, Valnei. **Imagem e memória na Estrada Real: documento a cultura entre o Serro e Diamantina**. 2004. Projeto de pesquisa - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Departamento de Comunicação Social
- MAGNANI, J.G.C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: Magnani, J.G.C.; TORRES, L.L. (Org). **Na Metrópole: Testos de Antropologia Urbana**. São Paulo: EDUSP; Fapesp, 2000 p 14-53
- MELGAR, Ernesto. **Fundamentos de planejamento e marketing em turismo**. São Paulo: Contexto, 2001
- OLIVEIRA, Dutra. **A maior Indústria do Mundo**. Anuário Exame 2007-2008. São Paulo 19-22 Abril 2007;
- World Tourism Organization: World Tourism Barometer. Vol. 7 nº 1. Madri 2009.
- \_\_\_\_\_. World Tourism Barometer. Vol. 6 nº 3. Madri 2008.

PEREIRA, Valnei; MAIA, Andréa Casa Nova; COUTO, Maria Paula Dias. **Espaço urbano e turismo:** resrepresentações e ressignificações dos trajetos turísticos na metrópole de Belo Horizonte/MG. 2004

SIQUEIRA, Juliana. BH 100 anos: **Uma Lição da História.** Belo Horizonte: PBH – 1997;

<http://noticias.terra.com.br/jornais/interna/0,,OI1871081-EI8253,00.html> Acesso em 10 de Nov. de 2007

<http://noticias.terra.com.br/jornais/interna/0,,OI1871081-EI8253,00.html> Acesso em 10 de Novembro de 2007

<http://blogdaintegracao.blogspot.com/2006/12/bairrizao-do-turismo.html> Acesso em 11 de Nov. de 2007 Disponível em

<http://port.pravda.ru/sociedade/turismo/13730-1/#> Acesso em 11 de Nov. de 2007 acesso as 19:45hs

<http://oglobo.globo.com/viagem/mat/2006/11/06/286548308.asp> acesso em 11 de Nov. de 2007 as 22:11hs

<http://www.globalexchange.org/tours/index.html> Acesso em 11 de Nov de 2007. as 19:55hs

# A INSERÇÃO DOS CONHECIMENTOS SOBRE O LAZER NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM TURISMO DE MINAS GERAIS: REFLEXÕES ACERCA DE CURRÍCULO E DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM TURISMO

*Christianne Luce Gomes<sup>108</sup>, Tatiana Roberta de Souza<sup>109</sup>,  
Ticiane F. Martins da Cruz<sup>110</sup>, Júnia Gontijo Cândido<sup>111</sup>, Mariana Torquete Moura<sup>112</sup>  
Cleide A Gonçalves de Sousa<sup>113</sup> e Ricardo Teixeira Veiga<sup>114</sup>*

**RESUMO:** Este estudo possui como objetivos aprofundar conhecimentos sobre currículo e efetuar uma discussão sobre as Diretrizes Curriculares instituídas pela Câmara de Educação Superior para a graduação em Turismo, utilizando-se como metodologia a revisão de literatura e a análise documental. Os aspectos abordados fundamentam uma pesquisa mais abrangente, em desenvolvimento, que visa diagnosticar e analisar os conhecimentos desenvolvidos sobre o lazer nos cursos de graduação em Turismo de Minas Gerais. Através da revisão bibliográfica do tema “currículo” pode-se conhecer o ponto de partida para a constituição dos cursos e, mais especificamente, de seus currículos. A análise das diretrizes curriculares permitiu uma visão ampliada dos fatores que influenciam a criação das diferentes formações acadêmicas na área.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo. Lazer. Ensino Superior.

## Introdução

Serão apresentados neste estudo os resultados parciais obtidos na pesquisa intitulada “Inserção de conhecimentos sobre o lazer nos Cursos de Graduação em Turismo de Minas Gerais”. Tal investigação se encontra em fase de desenvolvimento e possui como principal objetivo diagnosticar e analisar os conhecimentos desenvolvidos sobre o lazer nos cursos de Graduação em Turismo, em Instituições de Ensino Superior públicas e privadas do estado de Minas Gerais. Sua metodologia combina a pesquisa bibliográfica e documental, complementadas com a realização de entrevistas semi-estruturadas com os coordenadores e professores responsáveis pelas atividades acadêmicas relacionadas ao lazer nos cursos de Graduação em Turismo sediados em Minas Gerais, com vistas a compreender e aprofundar as diferentes dimensões que compõem o objeto estudado.

O interesse por investigar este tema partiu da constatação de que em Minas Gerais, assim como em todo o Brasil, a partir da década de 1990 ocorreu um crescimento expressivo dos cursos de Graduação em Turismo. Há dez anos, em todo Estado, apenas uma Instituição de Ensino Superior (IES) oferecia formação nessa área. Entretanto, a partir de 1997, surgiram diversos cursos de graduação nesta área, a maior parte dos quais vinculada ao setor privado.

Essa expansão tão rápida no campo da formação acadêmica se deu acompanhada de múltiplos problemas, dentre os quais: a carência de professores qualificados e disponíveis para atuar nas instituições de ensino em tempo integral; a escassa produção bibliográfica consistente que se tem na área e a falta de investimentos e de experiência em pesquisa. Há, ainda, outro grande problema: a subordinação da área a valores determinados pelo mercado em detrimento de aspectos políticos, sociais, culturais, pedagógicos e científicos imprescindíveis a um processo formativo mais consistente. Tais elementos são de essencial importância para que se promova uma sólida formação interdisciplinar, preparando os futuros bacharéis em Turismo para dialogar crítica e criativamente com o campo de atuação profissional, considerando outros elementos além das cifras que o setor pode gerar.

É inegável a capacidade do turismo de aproximar as nações, acelerar o crescimento, gerar divisas

<sup>108</sup> Coordenadora da pesquisa. Doutora em Educação. Coordenadora e docente do mestrado em Lazer/UFMG. Email: christianneLUCE@yahoo.com.br

<sup>109</sup> Bacharel em Turismo pela UFMG. Mestranda em Lazer/UFMG. Email: tatianasouz@yahoo.com.br

<sup>110</sup> Acadêmica em Turismo pela UFMG. Bolsista Probic/Fapemig. Email: ticieumesma@yahoo.com.br

<sup>111</sup> Acadêmica em Turismo pela UFMG. Bolsista Pibic/CNPq. Email: jugontijoc@yahoo.com.br

<sup>112</sup> Acadêmica em Turismo pela UFMG. Voluntária de IC. Email: mariana\_torquete@msn.com

<sup>113</sup> Bacharel em Turismo pela UNP, especialista e mestranda em Lazer/UFMG. Email: cleide\_tutora@yahoo.com.br

<sup>114</sup> Doutor em Administração. Sub-coordenador e docente do mestrado em Lazer/UFMG. Email: rveiga@face.ufmg.br

e produzir novos empregos, sendo notório seu impacto na esfera econômica mundial. Os aspectos econômicos do turismo são relevantes e explicam, em parte, a rápida e vulnerável expansão dos cursos de Graduação nessa área<sup>115</sup>, cujos currículos geralmente enfatizam aspectos técnicos e operacionais, questão esta também discutida na pesquisa de Bernardino e Isayama (2006). Mas, como reconhecem a Organização Mundial do Turismo (OMT) e também o Ministério do Turismo, este é um fenômeno econômico e social.

O turismo é “um fenômeno complexo, possível de ser estudado e analisado sob múltiplas facetas” (REJOWSKI, 1996, p. 28). A abordagem econômica, embora importante, não consegue, por si só, fornecer os elementos imprescindíveis para a caracterização deste fenômeno. Existe, portanto, uma lacuna na área, uma vez que as considerações, propostas e análises desenvolvidas pelos órgãos oficiais – tomados como referência fundamental para a área do Turismo – na maioria das vezes focalizam apenas seu papel econômico na sociedade atual, negligenciando as questões socioculturais que o constituem.

Rodrigues (1999) concorda com essa ponderação ao afirmar que os estudos específicos sobre o turismo no Brasil são, ainda, relativamente escassos, sobretudo no que se refere a uma análise que não esteja atrelada ao seu viés econômico ou à sua dimensão técnica.

Nessa direção, Moesch (2000) sugere o desenvolvimento da percepção do turismo além do saber-fazer referenciado na abordagem meramente econômica, operacional, sistêmica e funcionalista. Para isso, é necessário utilizar novas categorias de análise e interpor outros elementos relacionados a uma nova agenda para os estudos turísticos. Esse outro olhar para o turismo indica que os referenciais geralmente enfatizados precisam ser repensados, pois, não atendem integralmente as necessidades de análise multi/interdisciplinar do turismo em uma perspectiva mais abrangente.

O turismo pode ser compreendido como um fenômeno sociocultural que pressupõe o deslocamento concreto ou simbólico de pessoas em tempos e espaços distintos do cotidiano habitual, o que possibilita a vivência de práticas e comportamentos diferentes e em outros ritmos e lógicas, como sugerem Gastal e Moesch (2007). Nesse sentido, é de fundamental importância considerar outros elementos, priorizando a percepção do homem dentro do processo histórico, político e social inerente a este fenômeno. Neste âmbito, o campo de estudos sobre o lazer – fundamentado principalmente nas Ciências Humanas e Sociais – pode contribuir sobremaneira com as reflexões sobre o turismo enquanto um fenômeno que, além de econômico, conforme nossa compreensão, *é também sociocultural*.

O entendimento de lazer que aqui está presente é pautado na sua consideração como um direito de cidadania, direito o qual pode ser exercido nas ações desenvolvidas pelas comunidades, pelo poder público, pelas instituições não governamentais e também pelas empresas privadas. Essa premissa amplia as possibilidades para a discussão de questões referentes ao turismo de lazer na realidade social mais ampla, e permite desdobramentos das mais diversas ordens e princípios. Este é um dos aspectos que podem mobilizar as reflexões sobre o lazer no contexto dos cursos de Graduação em Turismo, baseadas na substituição da lógica do lucro, da exploração e do consumo (alienado) do divertimento pela busca de propostas mobilizadoras de ações cidadãs, preocupadas com a ênfase nos valores e interesses democráticos, solidários, incluídos e participativos (GOMES, 2004).

Afinal, o lazer representa um direito social, reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 24), presente ainda na Constituição Federal do Brasil (art. 6º, 7º, 217 e 227) e em vários outros documentos de âmbito federal, estadual ou municipal. Obviamente, em países como o Brasil há uma grande distância entre a grandeza dos ideais expressos na lei e a dura realidade dos fatos (WERNECK, 2000; GOMES, 2008). Entretanto, o reconhecimento do lazer como um direito de cidadania deve ser assinalado como uma grande conquista, pois, a sua presença nos documentos legais nos permite reivindicar do poder público, da iniciativa privada e demais setores da sociedade os meios para concretizá-lo na vida cotidiana da população, muitas vezes excluída das possibilidades turísticas desenvolvidas em seu próprio território.

Pensar o lazer sob essa perspectiva não significa, entretanto, desconsiderar a possibilidade de que este também pode constituir uma estratégia de manipulação e de controle social. Além disso, o sentido que muitas vezes é a ele atribuído está relacionado à sua consideração como algo não-sério,

<sup>115</sup> É possível que em breve ocorra uma expressiva retração dos cursos de Turismo não apenas em Minas Gerais, mas, em todo o país, pois na última década proliferaram mais de 700 cursos no contexto brasileiro. Em Belo Horizonte, observa-se que algumas IES particulares não estão conseguindo compor suas turmas com o número mínimo de alunos. Se este fato persistir, nos próximos anos será inevitável o fechamento de muitos cursos de Graduação nessa área.



válvula de escape, fonte de consumo de bens/serviços e meio compensador de frustrações advindas dos problemas gerados em nossa sociedade (IWASAKI, 2005; WALKER et al., 2005), visões estas que precisam ser repensadas.<sup>116</sup>

Outra compreensão que precisa ser problematizada no contexto da formação acadêmica na área do Turismo é aquela que reduz o lazer aos aspectos técnicos e operacionais da recreação. Esta visão, em geral, serve de referencial para a chamada “animação turística”. Frequentemente, atividades recreativas são trabalhadas como “receitas”, cabendo ao profissional conhecer um rol de opções e dominar a metodologia de sua aplicação com indivíduos de diversas faixas etárias, ocupando-os com jogos, brinquedos e brincadeiras superficiais e efêmeras que pouco acrescentam do ponto de vista crítico e criativo. As vivências de lazer não devem ser tratadas como meros recursos metodológicos, mas como manifestações culturais que adquirem significados singulares em cada contexto e são essenciais para o turismo, uma vez que constituem o acervo cultural e o patrimônio histórico-social que se deseja apreender.

No contexto dos cursos Graduação em Turismo, no Estado de Minas Gerais, é crescente o interesse de alunos e professores pela discussão da temática do lazer, tendo em vista, principalmente, dois fatores: as diferentes possibilidades de estudo e de atuação que o campo de trabalho pode abrir, nesse âmbito, para os profissionais formados; e o aumento da preocupação com o lazer, enquanto um dos fatores fundamentais para a promoção da qualidade de vida, a qual também se constrói a partir da vivência dos chamados conteúdos turísticos<sup>117</sup>. Ressalta-se, no entanto, a escassez de estudos consistentes e críticos que envolvam as discussões sobre lazer, turismo e formação profissional.

Em face dessas considerações preliminares, este trabalho possui como objetivo aprofundar conhecimentos sobre currículo, bem como efetuar uma discussão sobre as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Turismo, aspectos os quais são essenciais para fundamentar a investigação sobre a pesquisa em andamento.

A metodologia utilizada para a elaboração deste texto baseia-se na revisão de literatura como técnica para obtenção de dados, conforme indicado por SEVERINO (1991), realizada a partir do estudo de livros, dissertações, teses e artigos científicos relacionados às temáticas centrais da pesquisa: lazer, turismo e currículo. O texto apresenta também considerações baseadas na análise documental (BRUYNE; HERMAN, SCHOUTHEETE, 1977) das Diretrizes Curriculares dos cursos de Graduação em Turismo, instituídas no ano de 2004 pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE) com o objetivo de orientar as Instituições de Ensino Superior (IES) na organização curricular dos cursos de graduação em Turismo<sup>118</sup>.

### **Currículo: Algumas Reflexões**

O entendimento de currículo aqui presente fundamenta-se principalmente na produção de autores ligados às chamadas teorias críticas de currículo, como Apple (1982), Giroux (1997), Goodson (1995; 1997), Sacristán (2000) e Silva (1999). Ao contrário do que sugere a visão tradicional de currículo, para estes autores a construção do currículo é guiada por marcos conceituais; pressupostos teóricos que orientam a área e campos de formação; objetivos do curso e competências gerais e específicas do profissional que se pretende formar. Ou seja, nenhuma teoria sobre construção de currículo pode ser considerada desinteressada já que esta construção está intrinsecamente associada a relações de poder.

Deste modo, na conformação de um currículo, dar ênfase a uma identidade, uma subjetividade ou ainda a uma competência ou habilidade, em detrimento de muitas outras, é um exercício de poder. Ocorre uma escolha por determinado tipo de conhecimento.

<sup>116</sup> De maneira semelhante ao turismo, o lazer é apontado por analistas econômicos como a essência de um fecundo e promissor mercado, capaz de gerar lucros significativos. Trata-se da chamada “indústria do entretenimento”, negócio em expansão considerado como uma das áreas mais promissoras do século XXI. Em geral, a “indústria do entretenimento” se compromete com o consumo a-crítico de práticas recreativas padronizadas e destinadas ao público de massa (WERNECK, STOPPA, ISAYAMA, 2001; WOLF, 1999).

<sup>117</sup> Os conteúdos do lazer foram classificados por DUMAZEDIER (1979) em cinco campos fundamentais: os interesses físico-esportivos; os sociais; os artísticos; os manuais e os intelectuais. CAMARGO (1986) acrescenta a esses cinco campos um sexto, relacionado aos interesses turísticos. Esses campos estão intimamente relacionados, sendo diferenciados apenas para denotar a diversidade cultural que integra o lazer.

<sup>118</sup> A proposta foi aprovada em agosto de 2003 e o parecer homologado foi publicado no Diário Oficial da União em 12/04/2004.

Dessa forma, como destacado por Sacristán (2000), é importante compreender que o currículo é constituído em meio a inúmeras interações culturais e sociais. Seu processo de conformação não representa, portanto, um exercício natural ou espontâneo e para entender sua construção social deve-se analisar vários aspectos: práticas políticas e administrativas que integram o desenvolvimento do currículo; condições organizativas, estruturais e materiais; qualificação dos professores; diversidade de idéias e de significados que o modelam em sucessivos passos de transformação.

O currículo representa, portanto, uma “invenção social”, dentro da qual competem conhecimentos, interesses, determinações sociais, entre outros, resultando na presença, ou no maior ou menor destaque, de determinados conhecimentos, ao invés de outros. Contingências sociais e históricas fazem com que o currículo se distribua, seqüencialmente, em disciplinas organizadas em intervalos de tempo determinados e seja hierarquicamente constituído.

A partir dessa concepção, o currículo pode ser compreendido como um conjunto (e não apenas uma seqüência) de diferentes vivências, organizadas no sentido de buscar uma sólida formação profissional. Assim, uma visão ampliada de currículo no ensino superior precisa prever o reconhecimento de variadas experiências: participação em programas de monitoria; em projetos de iniciação científica e aperfeiçoamento; em estágios supervisionados; em eventos científicos; em cursos realizados por outros Institutos de áreas afins; em grupo de estudos e em projetos de ensino, pesquisa e extensão, dentre outras.

O exposto até aqui nos permite pensar que os currículos dos cursos de graduação em Turismo podem ser desenvolvidos por meio de um repensar em torno de seus programas e suas práticas cotidianas como um todo, de acordo com a proposta de Giroux (1997), em que o autor afirma que o currículo deve estar centrado na idéia de “política cultural”.

A pesquisa desenvolvida propõe, justamente, uma contribuição a este repensar apoiado na perspectiva do lazer. Para tanto, será preciso diagnosticar e analisar os conhecimentos desenvolvidos sobre o lazer nos cursos de Graduação em Turismo nas Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, no Estado de Minas Gerais, no intuito de colaborar com o debate sobre a formação profissional na área do Turismo, cientes das inúmeras questões que interferem na inserção do lazer nos currículos desses cursos.

### **Análise das Diretrizes Curriculares Nacionais Para os Cursos de Graduação em Turismo**

Ao buscar materiais que fundamentassem o desenvolvimento de nossa pesquisa, mostrou-se imperativo o estudo das Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CES/CNE)<sup>119</sup> - destinadas a orientar a organização curricular dos cursos de graduação em Turismo - para que se pudesse conhecer a referência estabelecida por um órgão competente. Essa observação surge como um primeiro estudo sobre a conformação do projeto pedagógico dos cursos. No futuro, essa análise poderá contribuir em explicar, ao menos em parte, a existência ou não de determinadas formações e/ou ênfases em determinadas áreas do conhecimento e compor um cenário da Educação Superior em Turismo em Minas Gerais.

Conforme consta no documento proposto pela CES/CNE, o processo de elaboração das diretrizes curriculares para o curso de Turismo procurou expressar um “consenso geral” sobre os princípios e conteúdos que deveriam embasar a formação superior nessa área, reunindo propostas e sugestões resultantes da discussão das Instituições de Ensino Superior com a sociedade científica, ordens e associações de classe, setor produtivo e outros envolvidos, as quais foram sistematizadas pelas Comissões de Especialistas de Ensino de cada área.

Propõe-se que as diretrizes sejam utilizadas pelas IES tanto para a definição do currículo quanto na orientação de reformas curriculares. As diretrizes diferem-se, entretanto, dos antigos currículos mínimos profissionalizantes, por não se constituírem em “um corpo normativo, rígido e engessado”, mas sim numa referência para que essas instituições possam organizar seus programas de formação, de forma a permitir a flexibilidade e a priorização de áreas de conhecimento da construção dos currículos plenos que se aproximem mais das reais necessidades do campo acadêmico.

As diretrizes curriculares procuram fomentar o atendimento à demanda de cada momento da sociedade por diferentes perfis de desempenho, induzindo:

---

“(…) a criação de diferentes formações e habilitações para cada área do conhecimento, possibilitando ainda

<sup>119</sup> Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES\\_0288.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES_0288.pdf). Acesso em 27/11/2007.

definirem múltiplos perfis profissionais, garantindo uma maior diversidade de carreiras, promovendo a integração do ensino de graduação com a pós-graduação, privilegiando, no perfil de seus formandos as competências intelectuais que reflitam a heterogeneidade das demandas sociais (...)" (p. 2)

De acordo com o documento elaborado pela CES/CNE, cada IES é responsável por definir os elementos que lastreiam a concepção do curso, com suas peculiaridades e contextualização, sua forma de operacionalização e avaliação. Além de responder pelo padrão de qualidade dos cursos — tendo por compromisso preparar profissionais aptos para inserção no campo do desenvolvimento social — também é responsabilidade de cada IES formar profissionais adaptáveis e que possuam autonomia intelectual e de conhecimento suficiente para que se ajuste sempre às necessidades emergentes.

Com o exposto, cabe repensar as abordagens trabalhadas na graduação em Turismo, inclusive aquelas relacionadas ao lazer. É perceptível a crescente demanda da sociedade por ações consistentes nessa área, tendo em vista uma melhor qualidade de vida e o atendimento de um direito social.

As Diretrizes Curriculares demonstram que o turismo abrange várias dimensões e pode gerar impactos na vida social, cultural, econômica e no meio ambiente. Por essa razão a profissão exige tanto uma formação generalista quanto especializada. Entretanto, estas diretrizes carregam implicitamente uma perspectiva mercadológica ao indicarem a formação de um profissional apto a atuar em mercados competitivos.

Durante a análise, procurou-se constatar indícios da presença da temática do lazer e suas relações com a graduação em Turismo. O lazer aparece nas Diretrizes Curriculares formuladas pela CES/CNE o como uma das possíveis temáticas de estudo. Consta no documento que os projetos pedagógicos dos cursos podem abranger diferentes áreas relacionadas ao turismo, entre elas “cultura” e “lazer”.

Várias competências e habilidades inerentes à formação profissional em Turismo são enumeradas pelas Diretrizes Curriculares. Dentre elas, duas chamam especial atenção por mencionarem palavras que se relacionam à temática “lazer”. Nos incisos X e XVII do documento proposto pela CES/CNE, temos:

X - domínios de técnicas relacionadas com a seleção e avaliação de informações geográficas, históricas, artísticas, *esportivas, recreativas e de entretenimento*, folclóricas, artesanais, gastronômicas, religiosas, políticas e outros traços culturais, como diversas formas de manifestação da comunidade humana (grifo nosso);

XVII - compreensão da complexidade do mundo globalizado e das sociedades pós-industriais, onde os setores de turismo e *entretenimento* encontram ambientes propícios para se desenvolverem (grifo nosso).

Nota-se que o inciso XVII expressa uma visão marcadamente econômica e/ou mercadológica, ao mencionar as sociedades pós-industriais como ambiente propício para o desenvolvimento dos *setores* de turismo e entretenimento. Além disso, o desenvolvimento aqui parece limitar-se ao mundo globalizado e às sociedades pós-industriais.

A CES/CNE estabelece também que no conteúdo dos cursos de Turismo deverá haver um equilíbrio entre a teoria e o desenvolvimento de habilidades práticas. Por este motivo, cada curso precisa dotar seus alunos tanto de conceitos teóricos quanto da capacidade de interpretar, avaliar e analisar informações para a tomada de decisões nos setores público e privado. O conteúdo prático dos cursos amplia as possibilidades de vivências que o aluno poderá ter para aplicar as teorias e enriquecer sua formação, inclusive no campo do lazer.

Dentre as opções para conteúdo prático observa-se que as atividades complementares são as que propiciam mais alternativas para inserção do aluno no campo do lazer, pois objetivam “estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridades, de permanente e contextualizada atualização profissional específica”. Estas atividades incluem diversas noções, entre as quais: projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências e disciplinas cursadas em outras instituições.

Através da análise das Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Turismo pode-se conhecer o ponto de partida para a conformação do projeto pedagógico dos cursos. A partir desta análise, será possível observar quais abordagens e/ou quais conhecimentos foram privilegiados em cada curso, dentro das possibilidades propostas pelo documento. Espera-se relacionar estas variações com as abordagens dadas ao lazer em cada curso.

### Considerações finais

A revisão bibliográfica realizada mostrou-se essencial para o desenvolvimento da pesquisa mencionada, pois a partir dela a equipe pode aprofundar conhecimentos nos assuntos inerentes à investigação. Além disso, essa revisão capacitou a equipe a desenvolver uma visão crítica quanto aos conceitos de lazer, turismo e currículo, abrindo a possibilidade de uma avaliação mais consistente dos dados a serem coletados e conseqüente geração de resultados mais pertinentes. A consulta à literatura acerca das temáticas desenvolvidas neste trabalho ainda encontra-se em andamento na pesquisa, possibilitando discutir o cenário atual da educação superior em Turismo no Estado de Minas Gerais. Conheceram-se os pontos de partida para conformação de cursos e, mais especificamente, de seus currículos. Tal fato permitirá uma visão ampliada dos fatores que influenciam a criação de diferentes formações acadêmicas e poderá contribuir ao entendimento quanto à variedade de atribuições aos profissionais da área.

A análise das diretrizes curriculares trouxe novas indagações à pesquisa em andamento. Foi observada certa imprecisão quanto ao perfil profissional que as diretrizes pretendem indicar. Ao deixar a cargo de cada IES formar “profissionais adaptáveis e com suficiente autonomia intelectual e de conhecimento para que se ajuste sempre às necessidades emergentes”, geram-se no mercado e na comunidade acadêmica dificuldades com relação ao reconhecimento das habilidades e competências do Turismólogo e, até mesmo, uma não-aceitação deste profissional, em decorrência da diversidade — às vezes incongruente — de formações. Isto leva-nos a refletir sobre as conseqüências que a abrangência (variedade) da proposta pode ter gerado na criação dos cursos. Pretende-se responder tais indagações ao longo da pesquisa, com base nos dados a serem coletados. As atividades realizadas até o momento destacam a importância da preparação sistemática desta fase da pesquisa.

A existência de perfis profissionais diversificados é interessante no que se refere ao atendimento de variadas demandas e à especialização em determinadas áreas. Entretanto, é passível de questionamentos no que concerne à regulamentação, ao reconhecimento da profissão e ao nicho que este profissional deve ocupar. A diversidade das propostas curriculares e de formação nos permitirá, entretanto, enriquecer os resultados da pesquisa no que diz respeito às várias formas de abordagem do lazer e também quanto às diferenças regionais que podem surgir no decorrer dos estudos.

A segunda fase de desenvolvimento da pesquisa que aqui é citada está sendo desenvolvida e consiste na realização de entrevistas semi-estruturadas com coordenadores e professores que ministram atividades relacionadas ao lazer nos cursos de Turismo. Espera-se, ao finalizar este estudo, contribuir com o aprimoramento e aprofundamento dos conhecimentos sobre o lazer no contexto dos cursos de Graduação em Turismo de Minas Gerais, em particular, e de outros Estados brasileiros, tendo em vista conferir uma maior consistência teórica e crítica à formação acadêmica e à atuação profissional nessa área.

### REFERÊNCIAS

- APPLE, M. *Ideologia e currículo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 3.ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BERNARDINO, C. R.; ISAYAMA, H. F. Lazer e turismo: Análise de currículos de cursos de graduação em turismo de Minas Gerais. *Licere*. Belo Horizonte, v.9, n.2, p.8-23, 2006.
- BRASIL, MEC/CNE. PARECER CNE/CES n.º288, de 5 de agosto de 2003. *Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo*. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES\\_0288.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES_0288.pdf) . Acesso em 27/11/2007.
- BRUYNE, P.; HERMAN, J., SCHOUTHEETE, M. *Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- CAMARGO, L. O. L. *O que é lazer?* São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

- GASTAL, S.; MOESCH, M. *Turismo, políticas públicas e cidadania*. São Paulo: Aleph, 2007. – (Coleção ABC do Turismo).
- GIROUX, H. A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- GOMES, C.L. (Org.). *Dicionário Crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.
- GOMES, C.L. *Lazer, trabalho e educação: Relações históricas, questões contemporâneas*. 2.ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- GOODSON, I. F. *Currículo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- GOODSON, I. F. *A construção social do currículo*. Lisboa: EDUCA, 1997.
- IWASAKI, Y.; MACKAY, K.; MACTAVISH, J. Gender-based analyses of coping with stress among professional managers: Leisure coping and non-leisure coping. *Journal of leisure research*, Arlington, v.37, n.1, p.1-28, 2005.
- MOESCH, M. *A produção do saber turístico*. São Paulo: Contexto, 2000.
- OMT. *Introdução ao Turismo*. Trad. Dolores Martin Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001.
- REJOWSKI, M.. *Turismo e pesquisa científica: Pensamento internacional X Situação brasileira*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- RODRIGUES, A.B. (Org.). *Turismo, Modernidade e Globalização*. SP: Hucitec, 1999.
- SACRISTÁN, J. G. *O Currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
- SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 17. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.
- SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- WALKER, G.J.; DENG, J.; DIESER, R.B. Culture, self-construal and leisure theory and practice. *Journal of leisure research*, Arlington, v.37, n.1, p.77-99, 2005.
- WERNECK, C. L. G. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG/CELAR, 2000.
- WERNECK, C. L. G., STOPPA, E. A., ISAYAMA, H. F. *Lazer e mercado*. Campinas: Papirus, 2001.
- WOLF, Michael J. *The Entertainment Economy: How mega-media forces are transforming our lives*. New York: Times Books, 1999.

## ESPORTE, LAZER E SOCIEDADE

Marizabel Kowalski<sup>120</sup>

Deyliane Aparecida de Almeida Pereira<sup>121</sup>

**RESUMO:** Este estudo demonstra que a conduta do esporte não está fora do contexto da sociedade, e que a especialização cada vez maior, tem contribuído para crer que os termos “esporte”, “lazer” e “sociedade” denotam âmbitos com uma identidade própria de um mesmo processo civilizador. A desportivização do passatempo, sua transformação em esporte na sociedade inglesa, e a exportação de alguns deles por todo o mundo, são outros exemplos do esforço do processo civilizador. O estudo se fixa na pesquisa e na perspectiva científica, desenvolvida nestes assuntos, dos quais os estudiosos brasileiros, trabalham no desvendamento cultural da terminologia “sport”, “games” and “play”, na teoria de Elias, Bourdieu, Weber, Hobsbawn e Catton, e seus referenciais a respeito dos termos: civilização, Lazer, Cultura, Sport, games e play, teoria das configurações no esporte e ócio no processo civilizador, bem como os rituais e festivais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Esporte. Sociedade.

### Introdução

Este estudo engloba um momento histórico, a partir do instante em que a sociedade européia construía novos modelos de condutas, envolvendo questões sociais, econômicas e culturais, os quais passaram a refletir em outras formas de comportamentos sociais. HOBSBAWM aponta ter encontrado nos estudos desse contexto social, vários paradoxos. Dentre deles: “O paradoxo do mais burguês dos séculos, consistia em que seus estilos de vida só se tornariam burgueses mais tarde<sup>122</sup>”. Historicamente, este fato apresenta-se como marcante, a partir do momento em que o autor detecta que essa transformação social ocorreu, primeiramente, ao nível de periferia e não no seu centro. Consequentemente, enquanto modo de vida especificamente burguês, seu triunfo verificava-se, apenas, momentaneamente. HOBSBAWM identifica três modos para esse pertencimento de classe, os quais adquiriram grande importância no contexto. Foram eles: o processo de segregação residencial enquanto um modo de estruturação de massas “endinheiradas”, o grupamento social como forma de distinção clara entre os membros da classe média e a emancipação social das classes operárias, camponeses e de outros agregados que se ocupavam com trabalhos manuais sem afastar a possibilidade ao acesso social.

O ensaio foi elaborado com a intenção crítica da leitura “*Research on Traditional Games – The Scientific Perspective*” cujo processo de universalização do esporte pode ser interpretado tanto por sinais positivos da comunicação na construção romântica do iluminismo crítico, tese inicialmente sugerida por Lovisolo e, que aqui e agora, é de extrema importância para os rumos deste estudo: como as pessoas comuns/indivíduos (ativistas e/ou torcedores) vivem e o que importa para elas a propagação da competição esportiva e quebra de recordes quando o esporte concorre para o desaparecimento da atividade física tradicional. Pfister cita que nos países industrializados a esportivização dos jogos, vista culturalmente, tem interrompido a história contínua destas atividades, através das diferenças regionais e, tem canalizado uma variedade (multiplicação) de atividades físicas em outra direção: à direção de um único oponente e a busca do recorde. Para a autora, a propagação do esporte para todos (Sport for All), desencadeou o crescente processo de individualização e o declínio no interesse orientação para a prática da atividade física permanente, saudável e prazerosa – todas estas tendências fecham as conexões com as mudanças sociais nas sociedades; mudança no cotidiano e mudanças nas normas e valores, na moderna terminologia da propagação da atividade física para a pós - modernidade.

### O Argumento

Para discutir as teorias enunciadas, abduzimos à definições como: “play”, “games” e “sport”,

<sup>120</sup> Kowalski, M. Professora Adjunto/Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Viçosa/Mestrado em Educação Física. Telefones: (0XX) 31-3899-4370/2249 – Fax (0XX) 31-3899-2249. E-mail [belkowski@ufv.br](mailto:belkowski@ufv.br)

<sup>121</sup> Pereira, D. A. A. Graduanda em Licenciatura e Bacharel na Universidade Federal de Viçosa – Viçosa/MG, Bolsista PIBIC/CNPQ 2008-2009, Membro do Grupo de Estudos da Construção das Condutas Atléticoas – UFV/DES. Email: [deyliane\\_245@yahoo.com.br](mailto:deyliane_245@yahoo.com.br)

<sup>122</sup> Op.Cit.pg.234.

cujas diferenças estão interligadas com associações específicas nas diferentes culturas. Utilizamos para a argumentação autores como: Spiel, que define a relação play/games, (...) “tanto uma atividade a qual é voluntária, não séria, intrinsecamente motivada, igualitária, sem interesse material, absorvendo, excitando e agradável com início e fim”<sup>123</sup>, em seguida no uso do discurso de Sutton-Smith, referenciando alguma dissonância entre os autores, sem contudo aprofundar as mesmas. E logo em seguida, na tentativa de categorização destes termos, faz uso de Callois com referência ao *agon* (competitive games), *mimicry* (mask), *alea* (chance) e *ilynnx* (ecstasy), partindo para as teorias da terminologia entre play/games, tendo por base Norbert Elias (ontogênese/sociogênese) e sua teoria das configurações do Processo Civilizador, retratando “Games and Festivals”, “The Rationalization of Games (18<sup>th</sup>/19<sup>th</sup> centuries)”, numa referência bibliográfica sugestiva para análise posterior dos movimentos esportivos, esportivização dos jogos, e os jogos tradicionais – métodos de reconstrução e preservação.

Acreditamos que Pfister, somente sugeriu um certo referencial bibliográfico de análise sobre “Research on Traditional Games – The Scientific Perspective”, como sugestão de pesquisas posteriores, ou o que dá a entender seria as pesquisas desenvolvidas na Alemanha, pois não encontramos uma discussão consistente a este respeito. Por isso, gostaríamos de fazer uma análise crítica, levada pelo motivo de muitas questões elaboradas, não tiveram um esclarecimento consistente por parte do texto, cujo objetivo se fixa na pesquisa e na perspectiva científica, desenvolvida nestes assuntos, dos quais os estudiosos brasileiros no uso de alguns destes autores citados, trabalham no desvendamento cultural da terminologia “sport”, “games” and “play”, na teoria de Elias, Bourdieu, Weber, Hobsbawm e Catton, e seus referenciais a respeito dos termos: civilização, Cultura, Sport, games e play, teoria das configurações no esporte e ócio no processo civilizador, bem como os rituais e festivais e sua racionalização do movimento esportivo e esportivização dos jogos.

### A Teoria

Grande número de estudos contemporâneos sugere convincentemente que a estrutura do comportamento civilizado está estreitamente inter-relacionada com a organização das sociedades ocidentais sob a forma de Estados. A questão é a seguinte: que dinâmica de interdependência humana pressiona para a interação de áreas cada vez mais extensas ao aparelho governamental (estável e/ou centralizado) cujo valor inerente seria a tradição de setores e valores a serem confiscados seus usos, como por exemplo o futebol, popularizado pela mídia?

Por esta razão, pincelamos também a sociogênese, como aspecto da história da formação e estrutura do Estado no “monopólio da força” como observou Max WEBER. Aqui, tenta-se revelar algo dos processos históricos concretos que, desde o tempo em que o exercício da força era privilégio de um pequeno número de guerreiros rivais, gradualmente impeliu a sociedade para a centralização e monopolização do uso da violência física e de seus instrumentos como expressão de poder<sup>124</sup>. Com a monopolização da violência física, o ponto de intersecção de grande número de interconexões sociais são radicalmente mudados em consequência do aparelho que modela o indivíduo, o modo de operação das exigências e proibições sociais que moldam a constituição social e, acima de tudo, os tipos de medos que desempenham as mudanças na estrutura do comportamento e da constituição psicossocial dando significado à civilização.

O conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes: este conceito expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo, a **consciência nacional**. Com isto, a sociedade Ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial, e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras e o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo. ***Manifesta a autoconfiança de povos cujas fronteiras nacionais e identidade nacional foram plenamente estabelecidos.***

### O Paradoxo

O paradoxo, no entanto, é apenas aparente. Norbert Elias, ao compor uma teoria de caráter experimental sobre o processo civilizador, (Processo Civilizador: uma história dos costumes), desenvolveu uma abordagem que chamou de “sociologia figuracional” que examina o surgimento das configurações

<sup>123</sup> “Spiel, is defined as in activity is voluntary, not serious, intrinsically motivated, egalitarian, without material interest, absorbing, exciting and enjoyable with in open end” citado por Pfister. p. 2.

<sup>124</sup> Consultar ARENDT. Sobre a Violência

sociais como conseqüências inesperadas da interação social. Concentrou-se, acima de tudo, na questão de saber se a suposição, baseada em observações dispersas, de que há mudanças a longo prazo nas emoções e estruturas de controle das pessoas em sociedades particulares, mudanças que se desenvolvem ao longo de uma única e mesma direção durante grande número de gerações, analisa os efeitos da formação do Estado na Europa sobre os costumes e a moral dos indivíduos. O processo da civilização, mostra que as normas sociais de conduta e de controle, sobretudo em alguns círculos da classe alta, começou a mudar de maneira bastante pronunciada a partir do século XVI, numa direção concreta. A regulamentação da conduta e dos sentimentos se tornou mais estrita, mais diferenciada e abrangente, e também mais equilibrada e moderada, quando eliminou os excessos de autocastigo e autoindulgência. Com o avanço, resultou na investigação realizada no desenvolvimento do esporte, a qual mostra uma evolução global do código de sentimentos e da conduta na mesma direção. Assim a pergunta central é do porque a civilização dos jogos - competições e as limitações impostas à violência sobre os indivíduos por outros indivíduos, transformou-se em normas que demandam um grande autocontrole tanto do grupo de competidores (atletas), como da própria sociedade assistente, mesmo assim, o esporte não deixou de desencadear “paixões”?

Este estudo demonstra que a conduta do esporte não está fora do contexto da sociedade, e que a especialização cada vez maior, tem contribuído para crer que os termos “esporte” e “sociedade” denotam âmbitos com uma identidade própria de um mesmo processo civilizador. A desportivização do passatempo, sua transformação em esporte na sociedade inglesa, e a exportação de alguns deles por todo o mundo, são outros exemplos do esforço do processo civilizador. Porém, devido a estas colocações discute-se certas questões: Como aconteceu este processo no esporte? Ou, quais as transformações instituídas pelo processo civilizador na conduta do indivíduo via esporte?

### **O Paradigma**

No decorrer do século XX, os exercícios corporais competitivos na forma altamente regulada que chamamos de “sport”, se acham convertidos em representações simbólicas de competição não violentas, não militares, entre nações. Porém, não devemos achar que o esporte tenha sido, em primeiro lugar, e continua sendo um exercício de competição que exclui completamente as ações violentas. Muitas ações violentas podem vitimar seriamente os competidores. A pressão crescente das competições esportivas, dentro de certos países, induzem com frequência os atletas participantes a cometer danos a si mesmos ao tentar sobrepujar marcas e recordes, característicos dos êxitos esportivos da época atual, e um indicador da importância crescente como símbolo de status para o indivíduo e para o Estado.

Nas sociedades industriais avançadas, as atividades recreativas constituem um reduto na qual, com a aprovação social, pode expressar-se em público um moderado nível de emoção. Não poderemos entender o caráter específico e as funções concretas do ócio nestas sociedades se não damos conta de que, em geral, o nível de controle das emoções tanto na vida pública como na privada, tem-se elevado com respeito ao das sociedades menos diferenciadas. O que sabemos é que em todas as sociedades humanas, funciona algum tipo de comedimento social e individual. O ócio se identifica com prazer, e contudo ocupa uma baixa posição na escala nominal de valores nas sociedades industriais. Nas sociedades diferenciadas e urbanizadas, existe um tipo de trabalho estritamente regulado em sua duração e altamente especializado na maioria dos casos. Ao mesmo tempo, os membros desta sociedade também têm que realizar habitualmente uma boa quantidade de trabalho não assalariado em seu tempo livre. Somente parte deste tempo livre pode dispensar-se ao ócio no sentido de ocupação livremente escolhida e não paga - escolhida principalmente pelo prazer que proporciona.

Um dos primeiros passos dados por ELIAS, para desenvolver um marco teórico de referência para o estudo do ócio mas com sintonia com os eixos observados, consiste em distinguir e definir com maior claridade as relações entre tempo livre e ócio. O tempo livre, segundo os usos linguísticos atuais, é todo tempo livre do trabalho ocupacional.

### **O Ócio**

Trabalhamos para ter ócio, trabalhamos com o fim de ter mais tempo para coisas melhores e mais plenas de sentido. Não é raro hoje em dia achar explicações no sentido de que os acontecimentos recreativos são uma forma de recuperar-se do trabalho, relaxar da fadiga da vida diária e sobretudo, libertar-se da tensão. Há grandes variações no modo em que expressa-se a agradável estimulação das emoções proporcionada pelas atividades recreativas, as quais possuem como característica comum, não



a liberação da tensão em si, pelo contrário, a produção de um determinado tipo de tensão, o aumento de uma tensão-emoção agradável, como o componente básico do prazer.

Por um momento nada parece ter uma idéia clara sobre quais são as tensões laborais das quais busca-se alívio no tempo destinado ao ócio, a menos que a frase se refira somente ao cansaço físico, em cujo caso, melhor seria ir para cama que ao teatro ou a uma partida de futebol. É verdade que não sabemos que classe de tensão que o trabalho produz nos trabalhadores, tampouco sabemos como atuam as atividades de lazer para proporcionar relações.

Na segunda parte desta interpretação, consiste em utilizar os jogos como modelo para determinar a relação existente entre as atividades recreativas e as que não são. Implica que todas as atividades humanas que se baseiam na comunicação, que são como os movimentos de um jogo, jogado por seres humanos entre si, são reais. Não há dúvida de que os jogos recreativos se concede às fantasias e emoções de todo tipo, um papel maior que na vida não recreativa das pessoas, pois sem fantasias estruturadas socialmente e comunicadas, fantasias que são cristalizadas numa obra de teatro, um quadro, uma partida de futebol, uma sinfonia, uma corrida de cavalos, um baile ou uma aposta são reais. Em contraposição com as fantasias puramente privadas, não socializadas, são tão reais em termos de seres humanos que participam nelas como os cuidados que se tem com os filhos no tempo livre, ou da esposa ou, para o caso, tão reais como o próprio trabalho.

### **A Desportivização do Tempo Livre para a Prática da Atividade Física**

A desportivização, em resumo, foi como um empuxo civilizador comparável pela sua direção global e a transformação dos guerreiros em cortesãos, processo em que as opressivas regras da etiqueta desempenharam um papel significativo e do qual ia se ocupando em outro trabalho. A industrialização e a urbanização tiveram, sem dúvida alguma, um papel no desenvolvimento e difusão das ocupações de tempo livre com características de esporte, e também é possível que, tanto uma como a outra, foram sintomas de uma transformação mais profunda das sociedades européias que exigia maior regularidade e diferenciação de conduta a seus membros enquanto indivíduos. Este processo teve expressão na submissão dos sentimentos e a conduta das pessoas ligadas a um calendário regulador, minuciosamente diferenciado, e a uma contabilidade igualmente ineludível em termos de dinheiro.

Os primeiros legislam com a vista posta na situação global do jogo e em sua relação com o público em geral, os últimos, aleigados ao centro do poder e interessados nas oportunidades de ganhar os jogos, aproveitam a elasticidade de todas as regras verbais buscando requisitos por onde escapar delas, burlando as intenções de quem quer impor as leis. O progressivo reforçamento dos controles sobre a conduta das pessoas e a correspondente formação da consciência, a interiorização das normas que regulam mais detalhadamente todas as esferas da vida, garantiria às pessoas maior segurança e instabilidade em suas relações recíprocas, pois também estranhavam uma perda das satisfações agradáveis associadas com formas de conduta mais sensíveis e espontâneas. O esporte foi uma das soluções do problema?

Neste sentido, ELIAS (1992) tenta estabelecer o desenvolvimento e características que os esportes adquiriram, para inferir a expressão das mudanças do *habitus*. A aceitação relativamente rápida dos modelos do esporte inglês pelos outros países, parece indicar que existia a necessidade de competições que envolvessem esforços físicos reclamando uma grande capacidade de sublimação, uma firme regulamentação e menor violência, e, contudo, mantendo-se agradáveis. Quando o esporte deixou de ser uma atividade da elite, deixou de ser dos cavalheiros proprietários de terras. Esta elite afastou os receios de uma possível revolta de classes agrárias consideradas inferiores, cuja dependência dos proprietários abastados, eram visíveis mutuamente. Essa nova configuração do esporte, explica as regras do costume dos jogos populares, moderados de acordo com as necessidades dos cavalheiros terem desempenhado papel no desenvolvimento do esporte, como o exemplo citado por ELIAS (1992): a caça à raposa; era considerada um desporto, pois mostrava algumas características que distinguiam passatempos do tipo conhecido como desporto dos outros que não possuíam esses traços. Da forma como surgiu, a caça à raposa constituía um tipo altamente regulamentado, associada a um código específico de maneiras e normas, repercutindo uma mudança particular do prazer e emoção experimentado pelos participantes. Distanciava-se das formas primitivas de caça, não sendo utilizada no cardápio à mesa, nem mesmo como confecção de vestimentas.

O argumento de que os estudos do esporte, que não sejam simultaneamente estudos da sociedade, são análises desprovidas de contexto. Isto se explica, devido que num momento em que eclodiram transformações sociais significativas, tornou-se emergencial aos passatempos, assumirem a forma de confrontos físicos do tipo não violentos. A emergência sobreveio de um raro desenvolvimento global da sociedade, a esportivização dos passatempos, bem como, do desenvolvimento da estrutura do poder da sociedade inglesa no final do século XVIII, onde os ciclos de violência se abrandaram, as divergências existentes entre nações passaram progressivamente a serem resolvidas por intermédio de processos não violentos. Neste aspecto, as atitudes sociais, apresentam certas afinidades com os jogos esportivos. ELIAS (1992) considera esta aproximação não acidental. Um tipo específico de atividade de lazer, como por exemplo, a caça, o boxe, a corrida e alguns jogos de bola, assumiram as características de desporto e, de fato, foi designado por esporte pela primeira vez na Inglaterra, durante o século XVIII, transformando os hábitos sociais dos indivíduos, tornando-se notório também, o desenvolvimento de seus divertimentos na desportivização do tempo livre.

Uma das teses de ELIAS (1992) é a circulação dos modelos comportamentais, a qual sugere que a humanidade toma consciência de sua ação (racionalidade), ao longo do tempo, mesmo isso representando condicionamento, adestramento e autocontrole. Os costumes são refinados, as proibições interiorizadas, onde o conjunto destes elementos constitui uma configuração, ocorrendo o desenvolvimento social. Este desenvolvimento, possui implicações como um maior controle da natureza, das emoções, das relações inter-humanas e do autocontrole com movimentos descontínuos avançando e regredindo, como é o caso das guerras; ocorrendo um lapso de descivilização. As mudanças ocorridas no desenvolvimento da humanidade foram mudanças nos padrões sociais de autodomínio e na maneira como se forjou o delineamento do potencial natural dos indivíduos. Assim, o esporte está inserido (incrustado) com as condições de civilização na sociedade em geral, e desta forma, aos efeitos recíprocos dos impulsos da civilização e descivilização, contudo deve ser compreendido como uma configuração multidirecional em transformação e transformadora do meio social.

### **O Tempo Livre**

Finalmente, o entendimento de que as sociedades humanas desenvolvem meios de compensar tensões que os indivíduos acumulam, o estresse, resultante de um esforço contínuo de autocontrole, no caso das sociedades com nível de civilidade mais sedimentado, com restrições relativamente estáveis, uniformes e moderadas, pode-se observar uma grande variedade de atividades recreativas com esta finalidade; sendo o esporte uma das principais maneiras de satisfazer os impulsos instintivos, afetivos e emocionais que as regras sociais cerceiam recorrentemente. A convivência com outros e o êxito social do indivíduo, dependem do desenvolvimento de “courageas” psicológicas seguras, que impedem manifestações espontâneas de desejos e sentimentos e, ao mesmo tempo, dependem da possibilidade que o indivíduo tem de encontrar espaços e oportunidades socialmente adequados para liberar as tensões provocadas por este esforço de autocontenção. Para produzir o efeito catártico, o esporte deve ser capaz de provocar uma tensão emocional que paulatinamente cresce e atinja um clímax, não obstante a ressonância emocional do desenho imaginário e contenha elementos de ansiedade, medo e desespero.

ELIAS (1992) se utiliza do futebol como exemplo de progressiva conformação das regras do jogo à necessidade de dosar e simultaneamente, estimular as tensões resultantes de um combate fictício, onde as modalidades esportivas só alcançam sua “maturidade”, no contexto de uma sociedade civilizada; quando encontram o desejável equilíbrio entre o prazer de competir e o controle dos instintos. Assim, com o surgimento do esporte moderno, procurando associá-lo ao movimento mais geral de transformação dos hábitos, onde este pode ser compreendido como o conjunto de valores, costumes e regras de comportamento, os quais são incorporados e reproduzidos pelos indivíduos através do convívio social, constituindo, como que uma segunda natureza das sociedades ocidentais. É no contexto de uma progressiva pacificação das relações sociais e em função da necessidade de desenvolver práticas culturais que contribuíssem, de um lado, para um maior autocontrole e, de outro, para a geração e liberação de tensões.

Este antagonismo entre natureza e cultura, pode-se dizer que o ciclo da natureza é nascer; crescer, reproduzir e morrer. Neste sentido “nascer e morrer é o mais natural do mundo”. Mas no contexto humano, descobre-se a transcendência e o “não querer morrer”. O homem se rebela contra a natureza, neste momento inicia-se o culto aos mortos e a tentar explicar a existência do “além morte”(a metafísica e o que está além da física). Neste sentido apresenta-se como sobrenatural, como um intento de sobrepujar

o ciclo do nascimento-morte da natureza cultuando a pós-vivência. Sendo que o que distingue o homem do animal é a sua consciência histórica e sua capacidade de pensamento simbólico.

### **A Relevância Encontrada**

A tripla funcionalidade da cultura: coesão, identificação cultural e formação do grupo (não há grupo sem cultura), é o ato da interação, identificar os membros do grupo, não somente geram e sim compartilham os elementos culturais do grupo, onde o compartilhar é uma forma de identificação, sobretudo, uma cultura é viva, e co-ensinar e identificar é eficaz para o coletivo na consecução dos objetivos, pois o grupo interaciona e se coletiviza com os objetivos. Sem uma cultura deixa de ser eficaz para o grupo, porém deve proceder-se a sua regeneração.

Os rituais são atos simbólicos pautados e repetitivos que coesionam e vertebram o grupo, e cuja execução se derivam de atos de afirmação identitária e de eficácia social. O rito é um ato de comunicação simbólica, que tem uma construção interna e estruturada, que se repete cada vez que se necessita reforçar os valores do grupo. Aparentemente se apresenta lúdica, teatral onde sua verdadeira simbologia se cerca de religiosidade. Entre os ritos mais estudados, estão os ritos iniciativos, comemorativos, religiosos, próprios do ciclo vital. Como rituais religiosos fundamentais pode-se citar: as orações (evocação mágica), as oferendas (sacrifícios), os vínculos (comunhão) e os de consagração (introdução da hierofania). Como rituais de passagem, merecem destaque os rituais de mudança cultural e social, os quais representam a possibilidade de mudança e aceitação através de três passos: separação, marginalidade e agregação. O rito tem uma reconhecida eficácia religiosa, psicológica e social. Religiosa porque vincula eficaz e coletivamente com Deus (oração, oferenda, sacrifício e consagração); psicológica, porque gestiona e reduz a angústia neurótica; social, porque cria relações sociais e econômicas. Por estas três funções podem resumir-se em uma: o ritual como linguagem simbólica de integração social via esporte.

### **REFERÊNCIAS**

ELIAS, Norbert. *A Busca da Excitação*. Lisboa: Memória e Sociedade: DIFEL, 1992.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: formação do Estado e civilização*. Vol.II. Rio de Janeiro: ZAHAR.1993.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Vol.I Rio de Janeiro: ZAHAR.1990.

ELIAS,N. & DUNNING,E.. *Deporte y Ocio en el Proceso de la Civilizacion*. México: Fondo del Cultura Económica.1995.

## JOGOS TRADICIONAIS E A PERSPECTIVA CIENTÍFICA NO LAZER

Marizabel Kowalski<sup>125</sup>

Deyliane Aparecida de Almeida Pereira<sup>126</sup>

**RESUMO:** Este estudo consiste em utilizar os Jogos Tradicionais como modelo para determinar a relação existente entre as atividades de Lazer e as que não são. O ser humano participa desde o princípio em um jogo e junto aos demais, porém, não existe o ponto certo que marque o momento em que os seres humanos começaram a praticá-los, e tampouco existe algum começo de normas e regras. O estudo se fixa na pesquisa e na perspectiva científica, desenvolvida nestes assuntos, no desvendamento cultural e seus referenciais a respeito dos termos: Jogos, Lazer, Esporte e Sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jogos Tradicionais. Lazer. Elias.

### Introdução

O jogo como fato é mais antigo que a “cultura” que pressupõe sempre a sociedade humana. Entretanto, o fato de apontarmos a presença do elemento lúdico na cultura não quer dizer que atribuamos ao jogo um lugar de primeiro plano, entre as diversas atividades da vida civilizada, nem que pretendamos afirmar que a civilização teve origem no jogo através de qualquer processo evolutivo, no sentido de ter havido algo que não era mais jogo, sendo-lhes possível ser considerado cultura. A concepção que apresentamos é que a cultura surge sob a forma de jogo que ela é, desde os seus primeiros passos, como que “jogada”. Ultrapassa os limites da atividade puramente física ou biológica. No jogo sempre existe alguma coisa em jogo que transcende as necessidades imediatas da vida e confere um sentido à ação. Mesmo as atividades que visam à satisfação imediata das necessidades vitais, como por exemplo, a caça tende a assumir nas sociedades primitivas uma forma lúdica. A vida social reveste-se de formas suprabiológicas, que lhe conferem dignidade superior sob a forma de jogo, e é através deste último que a sociedade exprime sua interpretação da vida e do mundo. A intensidade do jogo e seu poder de fascinação não podem ser explicados por análises biológicas. Entretanto, é nessa intensidade, nessa fascinação, nessa capacidade de excitar que reside a própria essência e a característica primordial do jogo – a tensão, a alegria e o divertimento. O último elemento “o divertimento” resiste a toda a análise e interpretação lógicas. A palavra holandesa *aardighied* é extremamente significativa, segundo Huizinga, pois, a sua derivação de *aard* (natureza, essência) mostra bem que a idéia não pode ser submetida a uma explicação mais prolongada. Como a realidade do jogo ultrapassa a esfera da vida humana, é impossível que tenha seu fundamento em qualquer elemento racional. Neste caso limitar-se-ia à humanidade. A existência do jogo não está ligada a qualquer grau determinado de civilização, ou qualquer concepção do universo. A própria existência do jogo é uma confirmação permanente da natureza supra-lógica da situação humana. Por detrás de toda expressão abstrata se oculta uma metáfora e toda metáfora são jogos de palavras. Assim, ao dar expressão a vida, o homem cria um outro mundo, um mundo poético, ao lado da natureza.

### Esporte e ócio

Partindo das idéias pioneiras de ELIAS (1993), estuda-se o esporte em distintas sociedades - as práticas na Grécia Clássica e Medieval, a caça à raposa dos aristocratas ingleses até o futebol moderno analisado como paradigma de jogo esportivo. Tem como pontos centrais as seguintes questões: Porque certas pessoas preferem passar suas horas de ócio assistindo jogos esportivos? Que impulsos empurram para isto? Esta conduta do grupo que reflete, por acaso, necessidades e tendências sociais e psicológicas? Estas questões têm como objetivo ajudar a desenvolver uma teoria do esporte e do ócio que possuam pontos de vista sociológicos e, às vezes filosóficas passando pelo romantismo. Uma teoria que permita apreciar a importância do esporte, ou seja, nessa interconexão tratamos de assentar as bases de uma teoria sociológica das emoções, em especial no controle individual e social da violência e nos processos

<sup>125</sup> Kowalski, M. Professora Adjunto/Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Viçosa/Mestrado em Educação Física. E-mail [belkowski@ufv.br](mailto:belkowski@ufv.br)

<sup>126</sup> Pereira, D. A. A. Graduanda em Licenciatura e Bacharel na Universidade Federal de Viçosa – Viçosa/MG, Bolsista PIBIC/CNPQ 2008-2009, Membro do Grupo de Estudos da Construção das Condutas Atlético – UFV/DES. Email: [deyliane\\_245@yahoo.com.br](mailto:deyliane_245@yahoo.com.br)

de longo prazo, nos quais pode-se observar uma teoria desenvolvimentista que está ligada diretamente a três fatores: O primeiro dos controles básicos - corresponde ao desenvolvimento tecnológico e científico; o segundo - o desenvolvimento da organização social; e o terceiro - o processo de civilização. Os três são interdependentes tanto em seu desenvolvimento quanto em seu funcionamento em qualquer etapa. O processo da civilização, mostra que as normas sociais de conduta e de sentimentos, sobretudo em alguns círculos da classe alta, começaram a mudar de maneira bastante pronunciada a partir do século XVI, numa direção concreta. A regulamentação da conduta e dos sentimentos se tornou mais estrita, mais diferenciada e abrangente, e também mais equilibrada e moderada, quando eliminou os excessos de auto-castigos e auto-indulgência. Com o avanço, resultou na investigação realizada no desenvolvimento do esporte, a qual mostra uma evolução global do código de sentimentos e da conduta na mesma direção.

Se compararmos os jogos de bola no fim da Idade Média ou no princípio da era moderna como o futebol e o rugby, com as origens do futebol inglês no século XIX, mostramos uma mudança e aumento da sensibilidade no que se refere à violência. Outros tipos de luta corporal como o boxe, também se converteram pouco a pouco em esportes, onde as regras tornaram-se mais restritas, eliminado por completo o emprego das pernas como arma. Da mesma maneira, e em grande parte pela mesma razão que o boxe, outros países importaram da Inglaterra e adotaram como classes de competições físicas e com características de esporte, entre elas: corridas de cavalo, o tênis, as corridas de velocidade e outras variantes do atletismo. A desportivização do passatempo, sua transformação em esporte na sociedade inglesa, e a exportação de alguns deles por todo o mundo, são outros exemplos do esforço do processo civilizador. Porém, devido a estas colocações discute-se certas questões: Como aconteceu este processo no esporte? Ou, quais as transformações instituídas pelo processo civilizador na conduta do indivíduo via esporte? Qual as conseqüências do processo civilizador para o esporte? Qual foi a função do esporte no processo civilizador?

No decorrer do século XX, os exercícios corporais competitivos na forma altamente regulada que chamamos de “esporte”, se acham convertidos em representações simbólicas de competição não violentas, não militares, entre nações. Porém, não devemos achar que o esporte tenha sido, em primeiro lugar, e continua sendo um exercício de competição que exclui completamente as ações violentas. Muitas ações violentas podem vitimar seriamente os competidores. As pressões crescentes das competições esportivas dentro de certos países, induzem com freqüência os atletas participantes a cometer danos a si mesmos ao tentar sobrepujar marcas e recordes, característicos dos êxitos esportivos da época atual, e um indicador da importância crescente como símbolo de status para o indivíduo e para o Estado. Mas, o que está em discussão neste contexto é a pergunta do porque a civilização dos jogos - competições e as limitações impostas à violência sobre os indivíduos por outros indivíduos, transformou-se em normas que demandam um grande autocontrole tanto do grupo de competidores (atletas), como da própria sociedade assistente? Este estudo demonstra que a conduta do esporte não está fora do contexto da sociedade, e que a especialização cada vez maior, tem contribuído para crer que os termos “esporte” e “sociedade” denotam âmbitos com uma identidade própria de um mesmo processo civilizador.

Nas sociedades industriais avançadas, as atividades recreativas constituem um reduto na qual, com a aprovação social, pode expressar-se em público um moderado nível de emoção. Não poderemos entender o caráter específico e as funções concretas do ócio nestas sociedades se não damos conta de que, em geral, o nível de controle das emoções tanto na vida pública como na privada, tem-se elevado com respeito ao das sociedades menos diferenciadas. O que sabemos é que em todas as sociedades humanas, funciona algum tipo de comedimento social e individual. O ócio se identifica com prazer, e contudo ocupa uma baixa posição na escala nominal de valores nas sociedades industriais. Nas sociedades diferenciadas e urbanizadas, existe um tipo de trabalho estritamente regulado em sua duração e altamente especializado na maioria dos casos. Ao mesmo tempo, os membros desta sociedade também têm que realizar habitualmente uma boa quantidade de trabalho não assalariado em seu tempo livre. Somente parte deste tempo livre pode dispensar-se ao ócio no sentido de ocupação livremente escolhida e não paga - escolhida principalmente pelo prazer que proporciona. A maioria da sociedade industrializada dedica seu tempo livre para trabalhar.

Um dos primeiros passos dados por ELIAS, para desenvolver um marco teórico de referência para o estudo do ócio mas com sintonia com os eixos observados, consiste em distinguir e definir com maior claridade as relações entre tempo livre e ócio. O tempo livre, segundo os usos linguísticos atuais, é todo tempo livre do trabalho ocupacional. Nas sociedades como a nossa, somente uma parte desse tempo pode dedicar-se às atividades recreativas. Em termos gerais, podemos distinguir, no tempo livre

das pessoas, cinco esferas distintas que representam atividades executadas neste período:

- *Trabalho privado e administrativo familiar*: representa pelas atividades domésticas e provisão, cuidado dos filhos etc. As duras penas pode ser considerado ócio.

- *Descanso*: Sentar-se, fumar ou tecer, andar pela casa, não fazer nada de concreto, dormir. Poderíamos chamar de ócio a esta classe de atividades, por serem claramente distintas de muitas outras atividades recreativas como o esporte e o teatro.

- *Satisfação das necessidades biológicas*: todas as necessidades biológicas a que subvem em nosso tempo livre, estão socialmente estruturadas: comer, beber, defecar, fazer amor e dormir, podendo converter-se em rotina.

- *Sociabilidade* : A esta classe pertencem as atividades que todavia guardam certa relação com o trabalho, tais como visitar amigos e companheiros de trabalho, ou sair em viagem, em excursões, em companhia, e outras que nada tem haver com eles, como ir a um bar, a um club etc... com um fim em si mesmo. Os tipos de sociabilidade como forma de passar o tempo livre varia muito.

- *A classe de Atividades Miniméticas ou de Jogo* : A esta classe pertencem atividades, as quais mostram uma grande diversidade, tais como atividades recreativas como o teatro ou um concerto, as corridas de cavalo, cinema, caçar, pescar, jogar baralho, escalar montanhas, dançar, assistir televisão, são atividades de tempo livre com características de ócio. Esta tipologia pode servir de ponto de partida para várias classificações teóricas. Ilustra as insuficiências que, tanto para fins práticos como de estudo, apresenta uma conceitualização que emprega os termos “tempo livre” e “ócio” como sinônimos em um grau ou outro. A tipologia elaborada mostra com clareza que não podemos dedicar ao ócio uma boa parte do nosso tempo livre. Somente por esta razão, resulta inadequadamente da polarização de ócio e trabalho em sua forma tradicional, pois parece sugerir que todo o tempo não revertido em trabalho, no sentido de trabalho ocupacional assalariado, que todo tempo livre pode ser destinado à atividades recreativas. Trabalhamos para ter ócio, trabalhamos com o fim de ter mais tempo para coisas melhores e mais plenas de sentido. Não é raro hoje em dia achar explicações no sentido de que os acontecimentos recreativos são uma forma de recuperar-se do trabalho, relaxar da fadiga da vida diária e sobretudo, libertar-se da tensão. Há grandes variações no modo em que se expressa a agradável estimulação das emoções proporcionada pelas atividades recreativas, as quais possuem como característica comum, não a liberação da tensão em si, pelo contrário, a produção de um determinado tipo de tensão, o aumento de uma tensão-emoção agradável, como o componente básico do prazer recreativo.

Independentemente da relação que pode existir entre a necessidade de recreação e outras necessidades mais elementares como as de comer, beber e ter contatos sexuais - todos os indícios sinalam que este caso trata-se de um fenômeno muito mais complexo, muito menos biológico em sentido estrito - é fácil descobrir que a falta de atenção a esta necessidade constitui uma das principais lacunas nos atuais enfoques dos problemas de saúde. A diferença que se crê, sua função não consiste simplesmente em liberar essa dose de tensão que é um fator de saúde, a base do seu efeito catártico reside na restauração do tono mental normal mediante um tempo transitório de emoções agradáveis. Na sociedade industrial, é distinto o modo em que se entrelaçam no trabalho ocupacional das pessoas e como estas agem em suas atividades consagradas ao ócio ou não. A agradável satisfação que as atividades recreativas proporcionam tende a considerar como se tratasse de um meio para se alcançar um fim - o fim de aliviar as pessoas das tensões causadas pelo trabalho, e aumentar sua capacidade de trabalhar. Durante as horas em que o indivíduo não necessita trabalhar, há coisas de menos valor ou intrinsecamente inúteis, e a sociedade mira com indulgência sua inclinação aos prazeres da ociosidade. A função principal da atividade recreativa, segundo a ideologia do ócio, é a relação que permite liberar as pessoas destas tensões.

Por um momento nada parece ter uma idéia clara sobre quais são as tensões laborais das quais busca -se alívio no tempo destinado ao ócio, a menos que a frase se refira somente ao cansaço físico, em cujo caso, melhor seria ir para cama que ao teatro ou a uma partida de futebol. É verdade que não sabemos que a classe de tensão que o trabalho produz nos trabalhadores, como atuam as atividades recreativas para proporcionar relações. Tanto as atividades recreativas como as não recreativas, desempenham funções diferentes para as pessoas na atividade desempenhada durante o tempo de ócio. O espectro do tempo livre, entre elas a atividade recreativa, tem como objetivo perfilar estas relações e diferenças entre a atividade desenvolvida neste período de tempo. Ao mesmo tempo tenta situar a relação entre o ócio e as atividades do tempo livre. Como pode versar, a distinção parece óbvia: todas as atividades recreativas são atividades de tempo livre, mas nem todas as atividades de tempo livre são recreativas. Por estranho que resulte, não se percebe claramente que muitas atividades de tempo livre não estão consagradas ao

ócio ou, para dizer em outras palavras, sem ele, o espectro adjunto não existe.

No espectro do tempo livre podem ser direcionadas para as rotinas do tempo livre como: satisfação rotineira das necessidades biológicas e o cuidado do próprio corpo, rotinas da casa e da família, trabalho voluntário privado, não ocupacional, realizado principalmente para outros ou para si mesmo, atividades religiosas, atividades voluntárias. Para as atividades recreativas: atividades sociais, atividades miméticas ou de jogo, atividades recreativas fora da rotina e com frequência multifuncional. As atividades recreativas são uma classe de atividades nas quais, mais que nenhuma outra as contenções rotineiras das emoções podem até certo ponto, relegar-se publicamente e com o reconhecimento social. Nelas o indivíduo pode achar a oportunidade de sentir as emoções de média força, sem perigo para ele e sem perigo e nem compromisso constante com os outros. Sendo que em outras esferas da vida, as atividades acompanhadas de efeitos poderosos e profundos, ou bem comprometem a pessoa mais além do momento em que se produz a excitação de suas emoções, ou bem a expõe a sérios perigos e riscos - se tais efeitos não são antes bloqueados por completo mediante a rotineira subordinação dos sentimentos pessoais que estão fora do campo da pessoa. Nas atividades recreativas, em respeito por si mesmo e, sobretudo, pela própria satisfação emocional, na forma mais ou menos públicas e ao mesmo tempo aprovadas socialmente, pode ter prioridade sobre todas as demais considerações.

Na segunda parte desta interpretação, consiste em utilizar os jogos como modelo para determinar a relação existente entre as atividades recreativas e as que não são. O ser humano participa desde o princípio em um jogo e junto aos demais, porém, não existe o ponto certo que marque o momento em que os seres humanos começaram a praticar os jogos, e tampouco existe algum começo de normas e regras. As dificuldades intrínsecas em todas as discussões se devem basicamente a dois fatores: O primeiro é a implícita valorização que decide o que é, ou o que se considera real e o que não é. Deste modo, a idéia de que o trabalho é real e o ócio irreal, está estreitamente relacionada com as tradições e os valores nos quais o trabalho se outorga a um lugar de preferência em relação ao ócio, o qual é considerada frivolidade inútil. Esta clarificação acaba com a divisão estática e absoluta entre o que é real e o que é irreal, pois abre terreno a diferentes classes e graus de realidade. Implica que todas as atividades humanas que se baseiam na comunicação, que são como os movimentos de um jogo, jogado por seres humanos entre si, são reais. Não há dúvida de que os jogos recreativos concedem às fantasias e emoções de todo tipo, um papel maior que na vida não recreativa das pessoas, pois sem fantasias estruturadas socialmente e comunicadas, fantasias que são cristalizadas numa obra de teatro, um quadro, uma partida de futebol, uma sinfonia, uma corrida de cavalos, um baile ou uma aposta são reais. Em contraposição com as fantasias puramente privadas, não socializadas, são tão reais em termos de seres humanos que participam nelas como os cuidados que se tem com os filhos no tempo livre, ou da esposa ou, para o caso, tão reais como o próprio trabalho.

O grau e a estrutura deste entendimento para o autocontrole variam de uma sociedade a outra, segundo a etapa de seu desenvolvimento em que se encontram. Em geral, pode dizer-se que a socialização característica da sociedade altamente industrializada produz uma interiorização mais forte e firme do autocontrole individual e, como resultado, uma couraça de autocontrole que funciona em forma relativamente uniforme e comparativamente moderada, porém são muitos resquícios em muitas esferas. Em igualdade com o termo “indústria”, o qual é empregado em sentido “lato” e em sentido “*stricto*”. Em sentido lato, como se sucede com o termo mencionado, se refere a atividades específicas das sociedades tribais pré-estatais e das sociedades estatais pré-industriais assim como, às correspondentes atividades das nações-Estado industrializadas. Com o termo “indústria” ocorre que, quando empregamos o sentido lato, somos perfeitamente conscientes de que tem um significado mais estrito e mais preciso, sabemos que o “processo de industrialização” dos séculos XIX e XX é bastante recente e que as distintas classes de produção e de trabalho desenvolvidas nos últimos tempos, os homens da “indústria”, tem certa estrutura única suscetível de ser definida pela sociologia com precisão considerável e que distingue claramente de outras classes de produção.

Quando falamos de “esporte”, em troca, utilizamos o termo indiscriminadamente, tanto em sentido lato, no qual se refere aos jogos e exercícios físicos de todas as sociedades, como em sentido estrito, que então, denota os jogos de competição, em particular que, como a palavra se originou na Inglaterra e passou dali a outras sociedades – processo que foi chamado por Elias de “esportivação” dos jogos competitivos. Se a palavra não soasse tão pouco atrativa, mas o problema está em saber se, é possível descobrir no recente desenvolvimento da estrutura de organização destas atividades recreativas denominadas esportes, tendências que soam tão únicas como as estruturas e organização do trabalho

que nos referimos quando falamos do processo de industrialização? É uma pergunta aberta, portanto pode-se entender mal esta colocação. Dada a valorização predominante do trabalho como algo superior às atividades recreativas de todas as classes, podemos crer que toda transformação das atividades recreativas em geral e dos jogos de competição em particular, acontece nos últimos duzentos anos mais ou menos, devendo ter sido o efeito da qual industrialização?

Podemos, considerar a possibilidade de que tanto a industrialização como a transformação de determinadas ocupações recreativas no esporte, são tendências parciais interdependentes dentro de uma transformação global das sociedades estatais da época recente? Neste caso, não seria preferível examinar a gênese e o desenvolvimento do esporte do nosso tempo, enfrentar o eixo de que os jogos que chamamos de esporte, como as nações-Estados industrializadas e nas quais se realizam, tem certas características únicas que os distinguem de outros tipos de jogos, e começar explicar a natureza destas características distintivas? Ou ainda, considerar a tendência de apresentar o movimento esportivo moderno como o restabelecimento de um movimento similar da antiguidade, numa dessas inofensivas lendas ideológicas, inicialmente utilizadas para reforçar a unidade de um movimento que está alheio às tensões e tendências de choques, e destacar seu brilhantismo e prestígio para fins pacíficos?

Examinando este enfoque, não é difícil ver que os jogos de competição na Antiguidade clássica representam o grande paradigma do esporte. Possuem certas características próprias e se desenvolveram em condições distintas dos outros esportes. A ética dos jogadores, as normas e as regras da competição e, a realização propriamente dita daqueles jogos, diferiam notavelmente em muitos aspectos das características do esporte moderno. Quanto ao nível superior de violência física nos jogos da Antiguidade, não era por si só um dado relegado, especialmente na etapa de desenvolvimento alcançado durante a organização “estatal”, e por um grau de monopolização da violência física que esta implica. A monopolização e o controle relativamente sólido, estável e impessoal dos meios de violência são uma das características estruturais fundamentais das nações-Estado contemporâneos. Ao compararmos estes aspectos, a monopolização e o controle institucional da violência física nas cidades-Estados gregas eram rudimentares. Em conjunto, o nível de insegurança física que se vivia nas sociedades da Antiguidade era muito maior que nas nações-Estado contemporâneas.

A comparação do nível de violência representado pelos jogos da Grécia clássica ou, para o caso, pelos torneios e jogos populares da Idade Média, com os níveis representados pelos esportes contemporâneos, mostra uma determinada trajetória no processo civilizador. Pelo estudo desta trajetória, do processo civilizador dos jogos, será inadequado e incompleto se não enlaçar-se com o estudo de outros aspectos das sociedades, cujas manifestações existem sem as competições esportivas. Em resumo: Não se compreenderá o flutuante nível de civilização nas competições esportivas se não associar ao menos com o nível geral de violência socialmente permitida, e com a correspondente formação da consciência nas sociedades. Todos os juízos a respeito dos níveis de conduta civilizada são juízos comparativos.

O esporte, os jogos de competição com exercícios físicos chegaram a um nível de ordenamento e de autodisciplina por parte dos jogadores nunca antes alcançados. Esses mesmos jogos conhecidos como esporte, chegaram a assimilar um código de regras que garantia o equilíbrio entre uma possível tensão na luta e uma proteção razoável contra danos físicos. A desportivização, em resumo, foi como um empuxo civilizador comparável pela sua direção global e a transformação dos guerreiros em cortesãos, processo em que as opressivas regras da etiqueta desempenharam um papel significativo e do qual ia se ocupando em outro trabalho. A industrialização e a urbanização tiveram, sem dúvida alguma, um papel no desenvolvimento e difusão das ocupações de tempo livre com características de esporte, e também é possível que, tanto uma como a outra, foram sintomas de uma transformação mais profunda das sociedades européias que exigia maior regularidade e diferenciação de conduta a seus membros enquanto indivíduos. Este processo teve expressão na submissão dos sentimentos e a conduta das pessoas ligadas a um calendário regulador, minuciosamente diferenciado, e a uma contabilidade igualmente iniludível em termos de dinheiro.

É possível pensar que as sociedades européias, desde o século XV em diante, para falar de uma maneira geral, sofreram uma transformação que impunha a seus membros uma regulação cada vez maior de sua conduta e seus sentimentos. Quem sabe, a pronta aceitação dos passatempos tipo esporte, nos países do continente, foi um indicador da crescente necessidade de atividades recreativas mais ordenadas, mais reguladas e menos violentas fisicamente na sociedade em geral? Os esportes diferem entre si por suas regras e, conseqüentemente, pelo modelo de pauta da competição; em outras palavras, pelas distintas figurações dos indivíduos implicados tal como são determinadas por suas regras respectivas e



pelas organizações que vigiam seu cumprimento. Uma das características dos jogos esportivos em sua etapa de amadurecimento consiste em que o período de tensão não é demasiado curto nem demasiado longo. A maioria dos esportes necessitou de muito tempo para amadurecer e encontrar um ponto ótimo. A adequação do equilíbrio de tensões e da dinâmica da figuração no jogo esportivo depende, entre outras coisas, das medidas que garantissem que os componentes tanto no ataque como na defesa, terem iguais oportunidades de ganhar e de perder, tendo de encontrar o ponto médio entre seguir cuidadosamente as normas e convenções e regatear ou estirá-las ao máximo, e jogar perto do ponto de ruptura: querer jogar limpo em nome de uma diversão sã, não aproveita todas as oportunidades de vencer, podendo perder a possibilidade da vitória; busca-se o triunfo acima de tudo, o jogo em si pode perder qualidade.

Os primeiros legislam com a vista posta na situação global do jogo e em sua relação com o público em geral, os últimos, aleigados ao centro do poder e interessados nas oportunidades de ganhar os jogos, aproveitam a elasticidade de todas as regras verbais buscando requisitos para escapar delas, burlando as intenções de quem quer impor as leis.. O progressivo reforçamento dos controles sobre a conduta das pessoas e a correspondente formação da consciência, a interiorização das normas que regulam mais detalhadamente todas as esferas da vida, garantiria às pessoas maior segurança e instabilidade em suas relações recíprocas, pois também estranhavam uma perda das satisfações agradáveis associadas com formas de conduta mais sensíveis e espontâneas. O esporte foi uma das soluções do problema? Tanto o desenvolvimento do esporte em geral como do esporte em particular (de competição), pode versar como um ramo no tronco maior do desenvolvimento das sociedades nas que se praticam e, cada vez mais, a medida que se jogam em um número maior de países, do desenvolvimento da sociedade mundial. O significado da palavra esporte no século XVIII se viu profundamente afetado por este peculiar giro na forma em que as pessoas gozavam seus passatempos; representa uma profunda transformação dos sentimentos. Na Idade Média o termo esporte havia tido um significado muito menos preciso. Então podia aplicar-se a numerosas diversões e entretenimentos diferentes entre si.

Foi durante o século XVIII quando se converteu em um termo mais especializado: transformouse em um *terminus technicus* para designar um determinado tipo de passatempo que naquela época se desenvolveu entre cavaleiros e aristocratas donos de terras, e do qual a altamente idiossincrática forma de caçar raposas que se desenvolveu naqueles círculos, foi um dos mais proeminentes. O termo esporte se converteu no tecnicismo aplicado ao que antes havia sido a parte preparatória de uma caça ou de um jogo, junto com o prazer antecipado que se esperava obter dela. Posteriormente, esta mudança ganhou a expressão da ética esportiva segundo a qual “o importante não era ganhar e sim participar”. Afirmo que este conceito; na sociedade contemporânea, baseada na “solidariedade orgânica” é utópica. Isto significa que as pressões e controles recíprocos que operam nas sociedades urbanas industrializadas se repetem geralmente na esfera do esporte. Em consequência, os esportistas de mais alto nível não podem ser independentes e jogar só por diversão, eles se vêm obrigados a uma participação esportiva séria e dirigida. Não podem jogar por si só, são forçosamente representantes das unidades sociais de grau tamanho tais como cidades, condados e países. Por esta razão, proporcionam ganhos materiais e/ou de prestígio, instalações e tempo para treinamento. Em troca, espera-se deles que realizam uma boa atuação esportiva, é o que exigem os consumidores e os controladores do esporte, do espetáculo esportivo, de uma competição emocionante pela qual estão dispostos a pagar, ou a valorização mediante o triunfo, da imagem da fama de uma unidade social com a qual uns e outros se identificam.

Em todos os sentidos, a figuração social, o padrão de dependências entre os grupos característicos de toda nação-Estado urbana e industrial, gera restrições que obstaculizam a postura na prática da ética esportiva, o prazer como meta central do esporte. Tais restrições não estão confinadas ao esporte de alto nível mas, aos níveis mais baixos das competições esportivas, isto é devido em parte ao eixo que os esportistas de alto nível formam um grupo de referência que, promovido pelos meios de comunicação de massa, estabelecem pautas que os demais tendem a seguir. Também é, em parte, consequência das pressões geradas pelas recompensas materiais e de prestígio que podem obter. Esta diminuição de prazer como objetivo central do esporte em modo algum deve as pressões geradas dentro do esporte, sendo de fundamental importância considerar a angústia e a insegurança penetrantes e profundamente arraigadas em uma sociedade, que se caracteriza por pressões e controles multipolares, e na qual os suportes da identidade e o status associados à relações tradicionais da classe de autoridades, entre os sexos e as gerações, são enraizados em sua base pela democratização funcional, é dizer, pelo processo nivelador que é consubstancial, segundo ELIAS (1993), à divisão do trabalho.

## REFERÊNCIAS

- DUMAZEDIER, J. *Sociologia Empírica do Lazer*. São Paulo: Perspectiva: SESC, 2000.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. Volume 2, 1993.
- ELIAS, Norbert & DUNNING, Eric. *Deporte y Ocio en el Proceso de la Civilizacion*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

## O FUTEBOL FRENTE À PERSPECTIVA DO LAZER: A “PRÁTICA” DO ESPORTE SOB O OLHAR DOS TORCEDORES

*Tiago Felipe da Silva*<sup>127</sup>

**RESUMO:** Poucos fenômenos sociais possuem tanta inserção na sociedade quanto os esportes, e se tratando do Brasil, é perceptível que o futebol ocupa um lugar de destaque como uma das principais atividades presentes no tempo de não trabalho dos indivíduos, ganhando cada vez mais adeptos à prática e também à assistência, tornando-se uma referência para a identidade nacional e sinônimo de lazer. Neste sentido, pensa-se numa relação entre o futebol e o lazer a partir do olhar dos torcedores, visando uma compreensão desse esporte que não se limite apenas à ótica voltada para suprir objetivos consumatórios, mas também, como um fenômeno social que traz em sua história, representações e significados, características identitárias da própria sociedade, que influencia e é influenciado por ela.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Futebol. Torcedores.

### Palavras iniciais

A idéia de escrever esse texto partiu de uma conversa entre amigos há um tempo atrás sobre esportes e atividades físicas de maneira geral. Alguns assuntos foram colocados em discussão como lazer, futebol e torcedores. Concordâncias em alguns pontos, discordâncias em outros, e assim, de maneira ainda incipiente, surge tal iniciativa que visa propor um debate que envolve o futebol como opção de lazer sob o olhar dos torcedores.

Tal interesse está de acordo com os assuntos estudados no Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas (GEFuT) da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, que tem, desde setembro de 2006, se debruçado sobre temas correlatos ao futebol e as torcidas, como: a relação do torcedor com Estatuto de Defesa do Torcedor; torcida e violência; o torcer no futebol profissional e amador; torcida e gênero; a história das torcidas em Belo Horizonte; e o torcer pelos diferentes esportes.

Serão expostos alguns temas que geraram a discussão, como o lazer e o futebol. Em seguida serão apontadas possíveis relações entre esses dois temas. E finalmente a guisa de uma conclusão, as atenções serão direcionadas a um debate que envolve o torcer no futebol como uma opção de lazer.

### Lazer

O tema lazer tem sido alvo de discussões e debates na sociedade atual, conquistando publicidade e sendo foco de estudos e pesquisas acadêmicas. No entanto, muitas vezes é tratado de forma reduzida, provocando uma série de equívocos.

Compreendido enquanto uma dimensão da cultura, socialmente construída, o lazer, através de vivências lúdicas de expressões culturais num tempo e espaço conquistado estabelece relações contraditórias com as necessidades, deveres e obrigações principalmente do trabalho produtivo (GOMES, 2004).

Quatro elementos se inter-relacionam a partir desse entendimento do lazer: 1) Tempo: que não se restringe aos períodos institucionalizados e determinados para o lazer (férias, fim de semana... etc). 2) Espaço: que vai além do espaço físico por ser um lugar em que os indivíduos podem transformá-lo em ponto de encontro ou convívio social para o lazer. 3) Manifestações culturais: que são os conteúdos vivenciados como fruição da cultura. 4) A atitude: “entendida como expressão humana de significados da/na cultura referenciada no brincar consigo, com o outro e com a realidade” (GOMES, 2004, p. 124).

Para Gomes (2004), o lazer se revela em diferentes contextos, histórico, social, político dentre outros. É um fenômeno complexo, marcado por conflitos, tensões e contradições. Enquanto uma dimensão da cultura, o lazer está em constante transformação e, por um lado é marcado por sua diversidade e por outro compõe e é influenciado pelas identidades distintivas de cada grupo social.

O que um indivíduo busca quando opta por alguma atividade em seu tempo de lazer? Pode parecer uma questão redundante presente em vários trabalhos acadêmicos, mas que pode gerar muitos conflitos. Divertimento, descanso, alívio do stress e qualidade de vida, são algumas respostas que recebemos das pessoas quando perguntamos o que elas buscam quando optam por uma ou outra atividade de lazer. Mas

<sup>127</sup> EEFFTO - UFMG

temos que entender melhor as possibilidades que ele pode oferecer.

Não há dúvida que cumprir objetivos consumatórios como relaxamento, divertimento e prazer são possibilidades do lazer, no entanto não podemos desconsiderar outra possibilidade, que geralmente, não é tão perceptível, trata-se do desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, contribuindo para a compreensão da realidade, reconhecimento das responsabilidades sociais, “a partir do aguçamento da sensibilidade pessoal, pelo incentivo ao auto-aperfeiçoamento, pelas oportunidades de contatos primários e de desenvolvimento de sentimentos de solidariedade” (MARCELLINO, 2006 p. 50).

Com relação aos interesses que os indivíduos têm ao optar por alguma prática do lazer, Dumazedier (1980) enumera cinco interesses centrais em sua classificação: físicos, artísticos, manuais, intelectuais e sociais. No entanto, Melo (2004) chama a atenção para os limites dessa classificação, visto que o processo de escolha dos indivíduos nem sempre é diretamente explícito, nem pode ser rotulado por um único foco de interesse. Neste sentido, Marcellino (2006) salienta que essa distinção só pode ser instituída em termos de predominância, “representando escolhas subjetivas, o que evidencia uma das características das atividades de lazer – a opção” (*idem*, p. 17).

Nesse entendimento, o futebol pode permear vários interesses culturais do lazer, visto que ocupa um campo privilegiado de escolha dos indivíduos, como praticantes ou espectadores. Logo, chamamos a atenção para buscarmos compreender as possibilidades do futebol enquanto um “espaço” privilegiado para o lazer, não apenas enquanto prática especializada, mas também como comportamento e participação, atitudes essas que são influenciadas por ele no usufruto do tempo de lazer dos indivíduos.

### Futebol

Falar de futebol no Brasil é falar da própria cultura do país. Daolio (2000) afirma que o futebol é a expressão da sociedade. É um fenômeno sociocultural que manifesta e reflete a própria condição do brasileiro, e nesse sentido é uma das formas que a sociedade brasileira encontrou para se expressar.

Geertz (1989) diz que o futebol é parte da teia de significados que os humanos vão construindo em sua dinâmica social e buscam, de maneira constante, atualizar e reviver, “teia essa que constitui a própria cultura de um povo” (p.6).

Introduzido no Brasil por imigrantes europeus e jovens que traziam da Europa as novidades do moderno esporte, os primeiros anos do futebol no país receberam a marca de um jogo da elite, nas palavras de Pereira (2000, p. 16) um “fidalgo esporte”. O próprio Charles Miller, “pai do futebol brasileiro”<sup>128</sup>, era também de origem nobre. Durante boa parte de sua vida morou e foi educado na Inglaterra. À medida que se difundia pelo Brasil, não demorou muito para que a competitividade do futebol aumentasse e o esporte alcançasse as classes populares, ganhando cada vez mais adeptos à prática e também à assistência, tornando-se uma peculiar manifestação do lazer, tanto praticado como assistido.

O futebol transformou-se em um dos principais fenômenos sociais da atualidade, seja oferecido pela “indústria do entretenimento”, difundido pelos meios de comunicação de massa, ou como um importante elemento sociocultural presente no cotidiano das pessoas. Assim ele nos fornece uma espécie de mapa cultural, uma representação metafórica, que melhora nossa compreensão da sociedade (BATESON, 1972 *apud* GIULIANOTTI, 2002). “Deste modo pode-se dizer que cada sociedade tem o futebol que merece, pois ela molda e projeta nele um conjunto de temas que lhe são básicos” (DAMATTA, 1982, p. 16).

DaMatta (2006) entende que o futebol proporciona à sociedade brasileira a experiência da igualdade e justiça social, produzindo um espetáculo complexo, mas dirigido e administrado por regras que todos conhecem.

Para o autor, no fundo, trata-se do próprio drama humano, na sua luta com a natureza que ao mesmo tempo é trágica e orgulhosa. Trágica, pois as regras definem sempre hora e local, um vitorioso e um perdedor. Orgulhosa, porque o esporte assim como a vida, nos apresenta as normas para a sua

<sup>128</sup> A principal referência da chegada do futebol no Brasil é atribuída a Charles Miller que desembarcou em São Paulo em 1894, trazendo um livro de regras, camisas das escolas em que jogava, chuteiras, duas bolas e bomba para enchê-las. Sobretudo autores como Melo (2000) e Santos Neto (2002) apresentam dados que comprovam a existência do futebol no Brasil antes da chegada de Miller, nas escolas religiosas como exemplo. O pioneirismo de Miller, no que diz respeito à paternidade do futebol brasileiro consiste no fato de ter iniciado a prática do futebol dentro de um clube, incentivando outros a praticá-lo também (SANTOS NETO, 2002).

própria ultrapassagem, para que sejam honradas: “E honrar a lei é um gesto de grandeza que nos obriga à criatividade, à auto-superação, ao esforço que distingui o gênio do homem comum. A honra jamais será nossa, mas do jogo que um dia tomamos parte” (DAMATTA, 2006, p. 47).

O futebol seria uma das poucas oportunidades para a sociedade brasileira organizar-se coletivamente em torno de um objetivo comum. Afinal, o estado, a igreja, as ciências sociais, a literatura, a universidade, o sistema financeiro, as forças armadas, a burguesia, nada disso conseguiu promover a necessária confiança para uma construção positiva da identidade nacional (DAMATTA, 1994). Por outro lado, o futebol seria ainda um campo de experiências e vivências de sucesso, de êxito e de vitória, e como tal teria uma inegável força integrativa. “Sobretudo os marginalizados teriam a oportunidade de vencer com seus times” (VAZ, 2002, p.151).

Segundo DaMatta (1994) o futebol tem a capacidade de proporcionar ao povo, principalmente aos destituídos e pobres, a experiência da vitória e do êxito, que com o sistema social hierarquizado e concentrador de riqueza no Brasil, faz com que poucos possam experimentar. “Mas através do “jogo de futebol”, as massas brasileiras podem experimentar vencer com seus times favoritos (...)

sentem, então, que o seu desempenho no estádio como torcida- como platéia sofredora que se dá sem reservas ao seu clube de heróis- produz resultados palpáveis e vitórias completas. Essa vitória que a massa, perpetuamente iludida por governantes desonestos, efetivamente desconhece no campo da educação, da saúde e, acima de tudo, da política (DAMATTA, 1994, p. 17).

Mário Filho (2003) aponta que “o futebol não seria a paixão do povo se o povo não se identificasse com um time, o seu time, com uma bandeira e uma camisa” (p. 17).

De acordo com os dizeres até aqui desenvolvidos, em seguida será proposto um debate que ofereça questões e desperte reflexões a respeito da prática do torcer para além da idéia do futebol como “assimilador das tensões” do dia a dia, ou como ópio do povo, que desvia a atenção dos problemas sociais; ou que ainda, cala os súditos com o circo fazendo-os esquecer dos altos impostos e dos problemas sociais.

### **O torcer no futebol numa possível relação com o lazer**

De todas as atividades que se transformaram em esporte, o futebol foi o que mais preservou a dimensão de uma incerteza que propaga o drama e a excitação que todos pagamos pra ver. O universo do esporte nasceu de uma série de atividades festivas e não rotineiras que se opunham com as obrigações do trabalho. “Se o trabalho obriga, a festa inventa a escolha. Se o trabalho tem como objetivo a racionalidade que protege, garante e sustenta, o ritual exagera (como as procissões) e subverte (como o carnaval)” (DAMATTA, 2006, p. 60).

DaMatta (2006) destaca que foi dentro desse universo ambíguo que nasceu o esporte e a arte. São atividades que, afirmam os materialistas, o homem não precisa e nelas se aliena.

Mas o fato é que sem arte, vinho e música, sem os esportes e os jogos os homens não sobreviveriam. Pior que isso, não seriam verdadeiramente humanos. Pois o que nos distingue dos brutos é precisamente essa capacidade de poder praticar o que não é objetivo, nem produtivo ou muito menos necessário, como o jogo e o ritual (DAMATTA, 2006, p. 61).

O esporte é acima de tudo um jogo; jogo este que ao possuir determinadas características toma para si sentidos próprios de uma manifestação cultural inserida em conflitos e contradições políticas, históricas e sociais. Falar de futebol no Brasil é falar da própria cultura do país.

No Brasil, o futebol tem-se constituído, simultaneamente, em representação da sociedade e um modelo para ela, refletindo toda sua dinâmica, contradições e riquezas nela contidas. Com isso, as manifestações que ocorrem dentro do futebol não podem ser analisadas desvinculadas das questões que compõem a sociedade, questões essas como o próprio lazer, compreendido como uma dimensão da cultura, presente em constantes diálogos com outras esferas da vida.

Neste sentido, “praticar” o futebol como torcedor nos remete a refletir sobre um espetáculo muito mais complexo do que apenas o consumo do esporte como seres passivos e apenas alheios ao que se passa.

Segundo Marcellino (2006) o lazer é um campo de atividade em estreita relação com diversas

áreas de atuação do homem, não podendo deixar de considerar as pressões e os processos de alienação que ocorrem em quaisquer dessas áreas. Neste sentido, em que estariam ligados os objetivos dos torcedores? Seria o campo de futebol um espaço privilegiado para o torcedor expressar seus sentimentos publicamente? Seria um espaço que permite extravasar as emoções detidas pelas pressões cotidianas?

O autor acrescenta ainda que a possibilidade de escolha da atividade e o caráter “desinteressado” são características básicas do lazer, mas o que se pode observar, muitas vezes, são práticas regidas por modismos ou que simbolizam status.

No que diz respeito à atividade e passividade no lazer, Marcellino (2006) dialogando com o estudioso francês Dumazedier enfatiza que tanto na prática, quanto no consumo, os indivíduos poderão ser ativos ou passivos dependendo de seus níveis de participação, que podem ser: elementar, qualificado pelo conformismo; médio, preponderando a criticidade e superior ou inventivo, em que impera a criatividade. Um espectador ativo buscaria características como a seletividade, a sensibilidade, a compreensão, a apreciação e a explicação. “Assim é preciso reunir todas as suas possibilidades racionais e da sensibilidade para interpretar e recriar o objeto do ‘consumo’” (p.21).

Nessa ótica é colocado em debate a relação do torcedor com seu clube como uma opção de lazer, que busque compreender a prática do torcer não apenas como consumo de um espetáculo de massa difundido pela indústria cultural, mas que, considere toda possibilidade de desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos e também toda experiência da igualdade, justiça social e cidadania que o futebol pode oferecer.

Helal (2001) entende que os espetáculos modernos necessitam de público para legitimar seus eventos. Mais do que meros espectadores passivos, estas testemunhas são parte integrante do esporte moderno. Mídia, público, ídolos, entre outros participantes do evento esportivo, ao mesmo tempo em que fazem parte de condições sócio-existenciais diferenciadas, coexistem dentro de um universo integrado em que, uma parte não faz sentido sem a outra.

Segundo Silva (2001), o torcer por um clube possui especificidades que são riquezas da história cultural do homem, da torcida, do clube e da cidade. O futebol tornou-se referência para a construção de uma história positiva do Brasil, um símbolo da identidade nacional e sinônimo de lazer.

Quem torce no futebol está inevitavelmente ligado, ao seu time, para a felicidade ou para desgraça, para o bem ou para o mal. No fundo o torcedor quer que o jogador seja melhor do que ele. O jogador representa seu clube, a sua cidade, o seu estado, a sua pátria.

DaMatta (2006) afirma que, o povo é o próprio futebol na sua ânsia de excelência e justiça. Na sua confirmação que o desempenho vale mais do que a cor da pele, o nome de família e o cargo. Toledo (2000) enfatiza que, dos fundamentos às representações coletivas, o futebol reencanta a dimensão da vida cotidiana através de sua estética singular.

Para Vaz (2002), uma questão importante que é a designação do futebol como um modelo de participação coesa e organizada, não desconsiderando o que muitas vezes resulta em “violência organizada, na relação irracional e não mediada de várias torcidas” (*idem* p.161). O autor acrescenta que, com certo cuidado, pode-se afirmar que o drama, como estrutura permanente e que se renova, é uma forma de compreender e tematizar complexas configurações sociais.

O esporte dramatiza os conflitos que não precisam mais ser vingados com sangue e morte, mas decididos de forma apaziguada.

Tais dissensões são agora não somente institucionalizadas, mas programadas, planejadas e transformadas num espetáculo bom para pensar e dramatizar, conforme diriam Claude Lévi-Strauss e Nelson Rodrigues (DAMATTA, 1994, p. 14).

Daolio (2005, 2006) entende que, com todas as contradições possíveis, o futebol brasileiro é uma forma de cidadania, faz parte da sociedade brasileira de uma maneira mais efetiva do que podemos supor à primeira vista. O futebol proporciona à sociedade brasileira a experiência da igualdade e justiça social, produzindo um espetáculo complexo, mas dirigido e gerido por regras que todos reconhecem.

DaMatta (2006) destaca que trata-se do próprio drama humano, na sua luta com a natureza que ao mesmo tempo é trágica e orgulhosa. Trágica, pois as regras definem sempre hora e local, um vitorioso e um perdedor. Orgulhosa, porque o esporte assim como a vida, nos apresenta as normas para a sua própria ultrapassagem, para que sejam honradas: “E honrar a lei é um gesto de grandeza que nos obriga à criatividade, à auto-superação, ao esforço que distingui o gênio do homem comum. A honra jamais

será nossa, mas do jogo que um dia tomamos parte” (p. 47).

### Considerações Finais

Compreender o futebol frente à perspectiva do lazer nos permite pensar o esporte não apenas por uma ótica voltada para suprir objetivos consumatórios, mas também, enquanto um fenômeno social que traz em sua história, representações e significados, características identitárias da própria sociedade, que influencia e é influenciado por ela.

Praticar<sup>129</sup> o esporte como torcedor pode nos fazer pensar sobre toda essa representatividade dinâmica e complexa do futebol na sociedade brasileira. Como o lazer, o futebol é um fenômeno ambíguo passível de conflitos e tensões. O fundamental, portanto, é não nos descuidar-mos da importância de refletir sobre as causas e conseqüências das nossas vivências e experiências, buscando compreendê-las a partir de suas várias formas de manifestação.

Assim como o lazer, o futebol participa da complexa trama histórico-social que caracteriza a vida em sociedade. Como no lazer, ele representa um fenômeno sociocultural que se manifesta em diferentes realidades (históricas, sociais, políticas, etc); é dinâmico, marcado pela diversidade presente nos diferentes contextos culturais, e também constituído por diferentes símbolos de distinção de cada grupo social.

Mais do que um mero cenário, palco de grande excitação e espetáculo consumível, o futebol constitui-se um símbolo da sociedade, expressão sincera de domínio público. Inscreve em cada corpo sua beleza, sua moldura, e influencia na relação do torcedor com seu clube, gerando várias formas peculiares e autônomas de torcer.

Para Toledo (1996), o jogo de futebol constitui-se num dos momentos em que a simples aglomeração em identidades e oposições, adquire a forma de uma consciência particular de um *Nós*, que interfere na lógica das relações sociais mais rotineiras. O momento do jogo dramatiza especialmente de forma virtual, as regras sociais, as representações de segregação do espaço urbano e as próprias relações de poder da sociedade, com suas hierarquias, status etc. “Na verdade o futebol concebido dessa forma redimensiona as representações sociais, ritualizando-as” (*idem* p.134).

Neste sentido, representando um fenômeno permeado de conflitos, tensões e contradições como o lazer, o futebol não pode ser entendido apenas como ópio do povo que se transformou em um grande negócio lucrativo, que oferece lazer, emoção, passagem excitante do tempo, e que alivia o tédio e o estresse; ou simplesmente como uma prática especializada para vivência esportiva. Mas como um fenômeno altamente complexo, que expressa os conflitos e o drama da vida em sociedade, imprime ritmo, regras, marcas e símbolos que alteram a dinâmica social, e que no Brasil é referencial de lazer, e nele residem modos e comportamentos específicos dos indivíduos, que ultrapassam à mera assistência passiva ao jogo.

### REFERÊNCIAS

DAMATTA, R. **A bola corre mais que os homens**: duas copas, treze crônicas e três ensaios sobre futebol. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

DAMATTA, R.; NEVES, L.F.B.; GUEDES, S.L.; VOGEL, A. **Universo do futebol**. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982.

DAOLIO, J. O drama do futebol brasileiro. In: DAOLIO, J. **Cultura Educação Física e Futebol**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

\_\_\_\_\_. A superstição no futebol brasileiro. In: DAOLIO, J. **Futebol, cultura e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2005.

\_\_\_\_\_. As contradições do futebol brasileiro. In: Carrano, P.C.R. (org.). **Futebol: paixão e política**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

DUMAZEDIER, J. Valores e conteúdos culturais do lazer. São Paulo: SESC, 1980.

<sup>129</sup> Insistindo na palavra “prática”, entendendo que “a simples prática não significa participação, assim como nem todo ‘consumo’ corresponde necessariamente à passividade” (MARCELLINO, 2006, p. 22).

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIULIANOTTI, R. **Sociologia do Futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões**; trad: Wanda Nogueira C. B. e Marcelo N. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

GOMES, C.L. Lazer – Concepções. In: GOMES, C. L. (org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

HELAL, R. Mídia, Construção da Derrota e o Mito do Herói. In: HELAL, R.; SOARES, A. J.; LOVISOLO, H. **A Invenção do País Futebol**. Mídia, Raça e Idolatria. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. p. 149-162.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

MELO, V. A. Conteúdos Culturais. In: GOMES, C. L. (org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PEREIRA, L. A. de M. **Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro. 1902-1938**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SANTOS NETO, J. M. **Visão do Jogo: primórdios do futebol no Brasil**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

SILVA, S. R. **Tua imensa torcida é bem feliz: da relação do torcedor com o clube**. 2001. Tese (doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

TOLEDO, L. H. **No país do futebol**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

TOLEDO, L. H. As cidades das torcidas - representações do espaço urbano entre torcedores e torcidas de futebol na cidade de São Paulo. In: José Guilherme Cantor Magnani; Lilian de Lucca Torres. (Org.). **Na Metrópole: textos de antropologia urbana**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1996, v., p. 124-155.



## FUTEBOL E LAZER: UMA ANÁLISE SOBRE A SOCIABILIDADE E O ESTILO DE VIDA DAS TORCIDAS ORGANIZADAS DE BELO HORIZONTE/MG<sup>130</sup>

*Bruno Otávio de Lacerda Abrahão<sup>131</sup>, Ananda Silza Venam de Souza<sup>132</sup>,  
André Silveira Gomes<sup>133</sup>, Deborah Salvino Santana Santos<sup>134</sup>,  
Gibson Moreira Praça<sup>135</sup>, Juliana de Alencar Viana<sup>136</sup> e Silvio Ricardo da Silva<sup>137</sup>*

**RESUMO:** Os autores refletiram sobre as formas de sociabilidade e estilo de vida dos membros de algumas<sup>138</sup> Torcidas Organizadas (TO's) de futebol dos dois principais clubes de futebol de Belo Horizonte: Cruzeiro Esporte Clube e Clube Atlético Mineiro. Para tanto, apropriaram da literatura e realizaram uma incursão ao campo com o intuito de observar as formas de organização e manifestações dessas torcidas e as relações inter-torcidas. Ainda que de maneira preliminar, observaram que os membros das TO's procuram novas formas de pertencimento além dos vínculos mais abrangentes que eles possuem com o futebol. Paixões compartilhadas pelo mesmo time, o pertencimento clubístico e à torcida através dos símbolos e manifestações são os significados que estimulam os membros das torcidas organizadas a se engajarem no ritual futebolístico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Futebol. Torcidas Organizadas.

### Introdução

O surgimento das Torcidas Organizadas (TO's) está diretamente relacionado com o crescimento das metrópoles e desenvolvimento do futebol. As cidades cresceram, agrupando gostos e aglutinando preferências por clubes de futebol que começavam a surgir e se desenvolver no interior das metrópoles em expansão. Novas formas de entretenimento e lazer passavam a ser gestadas a partir da prática, paixão e interesse que o futebol começava a despertar.

Novos atores passaram a surgir nesse cenário, dentre os quais aqueles se interessam esse estudo: os torcedores organizados. Deixados de serem vistos como meros apreciadores do espetáculo esportivo, esses torcedores se organizaram através de paixões compartilhadas por um mesmo time. Laços de pertencimento clubístico são cultivados e extrapolam o espaço e tempo de jogo. Os torcedores organizados dessa forma criam grupos de sociabilidade baseados em afinidades e interesses, o que já é bastante discutido por diversos autores, entre eles Michel Maffesoli<sup>139</sup>. Desse modo, essas organizações de torcedores inauguraram um novo padrão de sociabilidade entre os torcedores de futebol. Expresso nos comportamentos, na estética, na manipulação de um instrumental simbólico enfim, um determinado estilo de vida, esses torcedores organizaram novas experiências sobre o “torcer”.

Adotando a perspectiva de a cultura é um processo através do qual os atores sociais atribuem sentido/significado às suas ações, pensemos sobre quais sentidos estão presentes nas práticas dos atores sociais que devotam parte do seu tempo livre para ser despendido através do futebol. A concepção do futebol como entretenimento, lazer ou estilo de vida implica em trocas, conflitos e contaminações entre os variados padrões de sociabilidade observados a partir da sua fruição.

Toledo (1996) salienta que as torcidas organizadas não restringem a sua participação apenas aos estádios, por ocasião dos jogos. Além desses espaços, seus membros encontram-se nas sedes, nos

<sup>130</sup> O trabalho é resultado parcial de pesquisa em desenvolvimento “Levantamento e Análise das torcidas organizadas em Minas Gerais” realizada pelo GEFuT – Grupo de Estudo dos sobre Futebol e Torcidas da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.

<sup>131</sup> Instituto Metodista Izabela Hendrix

<sup>132</sup> Graduanda em Educação Física/UFMG

<sup>133</sup> Graduando em Educação Física/UFMG

<sup>134</sup> Graduanda em Educação Física/UFMG

<sup>135</sup> Graduando em Educação Física/UFMG

<sup>136</sup> Mestranda em Lazer/UFMG

<sup>137</sup> EEEFTO/UFMG

<sup>138</sup> Por que estamos utilizando o termo “algumas”? Em função do tempo e do número de jogos que foram incluídos nesse recorte, não tivemos acesso as maiores torcidas. Então, optamos inicialmente por analisar as menores porque acreditávamos que com elas teríamos um acesso mais facilitado no interior do estádio.

<sup>139</sup> MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2006.

trajetos de rua, nas viagens e em atividades rotineiras que ocorrem para além da apreciação do futebol revelando assim uma rede de sociabilidade que sustenta as práticas desses atores sociais para além do futebol propriamente dito. A respeito da intencionalidade dos torcedores organizados com o futebol, Toledo (1996) pondera que:

[o futebol] não consiste tão-somente num momento de fruição e entretenimento como se fosse uma mercadoria de poucas horas. Ao contrário, ele é parte constitutiva na elaboração de um estilo de vida próprio. Ao assumirem preferência pelas cores do coração, por símbolos e marcas de cada Torcida Organizada, estes indivíduos referendam condutas específicas diante de outros grupos, na escola, no trabalho, na vida privada, no próprio cotidiano. (...). Dessa forma pode-se afirmar que a experiência de muitos daqueles que integram e vivenciam uma Torcida Organizada com o futebol não se restringe tão-somente à lógica do tempo de trabalho- tempo livre (p. 114).

Tomando esse último como o tempo que reside fora da esfera do trabalho, podemos tê-lo enquanto o tempo destinado à satisfação de interesses privados. Diante disso, questiona-se: quais interesses privados são satisfeitos, ou estão em jogo, quando um agrupamento de torcedores se aglutinam espontaneamente para vivenciarem o futebol através das formas de sociabilidade desenvolvidas no interior das torcidas organizadas? Para além da fruição do futebol durante o tempo devotado ao lazer, ou seja, apreciação do espetáculo propriamente dito, quais são os significados que estão presentes na escolha dos atores que espontaneamente se filiam ou participam das chamadas torcidas organizadas com o objetivo de alargar a fruição do futebol?

Diante disso, o objetivo deste ensaio é trazer algumas reflexões sobre as formas de sociabilidade e estilo de vida que foram observadas pelos membros de algumas<sup>140</sup> Torcidas Organizadas (TO's) de futebol dos dois principais clubes de futebol de Belo Horizonte: Cruzeiro Esporte Clube e Clube Atlético Mineiro. Salientamos que tais reflexões foram possíveis pelas incursões iniciais em campo em busca das melhores estratégias a serem adotadas para a coleta de dados, que será realizada no primeiro semestre de 2009, da pesquisa em desenvolvimento “Levantamento e análise das torcidas organizadas em Minas Gerais” pertencente ao GEFuT – Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.

Para tanto, apropriamos da literatura que subsidiou nossas interpretações acerca dos elementos observados em campo. Como elementos privilegiamos as formas de organização e manifestações dessas torcidas, as relações inter-torcidas e como elas se relacionam com os clubes. Uma vez realizado a seleção desses elementos, tentamos inicialmente um contato com os clubes para identificar as torcidas organizadas que são reconhecidas por eles que, por sua vez, nos passaram os contatos (telefone, endereço, e-mail). Todavia, esse acesso não foi satisfatório o que demandou realizarmos uma incursão ao Estádio Magalhães Pinto, o Mineirão. Lá, procuramos os representantes dessas torcidas organizadas para estabelecermos um contato que possibilitou a atualização dos dados para o início das investigações. Neste processo, elencamos alguns elementos já citados a fim de nortear a coleta de dados que incluiu algumas entrevistas e a observação participante de cinco jogos do Campeonato Brasileiro de 2008. Os jogos selecionados foram: Atlético x Botafogo (02/11); Cruzeiro x Fluminense (09/11); Atlético x Vasco (12/11); Cruzeiro x Flamengo (23/11); Atlético x Santos (30/11).

Assim, para dar conta dos significados que os atores atribuem às suas ações na apropriação do tempo livre, é necessário observar o contexto em que é desfrutado, salientando outros significados que as torcidas organizadas atribuem à dimensão do lazer. A participação das Torcidas Organizadas nas partidas envolve uma série de fenômenos antes, durante e após os jogos. Desde a reunião nas sedes das torcidas e nas casas dos presidentes (no caso das de torcidas que não possuem sede), nas salas das torcidas antes dos jogos passando pela volta para a casa, existem muitas particularidades que foram observadas pela incursão em campo e, ainda que de maneira preliminar, merecem ser observadas. Todavia, para que tais manifestações sejam compreendidas, é necessário analisarmos o significado social do futebol brasileiro para entendermos seu significado para os torcedores de futebol, especialmente os torcedores organizados.

---

<sup>140</sup> Por que estamos utilizando o termo “algumas”? Em função do tempo e do número de jogos que foram incluídos nesse recorte, não tivemos acesso as maiores torcidas. Então, optamos inicialmente por analisar as menores porque acreditávamos que com elas teríamos um acesso mais facilitado no interior do estádio.

### **O significado social do futebol brasileiro: identidades em jogo.**

O futebol brasileiro pode ser tido como um dos veículos pelo qual a sociedade brasileira se revela ou permite se descobrir. DaMatta (1994) entende o futebol como um instrumento privilegiado para dramatizações de muitos aspectos da vida social brasileira. Uma delas é sua capacidade de proporcionar aos torcedores a experiência da vitória e do êxito com seus próprios times: “[os torcedores] sentem, então, que o seu desempenho no estádio como *torcida* - como platéia sofredora que se dá sem reservas aos seus clubes e heróis – produz resultados palpáveis e completas” (*idem*, p. 16).

O torcedor participa do futebol através de um sistema de lealdades. “Torcer” significa “pertencer”, e pertencer a um clube é ser leal a ele. Relativizando a importância que os atores atribuem ao futebol, torcer é vibrar quando o clube ganha ou sofrer quando perde. Se um time ganhou, faz parte do ritual da torcida gozar a derrota da outra. Tripudiar sobre o “outro” é tão importante quanto cultivar a própria identidade. Logo, para os torcedores, os ganhos e as perdas são simbólicos. A trajetória pregressa entre os rivais, o confronto entre si e as implicações que o resultado do embate pode acarretar, constituem os elementos significativos a serem mobilizados para jogos entre rivais, o que Damo (2002, p. 56) caracterizou como a “temporalidade do tempo” e “da tradição”.

Damo (2002) propõe quatro premissas que são úteis para refletir sobre o papel dos clubes no universo do futebol. De modo genérico, podemos relacioná-los às nações<sup>141</sup>, se os tomarmos enquanto uma “comunidade de sentimento”, no sentido weberiano (1974). Em torno dos clubes podemos ver como se condensam a idéia de uma solidariedade grupal em torno de um sentimento específico (pertencimento clubístico), a incerteza em relação às ações decorrentes dessa solidariedade (violência simbólica); a segmentação e fluidez grupal (torcidas organizadas / outros torcedores); e disputa em torno de valores (“raça”, “classe social”, etc.):

“no futebol brasileiro, as torcidas possuem características de (micro-)nações. [...] São delimitadas, pois existem outras, além das “fronteiras clubísticas”, de bairros, de cidades, de municípios de Estados, de regiões ou de nações. Isto significa que as torcidas de futebol, onde quer que apareçam, serão sempre relacionadas com a identidade do torcedor derivando da definição em relação a um outro. As torcidas são também imaginadas. Um torcedor de futebol não se encontra, ouve ou interage com os outros membros da torcida da qual faz parte, nem com os integrantes da equipe de sua preferência, mas imagina-os como pertencendo a uma mesma coletividade, uma mesma comunhão. Por fim as torcidas são comunidades, pois são concebidas como profunda e horizontal camaradagem, apesar das diferenças existente dentre delas (SOUZA, 1996 *apud* DAMO, 2002, p. 45).

O fato de ser jogado em equipe permite ao futebol ser identificado à idéia de uma coletividade exclusiva com as quais estabelecemos relações de simpatia, “sangue”, “raça”, amor. Em suma, aos valores associados à casa ou à família. Forma-se, a partir daí, os laços complexos que ligam os torcedores aos clubes pelos quais torcem: “elos que recriam num nível moderno a idéia de família como comunidade que nos engloba, é certo, mas agora pelo nosso time de futebol” (DaMatta, 1994, p. 16).

A sociabilidade do futebol pode ser entendida como uma sociabilidade por distanciamento concebida ainda como um sistema classificatório inclusivo. Inclusivo porque permite acessar de qualquer ponto de uma cadeia ilimitada de eventos e significados um lugar para o “outro”, quer sejam “amigo” ou “estranho”, tomando estes dois termos como pólos limítrofes de um *continuum* que define o lugar das diferenças sempre em relação ao conflito de identidades. Diante do exposto, podemos ter os torcedores organizados como atores que procuram laços de pertencimento ainda mais próximos. Não basta apenas torcer para Cruzeiro ou Atlético. É necessário buscar laços ainda mais próximos para fidelizar ainda mais o pertencimento clubístico.

### **Sociabilidade em trânsito: trajetos diferenciados e os donos do “pedaço”**

Logo quando as torcidas dirigem-se ao estádio, como define Toledo (1996) ocorre a instalação de uma nova ordem na cidade. Na cidade de Belo Horizonte, esta nova ordem é expressa pela existência de trajetos específicos para cada uma das torcidas dos grandes clubes da capital, Clube Atlético Mineiro e Cruzeiro Esporte Clube. A torcida do Atlético dirige-se ao estádio através da Avenida Presidente Antônio Carlos e a do Cruzeiro pela Avenida Presidente Carlos Luz. É importante observar que estes trajetos são

<sup>141</sup> Talvez, por isso, não seja fortuito o fato dos clubes serem, muitas vezes, referidos como, por exemplo, “nação-corintiana”, “nação rubro-negra”, “nação vascaína”.

muitas vezes respeitados, mesmo quando o jogo não é entre os dois clubes. Presenciamos inclusive, uma cena de torcedores do Cruzeiro dando volta por outras ruas para evitar passar pela Avenida Presidente Antonio Carlos, tradicionalmente trajeto dos atleticanos.

Durante os jogos, pudemos notar a que os torcedores, corriqueiramente, entram no estádio faltando poucos minutos para o início da partida, permanecendo mais tempo no estacionamento e nos arredores. Esse costume pode ser justificado pela recente medida de proibição de venda de bebidas alcoólicas no interior do Mineirão, o que faz muitos torcedores ficarem do lado de fora para poderem consumir bebidas alcoólicas durante mais tempo. Esse comportamento apresenta-se tanto entre as torcidas do Atlético e do Cruzeiro. Tal hábito remete a uma suspensão da vida ordinária e aponta para necessidades que são próprias dessas vivências de lazer: sentido de festa, comunhão e excessos de toda ordem.

A partir dessa medida ocorreu também uma mudança em um outro costume das torcidas, a colocação das faixas ao redor da arquibancada no estádio. Estas faixas, normalmente colocadas pelos próprios diretores da torcida, são agora colocadas por outros integrantes das torcidas. Em uma partida do Cruzeiro, tivemos a oportunidade de presenciar três crianças, com idades entre dez e treze anos colocando a faixa no respectivo lugar, afirmando que seu pai, presidente da torcida, estava do lado de fora com a torcida. Podemos pensar que os estádios constituem ainda como espaços de lazer para diferentes faixas etárias e classes sociais.

As faixas são colocadas ao redor das arquibancadas logo momento em que os portões são abertos. Estas faixas são guardadas em pequenas salas no próprio estádio, as quais pudemos visitar e verificar que são salas possuem dimensões de 4m<sup>2</sup> onde, além das faixas, são guardados também bandeiras e instrumentos musicais para serem usados nos dias de jogos. As faixas encontradas no Mineirão possuem, na maioria das vezes, apenas os nomes das torcidas ou, como em alguns casos, símbolos alusivos ao clube ou à própria torcida e apresentam-se nas cores características do clube<sup>142</sup>. Ainda de acordo com este autor, as faixas “basicamente são utilizadas como endereços na demarcação e delimitação de territórios nas arquibancadas em dias de jogos”.

O posicionamento das faixas no estádio obedece para cada clube padrões distintos. As Torcidas Organizadas do Cruzeiro, de acordo com um membro da diretoria da CruChopp, torcida representante deste clube, a ordenação das faixas se dá em uma reunião de um conselho de torcidas do clube, na qual cada torcida escolhe seu espaço a ser ocupado. Porém nem sempre é possível a ocupação da área desejada, pela existência de mais de uma torcida com pretensão pelo mesmo espaço, sendo esta obrigada a alocar sua faixa em local distinto do que comumente ela acompanha as partidas. Assim, é comum em jogos do Cruzeiro que as torcidas posicionem suas faixas em um determinado local e assistam ao jogo em outro. Exemplo disto é a própria CruChopp, que coloca suas faixas de acordo com a reunião do conselho das torcidas nas cadeiras especiais, enquanto normalmente assiste aos jogos à esquerda da Máfia Azul, tradicional torcida cruzeirense. Por sua vez, a faixa que se localiza naquele espaço é a da TFC (Torcida FanatiCruz) que assiste aos jogos à direita da Máfia Azul. Percebemos que há no estádio ocupações por parte das torcidas que nem sempre representam suas preferências, mas que de certo apontam para sua localização de certa forma contínua e permanente, delimitando territórios.

Nas partidas do Atlético as torcidas não obedecem a um critério para a colocação das faixas. As torcidas mais tradicionais, exemplo da Galoucura, maior torcida do Clube Atlético Mineiro, que conta com 88000 sócios atualmente, tem seu lugar historicamente demarcado. Contudo, as demais torcidas muitas vezes têm que negociar nos dias dos jogos a possibilidade de colocar as faixas em cada lugar.

A relação das torcidas com seus respectivos clubes também se demonstra diferente. As torcidas do Cruzeiro, segundo representante da CruChopp, possuem uma proximidade com o clube, realizando inclusive reuniões periódicas na sede administrativa do clube. Para manter-se filiada ao clube, a torcida não deve, segundo ele, cumprir muitas exigências, segundo ele: “somos obrigados a vir e colocar as faixas em todos os jogos, mesmo em um Rio Branco e Cruzeiro, quarta-feira às 22h”, referindo-se a uma partida que atrairia pouco público. Como benefício, as torcidas filiadas ao clube têm direito a um determinado número de ingressos gratuitos para cada partida. Já as torcidas do Atlético não apresentam esta mesma proximidade com o clube, não sendo explicitada, em nenhuma das nossas conversas com membros das torcidas nenhum tipo de influência entre clube e torcida.

A relação das torcidas organizadas com as torcidas de outras equipes também merece ser

<sup>142</sup> Essa observação corrobora com os dados obtidos por Toledo (1996) com as Torcidas Organizadas de São Paulo.

considerada. Tivemos a oportunidade de observar jogos entre torcidas rivais – Atlético x Botafogo; Cruzeiro x Fluminense e Cruzeiro x Flamengo – e jogos entre torcidas-irmãs – Atlético x Vasco da Gama – denominação aplicada às torcidas que possuem relações amigáveis, recebendo uma a outra em jogos nas suas cidades e praticando algumas atividades em conjunto.

### **Nas arquibancadas: expectativas, excessos e controvérsias**

Nos jogos entre equipes rivais pudemos notar que existe um isolamento físico feito pela Polícia Militar no Hall Principal do Mineirão e no portão 2 do estádio, locais onde as torcidas visitantes entram, a fim de evitar confrontos entre as mesmas. Mesmo assim, pode ser visto uma série de confrontos de caráter simbólico, como xingamentos, vaias, músicas ofensivas de ambas as partes e gestos que denegrissem a imagem de outras torcidas. Durante o jogo, este comportamento mantinha-se, principalmente pelo fato de as torcidas visitantes ficarem localizadas em uma arquibancada abaixo da torcida local, de forma que esta corriqueiramente atirava objetos na torcida adversária. No jogo do Cruzeiro x Flamengo observamos diversos duelos verbais e objetos lançados contra a torcida rubro-negra.

A rivalidade entre as torcidas de Cruzeiro e Fluminense merece uma abordagem à parte. Estas torcidas foram, durante muitos anos, indiferentes, uma a outra. Esta indiferença, porém, foi quebrada em um jogo entre as equipes ocorrido no Rio de Janeiro, no qual as torcidas do Fluminense fizeram um cerco aos ônibus da torcida do Cruzeiro. A partir daí, estas torcidas tornaram-se inimigas, o que pode ser visto na partida entre elas acompanhada na qual foram proferidos palavrões de ambas partes e ameaças sobre novos duelos. Contudo, contrária à postura assumida pelo restante da torcida cruzeirense, a CruChopp se mantém parceira da torcida do Fluminense, mais especificamente da FluGarra, Torcida Organizada do clube carioca. Tal fato aponta para formas de sociabilidade que vão além da rivalidade entre times adversários. Algumas torcidas organizadas inclusive não possuem relações amigáveis com torcidas do clube em comum por divergências ideológicas.

Nos jogos entre equipes cujas torcidas eram consideradas irmãs, o que se notava era um tratamento muito mais gentil antes da partida. No jogo entre Atlético e Vasco tivemos a oportunidade de ficar justamente no local de encontro entre as duas torcidas, em frente ao portão 2. A relação era de amizade, havendo entre as torcidas uma prática denominada por elas mesmos de “trocar panos” que consistia em trocar as camisas e outras peças alusivas às torcidas entre seus integrantes. Conseguimos inclusive visualizar um torcedor que vestia uma calça da torcida Galoucura e uma camisa da torcida Força Jovem, principal torcida do Clube de Regatas Vasco da Gama. Ainda neste jogo, flagramos as torcidas entoando uma música de exaltação das torcidas: “União sinistra, e ninguém segura, Força Jovem e Galoucura”. Porém, toda esta amizade percebida entre as torcidas antes do jogo não se aplica ao interior do estádio e ao momento de saída, revelando uma separação entre clubes e torcidas, o que pode ser corroborado por um fato que presenciamos quando vimos um torcedor aproximar-se de um vendedor ambulante de camisas e faixas de clubes de futebol perguntar-lhe se havia faixa da Força Jovem, torcida do Vasco da Gama, e o vendedor afirmar: “Não, tenho apenas do Vasco”. O torcedor agradeceu e rejeitou, afirmando que do Vasco não serviria.

A relação entre as torcidas do mesmo clube não se dá sempre de forma harmoniosa. Existe, tanto nas torcidas do Atlético, como nas torcidas do Cruzeiro, certa cautela das torcidas menores no que se refere às torcidas maiores. No jogo Cruzeiro e Flamengo, em conversa com um membro da diretoria da torcida Pavilhão Independente do Cruzeiro, ouvimos que sua torcida mantinha confrontos históricos com a Máfia Azul, torcidas que, segundo ele, detinham ideologias diferentes, por não concordarem com a política desta com as torcidas-irmãs. Segundo ele, as parcerias seriam de grande valia para enobrecer o nome da torcida e para auxiliar na compra de ingressos e traslado até o campo nos dias de jogos. Já a Máfia Azul adotaria uma política mais restritiva, preterindo contato com outras torcidas e não aplicando a elas um tratamento com a devida galhardia.

Entre as torcidas do Atlético a relação entre as torcidas pequenas e a maior torcida do clube não é menos conturbada. Ao conversar com um representante da Galo Prates, ouvimos a seguinte afirmação: “odeio mais a Galoucura do que a própria torcida do Cruzeiro”, isto devido à violência, alegada por ele. Porém, a Dragões da FAO, outra torcida do Atlético, elogiou trabalhos sociais realizados pela Galoucura, afirmando que, por trás da violência que todos afirmam, existe muita coisa boa para ser mostrada.

Próximo do início do jogo, as torcidas de ambos os times da capital iniciam um ritual de aclamação de todos os jogadores que entrarão em campo, cantando o nome deles, um por um. É interessante notar que este fato une todas as Torcidas Organizadas, que entoam o nome dos jogadores juntas.

Durante a partida, as torcidas se manifestam através de gestos, músicas (de afrontamento, incentivo ao time, exaltação da torcida e exaltação do clube), faixas e camisas. É oportuno salientar que as torcidas tradicionalmente adversárias são sempre evocadas nas provocações, mesmo o jogo sendo contra outra equipe.

No estádio, a região normalmente mais cheia é perto das grandes Torcidas Organizadas – Galoucura, do Atlético e Máfia Azul, do Cruzeiro. As performances da bateria e as músicas são as formas de manifestação que mais atraem os torcedores para essa região do estádio. Em contrapartida, como foi observado no jogo Cruzeiro e Fluminense, muitas famílias sentam-se em locais mais afastados das grandes torcidas, o que pode revelar um certo receio de parte da sociedade com possíveis atos violentos destes grupos.

As torcidas possuem formas de se diferenciar das outras torcidas que representam seu clube. Durante os jogos do Atlético, o presidente da Torcida Uniformizada do Atlético adotava um comportamento que chamou-nos a atenção. Seja em jogos no próprio Mineirão, como notamos, ou em jogos em outros estádios, como pudemos descobrir através de fotos, ele, o presidente, encarregava-se de tirar fotos do estádio, das torcidas e, principalmente, da bandeira da TUA (como é conhecida a Torcida Uniformizada do Atlético). Estas fotos são colocadas em um *site* de relacionamento na internet, juntamente com uma lista de todos estádios que ele e sua torcida já visitaram. Estas fotos e nomes de estádios servem como troféus, como diferenciais entre as torcidas, que participam, voluntária ou involuntariamente, de uma competição consentida para saber qual é a mais importante, a mais fiel ao clube.

O intervalo dos jogos é um espaço de sociabilização extremamente importante. Atualmente, com a proibição da venda de bebidas alcoólicas no estádio, os torcedores entram quase próximos do início da partida, e, ao final desta, poucos permanecem no estádio e, mesmo assim, por pouco tempo. Assim, o intervalo é a única parte do jogo na qual todos torcedores são obrigados a permanecer no estádio, servindo como momento de troca de informações sobre outros jogos pelo país, comentários sobre o primeiro tempo, conversas entre torcidas, etc.

As torcidas-irmãs, já anteriormente citadas, apresentam durante o jogo um comportamento diferente da gentil acolhida antes da partida. Durante o jogo, por quem estar jogando ser o clube, e não a torcida, e pelo fato de a “parceria” dar-se entre as torcidas apenas, os gritos ofensivos também são observados, porém não diretamente direcionados à torcida adversária, como em jogos com torcidas que tradicionalmente detém uma rivalidade exacerbada. Feita esta distinção, as torcidas adotavam um comportamento de indiferença entre si. Pudemos notar, inclusive, no jogo entre Atlético e Vasco que, a torcida do Atlético que antes do jogo cantava junto com a torcida vascaína, trocava roupas e conviviam harmoniosamente, durante a partida entoava “ão ão ão, segunda divisão”, em alusão a possibilidade de rebaixamento do Vasco à série B do Campeonato Brasileiro. Após o jogo, a relação que passara da amizade à inimizade se estremecia ainda mais, culminando com xingamentos e ameaças na saída, e a torcida do Vasco da Gama acabou por sair do estádio, escoltada pela Polícia Militar. Este processo revela um ciclo movimentado pelas emoções da partida de futebol, na qual uma torcida passa de amiga a indiferente e, posteriormente, à inimiga, para, na próxima partida, com o resultado deste jogo já um pouco esquecido, reatarem os laços de amizade.

### **Fim de jogo no Mineirão: expectativas e apostas renovadas**

Ao final da partida, sucede-se o ritual de retirada das faixas que serão guardadas nas salas já citadas. No que tange ao comportamento dos torcedores ao final da partida, observamos apenas o comportamento em jogos em que o clube mandante havia vencido ou empatado, não tendo presenciado nenhuma derrota desses times. Quando da vitória, os torcedores comumente permanecem, após o jogo, algum tempo na arquibancada, cantando músicas ou o hino do clube. Ao saírem do estádio, continuam cantando, e dentro dos carros, nas proximidades do estádio, os torcedores tocam hinos nos sons de seus carros e buzina para os outros. Já em caso de empate, existe um misto de frustração por não ter vencido e contentamento por não ter perdido, que se reflete na saída do estádio, que se dá de forma mais tranqüila, com menos gritos e músicas, salvo alguns torcedores mais exaltados.

### **Considerações finais**

Ainda que o futebol moderno esteja associado aos códigos associados ao profissionalismo, os torcedores estão fortemente inclinados ao futebol pela ordem da emoção. Diversas são as formas pelas quais os torcedores de futebol encontram para verbalizá-la. É a partir desta lealdade que o torcedor sente

que sua ação é co-responsável pelo sucesso da equipe. Assim, a sentimento da vitória de uma equipe passa a ser compartilhado pelo torcedor, bem como o sentimento do fracasso da derrota.

Ao interpretar as transformações sociais associadas à modernidade, Guiddens (1991) acredita que, nesse momento histórico, há “uma quantidade maior de pessoas vive em circunstâncias nas quais instituições desencaixadas, ligando práticas locais a relações sociais globalizadas, organizam os aspectos principais da vida cotidiana” (p. 83). Isto é, vive-se uma realidade de impessoalidade nessas relações, em que o sujeito sente-se perdido, sem vínculos, sem o que lhe traga mobilização, sem paixões. Contraditoriamente às culturas tradicionais em que, de acordo com Guiddens (1991), o passado é honrado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam experiências de gerações.

Com base nesses argumentos, Silva (2001), afirma que os torcedores sentem-se atraídos por aquilo que Guiddens chamou de “compromisso com rosto”, que em sua definição significa “[...] relações verdadeiras que são mantidas por, ou expressas em conexões sociais estabelecidas em circunstâncias de co-presença” (1991, p.84). Para Silva (2001), a passionalidade, a emoção, o sentimento de companheirismo, de grupo e de pertencimento que são típicos do torcer tornam-se formas de dizer não ao que está posto em termos de relações sociais. A proximidade corporal entre as pessoas confinadas em um estádio, sobretudo entre aqueles que ocupam os lugares mais populares por si só faz desde espetáculo algo fora dos padrões normais de relacionamento no cotidiano. Ali estabelecem uma intensa densidade moral onde estranhos se tocam, abraçam, dançam, xingam, choram e compartilham alegrias e tristezas. Isto é, um espaço onde se vivencia emoções.

No caso dos membros das Torcidas Organizadas podemos observar, ainda que de maneira preliminar, que os membros das TO's procuram novos vínculos através do vínculo mais abrangente que eles possuem com o futebol. Pelas observações podemos sugerir que a paixão clubística não é elemento determinante nas relações entre torcidas do mesmo clube, existem outros fatores ideológicos que influenciam na sociabilidade como as relações com as torcidas de times adversários, a realização de trabalhos sociais, o envolvimento em conflitos. Como toda festa é permeada de excessos, no estádio também não é diferente. Mesmo entre torcidas coligadas os duelos verbais e provocações fazem parte do espetáculo esportivo e, por outro lado, também estão associados aos cânticos de reforço a esses laços.

O que nos importa observar aqui é que não existe espetáculo esportivo sem tais elementos que constituem o significado e sentido para a manutenção do torcer. Não há como pensar em jogo de futebol sem adversário e muito menos sem torcida adversária sem a qual as manifestações em campo não teriam alvo de provocações. As torcidas surgem a partir da paixão pelos seus clubes, mas, a partir deles, vivenciam novas formas de pertencimento com os membros das próprias torcidas. Não basta ser atleticano ou cruzeirense; é necessário fazer parte da Galoucura ou Máfia Azul, por exemplo, porque, a partir delas, os torcedores têm ampliado o significado que eles atribuem ao torcer.

Afinal, no caso dos torcedores organizados a fruição do espetáculo esportivo não começa quando o árbitro apita o início da partida e não termina quando aquele a finaliza. Antes disso, a sociabilidade começa antes dos jogos quando seus membros encontram-se para cantar, agitar as bandeiras e entoar os cânticos que serão compartilhados especificamente pelos membros de uma TO específica. Além disso, os torcedores organizados desenvolvem novos laços de amizade com torcidas que a princípio são adversárias, mas se tornam “co-irmãs”.

A simulação de uma arena de combate contribui para pensarmos na suspensão da vida ordinária, onde as emoções estão exaltadas e onde os excessos são permitidos. Agrupamento motivado pelas paixões compartilhadas por um mesmo time, noções como o pertencimento clubístico, a paixão pela torcida, seus símbolos e manifestações causam um frenesi que estimulam adolescentes, jovens e adultos a se engajarem nesse ritual esportivo.

## REFERÊNCIAS

- DAMATTA, Roberto. Antropologia do óbvio. *Revista USP*, dossiê futebol, nº22. São Paulo, 1994.
- DAMO, Arlei Sander. *Futebol e identidade social: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2006.
- SILVA, S. R. *Tua imensa torcida é bem feliz: da relação do torcedor com o clube*. Tese (doutorado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2001. TOLEDO, Luiz Henrique. *Torcidas organizadas de futebol*. Campinas: Autores Associados/Anpocs, (Coleção educação física e esportes), 1996.

### OS ESPAÇOS DE ARTE COMO ESPAÇOS DE LAZER: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AÇÕES EDUCATIVAS DO MUSEU MINEIRO E MUSEU DE ARTE DA PAMPULHA - BELO HORIZONTE

Cleide Aparecida Gonçalves de Sousa<sup>143</sup>  
Victor Andrade de Melo<sup>144</sup>

**RESUMO:** Esse artigo apresenta os resultados da dissertação de Mestrado em Lazer: Os espaços de arte como espaços de lazer: um estudo comparativo entre ações educativas do Museu Mineiro e Museu de Arte da Pampulha - Belo Horizonte. Para sua realização, foi realizada uma pesquisa documental, e uma pesquisa de campo que observou os seguintes eixos em ambos espaços: Localização e configuração dos espaços, organização das exposições; intervenções pedagógicas realizadas, políticas de divulgação; perfil do público e finalmente, como o lazer é entendido nos espaços de arte e para quem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Arte. Museu.

O presente artigo foi baseado nos resultados da pesquisa Os Espaços de Arte Como Espaços de Lazer: um Estudo Comparativo entre Ações Educativas do Museu Mineiro e Museu de Arte da Pampulha - Belo Horizonte, que está inserida na linha “Lazer, história e diversidade cultural”, da área de concentração “Lazer, Cultura e Educação”, do programa de Mestrado em Lazer da UFMG.

Este estudo teve como objetivo analisar e comparar as ações educativas desenvolvidas pelo Museu Mineiro e Museu de Arte da Pampulha para entendê-los como espaço de lazer da cidade de Belo Horizonte.

Justifica-se a escolha desses dois museus por serem instituições ligadas às artes plásticas, notadamente relacionadas à fruição de obras compostas pelo uso de diferentes técnicas: desenho, pintura, gravura, escultura, fotografia e instalações. E os mesmos estão localizados na cidade de Belo Horizonte, onde se pode considerar o mesmo contexto.

A problematização da pesquisa partiu da constatação de que cada vez mais o espaço urbano é palco de inúmeros conflitos, diálogos, convivência de diferentes gostos, culturas, interesses, Magnani (2000), em seus estudos de antropologia urbana tendo o lazer como seu objeto de pesquisa, defende o quão é legítimo tomar tal fenômeno como ponto de partida para estudar as relações sociais no meio urbano:

É possível mostrar que a cidade oferece também lugares de lazer, que seus habitantes cultivam estilos

<sup>143</sup> Mestre em Lazer – UFMG, bolsista FAPEMIG.

<sup>144</sup> Orientador da pesquisa - UFRJ



particulares de entretenimento, mantêm vínculos de sociabilidade e relacionamento, criam modos e padrões culturais diferenciados. (MAGNANI, 2000, p 19).

Cada vez mais o direito de voz às minorias vem sendo discutido e valorizado, e muitas vezes a cultura e modos de ser desses grupos se traduz como diferentes estilos de vida e de lazer<sup>145</sup>. A cidadania, o direito aos espaços públicos e ao lazer cada vez mais estão na pauta de discussões. A tecnologia, o acesso à informação, o espaço virtual de discussões, a globalização, complexificam gradativamente as relações humanas nos espaços urbanos, sendo contínuo o diálogo entre diferentes culturas e ressignificação de elementos globais através de elementos da cultura local.

Melo (2005) lança argumentos para subsidiar o planejamento da cidade como “espaço múltiplo de lazer” (p. 14). Para o autor, na maioria das cidades brasileiras o quadro é preocupante: violência, insegurança, o tecido urbano deteriorado, isso tudo faz com que os habitantes reduzam a frequência a espaços públicos. O estudioso destaca a desigualdade econômica como questão preocupante:

Enquanto alguns podem cada vez mais desfrutar das benesses do avanço tecnológico e de todas as ofertas culturais, a maioria está cada vez mais afastada desses ganhos. E quando isso ocorre os privilegiados incorporam esses benefícios como capital cultural, algo que colabora para a construção e a manutenção da diferença social. (MELO, 2005, p. 15)

Corroborando a fala de Melo (2005), Marcellino (2006) afirma que “Democratizar o lazer implica em democratizar o espaço” (p.66), uma vez que o lazer não é possível sem a existência de um espaço, mesmo que esse não seja um equipamento específico de lazer.

É possível observar em nossa realidade espaços públicos segmentados e equipamentos culturais envoltos em “um ar de santuário” (MARCELLINO, 2006, p.67). É interessante destacar que não poucas vezes os museus e espaços destinados às artes plásticas ainda são vistos nessa condição: sagrados, intocáveis.

O autor ainda aprofunda a reflexão ao dizer que mesmo as cidades que possuem um número razoável de equipamentos culturais nem sempre têm seu uso democratizado, principalmente por desconhecimento do grande público a respeito das ações, e por falta de divulgação eficiente.

A situação exposta por Melo (2005) e Marcellino (2006) nos ajuda a dimensionar o desafio do profissional e estudioso do lazer na contemporaneidade. Melo, na mesma obra comentada, constata que é possível perceber que a desigualdade econômica tem relação com a desigualdade de acesso cultural. E se aprofundarmos a reflexão com os elementos expostos, veremos que pode ser interessante a contribuição dos estudos do lazer na democratização dos espaços urbanos.

Para Werneck & Isayama (2001, p.45), os equipamentos de lazer costumam ser confundidos no senso comum com os produtos da indústria cultural, que também estão inseridos entre os equipamentos de lazer, mas não são as únicas possibilidades de lazer.

Em relação ao acesso aos museus e galerias de arte como opções de lazer, é importante destacar dados sobre a distribuição de equipamentos culturais na realidade brasileira. Segundo a pesquisa sobre a cultura nos municípios brasileiros, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), observa-se que apenas 21,9% dos municípios brasileiros contam com museus<sup>146</sup>. Apesar de ser um número em crescimento, é um dado preocupante, uma vez que a maioria dos municípios brasileiros não possui museus. Considerando-se museus de arte, a defasagem é ainda maior. Este fato pode ser demonstrativo de que a possibilidade da experiência estética no contato com obras de arte pode ser dificultada como vivência possível, no tempo de lazer da realidade brasileira.

É interessante pensar, que o fato de não haver espaços destinados às artes plásticas em muitos municípios a priori já dificulta o acesso a essa possibilidade de lazer da vida das pessoas. Mas, nas cidades que possuem museus de arte e galerias, tais espaços contam com propostas de facilitação do

<sup>145</sup> Essa tendência é visível também em grandes metrópoles do primeiro mundo. Soja (2000) comenta essa tendência em Los Angeles. Para ele o tecido urbano da cidade “pós metropolitana” é caracterizado por múltiplos “*leisure worlds*” - mundos de lazer - para grupos de estilos de vida diferenciados: idosos, solteiros, gays e lésbicas, entre outros.

<sup>146</sup> A pesquisa do IBGE em parceria com o Ministério da Cultura (Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2006) foi realizada entre 1999 e 2006 e acusou um crescimento de 41% no número desse equipamento específico nas cidades brasileiras, uma vez que em 1999 eram apenas 15,5% dos municípios que detinham tais equipamentos.

acesso? Como é o diálogo dessas instituições com o cidadão?

Para alcançar o objetivo da pesquisa foi proposta uma pesquisa comparativa, segundo esta metodologia, a pesquisa bibliográfica indica eixos a serem estudados pormenorizadamente em cada um dos espaços selecionados para investigação. Após uma revisão de autores que problematizaram o campo das artes no Brasil e no mundo Bourdieu (1996, 2003), Leite & Ostetto (2005), Gonçalves (2004) e Shusterman (1998); reflexões sobre política, planejamento urbano e cultura, Arendt (1997), Castells (1983), Harvey (1985) Marcellino (2006) e finalmente Animação Cultural, Melo (2005), foram selecionados os eixos de comparação a serem utilizados na pesquisa de campo: localização e configuração dos espaços; organização das exposições; intervenções pedagógicas; políticas de divulgação; perfil do público e o lazer nos espaços de arte.

Após a primeira etapa, foi proposto como trabalho de campo um estudo comparativo entre o Museu de Arte da Pampulha (MAP) e o Museu Mineiro. Foram levantados eixos de observação subsidiados pela pesquisa bibliográfica. Esses eixos foram investigados através de entrevistas semi estruturadas e pesquisa documental.

A escolha do estudo comparativo se relaciona à natureza do objeto de pesquisa escolhido: para entender o acesso às artes plásticas e a escolha de espaços que privilegiem essa vivência no momento de lazer, por parte dos cidadãos, parece interessante comparar espaços de diferentes localizações, condições de acessibilidade e ações educativas. Segundo Marconi & Lakatos (2000):

Considerando que o estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedades ou povos contribui para uma melhor compreensão do comportamento humano, este método realiza comparações com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências. (p.92)

Observou-se primeiramente que as políticas museológicas no Brasil ainda são recentes, datam do ano 2000 em diante, e isso dificulta a mensuração dos impactos das mesmas na cidade. Considerou-se então o momento atual como fase transitória entre políticas de abertura dos espaços e de difusão da cultura, especialmente no que tange às artes, na cidade de Belo Horizonte.

Sobre a localização e acessibilidade, o Museu de Arte da Pampulha não possui acesso fácil aos usuários de transporte público. Talvez por isso o seu maior contingente seja de pessoas da região da Pampulha. O Museu Mineiro se localiza no centro de Belo Horizonte; mesmo sendo distante das periferias, o acesso é mais fácil para usuários do transporte público. Esse fator reflete na sua visitação, que é mais heterogênea que da primeira instituição citada, por outro lado não há estacionamento no local, e as ruas do centro de Belo Horizonte não oferecem essa opção para visitantes que se deslocam em veículos particulares, o que lhes dificulta a visita.

Quanto à configuração dos espaços, nenhum dos dois fora construído para ser museu, o que desafia as equipes a lidarem com as peculiaridades de cada prédio. O acervo do Museu Mineiro conta principalmente com objetos e obras que se figuram como registros materiais que documentam os períodos históricos da cultura mineira. Já o Museu de Arte da Pampulha possui acervo composto de obras diversas, e a partir de 2001, priorizou-se a arte contemporânea – destaque para obras site específicas.

Os diferentes caminhos escolhidos pelas respectivas curadorias, impactam à sua maneira no público. O preço das entradas, apesar de acessível, ainda assim não pode ser considerado irrelevante, pois somado a outras despesas pode ser empecilho para visitantes de baixa renda.

Estudou-se através das falas dos entrevistados a imagem que os museus têm perante a sociedade, o que, muitas vezes afasta o público comum de conhecer as instituições, tornando-se mais um desafio para os setores educativos.

As opções expositivas também mostram as intenções educativas dos espaços, e selecionam diferentes públicos. No Museu de Arte da Pampulha, apesar de haver um acervo público de obras de arte, há exposições trimestrais site específicas; o que atrai maior rotatividade do público, entretanto deixa pouco espaço para expor o restante do acervo que o museu tem reunido.

Sendo o Museu Mineiro um espaço com exposição de acervo, o que muitas vezes restringe as visitas, por considerar-se que a exposição é sempre a mesma; construiu uma nova galeria em 2008, para permitir à instituição variar suas mostras, o que poderá otimizar a visitação.

Se a constante novidade nas exposições permite que o público retorne ao museu, a obra de arte contemporânea por sua vez, mostra atrair na cidade de Belo Horizonte um público específico fiel que de costume acessa todos espaços artísticos e culturais na cidade: artistas e estudantes de arte.

O maior acesso por parte do público especializado, pode ser explicado pelo fato das ações

educativas obterem resultados de longo prazo e também porque o investimento em ações educativas incidir mais constantemente sobre o ensino fundamental.

Ambas instituições apresentam muita riqueza de métodos em suas ações educativas. Pode-se observar trabalhos direcionados a mediação ou ao despertar de afetividade e pertencimento aos espaços, com a intenção de tornar o público escolar em público visitante, frequentadores assíduos no futuro.

O Museu Mineiro, ao trabalhar a construção de um vínculo afetivo com o público, demonstra procurar reconstruir uma imagem diferente dos museus perante os cidadãos. E o Museu de Arte da Pampulha, com suas intervenções pautadas na mediação, buscam valorizar o saber do visitante para a experiência artística, e não apenas o olhar do especialista.

Ações educativas em formato de eventos, como o Museu Guardas, mostram também que a democratização da arte passa pela abertura de seu conceito, caminhando da tradicional supervalorização da arte erudita para o diálogo com a arte popular, atraindo assim as pessoas que se interessam pela cultura popular para interagirem com outras linguagens.

As vivências promovidas pelos espaços estudados ainda não alcançam uma parcela tão significativa da população de Belo Horizonte como se deveria, seja pelas limitações espaciais, seja por questões de pessoal – para receber mais grupos demandariam mais funcionários; seja por questões de divulgação ineficiente: apesar de serem divulgados, os eventos são anunciados em canais que atingem mais ao público especializado, ou como diria Bourdieu (2003) a diversidade de formações não permite que a divulgação impacte igualmente todas as pessoas de uma cidade – o que pode demonstrar uma deficiência estrutural no ensino de artes nas escolas.

Ambas instituições são divulgadas em todos os canais midiáticos. No Museu Mineiro a divulgação é deficiente, pois não há exclusividade em nenhum canal, todos os eventos e ações de todas as instituições ligadas à Secretaria de Estado da Cultura são divulgadas ao mesmo tempo em emails, encartes e informativos coletivos. O Museu de Arte da Pampulha tem uma acessória exclusiva para comunicação, o que pode ser um dos motivos da instituição receber maior número de visitantes. Entretanto os canais atingem mais o público que já visita o museu: escolas de arte, cafés frequentados por agentes culturais e artísticos, que o público leigo.

Ao se refletir sobre a diferença entre o número de visitantes dos dois espaços que são de porte semelhante – concluiu-se que o Museu de Arte da Pampulha costuma atrair cerca de três a quatro vezes mais visitantes, pode-se observar que a maior diferença se faz especialmente nas visitas espontâneas, as agendadas não apresentam uma diferença numérica tão grande. Conclui-se também que algumas peculiaridades podem ser motivo dessa diferença como a divulgação já citada. Outra é a localização, no Museu Mineiro não se percebe a frequência do público local como no Museu de Arte da Pampulha, uma vez que o segundo está em um bairro residencial, o primeiro na região comercial da cidade.

Outros elementos que influenciam o público a serem destacados: a diversidade de exposições – com regime trimestral no Museu de Arte da Pampulha, e o reconhecimento do espaço como atrativo turístico, podem influenciar esses números. A diferença de visitação pode se equacionar com a construção da nova galeria no Museu Mineiro que receberá exposições periódicas e a reforma - se o projeto do circuito cultural da Praça da Liberdade for divulgado como espaço de lazer e vivência para o cidadão de Belo Horizonte – o que pode tornar mais semelhantes às condições dos dois espaços.

O entendimento preconceituoso do que seja o lazer pode impedir maiores incursões e diálogos entre os estudiosos das duas áreas: arte e lazer. É comum confundir-se lazer como sinônimo de diversão ou entretenimento. O lazer abarca tais possibilidades, mas não se resume a elas.

O entretenimento<sup>147</sup> se configura como preenchimento do tempo com atividades recreativas, aproxima-se do conceito de diversão. Em nossa sociedade, é comum entender-se a diversão e o entretenimento por um viés exclusivamente comercial (mercadoria), por haver por detrás destes conceitos uma indústria em crescimento mundial e extremamente lucrativa.

Sob um olhar preconceituoso, atribui-se à diversão e ao entretenimento características tais como futilidade, que os liga à idéia do ócio, geralmente repudiado em nossa sociedade. Esse conceito de diversão:

---

Diz sobre a sua negatividade, associando-a à ociosidade, ao vício, ao tempo para obrar coisas inúteis. Essa

<sup>147</sup> ENTRETENIMENTO. In: DICIONÁRIO Barsa da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo. 1981, p. 402.

valorização, construída sob forte influência do eclesiástico, estabelece uma moral social, ditando bons costumes e boas condutas. (ROSA, 2004, p. 67)

Importante ressaltar que a diversão em tempos de indústria do entretenimento, mercado de desejos, sociedade permeada por imagens e estímulos, tende a se destacar, mas é apenas um dos objetivos do lazer.

Dumazedier (1976) - um dos estudiosos considerados clássico dos estudos do lazer no Brasil, lista as três funções do lazer: diversão, descanso e desenvolvimento, apesar do descanso também ser considerado na sociedade pós industrial, por seu potencial de renovar as forças de trabalho, pouco se observa a dimensão “desenvolvimento”, possível nos momentos de lazer - espaços de educação não-formal, presentes também como preocupação nas intervenções da Animação Cultural, que não é exclusiva do âmbito do lazer, mas no Brasil encontra-se diretamente ligada a esse campo de estudos.

Além das três funções do lazer, os estudos de Dumazedier (1980) apontam também interesses que podem ser mobilizados pelos indivíduos nos momentos de lazer, que segundo ele podem ser classificados como: físicos – quando se deseja principalmente o movimento, exercício do corpo; artísticos- que tem como fundamento principal o prazer estético; manuais – relacionados a trabalhos de bricolagem, e construção com as mãos; intelectuais- onde o aprendizado é o foco central, sociais – que visam o contato com outros indivíduos.

Esta divisão é claramente didática, uma atividade pode mobilizar vários desses interesses, uma visita ao museu pode envolver interesses artísticos, intelectuais, sociais, dependendo da atividade manuais, sociais. Entretanto pensar essas possibilidades ajuda a ampliar o entendimento de lazer e vivências que talvez não fossem pensadas como tal, como a fruição artística, encontro com os pares, exercício criativo, aprendizado – que não excluem a diversão, mas vão além delas, podem se enquadrar como possibilidades legítimas de lazer.

O diálogo com os espaços de arte sobre seu entendimento de lazer e a possibilidade do espaço se configurar também como uma possibilidade desse âmbito para o cidadão de Belo Horizonte, mostrou observações importantes, e gerou reflexões interessantes.

Para alguns entrevistados, deve-se tomar cuidado com o uso do termo “lazer”, pois um museu não pode ser visto como um “parque de diversões” – o que corrobora a idéia de que o lazer no senso comum é visto na maioria das vezes como diversão gratuita e proposição de atividades recreativas, o que excluiria a fruição artística e o prazer intelectual. O lazer no museu, dessa forma, não estaria ligado a visita em si, mas nas atividades lúdicas propostas.

Nessa direção, quando se fala de lazer no museu, faz-se menção aos eventos de férias e visitas ligadas às folgas institucionais, sendo que as visitas escolares para eles são um momento de estudo – prolongamento da sala de aula e não lazer ou quebra de rotina.

Dessa forma, os entrevistados colocam duas possibilidades: o “*lazer de maneira genérica*” (Entrevistado 5) – que poderia arriscar deturpar os valores do museu, mas por outro lado poderia torná-lo um espaço mais aprazível. Esse lazer liga-se muito à sua função de diversão e abarca apenas atividades recreativas e lúdicas, mas é recorrente no entendimento de lazer dos profissionais ligados ao museu.

Para outros entrevistados, não é uma questão de simples solução – entender o museu como espaço de lazer demanda reflexão – “*à medida que ele oferece possibilidades para o público consumir cultura, e de estar aqui e de também participar de determinadas atividades.*” Entrevistado 5 a princípio se configura como espaço de lazer, ainda segundo o entrevistado, o museu pode ser espaço de formação, transcende a dimensão de espaço de lazer – se o conceito de lazer dos entrevistados considerassem a educação pelo lazer, a totalidade da visita podia ser vista como tal.

Por outro lado, houve entrevistados que relacionaram o aprendizado – um dos focos centrais do museu – como possibilidade no momento de lazer: “*porque o momento de lazer não quer dizer que não seja um momento em que você vai adquirir conhecimento, cultura*” Entrevistado 3 – a compreensão dessa pessoa passa pelo fato de que um passeio pode ser agradável sem comprometer a dimensão de aprendizado.

O entrevistado 3 ainda avança ao comentar que muitas pessoas saem do trabalho em dias de semana e visitam ao museu no horário de almoço ou fim de expediente: “*um momento de lazer não ter que ser necessariamente um momento de folga de trabalho*”, abrindo possibilidades para se pensar que a quebra da rotina em uma visita ao espaço de arte, pode se configurar como lazer mesmo não acontecendo em folgas institucionais: nas férias, finais de semana ou feriados.

Na entrevista 4, foi relatado que o “*lazer é o que não é obrigatório*”, a pessoa que deu esse depoimento entrou em contato com estudos do lazer em seu curso *latu sensu* de pós graduação, dessa forma se encontra em fase de reconstrução do conceito, diz ter mais perguntas que respostas. Para ela, se o lazer se constitui pelo que é de livre escolha conjugado com a possibilidade e acesso, o museu sem dúvidas é um espaço de lazer. E a vivência artística mesmo sendo permeada por um exercício intelectual, não deixa de ser prazeroso, e até mesmo lúdico, o que para ela parece ser um dos elementos fundamentais da vivência de lazer.

Uma aproximação do entendimento de lazer dos espaços de arte com o campo dos estudos do lazer e animação cultural pode ser uma estratégia de democratização dos espaços. O reconhecimento dos espaços de arte como espaço de fruição, legítimo de ser acessado no tempo livre, pode abrir outras possibilidades de acesso a população.

Tendo o lazer como uma de suas finalidades, entendendo-o como dimensão não só de diversão e descanso, mas também de desenvolvimento cultural e social, o museu pode ampliar mais livremente suas ações educativas pensando em formar visitantes que os acessem em seus momentos de lazer por reconhecerem-no como tal.

A compreensão do lazer como dimensão da cultura que é dinâmica e dialoga com outras dimensões como trabalho, estudo, religião, e que se caracteriza pela vivência lúdica de vários conteúdos culturais, em um tempo conquistado pelo grupo ou indivíduos, Gomes (2004), caminha para possibilidade da desvinculação de uma visão do lazer que o localiza abaixo das necessidades mais urgentes em uma hierarquia de necessidades humanas.

Essa tendência em nossa sociedade é herança do pensamento capitalista que supervaloriza as dimensões da produção de bens e lucro, relegando as dimensões do lazer, da arte e da cultura à categoria do “fútil” e desnecessário.

Outra questão colocada, é para quem os espaços de arte se configuram como opção de lazer em Belo Horizonte. Um elemento que não pode deixar de ser observado ao se pensar a dimensão de espaço de arte como espaço de lazer, é a representação social desses espaços – imagem que influencia a visitação por parte dos cidadãos comuns.

Bourdieu (2003) considera tal representação arraigada de maneira que é tomada como ordem natural das coisas, dessa maneira a crença de que algumas pessoas trazem inato o gosto pela arte enquanto outras não, serve como substrato muitas vezes até mesmo da políticas de difusão cultural.

A consideração de Bourdieu (2003) é observável em Belo Horizonte, mas os espaços pesquisados não se colocam como inconscientes disso. Para alguns:

A arte, o espaço da cultura, é um espaço dourado (...) dourado no sentido ruim da palavra –se é que tem jeito de rotular o dourado como coisa ruim... tem sim: ele é pesado, e um lugar cheio de ‘salamaleques’ de cavanhaques, de cuidados e arremedos, de comportamentos que a maioria de nós não participou, cheio de ‘agas’, de interjeições, e as pessoas de uma maneira geral ficam ‘ressabiadas’ com aquele espaço. Mas é um espaço chato mesmo, construído de uma maneira chata. Entrevistado 6.

Todo esse discurso do entrevistado, diz respeito à teoria de Bourdieu (2003) da naturalização do gosto, que foi amplamente detalhada no capítulo 1; e também a teoria da distinção que se baseia no conhecimento desses comportamentos simbólicos para mostrar pertencimento ou não ao ambiente, e que se faz de maneira subjetiva, porém hierarquizante.

O Entrevistado 6 comentou para ilustrar a barreira dos espaços de arte, um caso do empregado de um amigo que achava que seria proibido de entrar em um centro cultural público, na região central de Belo Horizonte, este fato mostra como esses espaços são vistos pela população comum devido às suas regras, e imagem construída de que só a classe intelectual e elite podem acessá-los. Mirando nesse exemplo, o entrevistado problematizou o desafio da democratização cultural dos museus na cidade, uma vez que se um centro cultural – que é aberto e central – é visto assim, provavelmente os museus ainda pareceriam mais fechados à população.

Essas ocorrências são úteis para se pensar o acesso a esses locais, assim como conhecer o público que acessa o espaço no seu momento de lazer – fator que demonstra sentimento de pertencimento ao museu, ou direito a cidade, e é capaz de mostrar quem exatamente as políticas de difusão alcançam podendo explicar o porquê.

O conhecimento desses aspectos é indicativo de necessidade de educação para o lazer.

Formar pessoas preparadas para acessar esses locais e vários outros espaços culturais, capazes de compreenderem sua linguagem, seus símbolos e códigos, para que elas possam assim transitar neles com mais segurança e se sentindo à vontade para optar por visitá-los como opção de lazer, ampliando o espectro de possibilidades de escolha do cidadão e conseqüentemente sua liberdade e vínculos mais profundos com sua cidade.

Finalmente, Uma aproximação do entendimento de lazer dos espaços de arte com o campo dos estudos do lazer e animação cultural pode ser uma estratégia de democratização dos mesmos. O reconhecimento do espaços de arte como espaço de fruição, legítimo de ser acessado no tempo livre, pode abrir outras possibilidades de acesso a população. E o diálogo pode ser enriquecedor para ambos campos de conhecimento: museus e lazer.

O conceito de Museu do ICON<sup>148</sup> - cita o lazer como uma das finalidades destas instituições. Nesse contexto, se o museu entender o lazer mais amplamente e não apenas suas dimensões de diversão e descanso, mas também de desenvolvimento cultural e social poderá ampliar suas ações educativas pensando em formar visitantes que acessem-nos em seus momentos de lazer por o reconhecerem como tal.

Entendo essa pesquisa como um trabalho inicial em um campo rico de possibilidades de diálogos para o momento atual e certamente realizações futuras para as duas áreas. A busca das respostas para o problema inicial possibilitou a ampliação do olhar, mas também levantou muitas outras perguntas, que não pertencem ao universo do recorte da presente pesquisa, mas que podem ser o ponto de partida para várias outras incursões nos campos da arte e do lazer.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Ed Perspectiva, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte*. São Paulo: Editora Schwarcz. 1996.

\_\_\_\_\_. *A metamorfose dos gostos*. Sd.

\_\_\_\_\_. DARBEL, Alain. *O Amor Pela Arte – Os museus de arte na Europa e seu público*. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

CASTTELLS, Manuel. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

DICIONÁRIO *Barsa da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo. 1981 v. 1

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

\_\_\_\_\_. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: Sesc, 1980.

GONÇALVES, Listeth Rebollo. *Entre Cenografias – O museu e a exposição de arte no século XX*. São Paulo, EDUSP. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Perfil dos Municípios Brasileiros Cultura*. Brasil, 2006. Disponível em [http://www.cultura.gov.br/politicas/dados\\_da\\_cultura/economia\\_da\\_cultura/index.php?p=30658&more=1&c=1&pb=1](http://www.cultura.gov.br/politicas/dados_da_cultura/economia_da_cultura/index.php?p=30658&more=1&c=1&pb=1)

LEITE, Maria Isabel, OSTETTO, Luciana E. *Museu, Educação e Cultura – Encontros de crianças e professores com a arte*. Campinas: Papyrus, 2005.

MARCELLINO, Nelson C. O lazer e os espaços na cidade. In: ISAYAMA, Helder F. e LINHARES, Meily A. (Org.) *Sobre Lazer e Política – maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

---

<sup>148</sup> Conselho internacional de Museus.

MARCONI, Marina de A. LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2000.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: Magnani, IGC. Torres, L de L. (org.) *Na metrópole: Textos de antropologia urbana*. São Paulo: Ed. da USP, FAPSSP, 2000, p. 12-53.

MELO Victor A. de. *Lazer, Cidade e Comunidade*. Brasília: Unisesi, 2005.

\_\_\_\_\_. *Fundamentos da Animação Cultural*. Campinas: Papyrus, 2006.

ROSA, Maria Cristina. Verbete Diversão. In: GOMES, Christianne L. (Org). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SHUSTERMAN, Richard. *Vivendo a Arte – pensamento pragmatista e estética popular*. São Paulo: Ed. 34. 1998.

WERNECK, Christianne Luce G., STOPPA, Edmur Antônio, e ISAYAMA, Helder Ferreira. *Lazer e Mercado*. Campinas,:Papyrus, 2001.

## **O SAMBA COMO VEÍCULO E OBJETO DE EDUCAÇÃO: APONTAMENTOS PARA UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PARA O LAZER**

*Guilherme Velloso Alves*<sup>149</sup>

**RESUMO:** Este trabalho aponta na direção de uma proposta de educação para o lazer a ser implementada, de maneira interdisciplinar, no âmbito da escola, utilizando o samba como veículo e objeto de educação. Na tentativa de subsidiar reflexões sobre a importância do ensino do samba na escola, de forma abrangente e multifacetada, discutirei a importância de se pensar em propostas de educação para o lazer no âmbito escolar, sugerindo um conjunto de estratégias pedagógicas. Pensando na relevância social do samba e na perspectiva que pode se abrir para a reflexão sobre a sociedade brasileira, espero que as propostas aqui apresentadas possam subsidiar discussões sobre a inclusão do samba no currículo escolar, dando pistas para a criação de metodologias que visem à concretização do samba como um conteúdo a ser tratado na escola.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Educação. Samba.

### **Cultura e o lazer como dimensão da cultura**

Pensar o lazer como dimensão da cultura é buscar percebê-lo como criação humana, como conhecimento produzido pelo homem no decorrer de sua história. Em constante diálogo com as demais esferas da vida humana – o estudo, o trabalho, a religião, a família, etc. –, o lazer constitui-se de forma ambígua em nossa sociedade, possibilitando-nos enxergar sua complexidade (GOMES, 2005, p. 77). Da mesma forma, permite-nos sentir suas tensões e contradições, uma vez que não se pode concebê-lo como fenômeno pacífico, unívoco e estável. É preciso, portanto, dedicar-nos à compreensão do lazer como uma “trama cultural complexa” (*Ibidem*, p. 74), espaço de manifestação do tradicional e da novidade, tempo da conformação e da resistência, em que mais vale a atitude de quem o experimenta do que as regras e normas impostas por terceiros.

Assim, devemos entendê-lo como fenômeno portador de sentidos e significados, que são atribuídos, sobretudo, por quem o vivencia. Faz-se necessário, entretanto, pensar o conjunto da população mundial não como um coletivo uniforme e homogêneo de pessoas, mas sim como uma multiplicidade de grupos sociais que possuem diferentes características, expectativas, necessidades, desejos, limites e possibilidades, mesmo que em constante diálogo uns com os outros. Essa diversidade de interesses manifesta-se nas ruas, nos ambientes de trabalho, no interior dos mais diferentes grupos associativos e, é claro, também está presente na escola.

É razoável, assim, afirmar que os indivíduos, na sociedade contemporânea, unem-se àqueles que possuem os mesmos gostos – portanto, por afinidade – para “exercitar-se no uso dos códigos comuns” e “apreciar os símbolos escolhidos para marcar as diferenças”, o que contribui para a construção de uma rede de sociabilidade (MAGNANI, 2000, p. 40). Ou ainda, de acordo com Maffesoli (2006, p. 39), “pode-se dizer que assistimos tendencialmente à substituição de um *social* racionalizado por uma *sociabilidade* com dominante empática”. A constituição das identidades sociais poderia ser, assim, um dos tópicos centrais na discussão sobre a diversidade cultural manifesta no lazer, pois se constitui num exercício de alteridade, “resultado de um processo discursivo e dialógico dentro dos discursos culturais aos quais temos acesso” (GOMES, 2005, p. 27).

Dessa forma, a diversidade manifesta-se no lazer a partir das diferentes práticas culturais eleitas pelos sujeitos que integram os mais diversos grupos sociais, que também se apropriam de tempos e espaços ora consagrados para outros usos, utilizando-os para a produção e reprodução cultural. Existe uma articulação entre valores e formas de representação na cultura, conforme informam Melo e Alves Júnior (2003). O diálogo entre as dimensões culturais da vida humana – que na maioria das vezes é tenso! – coloca o lazer como campo de disputas, lugar de trocas, resistências e acomodações.

Essa tensão, de certa forma, é necessária para que os indivíduos percebam os problemas latentes da sociedade na qual estão inseridos, conforme indica Marcellino (2002, p. 16). Numa sociedade onde o consumo exacerbado é altamente estimulado, o próprio lazer aparece como uma mercadoria. O acesso aos bens culturais torna-se uma prática de consumo, na qual os produtos oferecidos pela indústria

---

<sup>149</sup> Mestrando em Lazer – UFMG, docente da Universidade Salgado de Oliveira – Universo/BH e membro do LACE – Grupo de Pesquisa em Lazer, Cultura e Educação do CELAR/UFMG. E-mail: guibaguilherme@yahoo.com.br



cultural ditam a moda e tentam tornar as vivências homogêneas, buscando negar a diversidade cultural produzida pelos grupos sociais. É assim que as práticas de lazer acabam por propiciar meramente possibilidades de descanso e divertimento, coincidentemente – ou não! – os valores mais comumente associados ao lazer (*Ibidem*, p. 13). Esse pode ser um mero assimilador de tensões e contribuir, assim, para a “paz social”, estando a serviço das classes hegemônicas.

Mas sendo o lazer “portador de um duplo aspecto educativo” – veículo e objeto de educação – deve-se considerar “não apenas suas possibilidades de descanso e divertimento, mas também de desenvolvimento pessoal e social” (MARCELLINO, 2007, p. 11), o que pode contribuir para a gestação, amadurecimento e concretização de transformações sociais, religiosas, econômicas e políticas, por estabelecer uma relação dialética com as demais dimensões da cultura.

Por tudo isso, considero que o samba é uma possibilidade de lazer das mais interessantes dos nossos dias. Acreditando que uma das funções da escola seja educar para o lazer, oferecendo a seus alunos as “chaves” que ajudam a decodificar a indústria cultural e, conseqüentemente, ampliar as possibilidades de vivências críticas, criativas e conscientes, penso que a inserção do samba no currículo é plenamente justificável. Para tanto, é imprescindível que essa manifestação seja entendida na sua totalidade, e que sejam oferecidas oportunidades não só de assistência, mas também de prática, não só de reprodução, mas principalmente de produção de cultura.

É urgente, contudo, que a escola crie mecanismos para assegurar que o lazer se torne, efetivamente, um direito social, deixando de ser um privilégio vivenciado apenas por uma pequena parcela da população que possui as “chaves” (econômicas, políticas, educacionais) para acessar os bens culturais já produzidos até hoje. Concordo com Melo e Alves Júnior (2003, p. 59-60) que é fundamental: 1) democratizar o acesso aos conteúdos culturais passíveis de serem vivenciados no lazer que já se encontram consolidados em nossa sociedade, possibilitando a descoberta de novas linguagens e formas de prazer; 2) valorizar e recuperar os elementos da cultura popular que têm uma visibilidade muitas vezes restrita ao *local*; e 3) aprender a lidar crítica e criativamente com a cultura produzida em larga escala, produto de uma indústria cultural de abrangência mundial.

### **Noel Rosa e o samba que (não) se aprende no colégio**

Mas como criar, na escola, mecanismos que tornem possível o acesso a uma manifestação cultural, notadamente o samba, que historicamente não tem sido alvo do processo de ensino-aprendizagem, ou seja, não tem sido eleito como objeto e nem como veículo do processo educativo?

Fiquei, então, pensando sobre a importância do ensino do samba na escola. Mas minha convicção foi abalada momentaneamente pela lembrança de um samba-canção de Noel Rosa e Vadico, de 1932, chamada “Feitio de Oração”, que diz em determinado momento que o “batuque é um privilégio / ninguém aprende samba no colégio”. Se o grande Noel Rosa já dissera que “ninguém aprende samba no colégio” minha tarefa estaria fadada ao fracasso. E para aumentar a frustração, lembrei-me também de um samba chamado “Brincando de samba de roda”, do Grupo Molejo, de 1994, certamente inspirado no “Feitio de Oração”, quando diz que “samba não se aprende no colégio / é um privilégio de quem sente”.

Mas o que Noel Rosa queria realmente dizer quando afirmou que “ninguém aprende samba no colégio”? Pra responder a essa questão, considero importante voltarmos ao contexto em que essa canção foi feita. Noel era um jovem (tinha 22 anos quando compôs essa música), nascido na cidade (e não no morro), branco e de classe média, tendo inclusive cursado alguns meses de Medicina (DINIZ, 2006, p. 58-63). Essa descrição nos permite acreditar que Noel não reunia, pelo menos na aparência, as características usualmente atribuídas aos sambistas daquela época. Noel foi um profícuo compositor, tendo escrito, de 1929 a 1937, mais de 200 músicas, sendo que em vários momentos de sua obra há a tentativa de se legitimar enquanto um verdadeiro sambista – a polêmica musical que teve com Wilson Batista é um exemplo disso. Por fim, basta ouvir toda a canção para se ter uma noção de que Noel se referia ao ato de compor sambas, e não de outras possibilidades de apreender o samba, como falarei a seguir. Os últimos versos de “Feitio de Oração” são: “o samba na realidade / não vem do morro nem lá da cidade / e quem suportar uma paixão / sentirá que o samba então / nasce do coração”. O poeta falava que para compor belos sambas era preciso, sobretudo, ter experiência, aqui entendida em oposição à informação. Ora, informação poderia se obter no colégio, mas era obrigatório, no entendimento dele, mais do que isso: era necessário, para dar conta do conjunto de sentidos e significados que formam um sambista, viver intensamente, tal como ele se propôs a fazer, para poder retratar, em forma de samba, a poesia da vida.

Um tanto mais aliviado, já que Noel Rosa havia “permitido” que eu refletisse sobre o tema, comecei a pensar, sem a pretensão de esgotar o assunto, sobre as seguintes questões: por que o samba deveria ser um conteúdo a ser abordado na escola? E de forma mais pragmática, como o samba poderia se tornar veículo e objeto da educação escolar?

### **A relevância social do samba**

Para tentar responder à primeira questão, recorro aos escritos de Forquin. Segundo esse autor, é

“a responsabilidade de ter que transmitir e perpetuar a experiência humana considerada cultura, o que justifica fundamentalmente o empreendimento educativo. A cultura é o conteúdo substancial da educação, sua fonte e sua justificação última” (FORQUIN, 1993, p. 13).

Apoiado nessa idéia, julgo importante que escola trate, com a devida atenção, do samba, gênero musical dos mais representativos de nosso país, abarcando sua trajetória desde o contexto que permitiu sua emergência até os novos estilos de samba que hoje nos são apresentados pela mídia. O samba pode ser uma das chaves para o entendimento da sociedade brasileira, e não somente entendido enquanto carnaval, mas sobretudo na forma das rodas de samba, festa e ritual que acontece todos os dias do ano nos quatro cantos do país e que, pensada assim, abarca um contingente muito mais numeroso de participantes.

Gerado no meio rural<sup>150</sup>, oficialmente nascido no Rio de Janeiro, então capital brasileira na segunda década do século passado, o nonagenário samba chega aos dias atuais sendo alvo de reconhecimento dentro e fora do Brasil<sup>151</sup>. O samba sempre foi, para uma expressiva parcela da nossa população, e continua sendo, uma grande possibilidade de vivência do lazer, pois a atração que a roda de samba exerce hoje, pelo que posso acompanhar, é enorme.

Verificando as agendas culturais, as reportagens em jornais e televisões e, sobretudo, freqüentando o circuito de samba de Belo Horizonte pude constatar um aumento considerável no número de rodas de samba na cidade. Outro dado que uso para justificar esse aumento na procura por essa forma de lazer vem de um levantamento que realizei no *site* do Jornal Estado de Minas: verifiquei, na seção “números anteriores”, quantas “ocorrências” havia para o termo “roda de samba”, de 2000 a 2007. O resultado tende a comprovar a hipótese da proliferação das rodas de samba: o termo apareceu, no período de 2000 a 2003, numa média anual, 13 vezes por ano. De 2004 para cá, entretanto, esse número só aumentou, sendo que seu uso no ano de 2007 aumentou quase 600%!

No meu entender, isso justificaria, por si só, a inserção do samba no currículo, reafirmando que a escola tem, como uma de suas funções, que educar para o lazer, dialogando com a sociedade e trazendo para dentro de seus domínios as práticas culturais que são objeto de interesse de seus alunos, propiciando a eles as ferramentas para decodificar a “indústria cultural” e ampliar as suas vivências de lazer.

Na tentativa de responder ao segundo ponto, qual seja, das estratégias que poderiam tornar o samba veículo e objeto da educação escolar, de forma abrangente e multifacetada, é que passo a falar um pouco mais detidamente sobre cada uma dessas sugestões de abordagem do samba enquanto um conteúdo a ser tratado na escola.

### **Sugestões de estratégias pedagógicas**

Nas sugestões de estratégias pedagógicas que serão apontadas a partir de agora a ênfase recairá sobre a disciplina Educação Física. Isso não deve, contudo, ser encarado como reflexo de uma preferência pessoal ou uma atribuição demasiada de importância dada à Cultura Corporal, pois não pretendo estabelecer uma hierarquização de disciplinas no interior do sistema escolar. A razão está ligada mais à experiência que possuo, por formação acadêmica e profissional, no trato dos componentes curriculares da Educação Física. Espero, entretanto, contribuir com algumas pistas para as diferentes áreas de conhecimento e, principalmente, fomentar reflexões sobre iniciativas que podem ser adotadas em todas as disciplinas que compõem o currículo escolar.

O primeiro aspecto a ser considerado é que o samba pode ser abordado, pela Educação Física Escolar, como uma dança. As danças são práticas corporais e as práticas corporais são objetos de estudo

<sup>150</sup> Para maiores informações sobre a origem rural do samba, ver LOPES (2005).

<sup>151</sup> Sugerimos a leitura de DINIZ (2006, p. 209-216) e Souza (2003, p. 317-319).

da Educação Física Escolar. Logo, o samba pode ser um dos objetos de estudo dessa Educação Física. Esse raciocínio, entretanto, só pode fazer sentido para aqueles profissionais que estiverem dispostos a diversificar os conteúdos da Educação Física, repensando o modelo pedagógico, até hoje vigente em grande parte das escolas, que dá exclusividade ao esporte.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN – Ensino Médio, 1999, p. 165), uma das competências a ser desenvolvida pelos alunos do Ensino Médio, é “compreender as diferentes manifestações da cultura corporal, reconhecendo e valorizando as diferenças de desempenho, linguagem e expressão”. Ainda fundamentado nos PCN’s, um dos blocos de conteúdo são as “atividades rítmicas e expressivas”, da qual fazem parte as danças e as brincadeiras cantadas (PCN – Educação Física, 2000, p. 51). Se concordarmos que a Educação Física Escolar tem como objetivo possibilitar o acesso às práticas da cultura corporal e, mais ainda, fazer isso incentivando a pluralidade cultural a partir do desenvolvimento do respeito e da valorização das diversas manifestações culturais existentes no Brasil, é esperado que o samba, entendido aqui enquanto uma dança brasileira (DARIDO e RANGEL, 2005, p. 205), deva fazer parte dos planos de ensino dos professores de Educação Física, uma vez que a “diversidade cultural que caracteriza o país tem na dança uma de suas expressões mais significativas, constituindo um amplo leque de possibilidades de aprendizagem” (PCN – Educação Física, 2000, p. 51).

É preciso que o professor de Educação Física saiba dançar para que ele eleja a dança como um dos conteúdos a serem tratados na escola? Na minha opinião, não, não é preciso que o professor de Educação Física saiba dançar. E justifico a minha posição com outro questionamento: é necessário que o professor saiba executar o salto em altura (do atletismo), a parada de mãos (da ginástica artística), a meia-lua de frente (da capoeira) para que ele possa ensinar esses movimentos. Não existem outras estratégias de ensino que possibilitam aos alunos terem as informações necessárias à essas aprendizagens? E será que, ao abordar uma dança, o professor deve se preocupar somente com o ensino dos fundamentos técnicos padronizados ou também deveria abrir espaço para a exploração de gestos, para que os próprios alunos possam montar coreografias, para que esses possam perceber seus ritmos e limites individuais e explorar espaços e materiais? Os conteúdos não devem ou, pelo menos, podem ser abordados também do ponto de vista conceitual e atitudinal, além de sua natureza procedimental?

O ensino da dança “samba” nas escolas pode contribuir, inclusive, para que se reflita sobre questões de gênero, problematizando o preconceito relativo aos homens que dançam, como nos sugere a Proposta Curricular para o Ensino da Educação Física das Escolas Estaduais de Minas Gerais (2005, p. 46). Assim, mais do que só aprender a dançar o samba, seria importante que nossos alunos pudessem adquirir o hábito de dançar, mesmo que eles não venham a se tornar dançarinos profissionais, mas podendo extrair prazer dessa atividade que deixaria de ser “privilegio” das meninas e passaria a ser um “direito” de todos. A ensino da dança, como estratégia de inclusão, pode levar os alunos ao entendimento de que “todos podem dançar, independente de biótipo, etnia ou nível de habilidade” (DARIDO e RANGEL, 2005, p. 206), além de se tornar um importante mecanismo que estimule a formação do senso crítico, ao permitir a reflexão sobre os contextos em que se originaram as diversas danças, suas trajetórias, suas transformações e a forma como são tratadas pela mídia nos dias de hoje.

Outro aspecto a ser discutido é o processo que levou à constituição do samba enquanto um gênero musical e o seu percurso nesses noventa anos de existência. Um dos objetivos gerais do Ensino Fundamental, recorrendo mais uma vez aos PCN’s (PCN – Educação Física, 2000, p. 7), é fazer com que os alunos possam “conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país”.

Nosso sentimento de pertencimento à nação Brasil passa, obrigatoriamente, pelo samba, gênero musical genuinamente brasileiro e manifestação extremamente representativa da noção de *brasilidade*, algo que nos diferencia de outras nações e que nos torna verdadeiramente “brasileiros”. A influência exercida pelo samba se dá, falando somente no âmbito da cultura corporal, na dança (pois “quem não gosta de samba é ruim da cabeça ou doente do pé”, ou seja, se o sujeito não sabe sambar é porque tem algum problema, não é normal), no esporte (como é o caso do futebol, onde o brasileiro tem a ginga do samba como aliada no drible de corpo) e na luta (pela proximidade existente entre a capoeira, arte marcial genuinamente brasileira, e o samba). Também poderíamos lembrar das festas, das comemorações, dos churrascos, dos mutirões pra “virar uma laje”, onde o samba está, invariavelmente, presente.

Uma vez que essa influência abarca o conjunto de experiências do brasileiro, é aceitável que

várias disciplinas que compõem a grade curricular possam contribuir para o entendimento do samba enquanto manifestação cultural. A interação entre as disciplinas pode permitir o estabelecimento de relações entre as várias facetas desse tema, contribuindo para uma compreensão mais abrangente de um objeto tão multifacetado como é o samba.

Para elucidar esse ponto sugiro, por exemplo, que a sociologia contribua, utilizando-se de várias estratégias pedagógicas que serão listadas mais à frente, para o entendimento de como se formou – e ainda hoje se forma – uma rede de relações culturais, sociais, econômicas, religiosas, políticas e de lazer, trocas que possibilitaram a criação do samba, gênero musical que veio se transformar, junto com o futebol, num dos símbolos da identidade nacional. Já a área de Língua Portuguesa poderá organizar roteiros de entrevista e questionários para buscar as informações de campo as preferências musicais dos frequentadores de uma roda de samba. A Matemática poderia auxiliar na interpretação das informações e na construção de gráficos. A Geografia poderia ajudar no mapeamento das rodas de samba da cidade e na análise sócio-econômica dessa distribuição. A Física pode intervir no sentido de esclarecer porque ouvimos somente o som de determinados instrumentos quando estamos a certa distância da roda de samba, ou ainda ajudando a entender como foi possível aos músicos, no início do século passado, gravar as músicas em discos de cera, os precursores dos LP's. A Educação Artística pode contribuir para a reflexão sobre a comunicação visual, sobre as vestimentas dos frequentadores de determinada roda de samba, além de inúmeras outras contribuições<sup>152</sup>.

A História pode oferecer elementos para a compreensão dos diferentes contextos históricos, contando esse enredo a partir dos sambas gravados, das escolas de samba, dos estilos musicais compreendidos no gênero musical que é o samba, dos grupos sociais que ajudaram a construir a história do samba. Um exemplo de projeto de educação para o lazer em que o samba é o conteúdo principal foi sistematizado por Santos (2003). Chamado de “*Cantando a História do Samba*”, tem como objetivo “valorizar a memória social e musical do samba”, buscando atender, nos dizeres da autora – conhecida no “mundo do samba” de Belo Horizonte como Dóris – “à necessidade histórica de consolidação da Lei 10.639/2003<sup>153</sup> em todas as escolas brasileiras”. Para tanto, foi desenvolvida uma proposta pedagógica em forma de Caderno de Textos que inclui, além de vários textos, atividades pedagógicas e músicas.

Outras estratégias, que passo a sugerir agora, podem ser adotadas pelas escolas, não estando restritas ao domínio de uma ou outra disciplina mas sendo pensadas de maneira interdisciplinar, buscando a contribuição de toda a comunidade escolar. São elas:

1. Levar uma escola de samba à escola e levar os alunos a uma escola de samba. Realizar um “concerto didático” com uma bateria de escola de samba, onde o Mestre de Bateria mostrará o som de cada instrumento e como ele é tocado, explicando também a função de cada instrumento na bateria.
2. Levar uma roda de samba à escola e levar os alunos a uma roda de samba. Realizar um “concerto didático” com uma roda de samba com os mesmos objetivos do item anterior, fazendo perceber as aproximações e as diferenças entre uma bateria de escola de samba e uma roda de samba.
3. Organizar shows e apresentações de samba abertos à comunidade.
4. Levar à escola grupos de samba que sejam formados por pais, professores, funcionários ou alunos.
5. Levar uma apresentação de dança de salão à escola.
6. Organizar, entre os alunos, um concurso de dança (passista, samba a dois, samba de gafieira). Estender a participação no concurso, posteriormente, a pais, professores e funcionários.
7. Organizar concursos de composição e interpretação de samba, de fotografias com o tema “Roda

<sup>152</sup> Algumas estratégias foram inspiradas pela leitura, já citada, de Darido e Rangel (2005, p. 80-102).

<sup>153</sup> Essa altera a lei nº 9.394 (LDB), de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira” e dá outras providências: nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira; o conteúdo programático [...] deste artigo incluirá o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à história do Brasil; os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras; o calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘dia nacional da consciência negra’.

- de Samba”, de poesia e de desenhos sobre samba.
8. Organizar um desfile de samba ou um bloco carnavalesco. Antes, porém, convidar sambistas ligados a escolas de samba para explicarem aos alunos o funcionamento de uma escola de samba e de um desfile de carnaval.
  9. Organizar exposições de fotos de sambistas e de instrumentos musicais.
  10. Confeccionar um mural com recortes de jornal com matérias sobre samba (rodas de samba da cidade, shows, sambistas, carnaval, etc), um painel com biografias de sambistas e um jornal sobre samba (cada série/segmento pode contribuir com uma matéria/seção).
  11. Confeccionar instrumentos que poderão ser utilizados numa bateria ou numa roda de samba (ganzá de Yakult e Kinder Ovo, caxixi com palha e cabaça, tamborim de Pastilha Valda, etc).
  12. Encenar peças de teatro sobre temas ligados ao samba e dramatizar histórias retiradas de letras de sambas.
  13. Tocar sambas durante o recreio.
  14. Incentivar a criação de grupos de samba.
  15. Convidar músicos para proferir palestras e para lecionar cursos/oficinas de instrumentos musicais ligados ao samba.
  16. Projetar filmes sobre samba na escola (documentários e outros gêneros de filmes que tenham o samba como temática) e levar os alunos aos cinemas.
  17. Solicitar a leitura de livros sobre samba.
  18. Criar uma “Agenda do Samba” com informações sobre os locais, dias e horários onde acontecem as rodas de samba da cidade, próximos shows, palestras, etc.
  19. Solicitar aos alunos que pesquisem sobre o samba na internet (o número de *sites* e *blogs* sobre samba é enorme).
  20. Criar um blog para divulgar as ações realizadas e socializar com outras escolas e educadores os resultados das experiências vividas.

#### Conclusões

Iniciativas como essas podem colaborar com a difusão e o acesso ao “mundo do samba”, manifestação cultural brasileira das mais significativas. Enxergamos aí uma proposta de alfabetização cultural<sup>154</sup>, uma metodologia a ser desenvolvida não só em escolas mas, também, em outras instâncias, contribuindo ainda mais no processo de educação não-formal da população brasileira. O lazer, com seu duplo aspecto educativo – a educação *pele* lazer e a educação *para* o lazer –, tem no samba um conteúdo riquíssimo, sendo urgente pensar em propostas pedagógicas que levem em conta as infinitas possibilidades de desenvolvimento humano que podem ser assim geradas.

Proponho que reconheçamos – e ajudemos outros a reconhecer – a relevância social do samba para que esse se torne, efetivamente, um conteúdo escolar. Para conseguir nota 10 nesse quesito, a escola deve estar atenta para o que acontece na sociedade e levar seus alunos para fora de seus muros, ou pelo menos derrubar os “muros” que a separam da realidade. Para possibilitar aos alunos autênticas experiências corporais a escola tem a obrigação de permitir a eles novas vivências, em novos ambientes, com novos códigos de significação. Só assim será possível apreender a rede de sentidos e significados tão caros a Noel Rosa. E aí, quem sabe, poderemos dizer, no futuro próximo, que samba se aprende na rua, mas que *samba também se aprende no colégio!*

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília: Ministério da Educação, 1999. 364 p.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros curriculares nacionais: educação física*. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. 96 p.

DARIDO, Suraya Cristina. RANGEL, Irene Conceição Andrade. *Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. 293 p.

---

<sup>154</sup> Ver MELO, 2006, p. 41.

- DINIZ, André. *Almanaque do samba: a história do samba, o que ouvir, o que ler, onde curtir*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. 273 p.
- FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes médicas, 1993. 205 p.
- GOMES, Ana Maria Rabelo. *Lazer e diversidade cultural*. Brasília, DF: SESI/DN, 2005. 81p.
- LOPES, Nei. *Partido Alto: samba de bamba*. Rio de Janeiro: Pallas, 2005. 263 p.
- MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades pós-modernas*. 4ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2006. 297 p.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor; TORRES, Lílían de Lucca (Orgs.). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo/Fapesp, 2000. p. 12-53.
- MARCELLINO, Néelson Carvalho. *Estudos do lazer: uma introdução*. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. 100p.
- \_\_\_\_\_. Lazer e cultura: algumas aproximações. In: MARCELLINO, Néelson Carvalho (Org.). *Lazer e cultura*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007. p. 9-30.
- MELO, Victor Andrade de; ALVES JÚNIOR, Edmundo de Drummond. *Introdução ao Lazer*. Barueri, SP: Manole, 2003. 153 p.
- MELO, Victor Andrade de. *A animação cultural: conceitos e propostas*. Campinas, SP: Papyrus, 2006. 144 p.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. *Proposta curricular para o ensino da Educação Física: Ensino Médio*. N/D, 2005. 65 p.
- SANTOS, Elzelina Dóris dos. *Contando a história do samba*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003. 60 p.
- SOUZA, Tárík de. *Tem mais samba: das raízes à eletrônica*. São Paulo: Ed. 34, 2003. 343 p.
- WERNECK, Christianne Luce Gomes; ISAYAMA, Hélder Ferreira (Orgs.). *Lazer, recreação e Educação Física*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. 268 p.

# SÃO PAULO FASHION WEEK: O EVENTO COMO ESPETÁCULO

*Claudia Heringer Henriques*<sup>155</sup>

*Hélder Ferreira Isayama*<sup>156</sup>

*Victor Andrade Melo*<sup>157</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo apontar elementos que contribuíram para a espetacularização dos desfiles de moda no São Paulo Fashion Week (SPFW) no período de 1996 a 2006. A pesquisa foi realizada no Arquivo do Estado de São Paulo, e analisadas reportagens sobre a SPFW no jornal diário *Folha de São Paulo*. Esse evento é analisado como uma dimensão da cultura e dessa forma como uma possibilidade de lazer através do espetáculo.

**PALAVRAS-CHAVES:** Lazer. Evento. Espetáculo.

## Lazer e cultura

As interfaces entre lazer e cultura norteiam a análise do evento de moda. A cultura - impregnada de significados e sentidos - abre espaço para o lazer como uma de suas dimensões. De antemão, concordo que “não são as práticas culturais em si que definem o lazer, mas o engajamento, a participação e o envolvimento social dos sujeitos são capazes de transformar uma prática em lazer (GOMES; FARIA, 2005, p.51)”.

Segundo Gomes e Faria (2005) o lazer está inserido em uma dinâmica cultural complexa e para compreendê-lo como dimensão da cultura é preciso levar em consideração, primeiramente, a trama social e as conseqüentes contradições socioculturais.

O engajamento da cultura com o lazer pode ser verificado, a partir de algumas transformações na sociedade, como o avanço tecnológico que favoreceu o poder e o alcance da cultura de massa; uma melhor compreensão de cultura inserida na lógica do consumo, com ênfase em produtos padronizados a serem absorvidos de forma rápida e superficial; e o desenvolvimento da indústria do lazer e do entretenimento, que se estabeleceu rapidamente e é apontada como uma das mais promissoras fontes de negócios, na contemporaneidade. Nos estudos do lazer, a compreensão do âmbito da cultura é fundamental tanto para a manutenção, quanto para a construção de uma nova ordem social (GOMES; MELO, 2003). Os exemplos acima favorecem a manutenção da ordem social, mediante consumidores alienados. No entanto, o lazer também pode instigar uma posição crítica dos sujeitos, diante das diferentes experiências culturais ofertadas pelo mercado.

Ponderar o lazer como uma dimensão da cultura implica compreender sua relação com o consumo, a produtividade, a constituição do tempo útil, a lógica da produção cotidiana e da diversidade (GOMES; FARIA, 2005). O evento de moda está intimamente conectado ao consumo, à produção de bens relacionados à indústria da moda e, ainda, ao trabalho, como parte da produção cotidiana, já que as pessoas precisam se vestir para sair de casa. Por último, o evento consolida-se como uma possibilidade cultural de lazer, já que está ligado às necessidades sociais.

De acordo com Oliveira e Freitas (2004), pode-se dizer que a cultura no mundo contemporâneo tem sua base no consumo, visto como um modo ativo de relação. A venda encerra a relação cultural vivenciada pela civilização. O processo de aquisição de produtos e serviços ocorre no campo simbólico, envolvendo os sentimentos que o consumo pode proporcionar, tais como o prazer, a aceitação e a satisfação. A mídia responsabiliza-se por exibir as mensagens de consumo de produtos, serviços e imagens (OLIVEIRA; FREITAS, 2004). A dimensão de preenchimento, que busca suprir as necessidades do ego potencializadas pelos meios de comunicação de massa, supera o valor de utilidade dos objetos.

O consumo de imagens, a meu ver, tem incentivado a produção cada vez mais elaborada de espetáculos de moda. Os desfiles antecipam as tendências da próxima estação. A moda torna-se parte de um processo que causa a sensação de pertencimento e aceitação em determinado grupo.

No campo de estudos da moda, o evento é percebido como um espetáculo midiático, transmitido à massa, já a moda, “associada a toda uma cultura do lazer, do entretenimento, reveste o consumo de razões positivas como conforto, bem-estar, prazer individual, culto ao corpo (CIDREIRA, 2005, p.71)”.

<sup>155</sup> Universidade Federal de Minas Gerais

<sup>156</sup> Universidade Federal de Minas Gerais

<sup>157</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro

## Espetáculo e Evento

Kellner (2006) considera a hipótese de que o entretenimento popular tenha raízes no espetáculo, ou seja, surge como prática comum com a finalidade de entreter, divertir, distrair. Segundo o autor, os espetáculos já existiam desde os tempos pré-modernos. Na Grécia, havia olimpíadas, festivais de teatro e poesia, batalhas e guerras. Em Roma, batalhas e o espetáculo do império. Nas feiras européias do século XIX, as apresentações circenses asseguravam o divertimento do povo. Pode-se concluir que os espetáculos precedem a idéia de entretenimento e, portanto, contribuíram para o seu surgimento.

No senso comum, o espetáculo tornou-se sinônimo de representação teatral, uma metáfora para tudo aquilo que chama atenção, atrai e cativa o olhar. Seguindo esse raciocínio, o espetáculo pode apresentar características diversas e o conceito pode tanto assumir caráter pejorativo, como uma cena ridícula ou escandalosa, quanto positivo, referindo-se a algo de bom ou proveitoso (SIQUEIRA; FREITAS, 2004).

Debord (2003, § 1) propõe uma reflexão sobre a sociedade contemporânea ao afirmar que “toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação”. O autor insinua a não existência do relacionamento genuíno, substituído pela mera representação e ironiza a protagonização de uma grande peça. Debord critica a sociedade espetacular, no entanto, devemos levar em consideração que os sujeitos podem ser atores de ações legítimas, mesmo na sociedade do espetáculo.

Segundo Kellner (2006), o conceito de espetáculo desenvolvido por Debord abrange a mídia, a sociedade de consumo e seus efeitos, incluindo produção, promoção e exibição de mercadorias. O espetáculo também está relacionado ao sistema econômico e aos meios de produção existentes em uma sociedade como coloca Debord (2003, §4):

O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um complemento ao mundo real, um adereço decorativo. É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o *modelo* presente da vida socialmente dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha *já feita* na produção, e no seu corolário — o consumo. A forma e o conteúdo do espetáculo são a justificação total das condições e dos fins do sistema existente. O espetáculo é também a *presença permanente* desta justificação, enquanto ocupação principal do tempo vivido fora da produção moderna.

É possível afirmar que todo espetáculo se resume ao consumo? Essa reflexão requer uma análise da influência do modelo de produção na construção do espetáculo. Debord trata o espetáculo sob a perspectiva do modelo de vida dominante, ou seja, o do consumo, assim considera um único padrão, sem recursos de ação contrária.

Examinar o evento SPFW como um espetáculo me permite dialogar com a cultura produzida pela sociedade contemporânea, envolvendo o consumo e o entretenimento. O termo evento é estudado com mais ênfase no campo do turismo; na visão de Simões e Pereira Filho (s/d, p.1), é considerado:

Uma seqüência de atividades, planejamento, programação e monitoramento voltados a um determinado público. Analisando o evento como um produto, podem-se estabelecer critérios de planejamento para seu desenvolvimento, no qual se busca referenciais para uma eficiente aplicação como estratégia mercadológica. Ao se elaborar a programação de um evento, tende-se a dinamizar economicamente a sua sede através da sua relação com toda a cadeia de atividades ligadas ao turismo. O evento é, na verdade, uma maneira de otimizar o uso das estruturas turísticas.

Em outra análise, os eventos são “fatos e/ou acontecimentos elaborados estrategicamente, tendo na sua base de interesse o público a que se destina e os objetivos e resultados almejados” (CANTON, 2004, p.85). O evento almeja ampliar as possibilidades do entretenimento, das atividades lúdicas que, por diversas razões, tendem apenas à integração social. Serve de elo entre o indivíduo e a realidade interior, bem como a realidade externa ou compartilhada. Nesse aspecto, os eventos são porta de entrada para o mundo da magia, da fantasia, do novo, do surpreendente (CANTON, 2004).

O evento da moda - objeto dessa pesquisa - faz parte do modelo de vida da sociedade atual e se



enquadra na categoria espetáculo por oferecer ao público informações, produtos e signos sociais, por intermédio de imagens e, além disso, ofertar possibilidades de consumo.

Compreendendo o lazer como a cultura vivenciada no tempo disponível (MARCELLINO, 1987), apresento o espetáculo como uma opção de uso do tempo livre. A meu ver, o espetáculo é uma dimensão da cultura que estabelece relações com a vida social e oferece ao sujeito a oportunidade de vivências de lazer e educação das sensibilidades. O lazer contempla diferentes opções de espetáculos, tais como de arte, de música, os televisivos, os esportivos, de moda, entre outros. E a partir da escolha do indivíduo, pode-se definir determinado espaço/tempo e evento como lazer.

### A espetacularização dos desfiles

Na análise sobre os dez anos do evento SPFW algumas perguntas nortearam o estudo como: O que transformou os desfiles de moda em grandes espetáculos a céu aberto? Como os pequenos encontros feitos para compradoras de vestidos do início do século XIX passam a convidar mais de 2 mil pessoas ao dia? Porque hoje o evento é transmitido ao vivo pelos meios de comunicação?

Na sociedade atual, o entretenimento e o espetáculo entraram nos domínios da economia, da política e do cotidiano, de diferentes maneiras. As formas contemporâneas de entretenimento, da televisão ao palco, estão incorporando a cultura do espetáculo aos negócios, transformando filmes, televisão, música e outros domínios da cultura, assim como produzindo formas espetaculares no ciberespaço, na multimídia e na realidade virtual (KELLNER, 2006).

Kellner (2006, p.131) já dizia que “a moda é historicamente um aspecto central do espetáculo, e os produtores e modelos de hoje, assim como os próprios produtos da indústria, constituem um setor atraente da cultura da mídia”. O autor faz menção ao estilista italiano Gianni Versace, que uniu os mundos da moda, do *design*, do rock, do entretenimento e da realeza em seus desfiles e produtos. O estilista se transformou no principal espetáculo da temporada, em 1997, por ter sido assassinado por um ex-amante. Ele foi homenageado por sua contribuição à moda ao criar novas formas de estilo e costura.

Não só de tragédias ou da promoção de grandes marcas acontece um espetáculo. Cenários, trilhas sonoras, luzes, celebridades e histórias contadas são elementos que transformam os desfiles de roupas em um show que todos querem assistir, seja pessoalmente, pela televisão ou *internet*.

Em julho de 1996, ainda com o nome de *Phytoervas fashion*, entra em cena a discussão sobre a moda usável, performática, roupa de rua ou de passarela. O título da reportagem: *Primeiro dia do evento põe lado a lado moda cool e estilo de apresentação mais performático - Quem tem medo dos desfiles teatrais?*, nos faz pensar que a moda apresenta outra dimensão de análise e ganha novos significados com os desfiles. A matéria fala de desfiles que mostram duas concepções diferentes, a coleção de Ronaldo Fraga que é lançada com ar de teatralidade e questionada como afirma o próprio estilista “será-que-eu-uso?” e o desfile de Carla Fincato, estilista da marca Carlota Joaquina, que mostra uma moda comercial, acessível e de fácil digestão, onde toda jovem urbana, desde que magra, pode vestir (PALOMINO, 1996). Parece que a colunista da *Folha* faz uma apreciação ao destino das roupas da coleção, pois não são todas as jovens que podem usá-las, mas somente as que apresentam o padrão de beleza determinado por essa cultura.

O desfile de Lino Villaventura serve de gancho para explicar a dúvida de todo mundo que não faz parte da moda: “mas é pra sair na rua com isso?”. O estilista responde que não se deve usar o *look* inteiro apresentado na passarela, mas desdobrar essas roupas com um jeans, saia ou top, em uma ocasião especial como em uma festa (PALOMINO, 04/07/2005).

Vários títulos de reportagens mostram alternativas utilizadas pela moda para dar outro significado aos desfiles: *Ellus usa efeitos especiais em desfile performático* (REDAÇÃO, 1997); *Modelo põe fogo em roupa em desfile performático da M.Officer* (PALOMINO, 2000); *Desfile da M.Officer passa dos limites*, crítica feita pela redação ao exibicionismo que tenta unir arte e moda. A moda é muito mais do que isso, mas no momento em que todo esse *Happening* e *Marketing* ocupam o lugar de uma boa coleção, a marca cai no vazio (REDAÇÃO, 2000). Verifico uma crítica sendo tecida à espetacularização dos desfiles e ao distanciamento do objetivo principal. A moda tem passado por transformações, mas a qualidade da coleção precisa ser prezada com peças originais para garantir o nome da marca.

Ações para tornar o lançamento das coleções cada vez mais espetacular têm sido vistas através dos profissionais contratados pelos estilistas. Em julho de 1997, uma equipe de artistas, entre eles músicos, diretor de teatro, iluminador, guitarrista, artista plástico, *videomaker* também chamados de *outsiders* do mundo da moda trabalharam para garantir a melhor exposição das roupas.

Segundo Palomino e Araujo (1998), *Arte e básico esvaziam impacto das passarelas* e a criatividade precisa ser dosada para manter o conceito do desfile de moda onde a forma de apresentação das coleções dá sinais de esgotamento. A idéia da M. Officer de unir arte, música e moda parece não contemplar a idéia do desfile, nem agradar seu público. A performance do artista plástico Cabelo que entrou na passarela levando uma modelo em um carrinho de mão não foi bem assimilada e o percussionista Naná Vasconcellos saiu de cena sem conseguir empatia com o público. Os artistas entraram e saíram da passarela sem aplausos. “Deveriam ter avisado que, no planeta fashion, as pessoas gostam de manter atitude *cool* e impassível - a tal “camisinha existencial”. Certamente não estava nos artistas a deficiência, pois ambos são respeitados pela crítica, talvez o estranhamento seja mesmo intencional (PALOMINO; ARAUJO, 1998).

Pela visão da matéria acima, o público que assiste aos desfiles apresenta uma atitude fria e indiferente, mostra-se apático frente o espetáculo e a qualquer novidade que possa aparecer. A apreciação da coleção e a curtidão do espetáculo mostram-se dissociadas, os tais fashionistas insistem em manter uma postura profissional, intelectual sem se permitir envolver no desfile, pois aquele parece ser um tempo exclusivo de trabalho. Acredito que essa seja a postura dos profissionais, que se envolveram em um código de normas e condutas próprias da moda. Essa atitude mostra-se presente por causa dos ideais de trabalho e lazer inculcados em nossa sociedade. O trabalho, quase sempre entendido como uma atividade humana que gera renda, deve ser levado a sério e o lazer que é colocado em um lugar após o tempo que sobra do trabalho é o que deve proporcionar prazer e diversão (MELO; ALVES, 2003). Entender esses elementos em união e parceria torna-se para essas pessoas uma utopia.

Outros exemplos de um fazer espetacular aparecem na reportagem *Zapping pula com dândis dos anos 90*, onde canhões de luz giravam no meio da sala de desfiles com seus 1500 convidados. O desfile da Zapping começou com uma explosão repentina e os modelos, que saíram de trás do cenário, em vez de desfilarem, tiveram que escalar degraus de espuma. “O resultado são cinematográficas imagens como se em câmera lenta. Rapazes e moças saltam, tropeçam e caem, e até que enfim sorriem descontraídos” (Palomino, 1998, p.12).

Músicos famosos são contratados para preparar a trilha sonora, trazendo mais um elemento diferenciador ao desfile, a exemplo da cantora Marina Lima e do DJ Felipe Venâncio que compõem música, especialmente, para a Fórum (LEMONS, 1999). Outros exemplos de investimentos podem ser vistos a respeito da espetacularização do evento de moda. A M. Officer fez um desfile no formato *happening*<sup>158</sup> proposto pelo artista plástico Nelson Leiner, que colocou o camarim na passarela onde se escutava o burburinho das modelos conversando em meio às araras de roupas. O espetáculo aconteceu como esperado, com o intuito de mostrar à sociedade um ponto de vista mais abrangente desse universo, de uma moda que acontece em dois momentos, o do camarim e o momento das luzes da passarela. Entre os suspiros e gritinhos das modelos, via-se o trocar alucinado de roupas, era um “antidesfile”, moderno, divertido (PALOMINO, 1999)

O uso do prefixo negativo anti, relacionado ao desfile pode apontar uma contradição, algo que vai contra, ou na minha compreensão do que foi mostrado no exemplo, apenas criar caminhos diferentes do tradicional modo de se fazer um desfile de moda, com modelos andando, de um lado para o outro em uma passarela exibindo as roupas. Para aprofundar na idéia de antidesfile seria necessário saber dos organizadores e estilistas participantes do evento se há unanimidade no conceito de desfile e uma padronização a ser seguida.

*Escapismo fashion dá o tom do terceiro dia*. A moda escapa para um mundo distante, em que os estilistas conduzem o público para outras realidades, bem longe das dificuldades do dia-a-dia, das chuvas e trovoadas da vida real. Na SPFW, as passarelas são um universo de beleza e delírio (PALOMINO, 2003). Parte da transformação do desfile em algo mágico assemelha-se ao discurso da Indústria Cultural e do consumo, onde por um momento os sujeitos aceitam se envolver no espetáculo e acreditar no impossível (ROCHA, 1995).

Observo mudanças na concepção do desfile de moda, que passa a ser visto como um espetáculo por meio da reportagem que sugere *Moda tece armadilhas no segundo dia*. A notícia aponta falta de coerência e unidade nas coleções apresentadas e, no final do dia, a armadilha foi instalada quando o circo de público e mídia em torno de Daniela Cicarelli subverteu todo o conceito de desfile. A moda ali não servia como base, mas como pretexto da busca pela celebridade, em que o público da sala superlotada

<sup>158</sup> *Happening* descreve uma performance ou um evento similar que acontece sem preparação. O exemplo dado é um *happening* simulado pelo artista para retratar uma realidade.

estava mais interessado em tirar fotos da modelo, namorada do jogador de futebol Ronaldinho, do que acompanhar “as últimas tendências da moda” (PALOMINO, 2005). Duggan (2002, p.9) aponta que “a proximidade desses eventos a estréias teatrais e outros acontecimentos alimenta críticas citando a frivolidade da moda, desviando a atenção das roupas”.

O desfile de moda e a SPFW vem adquirindo diversos sentidos e significados ao longo do tempo e muitas podem ser as motivações dos sujeitos na participação de um evento como esse, inclusive ver e fotografar um ídolo e isso não deixa de legitimar a ação social do sujeito em seu tempo de lazer.

Assim como na reportagem acima, outras matérias apresentam o termo “circo”, referindo-se à SPFW. Busco, então, referenciais que me permitam discutir a concepção que está por trás dessas notícias. O circo, no século XVIII, começa a ser considerado um espaço propício a bagunça, onde ocorria a ruptura de comportamentos civilizados. Instalava-se também na sociedade o desejo de controlar o divertimento do povo no tempo fora do trabalho (DUARTE, 1995). Já nas últimas décadas do século XIX, na Europa, o circo surgia como a encarnação do espetáculo moderno e seu sucesso era inegável nas diferentes classes sociais, trazendo o receio para a família burguesa, que prezava pela disciplina e utilidade do corpo, características consideradas distorcidas no circo (SOARES, 2002).

Relaciono também os sujeitos como objetos desses espetáculos, onde os corpos se comportam de maneiras diferentes em cada momento da nossa história, devido aos diferentes interesses, eles falam por si, por estarem impregnados dos valores culturais que o cercam. As representações circenses são o canal de comunicação com os espectadores, pois ali o corpo é o centro do espetáculo, de todas as variedades apresentadas pela multifacetada atuação de seus artistas.

A partir dos dois significados dados ao termo circo, aponto uma possível relação com a SPFW. Primeiramente, como um ajuntamento de pessoas, um espaço favorável à desordem; e depois como um espetáculo onde o corpo que se apresenta é o centro das atenções. Nas matérias que o termo circo aparece referindo-se ao evento de moda, percebo-o relacionado à confusão, quando fala de um público de “excluídos”, pouco envolvido com a moda, que circula no prédio em busca das celebridades. Reconheço que essas pessoas estão ali em busca do lazer e da experiência de outra realidade, onde reina o *glamour* e a beleza.

### **Considerações Finais**

Os desfiles de moda sofrem influência do mercado e acabam participando da construção de um espetáculo, agregando valores do teatro e do palco, como cenário, iluminação e trilha sonora. Isso possibilita a entrada dos desfiles em diferentes meios de comunicação e de mídia como a televisão, internet, revistas, jornais e catálogos de moda, atingindo um público diversificado.

Considero que o uso de todos os aparatos tecnológicos e de uma equipe formada de vários profissionais como modelos, cabeleireiros, maquiadores, estilistas, costureiros, produtores de eventos, músicos, fabricantes de tecidos, dentre outros, moldam os desfiles na condição de espetáculo e apontam que esse evento impulsiona o mercado, criando trabalho, gerando renda e dando visibilidade à moda. A moda é o produto a ser vendido e, segundo Debord (2003, §42), “o espetáculo é o momento em que a mercadoria chega à ocupação total da vida social”.

Vários fatores que contribuíram para a constituição do evento foram percebidos nas reportagens e me permitiram considerar os desfiles uma opção de lazer por meio de sua espetacularização. A SPFW pode ser considerada um dos fenômenos econômicos e culturais das metrópoles diante da repercussão midiática e alcance de público.

### **REFERÊNCIAS**

CANTON, Antonia Marisa. Eventos. In: GOMES, C. L (Org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.85-88.

CIDREIRA, Renata Pitombo. **Os sentidos da moda**: vestuário, comunicação e cultura. São Paulo: Annablume, 2006.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Disponível em: <<http://www.geocities.com/projetoperiferia4/se.htm,2003>>. Acesso em: 27 ago. 2006.

DUARTE, Regina Horta. **Noites Circenses**: Espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século

XIX. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

GOMES, Ana Maria Rabelo; FARIA, Eliene Lopes. **Lazer e diversidade cultural**. Brasília: SESI, 2005.

GOMES, Christianne Luce; MELO, Victor A. **Lazer no Brasil**: Trajetória de estudos, possibilidades de pesquisa. In: Revista Movimento. Porto Alegre, n.19, 2003.

KELLNER, Douglas. Cultura da mídia e triunfo do espetáculo. In: MORAES, Denis de (Org.). **Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p.119-147.

LEMOS, Antonina. Marina faz música 'inédita' para Fórum. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 jul. 1999. Caderno Ilustrada, p.6.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Educação**. Campinas: Papirus, 1987.

OLIVEIRA, Janete S.; FREITAS, Ricardo F. Consumo. In: GOMES, C. L (Org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.48-51.

PALOMINO, Erika; ARAUJO, Jackson. Arte e básico esvaziam impacto das passarelas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 fev. 1998. Caderno São Paulo, p.14.

PALOMINO, Erika. Moda tece armadilhas no segundo dia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 jan. 2005. Caderno Ilustrada, p.6.

PALOMINO, Erika. Escapismo fashion dá o tom do terceiro dia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 jan. 2003. Caderno Ilustrada, p.8.

REDAÇÃO, da. Desfile da M.Officer passa dos limites. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 jan. 2000. Caderno Ilustrada, p.9.

REDAÇÃO, da. Ellus usa efeitos especiais em desfile performático. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 jul. 1997. Caderno Ilustrada, p.10.

ROCHA, Everardo. **A sociedade do sonho**: comunicação, cultura e consumo. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

SIQUEIRA, Denise da C. O; FREITAS, Ricardo F. Espetáculo. In: GOMES, Christianne L. (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p.75-80.

SOARES, Carmem Lucia. **Imagens da Educação no Corpo**: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX. Campinas: Autores Associados, 2002.

## LAZER COMO OBJETO DE CONSUMO

Ricardo Teixeira Veiga<sup>159</sup>  
Ana Lúcia Cotia Deister<sup>160</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste ensaio é refletir sobre o significado do lazer como objeto de consumo, baseando-se no conceito de comportamento de consumidor. Sutilezas e complexidade das definições apresentadas estimulam uma discussão sobre o significado social do consumo de lazer, como fim em si mesmo ou como aspecto secundário.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Consumo. Comportamento do Consumidor.

A definição de comportamento de consumidor proposta por Bagozzi, Gürhan-Canli e Priester (2002, p. 1) é sintética e abrangente:

“Consumer behavior consists of the psychological and social processes people undergo in the acquisition, use and disposal of products (for example, automobiles), services (for example, professional laundry), ideas (for example, spiritual beliefs) and practices (for example, regular breast self-examinations)”.

Essa definição pode ser traduzida como:

“Comportamento do consumidor consiste nos processos psicológicos e sociais vivenciados pelas pessoas na aquisição, uso e descarte de produtos (por exemplo, automóveis), serviços (por exemplo, lavanderia profissional), idéias (por exemplo, crenças espirituais) e práticas (por exemplo, auto-exame regular das mamas)”.

Cabem aqui algumas explicações.

Os processos sociais e psicológicos referidos na definição são vivenciados pelos consumidores no que tange ao consumo, por exemplo, a dissonância cognitiva quando se está inseguro a respeito de uma compra feita, ou as comparações sociais às quais as pessoas se submetem para avaliar se as marcas que utilizam são prestigiosas. Não se incluem processos relacionados ao consumo, mas que não estejam diretamente ligados aos consumidores, mesmo quando esses processos são necessários para que uma aquisição ocorra, por exemplo, o processamento de um pedido de compra pelo fornecedor.

São comportamentos do consumidor: a procura de informações sobre opções de compra, o tipo de satisfação resultante de uma experiência de consumo, o envolvimento em comunicações boca-a-boca sobre um serviço, a compra de uma mercadoria, a utilização de um produto, a reclamação em caso de defeitos, o descarte de uma embalagem etc.

Na verdade, a explicitação de que processos sociais e psicológicos vividos incluem no que deve ser entendido como comportamento do consumidor, tornou o conceito mais abrangente do que as propostas de autores célebres, tais como, Engel, Blackwell e Miniard (2000) e Solomon (2002)<sup>161</sup>.

Com a inclusão de processos psicológicos no conceito, fica patente que comportamento do consumidor não se restringe à ação, ao comportamento público ou explícito (em inglês, “overt behavior”), ou seja, o que o é feito pelo consumidor e pode ser observado e verificado intersubjetivamente, através dos cinco sentidos ou por instrumentos que ampliem o poder sensorial (Bagozzi et al. 2002). Inclui também comportamentos privados, tais como, a busca interna mental de opções de advogados conhecidos, para contratar um serviço jurídico, ou o planejamento de ações reivindicatórias para lidar com a frustração decorrente do uso de um serviço de má qualidade.

Em todos os casos, ações e processos psicológicos e sociais se relacionam com o consumo potencial, com o consumo efetivo ou com o que acontece pós-consumo e a ele claramente se relaciona. Antes de consumido um objeto de desejo pode ser uma quimera, depois de fruído torna-se um espectro.

<sup>159</sup> Universidade Federal de Minas Gerais

<sup>160</sup> Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos

<sup>161</sup> Para Engel, Blackwell, Miniard (2000, p. 4), comportamento do consumidor são “aquelas atividades diretamente envolvidas em obter, consumir e descartar produtos e serviços, incluindo os processos decisórios que precedem e sucedem essas atividades”. De acordo com Solomon (2002, p. 24) é “o estudo dos processos envolvidos quando indivíduos ou grupos selecionam, compram, usam ou descartam produtos, serviços, idéias ou experiências para satisfazer necessidades e desejos”.

Nos dois cenários, o consumo a realizar ou o consumo concluído é a referência para se delimitar o que se entende por comportamento do consumidor.

A consideração de processos psicológicos e sociais relacionados ao consumo resulta da presunção de intencionalidade do consumidor, leva ao reconhecimento de que os produtos têm também significados simbólicos, além de sua eventual utilidade, e de que o consumo reflete a noção pessoal de valor no sentido amplo.

Ressalte-se que a intencionalidade subjacente às decisões de consumo não exclui a possibilidade de motivações irracionais ou inconscientes, nem a possibilidade de influência situacional no comportamento. Como consumidores somos condicionados e sujeitos às restrições situacionais. Assim, o consumo é freqüentemente uma resposta às pressões do ambiente, tal quando somos compelidos a pagar taxas de impostos em dia. Em alguns contextos, a decisão de não consumir pode não ser viável. Por exemplo, atualmente nas cidades brasileiras, é difícil resistir às sacolas de plástico utilizadas no varejo para embalar os produtos, uma vez que diminuiu o costume de se utilizar carrinhos de compra e outros tipos de sacolas.

Essa potencial influência determinante dos estímulos ambientais no consumo pode justificar uma revisão do conceito proposto por Bagozzi et al. (op. cit.), no sentido de aludir aos fatores que motivam o consumo. Tal revisão, que será apresentada mais adiante, refletiria melhor o estágio evolutivo atual da disciplina e os resultados de esforços para delimitar suas fronteiras.

Mowen e Minor (1998) argumentam que, contemporaneamente, três abordagens são utilizadas para se estudar o comportamento do consumidor. Segundo a perspectiva de tomada de decisão, o ciclo de consumo é interpretado como a solução racional de uma necessidade ou problema. Na perspectiva experiencial, são incluídos na análise elementos emocionais e subjetivos, pois se consome também para satisfazer desejos, fantasias e vivenciar emoções. Por fim, de acordo com a influência comportamental, admite-se que muitas decisões dos consumidores são desencadeadas por forças ambientais, impulsionadoras de ação, independentemente de serem ou não antecipadas pela elaboração individual de crenças ou sentimentos sobre os objetos de consumo.

Essas perspectivas de estudo do comportamento do consumidor se completam. Sua utilidade como diretriz de análise varia conforme o tipo de comportamento de consumo a ser estudado. Na escolha de um investimento, orientada pela avaliação de expectativa de retorno financeiro, a abordagem da tomada de decisão é útil para descrever a solução do problema – do estabelecimento de metas, comparação de alternativas até a opção. Por outro lado, no caso da compra compulsiva, é essencial considerar a dimensão emocional, porque o comportamento orienta-se mais para a saciedade de desejos e carência afetiva do que para atender a necessidades objetivas. Portanto, a abordagem experiencial é fortemente indicada nessa situação. No caso do estudo da ambiência da loja como estímulo à compra por impulso, analisar o comportamento de consumo sob a perspectiva da influência comportamental é bastante recomendado. Na verdade, uma análise aprofundada de qualquer comportamento de consumo pode requerer o uso complementar das três perspectivas, para avaliar o impacto conjunto de influências internas ou externas aos indivíduos.

Para sintetizar o que foi discutido neste texto e realçar uma possível necessidade de atualização, propomos que comportamento do consumidor seja definido como:

“processos psicológicos e sociais vivenciados em relação à aquisição, uso e eliminação de produtos, serviços, experiências, idéias e práticas, para satisfazer necessidades e desejos, ou como resposta a estímulos ambientais”.

Na nova definição, o grifo assinala o que foi acrescentado ao conceito de Bagozzi et al., a partir das idéias de Solomon e como contribuição nossa. Esse refinamento conceitual será doravante designado como “conceito de Bagozzi, Gürhan-Canli e Priester, com adendo de Solomon, revisado”, que pode ser abreviado como BGP\_S\_R.

Um ponto polêmico é que, de acordo com a revisão sugerida, não importa se o comportamento é ou não voluntário. Em relação ao tabagismo, por exemplo, tanto fumantes ativos quanto fumantes passivos são consumidores. Os primeiros por opção, os últimos por falta de alternativa. Analogamente, doentes inconscientes na UTI de um hospital, incapazes de tomar decisões de forma independente, consomem soro e remédios. Compulsório também, desnecessário e indesejado, é, por exemplo, o consumo de hormônios sintéticos em alimentos industrializados. Refratários ao controle consciente,

consumo por impulso e consumo compulsivo se incluem no rol de comportamentos do consumidor.

Assim, um conceito contemporâneo de comportamento do consumidor mantém o foco no ciclo de aquisição-uso-descarte, explicita que processos psicológicos e sociais são vivenciados por causa do consumo, apresenta uma noção ampla de objeto consumido e, caso revisado, reconhece que o impulso motivador do comportamento pode ser interno ou externo.

Um ponto fundamental importante da definição de comportamento do consumidor apresentada é a interpretação abrangente do que pode ser objeto de consumo. A rigor, a citação separada de produtos e serviços na definição original de Bagozzi e co-autores, mantida na revisão sugerida, não era necessária. Afinal, serviços também são produtos, embora tenham características especiais de intangibilidade, não estocabilidade, qualidade heterogênea e produção simultânea ao consumo (Zeithaml; Parasuraman; Berry, 1985). Não obstante, é tal a complexidade do marketing de serviços, que se justifica falar em produtos e serviços, como se fossem objetos separados.

A explicitação de “idéias” como objeto de consumo é outro ponto relevante, como atesta a definição original de Bagozzi e co-autores e a definição de Solomon. Em países democráticos, por exemplo, é comum que candidatos a cargos públicos propaguem suas ideologias e programas, visando conquistar apoio do público-eleitor, ao qual acenam com propostas de combate à corrupção, pleno emprego, modernização administrativa, defesa do meio ambiente, etc. Assim, plataforma e programa partidário são exemplos de idéias a serem consumidas e compradas com votos de eleitores, ou mantidas com doações e comprometimento de patrocinadores e simpatizantes.

Aliás, pensar em idéias como instrumentos é antigo na filosofia, tanto nas tradições idealistas quanto nas tradições materialistas. “Dê-me um ponto de apoio e levantarei o mundo”, como disse Arquimedes a respeito da alavanca. Por isso, reconhecer idéias como objeto de consumo segue naturalmente à noção de troca de unidades de valor, central no conceito de marketing e implícita no conceito de comportamento do consumidor. Idéias, valores e crenças, bem como teorias e sistemas filosóficos podem se difundir nas comunidades humanas de acordo com princípios darwinistas (Dawkins, 1976), ou seja, originam-se, competem por atenção e apoio, reproduzem-se e podem se extinguir. Portanto, sua existência depende do seu consumo pelas pessoas.

A mesma justificativa se aplica a importância de esclarecer que também práticas podem ser consumidas e, portanto, devem constar na definição de comportamento do consumidor. Por exemplo, barganhar antes de comprar, participar voluntariamente de programas de coleta seletiva, vacinar-se para evitar doenças contagiosas, enfim, engajar-se numa prática socialmente significativa é comportamento de consumo, que se propaga ou desaparece, conforme o efeito das recompensas ou punições.

E o que dizer de experiências? Na definição BGP\_S\_R, espelhando-se no conceito de Solomon, experiência é explicitada como possível objeto do consumo (v. nota de rodapé da página 2). Mas, devemos realmente considerar “experiências” como objeto de consumo peculiar?

Em princípio, Solomon parece referir-se a um tipo de vivência estética, afetiva ou sensual, por exemplo, a apreciação da beleza de um quadro ou da habilidade de um craque de futebol. Nesse caso, a experiência é uma reação emocional e valorativa, própria do consumidor, e relativa àquilo que consome, seja uma refeição saborosa, um concerto de música ou um passeio ao final da tarde.

Outra conotação que pode ser associada à experiência é a idéia de lazer, ou seja, ocupação com valor pessoal, à qual se possa entregar de livre vontade após desincumbir-se das obrigações, por exemplo, quando um indivíduo escolhe suas próprias formas de passar o tempo livre, ativamente ou sem nada fazer. Consumir uma experiência é então desfrutar de alguma forma de lazer, que pode até ser intangível, mas que é significativa, quando avaliada em termos pessoais.

Mas, interpretar lazer como objeto de consumo, seja como experiência, prática específica, produto ou serviço, significa *rebaixar* o conceito de lazer, tendo em vista sua complexidade teórica?

Para avaliar essa questão, baseamos em Gomes (2004). A autora resume interessante discussão sobre concepções alternativas e define lazer como:

“uma dimensão de cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo” (p. 125).

Gostaríamos de comentar criticamente o ponto de vista de Gomes. O conceito da autora visa superar deficiências e ambigüidades anteriores, bem como promover o status do lazer, seja como objeto

de estudo seja como disciplina.

Algumas tensões estão implícitas na definição. A principal delas é a oposição lazer *x* trabalho (ou lazer *x* obrigações), abordada na referência às relações dialéticas implicadas pelo lazer, que remetem ao antagonismo entre capital e trabalho e à luta de classes. De fato, paradoxalmente, entender lazer fica mais fácil quando se atenta para o que ele não é. A esse respeito, a menção do termo “relações dialéticas” configura a intenção de realçar a complexidade e o dinamismo, bem como a necessidade de se compreender o fenômeno na perspectiva abrangente das relações históricas e sociais.

A interpretação do lazer como “dimensão da cultura” reforça o objetivo de se buscar uma visão totalizante. Se, por um lado, caracteriza-se lazer como “vivência lúdica”, por outro, lembra-se que se trata da vivência lúdica de “manifestações culturais em um tempo/espço conquistado pelo sujeito ou grupo social”, ou seja, as vivências de lazer devem ter legitimidade social, no sentido, de serem aceitas ou permitidas. O caráter da conquista chama atenção para a necessidade de se voltar para o contexto cultural, buscando o reconhecimento do que se instituiu historicamente como lazer. Tensões entre indivíduo e coletividade e entre grupos ou classes sociais são evidentes e devem ser consideradas.

Cabe aqui uma pequena contestação. A restrição de lazer como “vivência lúdica” destaca seu caráter hedônico, sua leveza, sua desobrigação de produzir resultados concretos e de ser produtivo, como função essencial ou justificativa para ser gozado. No entanto, nem todo lazer tem caráter lúdico, no sentido de se referir a jogos, brinquedos ou divertimento. Lazer pode envolver um grau de seriedade que o distinga de brincadeiras, embora mantenha seu caráter de escolha pessoal, gratuidade, prazer e desligamento de obrigações. Tal é o caso, por exemplo, da astronomia amadora ou de qualquer tipo de estudo ao qual se dedique por prazer ou realização pessoal. Assim, a nosso ver, a ludicidade comumente encontrada no desfrute do lazer não pode qualificá-lo essencialmente.

No esforço de síntese, Gomes procura encapsular os traços mais característicos, numa apresentação abstrata do que normalmente acompanha a experiência de lazer. Porém, existe um elemento singular e subversivo no lazer, que qualquer adjetivação ou orientação teleológica parece comprometer.

Considerar *lazer como objeto de consumo* seria uma orientação reacionária, em função do estágio atual da civilização ocidental? Uma resposta a essa questão requer uma reflexão cuidadosa da relação entre lazer e consumo.

Num parque temático, clube, cinema e em outros serviços, lazer é o objeto essencial de consumo. É buscado como fim em si mesmo, pois o sistema produtor (*servicescape*) reúne pessoas, equipamentos, informações e outros recursos para que se vivencie a experiência de lazer prometida.

Em outros casos, lazer é subproduto, oferecido como benefício adicional de um produto ampliado. Lazer tem então a função utilitária de aumentar a satisfação do usuário, de reduzir sua insatisfação ou de mantê-lo cliente.

Essa função acessória do lazer é visível nos equipamentos eletrônicos modernos. Uma tendência crescente é a incorporação de recursos de entretenimento nesses produtos. Por exemplo, no caso do telefone celular, jogos, câmera fotográfica, rádio, acesso à internet etc. transformaram o celular em objeto de estimulação, multifuncional.

Por outro lado, serviços são acompanhados por opções de lazer, destinadas principalmente a passatempo dos usuários e de seus acompanhantes. Quase sempre o objetivo é oferecer alguma distração, freqüentemente de forma compulsória e com pouca opção de controle individual pelos usuários, como é o caso da TV numa sala de espera, cuja programação não pode ser alterada livremente, ou a música ambiente numa academia de ginástica, que não pode ser desligada. Nesses locais, outras opções de lazer, como a conversa a dois, a leitura ou a meditação ficam prejudicadas ou se tornam inviáveis. Nos sistemas audiovisuais de entretenimento dos aviões, os passageiros costumam ter um leque maior de opções de divertimentos – jogos, filmes, músicas -, acompanhadas de graus variados de autonomia de escolha, conforme as classes de passagens.

Nos casos em que o lazer é benefício secundário de um serviço central, seu caráter freqüentemente coercitivo contradiz um elemento fundamental do lazer: a adesão voluntária, com orientação hedonista. Trata-se de um lazer imposto, oferecido como alternativa ao tédio, ansiedade ou irritação.

Curiosamente, a natureza de subproduto ocasional é que é mais útil para caracterizar as mudanças sociais do lazer, numa perspectiva histórica e teórica. A transição para uma sociedade de lazer, prevista por autores como De Masi (2001), parece menos expressiva e realista do que a transformação do lazer em produto mercadológico, denunciada pela crítica neo-marxista, tal como na produção cultural da indústria de entretenimento de massa (Adorno; Horkheimer, 1985). Numa visão mais ampla, a incorporação de



elementos de lazer nos produtos e serviços coaduna com a emergência da sociedade de consumidores, centrada numa cultura consumista, em substituição à sociedade de produtores (Bauman, 2007).

A equação produtos (ou serviços) + elementos acessórios de lazer redundam em maiores vendas e na intensificação do fetichismo dos objetos de consumo, reforçando o materialismo, aliciando os consumidores, mantendo-os constantemente receptivos aos estímulos comerciais. No caso de telefones celulares, computadores, automóveis e diversos outros produtos tecnológicos, muitas vezes são os recursos de lazer que diferenciam os produtos, não suas capacidades funcionais.

Massificadas e empacotadas, as funções de lazer oferecidas como suplemento têm uma força domesticante e alienadora, promovendo a sincronia e padronização de gostos do público-alvo, bem típica dos tempos atuais. Por outro lado, aumentam quantitativamente as opções de lazer dos consumidores nos produtos, cada vez mais ricos em acessórios, ou nos serviços cada vez mais industrializados. Paralelamente, multiplicam-se incentivos ao usufruto de formas de lazer mais individualizadas, ao mesmo tempo em que aumenta a permeabilidade do acesso ao lazer eletrônico ou virtual. Por exemplo, tornaram-se tão banais o acesso à internet e o uso individual de aparelhos musicais com fones de ouvido, que parece fútil e sem sentido, imaginar-se um retorno a épocas anteriores, em que as pessoas viviam “desplugadas”.

Com o desenvolvimento da internet e das tecnologias de informação, aumenta a conectividade e a convergência midiática. Formas reais de interação social são complementadas ou plenamente substituídas por formas virtuais. A ingênua ciranda de rua foi superada pelas redes eletrônicas. Versões modernas ou alternativas aos jogos de tabuleiro foram implementadas nos computadores. Multiplicam-se os canais de televisão e surgem novas mídias, segmentando-se cada vez mais o mercado de comunicação e de entretenimento. O acesso a tudo isso é cada vez mais precoce e geral.

Com os ganhos de produtividade devido ao desenvolvimento tecnológico, aumentam as promessas de consolidação da sociedade pós-industrial. Com a transição do eixo central da economia da produção de bens materiais para a produção de idéias, cada vez mais pessoas dispõem de mais tempo livre do que o tempo exigido para o trabalho (De Masi, 2001).

Apesar desse desenvolvimento, permanecem fortes desequilíbrios econômicos entre países ricos e pobres, e cresce a desigualdade social, mesmo nos países mais industrializados. Na maioria dos países, taxas baixas de crescimento e elevado nível de desemprego evidenciam um ciclo global de estagnação e recessão.

Essa conjuntura sócio-econômica sustenta a tese de que os benefícios da sociedade pós-industrial não foram ainda suficientemente distribuídos. Celebrada por autores como Bertrand Russell e Paul Lafargue (De Masi, op. cit.), a cultura do ócio continua sendo mais um privilégio de determinados estratos sociais do que uma tendência evolutiva e democratizante.

Por outro lado, é acelerada a passagem de uma sociedade de produtores para uma sociedade de consumidores, acompanhada da comodificação e recomodificação do capital e do trabalho, viabilizadas por processos simultâneos de desregulamentação e privatização (Bauman, op. cit.), seguindo o influxo da globalização e da formação dos blocos transnacionais.

Segundo o autor, pessoas são avaliadas pelo seu valor de mercado, como profissionais, candidatas à imigração ou consumidores com poder aquisitivo. São ao mesmo tempo promotoras de mercadorias e as próprias mercadorias que promovem. Essa transição atesta o mercado como referência central de valor e é caracterizada pela transformação de tudo em mercadoria potencial – inclusive o lazer.

Bauman (op. cit., p. 64) observa que “a sociedade de consumo prospera enquanto consegue tornar *perpétua a não-satisfação* de seus membros” (grifo do autor). De fato, a permanente insatisfação dos consumidores é estimulada pelas inovações dos produtos, tais como, pelos lançamentos da indústria da moda, obsolescência planejada, campanhas publicitárias, conteúdo veiculado nos meios de comunicação e pelo crescente materialismo. Estilos de vida, produtos e marcas consumidas, bem como as opções de lazer, refletem a competição permanente por prestígio social, status e visibilidade.

Em seu apogeu, a cultura consumista subjugou as diversas esferas da vida humana ao mercado. Por isso, é plenamente justificado considerar-se lazer como objeto de consumo.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodore; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

- BAGOZZI, Richard P.; GÜRHAN-CANLI, Zeynep; PRIESTER, Joseph R. The social psychology of consumer behavior. Buckingham: Open University Press, 2002.
- BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- DAWKINS, Richard. The selfish gene. Oxford: Oxford University Press, 1976.
- DE MASI, Domenico (org.). A economia do ócio. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.
- ENGEL, James F.; BLACKWELL, Roger D.; MINIARD, Paul W. Comportamento do consumidor. 8ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
- GOMES, Christianne L. (org.). Dicionário crítico do lazer. São Paulo: Autêntica, 2004.
- MOWEN, John. C.; MINOR, Michael. Consumer behavior. 5<sup>th</sup> ed. London: Prentice-Hall, 1998.
- SOLOMON, Michael R. O comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo. 5ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- ZEITHAML, Valarie A.; PARASURAMAN, A.; BERRY, L. L. Problems and Strategies in Services Marketing. Journal of Marketing, Spring, pp. 33-46, 1985.

## **A HISTÓRIA ORAL COMO POSSIBILIDADE NA INVESTIGAÇÃO E INTERVENÇÃO DO LAZER EM COMUNIDADES**

*Henrique Okajima Nakamoto*<sup>162</sup>  
*Sílvia Cristina Franco Amaral*<sup>163</sup>

**RESUMO:** O presente estudo traz uma reflexão sobre as intervenções de lazer em comunidades, tendo como objetivo sugerir caminhos que contribuam para a concretização do projeto de desenvolvimento social. Neste sentido, inicia com uma crítica à noção de democratização cultural limitada à ampliação do acesso aos bens produzidos pela humanidade, buscando ampliá-la de modo que possa abranger os modos particulares de recepção, produção e organização social. Em seguida, fala da importância da análise antropológica para os estudos sociológicos e, partindo de um exemplo prático, ressalta as possibilidades do método da história oral, tanto no sentido da compreensão das dinâmicas culturais locais como no sentido de uma intervenção direcionada à democratização cultural e política.

**PALAVRAS-CHAVE:** História Oral. Lazer. Comunidade

### **Introdução**

Diversas pesquisas sobre o lazer em comunidades têm buscado contribuir de modo significativo e não assistencialista ao desenvolvimento social. Muitas, neste sentido, destacam a importância da razão pedagógica no trabalho do animador sócio-cultural e questionam a não diretividade resultante da formação acrítica dos mesmos. Enfatizam também a realização de ações co-geridas por pesquisadores, funcionários públicos vinculados ao lazer e membros da comunidade, tendo como meta a auto-gestão, ou seja, a situação em que a presença dos pesquisadores se torna desnecessária para a manutenção de um projeto<sup>164</sup>. Tratam, portanto, de tentativas de estabelecer a comunidade como detentora dos saberes

---

<sup>162</sup> Mestrando em Educação Física (UNICAMP). Email: [quinhoroux@yahoo.com.br](mailto:quinhoroux@yahoo.com.br)

<sup>163</sup> Doutora em Educação Física (UNICAMP). Email: [scfa@fef.unicamp.br](mailto:scfa@fef.unicamp.br)

<sup>164</sup> Como exemplos podem ser considerados os projetos de intervenção em comunidades orientados pelo Professor Dr. Nelson Carvalho Marcellino, que tiveram como base o seu “Curso de Capacitação de Animadores Sócio-culturais” (Marcellino, 1996).

necessários para seu próprio desenvolvimento, ampliando o acesso ao lazer, minimizando as barreiras que dificultam seu exercício e possibilitando, assim, a democratização cultural e a transformação do morador em cidadão. Tais objetivos, que há tempos vêm sendo enfatizados nos estudos do lazer, são ainda desejáveis, porém, novas propostas metodológicas devem ser pensadas, visando à concretização dos mesmos. Neste sentido, no presente texto, sugerimos caminhos para que as pesquisas levem em conta uma visão mais ampla da democratização cultural e, a partir disso, ressaltamos possíveis contribuições da pesquisa historiográfica e do método da história oral para o trabalho em comunidades.

Segundo Lang (1998), a história oral vem sendo utilizada por diversas ciências, entre elas a sociologia que, voltada à práxis, busca conhecer a realidade, reconstruindo-a de forma simplificada e criando, assim, um modelo orientador da ação sobre a mesma, visando o remanejamento social. Em outras palavras, a sociologia une dois interesses, compreender e intervir, sendo que a história oral enquanto metodologia de pesquisa pode ser útil a ambos. Tal como a análise etnográfica, a reconstrução histórica, levando em conta o uso de diversas fontes documentais, entre elas, os relatos orais, é de grande importância para a compreensão de uma realidade cultural específica. Isso, pois, a memória possui uma ligação estreita com o sentimento de identidade, tanto individual, correspondente à imagem particular que o sujeito possui para si e para os outros, como também coletiva, referente aos elementos que caracterizam a continuidade do sujeito com seu grupo. Além disso, dependendo de como é conduzida a pesquisa e de seus objetivos, o trabalho com a memória não apenas permite a compreensão da dinâmica social específica de uma comunidade por parte do pesquisador, como também a apropriação da própria história pela coletividade em foco. Apropriação essa que atua reforçando os vínculos identitários entre os sujeitos, permitindo-lhes reconhecer o individual no coletivo, dando-lhes maior coesão social e possibilitando, a partir disso, uma afirmação cultural e política mais eficaz.

### **Sociologia e antropologia**

A distância de uma situação de co-gestão para uma situação de auto-gestão é tão grande quanto a diferença educacional, política e econômica entre o grupo de pesquisadores provenientes da academia e os membros da comunidade. Para que essa distância seja percorrida, é necessário um processo de constante incorporação de valores e símbolos culturais pela comunidade que, por sua vez, só é possível através de uma profunda investigação da cultura local, conhecendo não apenas seus problemas, necessidades, possibilidades e limitações a partir de uma visão distanciada e necessária, mas também suas formas de consumo, produção e organização específicas. Isso, sem perder o caráter pedagógico da ação dos pesquisadores e, portanto, unindo o crítico ao orgânico, o externo ao interno. Essa ênfase na investigação antropológica em pesquisas sociológicas parte da noção de que além da integração a padrões de cidadania externos e do acesso a bens culturais produzidos pela humanidade, a democratização cultural implica também a legitimação e afirmação da própria cultura<sup>165</sup>. Assim, a idéia de acesso a um lazer universal pode ser complementada pela idéia de afirmação de um lazer local, unindo o tradicional e o moderno, o específico e o geral.

O que se chama comumente de barreira ao acesso ao lazer pode estar sendo, em grande medida, uma barreira dos próprios pesquisadores ao reconhecimento da diversidade. Uma diversidade que vai além daquela proposta por Jofre Dumazedier (1980), constituída pelos conteúdos culturais denominados: físico-esportivos, manuais, artísticos, intelectuais e sociais. Tal classificação não supera a homogeneização do lazer e não contempla a diversidade no sentido da já mencionada pluralidade de técnicas de produção, consumo e organização social que dão às comunidades um caráter específico. Acreditamos que o lazer democratizado não é o lazer homogêneo, que busca superar a desigualdade exclusivamente através do acesso comum aos bens culturais. Tal disponibilidade é sem dúvida importante, porém o êxito das ações de lazer não pode ser medido pela porcentagem de sujeitos de uma comunidade que passaram a frequentar determinado equipamento cultural. Além do acesso, a democratização inclui a legitimação de diferentes formas de lazer, considerando as diferentes comunidades, grupos etários, grupos de gênero etc.

Não acreditamos ser desejável que todos exerçam as mesmas atividades de lazer, mas sim que lazeres distintos alcancem igualdade de *status*. Isso, sem que se caia em um relativismo cultural, e sem legitimar diferenças que resultem de desigualdades, mas analisando profundamente cada uma dessas manifestações, respeitando a diversidade e, ao mesmo tempo, discernindo o que é do que não é interessante à emancipação dos sujeitos. Para que seja possível privilegiar a diferença sem perpetuar a

<sup>165</sup> Ver Canclini (1999, 2006)

desigualdade, é preciso levar em conta que a última resulta não apenas da falta de acesso, mas também da falta de representatividade de uns grupos em relação a outros.

Pensemos nisso a partir de um exemplo hipotético: quando em uma comunidade constatamos que as mulheres se ocupam com as obrigações do lar enquanto os homens se divertem, a ênfase na dominação de um grupo sobre o outro é o fator que, com muita razão, deve predominar nas análises. Porém, as mesmas não devem subestimar o fato de que essa cultura feminina, localmente estabelecida, possui códigos e significados próprios, definidos no interior do grupo, e que concorrem com o significado de dominação. Verificar a existência dessa dinâmica própria e simplesmente considerá-la suficiente para a emancipação feminina é obscurecer e legitimar a dominação, caindo assim no relativismo. Porém, por outro lado, intervir no sentido de dar destaque a esses significados próprios pode ser uma alternativa de emancipação, somando à luta por uma divisão mais justa de obrigações e à luta por um acesso mais democrático aos bens culturais, a glorificação e elevação do *status* dessa cultura. Isso para que a emancipação seja possível não apenas àquelas que desejam romper barreiras culturais, seja no trabalho, seja no lazer, mas também àquelas que desejam afirmar a dignidade de suas culturas tradicionais.

Imaginemos, neste sentido, como ficaria, em uma comunidade, a relação hierárquica entre o “futebol dos homens” e a “culinária das mulheres” se a última alcançasse representatividade, tornando-se um importante elemento de afirmação cultural, econômica e política local. Imaginemos também se seria algo desejável que os negros, diante da discriminação e proibição de suas culturas, tivessem renegado-as buscando adequar-se aos padrões impostos pela modernidade, ao invés de afirmar a dignidade das mesmas. O mesmo vale para a valorização da memória de antigos moradores e o reconhecimento oficial do trabalho realizado durante suas vidas. Tal ação pode proporcionar aos idosos um sentimento de “missão cumprida”, contrapondo-se à luta contra a velhice e, conseqüentemente, à frustração pela inevitável perda da produtividade e da juventude, sem, no entanto, descartar as várias medidas de integração dos idosos, entre elas os métodos adaptados de atividade física e a adequação de espaços para a circulação. Isso, somado ao fato de que o resgate da memória de velhos, para além do mero estudo biográfico de casos particulares, é relevante para a comunidade como um todo enquanto resgate histórico, reforçando vínculos sociais em torno dos aspectos coletivos de suas narrativas. Assim, é pela importância do diálogo entre a análise antropológica, referente à compreensão de dinâmicas culturais locais, e a práxis sociológica, com sua ênfase em intervir nas localidades estudadas de acordo com uma visão ideológica, que o trabalho de reconstrução histórica, utilizando o método da história oral, torna-se interessante ao projeto emancipatório do lazer.

### Um exemplo real

Mantendo em foco a práxis, seguiremos com um exemplo de como o método da história oral, também chamado de método biográfico, tem sido utilizado em pesquisas engajadas. Referimo-nos à tese de doutorado de Lilian Alvisi<sup>166</sup>, na qual a autora descreve o trabalho de reconstrução da história da Escola Dom Bosco. Segundo consta, a escola foi fundada em 1946, pelo Padre Carlos Henrique Neto, em Poços de Caldas (MG), com o objetivo de oferecer ensino profissionalizante aos chamados “Caras Sujas”, apelido dado aos meninos de rua da cidade na época. Com a morte do Padre Carlos, em 2002, a administração fica a cargo da Congregação dos Salesianos, gerando incertezas quanto aos novos rumos da escola (que, até então, havia atendido aos interesses das camadas populares), pois se sabia que os Salesianos no Brasil estavam voltados aos interesses das classes médias e altas.

Nesse novo contexto o trabalho de reconstrução histórica da instituição se tornou não apenas interessante, mas também necessário. Não simplesmente um resgate, mas uma reconstrução, pautada em um olhar para o passado com as lentes do presente, buscando força e coerência para o enfrentamento dos problemas atuais. Uma recuperação da memória de forma compartilhada, que levasse à construção de pontes entre os indivíduos por conta de uma identidade comum, e que conduzisse à ação coletiva. A preservação da memória constituiu, assim, uma estratégia de resistência contra possíveis decisões futuras que maculassem o caráter original da instituição, voltado aos interesses populares. Esse comprometimento com a memória na era do descarte foi uma resistência à descartabilidade daqueles que hoje estão na escola, trabalhando ou estudando. Uma estratégia de “empoderamento”, ou seja, de aquisição de ferramentas políticas por aqueles desprovidos de poder.

O processo de reconstrução incluiu trabalhos com fontes diversas, entre eles: a organização de

---

<sup>166</sup> ALVISI, 2008.

um acervo documental, selecionado através de reuniões gerais com diversos segmentos ligados à escola; a organização de um acervo de história oral, com relatos ligados à escola, coletados em entrevistas cujos roteiros foram elaborados com base na pesquisa documental prévia; e a organização do “Memorial Escolar Padre Carlos”, também chamado de “Casa Museu”, incluindo arquivos textuais, iconográficos e um banco de história oral, devidamente contextualizados, e cujo objetivo era ser mais que uma simples coleção de objetos históricos expostos como coisas em si, mas algo vivo, relevante a uma afirmação identitária. Além disso, foram realizadas discussões com os sujeitos envolvidos, com o intuito de criar uma mentalidade de preservação documental, para que o próprio grupo tomasse para si a responsabilidade de preservar o acervo e sua história, e tivesse o controle da informação, tornando-se agente ativo no processo histórico.

Apesar da referida pesquisa não estar vinculada com estudos e autores específicos da sociologia do lazer, verificam-se, no exemplo citado, elementos que, em conjunto, caracterizam o trabalho de Alvisi como uma intervenção que visou reorganizar o lazer daquela coletividade, e que conseguiu, em alguma medida, superar a perspectiva burguesa a partir da qual este fenômeno vem sendo hegemonicamente pensado e praticado. Em relação a essa hegemonia, cabe aqui a denúncia dos aspectos perversos dessa perspectiva que, segundo Frederic Munné<sup>167</sup>, pauta-se em uma concepção equivocada de liberdade: individualista e ligada à busca de um prazer limitado à satisfação do gosto imediato. E contrapondo-a, diz que a liberdade no lazer só é possível enquanto construção coletiva, ligada a uma reorganização do gosto e dos valores locais a partir de intervenções pedagógicas comprometidas com uma visão crítica e profunda da sociedade. Assim sendo, é possível afirmar que a Casa Museu organizada por Alvisi em conjunto com os sujeitos da comunidade da Escola Dom Bosco é um exemplo que reúne ambos os aspectos.

Segundo a autora, os museus comumente são espaços pouco democráticos, vinculados à memória das classes privilegiadas e voltados à celebração do poder de um grupo sobre outros. Isso, pois, como ressalta Canclini (2006), a formação intelectual exigida para a compreensão e apreciação dos objetos e obras presentes nos mesmos atua de forma excludente, acentuando a desigualdade social ao realçar a distância entre aqueles que compartilham e aqueles que não compartilham de tais códigos por não possuírem nível econômico e educacional suficiente. A profundidade intelectual, portanto, não é acompanhada de uma construção coletiva democrática, entre outras coisas, por não levar em conta o diálogo com a pluralidade de culturas e as tradições locais. Por outro lado, verifica-se no Memorial Padre Carlos, que a memória é também uma ferramenta de afirmação política, porém, neste caso, a serviço de um grupo que luta contra sua marginalização. Neste sentido, a preocupação não é apenas ampliar o acesso aos bens culturais acumulados, mas sim socializar e afirmar a própria produção cultural, selecionada em função das solicitações da comunidade, a partir de uma visão crítica da realidade local. A Casa Museu constitui um espaço vivo onde a memória se faz presente e necessária no cotidiano, gerando uma nova dinâmica de participação, que institui o museu como lugar de encontros. Um lugar onde o lazer se constitui como tempo de estudos, pesquisas, trocas, e, de modo geral, como um tempo no qual a identidade e as redes de relacionamento são criadas em torno de problemas comuns, levando à tomada de consciência sobre possíveis ações. Enfim, onde o lazer se institui como parte importante do processo de empoderamento.

### **Pesquisa engajada e o trabalho com as minorias**

Segundo Pollak (1989), por um lado, a “memória coletiva”, constituída por pontos de referência diversos (como os patrimônios arquitetônicos, as datas e personagens históricas, as tradições, costumes, regras de interação etc.), resulta da dominação e imposição da cultura de um grupo dominante sobre outros. Porém, por outro lado, quando ela é criada através de negociações entre as memórias individuais, buscando-se pontos comuns, ela pode ser entendida em termos de uma coesão social, conseguida através de uma adesão afetiva ao grupo, dentro do qual os pontos citados atuam reforçando os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais. Assim, a memória coletiva pode ser **oficial**, como é o caso, por exemplo, da memória nacional, ou **subterrânea**, referente às minorias excluídas. Porém, essa divisão entre o oficial como âmbito de afirmação das elites, e o subterrâneo enquanto história dos grupos marginalizados não pode ser considerada como algo estanque. Assim, ao contrário do que se pode pensar, a afirmação histórica das minorias não tem o sentido de negação do oficial, mas sim de oficialização do subterrâneo. Isso, pois, a memória coletiva que deixa de ser subjugada, passando a compor o quadro da

<sup>167</sup> MUNNÉ, 1980.

memória oficial de uma cidade, região ou nação, traz reconhecimento e garante direitos à população que compartilha de tal identidade<sup>168</sup>.

A ênfase na afirmação das minorias é, segundo Canclini (1999, 2006), uma tendência das últimas décadas. Neste sentido, explica que a atual fase da modernidade caracteriza-se pelo declínio dos grandes projetos nacionais de modernização, que buscavam instaurar uma identidade nacional homogênea, territorialmente definida. A globalização e a abertura econômica dos países da América Latina levaram à transnacionalização dos bens de consumo e, portanto, da cultura, flexibilizando os limites territoriais da mesma e acentuando o hibridismo com culturas de outros países. Por outro lado, o enfraquecimento das ideologias nacionais dá hoje mais espaço para que as memórias coletivas subterrâneas referentes às minorias lutem por sua oficialização. Neste novo contexto, a modernização segue caminhos distintos, múltiplos, criados através da interação entre códigos, valores, técnicas de produção e hábitos de consumo locais e globais, tradicionais e modernos.

Dizer que o subterrâneo não está contra o oficial, mas sim luta pela sua oficialização, equivale a dizer que as tradições locais não são contrárias à modernização, mas desejam se incluir na mesma. A relação entre modernidade e tradição é, atualmente, contraditória, caracterizando, por um lado, a subordinação da segunda em relação à primeira, e por outro, a impossibilidade da primeira se manter sem que se adapte à segunda. Porém, de uma forma ou de outra, caracteriza-se menos como uma disputa, em que uma tenta sobrepujar a outra, e mais pela aceitação mútua da inter-dependência entre ambas. Assim sendo, a luta pela oficialização das memórias subterrâneas e afirmação das tradições não é contrária à modernização, mas a favor de uma inserção democrática na modernidade, somente possível com igualdade de representação da pluralidade de realidades locais no cenário nacional e global. Em outras palavras, não se trata da organização de movimentos fundamentalistas ou românticos que acreditam na existência de tradições puras, cujas essências devem ser protegidas, mas sim de um fortalecimento de grupos minoritários para que possam participar das negociações a partir das quais, atualmente, são definidos e implantados os projetos modernizadores. Ou seja, para que os grupos sejam donos de suas identidades, podendo escolher, de acordo com seus interesses, o que das tradições deve ser mantido e o que da modernidade deve ser incorporado.

O lazer burguês, enquanto fruto da modernidade, surgido com a industrialização, a racionalização e a mercantilização das relações dentro e fora do trabalho, é, por autores que tratam do lazer sob um viés marxista, contraposto pela perspectiva de um lazer socialista, pautado em uma liberdade objetiva, coletiva e planejada. Tal projeto que acreditamos ser ainda válido pode, no entanto, ser revisado a partir da perspectiva apresentada por Canclini, levando em conta que não há atualmente uma só modernização, mas sim várias, que resultam do hibridismo e interdependência entre os projetos globais, antes prioritários, e as realidades locais, cada vez mais ressaltadas. É sob o viés do hibridismo que a idéia de democratização do lazer ganha um novo sentido, além daquele referente ao acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade, considerando também as formas de apropriação, produção e organização específicas que caracterizam as tradições locais.

Assim como as ações de lazer preocupadas com uma reorganização rumo a uma sociedade mais justa não devem se vincular à afirmação de tradições em um sentido essencialista, dogmático, oposto à modernização, elas não devem também negar as tradições pela crença de que a modernização é um processo homogêneo, e que as desigualdades devem ser eliminadas junto com as diferenças. Ao invés disso, devem enxergar na interação entre ambas a possibilidade de constituição de identidades específicas, carregadas de elementos tradicionais e modernos, locais e globais, com as quais os diferentes grupos podem se afirmar com igualdade perante a sociedade. Assim sendo, acreditamos que o trabalho com a memória e a identidade coletiva, através do método da história oral, pode contribuir para que as

168 A professora Dra. Olga Von Simson realizou, no bairro Frigurgo na cidade de Campinas – SP, um trabalho que ilustra essa perspectiva, conseguindo mobilizar a população, de origem alemã, a resgatar a língua nativa, a história dos imigrantes e as tradições locais, incluindo danças e canções. Com esse trabalho, a comunidade conseguiu o tombamento da igreja, do cemitério e da escola, barrando parcialmente o processo de desapropriação que estavam sofrendo pela ampliação do aeroporto de Viracopos (SIMSON, 1997). O tombamento marcou, portanto, a oficialização da história daquela comunidade como parte da história da cidade. Oficialização essa que, tal como no caso da escola Dom Bosco, fez da história e da tradição ferramentas para afirmação dos interesses da comunidade.

pesquisas em lazer levem em conta as realidades locais sem que, para isso, afundem no espontaneísmo dos interesses imediatos e individualistas; não caiam em uma perspectiva homogeneizante do lazer pautada exclusivamente no acesso a conteúdos culturais que hoje se encontram elitizados; e não busquem uma afirmação essencialista de tradições, negadora do inevitável hibridismo com a modernização. Ao invés disso, devem se pautar ao mesmo tempo no local, no global e no crítico, para que o lazer se constitua como um âmbito de emancipação.

### **Re-criação e Criação através do trabalho com a história oral**

Tendo em mente essa revisão, percorreremos agora, com um pouco mais de profundidade, as idéias de Munné, buscando tornar claro o que seria, para esse autor, um lazer “auto-condicionado”<sup>169</sup>. Munné (1980) introduz as categorias “descanso”, “re-criação” e “criação”, a partir da crítica aos modos práticos do lazer apresentados por Dumazedier, conhecidos como os “3Ds” (“descanso”, “diversão” e “desenvolvimento”). Na concepção criticada, a liberdade passiva, obtida pelo cessar das obrigações e pautada na dicotomia entre obrigação e liberdade, é somada à liberdade ativa, como efeito de atividades não utilitárias e pautadas na busca do prazer, que atendem, através da satisfação psicológica, às necessidades de liberação da fadiga, do tédio e dos automatismos, respectivamente. Para Munné, tais modos são compensatórios e contra-funcionais, e não constituem uma liberdade “pura”, mas sim, uma liberdade “bruta”, que não supera a concepção burguesa em seu caráter individualista e liberal. Compensatórios, pois pautados na busca de um equilíbrio frente às insatisfações citadas, através da negação das obrigações, atuando de modo psico-terapêutico, regulando a personalidade. Contra-funcionais ou sócio-terapêuticos, pois operam contra as disfunções do sistema social, compensando-as e permitindo a perpetuação do mesmo. Com isso, o sentido próprio do ócio é colocado em segundo plano, sendo seu sentido principal conferido pelas funções cujos desequilíbrios ele compensa.

Partindo dessa crítica, Munné afirma que a liberdade bruta, hetero-condicionada, é apenas o pré-requisito da liberdade pura, e que o lazer, depois de completada sua contra-função, pode passar a funcionar de acordo com o seu significado próprio, colocando o auto-condicionamento em primeiro plano. Neste sentido, o “descanso”, além de liberar da fadiga, pode ser também uma quietude voluntária, baseada na contemplação do que nos rodeia e de nós mesmos, tal como na formação intelectual, em uma atitude intermediária entre a auto-evasão e a auto-afirmação. No âmbito que Munné denomina “re-criação”<sup>170</sup>, o jogo, mais do que mera diversão e fuga de uma situação aborrecedora, pode destacar-se como âmbito ritualístico, de expressão e compartilhamento de códigos culturalmente estabelecidos por um grupo. Por sua vez, a criação, ou trabalho auto-condicionado, une ambos os modos anteriores, permitindo que o aprofundamento intelectual se transforme em ações no âmbito coletivo, modificando os valores e símbolos a serem afirmados de acordo com uma visão crítica da realidade. A criação, portanto, nada mais é que a práxis marxista, ou seja, a união entre aprofundamento intelectual e ação coletiva, sem a qual há apenas pseudo-criações, seja como isolamento no mundo do intelecto, seja como fanatismo em grupos religiosos, políticos, étnicos etc.

Que exemplos práticos este autor tinha em mente ao conceber tais idéias? Na década de 1980, quando a obra analisada foi pela primeira vez publicada, o conflito entre capitalismo e socialismo perdia força, tal como os grandes movimentos de massa, partidários e sindicais e a visão homogeneizante dos “trabalhadores” e do “povo”. Assim, apesar da falta de exemplos concretos na obra de Munné, a sua definição de “re-criação” e “criação”, com perspectivas claramente antropológicas, parece adequar-se à análise dos movimentos minoritários que se multiplicavam (feministas, de meio ambiente, étnicos, entre outros). Acreditamos, portanto, ser possível a utilização de suas categorias para a análise do multiculturalismo.

Neste sentido, voltando novamente o olhar aos exemplos de Alvisi e Simson, pode-se perceber o quanto o trabalho de reconstrução histórica utilizando, entre outras fontes, os relatos de história oral, adequa-se à perspectiva de Munné. Em primeiro lugar, pelo aprofundamento intelectual referente ao conhecimento e valorização da própria história pelo grupo, pautado em uma visão crítica, consciente dos

<sup>169</sup> Munné (1980) utiliza os termos “auto-condicionamento” e “hetero-condicionamento” para se referir, respectivamente, aos determinantes sociais estabelecidos dentro e fora de uma coletividade.

<sup>170</sup> O termo “re-criação” é utilizado como forma de destacar a origem etimológica da palavra recreação, buscando superar a confusão conceitual que iguala a mesma com a diversão. Para Munné, enquanto na diversão o jogo é um meio de fuga de um cotidiano aborrecedor, na recreação a fuga é um meio para que o jogo exerça sua função própria como âmbito de afirmação de valores e símbolos culturais próprios de uma coletividade.

problemas atuais, porém, local, voltada à afirmação de uma identidade própria, auto-condicionada. Em segundo lugar, pelas ações coletivas que se tornaram possíveis pela coesão e conscientização alcançadas, por conta das quais, no primeiro caso, os Salesianos foram retirados da direção da escola, e no segundo, a expansão do aeroporto de Viracopos foi em parte limitada.

## REFERÊNCIAS

ALVISI, L. *Memória, resistência e empoderamento: a constituição do Memorial Padre Carlos de Poços de Caldas – MG*. Tese de doutorado orientada pela Profa. Dra. Olga Rodrigues de Moraes Von Simson. UNICAMP, 2008.

CANCLINI, N. G. *Consumidores e Cidadãos – Conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

\_\_\_\_\_. *Culturas Híbridas – Estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2006.

DUMAZEDIER, Joffre. *Valores e conteúdos culturais do lazer. Análise estrutural do turismo*. São Paulo: SESC, 1980.

LANG, A. B. S. G. et. al. *História oral e pesquisa sociológica: a experiência do CERU*. São Paulo: Humanitas, 1998.

MARCELLINO, N. C. *Capacitação de animadores sócio-culturais*. São José dos Campos – SP; Prefeitura Municipal de São José dos Campos – Secretaria de Esportes e Lazer, 1996.

MUNNÉ, F. *Psicosociología del tiempo libre: Um enfoque crítico*. México D. F: Trillas, 1980.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos n° 3: Memória*. Ed. Vértice, 1989.

SIMSON, O. R. M. V. Diversidade Sócio-Cultural, Reconstituição da Tradição e Globalização: os Teuto-Brasileiros em Friburgo – Campinas. In: Alice Beatriz da S. G. Lang (org.). *Família em São Paulo: Vivências na Diferença*. 7 ed. São Paulo SP: C.E.R.U./Humanitas, 1997, p. 63-75.

## ESPAÇO PÚBLICO DE LAZER: A HISTÓRIA DA PRAÇA OSÓRIO

Flavia Gonzaga Lopes Vieira<sup>171</sup>

Simone Rechia<sup>172</sup>

**RESUMO:** O presente estudo buscou investigar as relações existentes entre espaço e manifestações no âmbito do lazer. O objetivo do trabalho pautou-se no estudo da história da Praça Osório, localizada na cidade de Curitiba, como um espaço público de lazer que abrigou e abriga inúmeras manifestações políticas, artísticas e culturais. Através de artigos de jornal, observação e registro fotográfico, observamos que essa Praça, devido a sua peculiaridade, tornou-se um local importante na vida dos cidadãos no que tange à lutas políticas. Observamos ainda que a constituição espacial da Osório possibilita inúmeras experiências relativas ao lazer. Entre tantas mudanças ocorridas, ainda assim a Praça é o lugar do povo curitibano contestar, contemplar e conviver.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidade. Espaço. Lazer.

<sup>171</sup>Mestranda Universidade Federal do Paraná

<sup>172</sup> Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> do curso de Educação Física e do Programa de Mestrado da UFPR



## Introdução

A modernidade, aliada ao crescimento acelerado das cidades e o advento da economia, ocasionou uma individualização nos sujeitos, o que por consequência acarretou um afastamento das pessoas da esfera pública e uma volta para a vida particular.

Obviamente, este fenômeno também pode ser observado no âmbito do lazer, que passou a ser visto como uma mercadoria que poderia ser vendida e comprada por determinado preço.

Desta forma, ao longo do tempo, as cidades e as relações sociais foram se constituindo até chegar ao ponto em que conhecemos hoje.

As praças, os parques e as ruas eram o principal ponto de encontro nas grandes cidades e muito provavelmente eram planejadas – com exceção das ruas – para este propósito. Em Curitiba, por muito tempo considerada uma cidade provinciana, tinha o centro como seu principal espaço de lazer, pois os *shopping centers* – maior atrativo de lazer da atualidade – são um fenômeno recente na cidade provinciana. Embora o *Shopping Mueller* – primeiro *shopping* da cidade – tenha sido inaugurado em 1983, foi por mais de dez anos o único *shopping* existente, favorecendo o centro de Curitiba como principal eixo de lazer. Outra característica importante a ser mencionada são os antigos cinemas que se localizavam também no centro, assim as pessoas saíam das sessões de filmes e aproveitavam o passeio pela parte central da cidade.

Sendo assim, estudar a categoria espaço relacionada ao lazer é fundamental para a compreensão a respeito do fenômeno moderno do afastamento e principalmente para compreender de que forma a população se apropria dos espaços públicos de lazer das cidades. Luchiari, citada por Cagnato (2007, p.13), defende “a importância dos espaços para compreensão da articulação e organização da sociedade”. A partir da compreensão de como o espaço está constituído, das formas de apropriação pela população, suas transformações, os sentidos e significados a eles atribuídos, é possível entender as relações entre estruturas, sociedade e pessoas.

A apropriação dos espaços pode revelar o nível de integração de um grupo com sua cidade e suas políticas públicas, sendo que esta pode determinar ou ser determinada pelas políticas no âmbito do lazer. Ou seja, ao se planejar um espaço como uma quadra esportiva, por exemplo, que possui delimitações por meio de linhas, esta pode influenciar a apropriação para o esporte que está pré-determinado, podendo então ser em observadas as formas de apropriação a partir do espaço.

A singularidade que caracteriza cada espaço reside no fato dele ser “algo socialmente construído, refletindo normas sociais e representações culturais que não o tornam neutro e, como consequência, retrata hábitos e rituais que contam experiências vividas” (HORN, 2004, p.37), ou seja, são reflexos e espelhos dos acontecimentos, fenômenos, das ações e relações desenvolvidas pelos indivíduos que os planejam, constroem, e principalmente pelos que se apropriam.

A partir destas reflexões, procurei compreender o espaço da Praça Osório na cidade de Curitiba, pois esse local apresenta aspectos relevantes para um estudo da sua história, desde a sua inauguração até a sua consolidação como um espaço público de lazer que abriga diferentes manifestações sejam elas políticas, artísticas e culturais.

## O surgimento das cidades

Para Lefebvre (2001), a cidade não é uma “invenção” moderna, ela sempre existiu. Já para Rolnik (2004), a cidade surge a partir da sedentarização dos sujeitos e de uma nova relação entre sujeito/natureza, no sentido de dominá-la.

A sedentarização permitiu que os indivíduos não precisassem mais sair em busca do seu alimento, sendo que poderia ser cultivado nas terras onde se encontrava assentado, com isso dominando também um território.

A cidade ao concentrar as pessoas num espaço determinado, possibilitando o convívio com o outro, intensificando as trocas e a colaboração entre os sujeitos configura-se, segundo Rolnik (2004, p.26) “a especialização do trabalho e instaura-se um mercado”, pois ao viver em sociedade, os sujeitos percebem que já não necessitam produzir tudo o que precisam para viver, assim, surge o mercado de trocas entre os produtores e dividem-se as funções entre campo e cidade.

É possível dizer que a partir desse momento, o mercado domina a cidade. Isto significa que é nesse momento em que há a passagem da economia de subsistência para a economia mercantil.

Num processo contínuo de desenvolvimento, a cidade definida por Rolnik encontra-se com a

cidade em processo de urbanização de Lefebvre.

Segundo Lefebvre (2001) a urbanização que teve seu início após a Revolução Industrial, caracterizando o que chamamos de sociedade moderna. O autor deixa claro que este processo é o ponto de partida para a compreensão da problemática urbana, sendo a industrialização o motor das transformações na sociedade.

Quando se inicia o processo de industrialização, o capitalismo e os capitalistas tomam conta do comércio, das terras e dos trabalhos. As cidades e campos se constituem como uma “rede de cidades” ligadas pelas estradas e rios, pelo comércio e dinheiro. A cidade que conhecemos por capital, é o local onde o poder se centraliza.

A cidade do capital apresenta traços importantes de seu desenvolvimento que segundo Rolnik (2004, p.71) são: “a privatização da terra e da moradia, a segregação espacial, a intervenção reguladora do Estado, a luta pelo espaço” e o que dá ritmo e intensidade para esses movimentos é “a produção industrial”.

O sistema capitalista, com a produção de produtos, substitui a produção da cidade como obra e de relações sociais ligadas a essa obra, isso quer dizer que, as relações sociais, nessa nova conjuntura estão voltadas para a produção nas fábricas. Isso traz conseqüências sérias para a cidade e para a urbanização, pois “o valor de troca e generalização da mercadoria tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana” (Lefebvre, 2001, p.14).

Esta nova forma de cidade, regida pelo capitalismo, além de transformar as formas de trabalho, transforma também as formas das relações sociais. Se num primeiro momento o convívio no espaço público é elemento básico na vida das pessoas, num segundo momento esta realidade não existe mais, pois a nova maneira de trabalho impõe um ritmo ao trabalhador que este se sente incapaz de viver a sua vida social e política.

Desta forma a cidade construída como obra dos cidadãos deixa de existir passando a existir como produto criado para os moradores com ajuda do planejamento urbano.

Para Jacobs (2000) o planejamento urbano ortodoxo não leva em conta os usos diversificados que um espaço pode oferecer aos sujeitos que vivem na cidade, deixando-os para segundo plano. A cidade não é planejada para o cidadão, mas sim para as relações comerciais que passam a ter grande importância após a industrialização.

Com isso o espaço para o convívio torna-se cada vez mais raro, dando lugar as ruas, avenidas e estradas, ligando uma bairro a outro, uma cidade a outra, um país a outro, em função do comércio. Rolnik (2004, p.73) concorda com Lefebvre com relação ao processo de urbanização acontecer em função da industrialização e acrescenta que “isto se dá sobretudo em função de uma revolução nos transportes”.

Deste modo a necessidade de transporte público e particular torna-se uma realidade nos grandes centros urbanos, hoje existindo como o maior problema das grandes cidades. O número excessivo de carros e a precariedade no transporte coletivo fazem surgir o maior problema encontrado nestes locais, então alargam-se avenidas, abrem-se ruas e destroem-se calçadas e afastam-se os pedestres. O foco do planejamento urbano é dar espaço para os automóveis poderem circular com conforto e rapidez.

O planejamento focado no fluxo de automóveis contribui para o afastamento dos cidadãos da vida pública voltando-se cada vez mais para o interior de suas casas. Deste modo, a vida nas cidades da qual fala Jacobs (2000), só estará garantida com a (re)apropriação dos espaços públicos pelos moradores das cidades.

### **A diversidade na cidade**

A possibilidade de (re)apropriação das ruas das cidades pode garantir a diversidade das cidades que é gerada pela grande variedade de pessoas, interesses, atividades, empreendimentos públicos e/ou privados. A tarefa do planejamento urbano é desenvolver e potencializar essa diversidade, garantido a “vida” da cidade.

A segurança dos sujeitos freqüentadores das ruas, calçadas e espaços de esporte e lazer é fundamental para a existência e a continuidade da diversidade.

Para Jacobs (2000) as calçadas funcionam como um excelente atrativo de pessoas, contanto que ofereçam segurança a quem transita, pois o uso das calçadas por um número elevado de pessoas, também ajuda nessa segurança, ou seja, quanto mais os indivíduos saírem da privacidade de suas casas para a convivência com o outro no espaço comum, mais seguro será um local e conseqüentemente maior será a diversidade de usos.

Mas apenas os indivíduos não possibilitam os diferentes usos, esses irão depender de uma série de fatores. Segundo Jacobs (2000, p.157) “a diversidade é natural às grandes cidades”, mas é preciso cuidar para que a cidade não seja compreendida em usos separados e sim em usos misturados ou combinados. Para a autora os locais devem ter opções de comércio e atrativos culturais para possibilitar que os moradores, trabalhadores e frequentadores destes lugares andem pelas ruas em segurança e em contato com o outro.

O espaço da cidade é um importante aliado para gerar e garantir a diversidade, pois é no espaço público que a convivência com o outro se materializa.

Para além do comércio e de atrativos culturais, Jacobs (2000) ainda afirma que para gerar diversidade há necessidade de usos principais combinados, quadras curtas, prédios antigos em meio a prédios novos e a concentração de pessoas nos locais.

### **O espaço na cidade**

Segundo Rolnik (2004, p.53) “é da natureza da aglomeração urbana existir uma dimensão pública da vida cotidiana”. A cidade, principalmente anterior a industrialização, tinham o espaço público uma extensão da sua vida particular. O comércio “informal” acontecia no jardim de casa, no sótão, no porão, onde quer que fosse possível. A vida privada se confundia com a vida pública. É com a industrialização e a economia mercantil que se dá a separação entre público/privado e com isso a segregação espacial ganha força.

Assim como a economia de subsistência passa a ser mercantilizada, o espaço torna-se também uma mercadoria de compra e venda demarcada pela segregação. Desta forma, a vida pública dos cidadãos ficou prejudicada, pois as diferenças sociais eram evidentes através das posses de terras. Ao artesão coube o trabalho pesado nas fábricas que também não contribui para a convivência no espaço urbano.

A cidade como conhecemos hoje é fruto da urbanização desencadeada pelo processo de industrialização. A cidade grande – ou a metrópole – surge deste processo que trouxe consigo a aglomeração de pessoas num só lugar a fim de encontrar trabalho e melhores condições de vida. Esta cidade, da maneira como foi e é organizada também não contribui para uma vivência na esfera pública.

Os espaços públicos de lazer como as praças surgem com o propósito de possibilitar aos cidadãos a convivência com o outro, o que é um fator relevante na vida pública de quem se apropria desses espaços.

Deste modo, estudar a categoria espaço relacionada ao lazer é fundamental para a compreensão a respeito desse fenômeno e principalmente para compreender de que forma a população se apropria dos espaços públicos de lazer das cidades. Luchiari, citada por Cagnato (2007, p.13), defende “a importância dos espaços para compreensão da articulação e organização da sociedade”. A partir da compreensão de como o espaço está constituído, das formas de apropriação pela população, suas transformações, os sentidos e significados a eles atribuídos, é possível entender as relações entre estruturas, sociedade e pessoas.

Os espaços públicos de lazer muitas vezes tornam-se palco de manifestações políticas e vemos com isso a importância de compreender o fenômeno do lazer aliado a categoria espaço, pois como afirmam Marcassa e Mascarenhas (2005, p.257) é nos momento de lazer que:

“os jovens criam e reforçam seus laços de identidade social, que as crianças, por meio da atividade lúdica, interpretam e ressignificam o mundo que as cerca, que os adultos tecem suas relações sociais e renovam valores e comportamentos que fundamentam os princípios éticos, estéticos e políticos que regem a sociedade”.

Vemos então, que o lazer não é considerado apenas um tempo de nada fazer, mas palco para possíveis transformações sociais. Fatos como esses são facilmente observáveis na Praça Osório, localizada no centro da cidade de Curitiba e que possui características interessantes para a compreensão da dinâmica cidade.

### **A Praça Osório: Um breve histórico**

Em meados do século XIX o espaço da Praça era apenas um grande pântano formado pelo rio Ivo. Pensando na salubridade e no progresso da cidade, no início dos anos de 1870 foi aberta uma rua que ligava esse espaço as demais áreas do centro. Em 9 de fevereiro de 1874 o charco foi aterrado e

recebeu o nome de Largo Oceano Pacífico e em 1879 passou a se chamar Praça General Osório, como é conhecida até hoje, embora os curitibanos a chamem apenas de Praça Osório.

É quando ganha o título de Praça que este lugar ganha importância como um espaço público de lazer. No final do século XIX e início do XX o espaço da Praça Osório já era “utilizado” para vivências no âmbito do lazer e da política. Espetáculos circenses e manobras militares eram ali realizados. A Praça tornava-se ainda mais importante na vida dos cidadãos, pois em períodos de seca eram abertos veios d’água para servir a população (BOLETIM CASA ROMÁRIO MARTINS, 2006).

Em 1903 o prefeito Luis Xavier manda arborizar avenidas passando pela Praça, o prefeito ainda destacou o calçamento, a terraplanagem e o revestimento com saibro e pedregulho, lajes rejuntadas através do largo. Foi entregue a população em 29 de outubro de 1905.

A partir dessa época, a praça consolidou-se como local de lazer e entretenimento. Um pitoresco ponto de diversões passou a ocupar parte da Praça Osório, em outubro de 1907.[...] Um cinematógrafo atraía um multidão ansiosa em apreciar as imagens que o aparelho exibía. Ao redor do cinema, barraquinhas vendiam guloseimas e, em um coreto, bandas se apresentavam. (BOLETIM CASA ROMÁRIO MARTINS, 2006, p.26).

Outros eventos ainda tinham a Praça como palco, tal é o caso da festa à Bandeira Nacional em 19 de novembro de 1909 e, posteriormente, foi construída uma torre de madeira de 32 metros de altura que sustentava uma enorme bandeira do Brasil.

No período compreendido entre 1913 e 1916 a Praça sofreu grandes intervenções e recebeu um tratamento paisagístico de influência francesa, dado a origem do arquiteto responsável pela obra. A Osório ganhou caminhos que desembocavam num repuxo central decorados com estátuas de sereias e de um cisne. Neste mesmo período é que foi instalado um coreto e um relógio elétrico que marcaria a hora oficial da cidade.

Em 1927 os caminhos ganharam asfalto e o calçamento decorado em *petit pavet*. Na década de 1950 foi instalado um *playground* “que se tornou a principal atração para a garotada” (Boletim Casa Romário Martins, 2006, p.27). No ano de 1962 algumas reformas de manutenção foram feitas na Praça, como revestimento em pastilha do chafariz e um novo mostrador para o relógio. Em 2001 foi revitalizada pelo então Prefeito Cássio Taniguchi. Os engraxates ganham seu próprio espaço (Boca do Brilho), o *playground* é modificado e o campo de areia ganha asfalto. A Praça ainda “abre” espaço para receber as feiras temáticas que ocorrem ao longo do ano. Na placa instalada para marcar a revitalização a Praça é definida como: “área verde destinada ao lazer, encontro, esporte, ao bem-viver”.

### **Um importante espaço para a cidade**

Como se pode perceber, a Praça Osório, de alguma maneira, esteve sempre presente na vida dos cidadãos de Curitiba, tornando-se ao longo dos anos, um importante pano de fundo para as manifestações culturais e políticas.

Há na Praça um espaço conhecido como Boca Maldita<sup>173</sup> que serviu de palanque para muitas manifestações de todas as espécies na cidade, e com isso foi se constituindo como um espaço onde a opinião pública é ouvida por todos que por ali passam. Ainda hoje, as manifestações têm o seu início ou seu fim na Boca Maldita.

Com certeza o movimento mais importante vivido na Boca Maldita foi o lançamento da campanha Diretas Já. Neste momento histórico o Brasil passava por uma Ditadura Militar e em 1984 surge a campanha para aprovação da emenda constitucional a fim de tornar direta as eleições presidenciais. Depoimentos de políticos que articularam o comício demonstram a “utilidade” da Praça Osório num evento de impacto como esse:

---

“O palanque ficou de costas para a Praça Osório e o povo se reuniu na calçada da Rua das Flores,  
<sup>173</sup> Tribuna livre criada em 1957 e institucionalizada em 13 de dezembro de 1966. Um dos fundadores, Anfrísio Siqueira, é seu eterno presidente. Poderosa e machista, a Boca é famosa desde que se atribuiu a ela a responsabilidade pela cassação, nos anos 70, do governador do Estado Haroldo Leon Peres. Seu lema é “nada vejo, nada ouço, nada falo”. Durante a ditadura militar, funcionou como tribuna livre. Fica no calçadão da Avenida Luiz Xavier, em frente aos cafês. (Retirado de: [http://www.curitiba.pr.gov.br/pmc/a\\_cidade/Roteiros/LinhaPinhao/47.html](http://www.curitiba.pr.gov.br/pmc/a_cidade/Roteiros/LinhaPinhao/47.html), visitado em 11/02/2009).

aglomerando-se até a esquina com a Ébano Pereira. Não era um mar de gente, mas o suficiente para mostrar que a idéia não ficaria apenas na cabeça dos políticos que desejavam encerrar o período ditatorial iniciado em 1964” (GAZETA DO POVO, 2009).

“Foi um acontecimento marcante. Nós lotamos a Boca Maldita com uma convocação bastante amadora. Dissemos que íamos fazer, distribuímos alguns panfletos e só”, lembra o advogado e ex-deputado estadual e federal Nilson Sguarezi. “Mesmo assim, o povo compareceu” (GAZETA DO POVO, 2009).

“Nunca se viu tanta gente na Boca Maldita como naquele dia”, lembra Álvaro Dias (GAZETA DO POVO, 2009).

Devido a esse movimento, levantou-se um monumento na Praça em homenagem a Teotônio Vilela, então senador que surgiu com a idéia de um movimento a favor das eleições diretas.

Para além das lutas políticas a Praça ainda abriga manifestações culturais e artísticas promovidas pela Prefeitura de Curitiba.

No antigo coreto da Praça, instalado em 1914, aconteciam apresentações de bandas marciais, contribuindo para a “utilização” do espaço da Osório para as manifestações no âmbito do lazer, pois segundo Jacobs (2000) a música, juntamente com o esporte, a festa e o teatro são atrativos poderosos que propiciam a diversidade e a apropriação.

Já na década de 1980 todos os sábados a Prefeitura organizava um espaço de pintura em papel bobina para as crianças que passeavam pelo centro ou que iam até lá para participar da brincadeira.

Ainda hoje a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL) proporciona atividades lúdicas para crianças, jovens e adultos. A pintura no chão, em papel bobina não existe mais, mas ainda há intervenção na Praça.

Além das atividades programadas pela SMEL, o espaço da Praça é muito propício para se observar o fenômeno do lazer. O espaço reservado as práticas corporais (*playground*, quadra poliesportiva, pista de caminhada, aparelhos ginásticos) encontra-se totalmente apropriado pelos cidadãos curitibanos. Os bancos de madeira espalhados por toda a Praça são bastante disputados por aqueles que os procuram, seja para descansar, contemplar ou para encontros. As feiras temáticas também fazem muito sucesso na Osório, contribuindo para os diferentes usos de que fala Jacobs (2000), pois mesmo os cidadãos que apenas passam pelo centro da cidade a fim de chegar a algum lugar, aproveitam para passar pelo meio da Praça contemplando os produtos artesanais vendidos na feira.

Por todas essas particularidades (ainda não esgotadas), é que a Praça Osório demonstra ser um “pedaço” de Curitiba do qual os curitibanos se apropriam em diferentes momentos do dia, garantido a vida na Praça.

### **Considerações Finais**

A partir das reflexões apresentadas, vemos que compreender o fenômeno da urbanização das cidades, bem como a constituição de seus espaços públicos e privados, nos permite compreender a dinâmica social de um centro urbano.

O caso da Praça Osório, localizada na cidade de Curitiba, mostrou ser um espaço público de lazer que por sua história tem em sua localidade o principal ponto de discussões políticas, sociais e culturais. Além de ter se transformado em uma “tribuna livre”, ainda comporta espaços para a prática de atividades físicas e contemplação.

Desta forma, fica evidente que estudar o espaço nos permite compreender os fenômenos sociais, já que o espaço não se constitui como uma categoria inerte na vida das cidades e dos cidadãos que nelas vivem. Os espaços possuem uma certa dinâmica que lhes é única, a possibilidade da materialização das relações sociais.

Espaços como a Praça Osório são excelentes em promover a diversidade, pois sua localização no centro da cidade permite que os usos diferentes e combinados de que fala Jacobs (2000) seja efetivado. A diversidade espacial encontrada na Praça possibilita que trabalhadores e moradores do entorno, pedestres, turistas caminhem pela Praça em diferentes horários do dia, e isso faz com que este lugar tenha vida em diferentes momentos.

O espaço estudado não se encontra esgotado de análises. A sugestão é de que sejam desenvolvidos trabalhos que tornem possível comparar os usos em todos os períodos do dia, pois embora a Praça

Osório tenha se demonstrado um lugar de sucesso em Curitiba, sabe-se que a apropriação da Praça no período da noite não traz segurança para quem a usa como trajeto da volta para casa, dificultando uma total apropriação e até mesmo a conservação desse espaço como memória importante dos fatos que marcaram a história da cidade.

#### REFERÊNCIAS

BOLETIM CASA ROMÁRIO MARTINS. **Praças de Curitiba:** espaços verdes na paisagem urbana. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 30, n. 131, set. 2006.

CAGNATO, Euza Virgínia. **Praça Afonso Botelho:** o foco das observações no âmbito do esporte e do lazer. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2007.

HORN, Maria da Graça Souza. **Sabores, cores, sons, aromas:** a organização dos espaços na Educação Infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a Cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

MARCASSA, Luciana e MASCARENHAS, Fernando. Lazer. In **Dicionário Crítico de Educação Física.** Fernando Jaime González e Paulo Evaldo Fensterseifer (org.) Ijuí: Unijuí, 2005.

OLINDA, Caroline. Curitiba foi pioneira na campanha. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 jan. 2009.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

WENDPAP, Friedmann. Diretas, já faz algum tempo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 jan. 2009.

## TEMPOS MODERNOS EM JUIZ DE FORA: LAZER E PRÁTICAS CORPORAIS (1876-1886)<sup>174</sup>

Priscila G. Soares<sup>175</sup>

Carlos Fernando Ferreira da Cunha Junior<sup>176</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem a intenção de ampliar nossas reflexões sobre a história das práticas corporais e do lazer no contexto da modernidade em Juiz de Fora. Temos como objetivo, melhor analisar o percurso histórico de adesão por parte da população juizforana à prática do esporte e do lazer em um contexto onde a cidade vive um processo de urbanização e industrialização fortemente influenciado pela cidade do Rio de Janeiro. Neste período que vai do final do século XIX e início do XX “surtem” novos espaços que começam a ser explorados pela população juntamente com a disseminação de uma cultura voltada para o corpo. Neste processo investigativo, como metodologia, iremos nos pautar na perspectivas da História Cultural e analisar o periódico local mais importante no contexto analisado: “O Pharol”

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Práticas Corporais. Modernidade.

As preocupações com o corpo ocupam lugar de destaque no mundo contemporâneo e ganham espaço no dia a dia de grande parte da população por diversos motivos entre os quais: saúde, estética, socialização, ludicidade, entre outros. Espaços foram destinados às práticas corporais; academias de ginástica, clubes esportivos, pista para caminhada e exercícios, ciclo vias, os campos de futebol e as quadras das escolas.

Trabalhamos com a idéia de que o entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX foi um período fundamental no processo histórico de construção do gosto pelas práticas corporais institucionalizadas de parte da população brasileira. A modernização de várias das cidades brasileiras é um movimento típico destes anos e guarda relações diretas com a identificação das práticas corporais enquanto hábitos a serem apreendidos e praticados pelos novos cidadãos.

Percebemos a modernidade a partir de Anthony Giddens (1991) que a identifica como um estilo, costume de vida ou organização social que possui características próprias, tais como o ritmo veloz das mudanças e da comunicação, o sistema político do estado-nação, a transformação de produtos e serviços em mercadorias, bem como a crença no progresso e no poder da ciência.

Os ventos europeus induziram políticos de cidades brasileiras a se empenharem por modernização, é o caso do Rio de Janeiro que, neste período, viveu um intenso processo de reforma, saneamento e urbanização tendo como figura emblemática o Prefeito Pereira Passos (Benchimol, 1990).

De forma semelhante a modernidade chegou a Juiz de Fora no início do século XX. Em 1850, data da elevação de Vila a Município, a cidade chamava-se Santo Antônio do Paraibuna, nome que seria alterado somente em 1865. Durante o último quartel do Século XIX, Juiz de Fora viveu o início de um período de transformações econômicas, políticas, sociais e culturais. Alguns dados neste sentido: a inauguração da Estrada de Ferro D. Pedro II, em 1871; o bonde de tração animal, em 1881; o telefone, em 1883; o telégrafo, em 1884; a água a domicílio, em 1885; o Banco Territorial Mercantil, em 1887; o Banco de Crédito Real, a Academia de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora e a chegada da energia elétrica em 1889; a criação do Instituto Metodista Granbery, 1890; a Academia de Comércio em 1894; os Grupos Escolares, em 1907; a Academia Mineira de Letras, 1909 (Lessa, 1985; Andrade, 1987; Christo, 1994).

Até a década de 1920, como salienta Maraliz Christo (op. cit.), “Juiz de Fora é apontada como o centro cultural do Estado, seja pelo seu número de jornais e teatros, seja pela expressão de suas escolas e instituições culturais” (p.1).

As mudanças na organização e estruturação de Juiz de Fora, a abertura de ruas, os projetos de saneamento, a efetivação de códigos de postura, o aparecimento de cafés e teatros sugerem que a cidade passou a respirar ares mais modernos, desde os últimos anos do século XIX.

Maraliz Christo (op. cit.) ressalta que foi organizado um projeto de modernização patrocinado por

<sup>174</sup> Apoio: CNPq, FAPEMIG e Rede CEDES-ME

<sup>175</sup> Mestranda em Educação PPGE\UFJF

<sup>176</sup> Programa de Pós-Graduação em Educação Física UFJF  
Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE\UFJF

fazendeiros e capitalistas que tinha como foco a industrialização de Juiz de Fora e também a necessidade de melhor controlar o espaço urbano e a população.

As pesquisas em torno da história da cidade confirmam que o período mais fértil de crescimento da cidade foi o intervalo entre o final do século XIX e as primeiras décadas do Século XX, tempo em que a cidade respirou ares do projeto de civilização da nação brasileira idealizado pelo pensamento republicano. Parte dos trabalhos sobre a história da *Manchester Mineira* atrela este desenvolvimento de Juiz de Fora ao modelo oferecido pelo Rio de Janeiro. A urbanização, a nova arquitetura, os novos hábitos dos cariocas teriam atravessado a estrada e influenciado diretamente os juizforanos.

Como cidade do Século XIX, Juiz de Fora não participa da cultura colonial mineira. A proximidade e o maior intercâmbio econômico e cultural com o Rio de Janeiro, assim como a luta política contra o predomínio da zona de Mineração, provocam na cidade um maior cosmopolitismo uma abertura mais acentuada se a compararmos com o antigo centro do ouro (Christo, 1994, p.1).

No caso do Rio de Janeiro, estudiosos identificaram que alterações nos hábitos da população carioca fizeram parte de um conjunto de mudanças econômicas, sociais e culturais ocorridas na cidade, especialmente a partir do final do século XIX (Brena, 1985; Needel, 1993; Sevchenko, 1998). Uma destas alterações diz respeito à adesão por parte dos cariocas às práticas corporais, identificadas como símbolos da modernidade (Araújo, 1993; Jesus, 1999; Melo, 2001).

Victor Andrade de Melo (op. cit.) identifica a adesão do povo carioca aos banhos de mar, à ginástica, ao turfe, ao remo e às atividades esportivas como uma tentativa de inscrição na cultura moderna que se desenvolvia entre o final do Século XIX e o início do Século XX.

Gilmar Mascarenhas de Jesus (op. cit.) afirma que a receptividade da população carioca aos esportes e outras práticas corporais na virada para o Século XX foi significativa. Tal atitude se vinculava ao fato destas representarem uma via para a vida saudável, sobretudo “ao fato de constituírem um elemento civilizador do ideário burguês importado da Europa, numa conjuntura em que ser moderno era desejar ser estrangeiro” (p.20).

Pretendemos investigar se esse tipo de reflexão se aplica ao desenvolvimento das práticas corporais em Juiz de Fora. E também investiremos no questionamento da idéia de que o Rio de Janeiro serviu como um modelo para esta cidade mineira em aspectos sociais e culturais. Questionar no sentido de colocar à prova esta assertiva, de verificar suas possibilidades e limites, pelo menos no limite de nossa pesquisa que investiga as práticas corporais e de lazer.

Trabalhamos atualmente numa pesquisa que estuda o desenvolvimento das práticas corporais e de lazer em Juiz de Fora desde o último quartel do Século XIX até 1910. Elaboramos algumas ações e estudos de instituições que colaboraram significativamente para o desenvolvimento das práticas corporais na cidade.

- *Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora* - Fundada em 1889 por médicos, farmacêuticos, veterinários e dentistas com as finalidades de debater a ciência médica e desenvolver um projeto que através da “Higiene” e da “Educação Sanitária” colaborasse para o desenvolvimento de Juiz de Fora (Queiroz, 1986), a SMCJF e seus filiados defenderam e divulgaram as práticas corporais, especialmente a ginástica, como meio de elevar o nível da saúde da população juizforana (Vargas, 2007).

- *Os Grupos Escolares* - Em 1907 foram criados os primeiros Grupos Escolares de Juiz de Fora, pioneiros no Estado junto aos de Belo Horizonte. Este modelo de escola primária estava comprometido com os ideais liberais republicanos de modernização da sociedade brasileira (Yazbeck, 2003). Em pesquisa anterior (Cunha Junior, Vargas, 2006), percebemos que os Grupos Escolares de Juiz de Fora colocaram em prática uma proposta pedagógica em que as práticas corporais, especialmente a ginástica, tinham lugar de destaque. Os Grupos foram responsáveis, através de exposições públicas, por mostrar a ginástica à população. Também foram importantes no processo de reconhecimento do profissional específico que trabalhava com as lições deste saber na instituição.

- *O Clube Ginástico de Juiz de Fora* - Fundado por alemães e brasileiros, em 18 de abril de 1909, o Clube foi uma das primeiras instituições a desenvolver sistematicamente as práticas corporais na cidade, especialmente os exercícios ginásticos (Cunha Junior, 2003). Conhecido inicialmente como pelo nome de *Turnerschaft*, o Clube foi inspirado nas associações alemãs de ginástica. De suas instalações, fechadas em 1979, saíram gerações de praticantes das atividades físicas, atletas e instrutores que se responsabilizaram pelo processo de ensino das práticas corporais em escolas e outros locais da cidade.



No presente texto apresentamos os primeiros resultados de nossa investigação sobre o desenvolvimento das práticas corporais e de lazer em Juiz de Fora. Até o presente momento encontramos notícias sobre circos, touradas, lutas, teatro, carnaval e corridas a pé; optamos por apresentar dados sobre o teatro e o carnaval entre os anos de 1876 e 1886. Trabalhamos com o principal periódico da época, “O Pharol”, em busca de flagrar a presença dessas práticas no cotidiano da população da cidade.

Trata-se, portanto, de um trabalho introdutório que reúne dados e informações para, numa fase posterior, serem melhores analisados e cotejados, especialmente com estudos sobre as práticas corporais e de lazer cariocas, na perspectiva da história comparada.

### O Carnaval

A realização de festas na cidade foi uma das coisas que muito nos chamou a atenção; festas religiosas, mas, sobretudo, as festas de Carnaval.

A cidade é o espaço da modernidade, “*é o corpo social cuja integridade é necessária à felicidade de cada um*” (Touraine, 1998, p. 24). As matérias e anúncios do Pharol nos mostraram uma juizforana festiva, especialmente na época do Carnaval, onde parte da população reunia-se nos bailes e salões, mas também no espaço público das ruas e praças da cidade.

Os bailes carnavalescos eram organizados em Juiz de Fora por associações e clubes: “Neptuninos”, “Diabos Carnavalescos”, “Club Luso-Brasileiro”. Em todos os anos pesquisados, ou seja, entre 1876 e 1886, notamos nos jornais diversos anúncios e relatos sobre as festas e bailes.

Uma das formas mais populares de se brincar o carnaval nas ruas era o entrudo. De origem ibérica, esta manifestação foi trazida para o Brasil pelos portugueses, na qual os foliões atiravam entre si os limões de cheiro, água, ovos e farinha, onde os transeuntes eram muitas vezes pegos de surpresa e obrigados a resignar-se com as roupas molhadas ou sujas pelos foliões. O objetivo era molhar e sujar o adversário (Flores, 1999).

O entrudo era prática corrente em várias cidades brasileiras, como Juiz de Fora: Batte-nos à porta o folguedo carnavalesco, e d’ahi os desconchavados Zé Pereira que desde alguns dias enchem o ar de ruidosas desharmonias: as moças fecham-se para não ser molhadas e os rapazes, agitando a elegante bengallinha, sorriem-se d’aquella cautella, que tradusem sabiamente por uma provocação (O Pharol, 24/02/1881).

O articulista fala do entrudo juizforano de maneira romântica, talvez para criticar o modo como o mesmo era vivenciado no Rio de Janeiro:

Na côrte, porém, o entrudo é muito diverso do que entre nós, é o que não resta duvida. Alli molha-se a torto e a direito, á conhecidos e desconhecidos, não se respeita sexo, nem idade, não se indaga o estado de saúde ou de enfermidade das victimas: molha-se com água, vinho, composições de assafetida, tinta de escrever e até com ..... Ora, entre nós, não se dão estes abusos e é mesmo necessário haver grande intimidade entre as pessoas que se entregão a este inocente divertimento (O Pharol, 24/02/1881).

Ainda buscando uma comparação com o carnaval carioca, continua o mesmo articulista:

Enquanto isto dá-se aqui pela roça, o que vai pela corte? As sociedades carnavalescas preparão-se para neste anno excederem em brilhantismo à tudo quanto se tem visto até hoje em mascaradas: versos, programmas, discursos, presentes, allusões, criticas, emfim cousas novas, que eu mesmo não sei (O Pharol, 24/02/1881).

Em 1884, Juiz de Fora apresentava práticas carnavalescas que iam além do entrudo, como o desfile de carros e a própria ornamentação da cidade:

Têm corrido muito animados os festejos carnavalescos e cremos que não há memória de se ter visto tanto entusiasmo nesta cidade. As ruas forão ornadas com muito capricho e gosto, sobresahindo a rua da Imperatriz, assim como a parte da rua Halfeld comprehendida entre as do Imperador e Direita. De distancia e distancia, achão-se collocados diversos painéis com allusões criticas á assumptos da actualidade; a enchente, os bonds, a projectada exposição Sul-americana, a polícia, o jogo, a casa de caridade (O Pharol, 26/02/1884).

A imprensa registra o Carnaval juizforano e ressalta marcas desta festa, tais como a irreverência e a crítica política. Assim, em 1884, alguns foliões organizaram um carro onde foram escritas placas com as promessas e projetos apresentados por autoridades locais. As placas ficavam dentro de um caixão:

De vez em quando abria-se o caixão e apareciam dois projectos que erão immediatamente encomendados por um frade que ia ao lado do caixão. Seguiu-se imediatamente um outro carro com allusão ao telephone, sobresahindo entre outras queixas que ião formulando os que estavam no carro, a dos proprietários que bramavão contra os estragos feitos nos telhados de suas casas (O Pharol, 26/02/1884).

A maior parte dos bailes noticiados no Pharol, entre 1876 e 1886, ocorreram nas instalações do Teatro Perseverança, instituição importante de Juiz de Fora, destinada principalmente às peças de teatro.

### **O Teatro**

O Teatro Misericórdia, primeiro de Juiz de Fora, foi inaugurado em 1863, com a apresentação do grupo de alunos do Colégio Roussin. O Teatro Perseverança iniciou suas atividades em 1870 e até o período coberto por esta pesquisa foi a principal instituição deste tipo na cidade.

O Pharol apresenta diversos anúncios das peças exibidas no Perseverança. A instituição abrigava também os bailes de carnaval, concertos, festas e espetáculos de mágica.

O teatro recebia grupos de outras cidades brasileiras, especialmente do Rio de Janeiro, e até estrangeiros. Destacamos as companhias Keller e Philipps, Ribeiro Guimarães, Escudero e Heitor, Associação Dramática Paulistana e a Companhia Dramática Fluminense. Os jornais informam que estes grupos, quase sempre, partiam de Juiz de Fora para outras cidades mineiras, como São João Del Rey e Ouro Preto.

### **Conclusões**

Investigamos em nossa pesquisa a influência do pensamento moderno na mineira Juiz de Fora entre os último quartel do Século XIX e as décadas iniciais do XX. Interessa-nos, particularmente, analisar o desenvolvimento das práticas corporais e de lazer na cidade e sua relação com os valores e sensibilidades urbanos desenvolvidos neste período.

A análise realizada neste texto demonstra que Juiz de Fora se encontrava entre 1876 e 1886 num processo de organização e reconhecimento de práticas corporais e de lazer, cujo caráter principal era o divertimento, o entretenimento.

Assim, identificamos que parte da população juizforana brincava as festas do Carnaval, divertia-se nos circos e espetáculos teatrais, entretinha-se com os exímios lutadores e domadores de touro, experimentava as práticas da ginástica e das corridas.

As páginas do Pharol nos retém a experiência que Paul Valéry (2003) descreveu ao do século XIX:

Quer se trate de política, economia, modos de viver, divertimentos, movimento, observo que o modo de ser da modernidade é exatamente o de uma intoxicação. Precisamos aumentar a dose, ou trocar o veneno. (...). Cada vez mais adiante, cada vez mais intenso, cada vez maior, cada vez mais rápido, e sempre mais novo, essas são as exigências (...). Precisamos, para sentir que estamos vivos, de uma intensidade cada vez maior dos agentes físicos e de diversão perpétua (p.147).

Será que os juizforanos experimentaram a mesma sensação?

### **REFERÊNCIAS**

ANDRADE, Silvia M. B. *Classe operária em Juiz de Fora: Uma história de lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

ARAÚJO, Rosa M. B. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro Republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical*. Prefeitura Municipal do Rio de

Janeiro/ Carioca 11: Rio de Janeiro, 1990.

BOTO, Carlota. A pedagogia científica em Portugal e a alquimia do magistério: vocação, criatividade, entusiasmo, conteúdo, disciplina. *História da Educação*. Pelotas. n. 8, pp. 5-22, set, 2000.

BRENA, Giovanna Rosso Del (org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: Uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *Europa dos pobres - O intelectual e o projeto educacional dominante em Juiz de Fora na belle époque mineira*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

CUNHA JUNIOR, C.F.F. da. Italo Paschoal Luis: Uma vida dedicada à ginástica em Juiz de Fora. In: CUNHA JUNIOR, Carlos; MARTIN, Edna; ZACARIAS, Lidia. (Org.). *Educação Física: Memórias e Narrativas em Juiz de Fora*. Juiz de Fora: UFJF, 2003, p. 369-374.

\_\_\_\_\_.; VARGAS, Renata. A História das atividades corporais nos grupos escolares de Juiz de Fora - MG (1907-1950). In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia. VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação - *Anais*, 2006.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

JESUS, Gilmar M. A Geografia dos Esportes: Uma Introdução. In: *Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, 1999.

LESSA, Jair. *Juiz de Fora e Seus Pioneiros (Do Caminho Novo à Proclamação)*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1985.

MELO, Victor Andrade de. As camadas populares e o remo no Rio de Janeiro da transição dos séculos XIX/XX. *Movimento*, Porto Alegre, ano VI, n.12, 2000.

MELO, Victor Andrade de. *Cidade Sportiva: Primórdios do Esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MENDES, Murilo. *A Idade do Serrote*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.

NAVA, Pedro. *Balão cativo – memórias 2*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

QUEIROZ, Júlio Sanderson de. *Memória da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro num Século de Vida*. Rio de Janeiro: RIOARTE/ MEC, 1986.

SCHETINO, André Maia. A cidade dos cavalos de ferro. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n.41, fevereiro de 2009.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, N. (org.). *História da vida privada no Brasil - 3*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Emilia. *O circo, sua arte, seus saberes: o circo no Brasil no final do Século XIX a meados do XX*. Unicamp: Campinas, 1996.

SOARES, Carmen Lúcia. *Imagens da educação no corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX*. Campinas: Autores Associados, 1998.

TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

VALÉRY, Paul. *Degas, Dança, Desenho*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

VARGAS, Renata Correa. *Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora: Escolarização e Educação Physica (1889-1911)*. 2008. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora.

YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes. *Formando os bons trabalhadores: Os primeiros Grupos Escolares em Juiz de Fora, Minas Gerais*. Cadernos de História da Educação, Uberlândia: n.2, p.99-105, jan/dez., 2003.

## O FOOTBALL COMO DIVERSÃO EM BELO HORIZONTE NO INÍCIO DO SÉCULO XX<sup>177</sup>

Rodrigo Caldeira Bagni Moura<sup>178</sup>

**RESUMO:** O objetivo central deste artigo é compreender o Futebol nas suas múltiplas expressões em Belo Horizonte nas décadas de 1920 e 1930, quando com o advento do profissionalismo, o Futebol se organiza de outras formas, e as pessoas passam a poder trabalhar e viver do Futebol. Como a diversão, a partir do futebol, acontecia em Belo Horizonte nas décadas de 1920 e 1930, como é viver o futebol no início do século XX em Belo Horizonte e quais as representações presentes sobre o futebol em Belo Horizonte nas décadas de 1920 e 1930.

**PALAVRAS-CHAVE:** Futebol. Diversão. Cidade.

Para CHARTIER, dentro das possíveis acepções, “a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é”. Na consolidação do futebol pelo mundo, e mais especificamente no Brasil, os símbolos, os códigos e as imagens que foram construídas em torno do esporte, das equipes e dos jogadores funcionam como uma representação dos mesmos, como destaca o autor.

O desafio, no entanto, para CHARTIER é: “como que uma configuração narrativa pode corresponder a uma refiguração da própria experiência”. Desafio imposto para a história cultural, e para todos os que assumem os riscos de tentar captar as experiências de um outro tempo, e tentar traduzi-las para o papel na sua versão, que o pesquisador supõe ser a verídica, ou a verdade do historiador.

Ao estudar a história do futebol, levando em consideração as experiências dos sujeitos nos momentos de diversão, pretendo compreender que apropriações foram feitas e que representações estavam presentes em torno do futebol em Belo Horizonte na transição para o profissionalismo.

A consolidação do Futebol, como uma das principais opções de divertimento do brasileiro, aconteceu de uma forma relativamente rápida, permeada de contradições, precariedades, favorecimentos e permanências. Analisar as inter-relações entre trabalho e diversão, a partir do futebol em Belo Horizonte, nas décadas de 20 e 30, poderá nos ajudar a compreender um pouco mais desse esporte tão envolvente<sup>179</sup>.

Carlos Drummond de Andrade, na crônica abaixo, intitulada “Enquanto os mineiros jogavam<sup>180</sup>”, relata a sua perplexidade ao observar um grupo de torcedores que se aglomeravam na Avenida Afonso Pena e acompanhavam um jogo que acontecia no Rio de Janeiro.

“Domingo, à tarde, na forma do antigo costume, eu ia ver os bichos do Parque Municipal (cansado de lidar com gente nos outros dia da semana), quando avistei grande multidão parada na Avenida Afonso Pena. Meu primeiro pensamento foi continuar no bonde; o segundo foi descer e perguntar as causas da aglomeração. Desci, e soube que toda aquela gente estava acompanhando, pelo telefone, o jogo dos mineiro na capital do país. Onze mineiros batiam bola no Rio de Janeiro; dois mil mineiros escutavam, em

<sup>177</sup> O presente trabalho é fruto das minhas investigações no mestrado e ainda está em andamento.

<sup>178</sup> Mestrando em Lazer pela UFMG; docente do Instituto Superior de Educação Anísio Teixeira e da Universidade Salgado de Oliveira.

<sup>179</sup> Com o profissionalismo o futebol se torna trabalho para uma parcela dos jogadores.

<sup>180</sup> Crônica consta no livro: “Quando é dia de Futebol”, mas sua data original é 20-21/07/1931.

Belo Horizonte, o eco longínquo dessa bola e experimentavam uma patriótica emoção. Quando chegou a notícia da vitória dos nossos patrícios, depois de encerrado o expediente, isto é, depois de ter terminado o segundo tempo, vi, claramente visto, chapéus de palha que subiam para o ar e não voltavam, adjetivos que se chocavam no espaço com explosões inglesas de entusiasmo, botões que se desprendiam dos paletós, lenços que palpitavam como asas, enquanto gargantas enrouqueciam e outras perdiam o dom humano da palavra” (Carlos Drummond de Andrade).

A experiência de Drummond, ao observar a cena, contrasta com o entusiasmo dos mineiros que acompanhavam a partida pelo telefone. Certamente, Drummond não entendia a paixão que o futebol despertava por não ser um aficionado por futebol. O que chama a atenção, no entanto, é como o futebol já era uma diversão consolidada no início da década de 1930, a ponto de paralisar as pessoas, extasiadas pelo jogo que ocorria tão distante, e que não podiam nem ao menos ver a partida. Para chegar a esse ponto de total envolvimento com uma modalidade esportiva é necessário recuarmos na história e tentarmos desvendar como foi possível que os fatos consolidassem a construção de uma paixão.

### **O recuo: atrasando a bola...**

Rompendo com o passado colonial da antiga Vila Rica, até então sede do governo do estado; Belo Horizonte foi construída e planejada para ser a nova capital de Minas Gerais. Em 1894, foi nomeada uma comissão de técnicos para a sua construção, a frente do projeto estava Aarão Reis. O projeto para nova cidade expressava a modernidade e idealizava uma ruptura com o passado político, econômico e, sobretudo, arquitetônico de Ouro Preto.

A comissão construtora preocupou em incorporar ao projeto características urbanas modernas e audaciosas, em voga nas Américas e Europa. Embora em um terreno montanhoso, um traçado rígido de duas malhas ortogonais sobrepostas cobria toda área urbana refletindo um sentido de ordem, hierarquia e racionalidade (BUSTAMANTE, 2001).

Segundo FRANCO JÚNIOR (2007), a elite inglesa, na segunda metade do século XIX, via o futebol como uma possibilidade de lazer educativo. Segundo o autor os dirigentes ingleses combatiam o profissionalismo marrom. Podemos especular que se o futebol era visto como uma forma de recuperação da força de trabalho, como uma válvula de escape do proletariado, como uma maneira de ocupação do tempo livre devia existir uma preocupação com o aumento da produtividade, ou com o desgaste físico e emocional dos trabalhadores; a elite dirigente teria mesmo todos os motivos para combater todas as formas de profissionalismo. Porém, essa postura não perduraria por muito tempo como revela a passagem abaixo:

“Em 1884, o Preston North End foi eliminado da copa da Inglaterra sob a acusação de trazer jogadores de outras regiões. Quase ocorre uma ruptura futebolística entre o centro-norte industrial e o sul aristocrático. A Football Association compreendeu, contudo, que no contexto da Revolução Industrial era tendência natural o surgimento de novas atividades, e em 1885 aceitou o profissionalismo no futebol inglês”. (FARIA JÚNIOR, p.35, 2007)

Não utilizarei a palavra lazer nesse período em Belo Horizonte, como uma forma de respeito às fontes que encontrei nos arquivos, mesmo compreendendo que os sentidos eram muito próximos aos atribuídos na atualidade. No entanto, percebo uma inadequação conceitual.

Em 1894, Charles Muller, com 20 anos, é considerado, por muitos estudiosos, o introdutor do Futebol no Brasil<sup>181</sup>. Segundo PEREIRA (2000), em 1883, aos nove anos, Charles Muller - um brasileiro com nome anglo saxão - foi morar em Southampton, na Inglaterra, onde estudou em diversas escolas. Nelas tomou contato com as diferentes modalidades esportivas que a Inglaterra exportava para os outros países, como o Tênis, o Rugby e o Cricket. Foi mesmo o foot- ball, porém, o principal fator de entusiasmo do jovem estudante. Com atuações destacadas, chegou a defender o selecionado de seu condado. Em 1894, Muller terminou seus estudos. Voltou para São Paulo, sua cidade natal, trazendo na bagagem duas bolas e um manual de regras do jogo. Junto com um grupo de ingleses da Companhia de Gás, do London Bank e da estrada de Ferro, ele passou a promover partidas, formar times e fundar clubes, aparecendo como o grande incentivador do futebol na capital paulista. Tornava-se assim, para a quase unanimidade de estudiosos do futebol no Brasil, o precursor do esporte em território nacional.

Três anos depois, em 1897, Oscar Cox, também voltava da Europa, seu destino, no entanto, era

<sup>181</sup> Outros autores, como CUNHA, levantam outras hipótese sobre a chegada do futebol no Brasil.

o Rio de Janeiro. Trazia em sua bagagem uma bola e a vontade de continuar praticando o Futebol aqui no Brasil. Passava a ser, então, o grande incentivador do Futebol na capital Federal.

Em 1904 o carioca Victor Serpa, estudante de Direito, apareceu como um dos grandes incentivadores do Futebol em Belo Horizonte e fundou o Sport Club Foot-ball<sup>182</sup>. Victor Serpa havia estudado na Suíça e lá aprendeu as regras e começou a praticar o Football. Segundo Ribeiro (2007), Victor Serpa, ao voltar da Europa estabeleceu-se primeiro em Ouro Preto, em Novembro de 1903, e fundou nesta cidade o Club Unionista de Football<sup>183</sup>.

Segundo as notas cronológicas de Octavio Penna, citado por RODRIGUES (2006), “referem-se ao dia 3 de Maio de 1904 como o marco dessa introdução, quando foi feito o primeiro ensaio no parque, em uma de suas alamedas, à direita do portão da Avenida Afonso Pena, nas proximidades de onde se construiu o teatro Francisco Nunes”. O parque mencionado é o parque municipal, um dos espaços projetados para a diversão na capital mineira.

Em três de Outubro, desse mesmo ano, foi realizada a primeira partida. Antes do Futebol só o ciclismo era uma modalidade esportiva que tinha destaque na capital de forma organizada e com competições e disputas.

Devido ao número de adeptos e a grande aceitação e popularidade que o esporte foi adquirindo o Sport Club Foot-ball foi desmembrado em duas novas equipes: o Colombo e o Vespúcio. Outros clubes foram criados, como o Plínio Football Club, que deram apoio e sustentação para a criação da primeira liga e para o primeiro campeonato da cidade. Com o início das férias escolares o campeonato foi interrompido, e nunca mais foi concluído. Os estudantes foram passar as férias com os seus familiares. Victor Serpa foi para o Rio de Janeiro e faleceu em 1905. O futebol já estava disseminado em Belo Horizonte e outros clubes foram fundados.

De acordo com CUNHA, podemos destacar que em 25 de Março de 1908, surgia em Belo Horizonte o Club Atlético Mineiro, que foi denominado de “O Galo das Alterosas”. No mesmo ano em 28 de Junho foi fundado o Vila Nova.

Segundo RODRIGUES, foi fundado em 1911 o Yale foot-ball club que passou a incrementar o futebol e as diversões na cidade.

Em 30 de Abril de 1912, segundo CUNHA, foi fundado o América Foot-Ball Club em Belo Horizonte (p.39).

Todos esses clubes contribuíram com a consolidação do futebol em Belo Horizonte e, posteriormente, com novas formas de encará-lo; ora com aceitação, ora como resistência. Com táticas e estratégias desenvolvidas pelos atores sociais que passam a reconfigurá-lo, como veremos nos próximos parágrafos, em consonância com os outros estados do país, principalmente, Rio de Janeiro e São Paulo.

CERTEAU, no livro “A invenção do Cotidiano” chama de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (p. 99). Nesse sentido, o futebol se apresenta como um campo de disputas e poder, permeado por diversos interesses.

Contudo, a versão da história descrita nos parágrafos anteriores, nos leva a questionar o protagonismo assumido pelos estudantes brasileiros, que foram para a Europa e lá aprenderam o Futebol. Essa história é disseminada até mesmo com uma dose excessiva de heroísmo. De acordo com COUTO (2003), as semelhanças nas trajetórias de Victor Serpa, Oscar Cox e Charles Miller indicam mais do que uma simples coincidência nos processos de introdução do futebol no país. Mesmo compreendendo a importância desses sujeitos para a implementação do Futebol nas três capitais citadas, o referido autor, pondera que não podemos condicionar a gênese do futebol em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte ao heroísmo dessas figuras.

Dessa forma é importante compreender as experiências dos sujeitos que se apropriavam do futebol nesse momento em Belo Horizonte. Mesmo reconhecendo que as elites tiveram uma contribuição importante na transmissão e consolidação do Futebol na cidade, em diversos segmentos outros atores começaram a se interessar por essa atividade.

<sup>182</sup> Primeiro clube de futebol de Belo Horizonte fundado em 10 de Julho de 1904.

<sup>183</sup> CUNHA, afirma que no final do século XIX Minas Gerais já conhecia o futebol que era praticado por ingleses da Mina do Morro Velho, na Quinta dos Ingleses, foi o início da fundação do Vila Nova (p.3).

Vários times começaram a ser fundados na periferia de Belo Horizonte como: o Fluminense do bairro da Lagoinha, o Carlos Prates, o Calafate, o Sete de Setembro, o Sírio, o Lusitano e o próprio Palestra Itália.

Muitos desses times surgiam a partir da vivência do futebol nas ruas, nos terrenos baldios, no momento de diversão e de prazer que o futebol possibilitava a todos.

Na fonte abaixo, o autor da crônica revela suas experiências com o Futebol. Para BENJAMIN, “o cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade do que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”.

O onze Tebano ou uma fotografia de 1918

“Aí tendes, nessa fotografia, um pouco esmaecida, o único team para o qual já torci furiosamente.

Depois disso, se não me engano, comparei a uma partida entre o Atlético e o Sud América (Mário, Said e Jairo), mas não senti, diante destes, a mesma emoção com que o onze distrital me encheu alguns dias da meninice. Aliás. Já não havia a proibição paterna, creio eu, tornava deliciosas as minhas tarde tebanas (em Tebas de Leopoldina, a duas léguas da estrada de ferro, na aba de um morro pensativo).

Proibido de jogar a bola com a meninada, eu cedia. Mas, anunciada com o foguetório do estilo uma peleja inter-distrital, eu sempre encontrava um jeito de burlar a vigilância do pessoal de casa. Eram partidas notáveis, que valiam os meus sustos multiplicados por cem, e não raro terminavam em tiros autênticos.

Os moços de Rio Pardo, o distrito vizinho, não tinham educação esportiva...

Apezar de tudo, era um futebol ingênuo, desprezioso, e divertia.

Como se apresentavam em campo os meus heróis? Vestindo uma coisa que ficava indecisa entre ser calças ou calção, e qui morria bem no meio da canela. Aí vinham ter as meias de algodão grosso, pretas, bambas, que um par de ligas se esforçava por conservar em posição, tudo resguardando os pudores da assistência. (Perna de homem, só no banho para última viagem...) E as gravatas? Eram pretas, sérias, solenes e amplas, como os bigodes.

Reparai bem: o juiz está vestido como em dia de casamento, procissão ou enterro, não lhe faltando a indumentária nem mesmo o colarinho alto, a Santos Dumont. Era assim que ele corria o campo todo, embora não o exigisse a contenda, porque as infrações eram marcadas, antes dele, pelos próprios infratores.

Em suma, aí tendes o team que eu amei às escondidas, sem compreender, entretanto, a sua grandeza moral. Porque em futebol, segundo o meu amigo Emilio Curtiss Lima, também há disso...”

Arquivo Público Mineiro. Revista Bello Horizonte. 5 de Julho de 1934.

De 1918 a 1934, muita coisa mudou no futebol. A narrativa acima pode ser reveladora, se levarmos em consideração que o autor da crônica enfrenta o desafio de tentar narrar o que ele viveu em 1918. Podemos destacar que nessa tarefa árdua de reconstituir o passado e rememorar o vivido muitas omissões e saudosismos são passíveis de serem dimensionados. A experiência de uma pessoa traduzida em palavras deve ser analisada com ressalvas. O autor da crônica se inspira, para escrevê-la, em uma fotografia de 1918. Aí pode estar um indício importante. A fotografia enquanto, uma tecnologia, uma técnica, ou, uma arte de captar o momento, e a escrita partindo do que a fotografia nos revela.

Alguns trechos podem ser destacados, pois revelam a experiência do sujeito e a postura que o mesmo assumiu, como por exemplo: “o único team para o qual já torci furiosamente”. O adjetivo “furiosamente” nos dá a dimensão do que o futebol já representava para um jovem na sociedade belo-horizontina em 1918. O futebol da criança, a diversão a partir do futebol, os códigos e atitudes valorizadas, ou a educação esportiva preconizada.

No entanto, mesmo com toda intenção de ser moderna, a cidade estava muito longe de ser considerada dessa forma, como expressa a reportagem na Revista Bello Horizonte, de 9 de Novembro de 1933, intitulada “Cidade do Tédio: as diversões de Bello Horizonte<sup>184</sup>”:

“Bello Horizonte é denominada com razão, a cidade do Tédio.

Pobre de diversões, a cidade, à noite, é um enorme amontoado de casas adormecidas, sobre ruas desertas e sombrias.

Temos como única diversão o cinema, que não passa de um monopólio revoltante, onde tudo é levado em conta, menos o interesse do publico, que é escorchado impiedosamente”.

É curioso observar que a reportagem é de 1933, quase 4 décadas da idealização e construção da

<sup>184</sup> Revista Bello Horizonte, Anno I, p. 22, coleção 63; 9 de Novembro de 1933. Arquivo Público Mineiro.

nova capital, e que a modernidade não era compatível com os hábitos provincianos dessa população.

Contudo, o esporte, e mais especificamente o futebol, já estava consolidado em Belo Horizonte nas décadas de 1920 e 1930, como expressa a seguinte reportagem intitulada “Bello Horizonte” esportiva:

“O bellorizontino, esportivo por excellencia, vibra sempre com as boas partidas de football. Podemos sem receio de um exagero, qualificar os habitantes desta terra como os maiores admiradores do esporte Bretão<sup>185</sup>”.

Muitos interesses já estavam presentes no Futebol nesse momento de transição do amadorismo para o profissionalismo<sup>186</sup>. Apesar de tantas formas de se compreender o futebol nesse período, o futebol era, antes de tudo, diversão, para os sujeitos que jogavam e se envolviam com essa prática desde a infância, como brincadeira. Muitas atividades, no início do século XX faziam parte do rol de diversões do povo de Belo Horizonte como o teatro, o footing, a patinação que acontecia na praça da liberdade, o cinema, ou outros esportes que eram vistos como hábitos modernos. Contudo, o futebol se destacou de outras atividades, pois começou a atrair muitas pessoas, seja para jogar ou assistir aos jogos, para se divertir ou tirar algum proveito material ou financeiro, no caso do chamado amadorismo marrom, seja com o objetivo de se relacionar afetivamente ou de competir; seja para se apropriar da cidade como um lugar, seja para descobrir o novo. Seja para disseminar novos padrões de conduta ou para formar opinião, no caso dos jornais e revistas oficiais do estado.

Na passagem acima, da Revista Bello Horizonte, periódico destinado à elite da capital mineira, fica explícita uma tentativa de enquadrar o povo de Belo Horizonte como esportista, atividade considerada saudável, promotora de corpos fortes e adequada ao espaço urbano e as grandes metrópoles. A expressão, “o bellorizontino esportivo por excellencia”, revela muito mais do que a princípio poderíamos interpretar. Da mesma forma, qualificar os habitantes de Belo Horizonte como os maiores admiradores do esporte Bretão é sem sombras de dúvidas um grande exagero. Outros povos, nesse momento, tinham uma relação histórica mais consistente e duradoura com o futebol. No entanto, essa representação, mesmo com todo caráter de querer forjar um interesse muito superior ao que realmente era, não deixa de traduzir o significado que começava a surgir por aqui pelo esporte, e principalmente pelo futebol.

Para constituir as fontes interessa-me diretamente todos os aspectos relacionados à profissionalização no futebol em Belo Horizonte; a diversão a partir do futebol e os conflitos e as brigas, que aparecem nas fontes como os sururus.<sup>187</sup> O trecho abaixo, encontrado na Revista Bello Horizonte em Outubro de 1938, exemplifica o quanto é importante para o pesquisador, com o objetivo de acessar um outro tempo, encontrar os indícios, que podem dar algumas pistas, de como as pessoas encaravam a vida e as manifestações culturais num outro momento.

“Antigamente não se admitia uma partida de Futebol sem o respectivo sururu. Os ponta-pés e os pescoções entre jogadores e as sucessivas pancadarias entre os torcedores faziam parte integrante de um espectáculo futebolístico. Sem esse colorido, a pugna, por mais empolgantes e arrebatadores que fossem os seus lances, tornava-se até desinteressante. Futebol sem briga, noutros tempos, era coisa rara: o mesmo que moça ajuizada no século XX...”<sup>188</sup>

Segundo CHARTIER (1988, p.82), “É demasiado simples a oposição que pretende pôr, em contraste as explicações sem relato e os relatos sem explicações: a compreensão histórica no e pelo próprio relato, pelos seus ordenamentos e pelas suas composições”. Nesse sentido, os argumentos utilizados pelo autor, na passagem acima, não isenta o pesquisador de tentar interpretar as fontes e extrair das mesmas as tramas, ou as intrigas, que permitem a reconstrução de versões das realidades que os produziram.

<sup>185</sup> Revista Bello Horizonte, 19 de Agosto de 1933, p.16.

<sup>186</sup> O marco da profissionalização do Futebol no Brasil é o ano de 1933. Antes desse período alguns jogadores começaram a receber favores, dinheiro ou regalias diversas e esse período ficou conhecido como amadorismo marrom.

<sup>187</sup> De acordo com as fontes os sururus são as brigas, os conflitos e as confusões que dizem respeito a uma dinâmica diferenciada com essa prática cultural e uma outra relação dos sujeitos envolvidos com o Futebol.

<sup>188</sup> Revista Bello Horizonte, Outubro de 1938.



A diversão, a partir do Futebol, não estava limitada mais somente aos jogadores. Em diversos momentos, podemos perceber que se no início era uma exclusividade dos jovens, com o passar dos tempos foi crescendo também a assistência. A palavra faz menção às pessoas que iam para os campos, ou os locais onde aconteciam as partidas, no seu tempo livre para assistir aos jogos. O que mais tarde começou a ser designado de torcida, sendo os aficionados pelos jogos chamados de torcedores.

Assim, não existia mais restrição para se envolver com o Esporte. Velhos e crianças, doentes ou pessoas que não estavam dispostas a correr atrás de uma bola podiam agora assistir às partidas, vibrar com os lances e se identificar com os players.<sup>189</sup>

No jornal Minas Geraes, de 26 e 27 de Abril de 1926, a matéria se refere ao Torneio Início e nos ajuda a dimensionar o quanto o futebol já era encarado como uma forma de diversão.

“As partidas correram bem animadas, notando-se falta tecnica dos concorrentes, prova manifesta do pouco treino que tiveram. A assistência esteve animada e torceu calorosamente pelas suas cores”.

Muitos eventos e festivais começaram a ser realizados na cidade. A população de Belo Horizonte não estava sendo atraída somente pelo Futebol, mas por todo o contexto que certamente envolvia as pessoas. Nesse momento, Belo Horizonte tinha poucas opções de divertimento. Em 20 de Abril de 1927, uma reportagem no Minas Gerais faz referência ao Festival do Syrio em comemoração ao quinto aniversário de sua fundação.

“Uma excelente tarde desportiva, no campo do Palestra, a qual compareceram inumeras pessoas, que enchiam, litteralmente, as grandes archibancadas do Club Palestrino”.

Podemos, no entanto, supor que a imprensa nesse momento estava fazendo o seu papel de formadora de opinião e, talvez, contribuindo na disseminação do Esporte em Belo Horizonte. Pode ser que nem tão cheias estavam as arquibancadas do Clube Palestrino. Contudo, as pessoas que se encontravam neste local tinham interesses específicos. Podemos especular quem nem todas gostavam de Futebol, mas eram atraídas pela alegria das pessoas presentes no campo; ou se sentiam bem em assistir aos colegas ou amigos na prática; ou simplesmente por falta de opções. O que parece claro é que nesse momento o campo de futebol já era uma possibilidade de diversão para as pessoas em Belo Horizonte.

Outro fator que contribuiu para aumentar a assistência aos jogos nos estádios foi a intensificação e a crescente participação feminina nos campos, como revela o jornal Minas Geraes de 4 de Maio de 1928.

“A assistência bastante numerosa, enchia todas as archibancadas do campo Palestrino, notando-se a presença do elemento feminino que com a sua graça e entusiasmo animava os players nas luctas que se travavam”.

### **Considerações finais**

A pesquisa ainda está em andamento, contudo transfiro para Carlos Drummond de Andrade essas conclusões provisórias, pois muito melhor do que eu, ele, que viveu o momento, conseguirá descrever o que já representava o Futebol, enquanto uma diversão em Belo Horizonte no começo de 1930.

“Para mim, o melhor jogador do mundo, chutando fora do meu campo de visão, deixa-me frio e silencioso. Os meus patrícios, porém, rasgaram-se anteontem de gozo, imaginado os tiros de Nariz, e sentiram na espinha o frio clássico da emoção, quando o telefone anunciou que Carlos Brant, machucando-se no joelho, deixara o combate. Alguns pensaram em comprar iodo para o herói e outros gritavam para Carazzo que não chutasse fora. A centenas de quilômetros, eles assistiam ao jogo sem pagar entrada. E havia quem reclamasse contra o juiz, acusando-o de venal. Um sujeito puxou-me pelo paletó, indignado e declarou-me: o Sr. está vendo que pouca-vergonha. Aquela penalidade de Evaristo não foi marcada”. Eu olhei para os lados, à procura de Evaristo e da penalidade; vi apenas a multidão de cabeças e entusiasmos; e fugi”.

---

<sup>189</sup> Forma de se referir aos jogadores naquele momento de introdução e consolidação do futebol no Brasil e em Belo Horizonte.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de, 1902-1987. *Quando é dia de futebol*; pesquisa e seleção de textos de Luis Mauricio Graña Drummond, Pedro Augusto Graña Drummond.- Rio de Janeiro: Record, 2002.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*.- 7. ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994.- (Obras escolhidas; v.1)
- BUSTAMANTE, Glênia Oliveira. *Parque municipal de Belo Horizonte, um estudo histórico do lazer neste cenário*. Coletânea do II Seminário “O lazer em debate”, UFMG, 2001.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do Cotidiano; artes de fazer*. Ed. Vozes. 7 ed. Petrópolis, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Difusão Editorial, LTDA. Lisboa, 1988.
- COUTO, Euclides de Freitas. *Belo Horizonte e o Futebol: integração social e identidades coletivas (1897-1927)*. Belo Horizonte. PUC-MG, 2003. (Dissertação de mestrado).
- CUNHA, Loris Baena. *A verdadeira história do Futebol Brasileiro*. Primeira edição, Ed. Publicitária, Comunicação e Marketing Ltda, Rio de Janeiro.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Dança dos Deuses: Futebol, sociedade, cultura*. São Paulo: companhia das letras, 2007.
- RIBEIRO, Raphael Rajão. *A bola em meio a ruas alinhadas e uma poeira infernal: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1904-1921)*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. (Dissertação de mestrado).
- RODRIGUES, Marilita A. A. *Constituição e enraizamento do esporte na cidade. Uma prática moderna de lazer na cultura urbana de Belo Horizonte (1894-1920)*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. (Tese, Doutorado em história social da cultura).

## O LAZER ENQUANTO POSSIBILIDADE DE EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA

Tiago Nicola Lavoura<sup>190</sup>

**RESUMO:** Do ponto de vista dialético, salvaguardando uma das suas características, qual seja, o princípio da contradição, no mesmo contexto em que o lazer vem à tona para atender as necessidades de uma nova sociedade urbano-industrial em construção, portanto, subsumido à lógica do metabolismo social regido pelo capital, e devido a todo o processo de crise e barbárie que este sistema resguarda em seu seio, tem-se que, este mesmo lazer, pode ser entendido como tempo e espaço de construção da cidadania e possibilidade de emancipação, desde que obtenha determinadas características. Com isso, pensa-se que um lazer, sob bases conceituais e quadros de referências novos, os quais superem o olhar superficial para com este fenômeno social, possa ser considerado como campo educativo e reorganização da sociedade, privilegiando a conscientização e a resistência de agrupamentos populares.

**PALAVRAS-CHAVES:** Lazer. Educação. Formação Humana.

### Introdução

Este trabalho procura pensar nas manifestações do lazer considerando seu duplo aspecto educativo, a saber, como veículo de educação (educação *pele* lazer) e objeto de educação (educação *para* o lazer) (MARCELINNO, 2000), acreditando na sua contribuição para a formação político-educativa, intrinsecamente ligada a ações transformadoras da realidade.

---

<sup>190</sup> Faculdade de Educação – Universidade Federal de Minas Gerais

Como alerta Andrade (2006, p. 226), “O projeto de educação veiculado pelas instituições de regime democrático burguês [...] determina [...] a reprodução ideológica, simbólica e econômica dos valores que interessam ao capital e a classe que o gerencia, para manter-se no poder”. Sendo assim, contra a imposição de um projeto hegemônico, procura-se, aqui, desenvolver uma proposta de educação popular no âmbito do lazer.

A educação popular, aqui pretendida, vai à consonância com a perspectiva de Paulo Freire, o qual a vê como prática social, à medida que pressupõe transformação, produção, criação e elaboração de um novo conhecimento na sociedade (FREIRE; NOGUEIRA, 1999).

Somente uma prática educativa genuinamente emancipadora poderá alterar o processo de internalização, em todas as suas dimensões, a qual legitima a posição hierárquica social vigente, sob o domínio do capital. Portanto, para uma educação para além do capital, parafraseando Mészáros (2005), destaca-se a educação popular, sob ferramentas teórico-metodológicas explícitas, porque expressa uma intenção em determinada direção e, neste sentido, caracterizando-se como ação político-pedagógica.

Em consonância com os dizeres até aqui desenvolvidos, esta pesquisa procurará responder a seguinte problemática: Em face da reconfiguração do sistema produtivo e do conjunto de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais as quais abarcam a realidade complexa, de que maneira a população que vive no campo se apropria de um tempo supostamente livre?

Tendo em vista as reflexões acima, este trabalho possui como objetivo geral, desenvolver uma proposta de ação educativa teórico-metodológica com comunidades rurais, a qual possibilite a intervenção no campo do lazer, considerando suas inter-relações com a educação e com grupos e movimentos sociais.

No alcance de objetivos específicos, pretende-se: investigar a organização do modo de vida de sujeitos de uma comunidade rural, levando em consideração, especialmente, as categorias tempo e trabalho; diagnosticar de que forma os indivíduos de uma população do campo se apropriam de um possível tempo livre; e, implementar uma política de lazer em comunidades rurais, subsidiada pelo referencial teórico-metodológico do Materialismo Histórico Dialético.

Como forma de justificativa, por meio deste trabalho, espera-se uma reflexão coletiva e radical por parte dos sujeitos envolvidos, em meio ao conjunto de atividades a serem realizadas, possibilitando a constatação, negação e superação da lógica dominante, acreditando-se no trabalho da educação popular visando a construção de estratégias pedagógicas importantes e necessárias ao desenvolvimento de um outro lazer, o qual não esteja permeado pelos aspectos funcionalistas e compensatórios do lazer hegemônico, este que atende as necessidades de produção e acumulação do capital, por meio da reprodução e ampliação da força de trabalho.

Esta pesquisa também se justifica pela possibilidade de oferecer, a um determinado grupo de indivíduos, por intermédio de uma intervenção socioeducativa, a apropriação de um tempo de lazer o qual seja compreendido como manifestação da cultura, por meio de vivências lúdicas, as quais possibilitem a formatação de novos valores e condutas em prol da reorganização da sociedade, perspectivando a emancipação humana.

### **Sobre o Tempo e o Trabalho**

Toda discussão que busque refletir sobre as questões as quais dizem respeito ao campo do lazer, necessita considerar os aspectos relacionados ao tempo e ao trabalho. Isso porque o lazer, sob a forma como é entendido atualmente, se materializa por meio de um tempo de não-trabalho supostamente livre.

Concorda-se com Padilha (2000), quando a mesma afirma que o estudo do tempo é interessante e enriquecedor para se compreender as sociedades, em especial, quando a intenção é entender a forma como o lazer, definido aqui como um fenômeno tipicamente moderno, se configura.

Por suposto, as maneiras de se medir o tempo são várias e se modificam conforme o desenvolvimento da humanidade. Com base nesta reflexão, é sabido que, após a Revolução Industrial ocorrida em meados do século XVIII, houve uma reconfiguração na maneira de se conceber o tempo, tendo este uma regulamentação muito maior, absorvendo características de cronometragem, racionalização e produtividade, possibilitando, inclusive, a demarcação de um tempo de trabalho e um tempo de não-trabalho, o conhecido tempo livre, destinado aos outros afazeres, tarefas e atividades do nosso cotidiano, como as tarefas domésticas, obrigações familiares, religiosas, sociais, cívicas e, inclusive, as próprias atividades de lazer (MASCARENHAS, 2003).

Não obstante, em tempos anteriores, nas civilizações da Antiguidade, não existia a prerrogativa de um tempo livre. Isso porque, conforme evidencia Antunes (1999), tal sociedade não possuía a necessidade de medir o tempo, como ocorre na era Moderna, “[...] para não falar das sociedades industrializadas de hoje, [...] um fenômeno complexo de auto-regulação e de sensibilização em relação ao tempo” (p. 175).

Para Elias (1998), a unidade de tempo, antigamente, era estreitamente relacionada aos ciclos da natureza, como as fases e o movimento da lua e as estações do ano, cujos intervalos mais ou menos regulares, possibilitavam aos sujeitos determinada adequação de sua vida social.

Padilha (2000) afirma que, em função dessa organização do tempo mediada pelo tempo da natureza, favorecia uma demarcação muito pequena e pouco nítida entre o trabalho e a própria vida dos indivíduos, “[...] não existindo conflito algum entre o trabalho e o ‘passar o tempo’” (p. 50).

É possível perceber as intermediações entre as categorias tempo e trabalho, ou como sugere Thompson (1991), entre tempo e a disciplina do trabalho, existindo profundas relações entre diferentes situações de trabalho e diferentes situações de tempo (PADILHA, 2000).

Neste sentido, é possível compreender que, anteriormente à sociedade industrial, o tempo de trabalho era alternado com tempos de ociosidade, chegando-se mesmo a confundi-los. Os indivíduos saíam para o trabalho no campo, coletivamente e, neste contexto, trabalhavam, batiam papo, contavam prosas, cantavam e gargalhavam, resolviam parar para o almoço no momento em que desse fome, descansavam ali mesmo e, se achavam por bem, voltavam ao trabalho.

Neste contexto, o tempo possuía uma caracterização cíclica, como sugere De Grazia (1966), em seu clássico trabalho *Tiempo, trabajo y ocio*, simbolizado como uma roda, baseado na seqüência e na repetição de atividades – dias e noites sucedem-se, lua cresce e decresce, estações do ano vão e vem.

Para Thompson (1991), relacionando tempo, disciplina do trabalho e capitalismo, é justamente no contexto da transformação da sociedade tipicamente urbano-industrial, em meados do século XVIII, que a concepção linear de tempo passa a vigorar, noção esta caracterizada por certa padronização e mecanização, adequada aos moldes da sociedade capitalista e, em especial, com a difusão do relógio no século XIX, atendendo às exigências da sincronização do trabalho.

É justamente neste momento que se inicia o movimento pela luta contra o desperdício de tempo, passando o ócio, portanto, a ser condenado, devido ao fato de este passar a ser entendido como falta de produtividade, característica inconcebível, segundo Werneck (2001), em uma sociedade na qual o tempo necessitava ser medido, comprado, colocado em uso e consumido.

Para Padilha (2000), não se pode esquecer a influência da Igreja puritana na valorização do trabalho em detrimento do ócio, introduzindo, por meio de seus cultos, a imagem do tempo como moeda no mercado de trabalho. A contribuição de Gomes (2004, p. 135) possibilita um maior esclarecimento desta questão:

[...] diante do valor ético e religioso do trabalho ressaltado pelas idéias puritanas, na Modernidade, a conduta ociosa passou a representar um grave perigo pessoal e social. A nascente burguesia industrial adotou profundamente esse pensamento, valorizando a laboriosidade e combatendo os prazeres e as distrações “nocivos” [...] ao processo produtivo capitalista em desenvolvimento, que demandou uma nova disciplina de trabalho.

É fundamental refletir, neste momento, sobre o significado da categoria trabalho, em especial em Marx e Lukács. O sentido de trabalho evidenciado em Marx (1989, p. 208) pode ser bem compreendido na seguinte passagem d’*O Capital*:

O processo de trabalho [...] é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza [...].

Sendo assim, tem-se a constituição do trabalho concreto, enquanto criador de valores de uso, ou seja, valores os quais atendam as satisfações e reais necessidades humanas, “[...] expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza” (ANTUNES, 1999, p. 139). Aqui, por intermédio do ato laborativo, coisas úteis são geradas, ao mesmo tempo em que o homem interage com a natureza e outros homens, emergindo a *práxis* social interativa.

Por tais razões, afirma Lukács (2007), em sua obra *Ontologia do ser social*, o trabalho possui estatuto de centralidade da vida social, caráter ontológico, especialmente pela sua natureza de inter-relação entre o próprio homem (sociedade) e a natureza, “inter-relação [...] que se caracteriza acima de tudo pela passagem do homem que trabalha, partindo do ser puramente biológico ao ser social. [...] O trabalho, portanto, pode ser visto como um fenômeno originário, como modelo, protoforma do ser social” (p. 5).

É também por isso que o trabalho, em seu sentido concreto, cujo valor de uso é gerado, constitui-se naquilo que Antunes (1999) chama de o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social, portanto, o centro do processo de humanização do homem.

Impossível não lembrar aqui da passagem marxiana na qual se distingue a abelha e o arquiteto: “O que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade” (MARX, 1989, p. 202). A capacidade prévia de ideação do homem é algo inconcebível para a abelha, o que faz Lukács (2007, p. 35) afirmar: “O ir-além da animalidade por meio do salto humanizador conferido pelo trabalho, o ir além da consciência epifenômica, determinada de modo meramente biológico, adquire, então, com o desenvolvimento do trabalho, [...] uma tentativa em direção à universalidade”.

Não obstante, deixado de lado o caráter útil do trabalho, tem-se o trabalho abstrato, aquele que gera valores de troca, portanto, valor das mercadorias. Conforme afirma Antunes (2007, p. 84), “no universo da sociabilidade produtora de mercadorias, cuja finalidade básica é a criação de valores de troca, o valor de uso das coisas é minimizado, reduzido e subsumido ao valor de troca”, mantendo-se somente enquanto condição necessária para a valorização do capital, ou seja, a dimensão concreta do trabalho inteiramente subordinada à dimensão abstrata.

A distinção marxiana entre estas dimensões da categoria trabalho é fundamental, devido ao fato de que, em uma sociedade regida pelo metabolismo social movido pelo capital, o valor de troca é predominante, em detrimento do valor de uso, ocorrendo uma sobreposição do trabalho abstrato em relação ao trabalho concreto. Com isso, na medida em que os próprios sujeitos se relacionam com base nestes valores de troca, tem-se a predominância de duas características fundamentais do trabalho abstrato: o estranhamento e a fetichismo.

Para Alves (2006), uma das causas do estranhamento é, justamente, a não-identidade entre o sujeito e objeto, no trabalho abstrato e, em que pese que o último seja uma criação do próprio sujeito, dele se diferencia e se impõe, ganhando a característica de uma segunda natureza, agora, estranha ao próprio criador, tornando-se uma coisa.

Além disso, o processo de produção do trabalho abstrato faz com que o próprio sujeito se sinta estranho a ele mesmo, e não só ao produto do trabalho, desvelamento da complexidade e contradição do próprio sistema do capital, denunciada por Marx nos Manuscritos de 1844, a percepção de que o estranhamento resultaria também da perda do controle dos meios de produção. Sendo assim, o trabalho abstrato se torna um trabalho estranhado devido à característica coisificada dos meios e do fim da produção na sociedade do capital (MARX, 2004).

Não obstante, os objetos não se tornam apenas coisas, mas também fetiches, “forma de objetividade (e subjetividade) social do mundo das mercadorias” (ALVES, 2006, p. 41), assumindo uma posição invertida e fantasmagórica, constituindo-se pelo culto a objetos materiais simbolizados com uma virtude mágica, própria da sociabilidade mercantil. Para o autor, coisas são adoradas como se desejam pessoas e relações entre coisas aparecem como relações entre homens.

Portanto, concorda-se com Antunes (2007), que seja necessária a superação da sociedade do trabalho abstrato e, sendo assim, uma ruptura com o metabolismo social regido pelo capital, no intuito de se chegar a uma sociedade fundada em bases inteiramente novas, trânsito para uma sociedade emancipada.

Fica claro que profundas modificações devam ocorrer no cotidiano do trabalho, de modo que um tempo livre cheio de sentido só é possível por meio de um trabalho dotado de sentido (ANTUNES, 1999), o que revela as profundas inter-relações entre trabalho, tempo livre e lazer.

Pensar nas possibilidades de humanização e emancipação dos indivíduos no tempo livre significa alterar a lógica das relações sociais ocorridas no mundo do trabalho. Isso porque o estranhamento do mundo do trabalho atinge, também, a esfera do tempo livre, o qual é visto, em boa medida, como tempo para consumir mercadorias, chegando até mesmo a submeter o lazer ao processo da mercantilização.

## Sobre o Lazer

Entende-se, aqui, que o lazer é inventado e institucionalizado para atender às demandas típicas de uma sociedade urbano-industrial, sofrendo forte carga de ideologização no que se refere ao seu “componente funcional de reequilíbrio da ordem social e moral” (MASCARENHAS, 2003, p. 22), demonstrando assim determinados tipos de interesses e finalidades as quais ele se vincula.

Neste sentido, o fenômeno do lazer passa a estar na ordem do dia, como alternativa às práticas de ócio existente até então, sendo este associado aos vícios da vagabundagem, preguiça e improdutividade, características estas que poderiam colocar em risco um projeto de sociedade em desenvolvimento.

É necessário reconhecer que existe uma distinção entre os conceitos de lazer e ócio, o que significa dizer que o tempo de lazer, atualmente, não tem nada a ver com o tempo de ócio, praticado pelas sociedades da Antiguidade. Conforme aponta Mascarenhas (2006, p. 95):

O lazer é a forma dominante de apropriação do tempo livre na contemporaneidade, expressão de determinações econômicas, políticas, sociais e culturais produzidas pelo capitalismo. De período a período, as mudanças que se percebem do ideal grego de *skholé* até o lazer mantêm estreita relação com as transformações provocadas na organização do trabalho.

E continua:

[...] a ruptura com o ritmo “natural” de trabalho, uma imposição peculiar ao capitalismo industrial, como não poderia ser diferente, implicou uma verdadeira revolução do tempo social, opondo tempo livre de tempo de trabalho. A possibilidade de alternância contínua dos momentos de trabalho e não-trabalho começa aí a ser suplantada (Idem).

Justamente neste momento, no qual a disciplina para com o relógio passa a ser rigorosamente controlada, é que o ócio torna-se um grande inimigo, e pode-se verificar o aparecimento do lazer, enquanto fenômeno conciliador com a ideologia da sociedade industrial (MASCARENHAS, 2006).

Isso porque, conforme o referido autor, o ócio, derivante da palavra grega *skholé*, significava uma condição ou estado de isenção de atividade produtiva, estar livre da necessidade de trabalhar, ou seja, como a negação do trabalho, em detrimento de ser um determinado tempo para si mesmo, ideal de liberdade e contemplação, desdobrando-se no cultivo à sabedoria, à felicidade, à beleza e outras virtudes mais.

Visto isso, tendo-se o ócio como a negação do trabalho, fica impossível compreendê-lo como o mesmo que lazer, sendo que este último sofre profundas inter-relações com o fenômeno do trabalho, conforme visto anteriormente. Valem-se, mais uma vez, as palavras de Mascarenhas (2006, p. 95): “Se não é correto valer-se do conceito de lazer para explicar e compreender a esfera do não-trabalho em épocas anteriores ao seu próprio surgimento, no oposto, pensar o lazer e tentar enxergar em seu lugar aquilo que o ócio foi no passado [...] também constitui erro”.

Portanto, entende-se que o lazer, considerado um fenômeno tipicamente moderno, entra em cena para atender as necessidades e demandas do próprio processo de produção e acumulação de capital, em decorrência da sua possibilidade de servir como atividade utilitarista para a reposição e recuperação da força de trabalho, ficando-se, assim, as bases de exploração sobre o tempo livre.

Neste âmbito é que surgem as chamadas abordagens funcionalistas do lazer, servindo de legitimação de uma determinada ordem necessária para um projeto em construção, vinculando-se a determinados interesses. Marcellino (2000) sugere a seguinte classificação para tais abordagens funcionalistas: *românticas e moralistas*, as quais situam o lazer de modo a defender determinados hábitos e valores; *compensatórias*, as quais atribuem ao lazer a possibilidade de fuga ou “quebra da rotina”, sendo esta última, especialmente, vinculada ao trabalho; e *utilitarista*, vêem o lazer como instrumento de recuperação e ampliação da força de trabalho.

Pode-se observar tal funcionalismo em uma definição de lazer proposta por Requixa (1980, p. 35): “uma ocupação não-obrigatória, de livre escolha do indivíduo que a vive e cujos valores propiciam condições de recuperação psicossomática e de desenvolvimento pessoal e social”.

Camargo (1986, p. 34) também não deixa por menos:

O lazer [...] busca compensar ou substituir algum esforço que a vida social impõe. Assim é ir ao cinema

para descarregar as tensões do trabalho ou quebrar a rotina sedentária com uma corrida em um parque. Esta é a propriedade mais óbvia do lazer [...], o lazer é compensatório na sua forma mais crua, de liberação da fadiga e de reposição das energias para o trabalho no dia seguinte.

Conforme tais definições, seria o lazer um apêndice do trabalho, como forma de aliviar todas as tensões, equilibrando o bem estar social dos indivíduos, visto como um ideal de felicidade para os descontentamentos da vida no trabalho.

Não obstante, vê-se aqui a possibilidade de vivenciar um outro lazer. Lazer este que seja visto como tempo e espaço privilegiado para a vivência lúdica, considerando que é no lúdico que o homem se deixa desgovernar com relação aos sistemas, significando uma experiência revolucionária, permitindo não só consumir cultura, mas também criá-la e recriá-la (MARCELLINO, 2007).

A ludicidade é vista como expressão humana, linguagem criadora capaz de gerar momentos questionadores da lógica vigente, portanto, possibilitadora de (re)organização da vida e (re)elaboração de valores.

Neste sentido, destaca-se e corrobora-se com a definição de lazer apontada por Mascarenhas (2003, p. 11), entendendo-o como um “fenômeno tipicamente moderno resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia”.

Destacando-se o plano cultural, é fundamental a sinalização de Marcellino (2007), preconizando uma atividade crítica e criativa em detrimento de uma atividade conformista. Neste sentido, o lazer passa a ter outra configuração, constituindo-se como: cultura vivenciada no tempo disponível, mediante a vivência dos seus diversos conteúdos culturais (sociais, artísticos, intelectuais, físico-esportivos, manuais e turísticos); tempo privilegiado para mudanças de ordem moral e cultural; portador de um duplo aspecto educativo, veículo e objeto de educação (educação *pele* lazer e *para* o lazer); e possibilitador de mobilização e participação cultural.

Porém, as considerações de Antunes (1999) não podem deixar de ser observadas: “uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho” (p. 175). Portanto, não se pode compatibilizar trabalho estranhado e fetichizado com tempo verdadeiramente livre. Somente com a demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho, ou seja, por meio de um metabolismo social constituído por uma nova sociabilidade, cuja atividade vital seja autodeterminada, possibilitará que liberdade e necessidade se realizem mutuamente.

### **Procedimentos Metodológicos**

Esta pesquisa está pautada nos pressupostos teórico-metodológicos do Materialismo Histórico Dialético. Neste sentido, não é possível pensar os fenômenos sociais, e aqui incluído o lazer, descolados de sua base material, ou seja, sem considerar o *princípio da totalidade*. Isto porque é a base material que explicitará a forma na qual determinado fenômeno irá tomar, apresentando-se em toda a sua complexidade, estando todas as suas dimensões articuladas. Não se pode entender os fatos sociais como fenômenos isolados, como fatos em si (KOSIK, 1986).

Aquilo que se caracteriza como um movimento o qual possibilita compreender a realidade nas suas íntimas e complexas determinações é um campo de forças contraditórias, constituindo-se no *princípio da contradição*. Para Chauí (2006), a contradição é o movimento da realidade, e não deve ser tomada como oposição.

Os fenômenos sociais devem ser apreendidos por meio de um processo e resultados de relações complexas e contraditórias, devido à natureza classista da sociedade. Portanto, a primeira realidade a se tomar consciência é a luta de classes, e tais fenômenos devem ser inseridos na totalidade concreta da sociedade burguesa (CHAUI, 2006).

Compreendida a contradição, é necessário entender que esta opera por meio da negação, a *negação interna*, sendo que ela existe quando o que é negado é a própria realidade de um dos termos, ou seja, só há a existência de algo devido também a existência de algo que não aquele próprio. Neste caso, um determinado indivíduo só se torna para si por meio do outro, como, por exemplo, a existência de senhores e não-senhores, escravos e não-escravos, dominadores e não-dominadores.

Conforme aponta Chauí (2006), uma negação interna é “dividida num pólo positivo e num pólo negativo, pólo este que é negativo daquele positivo e de nenhum outro. [...] Quando digo ‘A não é B’, a negação é externa; mas quando digo ‘A é não-A’, a negação é interna” (p. 38). E vai além:

Assim, o escravo é o não-senhor e o senhor é o não-escravo, e só haverá escravo onde houver senhor, e só haverá senhor onde houver escravo. [...] Para haver um senhor é necessário haver um escravo; para haver um escravo é necessário haver um senhor. Ambos só existem como relação. Que é verdadeiramente um senhor? Aquele que sobrevive graças ao trabalho do escravo, que é sua negação. [...] Assim, o senhor vive graças ao não-senhor. [...] Temos a contradição. (p. 39).

Mais interessante é destacar que as contradições são produzidas devido ao movimento da história, não sendo, portanto, fatos naturalizados do mundo em si. A superação destas contradições se fundamenta na luta de classes, e constituem o movimento histórico fundado nas lutas sociais, as quais determinam as condições de trabalho, ou seja, de produção e reprodução da existência social dos homens, motor da dialética materialista (CHAUI, 2006).

Como forma de desenvolvimento deste estudo, de modo a garantir que os objetivos sejam alcançados, pensando-se em uma ação educativa, este trabalho pautar-se-á no método da pesquisa-ação, preconizado por Thiollent (2008).

Segundo o autor, a pesquisa-ação consiste em um método de pesquisa, a qual contém diversas técnicas particulares em cada momento ou fase do processo investigativo, entre elas as entrevistas coletiva ou individual, observação participante, diários de campo, histórias de vida e questionários, balizados por uma determinada forma de raciocínio, aqui já definido e explicado.

O método da pesquisa-ação se justifica, a priori, pela natureza de intervenção social deste trabalho, sendo que a mesma possibilita a construção do conhecimento por meio da resolução de problemas pela coletividade, de modo que a participação dos indivíduos envolvidos realmente confira aos mesmos o papel de sujeitos ativos, reunidos e cooperando com os processos decisórios e ações desenvolvidas (THIOLLENT, 2008), aproximando-se do conceito de educação popular discutido anteriormente. Como destaca, “Na pesquisa-ação, uma capacidade de aprendizagem é associada ao processo de investigação. [...] O fato de associar pesquisa-ação e aprendizagem sem dúvida possui maior relevância na pesquisa educacional” (p. 71).

Para cumprir com os objetivos, destaca-se, a princípio, as seguintes etapas: conhecimento da realidade; análise e discussão diagnóstica da realidade (com membros da comunidade); planejamento coletivo das ações; intervenção na realidade; e avaliação.

Este trabalho terá, como participantes, sujeitos de uma comunidade rural localizada no Córrego do Brejaúba, distrito de Governador Valadares, na região do Vale do Aço, leste de Minas Gerais, caracterizada por uma população a qual vive do trabalho no campo.

## REFERÊNCIAS

ALVES, G. Trabalho, subjetividade e lazer: estranhamento, fetichismo e reificação no capitalismo global. In: PADILHA, V. (Org.). *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 19-49.

ANDRADE, J. Implementação de uma política de lazer para a cooperativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST): relato de pesquisa-ação. In: PADILHA, V. (Org.). *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 213-257.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaios e metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

CAMARGO, L. O. L. *O que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAUI, M. *O que é ideologia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DE GRAZIA, S. *Tiempo, trabajo y ocio*. Madri: Tecnos, 1966.

ELIAS, N. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.



- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários para a prática educativa*. 36. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. *Que fazer: teoria e prática em educação popular*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GOMES, C. L.(Org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- LUKÁCS, G. *Ontologia del ser social*. Madrid: Akal, 2007.
- MARCELLINO, N. C. Lazer e cultura: algumas aproximações. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Lazer e cultura*. Campinas: Alínea, 2007, p. 9-30.
- MARCELLINO, N. C. *Lazer e educação*. 6. ed. Campinas: Papirus, 2000.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, K. *O Capital*, Livro 1, Volume 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- MASCARENHAS, F. Em busca do ócio perdido: idealismo, panacéia e predição histórica à sombra do lazer. In: PADILHA, V. (Org.). *Dialética do lazer*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 75-103.
- MASCARENHAS, F. *Lazer como prática de liberdade*. Goiânia: UFG, 2003.
- MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MÉSZÁROS, I. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.
- NETTO, J. P. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- PADILHA, V. *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito*. Campinas: Alínea, 2000.
- REQUIXA, R. *Sugestão de diretrizes para uma política nacional de lazer*. São Paulo: SESC, 1980.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- THOMPSON, E. P. O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo. In: SILVA, T. T. (Org.). *Trabalho, educação e prática social*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991, p. 44-93.
- WERNECK, C. L. G. Lazer e mercado: panorama atual e implicações na sociedade brasileira. In: WERNECK, C. L. G.; STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. (Orgs.). *Lazer e mercado*. Campinas: Papirus, 2001, p. 13-44.

## PENSANDO A EDUCAÇÃO PARA O LAZER

Cae Rodrigues<sup>191</sup>

Ricardo Peixoto Stevaux<sup>192</sup>

**RESUMO:** O objetivo principal do presente ensaio é buscar uma compreensão entre as relações entre os fenômenos “tempo” e “lazer” que justifique a suposta necessidade contemporânea de uma educação para o lazer. Para tanto, apresenta-se o estudo dividido em três partes. Na primeira destacam-se as transformações conceituais dos fenômenos “tempo” e “lazer”, principalmente no último século, e as principais relações que permeiam essas transformações. Na segunda parte enfatizam-se as relações dos fenômenos “tempo livre” e “lazer” num contexto mais contemporâneo. Na terceira e última parte, busca-se justificar a necessidade atual da educação para o lazer, partindo das idéias apresentadas nas duas primeiras partes do trabalho. Espera-se, a partir dessa discussão, colaborar para a educação para o lazer, no âmbito da pesquisa e da prática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Educação. Tempo.

### Tempo e lazer

A proposta desta primeira discussão é analisar as mudanças mais significativas nas concepções e, conseqüentemente, nas práticas de lazer que ocorreram especialmente no último século, o que quase obrigatoriamente significa discutir as mudanças nas concepções de tempo que ocorreram nesse período. Segundo Woodcock, (1990, p.120). “*Não há nada que diferencie tanto a sociedade Ocidental de nossos dias das sociedades mais antigas da Europa e do Oriente do que o conceito de tempo.*”. Visto pelos antigos gregos e chineses como um processo natural de mudança, representado pelos processos cíclicos da natureza, pela sucessão dos dias, noites e estações do ano, o tempo transforma-se, para o homem ocidental civilizado, em maestro de um mundo que vive de acordo com símbolos mecânicos das horas marcadas pela exatidão matemática do relógio (WOODCOCK, 1990).

A dependência do trabalho fabril, tendência que se tornou mais forte que o trabalho ocupado com os meios de subsistência de outrora, e a subsequente perda dos meios de organização, costumes e tradições da vida do trabalhador foram acompanhados pela “*perda de uma concepção de tempo vinculada aos ciclos naturais das sociedades pré-industriais*” (DECCA, 2002, p.63). Com a perda dessa concepção de tempo ligada aos ciclos naturais do meio rural uma nova concepção de tempo se desenvolve no meio urbano. Um tempo para medir as atividades comerciais, um tempo que afirma a presença de uma doutrina puritana (o protestantismo), um tempo em sincronia com as práticas sociais e culturais que se expandiam na Europa entre os séculos XIV e XVI, um tempo regulamentado pelo relógio (DECCA, 2002). Neste sentido, tornamos o relógio na “*primeira máquina automática que conseguiu adquirir uma função social.*” (WOODCOCK, 1990, p.122), tornando possível a “*regulamentação e arregimentação*” da vida dos homens, e assegurando o funcionamento de um novo sistema de trabalho (*id. Ibid.*).

Se o tempo não é uma dimensão cronológica, medida em dias, meses e anos, “*mas sim um horizonte de possibilidades do Ser*”, como afirma Joel Martins (1991), o Ser, no caso o ser humano, começava a conhecer possibilidades que antes nunca sonhara. O conceito de tempo não só ganhava novas possibilidades, uma nova cara, mas se dividiu, e ganhou diversas caras, com “*personalidades*” bem diferentes. Uma virtuosa, o “tempo de trabalho”, a outra suspeita, “o tempo de não-trabalho”: é tempo de lazer e do descanso, ou é tempo de ócio e do desperdício? De qualquer maneira, surge uma nova noção antes desconhecida nas sociedades pré-capitalistas, a noção de perda e desperdício de tempo (DECCA, 2002).

Seguindo essa lógica, o tempo de trabalho pode ser visto como “tempo produtivo” e o tempo de não-trabalho pode ser visto como “tempo de ócio”, mas não aquele ócio glorificado da antiguidade grega e latina, virtuoso tempo para reflexão e atividade que dá sentido à existência humana, mas um ócio carregado de valores sociais que partiam das idéias de reformadores religiosos como Calvino, como algo que estimula o vício e que afasta da salvação (ALVAREZ, 2002). Nesta perspectiva, que segue uma mentalidade religiosa de seitas protestantes, especialmente o calvinismo, o trabalho é tomado como fim em si mesmo, colocando-se como valor supremo e “*como fim último que deveria suprir não apenas nossa existência material, mas também nossa vida espiritual. O ócio, por sua vez, será relegado ao*

<sup>191</sup> Doutorando em Educação, Universidade Federal de São Carlos

<sup>192</sup> Licenciado em Educação Física, Universidade Federal de São Carlos

*plano do vício e do pecado.*” (ALVAREZ, 2002, p.115). Com a ascensão da burguesia do trabalho, que edificou o comércio e a indústria, a ociosidade caiu em desgraça, e poucos ainda lembravam-se do ócio como “*mãe de todas as virtudes do homem*” (DUMAZEDIER, 2001, p.53).

Porém, não seria por muito tempo que o ócio carregaria a pesada cruz na qual se pregavam vagabundos e pecadores, pois algo aconteceria que surpreenderia as expectativas dos que lutavam por um mundo mais homogêneo, no qual o homem trabalharia, pensaria e agiria seguindo um código de moral e conduta igual para todos. Pois o processo de racionalização, que caracteriza a modernidade ocidental, constrói caminhos cada vez mais autônomos e heterogêneos para as diferentes dimensões da vida social. Neste sentido, a religião, a arte, a ciência, os direitos, e também o ócio, percorrem caminhos cada vez mais distintos e diferenciados (ALVAREZ, 2002). O ócio não aparece mais somente como o “*resto não-racionalizável de um mundo social dominado pela idéia do trabalho como vocação, como o tempo residual que não pode ser totalmente utilizado em favor da atividade produtiva*” (ALVAREZ, 2002, p.117), e o próprio “tempo livre”, aquele tempo de “não-trabalho”, passa a ser uma esfera administrada da vida social.

Com isso, é o lazer que começa a passar por grandes transformações. Como esfera da vida social, o lazer começa a constituir-se em mercado, e alguns fatores foram significativamente importantes como premissas necessárias para a constituição do mercado do lazer. O encurtamento da jornada de trabalho (constituindo-se em possibilidade de aumento do “tempo livre” para o lazer), a melhoria dos salários e dos direitos sociais do trabalhador (constituindo-se em possibilidade de maior consumo do lazer), a concentração dos capitais em busca de novas áreas de aplicação (constituindo-se em possibilidade de expansão dos espaços de lazer e da melhoria em geral da estrutura do lazer como produto), o progresso dos meios de transporte e a popularização do turismo (constituindo-se em possibilidade de maior contato com espaços de lazer antes inacessíveis), as inovações tecnológicas, que propiciaram o aparecimento de novos campos de atividades, como a televisão e o rádio (constituindo-se em possibilidade de maior divulgação do fenômeno “lazer”, assim como incentivo para o consumo do lazer) (VIEITEZ, 2002).

Em suma, a mudança mais significativa do lazer foi a transformação de uma atividade predominantemente individual e privada para objeto de exploração sistemática do capital, pois, com a generalização do capital por praticamente todos os setores da vida social, também o lazer torna-se objeto de exploração econômica desse capital (VIEITEZ, 2002). O lazer assume uma característica fundamentalmente paradoxal, pois, ao mesmo tempo que o indivíduo passa a ter mais “tempo livre”, conjuntamente com uma melhoria geral no universo estrutural do fenômeno “lazer”, esse “tempo livre”, controlado pelo capital (alicerçado em um mercado de lazer muito bem estruturado), torna-se, também, um tempo disciplinado pela lógica instrumental do cálculo e do planejamento. O ócio transforma-se em lazer administrado (ALVAREZ, 2002).

O próximo passo torna-se, de certa maneira, previsível. Com a mudança das características fundamentais do lazer,

Concomitantemente, os mecanismos de *controle* do lazer mudaram de forma. Erigido em atividade econômica do capital e elevado à dimensão de atividade de massas, o lazer tornou-se objeto de controle *imediat*o do capital. Mais que isso, combinando-se com a indústria cultural, tornou-se meio generalizado de *controle* social, caracterizando-se assim como *lazer alienado*. (VIEITEZ, 2002, p.144)

Neste sentido, o “tempo de não-trabalho”, muito mais do que um “tempo de lazer” ou um “tempo de descanso”, no sentido empregado pelo tempo para o ócio, bate ao mesmo ritmo e segue o mesmo caminho alienante do trabalho, como se o indivíduo se contentasse em vender sua força de trabalho, como se fosse uma mercadoria, para posteriormente poder usufruir o produto dessa venda no tempo fora do trabalho (DUMAZEDIER, 2001). Como destaca Woodcock,

O operário transforma-se, por sua vez, num especialista em ‘olhar o relógio’, preocupado apenas em saber quando poderá escapar para gozar as suas escassas e monótonas formas de lazer que a sociedade industrial lhe proporciona; onde ele, para ‘matar o tempo’, programará tantas atividades mecânicas com tempo marcado, como ir ao cinema, ouvir rádio e ler jornais, quanto permitir o seu salário e o seu cansaço. (1990, p.123)

Finalmente, o tempo começa a perder as suas múltiplas e contraditórias “caras” e, gradativamente,

vai novamente se tornando em um tempo único. Pois, seguindo essa tendência, na qual o “tempo de trabalho” e o “tempo de não-trabalho” seguem o mesmo ritmo, o mesmo caminho, tende-se à superação dessa divisão. O relógio não marca mais somente o rendimento produtivo dentro das paredes das fábricas, mas ganha autonomia para marcar também os passos cotidianos do homem fora do espaço de trabalho, no que Thompson chamava de “esportização do cotidiano”, e os recordes, as performances, os desempenhos, e outros termos associados à produtividade do trabalho hoje formam a base dos treinamentos e competições esportivas e diminui progressivamente a distância entre “tempo de trabalho” e “tempo livre”. *“Não é mais nas fábricas que o relógio assegura a posição de um bem que é signo de status social, seja pelo seu uso por patrões ou por trabalhadores, mas nas academias esportivas e nas competições onde o recorde e a performance são as medidas do novo status social.”* (DECCA, 2002, p.72).

A importância dessa primeira discussão está na compreensão das transformações mais significativas envolta do fenômeno “lazer” e a relação direta que essas transformações encontram no fenômeno “tempo”. Segundo Dumazedier (a quase 50 anos atrás),

em menos de cinquenta anos, o lazer afirmou-se, não somente, com uma possibilidade atraente mas, também, como um valor. [...] Nos dias de hoje, o lazer funda uma nova moral de felicidade. É um homem incompleto, atrasado e de certo modo alienado, aquele que não aproveita ou não sabe aproveitar seu tempo livre (2001, p.25).

Neste sentido, pretende-se, no seguinte tópico, aprofundar a discussão das relações entre o “tempo livre” e as práticas de lazer contemporâneas.

### **Tempo livre e lazer**

Compositor de destinos, tambor de todos os ritmos...tempo, tempo, tempo, tempo...entro num acordo contigo;  
Por seres tão inventivo, e pareceres contínuo...tempo, tempo, tempo, tempo...és um dos deuses mais lindos...  
Caetano Veloso (Trecho da música “Oração ao tempo”, do disco de 1979, “Cinema Transcendental”)

Independente da época, para compreender a organização social, a cultura e até mesmo o misticismo acerca de uma sociedade ou civilização, deve-se compreender sua relação com o “tempo”. Deleite dos vagabundos, inspiração de poetas, o mesmo tempo que passa num piscar de olhos durante uma conversa descontraída, é o que dura uma eternidade durante um sacrifício. Pois o tempo não é somente uma sucessão de eventos que são registrados, uma justaposição de acontecimentos externos, mas origina-se das emaranhadas relações com as coisas em si mesma, do homem sendo com outros no mundo e, neste sentido, o homem é tempo (MARTINS, 1991). O homem é tempo no trabalho, e o homem é tempo livre. Mas será que esses tempos são realmente diferentes?

Como já discutido anteriormente, com o cálculo, o planejamento e o lucro, ou seja, com a colonização do “tempo livre” pela racionalidade instrumental, os conceitos de “tempo de não-trabalho” e de “tempo de trabalho” tendem cada vez mais a se aproximarem. Segundo Alvarez,

o que a princípio aparecia como um perigoso ‘resto’ para a sociedade do trabalho, o tempo livre que, ao ser utilizado de modo autônomo pelas classes trabalhadoras, criava um espaço de resistência e crítica, vai se tornar gradativamente mais uma das esferas racionalizadas da vida social moderna (2002, p.118).

Neste sentido, o “tempo livre” não é realmente livre, uma vez que carrega todo o peso de um mercado do lazer, de um compromisso com a obrigação, de um descompromisso com o ócio, da necessidade de diferenciar-se do tempo de trabalho. Mas, com a aproximação do tempo do lazer com o tempo de trabalho, o que ocorre é o oposto, e já são comuns os indivíduos que não conseguem se adaptar ao tempo desestruturado dos finais de semana, ou indivíduos que transferem sua obsessão pela atividade do tempo do trabalho para o tempo do lazer, buscando ser tão produtivo no ócio quanto no trabalho, gerando uma vocação não apenas para o trabalho, mas também para o lazer (ALVAREZ, 2002). O lazer não só perde-se como possibilidade de uma alternativa à opressão da sociedade técnica, mas torna-se instrumento de duplicação dessa opressão (*id. Ibid.*).

Em face do aumento do tempo de lazer com relação ao tempo de trabalho, e dos fenômenos emergentes dessa relação, houve um aumento considerável de estudos sobre o ócio, o lazer e o tempo livre nas últimas décadas, e “os sociólogos instrumentais saem na frente em busca de modelos capazes de garantir o melhor equilíbrio para uma sociedade cada vez mais voltada para o tempo livre” (DECCA, 2002, p.72). Na atualidade, os estudos sobre o lazer seguem duas tendências distintas e antagônicas, uma que concebe o lazer cada vez mais como mercadoria e outra que considera o lazer como fenômeno social, cultural e historicamente constituído em nossa sociedade (PINTO, 2001). Os autores que trabalham com a visão do lazer como mercadoria consideram que:

O lazer é carregado do sentido de atividade, cumprindo as funções de descanso, divertimento e desenvolvimento social com fins moralistas (canalização das tensões e reduções dos problemas sociais; válvula de escape e meio de segurança da sociedade), compensatórios (manutenção do *status quo* e descanso voltado à recuperação da força de trabalho) e utilitários (instrumento de paz social e de mercadoria; entretenimento que demanda o consumo de atividades, bens e serviços) (PINTO, 2001, p.92).

Já os autores que trabalham com a visão do lazer como fenômeno social entendem que da vivência do lazer podem emergir valores questionadores da própria ordem estabelecida, compreendendo o lazer como “componente da cultura, no seu sentido mais amplo, vivenciada no tempo disponível das pessoas, considerando-se, particularmente, a qualidade lúdica dessa vivência. Esse conceito de lazer articula-se com a experiência da recreação no sentido de recriar, gerar algo novo” (PINTO, 2001, p.93). Nesse mesmo sentido, Decca (2002) também defende duas visões antagônicas do lazer, que pode ser percebido como espaços e parcelas de tempo não administrados pelo capitalismo (que seria compatível com a visão de lazer como fenômeno social) ou pode ser visto sob o ângulo da administração do tempo livre complementar ao trabalho organizado oriundo da racionalização moderna do capital (lazer como mercadoria). Já Marcellino (1996) afirma que a tendência que se verifica entre os estudiosos na atualidade considera o lazer em vista do tempo (atividades desenvolvidas no tempo liberado das obrigações profissionais, tanto as de trabalho como as familiares, sociais e religiosas) e da atitude (tipo de relação entre o sujeito e a experiência de lazer).

Porém, com o crescimento e fortalecimento cada vez maior das “indústrias de lazer”, que explicita de forma clara que a administração do lazer é um negócio extremamente rentável, o homem torna-se dependente desse consumo do produto lazer. Os pacotes turísticos são cada vez mais inflados com atrações que cativam cada segundo do turista consumidor, que não tem a oportunidade de um momento maior de contemplação, atrapalhando um possível processo de aprendizagem decorrente da reflexão sobre sua própria prática de lazer. O indivíduo, em vez de trazer para seu cotidiano o lazer, e aprender com essas práticas, prefere usar o lazer como “válvula de escape” ou de “fuga” do cotidiano. Mas Dumazedier já dizia que o lazer só é compreendido quando praticado dentro de uma dialética da vida cotidiana, pois “o lazer não tem qualquer significado em si mesmo” (2001, p.32).

Parece que, em meio a todas as transformações que permearam o fenômeno “tempo” e, conseqüentemente, “lazer”, o homem se perdeu. Confundi-se seu senso crítico, e a liberdade de escolha parece ser cada vez mais abafada pela ensurdecadora voz do capital. Será que chegamos ao ponto no qual se tornou necessária uma educação para o lazer?

### **Educação para o lazer**

Se, extirpando do peito o vício que a domina e que avilta sua natureza, a classe operária se levantasse em sua força terrível não para exigir os *Direitos do Homem*, que não passam dos direitos da exploração capitalista; não para reivindicar o *Direito ao Trabalho*, que não passa do direito à miséria, mas para forjar uma lei de bronze que proíba o trabalho além de três horas diárias, a Terra, a velha Terra, tremendo de alegria, sentiria brotar dentro de si um novo universo... (LAFARGUE, 1999, p.112).

Se a idéia de Lafargue fosse factualmente implantada, imagine quanto tempo disponível para o lazer o homem passaria a ter. Mas será que esse indivíduo saberia o que fazer com tanto tempo nas mãos, ou o único beneficiado dessa transição seria o vasto e diversificado mercado do lazer? Segundo Adorno, as pessoas perderam a sua capacidade criativa, e “não percebem o quanto não são livres lá onde mais livres se sentem, porque a regra de tal ausência de liberdade foi abstraída delas” (1995, p.74). Mas como será que a cultura do consumo conseguiu driblar a criatividade do homem e tornar-se a principal

referência no campo do lazer?

Pois a resposta é bastante esclarecedora. Nas primeiras décadas do século XX, quando o desenvolvimento cultural dava os primeiros passos em direção a uma consolidação nacional, também se iniciava uma sociedade de produção industrial. E foi assim, sem praticamente nenhuma tradição cultural, que entramos vulneravelmente na fase de produção, na fase de consumo, situação que sem dúvida favoreceu uma grande influência da indústria cultural, “que tende a gerar necessidades padronizadas, para maior facilidade no consumo, perpetuando ou dificultando a superação de uma situação de conformismo” (MARCELLINO, 2000. p.62). Tudo o que a indústria cultural precisava era um meio de divulgação que atingisse o maior número de pessoas o mais rápido possível, mais eficiente que o jornal impresso, e até mesmo que o rádio, e não demorou muito para que a encontrasse.

A televisão, cuja influência determinou modificações sem precedentes na indústria cultural e, conseqüentemente, do lazer, apresentou números de aumento em compras que geraram uma curva pouco comum em qualquer economia doméstica (DUMAZEDIER, 2001, p.71). Nos Estados Unidos (onde pela primeira vez a extensão do fenômeno pôde ser observada em escala nacional), em 1945, aproximadamente 10,000 televisores ocupavam as estantes dos americanos. Apenas três anos depois, em 1948, o número já chegava a 1,550,000; dois anos depois, em 1950, já eram 10,000,000 televisores; em 1954, 30,000,000 e, em 1959, o número chegava a 51,050,000 (DUMAZEDIER, 2001). Se nos anos vinte o comportamento social e o estilo de vida de lazer já seguiam normas e padrões divulgados pelo cinema, pela imprensa tablóide, pelas revistas de circulação de massa e pelo rádio (FEATHERSTONE, 1990), imagine a contribuição da televisão para esse quadro.

Com a popularização do aparelho televisor, e com o avanço das tecnologias de transmissão áudio-visual, propiciando programações cada vez mais diversificadas e inovadoras, a grande maioria do tempo disponível passa a ser usufruído nos próprios locais de moradia (MARCELLINO, 2000), e são tantos os problemas dessa nova cultura sedentária. As atividades de lazer que requereriam certa mobilidade e gasto energético, como as práticas esportivas e similares, são trocadas por uma prática sedentária, na qual, com o surgimento do controle remoto, o indivíduo nem precisa levantar-se para mudar de canal, com certeza contribuindo com o índice cada vez maior de doenças relacionadas ao sedentarismo. Além do mais, é uma prática de lazer totalmente voltada ao consumo. Segundo Featherstone (1990, p.10), “a lógica interna da cultura do consumo depende do cultivo de um apetite insaciável para consumir imagens”, e essas imagens são, na grande maioria, propagandas que incentivam a perpetuação de uma cultura de consumo indiscriminado.

Outro problema decorrente dessa cultura de lazer ligada à televisão é a sobreposição de culturas politicamente e economicamente dominantes sobre manifestações culturais autênticas, tanto em nível global quanto regional. Não se pretende com essa afirmação classificar a televisão como veículo alienante, uma vez que esta apenas expressa uma manifestação socialmente construída, ou seja, é o próprio coletivo de indivíduos que, assistindo aos seus programas favoritos, escolhem e constroem uma programação. O grande problema é que essa programação sempre seguirá a tendência de uma cultura politicamente e economicamente dominante. Nesse sentido, ocorrerá uma sobreposição dessas culturas dominantes, em nível global (países de primeiro mundo sobre países de terceiro mundo) e regional (por exemplo, no Brasil, o eixo Rio-São Paulo sobre as demais regiões) sobre as manifestações culturais autênticas das demais regiões, como, por exemplo, uma valorização do Cowboy americano sobre o Sertanejo brasileiro, ou a valorização da beleza da mulher carioca sobre a da mulher nordestina. Marcellino (2001, p.70) afirma que esse fato, assim como “o crescente processo de urbanização, vem contribuindo para o desaparecimento de manifestações culturais autênticas, nos vários gêneros, notadamente das festas, tanto lúdico-religiosas como lúdico-folclóricas”.

Diante desses fatos, de manifestações de lazer cada vez mais dependentes da indústria do lazer, que, alicerçada sobre a força da propaganda, rapidamente conquista novos espaços de atuação, destaca-se novamente a pergunta que deu origem a essa discussão: Será que chegamos ao ponto no qual se tornou necessária uma educação para o lazer? Para Marcellino (2000), o aprendizado para o desenvolvimento de atividades no “tempo disponível”, de atividades de lazer, é necessário, e essa educação para o lazer consiste no aprendizado para o uso do tempo livre. Segundo o autor,

para a prática positiva das atividades de lazer é necessário o aprendizado, o estímulo, a iniciação, que possibilitem a passagem de níveis menos elaborados, simples, para níveis mais elaborados, complexos, com o enriquecimento do espírito crítico, na prática ou na observação” (2000, p.58).

Como todo processo educativo, a educação da criança é um dos elementos fundamentais na tentativa de amenizar os problemas vigentes que permeiam o campo do lazer, mas não a educação da criança como “futuro adulto”, e sim como consumidora ativa de cultura. Considerar a criança como um adulto potencial, pensando na transformação do corpo infantil brincante no corpo adulto produtor, supõe que a criança, como criança, nada é. Assim, “o brinquedo deixa de ser um fim em si mesmo e é instrumentalizado em nome da produtividade” e “a criança que brinca é nada mais que um meio para o adulto que produz” (MARCELLINO, 2000, p.108). É nessa perspectiva que os estímulos para o lazer são orientados, numa perspectiva de preparação infantil para a produtividade, o que ocorre pela inserção da criança em escolinhas especializadas em setores culturais de acordo com o que se espera para o seu futuro (MARCELLINO, 2000).

No entanto, a criança, como criança, é um dos principais alvos do mercado de lazer, pois, além de ter a sua disposição uma infinidade de produtos especificamente a ela dirigidos, também ajuda na formação de hábitos de consumo no âmbito familiar (*id. Ibid.*). Quando o coelhinho de certa propaganda de cereal cativa a criança, toda a família provavelmente passará a consumir esse cereal, ou quando os recreadores infantis de um hotel cativam a amizade de certa criança, muito provavelmente toda a família passará a freqüentar o hotel em seu “tempo livre”. Mas a criança, além de consumidora de cultura, aliás, sendo consumidora de cultura, torna-se também produtora de cultura. Como produtora de cultura, a criança precisa de espaço para essa criação, pois, impossibilitada, torna-se consumidora passiva (MARCELLINO, 2000). O grande problema é que, na sociedade contemporânea, principalmente nos grandes centros urbanos, as crianças possuem cada vez menos tempo e espaço para essa criação, e a educação que não a considera em sua concretude (e sim como adulto potencial) tende a reforçar essa situação, ao invés de contribuir para mudanças (*id. Ibid.*).

Existem ainda outros riscos precedentes e que derivam da forma como se processa a educação para o lazer, como a possibilidade de reforçar-se a ideologia dominante pela orientação por valores conservadores, “compensatórios” (prática de lazer que objetiva compensar a monotonia do trabalho ou da escola), “moralistas” (prática de lazer que reforça o código de moral vigente) ou “utilitaristas” (prática de lazer que reforça os interesses institucionais, como a Ginástica Laboral que melhora a disposição do trabalhador ou a aula de educação física que distrai o aluno entre as aulas “realmente importantes”), que centram os conteúdos e privilegiam o “produto” (MARCELLINO, 2000). A escola, estando exposta a esses riscos, carrega um papel muito importante no processo de educação para o lazer, uma vez que

os conteúdos vinculados durante as brincadeiras infantis bem como os temas de brincadeiras, os materiais para brincar, as oportunidades para interações sociais e o tempo disponível são todos fatores que dependem basicamente do currículo proposto pela escola (KISHIMOTO, 1999, p.39).

No entanto, o que freqüentemente se vê no âmbito escolar, nas tentativas de adaptação dos valores vivenciados no lazer com a prática educativa, é uma confusão entre “orientação e motivação” e o simples “deixar fazer”, entre “facilitação para a liberdade de expressão” e “total omissão”, o que é evidenciado por professores espectadores, ausentes do desenvolvimento de atividades considerando-as como fins em si mesmas e não “parte de um plano de objetivos educacionais a serem atingidos” (MARCELLINO, 2000, p.98). O professor deve assumir seu papel como parte ativa do processo educativo, facilitando os meios para a livre expressão da criança, e apresentado as distintas e diversificadas alternativas que o lazer oferece. Só assim o lazer poderá assumir-se como potencialidade para o desenvolvimento pessoal e social, “tanto cumprindo objetivos consumatórios, como o relaxamento e o prazer propiciados pela prática ou pela contemplação, quanto objetivos instrumentais, no sentido de contribuir para a compreensão da realidade” (MARCELLINO, 2000, p.60).

Não poderia faltar nesses últimos parágrafos o amplamente discutido conceito de tempo, que permeou toda a apresentação desse ensaio. Joel Martins, durante uma palestra proferida na PUC São Paulo em 1991, lembrou os conceitos de tempo da Grécia antiga para ressaltar que o homem não é Kronos, ou seja, um tempo cronológico, o homem é Kairós, um tempo de prosseguimento além da razão, um tempo vivido numa determinação consciente e efetiva da nossa existência. Pois é exatamente sob essa perspectiva que o homem deve descobrir-se como ser-no-mundo, e é exatamente sob essa perspectiva que o homem poderá falar mais alto que a ensurdecadora voz do capital, e reencontrar-se com as raízes conceituais do ócio, virtuoso tempo para reflexão e atividade que dá sentido à existência

humana.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. Tempo Livre. In: \_\_\_\_\_. Palavras e sinais: modelos críticos. 2ª ed. Vozes: Petrópolis, 1995. pp. 70-82.
- ALVAREZ, Marcos César. Racionalização, trabalho e ócio: reflexões a partir de Max Weber. In: Bruhs, Heloísa T. Lazer e Ciências Sociais: diálogos pertinentes. São Paulo: Chronos, 2002.
- DECCA, Edgar Salvadori De. E. P. Thompson: tempo e lazer nas sociedades modernas. In: Bruhs, Heloísa T. Lazer e Ciências Sociais: diálogos pertinentes. São Paulo: Chronos, 2002.
- DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e Cultura Popular. 3ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- FEATHERSTONE, M., HEPWORTH, M., TURNER, B. S. The Body: social process and cultural theory. London: Sage Publications, 1990.
- KISHIMOTO, T. Morchida. Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- LAFARGUE, Paul. O Direito à Preguiça. São Paulo: Hucitec Unesp, 1999.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e Educação. 6ªed. Campinas: Papyrus, 2000.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. Estudos do Lazer: uma introdução. 2ª ed. Campinas: Editora Autores Associados, 1996.
- MARTINS, Joel. Não somos chrono's somos kairós. Palestra proferida por ocasião do evento O envelhecer na PUC, São Paulo, PUC, 23/04/1991.
- PINTO, Leila M. S. De Magalhães. Dicionário crítico da Educação: Lazer. Presença Pedagógica, v.7, n.40. 2001. pp.90-93.
- VIEITEZ, Candido Giraldez. Marx, o trabalho e a evolução do lazer. In: Bruhs, Heloísa T. Lazer e Ciências Sociais: diálogos pertinentes. São Paulo: Chronos, 2002.
- WOODCOCK, George. Os Grandes Escritos Anarquistas. 4ªed. Porto Alegre: L&pm Editores, 1990.



## LAZER –EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA O LAZER NO ENSINO MÉDIO

*Flora de Lima Monteiro*<sup>193</sup>  
*Luciene Ferreira da Silva*<sup>194</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste estudo foi o de investigar o acesso ao lazer e a interferência da Educação para o Lazer via escola. Focou o lazer-educação para atuação com este nível de ensino, que demonstra desinteresse pelas aulas de Educação Física e se encontra pressionado para o ingresso no mundo do trabalho, através da escolha profissional e entrada no Ensino Superior. Tratou-se de uma pesquisa exploratória, com enfoque quali-quantitativo, com pesquisas bibliográfica e documental. Houve pesquisa de campo: aplicação de questionários e observação de aulas de Educação Física. Concluiu-se que os sujeitos não possuíam discernimento sobre o tempo livre e sobre sua importância para o lazer. Que atribuíam necessidade de ocupação do tempo com obrigações e que não percebiam o lazer como forma de desenvolvimento cultural na escola ou fora dela.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Educação. Ensino Médio.

### **Sobre o Lazer e o Lazer - Educação**

O lazer é um fenômeno relativamente jovem na sociedade. Devido ao aumento da população urbana, na década de 60, vamos encontrar no Brasil um lazer típico do início da industrialização, ilustrado pela passagem entre o lazer como manifestação popular e comunitária e o lazer como mercadoria de consumo disponível no mercado.

A produção de estudos sobre o lazer por conta disso, também é recente. A partir de 1970 é que a produção de conhecimento sistematizado sobre o lazer experimentou grande impulso.

ALMEIDA (2005) destaca a importância de autores para o desenvolvimento do lazer no Brasil, pois:

...vão ter visibilidade na década de 1980, quando o Brasil passa a viver o período da redemocratização, ou do afastamento planejado dos militares do poder, com a volta da preocupação com o popular e o engajamento político. Teóricos brasileiros do lazer como Marcellino, Requiça e Oliveira, vão propor em suas análises a formação de agentes culturais de lazer junto à população, recuperando a valorização do popular reprimida durante o regime militar. Eles atuavam com ou para órgãos sociais vinculados aos sindicatos patronais da indústria e do comércio, ao mesmo tempo em que compactuavam com as idéias de uma esquerda cuja importância política tendia a crescer na medida em que o regime político torna-se mais democrático. É natural, portanto que a produção, a respeito de lazer, procure privilegiar no primeiro momento temas populares e da cultura, tentando superar duas décadas de censura e repressão (ALMEIDA, 2005, p. 42).

O SESC (Serviço Social do Comércio) foi palco de palestras de Dumazedier e publicou quatro livros sobre lazer, (DUMAZEDIER, 1980a; REQUIÇA, 1980; DUMAZEDIER, 1980b; OLIVEIRA, 1982). E Segundo ALMEIDA (2005), no Brasil, Requiça e Macellino assumiram e deram continuidade as teses de Dumazedier e Parker. A entidade contava com o trabalho dos autores brasileiros e representou o marco inicial da pesquisa nacional sobre o tema.

Para Dumazedier o lazer é:

...um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou a sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais (DUMAZEDIER, 1979, p. 34).

ALMEIDA (2005) descreve o início da sistematização de um lazer pautado na industrialização do Brasil quando diz que:

---

<sup>193</sup> Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP – Departamento de Educação Física, Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Lazer –Educação – GEPL –UNESP.

<sup>194</sup> Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP – Departamento de Educação Física, Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Lazer –Educação – GEPL –UNESP, membro do Grupo de Pesquisa em Lazer – GPL-UNIMEP.

Enquanto Dumazedier na França, Parker na Inglaterra, Grazia e Veblen nos Estados Unidos já haviam construído as teorias em seus países, pautados nos clássicos e na história particular da sua industrialização, este mesmo fenômeno só vai ocorrer no Brasil após a globalização, mesmo que sem uma sistematização consensual. (ALMEIDA, 2005, p.47)

O conceito de lazer pós-moderno por não adotar referencial teórico rígido privilegia alguns aspectos do lazer como, por exemplo, o esporte de aventura, o encantamento com a natureza, turismo ecológico, o conceito de tribo e formação de grupos e o corpo como expressão da cultura.

Por outro lado temos teóricos que se apóiam nas obras de 70 e 80 dando valor as políticas públicas de lazer. Cabe ainda complementar que além da associação do lazer à educação e controle da criminalidade, sua aproximação com temas como qualidade de vida, incentivo à atividade física e valorização da cultura surgem como novas tendências no campo do lazer. (ALMEIDA, 2005)

A importância de estabelecer um vínculo da Educação Física com uma educação para e pelo lazer, merece ser destacada, pois esta pode servir para utilização da expressão corporal como manifestação da linguagem. Esta pode ser considerada, no âmbito do lazer, agente de contribuição para a compreensão do novo mundo social e é possível refletir no lazer, tanto do seu teor educativo propositivo do aspecto político. (FRANÇA, 1999)

A Educação Física enquanto área educacional pode propiciar a base necessária para que os alunos busquem o lazer fora da escola ou mesmo a utilização qualificada do seu tempo livre quando aborda o fenômeno criticamente e não apenas se sustenta na recreação enquanto forma de instrumentalização. A abordagem do lazer-educação teria que se sustentar na ludicidade enquanto cultura para se relacionar com a Educação Física.

Oliver (1999) apóia esta concepção descrevendo o lúdico como sendo:

...a alegria, a espontaneidade, a referência não aos parâmetros da racionalidade, mas a uma lógica diferente: a lógica de ser feliz agora, do construir o futuro (e não preparar-se para o dia em que ele despencará sobre nossas cabeças), do resolver o velho e construir o novo, da nova utopia, a “ordem amorosa... (OLIVER, 1999, p. 21)

O prazer não pode ser ausente na vida do ser humano. A escola não sobreviveria apenas com os deveres e disciplinas que impõem para isso têm-se algumas propostas de atividades aparentemente lúdicas, mas que na verdade propõe uma conformidade social, ou seja, a escola promove atividades que deveriam ser prazerosas, em instrumentos para a disciplina. Segundo Oliver (1999) estas atividades se dividem em: lazer educativo, lazer complementar e lazer cansativo, todos com características utilitaristas e de obrigatoriedade.

As características não são as mais plausíveis para o prazer, que ao sair do âmbito escolar prolifera suas milhares de manifestações. Oliver (1999) cita em seu artigo Rubem Alves (1987) que traduz o lazer no âmbito do jogo, sonhos e magia.

Por outro lado para Oliver (1999), o lúdico pode e deve ser considerado a partir de cinco aspectos fundamentais:

- O lúdico como fim e não como meio: ele não é o meio para se atingir objetivos, mas sim seu objetivo é a vivência do prazer;
- O lúdico é espontâneo: atividades que se opõem de obrigação ou imposição na qual prazer e dever não se encontram nem no infinito;
- O lúdico pertence à dimensão do sonho, da magia, da sensibilidade: ele não se relaciona com a realidade, pode aprofundar-se no prazer de fruição;
- O lúdico se baseia na atualidade: o tempo do lúdico é o presente e não o futuro inexistente; e
- O lúdico privilegia a criatividade, a inventividade, e a imaginação: não aceita regras e preserva-se na utilização do novo e não do velho caminho já trilhado. (OLIVER, 1999, p. 21-22)

As escolas particulares de Ensino Médio têm opções para melhorar este lazer obrigatório imposto para “tapar com uma peneira” a necessidade do ser humano de ser sensível para o prazer. Mas o que se observa é a cobrança do vestibular e da preparação para o futuro promissor, muito mais aparente.

Essa cobrança é imposta pela sociedade e apoiada pela lei que regulariza a escola. O artigo 36º da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) que diz respeito ao currículo do Ensino Médio propõe que:

Art. 36º, parágrafo III, § 4º. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional (LEI DE DIRETRIZES E BASES – LDB, 1996, p. 14).

Cada dia mais, o homem se assemelha a uma máquina. Os sentimentos são esquecidos e o disco rígido (cérebro humano) está sobrecarregado de obrigações e compromissos sociais. A necessidade de sentimentos deve ser lembrada através do lúdico ou do aproveitamento do tempo livre com o lazer nas áreas de interesse propostas por Dumazedier (1980) e apoiados por outros teóricos do lazer posteriormente.

Destes interesses, o mais próximo da Educação Física são os interesses físico-esportivos que privilegiam a cultura corporal do movimento, na prática ou na assistência, não excluindo a prática dos outros interesses.

Os instrumentos da educação podem se dividir em duas linhas, uma que ocorre na família, na rua, na igreja, no sindicato, nos clubes, nas associações, parques, praças entre outros espaços. E outra que se restringe a escola. Na segunda linha dizemos que a educação é importante referência quando pensamos na construção e consolidação de consciências críticas, criativas e questionadoras.

Para Marcellino (1990) citado por Cavalari (1999) existe a necessidade de se ter uma educação para o lazer, ou seja, ações educativas que estimulem e aumentem a diversidade das atividades praticadas, vencendo um conjunto de variáveis como sexo, idade, níveis de escolaridade e estereótipos que impedem a utilização do lazer, sendo as diferenças socioculturais as barreiras mais visíveis.

Os artigos 58 e 59 do Capítulo IV, que tem como título: “Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer”, do Estatuto da criança e do adolescente, Lei Nº. 8.069, de 13 de Julho de 1990 retiramos que:

Art. 58. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.

Art. 59. Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - Lei Nº. 8.069, 1990, s.n.).

O lazer como direito do adolescente é controlado também pela correlação que possui com a cultura e o esporte, funções que podem, dentro da escola, se manifestar nas aulas de Educação Física.

Portanto, as discussões sobre o tema giram em torno dos jogos e atividades lúdicas, mas temos que considerar as dimensões extra-escolares que elas podem assumir. Assim sendo, se instrumentaliza o lúdico e não propriamente se educa para o lazer.

Em relação ao Ensino Médio, a lei de diretrizes e bases sancionada em 20 de dezembro de 1996 (LDB 9.394), formalizando uma base comum de ensino no país previu nesta primeira sessão (1996) amparo aos professores de Educação Física, e pode-se encontrá-lo na seção I, artigo 26, parágrafo 3º que: “a educação física, integrada à proposta da escola, é componente curricular da educação básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população nos cursos noturnos” (BRASIL, 1996) e somente em 12 de dezembro de 2001, a lei 10.328 inclui a palavra “obrigatório” após a expressão “componente curricular”.

A LDB para o Ensino Médio foi alterada e proposta estabelecida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva através do Decreto da Lei nº. 10.783 de 1º de dezembro de 2003, descreve que:

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;

II – maior de trinta anos de idade;

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;

IV – amparado pelo Decreto-Lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969;

V – (VETADO)

VI – que tenha prole. (LEI DE DIRETRIZES E BASES, 2003, [s.p]).

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais PCN's – Introdução (2000) são propostos os temas transversais: Ética, Saúde, meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Orientação sexual, e, nos PCN's do Ensino Médio (1999) têm-se como conteúdos da Educação Física: esporte, ginástica, jogos, lutas e dança, e referências à saúde, à qualidade de vida e à aptidão física.

Portanto, a Educação Física, em todos os níveis recebe amparo para lidar com a cultura de maneira geral, mas com enfoque no movimento, no lúdico e no lazer.

### **Adolescência, Tempo e Sociedade**

O tempo torna-se parte integrante da vida do indivíduo desde o momento de seu nascimento. Indo um pouco mais além, quando chegamos à fase escolar temos que, de uma forma impactante lidar com os horários das aulas e da própria escola, um pouco mais ainda, quando é chegada a hora do vestibular, o adolescente corre contra o tempo para adquirir a base necessária de conhecimento ou informações, para “despejar” na prova que determinará grande parte do seu futuro.

A fisiologia mudará o formato do seu corpo, o tempo cobrará sua independência, pois é chegada a hora de ser “gente grande”, porém nem sempre a cognição e os aspectos psicológicos acompanham paralelamente esse processo de desenvolvimento, biológico e anseio social frente à carreira profissional.

As palavras de Baptista & Júnior (1999) comprovam:

O adolescente, geralmente, enfrenta um mundo complexo para o qual ainda não dispõe de mecanismos bem adaptados de enfrentamento das novas situações, ou seja, não dispõe de um repertório comportamental adequado, sendo uma fase de grande aprendizagem de novas regras (Baptista & Júnior, 1999, p. 56).

Para Pikunas (1981) *apud* Tricoli (2004), a adolescência é, tanto pelo aspecto negativo (conflito, frustração, sofrimento e crise de ajustamento), como pelo positivo (devaneios, sonhos e ideais), uma fase onde a homeostase é quebrada e sintomas do stress podem surgir.

O Ensino superior, a rotina de um cursinho pré – vestibular, ou ainda quem sabe o ingresso no mercado de trabalho, antes mesmo de estar preparado para isso, são motivos ou causas de grande “correria” e muita ansiedade. Segundo Marcellino (1997) é preciso reconhecer que essa ansiedade, das crianças e adolescentes, diante da realidade vivenciada nas escolas contribui para o que ele chama de “fobia escolar”. Os sintomas dessa fobia podem ser: dores de cabeça, de estômago e irritações na garganta. Esse desconforto deixa claro o confronto entre o “mundo de responsabilidades” e a ludicidade da criança.

A relação tempo e atividade é colocada por Camargo (1998) como a possibilidade do tempo de lazer ser tão artificial quanto o tempo de trabalho, afinal se vive em uma civilização do tempo livre, em que esse é quase igual ao tempo de trabalho, e o controlador desses tempos é o ponteiro do relógio, podendo limitar até mesmo a hora de se divertir, sendo que essa seria a que em que se deve deixar de ser tenso, produtivo e artificial para ser relaxado, improdutivo e espontâneo.

Segundo Almeida (2005), houve uma inibição da amizade com os vizinhos, da brincadeira de rua das crianças e do lazer típico do meio rural, decorrentes do desenvolvimento das cidades com a diminuição de áreas livres e aumento do número de carros nas ruas, tornando a televisão a maior vivência de lazer popular.

O homem do campo chegou à cidade e se deparou com um tempo que ainda não existia, eram as obrigações. Para se evadir desse tempo, criou as férias, os feriados, os benefícios aos trabalhadores. Para a época, essas atividades supriam as necessidades do homem.

Na atualidade, o tempo de obrigações do adolescente no período pré – vestibular, considerando as atividades da escola e estudos extracurriculares, ocupa a maior parte do seu dia. De acordo com Marcellino (1997) existem tempos que não podem ser classificados, como o tempo que o estudante leva da casa para a escola e vice-versa. Além do tempo, existe o fator prazer que pode ser encontrado em atividades fora do tempo de lazer, como nas ações prazerosas dedicadas às obrigações familiares. Portanto, nem sempre, o tempo de obrigações está em oposição, mas sim relacionado com o tempo de lazer.

Para Dumazedier (1976) o tempo social está dividido em tempo do trabalho, das obrigações e o

tempo de não trabalho ou tempo-livre, em que o sujeito está livre das obrigações.

Não é fácil conseguir dar tempo ao tempo nos dias atuais, pois se vive em uma sociedade globalizada que impede usufruir o tempo livre devido à “inacabadas” e cansativas horas destinadas ao tempo de obrigações, ou seja, o desgaste psicológico, motor e emocional gasto durante as horas de trabalho ou de estudo desqualifica as atividades realizadas no tempo liberado, como o lazer.

### **Metodologia**

Esta pesquisa se caracterizou segundo Gil (1999) por uma investigação apoiada no método hipotético-indutivo. Este método possibilitou a formulação de hipóteses, através das bases teóricas, que se confirmaram após a pesquisa.

De acordo com Kaplan (1972) citado por Gil (1999), o método hipotético-indutivo:

...o cientista, através de uma combinação de observação cuidadosa, hábeis antecipações e intuição científica, alcança um conjunto de postulados que governam os fenômenos pelos quais está interessado, daí deduz ele as conseqüências por meio de experimentação e, dessa maneira, refuta os postulados, substituindo-os, quando necessário por outros e assim prossegue (GIL, 1999, p. 30 apud KAPLAN, 1972, p.12).

Quanto aos meios técnicos de investigação, apoiados na teoria de GIL (1999), destaca-se o Observacional, que apesar de restrito e impreciso, colaborou com a pesquisa para dar destaque ao que não se consegue retirar de um questionário que foi a outra forma utilizada.

Além dos trinta alunos, os dois professores de Educação Física também foram observados, a fim de identificar particularidades em suas aulas, como os conteúdos propostos, suas posturas profissionais e a utilização do lúdico como estratégia pedagógica.

Foram realizadas pesquisa bibliográfica e documental. Então, se foi a campo para a aplicação de questionários e observações das aulas de Educação Física, em duas escolas particulares da cidade de Bauru - SP.

No caso desse estudo, os alunos eram de classe socioeconômica mais privilegiada, por se tratarem de freqüentadores de escolas privadas em que culturalmente se dedicam a fazer cursos de outras línguas, praticarem algum esporte, freqüentarem academias, clubes, fazerem curso de teatro, dança ou até mesmo mais de uma destas opções, além do estudo diário.

A sociedade lhes impõe o dever de cumprir com esses compromissos para que se tornem no futuro, profissionais bem sucedidos.

A pesquisa bibliográfica foi fundamental para dar sustentação às questões dos questionários e observações adequadas das aulas de Educação Física. Os questionários foram confeccionados para os alunos e professores com bases e parâmetros diferenciados.

A análise dos dados contou com três partes, que segundo BARDIN (1977) citado por GIL (1999) podem ser classificadas como: Pré – análise; exploração do material e tratamento de dados, interferência e interpretação.

A Pré-análise é a primeira fase, se caracteriza pelo primeiro contato com os documentos, com posterior escolha dos documentos e formulação das hipóteses, preparando o material para a análise. A exploração do material é a fase longa na qual o pesquisador sistematiza as decisões tomadas na pré-análise. E por fim se tem o tratamento dos dados, a interferência e a interpretação que tem como objetivo tornar os dados significativos e válidos. (GIL, 1999)

Seguindo esta linha teórica, esta pesquisa utilizou a análise de dados coletados em campo por meio de questionários e nas observações realizadas durante a investigação e seu confronto teórico para elucidação do problema.

### **Considerações Finais**

De acordo com o objetivo desta pesquisa, que foi observar a realidade dos alunos de Ensino Médio de duas escolas particulares do município de Bauru-SP e compreender as concepções da educação para o lazer e do lazer-educação que os alunos adquiriram no período escolar considera-se que a primeira questão do questionário que teve como finalidade fazer uma relação do tempo total dos alunos com a qualidade deste tempo, ou seja, qual era a quantidade de tempo utilizada para o trabalho/obrigações (estudos) e qual a quantidade de tempo dispendida com o lazer revelou que praticamente 100% dos

alunos permaneciam trinta horas semanais em atividades escolares.

Quando indagados sobre atividades fora da escola, sendo ou não atividade física, todos os alunos da escola “A” praticavam alguma atividade (e de esportes variados (temos como exemplo o kung fu e mountain bike). Também houve influência da música e das artes e sapateado). Já no caso dos alunos da escola “B”, 62,5 % tinham alguma atividade fora da escola (aprendizagem de línguas e informática), na qual a maioria está relacionada a estética e a preocupação com o futuro.

Observou-se a falta de interesse por cultura e lazer na cidade de Bauru-SP. A maioria dos adolescentes não tinha interesse por circo, parques, shows, teatro, entre outras opções.

Existia dificuldade pelos adolescentes de descreverem o lazer, quando foram indagados, demonstrando falta de discussão mais aprofundada que poderia ocorrer nas aulas de Educação Física ou de outra disciplina que tivesse o intuito dos estudos sociológicos e políticos, superando a visão de que o lazer seria apenas uma “recompensa” às frustrações impostas pelo dia-a-dia.

O controle obsessivo do tempo se deve a fatores socioculturais que estimulam a revolução tecnológica das comunicações, informática e transportes, que reduzem distâncias geográficas e temporais. Estes fatores tornaram “o mundo menor” e o tempo parece que ultrapassa a velocidade da luz. A “falta de tempo” foi a maior justificativa dos adolescentes para não fazerem o que mais gostavam.

Numa última questão em que se relacionou Educação Física e o lazer se abordando prazer e tédio, somente um indivíduo deu à Educação Física Escolar como exemplo de vivência prazerosa. Porém, quando diretamente se perguntou sobre qual o sentimento que tais aulas proporcionavam, 81%, respondeu que era prazer que sentiam.

Quase que 100% dos alunos relacionou a Educação Física à prática de esportes, relação inapropriada, pois, esta disciplina abrange muito mais que apenas esportes. O lazer está revelado aqui através dos interesses físico - esportivos, porém há falta de conhecimento sobre outras áreas de interesses do lazer, pelos alunos e pelos professores, já que há uma única definição para as aulas de Educação Física.

Constatou-se que os alunos não foram educados para o lazer, nem o lazer foi instrumento para uma educação do tempo pelos professores. Destaca-se que, de acordo com as respostas e as observações das aulas, os alunos sentiam prazer nas coisas “legais” e tédio em coisas “chatas” e que isso pode estar relacionado ao lazer e ao ócio, porém eles não conseguiam se adequar ao seu tempo.

Verificou-se a presença de um tempo sobrecarregado de atividades e obrigações. Na Educação Física, um aluno ainda disse em uma justificativa: “não gosto porque são atividades programadas, com tempo marcado”.

Esta má formação pode estar ligada ao tempo que não se pensa no que fazer além de uma educação para o lazer, para a saúde e a qualidade de vida, que pouco acontece nas escolas. Fica-se tão cansado com as obrigações que quando se tem tempo para fruir, criar, fazer, se utiliza o fazer nada para se entediar e não pensar em nada. O tempo do tédio citado por Camargo (1998) é o uso complexo da liberdade que se tem, mas não se usa com qualidade.

Estes fatores se refletem na escola também. A pedagogia da escola “A” ainda estimula a formação de um ser humano dotado de sentimentos, capaz de sentir e deixar fruir em situações de tempo-livre, porém não comprovamos a influência direta ou indireta da Educação Física para este fator. A utilização de um lazer mais antigo, passado de geração a geração, vindo da Europa, pode ter relevância para este fato. Já a escola “B”, tradicional e preparatória para o vestibular deixou a desejar quanto à formação destes alunos para o lazer. Em relação à Educação Física existia uma incompatibilidade de local e horários para a sua existência.

Concluí-se então, que a industrialização e o capitalismo são os precursores do lazer no Brasil, através deles as manifestações populares surgiram e se tornaram fortes, porém a cada ano se perdeu um pouco do direito ao tempo-livre, e o quadro analisado com os alunos destas duas escolas comprovam a falta de uma educação para o lazer e para o tempo-livre de qualidade.

Para Dumazedier (1974) tem-se quer ter um tempo utilizado para organizar os momentos de reflexão, e de fruição. Será que hoje há tempo para pensar? Concluí-se que os jovens não se informam sobre as atividades culturais da cidade, sobre áreas livres para passeio e se restringem à prática esportiva, e ainda quando há essa prática, porque muito não tem tempo para o lazer.

As áreas de interesse (interesses físico - esportivos, artísticos, turísticos, manuais, sociais e intelectuais) destacadas por autores do lazer podem de certa maneira dividir os instrumentos do lazer. Nas

aulas de Educação Física poderia destacar-se os interesses físico – esportivos, porém, todos mereciam ser abordados, ensinados aos alunos, tanto nestas aulas, como nas outras disciplinas, ou dentro do contexto escolar.

A educação para o trabalho poderia e deveria ser trabalhada paralelamente com a educação para o lazer, para que ao sair do ensino básico o tempo do aluno fosse adequado ao trabalho e ao lazer e não somente caracterizado pela supervalorização do trabalho, dimensão importante da vida, mas não única e que não deve se distanciar do prazer ou do lazer.

Assim, a educação para o lazer e o lazer-educação são meios para se ter uma vida saudável, qualitativamente superior, com desenvolvimento humano e social. Esse lazer deve ser apresentado ao aluno nos primeiros anos de vida não somente pelos professores de Educação Física, mas pela família e pela escola, e, para que ao sair do Ensino Médio ele possa ter lazer, sabendo o que é, sua necessidade e sabendo usufruir da cultura lúdica.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. B. de. *Lazer e reclusão: contribuições da teoria da ação comunicativa*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/fef/publicacoes/conexoes/v3n2/Lazer%20no%20Brasil.pdf>> Acesso: 05. Nov. 2007.

BAPTISTA, M.N E; ASSUMPÇÃO JR. F.B. *Depressão na adolescência: uma visão multifatorial*. São Paulo: EPU, 1999.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases. Disponível em: <<http://grad.unifesp.br/alunos/cg/ldb/LDB.pdf>> Acesso em: 30. Out. 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Ensino. *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio: área linguagens e códigos*, 1999. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/semtec/ensme.shtm>> Acesso em : 30 Out. 2006.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 10.328, de 12 de dezembro de 2001. *Introduz a palavra obrigatório após a expressão curricular*, constante no parágrafo 3º artigo 26 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2001. Seção1, p1.

CAMARGO, L. O. L. *Educação para o lazer*. 3ªed. São Paulo: Moderna, 1998.

CAVALARI, T.A. Lazer e Educação Física nas Propostas Curriculares de Ensino Fundamental e Médio do Estado de São Paulo. In: MARCELLINO, N.C. (Org.) *Lúdico Educação e Educação Física*. Ijuí, UNIJUÍ, 1999.

DUMAZEDIER, J. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva/SESC, 1999, 244p.

\_\_\_\_\_. *A Teoria Sociológica da Decisão*. [s.e] São Paulo: Perspectiva/SESC, 1980.

FRANÇA, T. L de. Educação para e pelo lazer. In: MARCELLINO, N.C. (Org.) *Lúdico, Educação e Educação Física*. Ijuí : ed. UNIJUÍ, 1999.

LIPP, M. E (org). *O stress no Brasil: pesquisas avançadas*. Campinas- SP: Papyrus, 2004.

GIL, J. Metodologia da pesquisa. São Paulo : Vozes, 1999.

MARCELLINO, N. C. *Estudos do Lazer: Uma Introdução*. 3ªed. Campinas – SP: Autores Associados, 2002,

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da animação*. 2ªed. Campinas – SP: Papyrus, 1997.

OLIVER, G.G. de F. Lúdico e Escola: entre a obrigação e o Prazer. In: ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

## OS CONTEÚDOS CULTURAIS DO LAZER NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

*Fabiano Domeneghini*<sup>195</sup>  
*Matheus Oliveira Santos*<sup>196</sup>  
*Robson Amaral da Silva*<sup>197</sup>

**RESUMO:** O lazer enquanto tempo-espaço de inúmeras possibilidades, dentre elas, o de auxiliar na formação de cidadãos conscientes, contribui neste projeto almejado pela escola. Dessa forma a Educação Física passa a desempenhar um papel importante na articulação entre lazer, cidadania e cultura corporal. O objetivo deste estudo foi desenvolver os conteúdos culturais do lazer nas aulas de Educação Física, com o intuito de ampliar o acesso a este patrimônio cultural, na perspectiva da formação cidadã dos alunos. Foram ministradas cinco aulas em uma 4ª série do ensino fundamental de uma escola pública acerca dos interesses culturais do lazer, todas registradas em diários de campo. Os dados apontam que as aulas de Educação Física se constituem em um tempo-espaço de possibilidade para transformações no plano cultural, através de uma educação para o lazer na escola.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Educação Física Escolar. Conteúdos Culturais.

### Introdução

A escola em nossa sociedade atual, apesar das inúmeras contradições presentes em seu interior, ainda permanece sendo um dos mais importantes espaços formadores de homens, mulheres, crianças, jovens e adultos. A busca pela formação de cidadãos conscientes, e que saibam intervir criticamente na realidade em que se encontram inseridos é um dos projetos almejados pela instituição escolar. Podemos pensar então que, se a escola pretende formar o ser humano sob esta perspectiva, não pode prescindir de estabelecer relações significativas com o lazer.

Dessa forma, este fenômeno social enquanto tempo-espaço de inúmeras possibilidades, dentre elas, o de contribuir para este projeto arquitetado pela escola, passa a ser valorizado (ainda que isto possa ser discutido) em seu interior. Uma das formas de verificarmos este processo de reconhecimento é buscar na legislação oficial da educação básica brasileira, as menções ao lazer<sup>198</sup>. É claro que a concepção de lazer presente nestes documentos deve ser mais bem discutida, para que realmente possamos apreender a sua complexidade e abrangência.

Neste sentido, se tomarmos como exemplo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) referentes ao componente curricular Educação Física, veremos que:

O lazer e a disponibilidade de espaços para atividades lúdicas e esportivas são necessidades básicas e, por isso, direitos do cidadão. Os alunos podem compreender que os esportes e as demais atividades corporais não devem ser privilégio apenas dos esportistas ou das pessoas em condições de pagar por academias e clubes. Dar valor a essas atividades e reivindicar o acesso a elas para todos é um posicionamento que pode ser adotado a partir dos conhecimentos adquiridos nas aulas de Educação Física (BRASIL, 1997, p. 25).

Neste ponto, acrescentamos mais um elemento em nossa discussão desenvolvida até agora. A Educação Física passa a desempenhar um papel importante no desenvolvimento da temática do lazer no contexto escolar. Não estamos advogando aqui, a exclusividade deste componente curricular no trato do tema, uma vez que acreditamos em um trabalho interdisciplinar, mas tão somente ressaltando a sua relevância (posta no trecho acima citado) na mediação entre cultura corporal de movimento, cidadania

<sup>195</sup> Graduado em Educação Física/UFSCar

<sup>196</sup> Mestre em Educação – PPGE/UFSCar; NEFEF; SPQMH

<sup>197</sup> Mestrando em Educação – PPGE/UFSCar; NEFEF; SPQMH

<sup>198</sup> Em estudo recente, Lemos; Santos; Silva (2009) destacam nos documentos oficiais da educação básica brasileira, os trechos que fazem menção ao lazer.



e lazer.

O objetivo deste estudo foi desenvolver os conteúdos culturais do lazer nas aulas de Educação Física Escolar, com o intuito de ampliar o acesso a este patrimônio cultural, na perspectiva da formação cidadã dos alunos.

O estudo justifica-se pela real necessidade que sentimos em valorizar a temática do lazer no contexto escolar, bem como, através das intervenções, que serão detalhadas em um outro momento, ampliar o contato dos alunos com diversos conteúdos culturais do lazer, reconhecendo assim, o papel da escola nesta nobre e, não menos importante, tarefa educativa.

### **O lazer e seu duplo aspecto educativo**

Neste primeiro momento, para esclarecer quais foram as perspectivas teóricas desta pesquisa que ajudaram na análise dos dados coletados, apresentam-se algumas discussões desenvolvidas entre os teóricos do lazer.

No âmbito dos estudos do lazer, diversas são as compreensões/conceitos de lazer emitidos por inúmeros estudiosos que apresentam em seus escritos diferentes proposições e tendências. Dentre eles podemos citar: Bramante (1998), Camargo (2003), Gutierrez (2001), Dumazedier (1999), dentre outros.

Entretanto, a tendência que podemos verificar atualmente é considerar dois aspectos para entender o lazer: *tempo* e *atitude*. De acordo com essas variáveis básicas, o aspecto *tempo* se traduz na idéia de tempo livre, de liberação não só do trabalho como também das obrigações diárias com a sociedade de um modo geral. Considerando o aspecto *atitude* o lazer é concebido como um estilo de vida. Se caracteriza como uma relação entre o sujeito e a experiência vivida de forma que esta propicie satisfação (MARCELLINO, 1995).

Neste sentido, Marcellino (1995) concebe o fenômeno lazer como:

a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída) no “tempo disponível”. O importante, como traço definidor, é o caráter “desinteressado” dessa vivência. Não se busca pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A “disponibilidade de tempo” significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa (p. 31).

No entanto, para este estudo compartilhamos da compreensão, de Gonçalves Junior e Santos (2006), acerca da vivência do lazer não necessariamente fragmentada em tempo de trabalho e tempo livre, mas prioritariamente enquanto *atitude*, ou seja, a *intencionalidade do sendo-uns-com-os-outros-ao-mundo*.

Portanto, uma experiência de lazer implica:

(...) em uma escolha que depende do significado atribuído pelo ser ao lazer (e ao trabalho!), não desconsiderando o contexto sócio-político, que envolve opressão (de uns sobre outros) e desigualdades (entre uns e outros) conforme se dá nas relações entre pessoas, grupos, comunidades, sociedades e nações, desenvolvidas com certas finalidades e em certos espaços e tempos (GONÇALVES JUNIOR; SANTOS, p.2, 2006).

Ao conceber o lazer, prioritariamente enquanto intencionalidade passamos a ter uma compreensão mais ampliada deste fenômeno, e conseqüentemente entendendo-o como uma manifestação que não se restringe a determinados locais/equipamentos (como parques, *shoppings*, bares...) ou tempos (fins de semana, feriados, férias...).

Quando tratamos da relação entre lazer e educação é fundamental trazermos para discussão a questão do duplo aspecto educativo do lazer. Ao falarmos sobre a “educação para e pelo lazer”, estamos reconhecendo que o mesmo se constitui em um veículo (educação pelo lazer) ou objeto (educação para o lazer) de educação (MARCELLINO, 1995).

O primeiro aspecto colocado, ou seja, o lazer enquanto *veículo* de educação significa aproveitar o potencial educativo que as vivências de lazer possuem para que possamos trabalhar questões como valores, condutas, atitudes e comportamentos. Isto pode se dar, como nos aponta Marcellino (1995) “(...) Tanto cumprindo objetivos consumatórios, como o relaxamento e o prazer propiciados pela prática ou pela contemplação, quanto objetivos instrumentais, no sentido de contribuir para a compreensão da

realidade (...)” (p.60).

O segundo aspecto desta reflexão, diz respeito ao lazer enquanto *objeto* de educação, que seria uma preparação dos indivíduos para a vivência das atividades de lazer (na esfera da produção cultural), ou mesmo para o consumo não-conformista, almejando níveis mais críticos e criativos de fruição, produção ou contemplação (MARCELLINO, 1995), além da diversificação de seus conteúdos.

Uma contribuição significativa a este respeito foi elaborada por Dumazedier (1999). O autor propõe uma classificação, procurando dividir as atividades do lazer de acordo com as principais motivações que sensibilizam as pessoas: os lazeres físicos, artísticos, intelectuais, sociais e práticos. Portanto, sua distinção é somente estabelecida em termos de predominância, pois os vários interesses não correspondem a determinada atividade do lazer, formando um todo interligado e não constituído por partes estanques. Assim, suas atividades devem procurar atender as pessoas no seu todo, sendo fundamental que elas conheçam as várias alternativas que o lazer oferece, possibilitando a escolha, opção relacionada aos conteúdos que satisfaçam seus interesses.

- **Interesse físico:** representado pela prática de atividades físicas de modo geral. As práticas esportivas, os passeios, as pescas, a ginástica, realizadas em espaços específicos (academias, ginásios) e não-específicos (ruas, residências).

- **Interesse social:** refere-se à procura dos indivíduos por um contato direto com outras pessoas, através de um relacionamento ou convívio social. Citados como exemplos específicos: os bailes, bares, associações servindo como ponto de encontro, danceterias, etc.

- **Interesse prático:** representado pela capacidade de manipulação, exploração e transformação de objetos/materiais, como também no trato de elementos naturais e/ou animais. São exemplos, o artesanato, a jardinagem, a bricolage e o cuidado com os animais.

- **Interesse intelectual:** a ênfase é dada ao conhecimento vivido, experimentado, fundamental para a formação do indivíduo. O que se busca é o contato com as informações objetivas e explicações racionais, através de cursos ou leitura, por exemplo.

- **Interesse artístico:** têm seu campo de domínio no imaginário; seu conteúdo é estético e configura a busca da beleza e do encantamento. Estão relacionados a essa categoria a dança, as festas, o teatro, a música.

Dessa forma, pensar o duplo aspecto educativo do lazer no contexto escolar, mais especificamente nas aulas de Educação Física, como é o caso desta pesquisa, é reconhecer que além das vertentes do descanso e do divertimento, o lazer é capaz de contribuir para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. Não obstante, é trazer para a discussão no contexto escolar, os processos educativos que são desencadeados em diversos espaços durante a prática social do lazer. Além disso, reconhecemos a sua importância na construção da cidadania de inúmeras crianças, ao possibilitar o acesso a um patrimônio construído historicamente por homens e mulheres.

### Metodologia

O presente trabalho foi desenvolvido a partir da inserção em uma escola municipal de ensino fundamental da cidade de São Carlos (SP), após contato prévio com a equipe gestora e o professor do componente curricular Educação Física.

Utilizamos a abordagem qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994) de pesquisa, pois quando traçamos como objetivo a compreensão de determinado fenômeno vivenciado por um grupo de sujeitos (como é o caso desta pesquisa), a metodologia mais apropriada à configuração do estudo é a investigação qualitativa, uma vez que esta “incorpora a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais” (MINAYO, 1994, p. 10).

A coleta de informações juntamente aos alunos da instituição educacional pública ocorreu através de três observações iniciais, e posteriormente, ministramos cinco aulas, sendo cada uma delas referente a um interesse cultural do lazer. Para coleta destas informações adotamos a postura de observadores participantes, uma vez que:

O observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda. Ele observa as pessoas (que compõem esse grupo ou organização) para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas. Entabula conversação com alguns ou com todos os participantes dessa situação e descobre as interpretações que eles têm sobre os acontecimentos que observou (BECKER, 1999, p.46).

As participações nas aulas, assim como todos os acontecimentos que nos chamaram atenção, foram registrados em um diário de campo, ao final de cada aula, com o intuito de não perder importantes detalhes. Segundo Bogdan e Biklen (1994), diário de campo “é o relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiência e pensa no decurso da escolha e refletindo sobre os dados de um estudo qualitativo” (p.150). Ainda de acordo com estes autores as notas de campo consistem em dois tipos de materiais, sendo o primeiro descritivo, “em que a preocupação é a de captar uma imagem por palavras do local, pessoas, ações e conversas observadas. O outro é reflexivo –a parte que apreende mais o ponto de vista do observador, as suas idéias e preocupações” (p.152).

Para análise dos dados (de natureza qualitativa) observados houve a construção de categorias temáticas, segundo as diretrizes de Gomes (1994), a partir dos interesses culturais estudados, utilizando-se de trechos dos diários de campo em nossas reflexões acerca dos dados.

### **Interesse físico**

Dentre as aulas que foram ministradas, acerca dos conteúdos culturais do lazer, as atividades que satisfazem os interesses físicos são, em grande parte, as preferidas pela maioria dos alunos. De acordo com trecho do diário de campo 2, nota-se que até mesmo antes das aulas, os alunos e as alunas se organizavam em brincadeiras que privilegiava esse interesse, como podemos ver a seguir:

(...) logo pela manhã, antes de tocar o sinal para a entrada e sem a presença do professor, os alunos corriam, brincavam, pulavam os bancos da escola, organizavam várias brincadeiras de pega – pega (diário 2).

Podemos perceber que, mesmo sem a presença do professor em seu exercício pedagógico, os alunos realizavam atividades motoras. No gosto pelas atividades esportivas, a maioria dos alunos, principalmente os meninos, demonstrava gostar do futebol:

Muitos alunos pediram para jogar futebol, deixando de lado os outros brinquedos que haviam trazido de casa. Assim, eles próprios organizaram as equipes e iniciaram o jogo. No decorrer da atividade, notavam-se os alunos mencionarem nomes de jogadores famosos, após realizarem uma jogada. Por exemplo, um aluno que estava no gol, após ter feito uma defesa, gritou o nome do goleiro do time do São Paulo, fazendo uma comparação com a ação do goleiro (diário 3).

Notamos também que a prática do futebol era realizada em espaços não específicos para esta atividade. Foram verificadas algumas vezes, as crianças praticando este esporte em um local conhecido como “Porão” (local não específico). A seguir, segue o relato do diário de campo 3 que retrata este acontecimento:

Apesar do espaço ser um pouco pequeno, os alunos desenvolviam as brincadeiras, de maneira diferente de quando estavam na quadra da escola. Mesmo assim, alguns alunos pegaram a bola de futebol e começaram a chutar pelo corredor, logo sendo impedidos pelo professor, que alegou não ter espaço suficiente para a atividade.

Na aula em que foi trabalhado o interesse cultural físico, através da atividade do tênis, percebemos que antes de seu início alguns alunos demonstraram que não conheciam o esporte ou achava muito difícil de praticá-lo:

Notando a nossa presença, com todo aquele material, que lhes chamaram a atenção, alguns alunos perguntavam se jogariam tênis. Logo respondemos que faríamos uma atividade relacionada a este esporte, sendo que um menino respondeu que não sabia jogar e que era muito difícil, por isso não queria fazer. Então comentamos que para fazer a atividade não precisaria saber jogar (diário 4).

Embora muitos alunos e alunas desconhecessem o esporte, a turma aceitou de forma satisfatória o tênis. Todos se envolveram do início ao final da atividade. No entanto, o que mais chamou a atenção deles foram os materiais utilizados na aula (bolas coloridas, raquetes, dentre outros).

Porém, o que se percebe na escola é o privilégio de alguns esportes, como por exemplo, o futebol, em detrimento de outros elementos da cultura corporal de movimento que se mostram desconhecidos

pelos alunos e que estão restritos a uma parcela da população.

Portanto, além de pensar na introdução de atividades físicas nos programas de lazer, deve-se implementar um processo de popularização de outras modalidades. (ALVES JUNIOR; MELO, 2003).

### **Interesse prático**

Nas atividades em que ocorre a manipulação de objetos e produtos, as quais se encontram o prazer na transformação e exploração da natureza, atendendo os interesses práticos do lazer, temos um trecho retirado do diário de campo 5, que retrata a atitude dos alunos após a confecção de um pára quedas, por meio de materiais simples, como, sacola de plástico, barbantes e uma pedra:

(...) ao final, os alunos construíram seus próprios brinquedos e brincavam no pátio da escola, de maneira descontraída e divertida (...).

Na análise desse relato, devemos chamar a atenção para o evento ocorrido, em que os alunos construíram seus brinquedos e, posteriormente, se divertiram com a utilização dos mesmos.

Ainda sobre os brinquedos, podemos enunciar um fato que ocorreu antes do início de uma aula, conforme demonstrado no trecho do diário de campo 4:

Quando passamos entre as crianças, duas alunas da turma chegaram e nos mostraram suas bonecas. Pegamos a boneca de uma das menina e sua colega pediu para que pegássemos a dela também, dizendo que tinha pago cento e quarenta reais pelo brinquedo.

Diante disso, podemos inferir que há uma forte influência da mídia, com relação à divulgação de produtos voltados para criança. Vale ressaltar que neste caso, os pais da aluna tinham condições financeiras para comprar o brinquedo, no entanto, algumas famílias não conseguem atender aos pedidos de seus filhos. Daí a importância, enquanto educadores, de valorizarmos a produção cultural das crianças, entendendo-as, assim, como produtoras de cultura, e não meramente, consumidoras.

### **Interesse intelectual**

Em umas das três aulas que realizamos observações, o professor de Educação Física estava brincando de queimada com os alunos, e no meio da aula perguntou se eles conheciam algumas variações para o jogo. Para nossa surpresa, uma das crianças explicou uma queimada que se mesclava com o xadrez. Gostamos muito do jogo e decidimos usá-lo na aula do interesse intelectual, já que estava ocorrendo na escola a “Semana da Queimada”. O trecho do diário 6 retrata este momento:

(...) estava sendo promovido na escola a semana da queimada. Escolhemos realizar uma atividade que envolvesse a queimada e o tema da aula (interesse intelectual). O “queima-xadrez” foi comentado por um dos alunos em semanas anteriores, e resolvemos desenvolvê-lo na aula em questão. Percebemos que durante a atividade, as crianças desenvolviam diversas estratégias para conseguir queimar a peça certa, que no caso se tratava de um aluno.

Nesta atividade, os momentos de reflexão se tornaram mais intensos, já que proporcionou aos alunos vivenciarem o xadrez como parte integrante do próprio jogo de queimada. Dessa maneira, a atividade proporcionou, além de momentos de reflexão, expressão de idéias e promoção de atitudes mais ativas.

### **Interesse artístico**

Representando a categoria do interesse artístico, desenvolvemos vivências que envolviam atividades relacionadas à dança e à música, nas quais os alunos teriam que executar movimentos com o corpo ao ritmo da música, criando assim diversas maneiras de se movimentar. Tal afirmação é encontrada no trecho do diário 4:

(...) os alunos faziam de diversas maneiras. Uns somente pulavam, enquanto outros realizavam coreografias que eram imitadas pelos integrantes do grupo. Movimentavam-se de várias formas, em baixo, em cima, agachados, no alto, balançavam a cabeça, erguiam os braços, reboavam, faziam gestos. No momento que tocava a música, nenhum aluno ficava parado, sendo influenciados pelo ritmo, percorrendo os espaços,

utilizando somente o próprio corpo como forma de comunicação com os colegas. Assim, durante a atividade os alunos mostravam para os demais os movimentos que haviam criado.

Podemos perceber que estas atividades, além de estimular a criatividade, também proporcionaram momentos para que as crianças pudessem interagir com os outros e consigo mesmo (através de seu corpo), demonstrando assim, uma outra forma de comunicação e interação entre os alunos.

A dança como uma manifestação dos interesses culturais do lazer, se mostra como importante conteúdo a ser trabalhado nas aulas de Educação Física. Assim, identificamos durante a atividade que os alunos exerceram uma das atitudes que a dança possibilita, que é a criatividade. Portanto, concordamos com Marcellino (1995) quando diz que numa educação para o lazer, faz-se necessário um processo educativo de incentivo a imaginação criadora.

### **Interesse social**

Em uma das aulas, cujo objetivo da mesma era trabalhar o interesse social, foi proposta uma atividade na qual os alunos e alunas se organizaram em grupos, tendo de cumprir a tarefa de formar letras “gigantes” com o corpo. A seguir, destacamos alguns trechos do diário de campo 8 que retratam esta atividade:

*Ao formar os grupos, percebia-se que eles tinham bastante dificuldade em se agrupar, pois, havia aqueles que queriam ficar no grupo dos seus melhores amigos. Assim, inicialmente pedimos para que eles formassem a letra “M”. Logo, começaram a deitar no chão e realizar a forma da letra. No entanto, na hora de fazer as modificações, eles falavam todos ao mesmo tempo, não sabendo quem deveriam ouvir (grifo nosso).*

*(...) O envolvimento da turma neste tipo de atividade era intenso. Percebemos que os estudantes se relacionam entre si de uma maneira que, o objetivo maior seria o alcance do objetivo central da brincadeira (...)* (grifo nosso).

Os estudantes foram estimulados a conviver em grupo e a resolver os conflitos provenientes das opiniões divergentes, o que se notava em todas as equipes formadas. Ainda, observamos que o contato entre os integrantes era mais intenso em relação a outras atividades.

Outro momento no qual encontramos as características dos interesses sociais são aqueles relacionados aos intervalos das aulas, em que os alunos se agrupam para realizar um lanche no refeitório, por exemplo. O contato com os amigos, a liberdade de escolha, as brincadeiras efetuadas podem ser considerados como momentos formadores de experiências para o convívio social.

### **Considerações finais**

Os alunos têm gostos, principalmente, pelas atividades que estão envolvidos os interesses físicos do lazer. Os esportes preferidos são aqueles mais populares, os quais há uma enorme divulgação pela mídia, como, por exemplo, o futebol. Entretanto, a partir do reconhecimento da preferência por atividades físicas, outras modalidades esportivas devem ser anunciadas nas escolas, estimulando, assim, a diversificação de atividades nos momentos de lazer.

Os alunos apresentaram duas características importantes do lazer, que foram: a criatividade, demonstrada no interesse artístico, e a imaginação, visualizada no interesse manual.

Os momentos antes do início das aulas e do recreio escolar mostraram serem ocasiões em que as crianças agem mais espontaneamente, e que intensifica o convívio entre os diversos grupos, o que torna a escola um importante espaço para os estímulos aos interesses sociais.

De posse destes resultados, podemos dizer que as aulas de Educação Física Escolar se constituem em um tempo-espaço, dentro do contexto escolar, que proporciona a possibilidade de transformação no plano cultural, através de uma educação para o lazer. Além disso, a escola deve fornecer elementos culturais, através da diversificação de suas atividades relacionadas a cultura corporal de movimento, que satisfaçam as diferentes escolhas dos alunos no seu tempo disponível. A ampliação dessas possibilidades contribui no processo de construção cidadã, pela qual o aluno passa no interior (e não somente) da escola.

Estamos cientes de que um processo de educação para o lazer (e de educação pelo lazer), quando desenvolvido no âmbito escolar, deve vir acompanhado de ações coletivas junto a outros componentes

curriculares. Além disso, estes encaminhamentos devem almejar uma maior valorização do lazer em nossa sociedade, concomitantemente, ao estabelecimento de um novo projeto social, pautado em uma construção histórico-social mais justa, digna e solidária.

## REFERÊNCIAS

- ALVES JUNIOR, E. D.; MELO, V. A. **Introdução ao lazer**. São Paulo: Manole, 2003.
- BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 47 - 61.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRAMANTE, A. C. Lazer: concepções e significados. **Licere**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.09-17, 1998.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Educação Física – ensino de primeira à quarta série**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CAMARGO, L. O.L. **O que é lazer?** 7.reimp. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva: SESC, 1999.
- GOMES, R. A análise de dados na pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M.C.S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, 1994. p.67-80.
- GONÇALVES JUNIOR, L.; SANTOS, M. O. Brincando no jardim: processos educativos de uma prática social de lazer. In: VI EDUCERE - CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PUCPR - PRAXIS, 6, 2006, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2006. CD-ROM.
- GUTIERREZ, G. L. **Lazer e prazer: questões metodológicas e alternativas políticas**. Campinas: Autores Associados, 2001.
- LEMOS, F. R. M; SANTOS, M. O; SILVA, R. A. O lazer em documentos oficiais da educação básica brasileira. **EFDeportes**, Buenos Aires, v.13, n.129, p.1-13, 2009. Disponível em: < <http://www.efdeportes.com/efd129/o-lazer-em-documentos-oficiais-da-educacao-basica-brasileira.htm>>. Acesso em: 14.02.2009.
- MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. Campinas: Papyrus, 1995.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 3.ed. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-Abrasco, 1994.

## FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM LAZER POSSIBILIDADES DE DEBATES SOBRE O ENSINO A PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

*Ana Cristina Guimarães de Oliveira*<sup>199</sup>

**RESUMO:** Estudo de pesquisa parcial referente a avaliação das propostas das disciplinas Fundamentos do Lazer e Estudos do Lazer da Universidade do Estado do Pará no período entre 2006 e 2008. Tem como proposição a aproximação dos processos ensino, pesquisa e extensão, como marco, para a formação do profissional com a qualidade que lhe é designada enquanto campo acadêmico de construção do conhecimento científico. O objetivo do estudo é voltado para a discussão das bases do lazer a partir de unidades temáticas nos diferentes campos e abordagens. A metodologia utilizada é a pesquisa ação que trazem resultados das aplicações de atividades que melhorem o debate do lazer na formação acadêmica. Consideramos que existe uma possibilidade interdisciplinar viável de aplicação para as transformações da percepção social do lazer voltado ao diálogo construído entre os discentes e docentes do curso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação. Lazer. Ensino.

O Curso de Educação Física foi criado em Belém no estado do Pará a partir de 1967. Sua intencionalidade se volta para o atendimento da carência de profissionais na rede estadual de ensino face à L.D.B. 4.024/64. Sendo, no entanto autorizado para funcionamento em 1970 enquanto Escola Superior de Educação Física subordinada a Fundação Educacional do Pará/FEP. Assim, o currículo voltado à formação do profissional visada prioritariamente as habilidades desenvolvidas com ênfase no ensino. Compreende-se, portanto, que a disciplina recreação focalizava as bases de defesa do conhecimento profissional sobre a ludicidade. Não existiam pesquisas científicas agregadas ao conhecimento acadêmico, assim, a essência do profissional era prepará-lo ao atendimento das demandas das escolas públicas. Aprendia-se a diversidade de atividades sobre jogos, brinquedos cantados, danças, ruas de lazer, gincanas, acampamentos entre outros, sem que houvesse uma reflexão crítica e dialógica acerca da dimensão de políticas sobre o lazer. Com extinção da antiga FEP – em detrimento de uma jogada política partidária do governo do estado na época - surge em 1994 a Universidade do Estado do Pará/UEPA, a partir da congregação de diferentes Escolas Superiores onde funcionavam os cursos de Medicina, Enfermagem, Fisioterapia e Terapia Ocupacional – estes integrados formaram o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde na UEPA.

Com as mudanças ocorridas nestes períodos e com a constituição da universidade que defende em sua constituição os processos de ensino, pesquisa e extensão para a qualidade da formação profissional, ocorreram à construção de debates sobre o projeto político pedagógico do curso frente à nova demanda social. Durante os debates algumas disciplinas ampliaram sua definição, fato este que promoveu a mudança da disciplina recreação para Fundamentos do Lazer I – obrigatória – e, Fundamentos do Lazer II – eletiva.

A intenção era de promover a ampliação do debate sobre o lazer frente os debates de novos autores que discutiam sobre as políticas públicas. O que promoveu também a demanda sobre as atividades de pesquisa e extensão universitárias. Durante este período surge no curso o Núcleo de Pesquisa e Extensão que possibilita a ampliação do debate através do I Curso Lato Sensu em Lazer, que amplia os debates acerca do tema, assim como das produções científicas através das monografias e trabalhos de conclusão de curso.

A partir de 2007 novas mudanças permitiram a implantação de um Núcleo de Estudos e Pesquisas Amazônicas em Esporte e Lazer/NEPAEL que tem por objetivo a constituição do grupo de pesquisa na área nos diferentes campos de atuação do profissional da educação física. Neste mesmo período é sedimentada a discussão sobre o novo projeto político pedagógico do curso que modifica a nomenclatura da disciplina Fundamentos do Lazer I para Estudos do Lazer. Em 2008 já com a implantação do novo projeto curricular do curso, inicia-se uma nova base para a discussão sobre a prática do profissional de educação física, cuja ênfase universitária esta focalizada em formar nos estudantes uma atitude científico-investigativa que lhes permita, no âmbito teórico-prático, responder adequadamente às exigências da revolução científico-tecnológica do nosso tempo. Criar as bases de uma atitude científica

---

<sup>199</sup> Mestranda da Universidad Autónoma de Asunción/PY e Docente da disciplina Estudos do Lazer e Fundamentos do Lazer do Curso de Educação Física na UEPA – [anjo1402@yahoo.com.br](mailto:anjo1402@yahoo.com.br)

que permita aos discentes orientar-se para o trabalho de pesquisa de forma independente. Neste processo a abordagem da construção do conhecimento através da aprendizagem e do ensino se dá por ciclos e em unidades temáticas, com vista ao debate crítico e constitutivo da superação da concepção do mercado do trabalho para o mundo do trabalho, o que permite um olhar sobre a diversidade da demanda social frente ao processo de globalização.

O estudo desenvolvido durante os anos que vai de 2006 e 2008 nos levaram a diferentes olhares sobre como desenvolver uma metodologia ativa tendo o debate sobre o lazer como proposição. Neste sentido o planejamento de ensino nos redimensionava sempre as possibilidades de transformação. Neste caso, a grande fragilidade das ações estava na discrepância metodológica sobre o ensino como bases globais para a formação profissional. Romper com as atitudes convencionais, nos levou as diferentes experiências sobre a possibilidade de transversalizar o conhecimento produzido cientificamente na academia. Neste caso a aproximação de ações que nos levassem a extensão e as pesquisas universitárias formaram o elo em busca da qualidade e da identificação de concepção da disciplina.

Para isso, levamos em consideração a pesquisa ação como processo de levantarmos dados para defesa de um processo metodológico viável de aplicar na disciplina de Lazer ampliando o interesse de produções científicas, assim como, de possibilidades de melhoria da qualidade na formação do profissional em educação física na UEPA.

### **A Formação em Lazer: reflexões acerca da construção científica entre ensino, pesquisa e extensão universitária**

A identidade social voltada para um capitalismo selvagem promove um projeto de vida decepcionante com o projeto social aos moldes do mercado de trabalho; conflitando ações políticas, pedagógicas e educacionais, no que tange tempo e atitude no modo de viver.

Todavia, a sociedade acompanhando o *status quo* perde a importância de se ter tempo livre aceitando o que este impõe. No entanto, o tempo disponível e tempo de descanso, que deveria ser melhor aproveitado acabam por ser substituído pela produção de bens.

Faz, portanto questionarmos, como esta sendo realizado as discussões frente ao fenômeno do lazer no âmbito universitário?

Segundo Cauduro (36:2003):

Empresários, gestores falam sobre os desafios para os futuros líderes, visto que na atualidade vivemos um momento ímpar de vertiginosas transformações e mudanças nas vidas das pessoas, das organizações e de toda sociedade. A velocidade com que ocorrem essas mudanças exige, dos cursos de ensino superior, maior amplitude e aprofundamento na preparação e na profissionalização dos futuros líderes que eles se propõem a formar.

A base de construção do conhecimento universitário precisa despertar para a necessidade de debates efetivos sobre a realidade mundial. A formação do profissional em educação física precisa ser vista com mais seriedade, uma vez que trata de um educador que tem como objeto de estudo o corpo. Não o corpo dualizado entre matéria e espírito, mas sim do corpo que retrata o homem no sentido holístico. A partir desta compreensão o campo acadêmico deve se preocupar com a constituição teórica do ponto da profundidade a que se leva o saber. A autora ainda afirma que "... essa nova cultura de formação de professores deve ser baseada na perspectiva de "reflexão na prática para a reconstrução social" (Schön 1998). A reflexão aqui é entendida na aplicação consciente do homem no mundo de sua experiência..." (*idem*, 38:2003).

A formação do profissional no curso de Educação Física na UEPA, no que concerne a disciplina lazer, procura despertar este sentido de diálogo do homem e sociedade, com vista às transformações possíveis. O princípio básico utilizado nos três anos últimos, para o desenvolvimento do fomento científico, se preocupa com todo o processo de construção do conhecimento. Neste caso iniciamos com a definição dos autores que debatem o lazer através de um olhar mais crítico frente às demandas da sociedade.

Existe uma importância prioritária quando realizamos a leitura dos diferentes autores no intuito de consolidarmos o grupo de contraposição ao mercado capitalista defendido pelas grandes corporações globais. A proposta é de alinharmos a defesa do homem no mundo do trabalho respeitando-



se toda sua história e valorizando o *ser* ao invés do *ter*. Não é possível construir um debate sem tomar uma posição bem definida sobre a sociedade que pretendemos ter como ideal.

Nesse enfoque, as universidades devem propor, como objetivo prioritário, a cultivar nos acadêmicos e nos docentes a capacidade de pensar criticamente sobre a ordem social. O professor é um intelectual transformador, com claro compromisso político de provocar a formação de consciência dos cidadãos na análise crítica da ordem social da comunidade, no sentido de intervir abertamente na análise e no debate de assuntos públicos e de pretender provocar nos alunos o interesse e o compromisso crítico com os problemas coletivos. (CAUDURO, 39:2003)

Alguns questionamentos na busca do saber científico estão definidos nas unidades temáticas no intuito de provocar nos discentes o compromisso social através de ações que permitam a proposição de projetos através da pesquisa ação. Deste modo, o aluno se faz propositor para possíveis mudanças no mundo do trabalho.

Para o campo de lazer, estas ações permitem o confronto das bases teóricas e as práticas vivenciadas. Neste caso o exercício da cidadania ultrapassa os discursos teóricos e passam a dialogar com a coletividade social. A experiência da construção do conhecimento a partir de unidades temáticas é ampliada a cada busca de respostas aos questionamentos abaixo relacionados:

- ❖ Como se constitui as diferentes concepções do Lazer no conhecimento histórico-social de acordo com as relações de Tempo, Atitude e Trabalho?
- ❖ Quais as atividades vivenciadas do lazer no diferentes grupos culturais do ponto de vista da educação para a diversidade?
- ❖ Como se desenvolve a relação de construção dos espaços e manutenção de equipamentos de lazer na cidade?
- ❖ Como vem atuando o profissional de educação física no mundo do trabalho na área do lazer?

Cada conhecimento fomentado é construído através de pesquisa ação que possibilita a construção do conhecimento coletivo. A proposição lançada é de que os discentes possam dialogar com os autores teóricos lidos a partir de ações que os levem diretamente a pesquisa e a ações pertinentes a defesa de teorias defendidas. Assim podemos ter uma formação profissional sedimentada não na reprodução do conhecimento, mas sim, na compreensão da totalidade do homem frente à nova ordem mundial. Neste sentido Isayama (2003) afirma:

Essa formação para o lazer se dá por meio da construção de saberes e competências, que devem estar relacionados ao comprometimento com os valores alicerçados em uma sociedade democrática; à compreensão de nosso papel social na educação para o lazer; ao domínio de conteúdos que devem ser socializados, a partir do entendimento de seus significados em diferentes contexto e articulações interdisciplinares (p. 63).

Quando iniciamos os debates sobre o lazer, a percepção dos acadêmicos é sempre de ausência de seriedade sobre o assunto. É como se no currículo do curso de educação física falar sobre lazer não apresentasse grande diferença na formação profissional a partir do olhar do aluno. Isto por si só, já mostra a grande dificuldade em se promover a modificação da cultura superficial com que é tratado o tema nas políticas públicas do Estado. No entanto, mesmo com esta dificuldade inicial, percebemos a modificação de postura durante a formação do profissional do lazer, quando agregamos o conhecimento científico ao alicerce social e do compromisso existente enquanto sujeitos que defendem uma sociedade democracia e justa. Nesta percepção o foco interdisciplinar é preponderante quando alicerçamos os debates juntos aos outros profissionais filósofos, sociólogos, psicólogos, pedagogos entre outros, para em conjunto construir uma rede interativa de conhecimento ao qual transversaliza o lazer. Neste sentido uma ação que vem dado certo são os encontros de debates realizados a cada fim de semestre com participação ativa dos acadêmicos da Uepa, não só do Curso de educação física, mas de outros cursos que tem interesse em debater sobre o tema.

### **Relato de Experiências sobre a construção dos debates sobre o lazer entre 2006 e 2008 no Curso de Educação Física da UEPA**

Durante o final de cada semestre, iniciou-se uma atividade de extensão que promoveria um debate coletivo a comunidade sobre o lazer. Estas desenvolvidas através de mesas redondas e da

apresentação dos resultados da pesquisa desenvolvidas pelos alunos, resgataram a seriedade no trato com a disciplina. Apesar de em anos anteriores esta ação sempre ter sido desenvolvida, é nos anos de 2006, 2007 e 2008 que passaram a ter maior atenção fora da instituição. Falaremos especificamente sobre cada um dos encontros a partir do 2º semestre de 2006 ao 2º semestre de 2008.

No 2º semestre de 2006 os grupos de docentes que atuavam na disciplina Fundamentos do Lazer divulgam o *III Encontro de Debates de Lazer com o tema - “Lazer, Políticas Públicas e a Construção de Debates”* -; o encontro teve por objetivo discutir as bases das políticas públicas do lazer a partir da pesquisa acadêmica sobre as barreiras e equipamentos nos campos da comunidade, da família, das escolas e nas instituições que atendem os idosos. Neste sentido a produção e construção do pensamento acadêmico necessitavam de espaços de discussões. Foi construída uma mesa de debates que tinha como ponto conversão a possibilidade de discutir sobre o lúdico a partir do ponto de vista do psicólogo, além da apresentação de duas pesquisas etnográficas, uma focalizando na vivência de ensino da disciplina e outra das relações necessárias à aproximação do lazer com comunidades de periferia. Além da mesa redonda, os próprios acadêmicos ministraram oficinas para diferentes profissionais que atuam em escolas e projetos comunitários a partir da investigação de campo anteriormente realizada por eles. A intenção era de que após a pesquisa de campo eles construíssem uma proposição de intervenção junto ao grupo pesquisado, permitindo um amplo debate sobre as políticas públicas existentes na área, para um primeiro despertar da seriedade que devemos tratar quando tratamos desta área de conhecimento.

No 1º Semestre de 2007 com outros grupos de alunos, a aproximação com o debate foram através de palestras, painel integrado e trabalhos de conclusão de curso. O *IV Encontro de Debates de Lazer trouxe o tema – “A Formação de Profissionais do Lazer: os espaços de lazer na cidade do ponto de vista dos que fazem”* – teve por objetivo a promoção do debate crítico e a influência social, cultural e educacional. Sua constituição foi desenvolvida em várias etapas: iniciando por uma mesa redonda sobre “Políticas Públicas do lazer em debate: contribuição da pesquisa acadêmica” com participação de responsáveis por instituições como SESI, SESC, SEEL Ssecretaria de Esporte e Lazer), SECULT (Secretaria de Cultura), CENTUR (Centro Cultural tancredo Neves), IAP(Instituto de Artes do Pará), IESP (Instituto de Segurança Pública), CEAL (Coordenação Esporte, Arte e Lazer/Município). Apresentação de Portifólio pelos Alunos, Palestra sobre o tema □Refletindo sobre as políticas públicas nos espaços de lazer na cidade” que culminou com a apresentação da pesquisa de campo realizada pelos discentes através de *posters*. Os alunos desenvolveram em equipes um estudo através de áreas sobre: Lazer e Meio Ambiente; Lazer, Educação e Cultura; Lazer e Diversidade e Lazer e Espaços na Cidade. Interessante ressaltar que a partir desta pesquisa os alunos defenderam na forma de *posters* no Encontro Nacional de Recreação, Esporte e Lazer/ENAREL realizado em Recife no ano posterior. E por fim o evento encerrou com a defesa de um trabalho de conclusão de curso com o tema: VONTADE POPULAR PARA O LAZER: o movimento social em defesa da Terra Firme sob as bases do capitalismo tendo como autor Marcos Augusto Carvalho Pereira (pesquisador do NEPAEL) possibilitando o fortalecimento do grupo de estudos de lazer da UEPA.

No 2º semestre de 2007 o *V Encontro de Debate de Lazer* trouxe o tema “Lazer, Formação e Gestão: Saberes Construídos na Relação Ensino, Pesquisa e Extensão Do Cef/Uepa”. Este tema consolida a compreensão do trabalho desenvolvido na disciplina como processo ideal na construção do saber na universidade. Mais uma vez os alunos apresentaram diferentes pesquisas, mais a grande ênfase foi no papel da construção do espaço da brinquedoteca universitária enquanto espaço de convivência lúdica, possibilitando a implantação de uma nova linha de estudos no NEPAEL. A concepção construída de tal espaço permitiu transversalizar o conhecimento defendido no ensino, a possibilidade de ações voltadas ao atendimento da comunidade superando a compreensão que este espaço é de atendimento somente a criança. Durante a programação a instensionalidade era fazer com que a comunidade social, foco do evento participasse ativamente não só das atividades e oficinas, mas também do debate sobre o lazer e sua importância. Coube também, aos alunos durante sua formação apresentar através de *posters* sua pesquisa e também ações pertinentes a superação dos resultados alcançados na pesquisa de campo.

No 1º Semestre de 2008, o encontro foi direcionado somente a uma mesa redonda, no entanto ela se voltou exclusivamente a participação de vereadores, secretários de esporte e lazer da cidade com vista a necessidade de provocar um debate que permitissem transformações efetivas e eficazes das políticas públicas de lazer para a cidade.

E por fim ao final do 2º semestre de 2008, novo encontro promoveu a aproximação de diferentes cursos e universidades sobre o debate de Ludicidade, Educação e Lazer, e novas apresentações de

trabalhos defendidos por discentes do curso de educação física e com um novo grupo o de pedagogia. Fez se também presente aos processos de construção do conhecimento o grupo de alunos da II Especialização Lato Sensu em Lazer.

A “especificidade concreta” do lazer exige um novo especialista não o “especialista tradicional” – superficial e unidimensional – mas o que domine a sua especialidade dentro de uma visão de totalidade. E para contemplar essa visão são exigidos, pelo menos dois requisitos: *uma sólida cultura geral* – que permita perceber os pontos de interação entre problemática do lazer e as demais dimensões da ação humana e a contribuição de outras áreas de ação/investigação – e *o exercício constante da reflexão*. (MARCELLINO, 21: 1995)

A sólida compreensão de que a formação de profissionais de educação física em lazer não pode, nem deve estar fragilizado pela fragmentação entre ensino, pesquisa e extensão, nos leva os resultados eficazes nos debates sobre este campo do conhecimento. Durante décadas a resistência em dinamizar o processo de ensino foi combatida por militantes da educação, uma vez que era possível vislumbrar a universidade enquanto campo de fomento científico e de construção de novos conhecimentos. No entanto isto só seria possível no momento em que houvesse quebra de paradigmas, e não somente isto, mas também um encontro com um procedimento metodológico possível aos docentes e discentes vivenciarem. Neste sentido contemplamos a possibilidade dinâmica no atendimento de ensino superior de qualidade que permita realmente aos profissionais dialogarem com a realidade social com foco na cultura corporal das dimensões humanas. Nesta premissa defendemos o processo junto à disciplina lazer, e congregamos através destas experiências outros profissionais, pois quiçá, também possam trazer através desta experiência outras mais que possibilitem o sucesso no ensino superior.

### Considerações

Em defesa do processo de construção de debates de lazer tendo por intencionalidade a formação do profissional de educação física, trazemos também a reflexão que toda ação entre ensino, pesquisa e extensão, só é possível, no momento em que nos definimos enquanto docentes pesquisadores. Pois ampliamos o olhar para que outros também o façam. É somente na construção diária da transformação que permitimos o olhar sobre o conhecimento sobre novos focos de investigação. Pois cada contexto dos sujeitos sociais apresenta diversidades múltiplas, e, portanto, também existe a necessidade de termos diferentes profissionais para dialogarmos sobre a dinâmica do lazer em nossa sociedade.

### Referências

CAUDURO, M.T. *O profissional de educação física e suas competências específicas* In Marcellino, N. C.(Org). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte: para atuação em políticas públicas*. Campinas: São Paulo, Papirus, 2003.(pg.31- 43)

ISAYAMA. H.F. *O profissional da educação física como intelectual: atuação no âmbito do lazer* In Marcellino, N. C.(Org). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte: para atuação em políticas públicas*. Campinas: São Paulo, Papirus, 2003.(pg.59-79)

MARCELLINO.N.C. (Org.) *Lazer: formação e atuação profissional*. 6ed. Campinas: SP – Papirus: 1995 (Coleção Fazer/Lazer)

# MEDIAÇÃO DE SENTIDOS JUNTO A ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA PORTUGUESES: LAZER DE MASSA EM DEBATE

*Cinthia Lopes da Silva*<sup>200</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem como finalidade descrever uma experiência pedagógica junto a estudantes de Educação Física portugueses. Essa experiência fundamenta-se em referencial sociocultural e consiste na problematização de uma série televisiva direcionada ao público jovem. Caracteriza-se, portanto, como uma discussão eminentemente qualitativa. A série, denominada “Morangos com açúcar” simula situações do cotidiano dos jovens portugueses. O debate acerca desse tema viabilizou aos estudantes de Educação Física revisão de conceitos e sentidos acerca das manifestações juvenis e do discurso televisivo. A experiência pedagógica resultou em reflexões que contribuem para o desenvolvimento pessoal dos estudantes de Educação Física.

**PALAVRAS-CHAVE:** Experiência Pedagógica. Formação de Professores de Educação Física. Lazer de Massa.

## Introdução

Esse trabalho consiste em uma experiência pedagógica realizada junto a estudantes de Educação Física portugueses<sup>201</sup>. A oportunidade de trabalho junto a esse grupo foi decorrente do recebimento de uma bolsa de estudos para a realização do estágio de doutorado no exterior. Esse contato foi avaliado como enriquecedor, uma vez que seria possível a mediação de sentidos em outro contexto cultural.

A mediação de sentidos proposta teve como finalidade problematizar a série televisiva portuguesa “Morangos com açúcar”, dirigida ao público jovem. Trata-se de uma produção que simula situações do cotidiano dos jovens portugueses. A mediação de sentidos proposta justifica-se como uma ação de intervenção que atende ao duplo sentido do lazer – como veículo e como objeto de educação. Com essa intervenção espera-se que os estudantes usufruam da referida série televisiva de maneira ativa e tenham uma atuação profissional futura efetiva.

O texto está dividido nas seguintes partes: inicialmente, apresenta-se a discussão sobre lazer de massa e educação, no segundo momento, a descrição de como a experiência pedagógica foi organizada, em seguida, o trabalho realizado em duas situações distintas de ensino. Por último, a avaliação da experiência pedagógica realizada.

## 1. Lazer de massa e Educação

O lazer é uma manifestação cultural fortemente influenciada pelos meios de comunicação de massa na atualidade. Dumazedier (1980) apresenta reflexões sobre essa questão. O autor se refere ao termo “lazer de massa”, como sendo conteúdos culturais difundido pelos meios de informação.

O mesmo autor identifica um duplo problema do desenvolvimento cultural de uma sociedade que atingiu o estágio de produção, de consumo e de lazer de massa. Primeiramente, o questionamento é se essa sociedade conseguirá equilibrar, na vida cotidiana da população, os valores de compromisso profissional, social, espiritual ou político, e os valores do conforto ou do lazer para que essas massas possam ser, cada vez mais, associadas na elaboração de seu próprio destino e, o segundo questionamento, é com relação à oferta de divertimentos obsessivos, fáceis ou vulgares – isso não inibiria, a longo prazo, as mais nobres aspirações, que poderiam associar-se às atividades livres das massas?

Dumazedier (1980) explicita o conteúdo da cultura produzida pelos meios de informação, dirigida à um amplo público, trata-se da utilização de duas grandes correntes da cultura: a cultura erudita simplificada e a cultura popular promovida, segundo o autor, “(...) ambas degradadas, notadamente pela televisão privada, pela lei da publicidade comercial, que procura o maior número de clientes, a quem vender o maior número possível de produtos” (p.86).

Para que a população urbana tenha assegurado o equilíbrio, de um lado, entre os valores do repouso, da diversão, do aperfeiçoamento das capacidades e dos conhecimentos; do outro, entre os valores do lazer e os valores do trabalho, ou os compromissos familiares, sociais e cívicos é fundamental que se tenha uma política de desenvolvimento cultural. Nesses termos o autor enfatiza a necessidade de

<sup>200</sup> Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)

<sup>201</sup> Trata-se de uma discussão originária de uma Tese de Doutorado apresentada à Faculdade da Educação Física da UNICAMP, orientada pelo Prof. Dr. Jocimar Daolio. Parte do trabalho foi realizado em Portugal, sob co-orientação da Profa. Dra. Manuela Hasse. A pesquisa foi financiada pela CAPES.

um programa sócio-cultural voltado aos cinco conteúdos culturais do lazer: práticos, sociais, artísticos, físicos, intelectuais.

Com base nas idéias de Joffre Dumazedier, Marcellino (1987, p.58-9) apresenta duas contestações:

(...) a primeira, que o lazer é um veículo privilegiado de educação; e a segunda, que para a prática positiva das atividades de lazer é necessário o aprendizado, o estímulo, a iniciação, que possibilitem a passagem de níveis menos elaborados, simples, para níveis mais elaborados, complexos, com o enriquecimento do espírito crítico, na prática ou na observação. Verifica-se, assim, um duplo processo educativo – o lazer como veículo e como objeto de educação.

O autor afirma, ainda, que é cada vez mais necessária a consideração do lazer como objeto de educação – a educação para o lazer em uma sociedade orientada pela cultura de consumo. As produções dos meios de informação, por exemplo, são produtos voltados ao consumo do grande público. Se, por um lado, viabilizam o acesso da população ao lazer, minimizando os efeitos de uma sociedade dividida em classes, por outro, o conteúdo difundido é pobre nos vários gêneros culturais, notadamente naqueles mais consumidos como é o caso dos filmes feitos para a televisão, das telenovelas, da música “pop” e dos “best-sellers” (Marcellino, 1987). Uma educação para o lazer consiste em um aprendizado para o uso do “tempo livre”<sup>202</sup>. Essa seria, portanto, um dos objetivos da escola, de uma formação dos sujeitos para o usufruto dos momentos de lazer.

Podemos aqui também considerar a educação para o lazer como uma finalidade pedagógica no trabalho junto aos estudantes que estão em processo de formação profissional em Educação Física. Futuramente, esses sujeitos ocuparão o lugar social de professores. Ao terem acesso ao conhecimento sistematizado e às reflexões sobre os produtos que circulam na cultura do consumo, poderão tanto usufruir de maneira autônoma e crítica do lazer como terem uma atuação profissional efetiva, mediando sentidos e significados atribuídos às influências que circulam na atualidade como os produtos difundidos pela mídia. É com esse intuito que foi realizada uma pesquisa junto a estudantes de Educação Física portugueses, com a finalidade de viabilizar a esses sujeitos o acesso ao conhecimento sistematizado para a compreensão de uma produção de entretenimento voltada ao público jovem, transmitida pela televisão portuguesa.

## 2.Sobre a experiência pedagógica

O contato inicial com os estudantes em Portugal foi feito via a disciplina “Antropologia e História do Corpo” (AHC) do curso de Ciências do Desporto da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, ministrada pela Profa. Dra. Manuela Hasse. Trata-se de uma turma de ingressantes no curso. O combinado com a professora foi de convidar a turma para a participação na pesquisa, com a previsão de serem oferecidas aulas em paralelo à disciplina inicialmente sobre o tema “Educação Física e mídia”. Ao final do semestre, apresentáramos à turma as reflexões desenvolvidas nas aulas compartilhadas na pesquisa e ampliaríamos a discussão a partir do diálogo com o grupo maior de alunos.

Com o convite feito à turma, dois alunos se dispuseram a participar da experiência pedagógica, sendo que somente um acompanhou as aulas durante todo o semestre, em um total de nove aulas. No início do trabalho, os estudantes mencionaram a série televisiva “Morangos com açúcar”, uma produção voltada ao público juvenil. A sugestão foi avaliada como uma estratégia para o debate junto a turma de AHC, supondo que essa produção do lazer de massa é parte da experiência prévia dos estudantes. Considerou-se, portanto, como uma oportunidade para a construção de conhecimentos e revisão de valores e sentidos.

Os voluntários da pesquisa são: *Majô* e *Fran*<sup>203</sup>. *Majô* participou somente das primeiras aulas, ficando impossibilitada de continuar por motivo de trabalho. *Majô* é uma estudante mais velha (36 anos), já tinha iniciado o curso de Ciências do Desporto há 17 anos e precisou interrompê-lo por precisar morar em outro país temporariamente. Atualmente, tem uma filha, é casada. *Fran* tem 19 anos, é a primeira vez

<sup>202</sup> O autor considera que nenhum tempo é totalmente livre, uma vez que somos orientados por códigos culturais, por isso, ele prefere a utilização do termo “tempo disponível”.

<sup>203</sup> Os participantes da pesquisa serão identificados pela primeira sílaba de seus nomes, uma maneira encontrada para manter em sigilo sua identificação.

que ingressa no curso de Ciências do Desporto, o estudante é solteiro e não trabalha.

Para a descrição da experiência pedagógica relatarei como transcorreu a mediação de sentidos junto aos estudantes *Majô* e *Fran* e a aula junto a turma de AHC.

### 3. O trabalho junto ao grupo de voluntários para a pesquisa

No primeiro contato com *Majô* e *Fran*, comentei sobre como a pesquisa seria realizada, qual sua finalidade e sobre o compromisso de organizarmos algo para ser apresentado à turma de AHC. *Majô* questionou o porquê de trabalhar o tema das influências da mídia junto aos estudantes ingressantes no curso de Ciências do Desporto. Para ela, se o tema fosse trabalhado mais adiante no curso, os alunos teriam referências para o debate acerca dessa questão – para a aluna o fato de serem ingressantes no curso poderia dificultar o trabalho de mediação de sentidos. *Fran*, na busca por uma solução para a observação de *Majô*, sugeriu que esse tema fosse debatido a partir de alguma referência que tivesse relação com a experiência dos estudantes e deu como exemplo a série televisiva “Morangos com açúcar”<sup>204</sup> e os *play stations*<sup>205</sup>. Exemplos de referências que são familiares aos estudantes e que poderiam ser um ponto de partida para nossas discussões.

Pedi para que comentassem mais sobre a série televisiva. Eles explicaram que se tratava de uma produção que enfoca situações do dia-a-dia do jovem como ir à praia, sair à noite, namorar, ir à escola, praticar esportes. Segundo eles, haveria uma identificação por parte dos estudantes de Educação Física ingressantes com essa programação, uma vez que se trata de situações que são também vividas por esses sujeitos.

A partir disso, foi proposto aos dois participantes o exercício de problematização da série televisiva, com finalidade de realizarmos conjuntamente uma leitura qualificada desse tipo de programa e organizarmos uma discussão que seria compartilhada junto a turma de AHC. Para isso, centramo-nos nas idéias de Magnani (2005), Pais (2000) e de Bourdieu (2005).

Em Magnani (2005) tivemos pistas para a compreensão do comportamento de jovens nos grandes centros urbanos. O texto trata de uma etnografia que apresenta os diferentes espaços urbanos utilizados pelos grupos jovens para a troca simbólica. O autor opta pelo termo “circuitos de jovens” em vez da ênfase na condição de jovens. Ressaltei aos alunos que essa discussão poderia contribuir para a elaboração de argumentos na compreensão das manifestações juvenis como diferentes modos de expressão na contemporaneidade. Essas referências seriam, portanto, contrapontos aos discursos da mídia ao se referir aos grupos de jovens de maneira estigmatizante e generalizante.

No texto de Pais (2000), o autor apresenta paradoxos que atravessam o universo de adolescentes e jovens portugueses, sendo os mais abundantes os que se referem ao sistema de ensino. O ponto por nós debatido foi com relação aos jogos virtuais como realização das aspirações profundas dos jovens, dificilmente concretizáveis na realidade, já que o mundo da escola parece-lhe aleatório, o futuro indefinido, a vida real cheia de incertezas. Nesse sentido, o autor compreende que os jovens exercitam em tais jogos um “poder performativo”. O estudante *Fran* identificou relações entre essa idéia apresentada pelo autor e a série televisiva “Morangos com Açúcar”, o estudante afirma que a série simula situações do dia-a-dia dos jovens e eles, por sua vez, identificam, reconhecem nos quadros apresentados problemas vividos, aspirações, desejos.

Nessa aproximação feita por *Fran*, a construção presente é de que a série simula situações do dia-a-dia dos jovens, apresentando quadros que enfocam problemas vivenciados por esses sujeitos e indicam soluções para a superação desses problemas.

O terceiro texto por nós trabalhado foi de Bourdieu (2005). O propósito era de identificarmos o que é o discurso televisivo, como subsídio para nossas reflexões acerca da série televisiva “Morangos com açúcar”. As noções discutidas por nós foram “poder simbólico”, “comunicação instantânea” e o problema dos “*fast-thinkers*”. O debate deu-se da seguinte maneira: eu disse a *Fran* que as informações difundidas pela televisão não são neutras, nelas há a construção de certa intencionalidade, significados atribuídos aos conteúdos difundidos, por isso, o termo “poder simbólico”. Pierre Bourdieu explicita essas noções tendo como base os programas jornalísticos, a maneira como se dá a comunicação, segundo ele, uma falsa comunicação, porque o telespectador não participa de sua produção, daí o termo usado por

<sup>204</sup> Transmitida em Portugal pela TVI. O estudante *Fran* afirma que essa série é uma versão portuguesa da série brasileira “Malhação”, desconheço esse fato.

<sup>205</sup> Trata-se de uma marca de *videogame*.

Bourdieu (2005), “comunicação instantânea”.

Segui no comentário, dizendo que esse modo de difusão possui um tipo de elaboração da informação que não exige muito esforço de compreensão por parte do telespectador. As informações são produzidas de maneira a confirmar os fatos, a trazer o dado, o ocorrido como “pronto”, finalizado, por isso o autor comenta sobre o problema da acomodação por parte do telespectador, gerando “*fast-thinkers*”, sujeitos que aceitam mais facilmente o que lhes é transmitido pela televisão.

*Fran* acompanhou a leitura e minhas observações, como concordando com as idéias apresentadas. Fez também comentários, como procurando correlacionar essas noções com as situações de ensino em Portugal, localizando o problema no fato dos professores serem aqueles que “dão” a matéria e os alunos os que a “recebem”. Não havendo muitos questionamentos diante do que o professor diz, se o que dizem “tem a ver conosco”, comentou *Fran*. Como fazendo uma comparação com a série televisiva “Morangos com açúcar” e os supostos “*fast-thinkers*” - os sujeitos que assistem a série.

Com base nessa fundamentação teórica (Magnani, 2005, Pais, 2000 e Bourdieu, 2005) preparamos uma apresentação para a turma de AHC. No sentido compartilhar os conceitos estudados e de propor uma reflexão sobre a série televisiva “Morangos com açúcar”, considerando a atuação futura dos estudantes de Educação Física como mediadores de conhecimentos.

#### **4. A aula junto a turma AHC**

A aula teve início com uma apresentação geral do trabalho realizado junto ao grupo de voluntários para a pesquisa, a quantidade de aulas que compartilhamos, a seleção de uma série televisiva para ser trabalhada nas aulas e, em seguida, foram feitas perguntas à turma:

1. Qual a relação do programa com o que tem sido discutido na Disciplina Antropologia e História do Corpo?
2. Qual o tipo de relação desse tipo de programa com a ação pedagógica do professor de Educação Física?

A turma acompanhou o início de nossa apresentação com atenção e dois alunos manifestaram-se. Um aluno pontuou o fato do programa ter correspondência com a vida dos jovens portugueses e, o outro, afirmou que não, que tinha um sentido de mostrar as aspirações, expectativas dos jovens portugueses, mas não era a vida deles em si, era uma “fantasia”, algo que não era real.

Depois, fomos para a outra parte do planejado, apresentar o que tínhamos discutido, os conceitos trabalhados, com base nos textos debatidos nas aulas junto ao grupo de voluntários para a pesquisa, tínhamos preparados algumas telas para destacar esses pontos. *Fran* assumiu a fala. Foi contando sobre o que tínhamos discutido e fez questão de ressaltar a irrealidade do programa por meio de um exemplo, dizendo algo próximo a: quando aparece um jovem que participa de alguma competição no esporte, esse sempre ganha, tem um bom rendimento, atende ao que lhe é proposto e isso não acontece na vida real, com os futuros alunos, nem todos terão o mesmo rendimento, não conseguirão ter o mesmo desempenho e atingirão ao que seria esperado, porque “têm características motoras diferenciadas”.

A turma ouviu atentamente e, ao final, antes de terminar, retomei a pergunta sobre o papel dos futuros professores diante das influências da mídia: uma das respostas, da mesma pessoa que disse sobre a irrealidade do programa, afirmou que seria importante os alunos selecionarem o que assistem da mídia, que isso não quer dizer que tudo o que é visto não é bom, mas saber selecionar. Eu completei, dizendo: “filtrar, não é?, as influências da mídia”, em uma atitude de concordância com ela; seguindo o raciocínio da aluna, afirmei que essa ação é construída, é aprendida.

Em seguida, enfatizei o papel do professor de Educação Física de mediador dos discursos da mídia, de modo a viabilizar que seus alunos compreendam tais discursos como uma construção a ser debatida, refletida, compreendida, ressignificada.

#### **5. Avaliando a experiência pedagógica**

No trabalho junto ao grupo de voluntários da pesquisa foram desenvolvidas reflexões a partir de um conteúdo do lazer de massa, a série televisiva “Morangos com açúcar”. Os estudantes tiveram acesso às noções como circuitos de jovens, poder performativo dos jogos virtuais, discurso televisivo, de maneira que pudessem rever suas referências prévias com relação à série televisiva, em uma “leitura” qualificada desse conteúdo do lazer de massa.

Os estudantes identificaram que a série simula situações do cotidiano da vida juvenil e contribui para a acomodação dos sujeitos, favorecendo às “idéias-prontas”, sem provocar nos sujeitos

questionamentos dos fatos transmitidos.

A mediação de sentidos na aula junto a turma de AHC viabilizou ampliar essas noções debatidas junto ao grupo de voluntários. Os estudantes compreenderam a série televisiva como sendo uma “fantasia” da realidade, querendo dizer que a série enfoca elementos da vida dos jovens portugueses, no entanto, em um discurso homogeneizante, ausente da complexidade que é inerente à realidade de vida, como o lidar com as diferenças entre os sujeitos.

Os estudantes reconhecem que é parte do papel do professor de Educação Física viabilizar aos seus alunos o acesso ao conhecimento para que possam selecionar os conteúdos da mídia e realizar uma leitura qualificada dos significados difundidos.

Com base nas duas situações de mediação de sentidos junto aos estudantes de Educação Física portugueses pode-se afirmar que há correspondência com as idéias de Marcellino (1987) acerca da relação lazer e educação. A intervenção pedagógica com o propósito de uma leitura qualificada dos conteúdos culturais do lazer, nesse caso, da série televisiva “Morangos com açúcar”, viabilizou a produção de conhecimentos, ampliando, a compreensão dos estudantes acerca das manifestações juvenis e do discurso televisivo. Esse é um exercício que contribui para o desenvolvimento pessoal dos sujeitos, gerando implicações para seu agir profissional futuro, de modo que os sujeitos possam ter uma atuação futura, de fato, efetiva.

### **Considerações Finais**

A experiência pedagógica realizada centrou-se em um conteúdo do lazer de massa para a mediação de sentidos em duas situações de ensino distintas junto a estudantes de Educação Física portugueses. Esse foi um exercício de reflexão mediado pelo encontro e confronto de conhecimento entre professora e alunos.

A mediação de sentidos realizada junto aos estudantes de Educação Física portugueses viabilizou uma leitura qualificada da série televisiva “Morangos com açúcar”, transformando um programa de entretenimento em conhecimento para os sujeitos em processo de formação profissional, contribuindo para o desenvolvimento pessoal dos mesmos.

Espera-se que esse trabalho seja um exemplo para outros trabalhos a serem desenvolvidos junto a estudantes de Educação Física brasileiros, que tenha como intuito o desenvolvimento pessoal dos sujeitos em processo de formação profissional para que, futuramente, esses sujeitos tenham uma atuação efetiva no lidar com as referências prévias de seus alunos e com os significados difundidos pela mídia.

### **REFERÊNCIAS**

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. 3. ed. Oeiras: Celta Editora, 2005.

DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980.

MAGNANI, J. G. Os circuitos dos jovens urbanos. **Tempo Social**, v.17, n.2. São Paulo: nov/2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br> >. Acesso em: 29 jan. 2008.

MARCELLINO, N.C. **Lazer e educação**. Campinas: Papyrus, 1987.

MORANGOS com açúcar. Autoria: Casa da Criação. Produção: NBP. Transmissão: Portugal, Romênia e Síria: TVI. Desde 2003. Série de televisão.

PAIS, J. M. **Comportamentos dos adolescentes de hoje**: resultados de alguns estudos. Porto: ASA Editores II, S.A., 2000. p.49-73.



# SECRETARIAS DE ESPORTE E LAZER DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (MG): UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOS SEUS PROFISSIONAIS<sup>206</sup>

*Hélder Ferreira Isayama<sup>207</sup>, Rita Márcia de Oliveira<sup>208</sup>, Amanda Carolina Costa Silveira<sup>209</sup>,  
Luciana Cirino Lages Rodrigues Costa<sup>210</sup>, Tarcila Bretas Lopes<sup>211</sup>,  
Fabiano Antonio Sena Peres<sup>212</sup>, Ana Caçado Kunstetter<sup>213</sup>,  
Gustavo Henrique Marques Santana<sup>214</sup> e Paulo de Tarso Muniz de Freitas<sup>215</sup>*

**RESUMO:** Este estudo tem como objetivo identificar, descrever e analisar as diferentes propostas de política de formação profissional, nas Secretarias de Esporte e Lazer da Grande BH, tendo como referências o conteúdo desenvolvido, a compreensão sobre o esporte e o lazer e a importância atribuída a essas ações por estes órgãos de governo. Trata-se assim de pesquisa qualitativa que combina pesquisa bibliográfica, documental e de campo, tendo a entrevista semi-estruturada como uma forma de diálogo com os gestores. Entendemos como fundamental a formação de profissionais para atuar como dinamizador das vivências oferecidas nas propostas de lazer pelo setor público. Partindo desse pressuposto, nossa intenção é mostrar um retrato da formação no contexto das secretarias ligadas ao campo do esporte.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer, Formação Profissional, Política Pública.

## Introdução

Desde 2004, o Pólis/CELAR<sup>216</sup> vem desenvolvendo estudos que problematizam, analisam e avaliam o papel do Estado nos processos de organização de políticas públicas de esporte e lazer. O grupo tem como preocupações: a avaliação de políticas, os processos de formação e atuação de gestores, a produção histórica dos direitos sociais, o lugar institucional e político que o esporte e o lazer têm ocupado na gestão pública, especialmente no âmbito municipal.

Em 2005, por meio do convênio firmado entre Ministério do Esporte – Rede CEDES e Escola de Educação Física – UFMG, desenvolvemos no Pólis quatro pesquisas que coletivamente chamamos de “Avaliação de Políticas e Políticas de Avaliação: possibilidades para o Esporte e o Lazer”. Um dos estudos realizados produziu um “retrato detalhado” sobre as gestões públicas municipais de esporte e lazer em 13 cidades que compõem a Região metropolitana de Belo Horizonte (LINHALES et al, 2008).

Um dos eixos norteadores para análise dessa pesquisa foi o quadro de pessoal e as ações de formação ou capacitação desenvolvidas. A questão da formação foi um ponto a merecer destaque por ser tratado como sinônimo de cursos esporádicos e descontextualizados além de não se constituir em uma política institucional (LINHALES et al, 2008).

Esse ponto balizou nossa investida científica e a partir de então sugerimos a construção de uma nova etapa empírica buscando localizar a existência ou não de uma política de formação de profissionais que atuam no desenvolvimento das ações municipais de esporte e lazer. Além disso, sabemos que os processos de formação profissional no campo do esporte e lazer vêm ganhando espaço nos meios

<sup>206</sup> Estudo realizado em parceria com o Ministério do Esporte por meio de convênio firmado entre a Rede CEDES – SNDEL e UFMG – EEFETO.

<sup>207</sup> Doutor/UFMG

<sup>208</sup> Mestre/Prefeitura de Belo Horizonte

<sup>209</sup> Mestranda/UFMG

<sup>210</sup> Mestranda – UFMG

<sup>211</sup> Mestranda/UFMG

<sup>212</sup> Especialista/PBH

<sup>213</sup> Graduanda/UFMG

<sup>214</sup> Graduando/UFMG

<sup>215</sup> Graduando/UFMG

<sup>216</sup> Grupo de estudos sediado na Escola de Educação Física da UFMG que tem como membros professores vinculados à UFMG, à Prefeitura de Belo Horizonte e à Prefeitura de Contagem e estudantes de Educação Física da UFMG. Estes componentes estão diretamente vinculados, por produções acadêmicas e por inserção profissional às políticas públicas de esporte e lazer.

acadêmicos, bem como no âmbito das políticas públicas vigentes.

Entendemos ainda que a formação de profissionais pode se constituir como eixo privilegiado de intervenção com vistas a contribuir nos processos sociais, políticos, históricos e culturais que integram as práticas de esporte e lazer vivenciadas em nossa realidade atual. Nesse sentido, não basta conceber os profissionais como meros reprodutores de técnicas e práticas e sim como agentes de mudança capazes de transformar e fomentar reflexões sobre aspectos diversos de nossa vida cotidiana.

Sendo assim questionamos: os municípios têm desenvolvido políticas de formação profissional no campo do esporte e lazer junto a seus profissionais? Quais as características das ações de formação que acontecem (se acontecem)? Que visão de esporte e de lazer essas ações disseminam? Quais os objetivos dessas propostas? Qual o conteúdo trabalhado? Qual a importância dessas políticas para o corpo técnico envolvido com as propostas de esporte e lazer?

Diante dessas questões, o objetivo deste estudo foi identificar, descrever e analisar a política de formação profissional desenvolvida pelas Secretarias Municipais de Esporte de municípios da Grande BH, tendo como referências o conteúdo desenvolvido, a compreensão sobre o esporte e o lazer e a importância atribuída a essas ações por estes órgãos de governo. Optamos em adotar o mesmo recorte utilizado na pesquisa de Linhales et al (2008), uma vez que foi este estudo que suscitou as questões que referenciam nosso trabalho. São 13 municípios que compõem a Grande-BH, que por sua vez é parte da região metropolitana de Belo Horizonte: Belo Horizonte, Betim, Contagem, Confins, Ibirité, Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Luzia, São José da Lapa e Vespasiano.

É importante ressaltar que entendemos o lazer como um campo multidisciplinar e, portanto, possibilita a participação e ação de diferentes profissionais. Dessa forma, as ações de lazer, incluindo a política de formação não acontecem somente em secretarias e órgãos vinculados à área do esporte. No entanto, essa é a opção de recorte dos pesquisadores vinculados a essa proposta de estudo, já que em sua maioria são vinculados ao campo da Educação Física. Além disso, a intenção é mostrar um retrato da formação no contexto das secretarias ligadas ao campo do esporte.

### **Metodologia**

O estudo combinou as pesquisas bibliográfica e de campo. Como técnica para pesquisa bibliográfica foi utilizada a revisão de literatura (SEVERINO, 1991), a fim de discutir os seguintes termos-chave: Lazer, Esporte, Formação Profissional e Políticas Públicas, a partir de leitura de livros, artigos científicos, monografias, teses e dissertações, selecionadas no sistema de Bibliotecas da UFMG.

Após a revisão de literatura foi estabelecido o primeiro contato com a Secretaria de Esporte, ou órgão equivalente, dos 13 municípios envolvidos no estudo. Para tal foram agendadas as entrevistas com os gestores de 12 municípios. O município faltante justificou a não marcação da entrevista devido ao período eleitoral em que nos encontrávamos. Nas entrevistas realizadas solicitamos aos gestores acesso a documentos referentes à política de formação de profissionais da respectiva Secretaria Municipal, tais como: projeto, material de divulgação, bem como os relatórios anuais existentes. Obtivemos ainda autorização para posteriormente entrevistarmos três representantes do corpo técnico efetivo.

Foi escolhida a entrevista semi-estruturada porque de acordo com Triviños (1987) é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, junto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que recebem as respostas do informante.

Para a compreensão dos dados documentais fornecidos pelos gestores e dos provenientes das entrevistas, está sendo utilizada a técnica de análise de conteúdo proposta por Triviños (1987), que de acordo com esse autor é constituída de um conjunto de técnicas que privilegia a descrição do conteúdo das mensagens, permitindo a obtenção de indicadores qualitativos e quantitativos que possibilitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção de tais mensagens. Em seguida será construído o relatório final de pesquisa.

Foram determinadas as seguintes categorias de análise: Trajetória Pessoal dos Gestores, Organograma da Secretaria, Corpo Técnico, Olhar do Gestor em Relação às Ações de Formação, Concepções de Formação, Ações de Formação Realizadas, Critérios de Participação nas Formações e Orçamentos/Recursos da Secretaria. Essas categorias estão sendo levantadas dentro de cada entrevista. Posteriormente, esses dados serão analisados de acordo com os conceitos determinados e estabelecidos nas propostas de análise citadas acima.

### **Referências conceituais: política, política pública e formação profissional**

A sociedade moderna é caracterizada por uma pluralidade de opiniões, idéias, valores e também de interesses e todas essas diferenças fazem com que a vida seja complexa e por vezes conflituosa. Rua (1997) ressalta que para a sociedade progredir e evoluir os conflitos devem ser mantidos dentro de limites administráveis. A partir desse entendimento a política se torna imprescindível e pode ser entendida como “um conjunto de procedimentos formais e informais, que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica de conflitos” (p.01). Sendo assim, a atividade política encarrega-se de administrar os problemas coletivos procurando atender demandas dos diversos indivíduos que o compõem, gerando conseqüências sobre esta coletividade.

Como resultados das decisões políticas surgem às políticas públicas, que compreendem o conjunto de decisões e ações relativas à alocação imperativa de recursos. As políticas públicas envolvem mais que uma decisão política e requerem diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. A dimensão pública da política, não é definida somente pelo tamanho do agregado social sobre o qual incide, mas, sobretudo pelo seu caráter imperativo. Isso quer dizer que uma das características centrais das políticas públicas é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público (RUA, 1997).

Nesse sentido, identificamos as relações e escolhas políticas como processos complexos marcados pela representação de interesses quanto a bens e serviços públicos.

De acordo com Coutinho (1989), quando as políticas são formuladas elas podem atender ou não a determinados interesses já que os mesmos são múltiplos e provenientes de diversos atores políticos. Rua (1997) identifica como atores os cidadãos que têm os seus interesses diretamente ou indiretamente afetados pelas possíveis decisões e ações que compõem a política em questão. Essas demandas podem ser por bens e serviços ou por participação no sistema político e para serem incluídas na agenda governamental devem mobilizar ação coletiva de grandes grupos ou se constituir em uma situação de crise ou de oportunidade.

Dentre as diversas esferas da política pública, a política social é um tipo de política pública cuja expressão se dá através de um conjunto de princípios, de caráter permanente e abrangente, que orienta a atuação do Estado no sentido de valorizar os direitos sociais dos cidadãos expressos na Constituição Brasileira (CUNHA e CUNHA, 2002).

Para Lobato (1997) toda política social é fornecedora de um bem público, que é dirigida a todos os cidadãos de uma mesma sociedade. Sua argumentação é que todos são responsáveis e merecedores desses bens, podendo ou não, deles precisar. Isso passa pelo entendimento de que os indivíduos concordam em abrir mão de interesses individuais em prol de um bem comum.

O objetivo principal do desenvolvimento das políticas sociais é reduzir as desigualdades de acesso aos bens públicos efetivando, dessa forma, os direitos sociais de cidadania. Zauli (2003) concorda com essa afirmação ao dizer que toda política social traz em si um princípio de justiça qualquer, que justifica intervenções na configuração do padrão de alocação e distribuição de valores no âmbito da sociedade.

Nesse sentido, foi a Constituição Federal de 1988 que normatizou o esporte e lazer como direito social juntamente com a educação, a saúde, a moradia, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Pensar o lazer como direito social remete à responsabilidade estatal para intermediar e instituir tal direito via política social de forma a garantir sua vivência a todos os cidadãos.

Ao que apresenta Linhales (1997), historicamente, a emergência de conflitos em grupos organizados esportivamente, principalmente no futebol, deu ao poder público, durante a década de 1930, razões para intervenção no campo. E foi interesse do Estado Novo em disciplinar o setor esportivo o argumento central que justificou o estabelecimento do Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Esse modelo de institucionalização daí decorrente, baseado em princípios tutelares, corporativos e arbitrários, perdurou por cinquenta anos resistindo às diferentes variações decorridas no período pós-45 e na ditadura militar, além também de adentrar na Nova República.

Nesse panorama, interesses seletivos estavam acomodados à estrutura oficial para garantir privilégios. Linhales (1997) aponta ainda que o Estado implementou ações e práticas de caráter distributivo tendo, na “gratuidade” da oferta de benefícios e de ações isoladas, fatores que afastaram a possibilidade de construção de um projeto institucional para o setor esportivo, norteados por princípios

redistributivos, capaz de incluir a todos, o que consolidaria assim, o esporte como um direito social.

Assim, a combinação de estrutura tutelar e práticas particularistas não foi anulada durante a ditadura pós-64, contrariando os argumentos dos militares que apontavam a contenção do populismo no esporte. A perspectiva que orientou o esporte nesse período foi o liberal-funcionalista. E com a emergência do processo de abertura da democracia, inicia-se na sociedade esportiva uma fase de questionamento e de crítica à política esportiva estatal, tais questionamentos estavam configurados em duas perspectivas: a primeira em bases marxistas-funcionalistas e a segunda em bases liberais. Mas nenhuma das duas consolidaram alternativas tematizando o esporte como uma necessidade ou um direito.

Ainda sobre o processo de democratização no Brasil e os seus reflexos na organização do Estado, a partir da Constituição Federal de 1988 os governos municipais passaram a ser os responsáveis pela prestação de serviços públicos de interesses locais, bem como gerir as principais políticas sociais, como relata Menicucci (2006). Em consequência disso, o município se constitui em um ator político fundamental na articulação entre sociedade civil, iniciativa privada e as diferentes instâncias governamentais, cabendo a ele a resolução de diversos problemas como emprego, educação, cultura, moradia, transporte, etc (MENICUCCI, 2006). Dentro desses aspectos, podemos incluir a responsabilidade pela elaboração de propostas voltadas para o esporte e o lazer.

Com o enfraquecimento das idéias socialistas tradicionais e o avançar das políticas neoliberais, nas diversas democracias capitalistas do mundo atual, o setor público, em geral, têm se orientado pela idéia de mínimos sociais. Assim, as ações do Estado hierarquizam necessidades deslocando setores necessários à vida comunitária, à periferia da ação estatal mediante intervenções mínimas (LINHALES, 1996). A baixa mobilização societária em torno do direito ao esporte e ao lazer e práticas de gestão fundamentadas precariamente na participação popular e no efetivo exercício do controle público revelam um setor pouco maduro para lidar com um montante orçamentário comparado a outras áreas já consolidadas historicamente. Dessa forma, a idéia de que todos, indistintamente, deveriam ter acesso ao esporte e ao lazer apresenta-se como um princípio não completamente compartilhado em nossa realidade.

Entretanto, apesar da situação citada ser talvez a mais recorrente, isso não pode ser considerado como regra geral. Nesse sentido, é importante que sejam criados novos espaços, regras e estruturas que proporcionem a participação direta dos cidadãos na administração pública, fomentando a representação de interesses e valorizando novos atores na formulação, gestão e avaliação de políticas públicas de esporte e lazer.

Mascarenhas (2004) afirma que qualquer iniciativa comprometida socialmente com o direito ao lazer deve ter no horizonte a garantia das condições materiais para o desenvolvimento de uma política universalista e de canais de participação para a construção da *lazerania*<sup>217</sup>, isso implica não só na alocação de recursos, que sem dúvida precisam ser ampliados, mas também no estabelecimento de um amplo diálogo junto aos movimentos populares e toda a sociedade civil organizada. Sendo assim, um dos principais desafios passa pela reafirmação do Estado quanto à efetivação do direito universal ao lazer, o que requer uma política nacional apoiada em uma compreensão transdisciplinar e intersetorial que ultrapasse os limites do esporte. Isso requer um enorme esforço e capacidade de interlocução entre as diferentes esferas da administração pública, buscando a solução pacífica dos conflitos e evitando problemas como a pulverização e a sobreposição de proposições.

Em decorrência dos diferentes aspectos aqui apresentados é importante não perder o foco de análise que considera o esporte e o lazer como práticas socioculturais em constante construção; um tipo específico de conhecimento que se expressa como linguagem tornando-se possibilidade ética e estética de humanização quando realizado como experiência educativa (ISAYAMA; LINHALES, 2006) e um direito social inalienável do qual o Estado deve se ocupar e pelo qual a sociedade carece de maior mobilização.

Diante desse quadro, surge o reconhecimento da necessidade, por parte dos órgãos públicos, da atuação de profissionais com qualificação que possam contribuir para o acesso dos sujeitos a uma educação crítica e criativa para o lazer. Portanto, entendemos como fundamental a formação de profissionais para atuar como dinamizador e das vivências oferecidas nas propostas de lazer pelo setor público. No entanto, é preciso qualificá-lo de forma que ele obtenha além de uma visão crítica sobre o esporte e o lazer e a capacidade de relacionar sua atuação com essas dimensões culturais, orientando-se

<sup>217</sup> Lazerania é um termo criado pelo autor citado para expressar a idéia da apropriação do lazer como um tempo e espaço para o exercício da cidadania.

dentro das características, finalidade e sentidos da ação pública.

Ao pensar sobre a formação de profissionais para atuar no campo das políticas públicas de esporte e lazer, pontuamos que a formação é compreendida por nós como a preparação de profissionais reflexivos, que tomem consciência das limitações sociais, culturais e ideológicas da própria profissão.

No Brasil, cresce nos últimos anos o interesse de alunos e professores pela discussão das temáticas esporte e lazer, tendo em vista as diferentes opções de estudo e de intervenção profissional que o campo de trabalho vem abrindo nesse âmbito, para os profissionais formados. Além disso, vem aumentando a preocupação com o esporte e o lazer, enquanto fatores fundamentais para a promoção da melhoria da qualidade de vida. Em virtude disso, ampliam-se as possibilidades de formação profissional nesse campo, mas estas devem ser analisadas com cuidados por aqueles que desejam participar dessas ações.

Segundo Werneck (1998) a atuação profissional no âmbito do lazer é vislumbrada na atualidade como uma possibilidade de ascensão social e financeira e por isso, muitas das oportunidades de qualificação são comercializadas e reforçam ainda mais a visão de lazer como um simples produto da sociedade de consumo.

Assim, existe uma tendência à comercialização das propostas de formação profissional na área, que de maneira geral, restringem a compreensão sobre o lazer. Este é focalizado como um filão no mercado que abre amplas possibilidades de ganhos, e é associado ao consumo exacerbado e alienado de bens materiais e de serviços “recreativos”, que pode auxiliar a fuga e a distração dos problemas apresentados em nosso cotidiano.

Por isso, é preciso estar atento às expectativas do mercado, formando profissionais que possam dar conta dos novos desafios que se apresentam, com intensidade e rapidez. No entanto, é preciso também, ter um domínio de determinados conhecimentos, afim de que a formação dos profissionais possa reverter às mesmas expectativas do lucro fácil, com a venda de pacotes efêmeros, que se apresentam no sentido de apenas divertir e “desviar a atenção”, por algum tempo, da realidade absurda com a qual convivemos no cotidiano (ISAYAMA, 2005).

É necessário pensar a construção de saberes e competências que devem estar relacionados ao envolvimento com os valores alicerçados numa sociedade democrática, à compreensão do papel social do profissional na educação para e pelo lazer. Além disso, a formação deve proporcionar o domínio de conteúdos a serem socializados, a partir do entendimento de seus significados em diferentes contextos e articulações interdisciplinares, e, por fim, ao conhecimento de processos de investigação, que auxiliem no aperfeiçoamento da ação profissional no campo do esporte e do lazer e no gerenciamento do próprio desenvolvimento de ações educativas lúdicas.

Pérez Gomes (1997) fala da importância do conhecimento prático, no qual o profissional mantém um diálogo reflexivo com a situação problemática concreta. Destacamos a necessidade de distinguir três conceitos diferentes que integram o pensamento prático do profissional: *conhecimento na ação*, *reflexão na ação* e *reflexão sobre a ação e sobre a reflexão na ação*. O *conhecimento na ação* é o saber fazer e saber explicar o que se faz. A *reflexão na ação*, apesar de todas as dificuldades e limitações, é um processo de extraordinária riqueza na formação do profissional reflexivo, pois é o espaço de confrontação empírica com a realidade, a partir de um conjunto de esquemas teóricos e de convicções implícitas do profissional. Já a *reflexão sobre a ação e sobre a reflexão na ação*, é análise que o indivíduo realiza *a posteriori* sobre as características e processos de sua própria ação. Esse último conceito – reflexão sobre a ação – é um componente essencial do processo de aprendizagem permanente em que consiste a formação profissional.

É a partir desse referencial teórico que buscamos analisar as propostas de formação profissional de municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, nos dados que serão apresentados a seguir.

## Resultados

Baseados na idéia de que as relações e escolhas políticas são alicerçadas pela representação de interesses múltiplos e que isso afeta diretamente os cidadãos envolvidos, entender o contexto da formação do profissional que participa de maneira atuante nesse processo se faz necessário. A representação do lazer e do esporte, direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988, pelo Estado pode interferir de maneira significativa na vivência de todos os cidadãos.

Em consonância com esse contexto, a existência de profissionais com qualificação é um fator importante para disponibilização de políticas públicas que envolvam o direito ao esporte e lazer.

A partir da análise dos dados identificamos que existe, em grande parte dos municípios visitados, carência de funcionários efetivados. De acordo com o depoimento de muitos gestores, a falta de um corpo técnico interfere no trabalho desenvolvido pelas Secretarias de Esporte ou órgão equivalente.

Outro ponto suscitado com o levantamento das categorias foi referente à verba reduzida destinada às secretarias. O pequeno orçamento dos municípios, muitas vezes, pode inviabilizar o desenvolvimento de políticas públicas de grande abrangência e pode interferir também na qualidade dos serviços oferecidos. A falta de verba também pode influenciar, segundo o depoimento dos entrevistados, na formação dos profissionais envolvidos com o desenvolvimento desses serviços. Todas as categorias estão em fase final de estudo.

Foi possível verificar também, até o momento, que não existe uma política de formação profissional nos municípios. O que existem são ações isoladas, que ocorrem de maneira pontual e que não se caracterizam como uma política. Além disso, essas ações de formação, quando ocorrem, em sua maioria têm preocupação central com a dimensão técnica, deixando de lado outros aspectos que são de fundamental importância para a formação de profissionais que vão lidar com políticas públicas de esporte e lazer.

Algumas falas dos gestores entrevistados podem exemplificar bem essa questão. Um deles, ao ser perguntado sobre a natureza dos cursos dos quais os profissionais participaram na gestão 2005-2008, respondeu: “Primeiros socorros, treinamento esportivo e essa palestra que teve com ele, é técnico de futebol” (Gestor A). Outra fala esclarecedora dessa questão foi “No meio do ano a gente contrata uma empresa, né, profissionais de educação física para dar um curso de iniciação esportiva sobre o que tem de novidade no mercado, o que tem de novo” (Gestor B). E ainda: “O último curso que teve foi de treinamento. Eu estava preocupado com essa parte. Porque os caras foram só jogadores de futebol. Mas como é que vai dar um aquecimento, um condicionamento físico e tal?” (Gestor A). Esta última fala ainda nos remete a pensar acerca do corpo técnico da secretaria, sobre a formação do quadro de profissionais pra atuar com políticas nessa área.

Outra questão que merece destaque é o entendimento que os gestores têm acerca do esporte e do lazer, este último quase sempre sendo vinculado a ruas de lazer ou a meras atividades oferecidas à população. “Em princípio a gente não tem material para trabalhar lazer, né. Você não tem uma cama elástica, você não tem material apropriado para trabalhar com criança né. Nós não temos profissionais qualificados para trabalhar na Rua de Lazer, entendeu?” (Gestor C). Ainda podemos destacar o fato de que nesse entendimento, o lazer é visto como uma atividade a ser oferecida às crianças, e não enquanto manifestações culturais que estão presentes em todas as fases da vida e como um direito de todos. Outro gestor também deixa clara essa visão: “Então lazer para mim é isso, nessa fase de idade [de sete, de oito, de nove anos] tem que deixar eles brincarem, não cobrar resultado, acho que para mim, lazer é isso. (Gestor E).

Um outro ponto que nos chamou atenção é que a visão funcionalista do lazer, altamente conservadora, que busca a paz social e a manutenção da ordem (MARCELLINO, 2007) também aparece na fala de alguns gestores, como pode ser verificado no trecho a seguir: “É uma das funções do poder público é essa (...), porque o esporte, a cultura e o lazer tiram as pessoas não só dos caminhos tortuosos da vida como também afasta as pessoas do hospital, afasta as pessoas do fórum, né, do processo judicial. Então por isso que eu acho que é um divisor de águas, daqui para frente eu acho que o governo tem que investir mais nisso, porque na hora que ele acordar que esse segmento, na minha opinião, é a salvação, como se fala, a salvação da lavoura...” (Gestor D).

Acreditamos que essa é uma visão parcial e limitada do lazer que precisa ser superada, pois pode restringir as possibilidades de vivências a serem oferecidas à população, já que tal visão pauta a formulação das políticas nessa área. Também pode influenciar na forma como a formação dos profissionais que atuam nesse setor é encarada pelo setor público, comprometendo a formulação de uma política de formação profissional para aqueles que atuam com o esporte e lazer.

### **Considerações Finais**

A pesquisa está em fase de conclusão, portanto, esses resultados são os primeiros apontamentos que a análise dos dados nos indicou. No entanto, já é possível pensar na necessidade de discutir, dentro dos órgãos vinculados ao esporte e lazer, a importância de refletir sobre uma política de formação profissional dos quadros que atuam nesse âmbito.

## REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli Elisa D. Afonso de. O papel da pesquisa na formação do professor. In: REALI, Aline Maria de Medeiros R.; MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti (Org.) *Formação de Professores: tendências atuais*. São Carlos: Edufscar, 1996. p. 95-105.
- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Formação continuada de professores: tendências atuais. In.: REALI, Aline Maria de Medeiros R.; MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti (Org.) *Formação de Professores: tendências atuais*. São Carlos: Edufscar, 1996. p. 139-153.
- CASTELLANI FILHO, Lino (Org.). *Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais*. Campinas: Autores Associados, 2007.
- COUTINHO, Carlos N. Representação de interesses, formulação de políticas e hegemonia. In: TEIXEIRA, S. F. *Reforma Sanitária, em busca de uma teoria*. São Paulo: Abrasco/ Cortez, 1989.
- CUNHA, E. da P.; CUNHA, E. S. M. Políticas Públicas Sociais. In: CARVALHO, A.; SALLES, F.; GUIMARÃES, M.; UDE, W. (Org.) *Políticas Públicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. p. 11–25.
- ISAYAMA, Hélder F. Um olhar sobre a formação profissional no lazer. *Licere*, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p.11-19, 2005.
- ISAYAMA, Hélder F.; LINHALES, Meily A. (Org) *Sobre Lazer e Política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- LINHALES, Meily A. *A trajetória política do Esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos*. (Dissertação de Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.
- LINHALES, Meily A. Políticas públicas para o Esporte no Brasil: interesses e necessidades. In: SOUZA, E. S., VAGO, T. M. (org.) *Trilhas e Partilhas: Educação Física na cultura escolar e nas práticas sociais*. Gráfica e Editora Cultura Ltda. Belo Horizonte: 1997. 338p.
- LINHALES; LOPES; COSTA; LIMA; PEREIRA. Esporte e Lazer na Grande-BH: por onde caminham as gestões públicas? In: ISAYAMA, Hélder F.; LINHALES, Meily A. (Org.) *Avaliação de políticas e políticas de avaliação: questões para o esporte e lazer*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.
- LOBATO, Lenaura. Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de políticas públicas. *Revista de Administração Pública*. 31(1). p.30-48, 1997.
- MARCELLINO, Nelson C. (Org.). *Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte: Para atuação em políticas públicas*. Campinas: Papirus, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Lazer e Educação*. 12ª. Edição. Campinas: Papirus, 2007.
- MASCARENHAS, Fernando. “Lazerania” também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. *Movimento*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 73-90, maio/ago. 2004.
- MENICUCCI, Telma. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, Hélder F.; LINHALES, Meily A. (org) *Sobre Lazer e Política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- MOREIRA, Antonio F. O currículo como política cultural e a formação docente. In: SILVA, Tomaz T., MOREIRA, Antonio F. (Org.) *Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 7-20.

PÉREZ GOMES, Angel. O pensamento prático do professor – A formação do professor como profissional reflexivo. In.: NÓVOA, António (Org.) *Os professores e a sua formação*. 2 ed. Lisboa: Nova enciclopédia, 1997. p. 93-114.

RUA, Maria das Graças. *Análise de políticas públicas: conceitos básicos*. Programa de Apoio à Gerência Social do Brasil. BID, 1997.

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do trabalho científico*. 17. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

ZAULI, E. M. Políticas Públicas e Políticas Sociais. *Pensar BH. Política social*, Belo Horizonte, v. 8, p. 27-29, 2003.

WERNECK, Christianne L. G. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas e questões contemporâneas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG/CELAR, 2000.

WERNECK, Christianne L. G. Lazer e formação profissional na sociedade atual: repensando os limites, os horizontes e os desafios para a área. *Licere*. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p.47-65, set. 1998.



# CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DE FORMAÇÃO DE AGENTES SOCIAIS PARA GARANTIR A VIVÊNCIA DO LAZER

*André de Deus Roeldes<sup>218</sup>  
Carlos Nazareno Ferreira Borges<sup>219</sup>  
Lorenza Falcheto Venturim<sup>220</sup>*

**RESUMO:** Este texto é parte de um estudo que vem se fazendo acerca da formação dos agentes sociais do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). Recorrendo a alguns autores, buscou-se identificar quais as características importantes na formação dos agentes sociais de Esporte/Lazer que possibilitem que o projeto seja de fato uma vivência do Lazer enquanto direito social, bem como fornecer elementos para no futuro detectar se esta formação é suficientemente qualificada e viável. Ainda, buscou-se abordar conceitualmente alguns temas importantes como o Lazer, Direito Social, Políticas Públicas, PELC, Ação Intersetorial e Agentes, para o entendimento do Projeto em sua totalidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Formação. Agentes Sociais.

## Introdução

O presente trabalho é parte de um estudo que vem se fazendo no Centro de Estudos em Sociologia das Práticas Corporais e Estudos Olímpicos (CESPCEO), pertencente ao Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo. O estudo trata da avaliação de Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Espírito Santo a partir dos aspectos apontados por Marcelino (2003) como relevantes para a qualificação de ações realizadas pelo poder público, são elas: a concepção de Lazer dos gestores, a formação dos profissionais e a intersectorialidade das ações. Utilizamos ainda as categorias indicadas por Belloni et al (2003) para identificar o nível de excelência das políticas, são elas a eficiência, eficácia e a efetividade social. A título de recorte, centramos foco sobre o Programa Esporte Lazer da Cidade (PELC), Programa de Governo Federal que funciona em convênio com entidades públicas, privadas e do terceiro setor. Neste texto pretendemos discutir um dos aspectos apontados por Marcelino para a avaliação das Políticas Públicas: a formação dos profissionais e, para tanto, centramos nosso foco nos agentes sociais do PELC em Vitória/ES, visando detectar aspectos importantes na formação que garanta o Projeto como uma iniciativa de acesso ao Lazer como direito social dos cidadãos, bem como abordar conceitualmente algumas categorias que se relacionam com o Lazer e que serão importantes no processo de formação, tais como; tempo livre, direito social, Políticas Públicas, entre outros.

Segundo Marcellino (2001) Lazer é a vivência praticada ou fluída de atividades realizadas no tempo livre das obrigações com características de proporcionar o prazer, alegria, desenvolvimento pessoal e social, além de possuir um caráter de livre escolha, isto é, tem que ser algo voluntário. Desde 1988, no Brasil, o Lazer se caracteriza como direito social, que podemos como direitos básicos que os cidadãos possuem e que Estado tem o dever de garantir. Dessa forma, o Lazer se equipara a outros direitos básicos garantidos constitucionalmente como o direito a Saúde, Educação, Segurança dentre outros.

Enquanto dever do Estado, os direitos sociais devem ser garantidos por meio de ações específicas as quais denominamos de Políticas Públicas. Essas, segundo Belloni et al (2003) são ações intencionais do Estado junto à sociedade, intervenções que objetivam garantir os direitos dos cidadãos, e portanto, é através delas que o Estado cria alternativas para que todas as pessoas tenham oportunidades de acesso aos direitos, e no caso das Políticas Públicas de Lazer, de vivenciar o Lazer em suas múltiplas possibilidades.

Enquanto direito social, o Lazer é oferecido pelo Estado por ações implementadas por um setor específico da administração, normalmente, uma secretaria, departamento, coordenação, ou outra denominação administrativa. Mas, há evidências suficientes para afirmar que as questões do Lazer se relacionam com as outras necessidades do indivíduo, geridas por outros setores da administração. Por isso, em muitas ocasiões é necessário que sejam realizadas ações intersetoriais a fim de otimizar o atendimento dos indivíduos e o funcionamento otimizado da máquina administrativa estatal. Dessa forma, a ação

<sup>218</sup> Universidade Federal do Espírito Santo

<sup>219</sup> Universidade Federal do Espírito Santo

<sup>220</sup> Universidade Federal do Espírito Santo

intersetorial é uma forma também de abordar os problemas sociais vendo o indivíduo em sua totalidade, sendo, portanto, uma política que proporciona uma integração intersetorial e interinstitucional, através de um trabalho conjunto, onde se retiram as prioridades hierarquizadas das atividades e dos setores em prol de objetivos comuns. Neste trabalho entendemos a Política Pública de Lazer eficiente, eficaz, e de efetividade social como uma ação conjunta e não isolada com a finalidade de garantir o acesso ao Lazer em articulação com suas demais necessidades.

Diante do exposto, este texto tem como objetivo apontar as características essenciais de formação dos agentes sociais de Lazer para garantir a vivência do Lazer como direito social. Julgamos que essa formação deva ser ampliada, continuada, e deve estimular o agente a ser sujeito crítico e reflexivo e um líder para coordenar as ações pretendidas. Nos documentos do PELC esse tipo de formação pretende ser desenvolvida, portanto, pretendemos detectar as características importantes de formação de agentes do PELC para esta mesma vivência do Lazer. Acreditamos que se ao profissional de Lazer for oferecido uma boa formação respeitando as características que julgamos de suma importância o Programa terá sucesso, ou seja, será eficiente, eficaz e de efetividade social.

### **Uma formação dos agentes de qualidade**

Optamos por considerar, assim como no PELC, os educadores que trabalham na ponta do processo como agentes sociais, os quais têm características específicas desse Programa, sobre o que falaremos adiante. Em geral, em se tratando de Programas sociais, e Políticas Públicas em especial, aos agentes sociais cabem o papel de educador, promotor e animador, porém não deve ser um mero reprodutor de brincadeiras, é necessário ser um sujeito crítico e reflexivo um verdadeiro intelectual comprometido com a emancipação popular. Segundo Mascarenhas (2003), sua função é de educar e não animar festas; é produzir cultura respeitando e aproveitando a já existente. É responsável por direcionar algo que funciona como um modo de resistência à cultura do entretenimento “vazio”, ou seja, é responsável por libertar da alienação um conjunto de pessoas.

Cabe ao agente ainda, articular a realidade do grupo ou da comunidade conhecendo e entendendo suas especificidades, como a sua cultura, problemas econômicos e estruturais, dentre outros. Seu trabalho deve ser uma ação elaborada e articulada e não isolada, pois um agente de Lazer é um profissional interdisciplinar (Mascarenhas 2003).

Além disso, faz-se necessário um coletivo de educadores ou agentes sociais, funcionando como um grupo com suas responsabilidades, atribuições, correlações e interdependências. O coletivo seria uma forma de estruturar e organizar esses indivíduos que teriam uma sistematização de ações, o que possibilitaria uma estrutura como uma forma de “institucionalizar” esses educadores.

Além do mais, o profissional do Lazer precisa ter respeito pelo seu trabalho e respeitar o trabalho de seus pares. Precisa opinar quando houver planejamento, projeto, pois como dissemos, ele é muito mais do que um simples animador ou “palhaço” com a simples função de fazer as pessoas rirem, sua essência está muito além disso, é necessário ser um sujeito ativo, crítico e criativo. O respeito a qual nos referimos tem que partir do agente, deve estudar e entender que há uma interseção da sua área com as demais.

Além desse fator, o agente de Lazer deve ser um líder, deve saber coordenar, desencadear e oportunizar a participação do público bem como saber integrar e animar os envolvidos no Projeto.

Acreditamos que essas características de uma formação para um agente social de Esporte e Lazer que fomente a construção de um sujeito inteligente, um líder constantemente formado de tal forma que lhe proporcione conhecer a realidade das pessoas que ele irá trabalhar, tem todas as possibilidades de se caracterizar como uma formação que potencialize as ações de Lazer como vivência dessa dimensão da vida cotidiana como direito social.

### **Formação dos agentes ministrada pelo PELC**

Tomando como referência Marcellino (2008) que analisou o Programa Esporte e Lazer da Cidade (que é um projeto com a finalidade de consolidar o Esporte e o Lazer como direitos sociais), tanto nessa referência quanto nos documentos sobre o PELC disponibilizados pelo Ministério do Esporte (ME)<sup>221</sup>, podemos notar que a formação dos seus agentes se dá de forma modular, dividida em três etapas; Módulo Introdutório que acontece no início do desenvolvimento das atividades é central e orientadora, a modo

---

<sup>221</sup> Disponível em [www.Esporte.gov.br](http://www.Esporte.gov.br)

de um encontro de formação com a presença de professores formadores do PELC (credenciados pelo ME). Nesta etapa os agentes passam a conhecer a profundidade do projeto e a proposta do mesmo para as regiões onde será implantado.

A outra fase que é o Módulo de Aprofundamento se processa no decorrer das atividades do projeto, quando o agente participa de palestras e oficinas sob orientação dos formadores de PELC. É como se fosse uma formação em serviço, ocorre de maneira semanal ou quinzenalmente e funciona como uma revisão permanente do projeto já que nesses encontros são abordadas temáticas específicas de acordo com as necessidades dos educadores sociais no desenvolvimento das atividades do programa.

Por fim o último Módulo que é a fase de Avaliação, no qual é observado se houve uma eficácia da proposta através de um olhar minucioso sobre as ações desenvolvidas.

Os três níveis de formação dos agentes sociais passam por uma operacionalização com um permanente diálogo e inter-relação. No módulo introdutório, por exemplo, um pressuposto dessa formação é um estudo da realidade, como forma dos agentes conhecerem e compreenderem a realidade do núcleo<sup>222</sup> onde atua e assim criarem uma forma de superação política e cultural, e ainda construir um conhecimento tendo como base o já existente que é o conhecimento que adquiriu com sua experiência. Nesta operacionalização o agente deve aplicar o conhecimento adquirido e ainda vai direcionar a forma de sua intervenção junto à comunidade.

Enquanto Programa federal, apesar de considerar as particularidades locais, o PELC propõe uma formação regional e nacional dos agentes. A etapa nacional é uma forma de fortalecer e nacionalizar as questões que estruturam a construção de uma ação conseqüente (aprofundamento de temas importantes, diretrizes e conteúdos centrais do programa) de formação. Já as ações de formação regional são estabelecidas em convênios com o objetivo de ampliar o alcance do Programa aglutinando cidades diferentes em uma mesma região isso se dá por meio de encontros regionais.

Outro fator importante a ser destacado no PELC é a característica de uma formação ampliada no sentido de não restringir apenas a pessoas diretamente ligadas ao projeto, isso acaba o caracterizando como forma de geração de renda, formação pessoal e qualificação profissional. Essa ação ampliada promove uma formação generalizada qualificando não só as pessoas conveniadas ao Programa, mas também aqueles que se identificam com a proposta, possibilitando assim uma formação ampliada e uma importância mais significativa ao PELC.

Esta formação ampliada insere a comunidade no projeto, fazendo-a assim sujeito ativo auxiliando na construção das propostas bem como na solução dos próprios problemas centrais. Gera um sentimento por parte da comunidade de identificação, pertencimento ao Programa, e ainda gera o fortalecimento da cidadania, da consciência crítica e coletiva. Entendemos que este treinamento é de suma importância para que de fato as pessoas participantes do Projeto tenham um vivência do Lazer.

Os agentes sociais de Lazer que também são chamados de educadores do Lazer são sujeitos com a função de coordenar e executar as atividades de Lazer, são verdadeiros animadores, entretanto, devem ser sujeitos críticos e reflexivos para não serem meros reprodutores do Lazer mercadoria (MASCARENHAS, 2003). Entendemos que após a formação os agentes conquistem ou adotem essas características que julgamos serem pertinentes para a aplicação do Projeto.

Contudo, os níveis de formação dos agentes sociais do PELC objetivam possibilitar as condições necessárias para que o fazer pedagógico ganhe significado no cotidiano dos núcleos. Há uma dualidade entre pensar e fazer pedagógico, entretanto, não se constrói de maneira hierárquica, ou seja, não existe uma prioridade ou uma maior importância entre a formação do agente e a sua prática pedagógica e social, a construção ocorre de maneira mútua e permanente.

Enfim, encontramos na formação dos agentes sociais ministradas pelo PELC duas características que julgamos importante que é a formação ampliada e a formação continuada dos agentes. De acordo com o encontrado nos documentos, isso coloca pode colocar o PELC como paradigma de um programa que qualifique as ações públicas de acesso ao Lazer como direito.

### **Entendimento atual de Lazer**

O entendimento do Lazer atualmente possui uma característica marcante que é uma visão funcionalista com o objetivo de buscar a paz social como uma forma de manutenção da ordem. Seria uma forma de suportar e disciplinar o sujeito, fazendo-o uma pessoa que não reclame por seus direitos, um conformista. Seria um Lazer com a função de preparar o indivíduo para sua rotina de trabalho do

<sup>222</sup> Unidade fundamental, onde ocorrem as atividades do PELC

dia seguinte, ou seja, um Lazer não crítico e reflexivo, esse Lazer não proporciona um desenvolvimento social, caracteriza-se assim como uma funcionalidade negativa no intuito de apenas dominar o sujeito com restritas possibilidades de mudanças (MARCELINNO, 2001). Se o agente não entender este processo estará contribuindo para esta função funcionalista equivocada do Lazer, sua função é construir a resistência e não contribuir para um Lazer massificante e alienante.

O caráter funcional do Lazer é um fato, o que questionamos é a forma que as autoridades direcionam esta funcionalidade que é entendida por eles como uma forma de manutenção da ordem social. Por isso, é visto também como uma ação assistencialista, ou seja, uma atividade com o objetivo simples de ocupar o tempo do indivíduo. Acreditamos que o Lazer é muito mais do que isso, é um espaço de organização e formação de pessoas, enfim, é lugar de interação ou de construção do indivíduo (MASCARENHAS, 2003).

Para corroborar com a visão do Lazer como mercadoria, a indústria cultural que possui sua origem na mercadorização do entretenimento proporciona ao indivíduo um produto pronto fazendo das pessoas consumidoras passivas, incapazes de produzir seu Lazer. Entretanto, só têm acesso a esse Lazer aqueles que detêm um poder aquisitivo elevado. As políticas de Lazer promovidas pelo Estado que deveriam garantir o acesso ao Lazer a todos, estão assumindo um caráter de espetáculo representando uma característica do Lazer como performance.

Entendemos que diante a esta situação, o papel do agente social de Lazer torna-se mais importante, por que dele vai partir a reprodução dessas características do Lazer como mercadoria ou fazer dessa atividade uma ação de resistência possibilitando ao indivíduo um desenvolvimento social, entretanto, só será possível obter essa característica de resistência se a formação do agente for direcionada para isso, ou seja, nela o indivíduo tem que conhecer a realidade que irá trabalhar, assim como as intencionalidades políticas das ações, e apropriar-se do entendimento do Lazer como direito social e prática de liberdade, como afirma Mascarenhas (2003).

### **Considerações**

Consideramos que nossa discussão acerca do processo de formação dos agentes sociais está em fase inicial, porém, estamos entendendo que para que o PELC tenha um caráter de vivência do Lazer como direito social, a formação do agente necessariamente deve ter características de formação de um sujeito crítico e reflexivo capaz de construir conhecimento e não simplesmente reproduzi-los, isto é, tem que ser sujeito ativo, participativo.

O PELC possui algumas características em seu modelo de formação dos agentes sociais muitos importantes, como a questão de se fazer um treinamento ampliado atingindo todas as pessoas vinculadas ao Projeto, bem como aqueles indivíduos que se identifiquem com o mesmo, e ainda há a questão da formação continuada.

A formação ampliada insere a comunidade no processo, dando-lhe a oportunidade de adequar o Projeto de acordo com suas demandas e necessidades, isso faz com que seja respeitada a vivência e o planejamento das atividades, efetivando assim uma característica das Políticas Públicas que é garantir o direito social dos cidadãos.

Enfim, acreditamos que se forem respeitadas essas características de formação de um sujeito crítico e reflexivo capaz de proporcionar uma emancipação e desenvolvimento do sujeito, bem como ser capaz de liderar pessoas, e ainda essa formação ocorrer constantemente fazendo com que o agente social de Lazer esteja constantemente atualizado, e lhe possibilite uma formação ampliada, generalizada, fazendo-os sujeitos ativos, todas essas ações irão caracterizar a formação dos agentes como algo que poderá garantir a vivência do Lazer como direito social, já que a partir dessas ações serão respeitados os direitos dos cidadãos que estão em formação.

### **REFERÊNCIAS**

BELLONI, Isaura.; MAGALHÃES, Heitor.; SOUZA, Luzia Costa. *Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas*. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

LINHALES, Meily Assbú; ISAYAMA, Helder. (Org.) *Sobre Lazer e Política: Maneiras de Ver, Maneiras de Fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MASCARENHAS, Fernando. *Lazer como prática de Liberdade*. Goiânia: Editora UFG, 2003.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (organizador). *Lazer e Esporte: Políticas Públicas*. 2 ed. Campinas: Autores associados, 2001.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). *Políticas Públicas de Lazer*. Campinas: Alínea, 2008.

MINISTÉRIO DO ESPORTE, GOVERNO FEDERAL. *Orientações acerca da implementação do Programa Esporte e Lazer da Cidade*, Brasília, 2007. Disponível em: [http://portal.Esporte.gov.br/sndel/Esporte\\_Lazer/projeto\\_social/orientacoes.jsp](http://portal.Esporte.gov.br/sndel/Esporte_Lazer/projeto_social/orientacoes.jsp).

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER: DISCUTINDO SUA CONSTRUÇÃO <sup>223</sup>

*Gustavo André Pereira de Brito*<sup>224</sup>

*Nelson Carvalho Marcellino*<sup>225</sup>

**RESUMO:** Não é de hoje que se estudam as questões referentes à formulação de políticas públicas de lazer. No Brasil, essa preocupação tem início com os escritos de Requixa (1980) que aponta para três diretrizes que devem ser trabalhadas com igual grau de importância, que são a ordenação do espaço; a reordenação do tempo; e a política de recursos humanos. Esse artigo tem como objetivo sistematizar informações capazes de auxiliar, na criação de políticas públicas de lazer, devendo elas concretizarem a cidadania e autonomia dos indivíduos, buscando a sua liberdade e igualdade de direitos, onde a política é feita para todos e não somente para as classes mais prejudicadas pelo sistema socioeconômico. Como metodologia foi utilizada a pesquisa bibliográfica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política pública. Lazer. Bases conceituais.

### Introdução

Apesar da importância que o lazer vem ganhando nas últimas décadas, como problema social e como objeto de reivindicação, ligado à qualidade de vida nas cidades, essa crescente valorização não vem sendo acompanhada por ações do poder público, nem com o desenvolvimento sistematizado de políticas na área, talvez pelo fato de não haver parâmetros norteadores dessas ações.

No intuito de estabelecer estas políticas, Requixa (1980) destaca que se deve considerar algumas diretrizes que atuam com igual valor e importância para o seu desenvolvimento, que são: a ordenação do espaço; a reordenação do tempo; e a política de recursos humanos, onde estão incluídas a política de animação e a formação e qualificação dos quadros para atuação, que apesar de serem coisas distintas, sendo a primeira a operacionalização dos recursos físicos, das áreas de lazer, dos equipamentos e das instalações, além da criação e aplicação de atividades, pelos recursos humanos, os chamados animadores socioculturais; e a segunda tratar do desenvolvimento dos quadros através de programas de formação básica, de capacitação, reciclagem e de aperfeiçoamentos contínuos para as várias funções no âmbito do lazer, são constantemente confundidas.

Outra confusão conceitual, segundo alguns autores como Bramante (1995), Pinto (1996), Marcellino (1996), Zingoni (1998), entre outros, refere-se as políticas de lazer, ou políticas públicas de lazer, que na maioria das vezes são traduzidas como políticas de atividades, e em alguns casos como políticas de distribuição de materiais esportivos, ou de construção de espaços públicos para a prática

<sup>223</sup> Esse estudo é parte da Dissertação de Mestrado, que tem como título: Formação e qualificação para atuação profissional em lazer: o caso da política pública de Piracicaba/SP. Defendida em 20/12/2007, pela linha de pesquisa em Corporeidade e Lazer, na Unimep.

<sup>224</sup> Mestre em Educação Física, professor da Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte, na cidade do Natal/RN, integrante do GPL (grupo de pesquisa em lazer) – Unimep SP, [britogustavo@hotmail.com](mailto:britogustavo@hotmail.com).

<sup>225</sup> Livre docente em Educação Física - Estudos do Lazer, docente do curso de Educação Física da Unimep – Piracicaba SP, Pesquisador do CNPq, líder do GPL (grupo de pesquisa em lazer) – Unimep SP, [nmarcel@unimep.br](mailto:nmarcel@unimep.br)

de atividades, sem, contudo, haver a preocupação com a participação humana consciente, que é a vida desses espaços.

Com isso, o objetivo desse artigo é sistematizar informações capazes de auxiliar na criação de políticas públicas de lazer, devendo ela concretizar a cidadania e autonomia dos indivíduos, buscando a sua liberdade e igualdade de direitos, onde a política é feita para todos e não somente para as classes mais marginalizadas.

Como metodologia foi utilizada a pesquisa bibliográfica, pois com material selecionado por meio de análise textual e posteriormente sendo realizada uma análise temática com a compreensão da mensagem global veiculada na unidade (SEVERINO, 2002), acreditamos poder atingir o nosso objetivo.

### **Bases Conceituais Para Uma Política Pública**

Antes de falar em políticas públicas de lazer se faz necessário recorrer a Ribeiro (1998, p.13) para melhor compreender o termo política. Segundo ele, “em qualquer de seus usos, na linguagem comum ou na linguagem dos especialistas e profissionais, [política] refere-se ao exercício de alguma forma de poder e, naturalmente, às múltiplas conseqüências desse exercício.” Aliado a esse pensamento o mesmo autor coloca que a política se preocupa “com o encaminhamento de interesses para a formulação e tomada de decisões.”

Contudo, é importante esclarecer que nem todo o encaminhamento de interesse para que se obtenha uma decisão pode ser tratado como um fato político, pois um fato político é aquele que é de interesse da cidade, tendo em vista que a palavra política vem do grego antigo e significa *polis*, ou seja, cidade.

Já o termo público, associado à política, não deveria ser entendido exclusivamente como uma referência ao Estado, mas com o que é de todos, sob a mesma intervenção e apoio tanto do Estado como da população.

Pereira e Grau (1998, p.02) supõem

[...] a existência de quatro esferas ou formas de propriedades relevantes no capitalismo contemporâneo: a propriedade pública estatal, a pública não-estatal, a corporativa e a privada. A pública estatal detém o poder de Estado e/ou é subordinada ao aparato do Estado; a pública não-estatal está voltada para o interesse público, não tem fins lucrativos, ainda que sendo regida pelo Direito privado; a corporativa também não tem fins lucrativos, mas está orientada para defender os interesses de um grupo ou corporação; a privada, finalmente, está voltada para o lucro ou o consumo privado.

Após verificarmos essas quatro possibilidades, discutiremos as políticas públicas como demanda social, tratadas, discutidas e fomentadas pelo Estado ouvindo a sociedade, no intuito de desenvolver ações políticas, na perspectiva de consolidação do público para todos. Entretanto, não é isso que verificamos nas discussões sobre políticas públicas.

Amaral (2004, p.183) é uma das autoras que conceituam política pública de forma restrita, para ela é

[...] toda atividade política que tem como objetivo específico assegurar, mediante **a intervenção do Estado**, o funcionamento harmonioso da sociedade, suplantando conflitos e garantindo a manutenção do sistema vigente. [grifo nosso]

Desta forma, as políticas correspondem somente à intervenção do poder público, fato contrário ao que acreditamos, mesmo que essa intervenção busque destinar verbas públicas para o atendimento da população em geral, em um determinado campo social, incluindo aqui todas as classes, englobando as preferências, escolhas e decisões da comunidade.

Entendemos assim que as políticas públicas devem ser estabelecidas a partir de diálogos entre o poder público e a sociedade civil. Rodrigues (2003, p.193-194) nos alerta que é dever do Estado, buscando a participação popular, tanto no âmbito nacional, como no estadual, e no municipal, desenvolver políticas de lazer que incluam todos os cidadãos. Quanto mais crescem as diferenças entre as classes sociais, maior deveria ser a eficácia e a eficiência do poder público em incluir a todos, principalmente os setores mais fragilizados de nossa sociedade, como as crianças, os adolescentes, as mulheres, os idosos e os deficientes.

Todavia, o que temos verificado é que o Estado vem se desresponsabilizando em executar políticas públicas diretas, a partir do momento em que estabelece leis de incentivos fiscais direcionadas para empreendimentos privados.

Preocupada com o exposto acima, Cristan (1990) questiona essa transferência de recursos do Estado para a esfera privada, justificando que dessa forma as políticas públicas da área terminam por apenas reproduzir o sistema de desigualdades predominante na vida das comunidades, tendo em vista que o governo, por meio dessas políticas acabar por anexar setores da sociedade civil, como os sindicatos e as entidades de cultura, esvaziando seus conteúdos de reivindicações e colocando-as sob sua tutela.

### **Políticas Públicas de Lazer**

No campo do lazer a questão não é diferente de outras áreas, pois as políticas são concebidas no intuito de estabelecer padrões de decisões, aplicando-os aos tipos de situações consideradas singulares. Ela é o fruto do entendimento e ascensão de determinada filosofia que estabelece princípios com a finalidade de determinar diretrizes orientadoras expressas através do regulamento para atingir metas e objetivos pré-estabelecidos. (RIBEIRO, 1998)

Portanto, podemos considerar que políticas são guias para ação e não a ação em si, gerando dessa forma, caminhos para atingir determinados objetivos.

Entretanto, para o entendimento de políticas públicas voltadas para o campo do lazer é relevante ter a consciência que muitas vezes, a política não é efetivada. O discurso não condiz com a realidade observável.

Isso ocorre porque, muitas vezes, as políticas públicas que contemplam o lazer facilitam a realização de outros objetivos na gestão do governo.

Pelo exposto acima, independente da área de atuação, mas, sobretudo quando se trata do lazer, é importante salientar a necessidade de criação de políticas públicas mais gerais, que contemplem outras áreas sociais, culturais e políticas, e que essas políticas articuladas estejam voltadas para o desenvolvimento humano, apesar de termos visto, na maioria das vezes, o lazer sendo utilizado como massa de manobra política ou como instrumento de controle social desconectado da realidade do país, servindo para garantir a manutenção do *status quo*.

No Brasil, as políticas públicas de lazer podem ser consideradas, como uma intervenção exercida por autoridades ou por agentes sociais e pelo Estado, porém, é importante não acreditar que somente uma área de investimento público irá solucionar todos os problemas da população.

O lazer, de acordo com Marcellino (1987, p.31), é entendido

[...] como a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada e fruída), no “tempo disponível”. É fundamental como traço definidor, o caráter “desinteressado” dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A “disponibilidade de tempo” significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa.

Apesar dos problemas gerados pelo entendimento restrito do lazer ou pelo seu vínculo exclusivo com o esporte, e mesmo tendo sido deixadas brechas na Constituição para a criação de políticas públicas assistencialistas; essa nova abordagem do lazer como direito, vem acarretando por parte do governo uma atenção especial, porém a escassa participação popular<sup>226</sup> no processo de concepção, operacionalização e acompanhamento das políticas públicas faz com que essas políticas muitas vezes nem saiam do papel, e quando saem, são socialmente limitadas e pouco representativas.

Quanto ao vínculo exclusivo entre lazer e esporte Amaral (2003) coloca que isso surge pela necessidade que o Estado teve em ocupar o tempo livre dos trabalhadores com atividades saudáveis, as quais nos idos de 1930 a 1940 pautaram-se nas idéias de higienização social, quando as atividades de lazer deveriam promover experiências que a humanidade acumulou em diversas áreas, como: literatura,

<sup>226</sup> “A participação da população nos rumos das políticas públicas é entendida como a intervenção constante e de oportunidade homogênea da população [...] almeja atingir a efetividade das tomadas de decisão, definindo diretrizes políticas em conjunto com a população, para depois torná-las práticas sociais concretas, bem como possibilitar à sociedade civil espaço para que fiscalize os destinos que o legislativo e o executivo dão as verbas públicas.” (AMARAL, 2003, p.41) Com isso, a população acaba por aceitar e internalizar que além dos direitos existem deveres cruciais em prol de se viver verdadeiramente em sociedade, onde os indivíduos se conscientizam e não depredam os espaços públicos, diminuem os gastos desnecessários, pois a partir desse momento eles se sentem realmente donos dos espaços e pertencentes a comunidade.

música, jogos, dança e artes; entretanto, na realidade o que se desenvolveu foi a prática de exercícios corporais e a orientação para a aquisição de hábitos saudáveis e higiênicos em relação ao corpo.

Além disso, de acordo com Bramante (1997), em 1957 foi criada a Associação Brasileira de Recreação como apêndice da Associação dos Professores de Educação Física do Rio de Janeiro, tendo uma ação destacada até meados de 1970. Cabendo ao Serviço Social do Comércio – SESC de São Paulo, apenas a partir da década de 1980, por meio da abordagem interdisciplinar com cunho multiprofissional sugerida por Joffre Dumazedier, em suas diversas consultorias para a área no Brasil, dar início a um processo de minimização do vínculo exclusivo do lazer como campo de atuação profissional dos professores de educação física. (AMARAL, 2003)

Atualmente, muitos profissionais de diversas áreas (Arte-Educação, Pedagogia, Turismo, Educação Física, Hotelaria, Psicologia, Sociologia, Terapia Ocupacional, Administração, Serviço Social, dentre outras) vêm estudando e atuando no campo do lazer, seguindo a abordagem interdisciplinar sugerida por Dumazedier (s/d) e outros autores como Marcellino (1987), Werneck (2000), Isayama (2004), entre outros.

Entretanto, talvez pelo fato do lazer ser atualmente desenvolvido dessa forma multiprofissional, algumas pessoas ainda têm um pensamento errôneo de que não é necessário, para atuação na área, uma formação específica, perspectiva essa que deve ser mudada a todo custo para que ocorra realmente uma intervenção com qualidade.

Já com relação a participação popular nas decisões tomadas para a área, sabemos que é preciso mudar o quadro atual; entretanto para que isso ocorra é importante ampliar reflexões e ações fundadas nos benefícios que as experiências de lazer geram para a vida dos sujeitos, tanto na esfera pessoal, como social, cultural e política.

Para Bramante (1995, p.14)

Cabe à União o papel normatizador e facilitador da educação de todos os segmentos da população para que possam, nas experiências de lazer, descobrir possibilidades de desenvolvimento pessoal e de integração social.

Para superar problemas como desperdícios, mau planejamento dos espaços, falta de recursos humanos qualificados tanto para gestão quanto para a atuação, entre outros, devemos ter como pressuposto a participação coletiva na construção do conhecimento, na discussão, reflexão e avaliação das práticas de lazer, tendo em vista a elaboração de uma política de interesse comum.

Com isso, a educação para e pelo lazer (duplo aspecto educativo do lazer)<sup>227</sup> pode trazer efetivamente a melhoria na qualidade de vida, a partir do momento em que ela gera o desenvolvimento integral dos cidadãos.

Assim, todos os valores que podem ser gerados pelas vivências de lazer são responsáveis, juntos, por ações que têm a possibilidade de propiciar a autonomia e a cidadania, ou seja, a participação dos sujeitos na vida em sociedade; entretanto isso só se concretiza no momento em que os cidadãos se conscientizam, num aprendizado contínuo, da importância, nessa prática educativa, das relações de resistência ao poder dominante e da valorização das reivindicações populares.

Pensando nisso, Pinheiro (2003, p.140) destaca que uma política pública realmente democrática seria aquela na qual todos os setores da população, já incluídos pelo princípio da universalidade, tivessem a possibilidade de controlá-la de forma direta e transparente. Isso implicaria a adoção de mecanismos de participação popular por meio dos quais, toda a população pudesse de fato participar da construção da política na totalidade de suas instâncias: planejamento, decisão, execução, fiscalização e avaliação, notadamente políticas dirigidas para setores específicos da população, situação na qual a participação

---

<sup>227</sup> O lazer pode ser um veículo privilegiado de educação, quando mesmo cumprindo objetivos consumatórios ou objetivos relaxantes e prazerosos, contribui para a compreensão da realidade, e as atividades de lazer favorecem o desenvolvimento pessoal e social dos sujeitos, por meio do reconhecimento das responsabilidades sociais, a partir do aguçamento da sensibilidade pessoal, pelo incentivo ao auto-aperfeiçoamento, pelas oportunidades de contatos primários e de desenvolvimento de sentimentos de solidariedade; Entretanto, para que esses sujeitos possam desenvolver-se por meio do lazer é importante conhecer todas as possibilidades (conteúdos culturais) e para isso é importante que esses indivíduos sejam educados (para o lazer), com o aprendizado, o estímulo, a iniciação aos conteúdos culturais, que possibilite a mudança do nível conformista para o crítico e criativo. (MARCELLINO, 2002).



direta dos beneficiários é fundamental.

Além da pouca participação popular na formulação e controle de políticas públicas de lazer, outros problemas surgem no tocante a essa temática, como: os poucos recursos financeiros dos orçamentos públicos destinados a área, isso reflete em má distribuição dos equipamentos que acabam quase sempre valorizando somente as questões relacionadas aos interesses físico-esportivos<sup>228</sup>; os recursos humanos quase sempre sem qualificação e escolhidos em alguns municípios de acordo com a preferência partidária é outro fator que interfere diretamente na qualidade de uma política pública da área.

Aliado a esses fatores Miranda (2001, p.08) lembra que cada vez mais acabamos por verificar que as políticas sociais no país constituem mecanismo de reposição da força de trabalho, onde o lazer serve muitas vezes para que o trabalhador possa repor os desgastes ocorridos no trabalho. A mesma autora ainda lembra que essas políticas muitas vezes são políticas de “programas” sempre com caráter clientelista e burocrático, onde a assistência dada para esses programas variam de acordo com os arranjos políticos.

Essas questões se agravam quando não se têm bons mecanismos de gerenciamento, por parte do Estado, dos projetos desenvolvidos, aliado a falta de mobilização social em exigir do governo ações consistentes para o setor, já que a comunidade não está preparada para cobrar o desenvolvimento de intervenções que gerem mudanças de atitudes, possibilitando o lazer como expressão da alegria humana para que esse indivíduo possa conquistar sua liberdade e autonomia. Nesse sentido não se pode perder de vista o contexto mais amplo no qual as políticas setoriais de lazer estão inseridas.

Embora não haja políticas públicas federais consistentes, levando em conta que o Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC e o Segundo Tempo, implementados e gerenciados pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer, SNDEL, do Ministério do Esporte, ainda não podem ser considerados políticas públicas de alcance nacional, principalmente por ter sido implantada há pouco mais de cinco anos, ainda encontra-se em experiência, abrangendo poucas cidades contempladas atualmente, entretanto, ao longo dos anos o setor público municipal vem desenvolvendo ações pontuais, trabalhando numa perspectiva mais crítica, tendo muitas vezes como eixo central a democratização dos espaços e oportunidades de lazer para a população em geral, entendendo esta questão como uma das prioridades de governo.

Nesse sentido, Maia (2003, p.88) sugere que sejam desenvolvidas políticas públicas

na perspectiva de o Estado atender às demandas sociais, portanto, são expressão de compromisso do poder público perante a sociedade, compromissos estes que devem ultrapassar os palanques eleitorais, os programas de campanhas dos candidatos e ser concretizados na prática social real. É mediante as políticas públicas que são distribuídos os bens e serviços públicos, minimizando as diferenças econômicas e socializando os direitos sociais.

Assim, apesar de serem poucas as ações na área do lazer, alguns estudos anteriores nos mostram caminhos já trilhados no intuito de formular políticas públicas de lazer coerentes.

Entretanto, é importante salientar que não existem, em políticas públicas, receitas prontas e acabadas. Maia (2003, p.91) coloca que é necessário levar em consideração vários fatores como a diversidade cultural, a vontade política dos gestores públicos, a capacidade de envolvimento do quadro profissional, os recursos financeiros e os materiais, os equipamentos disponíveis, além do saber fazer, onde o fazer político pedagógico coerente implica na construção do desenvolvimento do indivíduo.

Marcellino (1996, p.39) nos aponta nesse processo de intervenção um plano geral de ação, onde há a necessidade de conhecer a situação atual do local, ou seja, saber qual a realidade, os interesses e as aspirações da população; como se dá a participação da comunidade no planejamento, na organização e na avaliação das ações; a verificação de integração com órgãos e instituições locais, quer em busca de apoio político, ou de recursos para manutenção e ampliação da ação; além da preocupação com a formação e atualização de quadro para atuação na área, sobretudo o voluntariado, tendo em vista que ele é peça fundamental em todo o processo, mas principalmente na fase de sensibilização, buscando a participação de lideranças locais e muitas vezes esses indivíduos se disponibilizam até na divulgação de experiências compartilhadas em suas realidades.

Além disso, no processo de intervenção é necessário minimizar riscos decorrentes da atuação de

---

<sup>228</sup> Toda atividade onde prevalece o movimento ou o exercício físico (prática, contemplação e informação).

“especialistas” que muitas vezes tendem a valorizar suas próprias preferências; além da atuação de ações institucionalizadas, cumprindo apenas os objetivos e interesses da instituição envolvida.

Segundo Marcellino (1996, p.39) a ação comunitária pode ser considerada como uma alternativa operacional dentro de políticas de ação, principalmente quando a Instituição que formula a política não quer ver sua ação confundida ou reduzida à da chamada indústria Cultural.

Esse processo de intervenção só tem sentido, de acordo com Paiva (1996, p.52) se

[...] independente dos caminhos traçados, tenha desenvolvido nas pessoas o desejo e a capacidade de participar e construir, de forma coletiva, seus desejos e aspirações, que num primeiro momento passarão pela esfera do lazer, mas, em fases posteriores, poderão abranger outras áreas de interesse, dependendo da própria vontade da comunidade.

Já Bramante (1995, p.14-15), quando fala em formulação de políticas públicas de lazer lembra, também, da necessidade de considerar estratégias como a busca da participação comunitária que auxiliará no diagnóstico da realidade local, contribuindo para a tomada de decisões; selecionar e desenvolver o pessoal técnico e os agentes voluntários que darão sustentação à execução da política, bem como, servirão para disseminar a prática dos diversos conteúdos culturais, visando contribuir com a melhoria na qualidade de vida dos indivíduos daquela comunidade; promover encontros de formação e atualização profissional, para disseminar conhecimentos da área do lazer, bem como orientar o corpo técnico sobre a política setorial a ser implantada.

Em ambos os processos para nortear a formulação de política pública de lazer discutidos anteriormente, tanto no proposto por Marcellino (1996), como em Bramante (1995), notamos a preocupação com a questão da participação popular, da chamada ação comunitária, envolvendo a mobilização e a organização de grupos sociais, tendo em vista a importância da participação comunitária desde o diagnóstico; passando pelo encaminhamento de soluções, já que a comunidade é motivada a conhecer e analisar seus principais problemas, na perspectiva de buscar soluções; e finalizando com a avaliação da ação, criando possibilidades de promover debates que gerem reflexões sobre essas mesmas políticas, com o intuito de formar um projeto democraticamente coletivo, de forma qualificada e consciente.

Para Maia (2003, p.90) essa participação comunitária pode acontecer de várias maneiras, tanto pela participação em conselhos constituídos, conferências públicas, orçamento participativo ou com base em uma metodologia de intervenção que favoreça a aproximação da comunidade em planejamentos, execução e avaliação das propostas desenvolvidas pelo poder público municipal ou estadual.

Ainda para o mesmo autor, esse processo favorece a decisão mais próxima da realidade, amplia a transparência administrativa, além de contribuir com uma maior integração entre os diversos setores administrativos do governo.

Com essas explanações verificamos que é necessário buscar a adequação das experiências vividas às necessidades e aos anseios da população, de forma a estimular a participação de todos, colocando o cidadão no centro das decisões, incentivando o indivíduo para participar como organizador, como autor, e não somente como consumidor.

Dessa participação da comunidade nas discussões acerca dos problemas sobre lazer, Matos (2001, p.130) destaca a importância dos debates na área, tendo em vista que

Implementar um projeto em determinado espaço com uma linguagem ou modalidade esportiva que tenha pouco significado para os moradores da área onde acontecerá o projeto; ou fazê-lo acontecer em dias da semana ou em horários do trabalho, de estudo, das obrigações religiosas, afazeres domésticos, que são normalmente diferenciados de um grupo social para outro, impõem a necessidade de conhecer-se profundamente costumes, interesses e aspirações daqueles que serão beneficiados pelos projetos, uma vez que existem enormes diferenças mesmo dentro de um bairro.

Entretanto, o que acontece geralmente é a imposição de determinadas programações e horários, definidos em função da disponibilidade dos técnicos sem que o público alvo seja consultado.

Notamos com isso, mais uma vez, a importância das propostas de participação popular nas decisões e planejamentos das políticas municipais de lazer; contudo, não se pode esquecer que em muitas cidades, essas propostas não se concretizam ou não passam de intenções em momentos de campanha

eleitoral, dificultando uma perspectiva crítica do indivíduo que possibilite que esse cidadão conheça, entenda e analise a vida como um todo.

Outra preocupação encontrada em ambos os processos, acima citados, é a questão da formação e qualificação dos recursos humanos como um fator importante para implementação de uma política pública democrática e participativa: o aumento da capacidade técnica, tanto dos profissionais quanto dos gestores, além do aperfeiçoamento e a atualização constante dos profissionais e dos voluntários, o saber priorizar investimentos e a habilidade de tratar o público.

Ainda com relação à qualificação profissional, é importante lembrar que há necessidade de se ter competência técnica e política para efetivar os anseios e as expectativas da população, sendo importante que o profissional do lazer que atua nessas ações possa ser um mobilizador junto à comunidade, devendo contribuir com a ampliação do conhecimento dos indivíduos sobre os interesses culturais do lazer, além de favorecer no planejamento, ouvindo a população e criando junto com ela atividades contextualizadas com sua realidade; na execução, não somente para, mas com a comunidade atendida; e na avaliação das ações junto aos cidadãos.

Por fim, quando pensamos em políticas públicas de lazer é importante questionar as políticas geradas nos gabinetes das secretarias sem que elas estejam preocupadas com o desenvolvimento real dos indivíduos, já que na maioria das vezes, essas políticas têm a função de possibilitar o descanso ou o divertimento levando em conta somente a política do pão e circo, como paliativo descontextualizado das questões sociais que interferem diretamente na qualidade de vida e conseqüentemente no desenvolvimento humano das comunidades.

Assim, para a formulação de políticas públicas de lazer pressupõe-se que se deve perceber e identificar os diferentes atores e os interesses que se apresentam na disputa por determinado conjunto de princípios, diretrizes e objetivos que serão os balizadores de uma nova política da área.

### **Entendendo Algumas Políticas Municipais de Lazer**

Ao tratar de políticas públicas municipais de lazer vale destacar que no Brasil, a cidade de Porto Alegre (RS), desde 1926, disponibiliza serviços de recreação pública e espaços qualificados para o lazer esportivo.

Ao longo do século XX, sobretudo em suas duas últimas décadas, municípios como: São Paulo (SP), Florianópolis (SC), Belém (PA), Caxias do Sul (RS), Belo Horizonte (MG), Piracicaba (SP), São José dos Campos (SP) e Diadema (SP), entre outros, vêm desenvolvendo importantes experiências na elaboração e execução de políticas públicas na área<sup>229</sup>.

Discutir essas experiências é importante, pois possibilita um maior aprendizado, permitindo um melhor entendimento sobre as administrações públicas municipais numa perspectiva mais humana e solidária, onde o lazer pode ser visto como campo privilegiado gerador de questionamentos capazes de transformar a vida dos cidadãos.

Pois, como nos lembra Marcellino (1996, p.26)

[...] é particularmente no tempo do lazer que são vivenciadas situações geradoras de valores que poderiam ser chamados de “revolucionários”. São reivindicadas formas de relacionamento social mais espontâneas, a afirmação da individualidade, a convivência com, ao invés do domínio sobre a Natureza. Falar no caráter “revolucionário” do lazer implica em sublinhar mudanças ou questionamentos de valores, que vêm ocorrendo pelo “revolver” de uma estrutura temporal e espacialmente coercitiva, no cotidiano das pessoas. Gente comum, bem distante do que se poderia caracterizar como “classe ociosa”, que trabalha, luta para trabalhar, mas que também faz questão de preservar a alegria, na maioria das vezes, impossível no ambiente de trabalho, pela rotina, pela exploração, etc.

Entretanto, esse não é um papel fácil de ser visualizado nas políticas públicas municipais, principalmente pelos problemas tradicionalmente existentes nas administrações estatais, como o nepotismo, o clientelismo, os favores devidos pelos eleitos, entre outros.

Assim, fica difícil colocar em prática o que Cristan (2001, p.59) define como papel das políticas públicas que é o de gerenciar as desigualdades sociais e promover um salto qualitativo nos padrões de vida de toda a população.

De acordo com Vaz (2001, p.95)

<sup>229</sup> Os relatos das políticas públicas de lazer dos municípios acima citados estão disponíveis para consulta em Marcellino (1995), Marcellino (1996) e Marcellino (2001).

A prática de atividades [de lazer] deve ser um direito de todos, um vetor da afirmação cultural e de cidadania. Dessa maneira, da mesma forma que teremos políticas públicas para os atletas de elite, também deveremos tê-las para todas as camadas da população, inclusive aquelas tradicionalmente marginalizadas.

Essa, pelo menos, deveria ser a linha para pautar todas as ações do poder executivo em qualquer área de atuação, não somente a do lazer. Entretanto, não é isso que verificamos nas políticas públicas da maioria das prefeituras, quando elas saem do papel.

Com o intuito de melhor compreender como deve ser desenvolvida uma política pública municipal de lazer, corroboro com as idéias de Cruz (2001, p.91) quando o autor coloca:

[...] minha referência será uma concepção de política diferente daquela que foi constituída pelas elites brasileiras, que inculcaram no senso comum que política é uma atividade nefasta, mas necessária, que corrompe e que por ser muito complexa, exige a ação de especialistas: os políticos.

Apesar do quadro negativo que estamos vivendo em termos da política representativa brasileira, devemos entender a política como ação necessária para organização da vida em sociedade e que nem todo o político é desonesto.

É preciso pensar em políticos comprometidos com o povo, que falem o que pensam, que utilizem o discurso crítico e não o politicamente correto (muitas vezes mentiroso), isto é, que as palavras tenham o verdadeiro sentido original.

O autor fala ainda sobre o público, no sentido de ser do povo:

Da mesma forma, no que diz respeito ao que é público, ou no referente à relação entre Estado e sociedade, centrarei a análise a partir da compreensão de que o Estado que temos precisa tornar-se público, que os governos precisam pensar na *desprivatização* do Estado e atuarem no sentido de publicização dos planos e das ações, isto entendido como a criação efetiva de mecanismos eficazes de controle do Estado e dos governos pela sociedade conscientemente organizada. [...] governar para todos com real participação da maioria da população, respeitando os interesses e as necessidades dessa maioria. (CRUZ, 2001, p.91)

Nesse sentido, o autor coloca o público como o concebido pelo Estado, mas envolvendo esforços significativos de amplos setores da população que lutam pela mudança do *status quo*, como já foi visto anteriormente de forma mais detalhada.

E especificamente sobre o lazer o mesmo autor escreve como entende o lazer.

[...] Não esse lazer com dia, hora, atividades e local marcado. Não esse lazer para combater o estresse de um dia exaustivo de trabalho que se repetirá no amanhecer seguinte. Nem esse lazer muito em moda, que pode ser usufruído pelos poucos brasileiros que chegam ou que poderão chegar á aposentadoria em condições de saúde para então, gozarem a vida. Trata-se, pois, de compreender o lazer como uma demanda social de primeira necessidade. [...] que deve ser alvo de atendimento por parte do Estado com o intuito de garantir o bem-estar das populações. (CRUZ, 2001, p.91)

Além disso, essa é a esfera da vida que oferece mais oportunidade, às pessoas, de experimentar uma agradável e divertida estimulação das suas emoções, podendo ser partilhada com outros e desfrutada com aprovação social. (TURINO, 2005)

Analisando a política pública de lazer dessa perspectiva e lembrando que, via de regra, o lazer é enfocado parcialmente, ou seja, em um dos seus conteúdos culturais, Marcellino (1996) chama a atenção para alguns aspectos que devem ser levados em consideração com relação à formulação de políticas para atuação na área.

Dentre eles, a abrangência do lazer e seu entendimento, quase sempre, parcial e limitado, associando-o apenas a experiências individualizadas, e aos valores de descanso e divertimento, também importantes, mas deixando de fora o valor de desenvolvimento que ele pode proporcionar, o que acaba por restringir o conceito e os conteúdos a determinadas atividades; isso acaba por dificultar o estabelecimento de ações específicas.

Um outro fator é a necessidade de se compreender a totalidade das relações sociais e não somente o lazer como questão isolada das outras esferas sociais. É importante destacar que o desenvolvimento

humano sugerido nessa concepção de lazer só poderá ser alcançado se todas as esferas da vida humana forem trabalhadas juntas; não se pode esquecer, por exemplo, da importância do trabalho, da educação, da saúde, entre outras esferas, na vida dos sujeitos.

E por último, a compreensão da relevância da problemática do lazer nos centros urbanos, sua “ressonância social” que geralmente só é constatada em observações, já que é muito difícil que a população em geral verbalize esse tema como constituinte de sua vida, o que leva a falsa impressão de que o lazer não é importante para a população.

De acordo com Marcellino (1990, p.207) é interessante observar que pesquisas de opinião realizadas por alguns veículos de comunicação acabam revelando a importância que o lazer tem na vida dos sujeitos nas grandes cidades; entretanto a sua “ressonância social” é diferente da dos chamados temas sérios.

Esse fato se deve em grande parte pela supervalorização que o trabalho ganhou ao longo dos tempos, principalmente após a Revolução Religiosa no século XVI, gerando conseqüentemente a marginalização do lazer.

Levando em conta todos esses aspectos, de acordo com Marcellino (1996, p.27), é ampliado

[...] ainda mais o leque das discussões do papel da Administração Pública, com relação à formulação de Políticas de lazer, e que vem se manifestando, na grande maioria de nossas cidades, pela ausência, ou falta de identidade, sendo substituídas pelos “calendários de eventos”, ou “pacotes” baixados dos gabinetes “técnicos”.

Alguns problemas vêm sendo detectados, como o desacordo entre a política geral do governo e a da secretaria. Isso ocorre, principalmente, em virtude da necessidade que os governos têm em acomodar politicamente os aliados de outros partidos na composição do secretariado, que nem sempre são técnicos qualificados, mas que se juntaram no sentido de ampliar suas bases.

Assim, não é difícil verificar atritos entre as equipes, principalmente entre os dirigentes – sem conhecimentos técnicos, mas com formação política – e os profissionais de carreira dos municípios – com conhecimentos técnicos, mas sem formação política.

No caso específico da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação – SEME, da prefeitura de São Paulo, gestão (1989-1992), Cristan (2001, p.66) coloca que

[...] a nomeação de diretores de unidades como centros educacionais esportivos sem preparação técnica específica para os cargos que ocuparam, adicionados ao fato de que os critérios de seleção do pessoal – nem sempre muito claros – deveriam estar respaldados no perfil de pertinência à classe trabalhadora metamorfoseada pela massa militante do partido, sindicatos e movimentos sociais, gerou uma situação onde emergiram as primeiras diferenças dentro da administração da SEME.

Esse caso nos mostra que é preciso, também, desenvolver quadros para o trabalho dos dirigentes, tanto dos Secretários dos estados e municípios, como os dirigentes intermediários, responsáveis pela gestão das políticas públicas, fomentando pessoas que sejam capazes de pensar o lazer além de suas necessidades mais imediatas.

No entanto, o que geralmente acontece é que se têm servidores não qualificados que servem apenas como executores; são os tarefeiros que rotinizam suas funções dentro de um modelo criado pela instituição, sem que haja o seu envolvimento no planejamento, tendo em vista que as ações são elaboradas nos gabinetes apenas pelos técnicos.

Outro problema inerente à relação interpessoal acontece pelo fato de não existir, no setor público para o campo do lazer, diretrizes e denominações específicas para a atuação dos profissionais “de carreira”, acarretando disputas com os apadrinhados políticos e dificultando, na maioria das vezes, a adesão dos primeiros aos programas com filosofias de trabalho diferentes da exercida até então. (CRISTAN 2001)

Já a falta de conexão entre as diversas secretarias é um problema até mais difícil de ser sanado, tendo em vista que o lazer perpassa por diversas áreas (secretarias) estando suas ações fragmentadas em diversas pastas como Esporte, Cultura, Turismo e Ação Social, além de necessitar, para o desenvolvimento de algumas ações, do apoio de áreas como Educação, Saúde, Transporte e Meio Ambiente.

Para alguns autores como Marcellino (1987), Bramante (1992), entre outros, as políticas públicas de lazer devem ser entendidas como políticas de Estado ou pelo menos com o desenvolvimento de ações

transversais, com articulações intersecretorias entre as diversas secretarias que compõem o governo.

Com isso, Matos (2001, p.119) afirma que

O direito ao lazer significa mais do que ações específicas, mas uma rede de serviços para possibilitar o acesso digno à sua vivência: emprego, saúde, educação, transporte, infra-estrutura urbana, dentre outros. Significa possibilitar condições de realização global de viver dignamente.

As ações articuladas entre as secretarias formariam um conjunto de atividades com vistas a garantir uma melhor qualidade de vida para a população em geral, sendo intervenções críticas e criativas com a participação de todos e não somente das classes dominantes ou das classes oprimidas.

Ao invés disso, via de regra, as secretarias acabam por apenas oferecer eventos passageiros, elitistas, discriminatórios e onerosos, sem ter nenhum reflexo social, acabando por reforçar as desigualdades existentes.

Além dessa desarticulação das secretarias, a falta de preparo dos quadros sejam dirigentes, profissionais ou voluntários, é outro fator de extrema importância que influencia na formulação das políticas municipais no campo do lazer, onde, é esperada uma política de recursos humanos que vise qualificar o pessoal, por meio de cursos para aprimoramento técnico com a formação continuada de base humanística.

Sobre isso, Matos (2001, p.132) reconhece que os diversos atores – profissionais e voluntários – envolvidos no processo de formação devem ser reconhecidos como agentes do processo e valorizados como sujeitos de suas ações, e

que ninguém é dono do saber e nem existe uma verdade única, mas a construção dos saberes se constrói num ir e vir incessante entre as diversas áreas do conhecimento sistematizado e do vivido, daí surgindo novas sínteses e a construção de novos conhecimentos.

Assim, é imprescindível a formação e qualificação permanente dos recursos humanos para atuação no campo do lazer.

Pois, toda e qualquer idéia sobre formulação de políticas de lazer, sejam elas públicas ou não, necessariamente implica num pensar sobre a formação profissional e em processos de qualificação permanentes, isso permitirá uma prática mais próxima da dialética onde o lazer é fruto da sociedade e incide sobre ela como gerador de novos valores que a contestam.

### **Considerações Finais**

Para minimizar esses problemas as Administrações Públicas, sejam elas: Federal, estadual ou Municipal devem estar atentas para algumas questões do lazer que transcendem os executivos, garantindo uma aliança entre o poder executivo, o legislativo e a sociedade civil, no intuito de incentivar e participar de discussões e ações sobre temas como, redução da jornada de trabalho, forma de ocupação do solo, entre outros, junto a universidades, federações, ligas, clubes, ONGs e envolvendo, também, profissionais do lazer, atletas, líderes comunitários, estudantes e a comunidade em geral.

Algumas discussões vêm ocorrendo nos âmbitos federal, estadual e principalmente no municipal, onde, na perspectiva de ampliar a participação popular, são desenvolvidos espaços como a conferência do esporte (nacional, estadual e municipal), o orçamento participativo, fóruns e conselhos de esporte e lazer, no intuito de estabelecer locais contextualizados, que envolvam os cidadãos para debater sobre a cidade, buscando soluções para seus problemas.

A formulação de políticas públicas municipais de lazer que, às vezes, é tão facilmente visualizada pela academia, nem sempre é acessível de ser implantada pelos governos. Isso ocorre, por diversas causas, entre elas: a ausência de uma proposta conectada entre a política geral do partido e a política empregada pela Secretaria da área; a ausência de articulação entre as diversas secretarias; e a falta de quadros preparados para atuação.

Entretanto, é imprescindível que os governos comecem a sistematizar políticas públicas na área, pois como diz a música do Titãs: “Agente não quer só comida, agente quer comida, diversão e arte...”

### **REFERÊNCIAS**

AMARAL, Silvia Cristina Franco. Políticas públicas. In: GOMES, Christianne Luce (org.). **Dicionário**

**crítico do lazer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.181-185.

AMARAL, Sílvia Cristina Franco. **Políticas públicas de lazer e participação cidadã:** entendendo o caso de Porto Alegre. 2003. 192f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2003.

BRAMANTE, Antonio Carlos. Recreação e lazer: o futuro em nossas mãos. In: MOREIRA, Wagner Wey. **Educação física e esportes:** perspectivas para o século XXI. Campinas: Papirus, 1992. p.161 – 179.

BRAMANTE, Antonio Carlos. Políticas públicas para o lazer: o envolvimento de diferentes setores. In: BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Esporte. **O lúdico e as políticas públicas:** realidade e perspectivas. Belo Horizonte: PBH/SMES, 1995, p.13-17

BRAMANTE, Antonio Carlos. Qualidade no gerenciamento do lazer. In: BRUHNS, Heloisa Turini. (org) **Introdução aos estudos do lazer.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

CRISTAN, Mara Lúcia. Políticas públicas para o esporte no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte.** Campinas, v. 11, n.3, p.186-189, Dez. 1990.

CRISTAN, Mara Lúcia. Estrela cadente: a gestão de esporte/lazer na secretaria municipal de esportes, lazer e recreação (SEME) durante a administração de Luiza Erundina (1989-1992), na cidade de São Paulo. In: MARCELLINO, Nelson carvalho. (org). **Lazer e esporte:** políticas públicas. Campinas: Autores Associados, 2001. p.57-86.

CRUZ, Manoel Luís Martins da. A experiência da frente popular de Florianópolis. In: MARCELLINO, Nelson carvalho. (org) **Lazer e esporte:** políticas públicas. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 87-116.

DUMAZEDIER, Joffre. **Questionamento teórico do lazer.** São Paulo: Sesc, (s/d).

ISAYAMA, Hélder Ferreira. Formação profissional. In: GOMES, Christianne Luce . (org) **Dicionário crítico do lazer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.93-96.

MAIA, Lerson Fernando dos Santos. A formação de técnico em lazer e suas possibilidades de atuação e intervenção em políticas públicas. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (org) **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte.** Campinas: Papirus, 2003. p.81-100.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação.** Campinas: Papirus, 1987.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Subsídios para uma política de lazer – o papel da administração municipal. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte.** Campinas, v.11, n.3, p.206-209, Dez. 1990.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (org). **Lazer:** formação e atuação profissional. Campinas: Papirus, 1995.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (org). **Políticas públicas. Setoriais de lazer:** o papel das prefeituras. Campinas: Autores associados, 1996.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (org). **Lazer e esportes:** políticas públicas. Campinas: Autores associados, 2001.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer:** uma introdução. 3ª ed., Campinas: Autores Associados, 2002.

MATOS, Lucília da Silva. Belém: do direito ao lazer ao direito à cidade. In: MARCELLINO, Nelson

- carvalho. (org) **Lazer e esporte**: políticas públicas. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 117-140.
- MIRANDA, Maria Ines Ferreira de; FERRIANI, Maria das Graças. **Políticas públicas sociais para crianças e adolescentes**. Goiânia: AB, 2001.
- PAIVA, José Luis de. Deflagrando uma ação de lazer. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (org) **Políticas públicas Setoriais de lazer**: o papel das prefeituras. Campinas: Autores associados, 1996. p.43-53.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; GRAU, N. C. Entre o estado e o mercado: O público não-estatal. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; GRAU, N. C. **O público não-estatal na reforma do estado**. Caracas: CLAD: Paidós, 1998.
- PINHEIRO, Humberto Lippo. As políticas públicas e as pessoas portadoras de deficiência. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (org) **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. Campinas: Papyrus, 2003. p.137-155.
- PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. A construção da interdisciplinaridade no lazer: experiência política da prefeitura municipal de Belo Horizonte - MG. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (org) **Políticas públicas setoriais de lazer**: o papel das prefeituras. Campinas: Autores Associados, 1996. p.61-70.
- REQUIXA, Renato. **Lazer e ação comunitária**. São Paulo: SESC, 1973.
- REQUIXA, Renato. **Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer**. São Paulo: SESC, 1980.
- RIBEIRO, João Ubaldo. **Política**: quem manda, por que manda, como manda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- RODRIGUES, Rejane Penna. Lideranças comunitárias que atuam no desenvolvimento de esporte e de lazer: voluntários de Porto Alegre. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. (org) **Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte**. Campinas: Papyrus, 2003. p.191-196.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- TURINO, Célio. **Na trilha de macunaíma**: ócio e trabalho na cidade. São Paulo: Sesc São Paulo, 2005.
- VAZ, Alexandre Fernandez. Políticas públicas para o esporte e o lazer em Santa Catarina: reflexões e considerações. **Revista de Educação Física/UEM**. Maringá. v.12, n.01, p.89-96, 01. sem. 2001.
- ZINGONI, Patrícia. Políticas públicas participativas de esporte e lazer: da congestão à co-gestão. **Revista Motrivivência**, Florianópolis, v.10, n.11, p.31-46, jul. 1998.
- WERNECK, Christianne Luce Gomes. **Lazer, trabalho e educação**: relações históricas, questões contemporâneas. Belo Horizonte: Ed. UFMG; CELAR –DEF/UFMG, 2000.



## ESPORTE, LAZER E O MITO DA INCLUSÃO SOCIAL

Mabel Barreto de Oliveira<sup>230</sup>

Marcelo Paula de Melo<sup>231</sup>

**RESUMO:** O presente texto busca debater a eficácia da utilização do esporte/lazer como ferramenta na promoção da inclusão em comunidades carentes, através dos chamados projetos sociais, bem como a sua manipulação por parte dos Estado e burguesia para a manutenção do sistema capitalista, utilizando como fonte de pesquisa artigos, livros e relato de experiência sobre o tema.

**PALAVRAS-CHAVE:** Esporte. Inclusão. Projetos sociais.

### Introdução

A nova moda agora é o assistencialismo social. O boom dos projetos sociais, de inclusão, de resgate, de cidadania, e etc, etc. Muitos nessa nova era do assistencialismo social, “financiados” ou “mantidos” por ex-atletas ou artistas, ou qualquer outro tipo de pessoa pública que tenha algum tipo de visibilidade na mídia (ou pretenda ter). Há quem diga que essas pessoas o fazem por pura caridade; a quem diga que para “remissão dos pecados”, afinal recebem tanto dinheiro que devem fazer alguma coisa para os pobres por desengargo de consciência. Outros tantos projetos sociais são do governo, que faz a sua parte em atender com esporte, lazer, cursos, ou qualquer outra coisa, a parcela menos provida da sociedade. Mas, caridades e obrigações à parte, afinal o que move o sentido de tantos projetos sociais?

No campo do esporte e lazer isso manifesta nas muitas ações ditas sociais de empresas, ONG’s ou mesmo órgãos públicos. Não é surpresa a adesão que tal temática tem recebido. Diante disso, este texto busca começar um debater acerca de uma pedagogia política que tem nos projetos ditos sociais de esporte e lazer, difundindo a noção de caridade e filantropia empresarial<sup>232</sup>.

### O sentido dos projetos sociais: o mito da inclusão

Pois bem, o atendimento das demandas sociais da classe trabalhadora sempre foi objeto de interesse das diversas frações da burguesia. No processo de constituição do capitalismo do mundo, as classes dominantes logo se deram contato da necessidade de contrapor a gana exploratória com o atendimento seletivo e restrito das necessidades sociais daqueles que vendiam sua força de trabalho.

A retomada contemporânea da moda dos projetos sociais estatais ou privados voltados diretamente aos trabalhadores é uma atualização dessa concepção. A atuação conjunta da burguesia, em suas diversas frações se expressa mediante o que André Martins (2007) chamou de uma nova direita para o social.

Significativamente a partir dos anos 90, as ONG’s (gerenciadoras de tais projetos) já não são como antes, desafiadoras ou críticas ácidas do governo, mas passam a desempenhar os seus papéis ou suas “missões” aliadas ao mesmo. Ou seja, as ONG’s embora não façam parte integrante de uma estrutura governamental, servem de apoio, muitas vezes direto, para os mesmos. Agora as ONG’s são especializadas nos projetos sociais (termo o qual não nos aprofundaremos em debater), elas têm servido de alicerce para uma contínua construção de muros na sociedade, dividindo-a em classes, e perpetuando o que a camada que demanda o poder quer: uma sociedade dividida entre classe dominante e classe

<sup>230</sup> Estudante da graduação em Educação Física da UNIABEU mabel.barreto@hotmail.com

<sup>231</sup> Professor da Graduação em Educação Física e Serviço Social da UNIABEU e do ISE-FAETEC. marcelaomelo@gmail.com

<sup>232</sup> A penetração de tal tema é de tal monta que no segundo semestre de 2008 esse tema era motivo de discussão de alunos em uma apresentação de trabalho na UNIABEU-RJ, a qual pudemos presenciar. O então grupo que apresentava o seminário relatava, o que chamaram apropriadamente de “a outra face dos projetos sociais esportivos”. O que cada peça do jogo ganhava e quem estava por trás disso. Falavam sobre as empresas de marketing que gerenciam a imagem dos atletas, por exemplo, em cada passo na empreitada de criação dos seus projetos, do retorno que tinham em mídia e do apoio que recebiam da mesma, bem como o retorno direto financeiro que muitas marcas lhe oferecem para que em cada entrevista sobre a “boa ação” esteja sua logo. Enfim, a máquina de sonhos capitalista que movimenta o círculo dos projetos. Até que, indignado com a situação apresentada, um colega discorda de tudo o que antes foi dito, afinal segundo ele, os projetos eram sim uma forma de caridade, que ajuda muitos jovens a saírem da marginalidade.

dominada. E isto feito às barbas da classe dominada, que reage tal qual o exemplo acima descrito, contra qualquer crítica contrária ao assistencialismo adotado.

Tal visão baseia-se no fato de que os projetos sociais (conforme dito, gerenciados por estas entidades), sempre que estabelecidos, buscam suprir ainda que por tempo limitado, as necessidades da população atendida, amenizando de forma considerável segundo seus organizadores, as mazelas locais, tais quais: fome, violência, saúde, educação, entre outros. O interesse é fazer com que as pessoas expostas a tais projetos sofram a inclusão social, ao invés da exclusão em que até então estariam submetidos. Neste ponto inicia-se a manutenção do modelo capitalista dessa sociedade, uma vez que esta exclusão, conforme diz Mônica Peregrino (2002), abarca tão variado arco de situações e de possibilidades, que corre o risco de não definir coisa alguma. Portanto, uma vez que o risco é de não definição, não poderia haver também o de não acontecimento da mesma, em determinados casos? Ou seja, fala-se da inclusão, que existe pelo fato óbvio de haver a exclusão, mas não se define o caminho exato de cada um destes termos. O que de fato é a exclusão? Será que a determinada parcela atendida é realmente excluída ou simplesmente incorporou um discurso ideológico? De onde vem esta exclusão? Enfim, as perguntas são várias, as respostas poucas. Mas o pior é que a parte mais interessada na questão (os que são atendidos) não indagam sobre tais fatos. Não questionam a validade ou eficácia dos programas, por maioria simplesmente incorporam essa exclusão, contribuindo para a manutenção do sistema capitalista. Conforme diz Fontes:

A exclusão, historicamente constituída e perpetuada - a impossibilidade de assegurar a subsistência-, converter-se-ia na impossibilidade prática de escapar a esse processo. Essa inclusão forçada assegurava a própria sobrevivência do sistema, ao submeter e disciplinar a força de trabalho necessária à sua existência. (1996, p. 4).

As máquinas dominantes “doam” ao povo o que ele deseja; a dita oportunidade de mudança, sendo que esta vem em dose e tempo limitados, nem sempre suficientes para que haja um êxito no processo. Com isso, fica mais uma pergunta: qual a mudança que ocorre de fato na vida de cada uma dessas pessoas expostas a um projeto de esporte e lazer qualquer, sendo um tempo tão reduzido? Qual jovem que participe de uma dessas vilas olímpicas da vida que se encontram hoje a cada esquina, que tiveram uma mudança significativa em sua vida? Que foram incluídos, no sentido verdadeiro e amplo da palavra, na sociedade? Claro, sempre vai existir um caso de alguém que tenha conseguido o sucesso através desse ou daquele projeto. Pois estes buscam a partir de iniciativas individuais, ou seja, um jovem que se destacará e servirá de exemplo para os outros, a solução para um todo (Melo, 2005), o que não é real. Pois e os outros não sei quantos mil? Continuam na mesma, através da participação no projeto social, alimentando um sonho que não será realizado, ou se mantendo longe das drogas e do tráfico, da criminalidade que assola o país e leva a destruição os nossos jovens pobres. O que já é uma vitória. Será mesmo? Outro fator importante é a interrupção inesperada (pelo menos por parte dos beneficiados) de certos projetos, normalmente vinculada a falta de recursos para a manutenção dos mesmos. Nesse caso, não haveria, um efeito mais excludente, um palco de mais humilhação do que de cidadania, para aqueles que de um dia para outro vê suas possibilidades se esvaír? Conforme Melo (2005, p. 65) “A possibilidade da fonte de financiamento cessar - por motivos vários - e os usuários, supostamente sujeitos de direitos, serem sumariamente descartados é constante” (grifo meu). A princípio cidadãos em processo de inclusão, logo, “objetos” em desuso.

Que fique claro: não que os projetos sociais não tenham sua validade e em muitas vezes cumpram e muito bem o seu papel, mas não é só isso que eles fazem. É necessária uma postura política de enfrentamento à lógica salvacionista e redentora que abarca muitos programas de esporte e lazer para jovens pobres. Se é necessária a inclusão é porque obviamente há primeiro a exclusão? Quem causa esta exclusão se não as mesmas máquinas que estão por trás destes projetos? Mais ainda, que tipos de relações sociais causam a dita exclusão? Não é contraditório isso? Será que a inclusão provocada vem com a mesma força e atende a mesma demanda que a da exclusão?

Esta possível inclusão tem sido utilizada como um meio de mascarar para a parcela desfavorecida as reais intenções de sobrevivência do sistema, conforme nos relata Penna (2008), ao valer-se do binômio inclusão/exclusão a concepção dominante justifica, ou seja, naturaliza a exploração da imensa parcela da sociedade. Decorrentes de tais justificativas pode-se observar a criação de parâmetros para subsidiar projetos pontuais de inclusão social, mais conhecidos por suas políticas de minimização da pobreza;

minimização esta, que nunca torna no entanto, o cidadão apto para sair da pobreza extrema, da miséria, mas sim para continuar dependente das esmolas sociais.

Para Honeneth e Adorno 1988 (Apud Bracht, 2005, p. 45), a estabilidade da sociedade é alcançada através da capacidade de direção ou comando de organizações perfeitas, que interferem enquanto “instituições sociais” (grifo meu), na vida de cada indivíduo, assim o disciplinando, controlando, manipulando, através de treinamento seja psíquico ou corporal, fazendo com que seja uma peça na sociedade. Para tal, são utilizados os meios de comunicação, a indústria cultural e de lazer, a escola, entre outros organismos que compõem o corpo da sociedade.

São feitas peças essas pessoas, para serem conduzidas conforme a necessidade e o desejo não delas, mas obviamente de quem comanda o tabuleiro desse xadrez social: as classes dominantes. Conduzem as “peças”, os fatos, manipulam as reações. Até mesmo a chamada exclusão social. Se ela existe é porque as relações sociais capitalistas, para aprofundar sua lógica de dominação, necessita. O que acontece não é a exclusão, mas a desigualdade provocada por um sistema que busca o lucro e a continuação do seu poderio econômico, social e político, através da exploração das ditas classes desfavorecidas. Assim não há um processo de exclusão/inclusão, mas a reafirmação da “desigualdade” implícita na distribuição dos serviços públicos (Peregrino, 2002, p. 2, grifo meu)<sup>233</sup>.

São fatores que vão se somando para que esta parcela pobre, ou até mesmo miserável, se perpetue nesta condição, fatores forçados e reforçados diariamente pela classe no poder. Daí então, dá-se uma esmola social com um nome fantasia de bolsa qualquer coisa, e um tempinho para diversão, é a Roma moderna. Ao passo que as peças do jogo também não se movem contra a situação. Porque nem sempre a dominação se faz pela manipulação dos fatos, mas pela certeza de que a outra parte é conformada também, e ao conformarem-se aceitam as regras do jogo social, pois:

Qualquer possibilidade de afirmação da cidadania deve ser abandonada em troca dos programas de transferência de renda. Para os setores que dependem disso para prover sua existência, não cabe nenhuma discussão epistemológica acerca do programa. É pegar ou largar. Não se trata também de afirmar que adesão se dê por ignorância ou desconhecimento, mas talvez por uma análise pragmática da realidade. E com isso torna mais perverso o modelo combinado de finança mundializada com pobreza funcional. O capitalismo sobrevive com uma face mais humana. (MELO, 2007, p.16).

Talvez por isso entre outros motivos, o presidente Lula tenha declarado que “os pobres na verdade não dão trabalho” ( Apud Melo 2007, p.15). Seria porque eles já estão domesticados?

### **O esporte entra em campo: um novo meio para a “inclusão”**

O esporte tem sido muito utilizado pelas diversas frações burguesas como meio de provimento do sistema, pois ele não especula as ações. O esporte ao contrário de outros meios de lazer e cultura como cinemas, teatros, museus, etc, não leva o praticante a obter uma criticidade em relação aquilo que está sendo a ele apresentado. Conforme diz Franke:

O esporte institucionalizado não possui, se comparado com outros espaços de mundo próprio (Eigenweltbereiche), uma linguagem criadora de significados. Ao contrário do teatro por exemplo, ele não tem a possibilidade de fazer uma determinada asserção (Aussage) e não pode, por isso, produzir algo “novo”, não pode, através de uma construção de mundo próprio, ser revolucionário. (FRANKE, 1978, p. 102 Apud BRACHT 2005, p. 74.)

O que podemos perceber é que o esporte é um meio simples, de aceitação do público e que se ajusta as necessidades de ambas as partes: como meio de manutenção do poder por parte de Estado e burguesia e como provimento do “direito” ao lazer e inclusão social da população oprimida, de forma a não levantar suspeitas sobre a legitimidade de sua ação nesta camada. No entanto, já traz sem necessidade de grandes reflexões, uma contradição, pois se é um direito do cidadão ter acesso ao lazer e ao esporte, estes não deveriam ser oferecidos tão somente como meio de resgate social, através de

<sup>233</sup> “Na sociedade burguesa as desigualdades e privações são socialmente produzidas nas, e, pelas relações de produção, ainda que pese o avançado grau das forças produtivas [...] ao (re) produzir e naturalizar o fenômeno da marginalização social, não se volta para o fato de que as chamadas “exclusão” e “pobreza”, são condições para a própria existência da expansão capitalista. Ou seja, são condições para o crescimento e acúmulo privado de riqueza”. (PENNA, 2008, p.4).

programas ou em forma de “caridade” de instituições privadas ou mantidas por esportistas, que muitas vezes inclusive restringe a idade de participação dos indivíduos. O lazer e o esporte deveriam portanto ser oferecidos a qualquer tempo, de forma organizada sim, mas não como um meio extraordinário, uma exceção dentro de um bairro ou comunidade. Se é direito do cidadão deveria ser provido pelo Estado de forma contínua e digna, mas ao contrário quando estes são oferecidos, vincula-se uma imagem de grande feito, de “bondade política” que não deveria existir, pois nada mais é (ou pelo menos deveria ser) o cumprimento por parte do Estado de uma obrigação e o desfrutar da sociedade de um direito adquirido.

Se antes a educação era o meio redentor da população menos favorecida, agora o esporte assume com grande aceitação este papel. No esporte encontrou-se o caminho perfeito que alia à educação o prazer por parte do praticante. É como se diz popularmente: unir o útil ao agradável. Outros aspectos redentores ligados ao esporte ainda podem ser observados, pois:

Uma outra tendência ainda é a de considerar o esporte importante mecanismo de controle social da juventude, visando apenas dominar os impulsos violentos e produzir uma nova sociabilidade, capaz de gerar novas práticas que possam afastar os jovens de drogas e crimes, numa abordagem salvacionista (MELO, 2005, p. 80).

Todavia, nem sempre a forma de apuração dos resultados são claras ou condizem com a realidade que os mesmos apresentam, em alguns, esse cálculo é feito somente pelo fato de o indivíduo estar presente nos dias de oferta do projeto ou não. Mas o fato dele estar ou não presente não remete ao fato de estar incluso ou longe da criminalidade.

E se refletirmos é fato, que a oferta de programas esportivos não se faz somente pela bondade da “burguesia” ou das “instituições filantrópicas” para amenizar a marginalização latente, ou ainda, porque a cultura brasileira é massivamente voltada ao esporte sendo em maior parte ao futebol. A questão é que o esporte não cria formas de mudança direta no meio onde se insere. Este fenômeno da esportivização acopla-se perfeitamente ao discurso ideológico de direitos individuais e igualdade, contudo reforça a desigualdade de classes através da contribuição para o prolongamento dos processos de expropriação da classe trabalhadora junto aos meios de produção-reprodução material, temática esta abordada por Penna 2008.

Uma casa de cultura, por exemplo, onde os alunos estudem teatro, a arte, leiam, possam ter acesso a diversas opções formativas nem sempre não são oferecidas as demandas pobres. Mas em locais onde estas opções culturais pode ser facilmente apreendida como nas regiões mais ricas da cidade, ela é dada gratuitamente. Aí vem a questão de que é um fator cultural e tudo mais. Todavia se não for ensinado o caminho por onde se deva caminhar, será difícil e em alguns casos até mesmo impossível que se possa chegar ao objetivo sozinho. Em suma, é oferecida a cultura, a quem não precisa se redimir e aos que gritam por socorro, as migalhas lhe são oferecidas, para calar o bico.

Para que o objetivo seja alcançado não estão envolvidos somente o Estado e a classe burguesa, mas também clubes, federações, confederações, atletas, empresas privadas, agências de marketing. O apoio é “comprado” pelo governo através de incentivos e isenções fiscais, publicidade, contribuições através do Ministério pertinente, entre as mais diversas formas. O apoio faz-se por um lado, a cobrança por outro. Caberá a estes sistemas vinculados ao governo, ou presos a ele, disseminar a idéia defendida através do esporte (BRACHT, 2005, p. 77).

O então Ministro dos Esportes Agnelo Queiroz em 2004 afirma que: “ [...] investir em esporte é um excelente negócio [...] Qual empresa não deseja colar sua marca, sua imagem a um negócio que é identificado em todo mundo com vitória, beleza e solidariedade ?” (apud Melo 2005, p.91, grifos meus). Ora, o esporte tal qual vemos sob o ponto de vista do próprio Ministro da época, não é apenas uma forte ferramenta de uso no resgate da “cidadania perdida”, é um negócio lucrativo, associado à uma pseudo solidariedade que se traduz em moeda, financiando o capitalismo, os mecanismos de todas estas entidades envolvidas. Não é a pura solidariedade que circunda os projetos de esporte e lazer, mas sim o retorno que ele trará. E isso envolve todos, as entidades os coordenadores, professores, cada um quer a sua fatia do bolo, fatias estas que podem ser tão grandes (principalmente quando os recursos financeiros provêm do governo), que o risco é de chegar apenas os restos para a aplicação do programa esportivo, precarizando o serviço na hora do atendimento aos praticantes como muitas vezes se observa na falta de estrutura e equipamentos.

O esporte é utilizado também para manter a hegemonia no poderio de uma nação. Conforme nos relata Bracht:

Parece-me claro, que a forma hegemônica da cultura corporal de movimento é o esporte. Isto é, o esporte é a forma da cultura corporal de movimento que é funcional para a atual hegemonia. Para reforçar essa hipótese podemos, entre outros argumentos, indicar para a tendência à esportivização da cultura corporal de movimento. Outras razões seriam, por exemplo, a possibilidade de sua comercialização, seu caráter de espetáculo que acentua sua afinidade com os meios de comunicação de massa etc (2005, p.65).

É o que acontece no Brasil com tantos incentivos através do esporte. Não é a sustentação do sistema de dominação pura e simplesmente, mas a movimentação do capital econômico, através da modelação de máquinas humanas, esportivamente construídas para desempenharem suas atividades com mais vigor. Além das movimentações esportivo-financeiras, a exemplo: cada craque exportado, o lucro é direto. A cada Copa disputada e melhor ainda quando é ganha, o capital financeiro gerado é exorbitante.

Para que se mantenha essa hegemonia através do esporte, marca de alguns países, seja num conjunto esportivo ou em uma modalidade (como a Romênia na Ginástica, Cuba no boxe e volei, só pra lembrar ) é exigida uma preparação muito grande dos atletas, alcançadas através de detrimento da saúde física e psíquica ou ainda por modificações genéticas (doping). O humano, o social, os valores são deixados de lado, o que importa é a manutenção dessa hegemonia, não importando o custo que isso deva ter, em dinheiro ou em vidas usadas e jogadas fora. Segundo Melo 2005:

Inegavelmente, a prática esportiva possui potencial integrativo, de comunhão, de pertencimento, de congregar pessoas em torno de si. Mas isso não implica desconsiderar que práticas esportivas também forma e são utilizadas para afirmação da dominação de povos contra outros; da maquinização e manipulação do corpo humano- inclusive de ordem biogenética, para a afirmação da hegemonia político-econômica de alguns países ( MELO, 2005, p.68).

Tais citações são precisas, para que fiquemos atentos para o fato de que um campeão é sempre preparado muito cedo, portanto os nossos jovens podem estar expostos não a simples projetos sociais, mas a programas de seleção, no qual “são usados, muitas vezes danificados e assim retirados de linha”, conforme já podemos presenciar, nas Vilas Olímpicas de Belford Roxo, Nova Iguaçu e Mangueira. De uma forma nada humana, os que já não servem para a “produtividade”, são relegados a segundo plano, sem nenhum tipo de assistência psicológica, médica, social. Tais projetos podem tornar-se muito mais excludentes que o contrário, pois uma vez inúteis para os planos esportivos hegemônicos, os indivíduos não servem para nada, não há cidadania, sociabilidade, solidariedade, respeito e quem dirá inclusão, na forma como são tratados quando, fora dos planos esportivo-capitalistas.

Neste contexto, o esporte assimila uma nova funcionalidade ao inserir-se no processo contemporâneo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, tanto em escala internacional, quanto nacional. Com o avanço do processo de fetichização da “mercadoria esporte”, junto ao discurso regido pelo capitalismo monopolista, constituindo-se como forte aliado para o mascaramento da questão social (Penna, 2008, p.8).

As mesmas pessoas que vivem marginalizadas, que não tem condições de prover seu sustento sem ajuda governamental e que mantêm suas esperanças na oportunidade gerada através do projeto, ou da escolinha esportiva de seu bairro, enfim, do esporte, vão alimentar o mercado de compra de produtos da marca “Brasil”, a movimentar a mercadoria esporte acima citada. Porque são estes mesmos, os principais alvos da reprodução dos padrões esportivos, sejam eles estéticos, funcionais, culturais, comportamentais, vestuário. O esporte impõe novos hábitos para seus adeptos ( leia-se imposição de novas mercadorias) (Penna, 2008, p.9). Cria-se a necessidade destas mercadorias. Será preciso da chuteira para o jogo do futebol, “aquela do super jogador fulano”, que mantêm o projeto, essa é a melhor. É também a mais cara. Problema para uma classe desprovida de condições? Não, pelo contrário, é um “investimento no futuro”. E quanto maior a propagação dos feitos benéficos que traz o esporte, maior também a necessidade de sua oferta, de projetos de assistência, da venda de material...é um bom ciclo vicioso, e claro, de rentabilidade milionária, seja direta ou indireta. Não para os que deles se utilizam como alunos é claro.

A hegemonia que um país alcança através do esporte também lhe serve ainda, como fortalecimento

político, e esta é uma das funções da massa trabalhadora na esfera de uma sociedade capitalista. A vitória no esporte garante soberania ao Estado não só no desporto, mas isto implica em outras áreas e atitudes voltadas para a nação. Sendo assim, “o conceito de hegemonia permite, portanto entender o esporte não só como elemento de dominação, mas, também, como resistência cultural ou resistência política” (Bracht, 2005, p.63).

É também através do esporte que o conjunto da burguesia tem se valido para educar o conjunto da classe trabalhadora. A identificação que as camadas mais populares possuem com os grandes eventos esportivos, destacando-se como principais a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas, são fatores que demonstram como a prática esportiva é transformada em símbolo nacional, assumindo caráter de identidade brasileira (OLIVEN, 1983, p.62).

Não obstante, o lazer segue nos mesmos passos. Utilizando o esporte como uma forma de entretenimento, o tempo livre ou de lazer, é utilizado para ver espetáculos desportivos na televisão, nos estádios (sejam de futebol, automobilismo, motociclismo, basquete) ou qualquer outro meio. O lazer é hoje, uma continuação branda do trabalho. Sem que a classe explorada perceba, continua a trabalhar para que o sistema capitalista se mantenha. Mesmo através dos meios aparentemente gratuitos como as TV's (grandes aliadas do capitalismo) a conta está sendo paga.

Merece consideração o fato de tão amplamente serem divulgados os efeitos redentores e salvacionistas dos projetos sociais, sobretudo os de esporte e lazer, uma vez que “[...] tanto os problemas que serviram de justificativas para o desenvolvimento desses programas quanto as soluções criadas para resolvê-los, continuam em vigor até hoje” (Gonçalves Apud Melo 2005, p.83). E sem perspectivas de quando não serão mais necessários. Será então que o esporte não possui uma força redentora tão grande, ou os organismos envolvidos na implementação destes projetos sociais não deixam que ele exerça esta “força”? Cabe ao leitor a reflexão.

### **Conclusão**

O fato é que enquanto as classes dominadas não invertem o jogo, não percebendo o poder que detêm em caso de uma revolução, de uma ampla mudança, o sistema vai continuar a sugar as forças do povo. Que de certa forma, também se deixa levar, pelo já conhecido conformismo que se confunde como cultura do país.

É claro que o Estado e a burguesia incutem diariamente o pensamento de opressão sobre estas pessoas, todavia, elas se acostumaram com a situação em que vivem. E este ranço já está tão bem impregnado, que mesmo quando, das poucas vezes é oferecida uma possibilidade de racionalismo, o povo vê como um grande favor dado por estas partes para com eles. E acabam por admirar tanto o ato, que continuam apoiando o sistema abertamente.

Seja através do esporte e do lazer, que se tornaram ferramentas úteis e de fácil utilização ou qualquer outra que seja, os discursos devem ser sempre avaliados e reavaliados, desde um pensamento mais bondoso até o mais sórdido, para que seja retirada a verdadeira intenção do ato caridoso, como o mito da inclusão ( que nem inclui e nem pára de ser necessária, se é que existe). Pois não se pode confundir exclusão, com desigualdade, sendo ainda evidente o fato desta ser provocada e continuamente mantida.

O debate acerca da utilização do esporte como meio de dominação social por parte de Estado e classe dominante, ainda deve ser aprofundado e refletido, pois não se pode acreditar que ele esteja sendo utilizado apenas com forma de inclusão, até porque o efeito surtido não tem sido propriamente o esperado.

### **REFERÊNCIAS**

BRACHT, Valter. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

FERREIRA, Mônica Dias Peregrino . As armadilhas da exclusão: Um desafio para a análise. In: ANPED, 2002, Caxambu. Educação: manifestos, lutas e utopias. *Anais...*, 2002.

FONTES, Virginia. *Capitalismo, Exclusões e Inclusão Forçada*. Rio de Janeiro: Tempo, vol. 2, nº 3, 1996.

FONTES, Virginia. *Sociedade civil, classes sociais e conversão mercantil-flantrópica*. OSAL-Observatório Social de América Latina, ano VI, nº 19. Argentina: Julho de 2006.

MARTINS, André silva. *Burguesia e a Nova Sociabilidade: Estratégias para educar o consenso no Brasil contemporâneo*. Niterói. UFF, 2007 (Tese de Doutorado em educação)

MELO, Marcelo Paula de. Esporte social futebol clube: contradições e dilemas em nosso tempo. *Democracia viva* nº 35. Maio / Junho de 2007.

MELO. Marcelo Paula de. O chamado terceiro setor entra em campo: políticas públicas de esporte no governo Lula e o aprofundamento do projeto Neoliberal de terceira via. Belo Horizonte: *Licere*, vol. 10, nº 2, agosto de 2007.

MELO, Marcelo Paula de. *Esporte e Juventude Pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré*. São Paulo: Autores Associados, 2005.

OLIVEN, R. G. *Violência e cultura no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

PENNA, Adriana Machado. Mundialização do fenômeno esportivo: mascaramento da questão social. *Anais do II Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje*. Rio de Janeiro: Editora Rede Sirius/UERJ, 2008.

## ESPORTE E LAZER NA CIDADE DE VITÓRIA/ES: UM OLHAR A PARTIR DE ATORES REPRESENTATIVOS DA SOCIEDADE<sup>234</sup>

*Grece Teles Tonini<sup>235</sup>*

*Carlos Nazareno Ferreira Borges<sup>236</sup>*

*Keni Tatiana Vazzoler Areias<sup>237</sup>*

**RESUMO:** O presente trabalho pretendeu investigar, a partir de um tratamento das fontes disponíveis – os atores elencados como representativos dos munícipes - a relação de influências recíprocas entre Esporte e Cidade, tomando como foco a cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, e cinco modalidades fomentadas pela Lei Jaime Navarro de Carvalho, implementada no mesmo município. Privilegiando como foco uma Política Pública específica de Esporte e Lazer na cidade de Vitória – A Lei Jaime Navarro de Carvalho – e seus impactos esperados sobre a Cidade e sobre o Esporte, encontramos uma relação frágil entre o Esporte de alto rendimento e a cidade de Vitória devido à carência em eficácia e efetividade social das Políticas Públicas de Esporte de alto rendimento implementadas na mesma.

**PALAVRAS-CHAVE:** Esporte. Cidade. Políticas Públicas.

### Introdução

Quando escutamos a expressão: “vivemos no País do Futebol”, fica fácil perceber a influência que o Esporte tem no cotidiano dos brasileiros. O Esporte é instrumento até mesmo para encobrir tragédias políticas, corrupções e falcaturas do governo. Enfim, o Esporte, afeta o país em proporções políticas, sociais e econômicas. Devido a isto o presente trabalho representou justamente um esforço de contribuição por meio de um estudo interdisciplinar no âmbito da interface Educação Física - Sociologia, qual seja o de estudar como se estabelecem relações de reciprocidade e de auxílios sociais, políticos e econômicos entre Esporte e Cidade. Para darmos conta de um estudo consistente dessa relação, optamos por fazer um recorte que considerasse as aproximações e influências mútuas entre um conjunto de modalidades esportivas consolidadas em termos de prática hegemônica, no nosso caso o Voleibol, Basquetebol, Handebol e Futsal (e a GR); e uma cidade brasileira: Vitória, capital do Estado do Espírito Santo.

As modalidades foram eleitas por diferentes e importantes fatores, entre os quais: estão frequentemente incluídas em programas esportivos de competições internacionais priorizados pela mídia (como foi o caso dos jogos Panamericanos de 2007 no Rio de Janeiro, e dos Jogos Olímpicos de 2008, em Pequim); se organizaram nos últimos anos de forma a manterem competições de nível nacional que despertam interesse da mídia e público, comumente realizados pelas suas confederações, mas com organização conjunta das “ligas” de clubes filiados. Essa escolha deu-se em função da opção abraçada pela administração da cidade de Vitória, em implementar uma lei específica de fomento ao Esporte de alto rendimento – a Lei N 5892<sup>238</sup>, de 26/05/2003, denominada de “Jaime Navarro de Carvalho”. Assim, nosso recorte temporal esteve centrado na institucionalização da relação mediada pela legislação municipal que permitiu à cidade estreitar as relações com o Esporte, em nome da responsabilidade civil pelo atendimento de direitos sociais do cidadão, nesse caso, o direito ao Esporte e Lazer.

O que temos aqui é uma tentativa de fazer um exercício de sociologia, no qual nos propomos lançar um olhar a partir de um fato que, a nosso ver, adquire significativa relevância acadêmica para interpretações das relações existentes: a implementação de Políticas Públicas de apoio ao Esporte de alto rendimento na cidade de Vitória, e de como isso repercute a favor dos cidadãos que ali vivem. Através de um olhar interpretativo sobre os dados levantados da relação entre a cidade de Vitória e as modalidades esportivas de alto rendimento aqui elencadas, cremos que estamos gerando material empírico para instrumentalizar a avaliação de Políticas Públicas de Esporte e Lazer no município e,

<sup>234</sup> O presente texto é resultado de um intitulado “Influências recíprocas entre o esporte de alto rendimento e a cidade de vitória/ES”. O Projeto da pesquisa foi apoiado pelo Fundo de Apoio à Ciência e Tecnologia do Município de Vitória (FACITEC).

<sup>235</sup> Universidade Federal do Espírito Santo

<sup>236</sup> Universidade Federal do Espírito Santo

<sup>237</sup> Universidade Federal do Espírito Santo

<sup>238</sup> Essa lei altera a Lei nº 3.746, de 11 de setembro de 1991, “LEI JAIME NAVARRO DE CARVALHO”.



dessa forma, possibilitando a potencialização da implementação dessas políticas, ou mesmo gerando outras que sejam porventura mais significativas.

### **Situando o Problema**

Vitória, a capital do Estado do Espírito Santo, possui uma privilegiada estrutura adequada às práticas de Esporte e Lazer, com parques, praças, praias, quadras de Esporte e ginásios esportivos, entre outros equipamentos. A prefeitura mantém em funcionamento diversas Políticas Públicas na área de Esporte e Lazer, entre os quais se destacam; Vida Ativa na terceira Idade; Programa Esporte e Lazer da Cidade; Escolinha de Esportes/Segundo tempo; Jogos Escolares; Jogos Municipais dos Clubes, Lei Jaime Navarro de Carvalho (Adote um Atleta); Vitória no Cenário Nacional; entre outros. A existência de todas essas políticas faz parecer que possa existir um vínculo próximo entre a cidade de Vitória e uma intensa vida esportiva dos cidadãos. Isso foi algo que nos interessou bastante.

Desde 1991, a cidade é beneficiada por incentivos municipais, sobretudo pela lei Jaime Navarro de Carvalho, de modo especial depois de 2003, alguns clubes/associações montaram uma estrutura que permitissem formar grupos de atletas em condições de competir nos principais eventos nacionais das modalidades, em termos de nível técnico (as chamadas Ligas Nacionais)<sup>239</sup>. O apoio advindo dos recursos desta Lei e do Programa Vitória no Cenário Nacional, liberados pelo poder público municipal, atendeu às equipes preliantes nas modalidades escolhidas para esse estudo. O que possibilitou a presença da seleção nacional permanente de Ginástica Rítmica (Conjunto), que esteve se preparando para o PAN 2007 e para os Jogos de Pequim 2008 no Centro de treinamento Jaime Navarro de Carvalho (espaço de treinamento da Prefeitura Municipal), isso sem dúvida representou uma iniciativa importante de vínculo entre Vitória e o Esporte de alto rendimento, mas, qual o envolvimento da cidade com esse fato? Quais as repercussões para a cidade?

Diante dessas duas realidades de relação entre a cidade de Vitória e o Esporte de alto rendimento, acreditamos na pertinência das seguintes questões: considerando o tempo de implementação dos apoios aos clubes/associações para participação das Ligas Nacionais, qual o impacto da implementação dessa política sobre a cidade de Vitória? E quanto à presença da equipe nacional Ginástica Rítmica (conjunto) na cidade, que relação ela mantém com os cidadãos?

### **Objetivos**

No sentido de tentar responder a essas indagações, traçamos como objetivos: a) Compreender como se estabelece ou não, um relacionamento próximo entre um modelo de vida esportiva e o cotidiano da cidade, de modo que possamos observar possíveis contribuições do Esporte para com a cidade e vice-versa; b) Identificar os possíveis impactos da implementação das Políticas Públicas de apoio ao Esporte de alto rendimento, via Lei Jaime Navarro de Carvalho, sobre a cidade de Vitória, considerando os aspectos esportivos, educacionais, sociais e econômicos. Semelhante objetivo pretende-se alcançar também em relação à presença da seleção nacional permanente de Ginástica Rítmica.

### **Metodologia**

Quanto aos aspectos metodológicos, o estudo se caracterizou como sendo preponderantemente qualitativo, por isso, acreditamos que se fazia necessária uma revisão de literatura suficientemente ampla para que pudesse permitir as análises dos dados levantados. No que diz respeito ao trabalho de coleta de dados que nos possibilitasse encontrar respostas às nossas indagações, resolvemos levantar os impactos sobre a população em geral por meio de atores representativos, visto que captar tais dados por meio de atores sociais diretamente beneficiados seria demasiadamente pretensioso e de difícil operacionalização. Passamos assim, a considerar como atores representativos os especialistas no âmbito do Esporte, nesse caso, tomando como critérios o envolvimento no campo via atuação profissional e a legitimação pelo conhecimento vinculado à função de analista, elegemos quatro grupos de atores: 03 (três) jornalistas esportivos (J), 03 (três) professores universitários que trabalham com a área de Políticas Públicas (P), (04) Presidentes de federações esportivas do Estado (D) e 01 (um) gestor municipal (G).

Os dados foram coletados a partir da técnica de entrevistas, realizadas de forma semi-estruturada. Como ponto de partida foram formuladas questões abertas a respeito da representação que os atores

<sup>239</sup> As Confederações mantêm em seus calendários as competições entre os principais clubes (associações, agremiações) filiados, sob a denominação de Ligas. Assim, temos a Liga Nacional de basquetebol, Liga nacional de Handebol, e assim por diante.

representativos têm da implementação da Política Pública de apoio ao Esporte de alto rendimento na forma como está sendo realizada. A partir de então, fizemos o agrupamento dos dados em duas grandes categorias, seguindo as recomendações de Sourieux e Lerat (2002): as percepções antagônicas e as percepções consensuais sobre as Políticas Públicas de Esporte e Lazer para a cidade, sobretudo para o Esporte de alto rendimento. Em cada categoria há um grupo de indicadores de avaliação, visando tornar mais compreensível as interpretações.

A despeito do risco de encontrarmos respostas parciais para as nossas questões em função da metodologia escolhida, e a qual tivemos condições de trabalhar, cremos que foi possível encontrar pistas para entender e explicar nossas questões. Para tanto, a análise dos dados relativos às entrevistas, para além do confronto com a literatura, foi feita à luz dos referenciais da análise de conteúdo proposta por Sourieux & Lerat (2002).

### **Discussão**

O Lazer é um direito social assistido pela Constituição, entretanto, ainda é comum a não valorização desta prática, assim como o pouco incentivo por meio dos órgãos responsáveis. Muitas vezes sendo visto apenas como práticas esportivas e, o pior, de contemplação, neste aspecto, o Esporte, enquanto fenômeno sócio-cultural é seguramente um dos mais importantes atualmente, e devido a isto requer uma maior atenção para as demandas da população. Ambos os objetos – Lazer e Esporte – têm sido tomados com o tratamento de direitos sociais pelos chamados governos populares (entre os quais se encontra a gestão da prefeitura Municipal de Vitória).

É importante se atentar para o aspecto de que a necessidade de Lazer vem variando de acordo com o momento histórico, e hoje presenciamos a vinculação dele a saúde; educação; turismo, e até ao combate a violência. Entretanto, o Lazer deve valer por ele só, sem a necessidade de outro objeto como suporte, ou como diz Marcellino, “[...] A felicidade, o prazer, não precisam de justificativas, bastam-se a si mesmos. A produtividade o caráter educativo, não são justificativas para o investimento, são conseqüências [...]” (2001, p.07). Concomitantemente a tal vinculação, ocorre o preconceito ao ócio devido de termos enraizados em nossa sociedade industrial a necessidade de produção. Isso vem a ratificar que o lazer ainda não é um oásis a que todos têm direito, pois “[...] as pessoas têm vergonha de reivindicar Lazer, porque ele ainda é considerado ‘coisa de vagabundo’ [...]” (MARCELLINO, 2001, p.11).

Outro fator de preocupação é a forma como o esporte vem sendo manipulado, como estratégia de manutenção de eleitorados, muitas vezes por simples “ajudas” com material esportivo. Transformando a relação de tais políticas públicas em custo benefício. Segundo Linhales (2001) o esporte reflete os valores políticos e ideológicos da sociedade, mostrando assim que sem dúvida ele é uma das variáveis mais ponderáveis no estilo de vida atual. Por isso, assim como não se pode banalizar o Lazer sendo apenas assistencialista, o Esporte também para ser visualizado em sua plenitude não deve estar atrelado a outras funções que a ele vem sendo atribuídas. É importante salientar a visão de Linhales quando ela diz que: “[...] é possível afirmar que a presença do Esporte no conjunto das ações do Estado significa que o fenômeno esportivo ao longo do tempo de sua historia, adquiriu relevância e visibilidade pública [...]” (2001, p.54). Incorporando o Esporte nas ações de governo, ele deixa de ser apenas um interesse e necessidade de ócio e de mercado, tornando-se parte da esfera pública estatal.

Depois de apresentarmos brevemente aspectos relevantes da relação Lazer, Esporte e Sociedade, passamos para as constatações acerca do questionamento levantado no estudo, mediante as falas dos atores entrevistados. Os dados foram reunidos e interpretados a partir de dois grupos de categorias, denominados de percepções consensuais e percepções antagônicas.

#### **a) Percepções consensuais**

##### **- Quanto à Política Pública de Esporte e Lazer em geral**

Há um consenso de que se faz necessário o investimento em praças esportivas destinadas a eventos de alto nível, grandes espetáculos, com equipes de ponta do cenário nacional. Os investimentos em praças esportivas dessa natureza têm sido discretos por parte do poder municipal, o qual recentemente reinaugurou um Ginásio (denominado Jones dos Santos Neves, antigo ginásio do DED) com boa estrutura para competições, mas com capacidade de público muito pequena.

Também se admite que a estrutura de praças esportivas para o desenvolvimento do chamado lazer esportivo precisa ser revista, visto que, ainda existe uma carência desses espaços disponíveis para

as áreas mais carentes da cidade. Areias (2008), afirma que pode haver desconexões entre teoria e prática, e isso se deve a estrutura social na qual estão inseridas as políticas, isto é, sem uma estrutura social que possibilite o exercício do Lazer como direito social, dificilmente as ações alcançarão esse fim. Isso é demonstrado pelos atores entrevistados: “Nós temos carências de praças esportivas que possam receber verdadeiramente eventos internacionais ou eventos que contemplem a grande maioria da população, mas isso é uma questão também pontual no Brasil” (J1)

Outro ponto consensual nesse tópico é que uma parcela da mídia ainda desconhece muitas dificuldades enfrentadas por aqueles que fazem o Esporte, por não conhecer a especificidade de algumas modalidades, assim como dão ênfase maior (e isso é natural) a um pequeno número de modalidades e, por isso, têm-se dificuldades para que o Esporte como um todo receba contribuições homogêneas por parte da mídia.

Um terceiro consenso é uma percepção geral de que a atual gestão municipal de Esporte Lazer trabalha para resgatar a imagem dos clubes da capital no cenário esportivo nacional e, conseqüentemente, a imagem do Esporte de alto rendimento do Estado, visto que é consenso a idéia de que os clubes estão falidos (desde a parte social), e sem apoio do poder público dificilmente conseguem alguma inserção na prática esportiva de alto rendimento. Ao que tudo indica é uma iniciativa que agrada aos atores sociais ouvidos, apesar da opinião geral de que essa é uma iniciativa louvável, embora devesse partir da Secretaria de Esporte do Estado (SESPORT).

Todo o esforço pelo investimento no Esporte e o aceite dos atores sociais parece ser reflexo de um tipo de mecanismo de fabricação da chamada “Cultura esportiva” (PIRES, 2000). A discussão que se estabelece é se o poder público é quem seria o responsável pela animação desse mecanismo, ou se isso deveria ser uma tarefa atribuída à iniciativa privada. Isso será discutido adiante.

#### ***- Quanto ao atendimento aos objetivos dos incentivos via lei***

As políticas públicas para o Esporte de alto rendimento em Vitória se desenvolvem por meio de duas ações mais eficazes: o projeto Vitória no Cenário Nacional e a Lei de incentivo “Jaime Navarro de Carvalho”. O primeiro atende a algumas equipes que representam o Esporte capixaba a nível nacional, mas a lei, essa atende a praticamente todas as federações. Nesse caso, os atores acreditam que a lei atende as demandas das federações, mas ainda é insuficiente para o desenvolvimento das modalidades.

As leis de incentivo, assim como outros recursos aplicados pelo poder público, constituem-se como ações do Estado para atender ao prescrito na constituição quanto aos direitos sociais, como no caso, o direito ao Lazer. Mas, no caso específico que estamos observando, a aplicação de recursos públicos no Esporte de alto rendimento, apesar de controverso, parece ser uma estratégia de ação do Estado para a manutenção de suas prerrogativas institucionais, as quais variam de acordo com as concepções políticas vigentes originadas tanto em matrizes marxistas quanto weberianas.

No âmbito do Esporte capixaba, a lei de incentivo cumpre função de Política Pública para tentar controlar a tensão dos atores sociais que militam nesse campo e assim exercer controle sobre a comunidade esportiva, através também do domínio do poder econômico sobre os mesmos. Em geral um dos limites da lei é que o financiamento se restringe à especificidade (técnicos e jogadores), mas, para o alto rendimento é preciso uma estrutura com muitos profissionais. Nesse caso, o financiamento somente consegue atender a uma estrutura de “equipes médias” em relação ao cenário nacional, isto é, dependendo da modalidade não consegue se colocar entre os quatro principais do Brasil. Tal dificuldade é referido pelos atores: “[...] porque é muito difícil manter essas equipes com recursos que aparentemente parecem até altos; mas para a realidade do esporte de alto rendimento, no fundo fica abaixo do que se pode pleitear para conseguir resultados mais expressivos.” (G1)

Tenório (1995) e Belloni et al (2003) nos ajudam a entender que as ações administrativas precisam ser avaliadas em termos da relação custo-benefício e nas Políticas Públicas isso não é diferente. Dessa forma, ainda que os recursos aplicados pareçam atender a determinada demanda, são insuficientes se considerarmos que muitos estão de fora do processo bem sucedido, e são atendidos de maneira insuficiente ou não atendidos. Portanto, se com a aplicação de recursos se consegue somente a montagem de “equipes médias”, não se tem resultados esperados quanto à aplicação em favor dos direitos sociais de todos, contrariando dessa forma a relação que constitui indicador de sucesso administrativo e compromete o alcance da efetividade social.

#### ***- Quanto à democratização das políticas públicas de Esporte:***

Apesar de uma suposta democratização do acesso aos incentivos por via da lei Jaime Navarro de carvalho pelo fato de muitas federações serem favorecidas, a grande maioria dos entrevistados acredita que a lei não atende de forma democrática porque privilegia casos isolados, atende muito a indivíduos e pequenos grupos. Apesar ainda de existirem critérios de distribuição dos recursos, não há um planejamento de expansão e associação da iniciativa privada, nem há um planejamento de formação de atletas que considere os ciclos olímpicos. A falta de democratização não se relaciona somente com a falta de acesso restrito, mas também ao fato de que o apoio ao Esporte recreativo não se beneficia de qualquer lei municipal, para serem democráticas deveriam permitir o acesso do cidadão não somente no benefício, senão também no planejamento e controle dos recursos e para geração de novos atletas. Sobre este assunto um dos professores entrevistados comentou: “O eu sei é que existem leis de incentivo... A lei Jaime de Navarro e também que incentiva os atletas, que incentiva a democratização do esporte. Mas pra dizer a verdade essa parte eu não vejo acontecer.” (P3)

Mascarenhas (2003) e Marcellino (2001) se referem à democratização no e pelo Lazer a partir de mecanismos de participação dos indivíduos nas diversas fases de implementação das Políticas Públicas, desde a concepção original, planejamento, participação nas ações e avaliação do processo. Também Pateman (1992) discute essa questão, mas, para essa autora, essa participação no tempo e espaço do Lazer é uma condição de educação do indivíduo para participação na política, nas esferas democráticas como um todo. Portanto, as ações políticas promovidas pela lei de incentivo devem promover a participação cidadã do indivíduo no processo, com envolvimento administrativo e acesso às práticas, não somente para serem caracterizadas como democráticas, mas para auxiliar no processo de educação à democracia nas diferentes esferas de sua vida civil.

#### **b) Percepções antagônicas**

##### **- Quanto às responsabilidades das Políticas Públicas para o Esporte de alto rendimento:**

Para uma parte dos entrevistados, o poder público deve investir em atletas (de modalidades olímpicas e não olímpicas) na ponta, isto é, nas categorias principais. Esse suposto “dever” do poder público se justificaria por três razões. A primeira é que esse tipo de investimento é necessário, uma vez que isso gera sentimentos de pertencimento no povo, que passa a torcer por equipes do município. Em segundo lugar, a existência de atletas de ponta no município representa referência de ídolos para os garotos, os quais passam a se interessar mais pelas práticas e procuram as escolinhas. Finalmente, a existência de Esporte de alto rendimento com atletas de referência atrai público para os jogos, os quais passam a se constituir em alternativas de lazer. É bem verdade que é um lazer de consumo, por meio do Esporte espetáculo, mas que mantém as relações de pertencimento. Em relação ao lazer um dirigente faz um forte comentário: “Na execução desses calendários, a federação [...] não faz nada em relação ao lazer, apenas para as pessoas que vão assistir. A finalidade principal é de fomentar o esporte de alto rendimento.” (D2)

Por outro lado, há muitos que defendem a idéia de que a iniciativa privada é quem deveria incentivar o Esporte de alto rendimento, sobretudo nas equipes de ponta, via fomento do Estado, com estratégias mais significativas do que descontos percentuais pequenos na tributação. Com o apoio da iniciativa privada às equipes de ponta, o poder público poderia concentrar seu apoio nas categorias de base. Há quem faça (mesmo com opinião dupla) um equilíbrio entre as duas concepções hegemônicas, concordando que os incentivos nas equipes de ponta ajudam a criar referências em ídolos, mas a base é importante, porque ela pode gerar futuros ídolos. Nesse caso, há uma relação de interdependência, isto é, se a base precisa de referências locais, é verdade também que uma boa base pode fornecer tais referências.

Quando consultamos a literatura, encontramos um intenso debate, principalmente entre os economistas, sobre essa questão dos investimentos públicos ou dos incentivos estatais a empresas ou instituições de interesse privado. No nosso caso específico, estamos tratando de clubes esportivos e/ou pessoas físicas com interesses próprios para além do envolvimento em causas de interesse público. Do ponto de vista do investimento público em pessoas jurídicas particulares é algo indiscutível, porque (é) ilegal e imoral. Contudo, discute-se muito a questão dos incentivos. Nesse particular, muitos especialistas, entre os quais Brant (2003) e Sarkovas (1998, 2006), argumentam que o Estado tem o dever de fomento à cultura, e atrelamos a esse dever também o Esporte, enquanto manifestação da cultura e direito social.

Porém, os autores dizem que os investimentos em grande parte podem e devem ser das empresas, porque representam uma estratégia de comunicação entre a empresa e seus clientes. Dessa forma, o

investimento público tem a função de estimular o privado. Não se trata somente dos incentivos por descontos em impostos, porque isso é irrisório para as empresas, e nem representa um investimento, uma vez que continua a ser dinheiro público (repassado). No caso específico dos investimentos em esporte de alto rendimento em Vitória, questões devem ser formuladas: há geração de ídolos? (Quem são? São mesmo ídolos? São capixabas?); as modalidades beneficiadas têm gerado maior adesão de praticantes e expectadores (há dados disso?); Os resultados das equipes são considerados satisfatórios pelos cidadãos? Respostas a questões como essas, e outras, poderão fornecer indicadores de bons resultados na relação custo-benefício que podem informar a eficácia e efetividade social das Políticas Públicas para esse setor.

#### **- Quanto à responsabilidade de investimento em Esporte de alto rendimento na base:**

Nesse tópico as querelas são muitas. A primeira delas, e retomando a idéia daqueles que acreditam que quanto ao Esporte de alto rendimento, a Secretaria Municipal de Esportes deveria investir na base, os dados indicam é que essa secretaria se descuida da base. Apesar de existir algum apoio às categorias juvenis (sub 17 anos) e um apoio particular à Ginástica em função de sua especificidade, além de certa exigência mínima por parte do financiamento da Lei Jaime Navarro de Carvalho, segundo os entrevistados o trabalho com a base em geral não recebe apoio. Além da falta de estrutura multiprofissional, mesmo na Ginástica, não há intercâmbios internos e externos ao Estado, e isso faz muita falta ao trabalho de formação ao Esporte de alto rendimento. Em relação a procedência de verbas, um dos jornalistas faz uma excelente colocação: “Na minha visão esse tipo de verba deveria vir da iniciativa privada, e a verba da lei Jaime Navarro deveria ser muito mais usada nas escolhinhas, na iniciação esportiva, com boa estrutura com equipamento adequado.” (J3)

Entretanto, no outro lado do discurso – o hegemônico – a crença é de que o local de formação da base para o Esporte de alto rendimento é a escola. Os que assim defendem, o fazem por dois motivos: primeiro por que há o consenso de que os clubes estão falidos, desde suas expressões sociais, isto é, a maioria das pessoas prefere seus condomínios aos espaços sociais dos clubes e, assim, ficam sem condição estrutural para desenvolver o Esporte.

Mas, também há a idéia fixa, sobretudo espelhada no modelo americano, de que a escola deva ser o local da iniciação esportiva com vistas a descobrir e favorecer o primeiro desenvolvimento necessário ao Esporte de alto rendimento. Diante dos pontos ligeiramente comentados no tópico anterior, a discussão sobre o investimento na base dos clubes fica desprovida de sentido. Quanto ao investimento na base para o esporte de alto rendimento via as escolas, aí a polêmica se instala. Caparroz (1998), Bracht (2000) e Assis (2001), são alguns dos estudiosos brasileiros que têm discutido e refutado que a escola seja o lócus para o desenvolvimento do Esporte de alto rendimento. Os argumentos desses autores se fundamentam na idéia de que a escola é o lugar da Educação, e a Educação Física é a responsável pela socialização dos conteúdos da cultura corporal de movimento; e o Esporte enquanto conteúdo deve ser partilhado de forma inclusiva, lúdica e pedagógica.

Todos esses argumentos nos convencem, entretanto, podemos pensar na escola enquanto apenas lócus predial, isto é, o ambiente em que Políticas Públicas podem ser implementadas em intersectorialidade. Onde as crianças e adolescentes vivenciam seus currículos formais, porém, com oportunidade de dar vazão às suas habilidades. Assim, o investimento aqui é no sentido de atender a direitos, no caso, o de desenvolvimento de habilidades, que pode ser o da prática esportiva, música, teatro, ou qualquer outra que meninos e meninas vislumbram, mas não têm possibilidades de acesso (por que não há instituições locais, ou porque essas estão quebradas e são seletivas). Daí se falar em intersectorialidade, porque envolve investimentos e ações de várias vertentes administrativas e de várias especialidades técnicas que podem e devem atuar em conjunto.

#### **- Quanto às consequências dos incentivos via lei:**

Embora tenhamos encontrado consenso quanto ao atendimento dos incentivos e ao uso da lei de incentivo ao Esporte de alto rendimento através do apoio às federações e equipes de ponta, encontramos também indícios de que os incentivos, como a isenção de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) aos clubes que disputam competições em três modalidades olímpicas, e também o incentivo via lei Jaime Navarro de Carvalho, geram alguma dependência nas federações e até nos clubes. Estes, contando com tais incentivos parecem se acomodar e assim muito pouco fazem para o desenvolvimento do Esporte através de iniciativas próprias. A partir desse tipo de pensamento é possível ver uma limitação

na política de incentivos no município. Em relação a tal dependência um dos dirigentes esportivos faz sua colocação: “Quando eu comentei que sem ela as federações não conseguiriam sobreviver, tem o lado bom e o lado ruim nisso aí né? O lado bom, é que a gente tem o financiamento [...] Por outro lado, isso gera uma situação nas federações de dependência, muitas federações não se movimentam para além do que elas têm pra receber da lei Jaime”. (D2)

Em sentido contrário, o discurso de quem defende a lei e os incentivos diz que através destes há a geração de uma cadeia econômica na cidade, com vinculação direta ao desenvolvimento do turismo, outro fator pontual é a movimentação financeira por meio dos compromissos tributários e como locus empregador de determinadas categorias profissionais. Os clubes e as federações em extensão representam, portanto, oportunidades de trabalho para inúmeros indivíduos. Então, quando o poder público injeta recursos nessas instituições, movimenta um tipo de mercado e mantém determinados empregos. Enquanto esses empregos existem, as instituições e indivíduos estão satisfeitos.

Por isso, muitas vezes basta às instituições a injeção de recursos públicos, como basta para muitos municípios brasileiros o simples repasse do Fundo de participação dos Municípios (Recurso repassado pelo governo federal por força de lei). Sem exigências do poder público há um grande risco de acomodação. Um aglomerado de estudiosos reunidos em uma obra de Earp (2002) corrobora com essa dedução, contudo, deixa claro que a injeção de dinheiro público como incentivo às instituições que promovem o desenvolvimento da Cultura, Esporte e Lazer, promove um movimento desejado na economia local e mesmo nacional. Nesse caso, é preciso que se exijam contrapartidas das instituições, de forma a buscar a parceria público-privada nos patrocínios, e potencializar os ganhos de movimentação da cadeia econômica.

### **Considerações Finais**

Podemos concluir mediante aos dados que tivemos acesso (falas de atores representativos) que para os indicadores de funcionamento qualitativo das Políticas Públicas indicados por Belloni et al (2003) as iniciativas do poder público em Vitória não vem alcançando bons resultados. Do ponto de vista mais geral, a eficiência aparece, na medida em que as equipes auxiliadas competem em níveis médios, levam público às praças esportivas, e alcançam resultados classificatórios médios (não ficam entre os primeiros, mas também não ficam entre os últimos).

Mas, se considerarmos que eficácia se mede por resultados finais, e as expectativas prévias dos investimentos não parecem ser alcançados em plenitude, então o investimento não é eficaz. Agora, se perguntarmos pelos ídolos, matrículas de escolinhas, médias de público nas praças esportivas, e pelos sentidos de pertencimento capaz de qualificar uma cultura esportiva, então os atores parecem não perceber uma efetividade social nas Políticas Públicas implementadas para o Esporte de alto rendimento. É possível que os problemas de eficácia e efetividade social estejam atrelados às abordagens conceituais de Esporte e Lazer que subjazem a implementação das Políticas Públicas de fomento ao desenvolvimento em alto nível das modalidades apontadas nesse estudo.

Embora com muito sucesso atual na mídia, mas sem a consolidação de outras modalidades esportivas coletivas, a Ginástica Rítmica (GR) ganhou notoriedade na capital do Estado do Espírito Santo e, pode-se dizer que, a presença da seleção nacional permanente (Conjunto), sem dúvida representou uma iniciativa importante de vínculo entre Vitória e o Esporte de alto rendimento. Diante de tudo isso, parece que no que diz respeito à GR a política de incentivos da prefeitura vem dando certo (ao contrário das outras modalidades), muito embora, pela característica de excelência do trabalho não se possa dizer que a atividade seja democrática no acesso, embora venha cumprindo suas funções, inclusive colocando Vitória no cenário nacional.

Enfim, pode-se dizer que em relação ao impacto das Políticas Públicas para o Esporte de alto rendimento em Vitória, elas carecem de eficácia e efetividade social para que de fato sejam eficientes. Admite-se certa vantagem em relação a essa avaliação embrionária com relação à GR, a qual consegue algum impacto no que se refere aos indicadores eficiência, eficácia e efetividade social.

## REFERÊNCIAS

- AREIAS, K. T. V. **Programa Esporte e Lazer da cidade em Vitória-ES: Uma breve análise a partir da concepção de lazer dos gestores.** Monografia de finalização de curso. Vitória: UFES, 2008.
- ASSIS DE OLIVEIRA, S. **Reinventando o esporte: possibilidades da prática pedagógica.** Campinas: Autores Associados, 2001.
- BELLONI, I. et. al. **Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas.** São Paulo: Cortez, 2003.
- BRACHT, V. **Esporte na escola e esporte de rendimento.** Movimento. Porto Alegre. ano 6, n.12, p.14-19, jul.2000.
- BRANT, L. (org). **Políticas culturais.** Vol. I. SP: Manole. 2003.
- CAPARROZ, F. **Entre a Educação Física na Escola e a Educação Física da Escola.** 1998.
- CONSTITUIÇÃO, Federal do Brasil de 1988.*
- EARP, F. S. (org.). **Pão e Circo - Fronteiras e perspectivas da Economia do Entretenimento.** Rio de Janeiro: Palavra e Imagem, 2002.
- LINHALES, M. A. **Jogos da Política, Jogos do Esporte, subsídios à reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo.** In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). Lazer e Esporte: políticas públicas. Campinas, SP: Autores Associados, 2001
- MARCELLINO, N. C. **Lazer e Esporte: Políticas Públicas.** Autores Associados, 2001.
- MASCARENHAS, F. **Lazer como Prática da Liberdade.** ed. UFG, Goiânia 2003
- PATEMAN, C. **Participação e Teoria Democrática.** Rio de Janeiro; Paz e Terra. 1992
- PIRES, G. De L. P. **A Educação Física e o discurso midiático: abordagem crítico-emancipatória em pesquisa-ação no ensino de graduação. Subsídios para a saúde?** Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2.000, Tese (doutorado em Educação Física), Faculdade de Educação Física, Unicamp.
- SARKOVAS, Y. **O sistema injusto das leis de incentivo fiscal.** Entrevista dia 24 de Maio de 2006, ao site [www.culturaemercado.com.br](http://www.culturaemercado.com.br), acesso dia 07/02/2009.
- SOURIOUX, J.L. & LERAT, P. **Análise de texto.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- TENÓRIO, F. G. (org). **Avaliação de Projetos Comunitários: abordagem prática.** SP: CEDAC: Loyola, 1995.
- WEBER, M. Política como Vocação. In: \_\_\_\_\_. **Ensaio de Sociologia.** 5a. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982.

## POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE E LAZER: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DAS AÇÕES DESENVOLVIDA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM - PÁ, NO PERÍODO DE 2005 A 2008

*Rita Maria de Fátima Peloso Grasso*<sup>240</sup>

**RESUMO:** Este trabalho faz um relato de experiência das ações de esporte e lazer desenvolvidos pela Assessoria de Esporte e Lazer/AEL no período de 2005 a 2008, no município de Santarém. É uma experiência de política pública (embrionária), que apesar das barreiras encontradas ao longo desses quatro anos, buscou envolver uma boa parte da população, especialmente aquelas que ao longo do processo por dificuldades financeiras ou por desconhecimentos dos seus direitos enquanto cidadãos ficaram a margem dessas políticas. Nossa proposta de política pública teve como objetivo principal a democratização da gestão pública, tentando ir além das barreiras encontradas ao longo do percurso, a fim de promover a participação da maioria, a inclusão com equidade e a acessibilidade a diversificadas oportunidades de lazer.

**PALAVRA-CHAVE:** Política Pública. Lazer. Projeto. Gestão. Democratização.

Santarém é uma cidade de médio porte situada às margens de dois belíssimos rios. O rio Amazonas com suas águas barrentas e seu afluente o rio Tapajós com suas águas azuis. Em frente a cidade, os dois rios se encontram, porém, não se misturam possibilitando para os amantes da natureza um momento de contemplação indescritível. Uma outra característica da cidade são seus espaços naturais<sup>241</sup>, tanto aquáticos, como terrestres, que possibilitam o desenvolvimento de numerosas experiências e manifestações corporais e literárias, expressivas, educativas, recreativas, plásticas, como forma de ocupação do tempo livre dos seus habitantes.

Infelizmente, como afirma Marcellino, o lazer quando é considerado como política pública, geralmente a tendência daqueles que os promovem é dar ênfase a um dos seus conteúdos culturais - geralmente o esportivo -, não ampliando os debates “nas diferentes esferas do fazer cultural” (Marcellino, 2008).

Partindo dessa premissa, ou seja, da abrangência do lazer e a partir de algumas informações obtidas em conversas com alguns profissionais da educação física do município, é que a equipe formada no primeiro momento por três profissionais, formulou uma proposta embrionária de política pública para o município de Santarém. O primeiro embate foi a constatação, ou melhor, a afirmação da inexistência de uma política pública na área do esporte e lazer para a cidade. Tudo que existia eram ações organizadas pelos próprios comunitários e/ou pela iniciativa privada, especialmente do lazer voltado para um conteúdo específico, ou seja, o esporte – leia-se futebol -, e as festas e os shows com cantores de outros estados, como forma de entretenimento<sup>242</sup>. Portanto, se fazia necessário desenvolver propostas e programas de políticas públicas de esporte e lazer para a população santarena sem perder de vista os aspectos acima e principalmente levando-se em conta que a terminologia do termo “lazer” no vocabulário da população santarena ainda é muito recente.

Outro aspecto que a equipe não perdeu de vista foi o lazer enquanto direito social. Como é sabido desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o lazer passou a ocupar, a posição de direito social, que na opinião de Munhoz (2008), foi muito importante, porque as responsabilidades daqueles que vão desenvolver a política pública de esporte e lazer ficou muito mais comprometida. Sabemos que os direitos sociais reduzem os abusos e os excessos de desigualdades gerados pelo modelo capitalista existente na sociedade, garantindo-lhes um mínimo de bem-estar social, por isso, toda proposta na linha

<sup>240</sup> É Coordenadora Técnica do Programa Esporte e Lazer da Cidade do Município de Santarém. Professora de Educação Física da rede Estadual de Ensino, Especialista em Esporte e Lazer e Assessora de Esporte e Lazer do Município de Santarém. E-mail: [ritapeloso@hotmail.com](mailto:ritapeloso@hotmail.com)

<sup>241</sup> Ziperovich (2007) nos leva a refletir que os espaços naturais existentes nas nossas cidades podem ser utilizados para uma variedade de vivências e experiências de lazer “as áreas aquáticas, praias, elevações, vales, serras, montanhas, cavernas, monumentos naturais, trilhas, gramadas, espécies vegetais e animais, granjas, plantações, currais, selvas, bosques, etc.” (Pablo Carlos Ziperovich, p. 74, 2007)

<sup>242</sup> Marcellino nos chama atenção que essas experiências individuais reduzem as visões conceituais e em função dessa redução os conteúdos também são limitados, porém acabam por perpassar através dos veículos de comunicação de massa, quando divulgam as programações de atividades, quase sempre ligado ao esporte e/ou arte, uma visão de proposta bem ampla.



das políticas públicas deve ser permeada, pensada a partir dessa visão. Matos (2001) vai mais além, quando afirma que o direito ao lazer implica,

Mais do que ações específicas, mas uma rede de serviços para possibilitar o acesso digno à sua vivência: emprego, saúde, educação, transporte, infra-estrutura urbana, dentre outros. Significa possibilitar condições de realização global de viver dignamente. Ou seja, o lazer é um bem social, um direito do cidadão e um instrumento essencial à apropriação da cidade por toda a sociedade. (MATOS, p.119)

Em Santarém, as diretrizes básicas para definição da proposta de política pública de esporte e lazer, infelizmente não foi definida em um congresso, ou mesmo, em um seminário, apesar de o município dispor de um instrumento que se chama Orçamento Participativo<sup>243</sup>. Chamamos um grupo de profissionais para formulação das linhas gerais, depois apresentamos as idéias aos presidentes das associações comunitárias. Somente um ano após nossa inserção realizamos o primeiro seminário de esporte e lazer do município de Santarém.

Em 2005 a equipe<sup>244</sup> delineou algumas metas e objetivos a fim de iniciar suas atividades que foram os seguintes:

→ **Metas:**

1. Democratização do acesso aos serviços e projetos de lazer;
2. Ampliação e diversificação da oferta de vivências de lazer tendo por base a participação popular;
3. Otimização do uso dos equipamentos específicos e não-específicos de lazer;
4. Participação e gestão comunitária para o conhecimento e a prática voluntária do lazer;
5. Criação de espaços e implantação de equipamentos que atendam às necessidades lúdicas da população;
6. Elevação dos níveis de participação de elementar para crítico e criativo, nos gênero da prática, fruição ou assistência, e do conhecimento.

→ **Objetivos:**

- Incentivar o esporte local;
- Democratizar o acesso a políticas públicas de lazer a comunidade santarena;
- Incentivar e divulgar a produção científica na área da educação física, esporte e lazer;
- 4. Ampliar a rede de educação física na educação básica do município;
- 5. Construir, reformar e ampliar espaços específicos de lazer do município;
- Realizar eventos esportivos;
- Estimular a formação continuada de professores de educação física, técnicos esportivos e agentes comunitários de lazer.

Também a equipe fez um planejamento para os quatro anos de mandato, que visava atingir as metas e os objetivos inicialmente planejados. Durante o processo algumas propostas foram acrescentadas, outras não foram possíveis de serem efetivadas, todavia é importante serem mencionadas.

- 1º. Ano: Do Assistencialismo à Ação Participativa. (Reuniões, debates, seminários com a população organizada);
- 2º. Ano: Organização de Grupos Comunitários de Lazer. (via os responsáveis de esporte e lazer das associações comunitárias);
- 3º. Ano: Desenvolvimento de Lideranças Comunitárias de Lazer e formação de núcleos comunitários de esporte e lazer;
- 4º. Ano: Formação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer.

**A experiência desenvolvida durante o período – neste texto não será dado ênfase a todos os projetos de esporte e lazer colocado em prática pela assessoria**

→ **COLÔNIA DE FÉRIAS:**

Tem como objetivo possibilitar vivências diversificadas e, sobretudo o espírito de coletividade,

<sup>243</sup> Esse instrumento de participação e consulta popular só se efetivou a partir de 2005, mesmo período da implantação da Assessoria, porém em função do lazer não ser prioridade na vida dos santarenos, especialmente daqueles que foram consultados.

<sup>244</sup> Em 2005 a equipe era formada por 3 profissionais graduada em Educação Física em julho de 2004.

através dos conteúdos culturais do lazer, quais sejam, físico-esportivos, manuais, artísticos, intelectuais, sociais e turísticos nas férias de junho das escolas pública do nosso município. Além da busca à satisfação/ prazer dos seus participantes, configurando-se como tempo-espço privilegiado para difundir os valores do lazer, proporcionando oportunidades de exercício da autonomia, criticidade e criatividade.

O projeto atendeu durante as três versões efetivadas, 7.606 alunos e alunas na faixa etária de 7 a 16 anos e são desenvolvidos por professores (as) de Educação Física da rede municipal de Educação, Agentes Culturais do Programa Esporte e Lazer da Cidade, professores de Educação Infantil da rede municipal de Educação, Arte-educadores do projeto Arte na Escola da Gente da rede municipal de Educação, Merendeiras, Vigias, Motoristas, todos da secretaria municipal de educação e voluntários.

O projeto é desenvolvido por 15 dias no mês de julho, e para possibilitar o acesso dos participantes a cidade é dividida em 6 pólos e em cada pólo são disponibilizadas 500 inscrições. Como a cidade não dispõe de muitos espaços específicos para execução do projeto, se adequa as escolas municipais e estaduais, que são transformadas em espaços privilegiados para as vivências propostas para aquele pólo. Os recursos são em sua totalidade municipais, porém algumas empresas já estão contribuindo e isso tem fortalecido o projeto.

O processo de formação dos profissionais que vão atuar na colônia, é antecipado e tem primado pela possibilidade da criação e recriação das vivências e, principalmente, pelo debate do lazer enquanto possibilidade de descanso, divertimento e desenvolvimento. O recrutamento dos profissionais que atuam durante os 15 dias em que o projeto é efetivado são das seguintes áreas: professores de Educação Física que atuam na rede municipal de ensino; Agentes Culturais do Programa Esporte e Lazer da Cidade; Professores de Educação Infantil; Merendeiras da rede municipal de ensino. Também o projeto conta ainda com jovens voluntário do bairro, que em sua maioria não tem nem uma profissão.

#### → **CAMPEONATO DE FUTEBOL DE BAIROS MASCULINO E FEMININO**

Tem como objetivo resgatar e estimular o esporte e o lazer como direito social e promover ações de esporte e lazer para a população. O Campeonato, tanto o masculino, como o feminino abrange a zona urbana do município, perfazendo um total de 50 bairros.

O Campeonato masculino subdividiu-se em seis distritos: Distrito Central, Distrito Norte, Distrito Oeste, Distrito Sul, Distrito Leste I e Distrito Leste II; já o feminino o seu funcionamento ocorre dois distritos: **Tapajós e o Amazonas**, tendo os dois rios como referência entre a cidade, a fim de possibilitar o acesso do maior número de jogadores, bem como facilitar o seu deslocamento. Cada distrito é coordenado por uma equipe de três pessoas do próprio distrito, que são responsáveis diretos pelas rodadas semanais, reuniões com os times inscritos, bem como, pela infra-estrutura (campo, bolas, súmulas e etc.) Todo esse material é possibilitado pelo poder público, cabendo a cada coordenador sua disponibilização durante as rodadas. O campeonato é dividido em três etapas, sendo duas jogadas nos próprios distritos e a última no estádio da cidade.

Nas duas versões realizadas do campeonato masculino, 175 times participaram, com 25 jogadores em cada time; já na versão feminina, 16 times se inscreveram no campeonato.

#### → **JOGOS ESCOLARES DA CIDADE DA GENTE**

O projeto tem como objetivo, promover um intercâmbio esportivo, educacional e cultural entre seus promotores, realizadores, organizadores e participantes; complementar o processo pedagógico vivenciado nas escolas, principalmente durante as aulas de Educação Física; situar a escola também como centro esportivo e cultural, tornando-a responsável pela formação do cidadão e da sociedade; promover o esporte como agente social de resgate e integração, para contribuir com a cultura da paz e do convívio comunitário; criar oportunidade para revelar atletas e proporcionar uma opção de lazer para o município.

O funcionamento ocorre em seis pólos e atendeu nas três versões que realizou 6.086 alunos e alunas na faixa etária de 12 a 17 anos, distribuídos em duas categorias: Infanto-juvenil e Juvenil.

#### → **GRUPO DE DANÇA MUNICIPAL DE SANTARÉM**

Esse projeto surgiu da necessidade de manter e divulgar as características artísticas peculiares do povo santareno, objetivando resgatar e difundir a cultura regional, visando a valorização das tradições culturais do município, e através de espetáculos temáticos, proporcionar vivências de lazer à comunidade santarena para o envolvimento não só da cultura espontânea, mas também, da cultura erudita e popular.

A seleção do grupo de dança obedeceu alguns critérios iniciais, a fim de possibilitar os ensaios semanais. Através de edital foi realizada a seleção dos aprovados para o grupo. A faixa etária é de 14 a 21 anos e o grupo é formado por 27 pessoas.

#### → **MÚSICA NAS ESCOLAS - BANDAS MARCIAIS MUNICIPAIS**

Com o objetivo de contribuir e ampliar as oportunidades do ensino/aprendizagem dos alunos e da formação cidadã, bem como, para no processo de revitalização das bandas marciais das escolas sem causar danos às práticas formais das escolas, além de servir como espaço cultural.

O projeto é desenvolvido no contraturno escolar de acordo com as turmas de flauta-doce, trompete, trombone e percussão. As aulas ocorrem duas vezes por semana, com duração de uma hora e meia cada aula, além de dois ensaios gerais intercalados durante a semana. Foram contratados 10 monitores – alunos de música da UEPA, que possibilitam a mediação do projeto nas escolas. Mensalmente são feitas avaliações com todos os atores envolvidos no processo (alunos, pais, professores das outras do conhecimento e os alunos) e os acompanhamentos “in loco” pela coordenação do projeto.

As escolas beneficiadas com o projeto foram as seguintes: E.E.F. Maria Amália, Ubaldo Correa, Fluminense, Brigadeiro Eduardo Gomes, Paulo Rodrigues dos Santos, Ambrósio Caetano, Princesa Isabel e Maria de Lourdes. As atividades desenvolvidas são: iniciação e apreciação musical, além de ensaios para desfiles cívicos, interativos, festivais e concursos de bandas e Fanfarras.

#### → **FESTIVAL DE BANDAS E FANFARRAS**

O objetivo desse projeto é além do resgate dos festivais em épocas anteriores realizado pelas escolas estaduais e bandas de músicas locais, trazer a música como uma vivência de lazer para a população santarena, bem como, a integração das escolas e do seu entorno, através dos ensaios realizados. Este projeto tem estreita ligação com o projeto de música na escola.

Nas duas versões realizadas a participação das escolas foi expressiva, pois envolve tanto escolas da rede municipal de ensino, como as escolas públicas estaduais. O festival é dividido em duas categorias: fanfarra simples e fanfarra com melodia.

O festival não tem a idéia da competição, porém escolheu as três melhores, como forma de incentivar a juventude participante e a instituição. As três primeiras classificadas, tanto na categoria simples, como na categoria fanfarra receberam instrumentos musicais (trombones, trompetes, cornetas) e de percussão (taróis e pratos) como forma de incentivo.

#### → **ENTRELINHA ESTRELINHAS – as escolas de esporte**

Seu objetivo principal é possibilitar a socialização e a educação das crianças através do esporte, contribuindo para o desenvolvimento motor e da consciência corporal dos alunos, assim como, o aprendizado das regras e dos princípios técnicos e táticos das modalidades. O projeto também oferece espaço adequado para o lazer das crianças, tirando-as das ruas e preenchendo seu tempo livre com a prática do desporto, ensinando através do jogo, noções de direitos e deveres na sociedade.

O projeto funciona com as seguintes modalidades: futebol, futsal e voleibol. As escolinhas de futebol funcionam nos campos iluminados: Poirão, Santo André, Área Verde – somente essa escolinha não desenvolve as suas atividades no campo iluminado. A escolinha de futsal funciona na quadra da E.E.F. Irmã Leodgard e a de voleibol no ginásio da Cidadania.

Cada grupo é formado por 100 crianças e adolescentes na faixa etária de 8 a 13 anos, que através de um processo pedagógico, no qual o educando tem a possibilidade de conhecer as vivências diversificadas de movimentos, a modalidade esportiva em toda a sua amplitude (sua história, seus fundamentos, as técnicas e táticas, sempre os relacionando com temas e acontecimentos do cotidiano escolar e/ou esportivos).

Esses conhecimentos são desenvolvidos num processo de ensino-aprendizagem respeitando sempre as diferenças de habilidades de cada participante. A metodologia utilizada nas escolinhas são construídas a partir de um processo lúdico crítico e criativo, durante as aulas que ocorrem três vezes por semana e em momentos organizados eventualmente, como culminância, através de competição de lazer envolvendo todos os participantes do projeto e algumas vezes com times de projetos comunitários do bairro no qual o projeto está inserido.

Um dos principais critérios para participar da escolinha é está estudando na escola pública. Cada escolinha deve atender 100 alunos, sendo 50 do sexo feminino e 50 do sexo masculino. Atualmente

participam do projeto 500 alunos. A avaliação do projeto é feita nas escolas nos quais os alunos participam e envolve todos aqueles diretos ou indiretamente envolvidos. Os mediadores (chamados de monitores) são também acompanhados por meio de relatórios e reuniões mensais com a AEL.

#### → **CAMPOS ILUMINADOS**

Com o objetivo de possibilitar o esporte e o lazer como direito social, além de facilitar o acesso da população que tem atividades laboral no período diurno para a prática do lazer, a prefeitura municipal implementou o projeto dos campos iluminados.

O projeto é todo em parceria com a comunidade, ficando sob a responsabilidade da Prefeitura a implantação das luminárias, a compra dos materiais necessários para a confecção do cercamento e traves. A partir da inauguração do espaço, a administração é da comunidade, que por meio de um processo (reuniões, debates, votação) escolhem uma coordenação. Mensalmente o projeto faz avaliação com a coordenação para ajustar os problemas e/ou fazer melhoria. Cada grupo (do bairro ou entorno) faz o agendamento mensal para evitar atropelos com outros grupos.

Em 2008, o projeto iluminou 5 campos abertos sendo: Santo André, Santo Antonio (alter-do-chão), Campo do Mojuí dos Campos, campo do Parque da Cidade e o campo do América. Além desses 5 (cinco) campos concluídos iniciou o campo aberto da comunidade de Perema na Rodovia do Curua-una. Durante os quatro anos de mandato este projeto iluminou 15 campos, sendo 2 campos na zona rural. O projeto além de possibilitar as partidas de futebol (peladas), serve também para a prática de outras vivências de lazer da comunidade e seu entorno.

#### → **BOLSA-ATLETA**

Com características do Programa do Ministério do Esporte este Projeto nasceu em caráter experimental foram beneficiados nessa primeira versão 7 atletas. Seu objetivo foi proporcionar aos atletas santareno condições mínima para treinamento, melhoria na alimentação, bem como, de deslocamento para as competições, a fim de propiciar e melhorar o desenvolvimento na carreira esportiva. Nos governos anteriores, os atletas de ponta do município dependiam da boa vontade do poder público para de quando em vez possibilitar pagamento de passagens para o deslocamento fora do município. Com esse incentivo da bolsa problemas dessa magnitude é em parte solucionado.

O projeto em 2008 beneficiou 15 atletas nas seguintes modalidades: Karatê, Natação, Canoagem, Ciclismo, Futevôlei e Corrida. O projeto atende atletas de ponta em 3 categorias; a categoria nacional, a categoria regional e a categoria estudante. A bolsa é no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) e de R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais).

#### → **CIRCUITO LAZER NAS PRAIAS – ETAPA SAIRÉ e ORLA DA CIDADE**

Com o objetivo de diversificar as vivências de esporte e lazer no município de Santarém, o projeto tem seu foco principal nas praias do rio tapajós durante o período da seca, diversificando as opções de lazer a população, democratizando cada vez mais seu acesso.

O projeto tem duas etapas distintas: uma no período das festividades do Sairé, quando uma equipe multiprofissional desenvolve inúmeras atividades para aqueles que visitam a Ilha no período da festa, tem duração de três dias; a outra etapa ocorre em três pontos da praia em frente à cidade (praia dos namorados, da aldeia e da Vila Arigó). As arenas de vôlei de areia, futevôlei e futebol de areia são montadas durante três meses, e uma equipe de Agentes Culturais e professores de Educação Física fazem o processo de mediação com a população que frequenta os três locais.

Durante a duração do projeto são efetivados torneios entre as equipes frequentadoras do espaço com o objetivo de divulgação e dinamização. O projeto atende aproximadamente 10.000 pessoas durante todo o seu processo de duração.

#### → **PASSEIO ECOLÓGICO.**

O projeto apesar de está ligado ao circuito de lazer nas praias – etapa Sairé -, acabou por se constituir um projeto efetivo executado pela Assessoria de Esporte e Lazer. Seu objetivo no primeiro momento foi diversificar as vivências de lazer nas festividades do Sairé, que por ser uma festa da indústria cultural do lazer não possibilitava o acesso da maioria dos seus frequentadores durante o processo, além de aproveitar um espaço oferecido pela natureza. Ligado à diversificação ligamos o passeio ao lazer e sua interface com a questão ecológica (natureza) porque entendemos que o lazer não precisa permanecer

reduzido aos espaços e muitos menos aos conteúdos esportivos.

O projeto se desenvolve dentro de um barco, seguido de uma trilha ecológica e posteriormente na praia, tem a duração geralmente de 2 horas e é mediada por uma equipe multiprofissional, constituída por professores de educação física, turismólogo, historiadores (contam a história da vila, e/ou do município), administradores, agentes culturais de lazer, enfermeiras (os), cantores e músicos.

O passeio é realizado no decorrer do ano, porém por causa do seu alto custo somente se efetiva nas manhãs de lazer do Programa Esporte e Lazer da Cidade, nas comemorações do aniversário de Santarém e durante as festividades do Sairé em Alter-do-Chão.

#### → **ESPORTE E LAZER DA CIDADE**

Em convênio com o Ministério do Esporte o Programa Esporte e Lazer da Cidade - em sua terceira versão, tem a pretensão de continuar o processo de debate do esporte e do lazer como direito social e bem cultural, além do que, resgatar a alegria na população, através da elevação de sua auto-estima e tornando a população protagonista na construção das políticas públicas. O Programa visa ainda oportunizar a crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, com atendimento inclusivo e ou especializado às pessoas com deficiência ou necessidades educativas especiais, o acesso a oficinas esportivas, artísticas e culturais, atividades turísticas, além de propor a organização, de forma participativa, de eventos esportivos e de lazer.

Por isso, nosso empenho para que a população santarena se apodere do esporte e do lazer como algo indispensável a sua existência e assim, se organize no sentido de cada vez mais reivindicar do poder público políticas permanentes na área, ampliando o debate com as comunidades, com os professores e com entidades potencialmente parceiras para buscar a democratização desses bens culturais.

O Programa desenvolve ações assistemáticas em 10 núcleos distribuídos em 9 bairros da zona urbana e um núcleo na zona rural (Mojuí dos Campos). Participam diretamente desse Programa 7.800 pessoas, e todas suas ações sistemáticas e assistemáticas são mediadas por uma equipe multiprofissional formada por 81 pessoas, entre Coordenadores de Núcleos, Agentes Culturais e Coordenadores Gerais. Este Programa foi o principal responsável pelo debate entre a população santarena do esporte e lazer, enquanto direito social.

#### → **VIDA SAUDÁVEL**

O Programa Vida Saudável foi iniciado em março de 2008 em convênio com o Ministério do Esporte, antes a Assessoria desenvolvia o projeto “Viver bem”. Seu principal objetivo é possibilitar o esporte e o lazer para os adultos e a terceira idade. Com os mesmos princípios do PELC, o Programa busca também a discussão do esporte e do lazer como qualidade de vida, bem como, o atendimento inclusivo e ou especializado às pessoas com deficiência ou necessidades educativas especiais, o acesso a oficinas esportivas, artísticas e culturais, atividades turísticas, além de propor a organização, de forma participativa, de eventos esportivos e de lazer.

Conta com 9 (nove) núcleos espalhados por toda cidade, sendo que um desses núcleos está sendo efetivado na comunidade de Tabocal (zona rural). Atende atualmente 1200 beneficiários, entre adultos (a partir dos 40 anos) e idosos. Desenvolve diariamente em seus nove núcleos vivências de esporte e lazer, que são chamadas de ações sistemáticas e mensalmente fazem macro-eventos como ações assistemáticas. Neste Programa trabalham 27 pessoas, sendo 25 contratadas com recursos do convênio e as demais como contrapartida do município.

#### → **FORMAÇÃO CONTINUADA E OS ACOMPANHAMENTOS**

O entendimento da AEL – Assessoria de Esporte e Lazer do lazer em seu duplo aspecto educativo, como objeto – educação para o lazer –, e veículo – educação pelo lazer –, (Marcellino, 1987), isso implica vê-lo no divertimento e no descanso sim, como um tempo privilegiado, mas também, no seu desenvolvimento pessoal e no convívio social.

Por isso, todas as suas ações realizadas primaram em sua essência pela formação continuada dos seus técnicos, professores, agentes culturais e voluntários. É bem verdade que não tem sido uma tarefa fácil, principalmente, pela pouca experiência dos atores envolvidos, porém adotamos a metodologia que pressupõem um ir e vir (baseado na experiência de Belém - Matos, 2001) entre as teorias do lazer e o dia-a-dia vivenciado. Essa instrumentalização resulta conseqüentemente em novas teorias e em novas formas de vivências do lazer. Os passos para a efetivação do processo foi o seguinte: 1. criação do

projeto, baseado nos anseios e necessidades dos grupos; 2. realização do projeto (sempre primando pela ampla participação); 3. Avaliações periódicas (coletiva), para novas realizações e conseqüente melhoria e por fim; 4. os acompanhamentos das ações desenvolvidas pelos projetos.

### Conclusão

Não foi uma tarefa fácil durante esses quatro anos de administração dita “democrático popular”, aspeio esse termo por considerá-lo muito forte e de difícil execução, pois carece de compreensão e, sobretudo disposição para o seu real cumprimento. Apesar dos atropelos a cidade mudou, seus habitantes têm um maior sentido de pertencimento, nota-se mais participação que por muito tempo estiveram sucumbidas pelo autoritarismo, coronelialismo e principalmente pelo eleitoralismo.

São visíveis e reais os pedidos da população para a implantação dos projetos que tornaram a cidade mais bonita, mais alegre, não somente na área do lazer. São muitas as limitações no exercício do poder público, especialmente os da dívida social deixada pelos governantes que nos antecederam e que é impagável num curto período de tempo, todavia são também muitos os desafios a serem perseguidos.

Finalizo esse relato de experiência inicialmente agradecendo todo o empenho e dedicação da equipe de assessores da AEL<sup>245</sup>, bem como, dos parceiros das demais secretarias, e citando Paulo Freire, pois para esse autor o mundo contemporâneo exige duas condições de todos os sujeitos: uma postura radical sociais, culturais; e a outra como sujeitos ativos e históricos.

Ao terem consciência de sua atividade e do mundo em que estão, ao atuarem em função de finalidades que propõem e se propõem, ao terem o ponto de decisão da sua busca em si e em suas relações com mundo, e com os outros, ao impregnarem o mundo de sua presença criadora através da transformação que realizam nele, na medida em que dele podem separar-se e separando-se, podem com ele ficar, os homens, ao contrário do animal, não somente vivem, mas existem, e sua existência é histórica. (FREIRE, 1987, p.89)

### REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Petrópolis: Paz e Terra, 1987.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e esporte: políticas públicas*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

\_\_\_\_\_. Nelson Carvalho. (Org.). *Lazer e Educação*. Campinas: Papyrus. 1987.

MATOS, Lucília da Silva. Belém do direito ao lazer ao direito à cidade. In. MARCELLINO, Nelson Carvalho.(Org.) *Lazer e esporte: políticas públicas*. 2. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

PADILHA, Paulo Roberto. Cidades Educadoras. In. SILVA, Katharine Ninive Pinto e SILVA, Jamerson Antonio de Almeida da (Orgs). *Recreação, Esporte e Lazer: Espaço, Tempo e Atitude*. Recife: Instituto Tempo Livre. 2007.

ZIPEROVICH, Pablo Carlos. Espaços e equipamentos recreativos. In. SILVA, Katharine Ninive Pinto e SILVA, Jamerson Antonio de Almeida da (Orgs). *Recreação, Esporte e Lazer: Espaço, Tempo e Atitude*. Recife: Instituto Tempo Livre. 2007.

---

<sup>245</sup> No final de 2008, a equipe que 2005 era formada por 3 profissionais, finalizou com 14 profissionais divididos em 3 departamentos. Também, o novo governo (reeleito) ofereceu a Secretaria de Esporte e Lazer para o grupo, porém por não ter participado do seu projeto, bem como, pelos poucos recursos injetados para o ano de 2009, a equipe decidiu optar pela coordenadoria, a qual não foi aceito por não comportar segundo os articuladores do novo governo nas estruturas administrativa do governo.

**RESUMO:** O presente estudo trata da relação entre o lazer e o sedentarismo. Sobretudo, toma como base o estilo de vida que acomete grande número de crianças na sociedade hodierna, e, por conseguinte, a qualidade de vida dessas crianças frente a tal realidade. A base deste estudo está na reflexão desses problemas frente ao processo de mobilidade social, e com ela, a mobilidade cultural. Para o alcance deste objetivo é analisada a ligação entre a mobilidade social e os problemas do sedentarismo, e de seus derivativos, assim como, a ligação da qualidade de vida com diferentes culturas de lazer e as suas relações com a mobilidade social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Mobilidade Social. Sedentarismo.

### **Introdução**

O presente estudo<sup>247</sup> preocupa-se com a qualidade de vida das crianças, e, com a relação entre esta qualidade de vida e a cultura de lazer. Para o seu desenvolvimento é abordada a mobilidade social, a qual compreende a passagem de um indivíduo, ou de um grupo, de uma posição social para outra, dentro de uma multiplicidade de grupos e de estratos sociais. E também a mobilidade cultural, que, por sua vez, compreende um deslocamento similar de significados, normas, valores e vínculos.

A mobilidade social, quando da perspectiva vertical ascendente, é tida como sinônimo de melhora na qualidade de vida. Sob muitos aspectos essa relação é incontestável, pois, junto com esta mobilidade tem-se o aumento do poder de aquisição, maior acesso a bens e serviços, à tecnologia, ao conforto, melhores condições de moradia e de alimentação. Contudo, sob outros aspectos, esse mesmo contexto pode significar não apenas fatores positivos, mas também problemas no que diz respeito à saúde, e, portanto, à qualidade de vida. Frente a aspectos físico-culturais de lazer, ou, em outras palavras, de existência ativa e cultural, é possível enxergar alguns problemas.

Tendo como base a mobilidade social intergeracional – sempre em observância ao princípio vertical ascendente – e, com isso, elegendo como objeto de observação as diferenças entre o estilo de vida das crianças de hoje e o estilo de vida de seus pais – quando na idade dessas crianças –, o sedentarismo, provavelmente, vai pesar negativamente – nesta análise – para o lado das crianças de hoje.

Certamente que os resultados vão variar em função do nível social de origem e o de destino eleitos como fonte de observação. O entendimento, contudo, é de que a grande mudança – alteração em relação ao estilo de vida das crianças em um contexto de mobilidade cultural – é verificada entre as camadas sociais em que as crianças estudam em escolas públicas e as camadas em que as crianças estudam em escolas particulares. Dessa forma, a delimitação do objeto de estudo se dá em torno desses dois estratos. Ou seja, o foco de investigação está na mobilidade social intergeracional em que o pai, ou os pais, vieram de uma classe social em que as crianças estudam em escolas públicas, e passaram a uma classe em que as crianças estudam em escolas particulares.

### **Lazer e qualidade de vida**

A presente pesquisa tem o seu desenvolvimento sustentado no interesse pelo estudo do significado do lazer, ou da cultura do lazer, para a “qualidade de vida”. A qualidade de vida, em seus múltiplos fatores – componentes e influentes – tem despertado o interesse de diversos setores do meio acadêmico-científico, sobretudo nas ciências que se ocupam dos aspectos sociais e físicos.

A qualidade de vida se tornou uma preocupação mundial. E essa preocupação resultou na dinamização de estudos e, conseqüentemente, na formulação de conceitos. Um exemplo dessa preocupação com a conceituação da qualidade de vida e de sua avaliação vem da própria Organização Mundial da Saúde (OMS). A divisão de Saúde Mental da OMS tem um grupo especializado na qualidade de vida, o World Health Organization quality of life (WHOQOL GROUP).

O WHOQOL GROUP, assim como outras entidades e organizações, leva em consideração os diferentes aspectos componentes de um amplo conceito de qualidade de vida: domínio físico, domínio psicológico, nível de independência, relações sociais, ambiente, aspectos espirituais, e as diferentes

<sup>246</sup> Faculdades Integradas de Itararé - FAFIT

<sup>247</sup> Sob orientação da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Sílvia Cristina Franco Amaral, este estudo é um trabalho que se desenvolve alicerçado no Grupo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas e Lazer da FEF-UNICAMP.

facetas que se encontram dentro de cada um desses aspectos. Fatores como atividade física e lazer encontram-se como componente desta avaliação, seja como um aspecto ou como uma faceta de um desses aspectos. O problema, contudo, é que a abordagem em relação a essas atividades é sucinta e pouco sistematizada.

A atividade física regular e de lazer, apesar de ser apontada como um dos fatores para a qualidade de vida, não vem sendo estudada de uma forma contextualizada, de uma forma que a aborde em sua relação direta com a sociedade e com os problemas enfrentados por esta. Não dá para se pensar a qualidade de vida, tampouco as atividades de lazer e as mudanças no estilo de vida das sociedades, de forma desconexa, e estudá-las de forma compartimentalizada. Esse estudo tem que superar a reificação de conceitos existente no estudo desta temática, sobretudo no que diz respeito à idéia de exterioridade entre indivíduos e sociedade, como se a sociogênese não atuasse na psicogênese e esta na primeira.

O que se verifica, por tanto, é a carência de uma atenção mais sistematizada em relação a este contexto, principalmente em relação à vida sedentária que um número bastante grande de crianças vem sendo submetido. Não é o bastante pensar a qualidade de vida como algo inerte. Alguns aspectos da qualidade de vida, entre eles o lazer e a atividade física, estão passando por mudanças que não podem ser ignoradas, e o alvo temerário dessas mudanças são as crianças.

Os fatos mostram que os adultos, mesmo vivendo uma vida ativa fisicamente durante a infância e adolescência, enfrentam diversos problemas de saúde, resultantes de um dia-a-dia agitado, estressante e sedentário. Esses mesmos fatos provocam o pensamento interrogativo a respeito da fase adulta das crianças de hoje – com uma vida pautada em conforto e pouca atividade física.

Talvez o problema esteja na noção do que venha a ser “qualidade de vida”. A qualidade de vida é uma noção eminentemente humana e, essencialmente, está ligada ao grau de satisfação encontrado ao longo de sua vida social. E, conforme descreve Minayo et al (2000), “pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar”.

Cabe, neste ínterim, a análise do que traz satisfação às crianças hoje. E cabe, sobremaneira, a análise e reflexão sobre os elementos que se traduzem em fonte de satisfação para essas crianças e se esses elementos são, em verdade, geradores de qualidade de vida.

Os estudos de Minayo et al (2000) abordam também a relatividade desta noção. O padrão de qualidade de vida, que em última instância remete ao plano individual, tem pelo menos três fóruns de referência.

O primeiro é histórico. Ou seja, em determinado tempo de seu desenvolvimento econômico, social e tecnológico, uma sociedade específica tem um parâmetro de qualidade de vida diferente da mesma sociedade em outra etapa histórica. O segundo é cultural. Certamente, valores e necessidades são construídos e hierarquizados diferentemente pelos povos, revelando suas tradições. O terceiro aspecto se refere às estratificações ou classes sociais. Os estudiosos que analisam as sociedades em que as desigualdades e heterogeneidades são muito fortes mostram que os padrões e as concepções de bem-estar são também estratificados: a idéia de qualidade de vida está relacionada ao bem-estar das camadas superiores e à passagem de um limiar a outro. Minayo et al. (2000)

Apesar do relativismo cultural, os autores do estudo citado acima relatam o fato de que um modelo hegemônico está a um passo de adquirir significado planetário. De acordo com os autores, trata-se daquele “preconizado pelo mundo ocidental, urbanizado, rico, polarizado por um certo número de valores” (MINAYO et al, 2000), e que poderiam ser assim resumidos: “conforto, prazer, boa mesa, moda, utilidades domésticas, viagens, carro, televisão, telefone, computador, uso de tecnologias que diminuem o trabalho manual, consumo de arte e cultura, entre outras comodidades e riquezas” (MINAYO et al, 2000).

Com base nas argumentações referenciadas acima firma-se a noção de que a qualidade de vida, independentemente de qual fórum se estabelece o debate, está ligada à satisfação de necessidades, à aquisição de comodidades e de bem-estar e à noção de que a passagem às camadas superiores predispõe essa condição. A qualidade de vida, conceitualmente, está ligada à mobilidade social ascendente.

É fato que a satisfação das necessidades tem um papel bastante significativo neste processo, é em busca desta satisfação que a humanidade se move, foi esse movimento que permitiu à humanidade chegar ao grau de desenvolvimento a que chegou.



Estudos e dados permitem tal entendimento. Conforme Berger e Luckmann (1976, p. 70), o homem, ao contrário dos outros mamíferos, não possui um ambiente específico da espécie, um ambiente firmemente estruturado por sua própria organização instintiva e no qual se adapte sem ter que transformá-lo. Assim, “a inerente instabilidade do organismo humano obriga o homem a fornecer a si mesmo um ambiente estável para sua conduta” (BERGER; LUCKMANN, 1976, p. 77). É em função dessa necessidade que o homem encontra-se em constante inquietação, buscando ao longo de sua história, mudar, sofisticar, civilizar o meio que o rodeia.

Contudo, merece atenção o grau de insatisfação que atinge a humanidade e, principalmente, o nível de transformação que essa insatisfação impôs à vida em sociedade. Nesse sentido, há de se lembrar o termo “sociedade insatisfeita” que, como observado por Agnes Heller (1998), foi cunhado para destacar um traço conspícuo da identidade ocidental. De acordo com a autora, “a idéia de ‘sociedade insatisfeita’ busca captar a especificidade de nossa época mundial da perspectiva das *necessidades* ou, mais particularmente, da criação, percepção, distribuição e satisfação das necessidades” (HELLER, 1998, p. 29).

As observações feitas pela autora sugerem que a forma moderna de criação, percepção e distribuição de necessidades reforça a insatisfação, independente – e este é um dado que particularmente merece destaque – de alguma necessidade concreta ser ou não de fato satisfeita.

A necessidade e a insatisfação, de acordo com essas formulações, foram motivos para o homem, ao longo de sua história, produzir profundas transformações na sociedade e no meio que o rodeia. O modo de vida contemporâneo, em conseqüência, atinge padrões de sofisticação e de civilização extremos. Nesse sentido, o contato do homem com muito daquilo que por muito tempo foi natural, hoje é um passado que parece muito distante, sobretudo o contato com a natureza e com um ambiente mais tranqüilo, mais sereno.

É com amparo neste contexto que questionamentos são feitos em relação as condições reais e universais de manutenção de um padrão de qualidade de vida, que para Minayo (et al., 2000), fundado no consumismo e na exploração da natureza que, pelo seu elevado grau predatório, desdenha a situação das gerações futuras, desconhece a cumplicidade de toda a biosfera e não é replicável”.

Com amparo neste contexto ergue-se a indagação sobre os elementos culturais em que se apóiam as crianças e adolescentes na sociedade hodierna, sobre os elementos culturais que perfazem o estilo de vida das crianças e dos adolescentes e sobre a relação desses elementos com a qualidade de vida.

### **Qualidade de vida, lazer e saúde**

No campo da saúde está a chave para a discussão que se propõe este estudo. Em verdade, em grande parte dos estudos sobre este tema o termo de referência não é qualidade de vida, mas condições de vida. Esse termo propicia, em seu campo semântico, um entendimento mais aproximado do contexto que objetiva este estudo.

Se em classes mais baixas a preocupação, em relação à saúde, é com o acesso a um ambiente físico e social mais saudável, e também o acesso à serviços de saúde, isso caracterizaria, por conseguinte, que nas classes sociais mais elevadas esses problemas estariam bastante minimizados, ou até mesmo resolvidos.

Contudo, é preciso não esquecer que o conceito de saúde, antes de qualquer ampliação ao contexto social, está relacionado – em sua base – à ausência de doenças. Também é preciso potencializar a ciência de que as conseqüências negativas do excesso de peso e da inatividade física é uma realidade com resultados severos, como vêm sendo demonstrada incansavelmente pelas referências que vêm da área da saúde. Dessas referências tem-se que a obesidade é fator de risco para hipertensão arterial, hipercolesterolemia, diabetes mellitus, doenças cardiovasculares e algumas formas de câncer. E que a inatividade física é um estado que predispõe a obesidade, e também, por si só, a muitas dessas doenças.

Assim, considerando que estilos de vida sustentados por excesso de conforto, acesso à tecnologia e diversos níveis de comodidade constituem-se em uma ponte para o sedentarismo, o pensamento de que em classes sociais mais elevadas os problemas em relação à saúde estariam resolvidos perde sustentabilidade.

É claro que o patamar material mínimo e universal para se falar em qualidade de vida diz respeito à satisfação das necessidades mais elementares da vida humana: alimentação, acesso à água potável, habitação, trabalho, educação e saúde. No entanto, o lazer e, principalmente, a atividade física

de lazer, constituem-se em uma condição básica para a saúde. Primeiro pela condição física explorada acima e depois pela condição emocional envolvida neste contexto. Pois, de acordo com Norbert Elias e Eric Dunning, ao tratarem da relação do lazer com certas necessidades sociais:

Na nossa sociedade, como em muitas outras, faz-se sentir uma necessidade corrente de motivação de fortes emoções que aparecem e, se encontram satisfação, desaparecem, para só voltarem a manifestar-se algum tempo depois. Seja qual for a relação que esta necessidade possa ter com outras necessidades mais elementares como a fome, a sede e o sexo – todos os dados acentuam o fato de que esta representa um fenômeno muito mais complexo, um fenômeno muito menos puramente biológico –, pode bem considerar-se que o desprezo quanto à atenção dedicada a esta necessidade constitui uma das maiores lacunas na abordagem dos problemas da saúde mental. (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 136-137)

As atividades de lazer, de uma maneira simples ou complexa, a um nível baixo ou a nível elevado, proporcionam ao homem, ainda que por um breve tempo, “[...] a erupção de sentimentos agradáveis fortes que, com frequência, estão ausentes nas suas rotinas habituais da vida” (ELIAS; Dunning, 1992, p. 137).

A função do lazer, por conseguinte, não é simplesmente, como muitas vezes se pensa, “uma libertação das tensões, mas a renovação dessa medida de tensão, que é um ingrediente essencial da saúde mental” (ELIAS; Dunning, 1992, p. 137). Por essa razão é que Elias e Dunning fazem menção sobre a complexidade do estudo do lazer, fenômeno em que não estão dissociados fatores ligados ao nível social e os que se encontram nos níveis psicológico e fisiológico.

Com base neste contexto torna-se factível a interpretação de que a maioria das sociedades humanas desenvolve algumas contramedidas em oposição às tensões do stress que elas próprias criam. As sociedades, ao atingirem um nível relativamente avançado de civilização – com relativa estabilidade e com forte necessidade de sublimação – vêm as restrições harmoniosas e moderadas abrangerem toda uma multiplicidade de atividades. As atividades de lazer vão, dessa forma, ter a função, não apenas de libertação das tensões derivadas das pressões sociais rotineiras, mas de sua renovação.

O problema, mais uma vez, recai sobre as crianças hodiernas. Os adultos, mais cedo ou mais tarde, se dão conta do sentimento de “necessidade” frente à falta de atividades físicas e de lazer que lhes proporcionem renovação física e emocional, e têm a opção de ir à busca de algo que lhes satisfaça essa necessidade. Um exemplo dessa busca por atividades que satisfaçam necessidades geradas pela vida complexa, civilizada e urbana nas sociedades modernas é o surgimento das atividades físicas de aventura na natureza (Cantorani, 2006), atividades que proporcionam alto grau de excitação emocional e contato com atividades que exigem destreza física.

Não obstante, se o olhar é estendido para a realidade do ritmo e estilo de vida das crianças e adolescentes a preocupação é aumentada. É fato que a cultura do lazer entre esta população vem sofrendo alterações. O lazer entre as crianças e adolescentes é cada vez mais mediado pela tecnologia; os espaços – físicos e de tempo – para muitas das brincadeiras que eram comuns entre as crianças são cada vez mais reduzidos. E também é fato que um número crescente de crianças vem sendo acometido de doenças, que até a pouco tempo, espantava o seu crescimento entre os adultos.

A Revista ISTOÉ, de março de 2006, sob o título: “A explosão da obesidade infantil”, apresentou o alerta trazido pelo relatório divulgado pela International Obesity Task Force (IOTF), uma força tarefa montada por especialistas de diversas nações para estudar meios de combater a obesidade. A entidade informa que o número de crianças obesas no mundo, na época em torno de 155 milhões, se expandirá de modo dramático até 2010. De acordo com a entidade, a porcentagem de jovens com excesso de peso irá praticamente dobrar em quatro anos.

De acordo com o endocrinologista Alfredo Halpern, de São Paulo, “isso significa uma geração condenada a ter problemas cardiovasculares e diabete”. Segundo seu depoimento, “é comum crianças de sete anos, obesas, terem essas doenças” (ISTOÉ, 2006).

Evidente que a obesidade não acomete apenas crianças de classes mais elevadas, contudo, há subsídios para se pensar em uma pré-disposição bastante acentuada devido o ritmo de vida de grande parte das crianças que aí se encontram.

### **Considerações**

O debate a respeito da qualidade de vida das crianças e a sua relativização às formas de lazer

presentes em suas vidas é algo necessário. O objetivo deste estudo é abordar o significado da qualidade de vida e de lazer frente a um processo de desenvolvimento social, urbano e tecnológico que direciona a humanidade a um estado cada vez mais envolto em conforto e comodidade. E, frente a esta perspectiva, analisar o tipo de vida a que as crianças envolvidas neste contexto vêm sendo submetidas. É preciso pensar os problemas que provavelmente surgirão dessa realidade, e possíveis alternativas para este processo.

Para isso, a idéia é:

Aprofundar os estudos sobre a ligação entre a qualidade de vida e as atividades físicas de lazer; sobre a ligação entre a mobilidade social e a qualidade de vida; e sobre a ligação entre a mobilidade social e os problemas do sedentarismo e de seus derivativos que acometem as crianças de determinadas classes da sociedade hodierna.

## REFERÊNCIAS

A explosão da obesidade infantil. ISTOÉ Online, São Paulo, mar. 2006. Seção Medicina & Bem-Estar. Disponível em: < [http://www.terra.com.br/istoe/1899/medicina/1899\\_exploracao\\_da\\_obesidade\\_infantil.htm](http://www.terra.com.br/istoe/1899/medicina/1899_exploracao_da_obesidade_infantil.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2006.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. Trad. Floriano de Souza Fernandes. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

CANTORANI, J. R. H. **Indivíduos em busca de excitação e prazer**: análise sociológica da expansão as atividades físicas de aventura na natureza. Ponta Grossa, 2006. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2006.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. Tradução Maria Luiza Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1980.

ELIAS, N., DUNNING, E. **A Busca da Excitação**. Tradução Maria Manuela Almeida e Silva. Lisboa: DIFEL, 1992.

HELLER, A; FEHÉR, F. **A condição política pós-moderna**. Tradução Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MINAYO, M. C. de S.; HARTZ, Z. M. de A.; BUSS, P. M. **Qualidade de vida e saúde**: um debate necessário. Ciência & Saúde Coletiva, 2000. disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232000000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000100002)>. Acesso em: 07 set. 2006, 16:30:00.

## ALGUMAS RELAÇÕES ENTRE AS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DANÇA E LAZER E AS POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO SOCIAL DA JUVENTUDE<sup>248</sup>

*Karina Cristofolletti Sarto*<sup>249</sup>  
*Nelson Carvalho Marcellino*<sup>250</sup>

**RESUMO:** O objetivo dessa revisão de literatura, acompanhada de reflexão, é contribuir para a discussão sobre algumas relações possíveis entre corpo, dança, lazer, juventude e inserção social. Para tanto foi efetuado em levantamento bibliográfico nos Sistemas de Bibliotecas da UNICAMP e UNIMEP, e nas ferramentas acadêmicas da Internet. Em seguida foram desenvolvidas as leituras textual, temática e interpretativa. A síntese está colocada no texto ora apresentado. Conclui-se pela situação da dança nas interfaces entre os interesses físico/esportivos, sociais e artísticos do lazer. Dessa perspectiva chegamos a algumas conclusões, ainda a serem trabalhadas por pesquisas de campo: que através da dança os jovens podem exprimir seus desejos e conflitos; que eles podem dançar de forma lúdica e prazerosa; que podem desenvolver a sua criatividade; e finalmente, que participando de atividades sócio-culturais, através da arte ligada a atividades físico-esportivas e sociais – no nosso caso a dança –, os jovens têm a possibilidade, de se inserirem na sociedade superando o conformismo, pela criticidade e criatividade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dança, Lazer e Juventude.

### O Corpo e Sua Manifestação Através da Dança

Escrever sobre corpo é refletir sobre os seres humanos. Somos um corpo e para tanto, faz-se necessário definir as concepções de corpo e movimento humano, para podermos refletir sobre esse ser que sente, pensa e age.

A compreensão do corpo foi estruturada basicamente sobre os conceitos filosóficos dualistas, ou seja, como corpo objeto, reduzido apenas aos aspectos fisiológicos e mecânicos, sendo privado de significados e expressões, dividindo assim o ser humano que sempre foi uno. Depois veio o pensamento cartesiano acentuando então essa visão, utilizando os termos mente/corpo, reduzindo assim o corpo de forma previsível, como um corpo-máquina e por isso o papel da Educação Física ficou restrito aos treinamentos mecânicos e disciplinadores, perdendo assim a sua forma de expressão (DAMASIO, 1996; CAPRA, 1997; CAPRA, 1999).

Essa visão fragmentária de mente/corpo leva-nos a aspectos negativos na educação e conseqüentemente na nossa sociedade. As pessoas não podem ser consideradas simplesmente como mente e seu corpo ser secundarizado em benefício dela, e é obvio que não devemos relegar a mente em benefício do corpo.

Corpo e mente encontram-se em interação e não fazem sentido fora desse contexto. Mente e corpo, não podem ser instrumentos manejadores. Precisamos romper definitivamente com esse dualismo e buscarmos um ser uno. Com a superação dos valores dicotômicos Capra (1999), propõe uma teoria sistêmica onde tudo está ligado a tudo, todas as partes são interligadas dando a idéia de uma rede, e Morin (2002), com a teoria da complexidade vem para complementar vendo o ser humano como um todo, pois compreende que elementos diferentes como físico, o emocional e o social são inseparáveis.

Fraga (2000) diz que o corpo foi resultado de diversas pedagogias que o conformam em determinadas épocas e que este foi marcado muito mais pela cultura do que por uma presumível essência natural.

Mas será que essas teorias ficaram no passado? Vivemos numa sociedade altamente mecanizada, onde estamos acostumados a fazer tudo sempre de forma igual. Precisamos reacender esse desejo em nós de que temos e somos um corpo, que se manifesta através dos movimentos, expressões, gestos, falas, olhares e outras formas e através dele, conseguimos criar, trocar, dialogar, pois nos adaptamos as diversas situações de vida.

---

<sup>248</sup> Parte da Dissertação apresentada como conclusão ao Mestrado de Educação Física na Universidade Metodista de Piracicaba/UNIMEP em fevereiro de 2007.

<sup>249</sup> Mestre em Educação Física pela Universidade Metodista de Piracicaba/UNIMEP, professora da Rede Estadual do Estado de São Paulo, Integrante do Grupo de Pesquisa em Lazer (GPL) ka\_sarto@terra.com.br

<sup>250</sup> Livre Docente em Educação Física- Estudos do Lazer. Professor da Universidade Metodista de Piracicaba/UNIMEP nos cursos de graduação e pós graduação em Educação Física e líder do grupo GPL/UNIMEP. Coordenador do Núcleo da Rede CEDES, do ME, na UNIMEP: marcelin@supernet.com.br

Falar de pessoas é dizer do que temos de mais íntimo: o nosso corpo, onde podemos desenvolver inúmeros conceitos e vivências. Assim, memória e história se misturam nos corpos, e este talvez seja, o mais belo traço da memória da vida (SANTA'ANNA, 2001).

Dessa maneira o entendemos como um:

Verdadeiro arquivo vivo, inesgotável fonte de desassossego e de prazeres, o corpo de um indivíduo pode revelar diversos traços de sua subjetividade e de sua fisiologia, mas ao mesmo tempo escondê-los (SANTA'ANNA, 2001, p.03).

Pensando sobre essas características, não devemos nos esquecer do “indivíduo” que habita esse corpo, que é um ser repleto de interesses, com uma carga não obstante de desejos e desafios. Neste sentido, concordamos com Pierre Weil (1986) que o “corpo fala”; através de seus gestos e movimentos, aliás, às vezes, até mais do que com palavras.

O corpo é a nossa primeira linguagem. Ele tem uma linguagem mais autêntica do que a fala e ainda nos comunicamos mesmo quando não falamos (FELTRIN, 2004) e mais, ele é conhecimento, que é revelado nas experiências sentidas, imaginadas e vividas, e através dessas podemos também educar de modo singular: não somente com palavras, mas, principalmente com gestos.

Temos ainda a contribuição de vários autores no que diz respeito à linguagem corporal, reconhecendo-a como um instrumento para nos expressarmos e nos comunicamos. É muito útil no processo ensino-aprendizagem, ou seja, ela pode ser aprendida através da visibilidade e da prática. E o que o corpo pode na dança?

Entendemos que esse corpo consegue exprimir através da dança essa linguagem, já que ela é uma arte fundada sobre a ciência do movimento, que pode exprimir pensamentos, e sentimentos através da expressão, beleza e harmonia (SOARES, 1998).

Não pretendemos aqui, fazer um levantamento histórico da dança, mas de acordo com Portinari (1989, p.11):

De todas as artes, a dança é a única que dispensa materiais e ferramentas, dependendo só do corpo. Por isso, dizem-na a mais antiga, aquela que o ser humano carrega dentro de si desde tempos imemoriais. Antes de polir a pedra, construir abrigo, produzir utensílios, instrumentos e armas, o homem batia os pés e as mãos ritmicamente para se aquecer e se comunicar. Assim, das cavernas à era do computador, a dança fez e continua fazendo história.

Percebemos então que se a arte não fosse tão importante, desde os tempos mais remotos, talvez tivesse deixado de existir. E devido a isso, concordando com Portinari (1989) verificamos que, a dança é uma manifestação humana e através dela podemos vivenciar nossos movimentos, já que se trata de um conhecimento vivencial e criativo, onde os movimentos brincam, brilham, dão cor e vida ao espaço real e imaginário aos seres humanos.

Qual a nossa matéria prima? O corpo. E esse faz parte de um ser complexo, que tem desejos e necessidades. Nessa perspectiva esse corpo acaba se expressando de acordo com a sua cultura, e devemos respeitar a diversidade e pluralidade de cada uma.

Pensando a dança com o viés arte, podemos dizer que esta busca expressar algo, ou seja, um desejo, uma necessidade já que é o meio mais imediato de expressão, portanto, mais acessível as diferentes classes sociais e as diferentes idades, talvez por isso ela seja tão popular e vista como manifestação artística e como expressão de liberdade.

Pensar na sensibilidade do ser humano, enquanto ser histórico-cultural, significa pensar em qual acesso e em qual cultura este se encontra inserido, entendendo cultura em seu sentido mais amplo:

[...] num conjunto global de modos de fazer, ser, interagir e representar que produzidos socialmente, envolvem simbolização e, por sua vez, definem o modo pelo qual a vida social se desenvolve. (MACEDO, 1979, p. 35).

Não podemos nos esquecer que o corpo também é um meio de comunicação, é mídia. E Peruzzolo (2004) revela que o trabalho da mídia é inserir a figuração do corpo nas suas modalidades do dizer, organiza não um discurso com o corpo, mas articula a posse de um poder de construção da linguagem,

que desenvolve um discurso sobre ele. Mídia portanto, diz respeito à imagem e... Imagem é o veículo da dança, onde os movimentos se baseiam na “perfeição” dos gestos e das coreografias, que revelam a verdadeira identidade dos que a vivenciam.

De acordo com os autores acima citados vemos que através das danças podemos incorporar os movimentos até que estes gerem identidade. Featherstone (1998) revela que relacionamos identidade com as construções sociais. Nesse sentido, procuramos vivenciar diversos estilos de dança, ou seja, praticamos aqueles com o qual nos identificamos mais.

De acordo com Portinari (1989, p.133):

Tomando por base a liberdade expressiva do corpo, a dança moderna reflete o contexto histórico que a gerou: a de um mundo governado por máquinas, no qual o ser humano se debate em busca de novas relações consigo mesmo e com a sociedade.

O ser humano foi treinado, adestrado para obedecer, concordar, seguir caminhos determinados, pouco restando de sua espontaneidade, criatividade, criticidade, ousadia, sensibilidade e esperança. Mas apesar de tudo isso, podemos expressar nossa liberdade e liberar nossa imaginação pela dança.

Bertazzo (2004, p.42) aduz:

A experiência do corpo, aliada as sensações de criação do objeto e de bem estar ou de prazer, modificou e ampliou as exigências e desejos humanos. Embora o corpo humano tenha a mesma anatomia há milênios, a partir da experiência do uso do instrumento em situação de relativo conforto e segurança, a evolução foi vertiginosa. Os elaborados sistemas de ensino, criados no século passado e em nossos dias, encontram-se diante da necessidade de associar o entendimento do potencial humano ao entendimento dos limites do corpo. Isso obrigaria as pessoas a reconhecer a necessidade de uma constante experimentação da Motricidade Humana.

Essa experimentação pode ocorrer, de forma lúdica, através da dança, e quem a pratica pode encontrar prazer e se descobrir, através de movimentos ou de experiências nunca vividas, já que agimos no mundo através do corpo, mais especificamente, pelos movimentos:

E Lima (2000, p.100) reforça nossa fala:

Se é pelo movimento que o homem se descobre e descobre sua relação com o cosmo, então é imprescindível que a educação seja motriz (motora) [...] É pela motricidade e pelo corpo que a pessoa expressa o que sente e pensa e, buscando mais transcende; pela mesma via, a pessoa percebe não apenas o mundo que a cerca, mas o próprio mundo interior.

Concordando com os autores, vemos que a dança está diretamente ligada ao corpo e sua linguagem são os movimentos, criando assim um vocabulário próprio de gestos significativos.

A dança aqui é considerada como o agente transformador, que potencializa a descoberta do mundo e de si mesmo. Pensando sobre essas características, não devemos nos esquecer da “figura” que habita esse organismo; um ser repleto de interesses, mas também com uma carga de desejos e desafios.

Portanto nos cabe ressaltar que toda educação é uma educação de corpo, pois ele passa por vários momentos históricos e pode ser palco de grandes manifestações; e a dança é uma delas. Através da dança o corpo exprime uma linguagem própria e desenvolve um espaço para o imaginário. Nessa ótica ressaltaremos agora um pouco mais sobre as possibilidades da dança como lazer.

### **Dança e Lazer: Uma Possibilidade?**

Difícil descrever a dança, já a que a melhor forma é vivenciando-a. De certo modo, todos sabemos dançar, cada um do seu jeito, mas sabemos.

Na educação elaboramos a experiência da dança sobre formas básicas universais de movimento. (LABAN, 1990, p.108). As pessoas se revelam através das formas de dança, demonstram sua maneira de pensar e agir consigo mesmas e com os que estão a sua volta.

A dança assim como o lazer assume a responsabilidade de criar atalhos para a alegria, para a satisfação, a fim de atribuir significados à vida do ser humano, já que através dela podemos despertar a nossa imaginação. Quando fazemos algo que gostamos, por prazer, deixamos nos envolver pela música para podermos expressar sensações que foram sendo criadas ao nos envolvermos com essa atividade.

Barreto (2004, p.79) afirma que:

A dança traz consigo, quase sempre, um sentimento de rebeldia e, conseqüentemente, estimula invenções e propostas de coisas novas. Estas características que ela revela são manifestações das pessoas diante da vida. Dançar como forma de lazer, celebrar ou fazer arte pode representar formas de tornar a vida mais leve e repleta de lazer.

Percebemos nesse sentido então, que a dança é a arte do movimento e que através dela desempenhamos vários papéis sociais, independente de qual sociedade ou cultura estivermos inseridos. Ressaltando a nossa visão de arte Bueno (2002, p.68) relata “a arte não se restringe ao fazer, ou só a expressão, mas envolve também o conhecer e a invenção”.

Estudos antropológicos remotos mostram que o homem utilizou a Dança como linguagem corporal, simbolizando alegrias, tristezas, vida e morte para celebrar o amor, a guerra e a paz. A dança sempre teve importância nas sociedades como expressão artística, seja como culto aos deuses ou um mero entretenimento. Ao longo de sua trajetória histórica o homem reverenciou os deuses através da dança. E em tempos mais remotos ela foi difundida em ritos religiosos, pois tinha um caráter místico. (CAVASIN, 2003; NANNI, 2001).

Os séculos XV e XVI trouxeram algumas mudanças que se arrastaram através dos anos. Nessa época a dança tinha um sentido social, e passou a ser dançada pela nobreza em festas e grandes espetáculos teatrais como entretenimento e recreação (CAVASIN, 2003).

Depois passou a ser dançada também pela corte e as camadas populares, entre essas últimas muitas vezes o ganha pão de muitos artistas ambulantes, que faziam suas apresentações em feiras ou praças públicas (MENDES, 1987).

Vemos, através da história (CAVASIN, 2003), que a dança sempre foi realizada também como atividade de lazer e hoje isso não é diferente, pois os bailes de terceira idade estão ocorrendo cada vez mais, a dança de salão que era praticada na maioria das vezes por pessoas mais velhas hoje esta sendo procurada por outras faixas etárias, não com o intuito de superação somente, mas pelo convívio social. Vale ressaltar que os famosos b. boys dançarinos de “hip hop” encontram-se nas ruas e desse momento surge uma explosão de movimentos de alegria e satisfação.

Hoje, mais do que nunca podemos verificar que a dança deixou de ser praticada somente por classes privilegiadas, onde o conceito de dança era o *bale*, e passou a ser bastante procurada por classes menos favorecidas, com outros estilos menos convencionais, ou seja: a inventividade cultural dessa população e a sua interação com a cultura popular não podem ser negadas de forma alguma. (CORNELL, 1995).

Laban (1990) fala que:

Foi na indústria que se iniciou a investigação do movimento. Ao tornar-se evidente que os processos de trabalho de uma era mecanizada são profundamente diferentes daqueles períodos pré-revolucionários da civilização européia, realizaram-se várias tentativas novas para adaptar os movimentos do trabalhador as novas necessidades (p.12); e que o estudo do movimento industrial confirmou a exatidão do achado intuitivo do artista (p.13).

Movimentar-se com ritmo, gestos diferentes dos movimentos utilitários do dia-a-dia, estar em sintonia com a música, com outras pessoas, e com os próprios sentimentos, tudo isso é experiência da dança. Uma experiência, aliás, agradável e repleta de desafios não apenas corporais, pois através dela damos asas a nossa imaginação e a nossa liberdade de expressão (ZOTOVICI, 2003).

Nas praticas de lazer buscamos atividades que nos proporcionem formas agradáveis de excitação, expressão e realização pessoal, pois através dessa vivencia temos uma “fuga” temporária da nossa rotina e das obrigações.

O lazer, como o entendemos hoje, surgiu na sociedade urbano-industrial (Marcellino, 2000, p.54) e foi ganhando terreno com os processos de urbanização. Considerando então as características atribuídas ao lazer, talvez a mais importante, seria a liberdade de usufruto do tempo da maneira que desejamos, não nos preocupando com os aspectos obrigatórios das atividades, pois a opção é um privilégio que obtemos para ocuparmos nosso tempo, é um atributo que nos isenta de obrigações que devem ser cumpridas.

O lazer pode ser entendido:

[...] como a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída), no “tempo disponível”. É fundamental como traço definidor o caráter “desinteressado” dessa vivência. Não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A disponibilidade de tempo significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa (MARCELLINO, 1987, p.31).

Nessa ótica, não podemos nos esquecer da importância do lazer na vida moderna, ou seja, como um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural (MARCELLINO, 2001).

MARCELLINO (1987), aponta duas importantes características que devem ser consideradas simultaneamente na manifestação humana o: lazer atitude, que é o lazer como uma maneira peculiar da vida, isento de um tempo determinado, ou seja, a relação verificada entre o sujeito e a experiência vivida, basicamente a satisfação provocada pela atividade e o lazer tempo, que ocorrem fora das obrigações de trabalho, sociais, familiares, religiosas, entre outras. Não podemos isolar os aspectos tempo e atitude, pois, isso provocaria grandes equívocos, pois até mesmo o trabalho poderia ser considerado lazer se atendesse algumas características como escolha individual, nível de prazer e satisfação elevados e ocorreria também na questão tempo, ou seja, o desemprego poderia ser lazer já que ele está isento de obrigações o que não é verdade, pois ele está tendo um tempo desocupado e não “disponível”. Podemos dizer que o lazer, também possui um duplo aspecto educativo, ou seja, o primeira que ele é veículo privilegiado de educação, e a segunda que para as práticas de lazer faz-se necessário o aprendizado, o estímulo e a iniciação aos conteúdos culturais, que possibilitam a passagem de níveis menos elaborados, para mais elaborados, procurando superar o conformismo, pela criticidade e criatividade (MARCELLINO, 2000).

Tratando o lazer como veículo da educação, faz-se necessário considerar as suas potencialidades para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. Tanto nos objetivos consumatórios, como o relaxamento e o prazer proporcionados pela prática ou contemplação, quanto os objetivos instrumentais, no sentido de contribuir para a compreensão da realidade, as atividades de lazer favorecem a par do desenvolvimento pessoal, também o social, pelo reconhecimento das responsabilidades sociais, a partir do aguçamento da sensibilidade ao nível pessoal, pelo incentivo ao auto-aperfeiçoamento, pelas oportunidades de contatos primários e desenvolvimento de sentimento e solidariedade. E numa educação para o lazer, faz-se necessário um processo educativo de incentivo a imaginação criadora, ou seja, que procure não criar necessidades, mas satisfazer necessidades sociais (MARCELLINO, 1987).

E, é nessa perspectiva, de desenvolvimento pessoal e social que o lazer pode propiciar às pessoas, além do descanso físico e mental, e o divertimento, ou seja, a superação da monotonia verificada nas tarefas obrigatórias, através da vivência dos diversos conteúdos de lazer<sup>251</sup> (DUMAZEDIER, 1980), - e de forma privilegiada, os conteúdos físico-esportivos, onde prevalece os movimentos, no qual se subentende a vontade de exercitar-se fisicamente, o aprimoramento da coordenação motora, o equilíbrio dinâmico, a flexibilidade, a amplitude articular, a resistência localizada, a agilidade e a elasticidade muscular. E a dança permite isso. Podemos desenvolver valores físicos dos movimentos corporais motores como: saltos e corridas, e psicomotores quando há movimentos de coordenação entre braços, pernas, cabeça e tronco, desenvolvendo assim entre seus praticantes a consciência corporal.

Os conteúdos artísticos possibilitam ao indivíduo o sonhar acordado, o faz-de-conta, a elaboração espontânea da fantasia, o estético, a criatividade, a expressão, onde ele exercita a imaginação. Este conteúdo pode ser visto como arte, resgata a intuição onde o lúdico pode ser desenvolvido, por meio das atividades construtivas como a dança (READ, 2001), já que nas coreografias os corpos desenham traços no ar envolvendo técnica(objetividade) e emoção (subjetividade) , seu conteúdo é estético e busca-se pela beleza e encantamento.

Nos conteúdos sociais do lazer, são vivenciados pelo modo do ser humano expressar suas aquisições culturais, pelo contato com pessoas, relacionamentos, a comunicação e a integração social .

Já nos conteúdos intelectuais, o que se busca é o contato com o real, as informações e explicações

<sup>251</sup> De acordo com Camargo (2003) baseado na classificação do sociólogo Joffre Dumazedier e no princípio do interesse cultural central de cada atividade de lazer, ele as classifica em físicas, manuais, intelectuais, artísticas, sociais e turísticas.



racionais, dividindo-se em interesses típicos do lazer – que são as informações sobre: arte, esporte etc – e interesses marcados pela obrigação da vida cotidiana – que são as informações profissionais e religiosas. Esse conteúdo guarda um aspecto ambíguo, e pode constituir-se em preparação para assumir ou melhorar o desempenho nas diversas áreas de obrigações, por exemplo: toda informação assistemática baseada em leituras, participações em cursos livres etc., onde a ênfase é dada ao conhecimento vivido, experimentado.

Os interesses manuais referem-se à capacidade de manipulação quer para transformar objetos ou materiais - como o artesanato e a bricolage – ou quer para lidar com as coisas da natureza – como jardinagem e o cuidado com animais (MARCELLINO, 2000).

E por fim, temos o interesse turístico, que é à busca da mudança de paisagem, ritmo e estilo de vida, com a quebra da rotina temporal e espacial (CAMARGO, 2003).

Dançar corresponde a uma prática contínua e prazerosa de exercício físico, de melhorias na circulação sanguínea e por conseqüência, na saúde dos praticantes, bem como mudanças estéticas e na capacidade de expressão dos indivíduos. Quando falamos em expressão, notamos, através da dança, o exercício da arte, onde há quebra de paradigmas e a imaginação prepondera. Assim, o ser humano poderá criar, através do movimento, seu “mundo”, respeitando assim sua experiência de vida e a sua cultura. E, por fim, em se tratando dos aspectos sociais, o indivíduo, ao realizar os movimentos em conjunto, expressa todos os seus sentimentos, existindo assim uma troca, uma inter-relação de experiências, o que amplia os horizontes socioculturais das pessoas.

Apesar de poder ser ligada a todos os conteúdos do lazer, nos níveis da prática, do espetáculo e do conhecimento, a dança pode ser associada, de modo mais direto, aos três primeiros conteúdos culturais, aqui abordados, pois, ela unifica os interesses físicos, artísticos e sociais, podendo promovendo a auto-consciência, o auto-desenvolvimento e a auto-satisfação, uma vez que um conteúdo está relacionado ao outro.

O lazer apresenta ainda as questões relacionadas ao gênero e aos níveis. A questão do gênero está relacionada com a prática, assistência ou espetáculo, e ao conhecimento. É preciso entender que a distribuição da prática e do consumo está ligada a juízos de valor, pois nem toda assistência/consumo está somente no campo da passividade e que nem toda prática está somente no campo da atividade. A questão do gênero está interligada as questões dos níveis, sendo que eles são classificados em: elementar ou conformista, médico ou crítico, e superior ou criativo. Esses valores sim, é que demonstram se o indivíduo está realizando uma atividade ativa ou passiva, ou seja, um indivíduo ativo tem como característica a seletividade, a sensibilidade, a compreensão, a apreciação e a explicação onde ele possa interpretar e recriar seu objeto de consumo (MARCELLINO, 2000; DUMAZEDIER, 1976).

Portanto nem toda prática significa atividade participativa e nem todo consumo corresponde à passividade. É preciso desenvolver os valores criativos do lazer. Vale ressaltar aqui que um espetáculo de dança para quem está dançando é trabalho e para quem assiste é lazer, podendo ser vivenciado em níveis conformistas, críticos ou criativos (MARCELLINO, 2006).

Consideramos ainda, o lazer em sua “especificidade concreta”, visto em sua manifestação na sociedade atual como reinvidicação social, isto é, como questão de cidadania e participação cultural. Entendemos ainda por participação cultural as atividades não conformistas, mas críticas e criativas de sujeitos historicamente situados, e como uma das bases para a renovação democrática e humanista da cultura e da sociedade, tendo em vista uma nova ordem social e cultural (MARCELLINO, 2000, p.04).

Huizinga (2004) afirmou a possibilidade de identificação da cultura de um povo pelas suas manifestações lúdicas.<sup>252</sup> É justamente na transcendência da realidade, que o homem, através da dança, assume sua plenitude humana na vivência de sua instância lúdica. Schwartz (2000, p.99) utilizando-se de Huizinga criou a possibilidade de abrir espaço para o “Homo Expressivus” que:

Valorizava os elementos do prazer, da afetividade e da emoção, da criatividade, especialmente embutidos nas dimensões estética e lúdica no sentido de estimular a formação dos indivíduos construtores ativos de

---

<sup>252</sup> Esse autor entende que a realização do lúdico se dá no jogo, que tem sua essência no divertimento, e suas principais características são: atividade livre, “não séria”, e exterior a vida habitual, mas ao mesmo tempo capaz de absorver a prática de maneira intensa. Não tem qualquer interesse material e não produz lucro, é praticada dentro dos limites espaciais e temporais próprios, com uma certa ordem e regras, promovendo assim a formação de grupos sociais com tendências a rodearem-se de segredo e sublinharem sua diferença em relação ao resto do mundo por meios de disfarces ou outros meios semelhantes.

suas culturas, ao invés de meros espectadores ativos.

Concordando com a autora: é preciso valorizar o ser humano como pessoa inteira, com sua afetividade, suas percepções, sua expressão, seus sentidos, seus sentimentos, sua crítica e sua criatividade a fim de torná-lo cidadão ativo, que construa suas idéias e coloquem-nas em prática, podendo usufruí-las.

Brenner, Dayrell e Carrano (2005) reforçam nossos posicionamentos, afirmando que:

Na prática do lazer os indivíduos buscam realizar atividades que proporcionem formas agradáveis de excitação, expressão e realização individual. As atividades de lazer criam uma certa consciência de liberdade ao permitir uma fuga temporária a rotina cotidiana de trabalho e obrigações.

Por isso é no tempo de lazer que se procura vivenciar algo novo por escolha, satisfação e prazer; e também pode se caracterizar como espaço de encontro e convívio, apesar de se observar à preponderância do “lazer mercadoria”, atualmente em nossa sociedade, dominada pelos padrões de produtividade e de lucro.

Ao discutirmos as afirmações de Camargo (2003), sobre as diferentes propriedades do lazer, verificamos que elas incluem a escolha pessoal, a gratuidade, o prazer e a liberação.

O autor entende por *escolha pessoal* a maneira com que o indivíduo determina a escolha para exercitar suas ações ou participações através do benefício da criatividade. Em se tratando de *gratuidade*, é válido enfatizar que “é um tempo onde se pode exercitar mais o fazer por fazer, sem que necessariamente haja um ganho financeiro em vista ou um preço sério a pagar”.(CAMARGO, 2003, p.11/12). Quando se fala em *prazer*, o mesmo autor afirma, que é na escolha do lazer que o ser humano procura o prazer, e por fim, sobre o fator *liberação* é colocado que o ser humano busca, através do lazer, compensações para os esforços que a sociedade impõe, sempre livre das obrigações.

Pensando na dança como manifestação humana no mundo, ela é uma das maneiras de vivenciar as propriedades do lazer citadas acima.

A dança organiza grupos de pessoas, em sua própria e mais singular natureza. Ela corta o mundo em busca de informações de base para uma prática rigorosa. E a identidade brasileira do movimento torna-se um grande tema subjacente aos outros, revelando o quanto o corpo está ligado à questão da cidadania. (BERTAZZO, 2004).

Marcellino (2001) explica que os valores do lazer sempre estiveram na vida do ser humano, variando de significado de acordo com os momentos históricos. Desde o advento do modo de produção atual, o lazer se apresenta com significados próprios. Atualmente o autor percebe a exacerbação de duas correntes antagônicas: uma que enxerga o lazer como mercadoria, um mero entretenimento a ser consumido, ajudando a suportar e a conviver com uma sociedade cada vez mais injusta e de insatisfação crescente, e outra que vê o lazer gerado historicamente na sociedade, dele emergindo, na sua vivência, no plano cultural alguns valores questionadores da própria ordem estabelecida.

Julgando possível o trabalho no plano cultural, preparando mudanças na situação da estrutura social e da infra-estrutura, em termos de valores, é possível também postularmos o desenvolvimento de ações pedagógicas, no âmbito da animação sociocultural<sup>253</sup>, no campo do lazer, tendo a dança como canal privilegiado, visando a inserção social do jovem.

<sup>253</sup> Entendemos por animação sociocultural, assim como Melo (2004, p.13), as ações que pretendem construir uma democracia cultural. Considera-se que a realidade é complexa e historicamente construída, e que é fundamental gerar movimentos comunitários. Não se trata de impor uma programação, nem somente convidar, mas gerar propostas em conjunto com o público, a partir de seu envolvimento, crendo em estratégias de mediação para ampliar o grau de compreensão e de vivências culturais do grupo. Espera-se que a comunidade envolvida possa paulatinamente desvelar os mecanismos dominantes e se empenhar na sua emancipação. Já Melo de Carvalho (1977, p.147/148) diz que a animação tem como objetivo essencial mobilizar as consciências, dando um sentido e uma justificação à existência dos indivíduos. Esse novo conceito procura traduzir uma nova concepção da ação a realizar com o objetivo de permitir a afirmação do indivíduo perante o mundo que o rodeia, única forma de promoção pessoal e coletiva. Finalmente, a animação recobre uma formação a realizar-se essencialmente durante o tempo livre da criança, do jovem ou do adulto, sem que, contudo, se deixe de pensar que ela possa ser realizada numa instituição, ou adstrita a uma função, não compreendendo o tempo livre. Mas, será um tipo de ação que terá de respeitar as características essenciais das atividades de tempo livre: adesão livre e espontânea do indivíduo, liberdade de escolha do comportamento a adotar, respeito pelas características e aceitação dos seus pontos de vista.

### **Os Jovens e a Busca Pela Inserção Social: Dança/lazer como possibilidade**

A juventude antes de tudo, não é apenas um período entre a infância e a idade adulta, ela é uma construção sociocultural.

Verificamos ainda que juventude é “[...] uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada por grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ele atribuídas” (GROPPO, 2000, p.08).

Nos apropriamos da definição da Dayrell (2003) que:

Compreende a juventude como a condição social e um tipo de representação de atores sociais, que constroem a partir de seu cotidiano, diferentes modos de ser jovem, influenciados pelo meio social onde vivem e pelas trocas proporcionadas por esses espaços.

A partir dessa definição, faz-se necessário, retornarmos um pouco à história, para sabermos como os jovens adquiriram ou herdaram sua identidade.

MACHADO (2000), diz que foi por volta dos séculos XVI e XVII que essa idade tornou-se objeto de atenção especial.

ARIÉS (1981) nos descreve que o primeiro adolescente moderno foi Siegfried de Wagner, para quem a música demonstrou a mistura da pureza, da força física, do naturismo, da espontaneidade e da alegria de viver, que faria do século XX, o século da adolescência. Essa fase é caracterizada pela força que está na pessoa, em ajudar aos outros e a si mesma.

Morin (1969) fala de jovens que fizeram a diferença em seu tempo. Saint Just, Robespierre, foram heróis quase adolescentes, da primeira grande revolução dos tempos modernos: depois, foram, sempre as jovens, de diferentes gerações que estiveram à frente dos movimentos revolucionários.

Concordamos com Foracchi (1972, p.33) quando ela diz que:

Há, na juventude, um significado que a transcende. Ela se afirma como uma etapa de arrogante sacrifício, sendo a resposta da própria sociedade à incapacidade adulta de construir uma vida mais plena e mais rica. As gerações mais velhas estão comprometidas com causas já condenadas e falidas. Chegou o momento dos jovens entrarem para a história.

Verificamos então, que os jovens sempre foram “rebeldes” tanto no passado como hoje em dia. A rebeldia nada mais é que, uma maneira deles se inserirem na sociedade. Eles fizeram e continuam fazendo história. No passado baseavam-se em outras culturas, hoje criam suas próprias culturas. Podemos ver isso em músicas, filmes e danças.

A década de 50 é tida como o marco do surgimento de uma cultura adolescente-juvenil. A música tornou-se fundamental para entender esse grupo, e em várias partes do mundo é a principal fonte de lazer (GUMES, 2003).

A Modernidade<sup>254</sup> surgiu e criou um ambiente para os jovens se mostrarem, diante de uma época de mudanças e revoluções, mais conhecida como “*tempos modernos*”.

Gropo (2000, p.30) nos revela que:

[...] ao observar os valores imputados à juventude, percebemos que esses valores coincidem com muitas qualidades atribuídas ao moderno: grande interesse pela novidade, extravagância, irreverência, espontaneidade, ousadia, rebeldia, exclusividade, diferença.

Nos anos 90, surge a “Onda Jovem”, pois os jovens são a maioria no planeta. O Brasil tem por volta de 58 milhões de jovens entre 12 a 30 anos, e isto os torna protagonistas dos problemas mais agudos da sociedade, como violência e o desemprego (GUMES, 2003).

Podemos dizer que somos um “povo” privilegiado, pois vivenciamos muitas “culturas” ou seja,

<sup>254</sup> Featherstone (1995, p.20) afirma que “a modernidade surgiu com o Renascimento e foi definida em relação à Antiguidade, como no debate entre os Antigos e Modernos. Do ponto de vista da teoria sociológica alemã do final do século XIX e do começo do século XX, do qual derivamos grande parte de nosso sentido atual do termo, a modernidade contrapõe-se a ordem tradicional, implicando a progressiva racionalização e diferenciação econômica e administrativa do mundo social (Weber, Tonnies, Simmel) – processos que resultaram na formação do Estado Moderno capitalista-industrial e que muitas vezes foram vistos sob uma perspectiva marcadamente antimoderna”.

fomos influenciados desde o rock'n roll, punk, pop, e pelos movimentos hippies, new age, clubbers e outros que foram desenvolvidos através da história.

Nesse sentido ainda, concordamos com Pais (1996, p.23) quando ele afirma que a juventude é: Tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se de diferentes culturas juvenis em função de diferentes pertences de classe, diferentes situações econômicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais etc. Isto é, nesta tendência, a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o ser constituído por jovens em diferentes situações sociais.

Seguindo a linha de raciocínio desse autor a juventude sempre foi encarada como instável e associada a determinados “problemas sociais”; portanto cabe somente aos jovens mostrar que eles não são os “problemas”, e acabarem de vez com a fama de irresponsáveis ou desinteressados. Essas imagens foram atribuídas aos jovens de forma negativa. Mas será o que os jovens se vêem dessa forma?

Rosa (2004) afirma que:

A experiência do corpo como linguagem e códigos específicos retirados da periferia revela princípios próprios na compreensão da juventude em questão, que produz uma nova forma de comunicação e daí a expressão cultural “vozes dos excluídos”.

Desde as comunidades “mais primitivas” até as sociedades industriais do mundo contemporâneo a desigualdade social esteve presente entre os seres humanos (PASTORE, p.01, 1979). Atualmente vivemos em uma sociedade regida pelo sistema capitalista, que continua apresentando inúmeras desigualdades sócio-econômicas. Assim, a maior parte da população brasileira é marginalizada tanto social como economicamente.

Bertazzo (2004) afirma que através dos movimentos pode-se construir a identidade do jovem por meio dos gestos e apoiando-se neste, eles são capazes de desenvolver-se e estabelecer-se na sociedade.

Ressaltamos ainda que é na juventude que se vive à idade das grandes descobertas, da construção da própria identidade, das tentativas, do sentimento de liberdade, das primeiras aventuras, de alguns erros e muitos acertos (FELTRIM, 2004). E neste sentido vemos um significativo aumento dos interesses dos jovens por práticas culturais visando a não violência e a sua inserção social na sociedade.

Para Dayrell (2004):

A juventude constitui um momento determinado, mas que não se reduz a uma passagem, assumindo uma importância em si mesma como um momento de exercício de inserção social, no qual o indivíduo vai se descobrindo e descortinando as possibilidades em todas as instâncias da vida social, desde a dimensão afetiva até a profissional.

Neste sentido a juventude sofre uma grande tensão ocasionando assim, um agravamento nos processos de integração social e, em algumas situações, acaba até por aumentar os índices de violência e da criminalidade. (ABRAMOVAY et al, 2002).

Dessa perspectiva, a inserção social vem sendo defendida como uma bandeira a ser assumida pelo poder público, e pela sociedade civil organizada. Vale lembrar que o movimento de inserção social iniciou-se na segunda metade dos anos oitenta, nos países mais desenvolvidos, e nos anos noventa nos países em desenvolvimento (SASSAKI, 1999, p.17).

Aqui a inserção deve ser entendida como:

[...] a oportunidade que as pessoas têm de participar plenamente nas atividades educacionais, de emprego, de consumo, de recreação, comunitárias e domésticas, que são específicas do cotidiano social (HEGARTY, 2004, p.81).

A prática da inserção se dá pela aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana e a aprendizagem através da cooperação (FRANA, 2005).

Concordamos com Martins (1997) quando ele argumenta que a noção de exclusão, no senso comum, é sinônimo de pobreza. Mas, ela é muito mais que isso. Como nos diz SPOSATI (2004) é uma decisão perversa e histórica de uns pela separação de outros.

Camargo (1998) afirma que tanto crianças como adolescentes de rua encontram nos jogos e

atividades artísticas a única forma às vezes de comunicação com os trabalhos sociais (assistentes sociais e animadores), e a melhor alternativa para uma inserção mais “sadia” na sociedade.

Por isso é necessário investigar como através da arte, em uma de suas manifestações - a dança, vinculada aos interesses artísticos, sociais e físico-esportivos do lazer, podem ser estabelecidas relações socioculturais para que os jovens possam transformar sua visão de mundo e iniciar um processo de inserção social.

Examinando as possibilidades da relação cidadania e hip-hop, como manifestação de lazer, na periferia da grande cidade, Stoppa (2005, p.32) nos coloca que:

A relação entre juventude e hip hop com a questão do lazer, da mesma forma, é bastante próxima, pelas oportunidades que essa vivência proporciona como resposta às diferentes situações de exclusão social com a falta de opções que se verifica para essa parcela da população do cotidiano. Essa situação é ocasionada, entre outras situações pela precariedade das políticas sociais, colaborando com a limitação dos espaços e oportunidades de lazer.

Essa população sofre com as poucas oportunidades devido às condições propiciadas pela sociedade atual, que se caracteriza pelas diferenças. Deparamo-nos a todo o tempo com esses jovens tentando vivenciar algum tipo de “inserção”, num país tão rico e ao mesmo tempo tão pobre. Temos jovens que são grandes criadores da arte de um modo geral, mas que são muito pobres em oportunidades. Brandão (1986, p.03) ainda nos diz que “arte popular é cultura, tudo o que o homem inventa e faz é cultura”. Somos seres de significado e de cultura, pois o tempo todo estamos nos reinventando através dela.

Rosa (2004) corroborando muito do que enfatizamos, no decorrer deste artigo, afirma que:

Pode-se dizer que nesses domínios da cultura o que se observa como força de expressão é a manifestação do corpo de um indivíduo, de um grupo ou mesmo da população, sob variadas linguagens. Esses corpos são engajados e estão produzindo discursos dessas comunidades periféricas.

De acordo com o autor, vemos que os jovens estão em constante construção, do mundo e de si mesmos, e vemos isso através de sua linguagem, vestuário, músicas, danças, através dos quais criam seu espaço e buscam o seu lugar na cultura e na sociedade.

Dayrell (2004) complementa:

Produção Cultural para os jovens são sinais de novos espaços, de novos tempos e de novas formas de sua produção/formação como atores sociais. Descobri que o mundo da cultura aparece como um espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais, no qual os jovens buscam demarcar sua identidade juvenil.

Concordando com Dayrell (2004), vemos a busca incessante dos jovens por outros tempos, onde eles se tornem verdadeiros atores em busca daquilo que em acreditam, pois, através da cultura – aqui mais especificamente manifestada através da dança – eles podem exprimir as suas identidades tanto pessoais quanto de grupo.

A partir disso podemos dizer que o jovem está presente como elemento perturbador, pois ao mesmo tempo em que ele alimenta a “indústria cultural”, também se reinventa através dela (GUMES, 2003).

Desta forma, devemos pensar em “brechas” num sentido da elaboração de um discurso ideológico diferente (SEVERINO, 1986) para realizar um trabalho verdadeiramente comprometido com o objetivo de minimizar a exclusão de “grande parte dos homens de realizarem a plenitude de sua existência” (TINOCO, 1998, p.353), e acreditamos que através da cultura possamos criar alternativas para pensar a humanização que Santin (1994) aponta como ponto de partida no próprio homem, a partir da ludicidade, e pelo resgate do sensível da juventude atual.

### **Considerações Finais**

O jovem é como Alice nos país das maravilhas esticando-se e encolhendo-se, passando através dos espelhos, um movimento frenético na busca de si mesmo, a sua real medida. Adolescer é ousar experimentar – esse sublime jogo da construção dos próprios limites. O jogo com a lei e sua transgressão faz parte do processo,

tanto quanto as espinhas na cara ou as paixões em estado bruto (BERTAZZO, 2004, p.106).

Talvez seja isso que deixamos para trás – esse ousar, experimentar – que está presente quando somos jovens. Quando jovens acreditávamos que tudo era possível, pois corríamos atrás dos nossos sonhos, ideais. Hoje não é diferente, devemos fazer com que nossos jovens aprendam a desenvolver seus valores (BRANDÃO, 1986).

Por isso os jovens assumem inúmeros estilos de vida; a experiência do corpo como linguagem e códigos que são retirados diariamente da periferia revelam que esses jovens produzem uma nova forma de comunicação, buscando com isso romper paradigmas para a construção de “mundos melhores”, na sua visão de mundo.

Nessa perspectiva chegamos a algumas conclusões: que através da dança os jovens podem exprimir seus desejos e conflitos; que eles podem dançar de forma lúdica e prazerosa; que desenvolva a sua criatividade; que, de modo geral os jovens sempre foram rebeldes e através dos vários marcos na história continuam a fazer a diferença, e que eles vivem na idade das grandes descobertas; que eles são elementos “perturbadores”, pois se alimentam da indústria cultural, e também se reinventam através dela, criando seus próprios estilos de vida e utilizam seus corpos como linguagem para a construção de um sentimento de “pertencimento”; e finalmente, que participando de atividades sócio-culturais, através da arte ligada a atividades físico-esportivas e sociais – no nosso caso a dança -, os jovens têm a possibilidade, de se inserirem na sociedade, superando o conformismo, pela criticidade e criatividade, quer nos gêneros da prática, da assistência ao espetáculo, ou da informação (conhecimento).

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. et al. **Juventud, violencia y vulnerabilidad social en América Latina: desafios para políticas públicas.** [s.l.]: UNESCO, 2002.

ARIÉS, P. **História Social da Criança e da família.** 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARRETO, D. **Dança... ensino, sentidos e possibilidades na escola.** Campinas: Autores Associados, 2004.

BRANDÃO C. R. **A educação como cultura.** 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRENNER, A.K., DAYRELL, J., CARRANO, P. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, H.W., BRANCO, P.P.M, (org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional.** 1ª. Ed., São Paulo, Fundação Branco, 2005.

BERTAZZO, I. **Despertar.** In: BERTAZZO, I. Espaço e Corpo: guia de reeducação do movimento. São Paulo: SESC, 2004.

BUENO, R.P.P. **A arte na diferença: um estudo da relação arte/conhecimento do deficiente mental.** (Tese de Doutorado) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2002.

CAMARGO, L. O. L. **Educação para o lazer.** São Paulo: Moderna, 1998.

\_\_\_\_\_. **O que é lazer?** São Paulo: Brasiliense, 2003.

CAPRA, F. **O ponto de mutação.** São Paulo: Cultrix, 1997.

\_\_\_\_\_. **A teia da vida.** São Paulo: Cultrix, 1999.

CARVALHO, A. M. **Cultura física e desenvolvimento.** Lisboa: Compendium, 1977.

CAVASIN, C.R. **A dança na aprendizagem.** Disponível em: <[http://www.icpg.com.br/artigos/rev03\\_01.pdf](http://www.icpg.com.br/artigos/rev03_01.pdf)>. Acesso em 03/07/2006.

- CORNELL, R. W. Pobreza e educação. *In*: GENTILLI, P. (Org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis:[s.n.], 1995.
- DAMASIO, A. R. **O erro de Descartes**: emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DAYRELL, J. **Cultura e identidades juvenis. Última década**. CIDPA: Viña Del Mar, nº 18, 2003, p.69-91- Disponível em < [http://www.colombiajoven.gov.co/documentos/ultima\\_decada/18\\_3.pdf](http://www.colombiajoven.gov.co/documentos/ultima_decada/18_3.pdf)>. Acesso em 30/03/2006.
- \_\_\_\_\_. **Juventude, grupos culturais e sociabilidade**. Disponível em: <http://www.fae.ufmg.br:8080/objuventude/acervo/textos/ABA2004.pdf>. Acesso em 27/12/2005.
- DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- \_\_\_\_\_. **Valores e conteúdos Culturais do Lazer**. São Paulo: SESC, 1980.
- FEATHERSTONE, M. **Cultura de consumo e Pós Modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- FELTRIN, A. E. **Inclusão Social na escola**: quando a pedagogia se encontra com a diferença. São Paulo: Paulinas, 2004.
- FORACCHI, M. M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972.
- FRAGA, A. B. **Corpo, identidade e Bom mocismo** : cotidiano de uma adolescência bem – comportada. Belo Horizonte: Autentica, 2000.
- FRANA, E. M. **Viver com arte e cultura**. 2005. Disponível em: <http://www.afetrn.br/dpeq/holos/pdfs/027-031.pdf> . Acesso em 12/02/2006.
- GROPPO, L.A. **Juventude**:ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Moderna. Rio de Janeiro:Difel, 2000.
- GUMES, N. V. C. RG: Jovem – Culturas Juvenis e a Formação das Identidades da Juventude. UFBA, **Anais do XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação**, B.H., de 02 a 06/09/2003. <[http://www.intercom.org.br/papers/congresso2003/pdf/2003\\_NP13\\_gumes.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/congresso2003/pdf/2003_NP13_gumes.pdf)>
- HEGARTY, S. O apoio centrado na escola: novas oportunidades e novos desafios. *In*: FELTRIN, A. E. **Inclusão social na escola**: quando a pedagogia se encontra com a diferença. São Paulo: Paulinas, 2004.
- HUIZINGA, J. **Homo Ludens**. 5.ed., São Paulo: Perspectiva, 2004.
- LABAN, R. **Dança educativa moderna**. São Paulo: Ícone, 1990.
- LIMA, L.M.S. **O tao da educação**: a filosofia oriental na escola ocidental. São Paulo: Agora, 2000.
- MACEDO, C. C. **Algumas observações sobre a questão da Cultura do povo**. *In*: VALLE, E.; J. J. Q. (Org). A cultura do povo. São Paulo: Cortez, 1979.
- MARCELLINO, N.C. **Lazer e Educação**. 10. ed. Campinas: Papyrus, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Estudos do lazer** – uma introdução. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.
- MARCELLINO, N. C. Políticas de Lazer. Mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. *In*: MARCELLINO, N. C. **Lazer e esportes**: Poilíticas Públicas. Campinas: Autores Associados, 2001.

- \_\_\_\_\_. **Lazer e Educação Física.** In: DE MARCO, A. Educação Física: Cultura e Sociedade. Campinas: Papirus, 2006.
- MACHADO, V. **Estudantes em assentamentos de terras:** um estudo de aspirações por educação. (Dissertação de Mestrado), Araraquara, 2000.
- MARTINS, J. S. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.
- MELO, V. A.D. **A animação cultural, os estudos do lazer e os estudos culturais.** Belo Horizonte, Diálogos: Licere, n.2, v.7, p. 86-103, 2004.
- MENDES, M. G. **A dança.** São Paulo: Ática, 1987.
- MOREIRA, E. M. ; QUEIROZ, T. C. N. **Ações integradas em busca da cidadania:** Juventude e cultura em áreas precarizadas de João Pessoa, 2004. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/congrent/direitos/direitos12.pdf>> . Acesso em: 10/05/2005.
- MORIN, E. **Cultura de Massas no século no XX:** o espírito do tempo. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
- NANNI, D. **Dança educação:** princípios, métodos e técnicas. 3. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2001.
- PAIS, J.M. **Cultura Juvenis.** Portugal: Casa da Moeda, 1996.
- PASTORE, J. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil.** São Paulo: EDUSP, 1979.
- PERUZZOLO, A.C. **Mídia e discurso corporal.** Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/xxii-ci/gt26/26c04.pdf>> . Acesso em 30/06/2006.
- PORTINARI, M. **História da Dança.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- READ, H. **A Educação pela Arte.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ROSA, C. M. **Cultura Rap nas conexões das linguagens artísticas.** Disponível em: <[http://geocities.yahoo.com.br/anpap\\_2004/textos/chtca/celso\\_rosa.pdf](http://geocities.yahoo.com.br/anpap_2004/textos/chtca/celso_rosa.pdf)>,2004/A Acesso em: 10/05/2005.
- SANT'ANNA, D. B. É possível realizar a história de um corpo? In: SOARES, C. (Org.). **Corpo e história.** Campinas: Autores Associados, 2001.
- SANTIN, S. **Educação Física: da alegria do lúdico à opressão do rendimento.** Porto Alegre: EST/ESEF, 1994.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.
- SCHWARTZ, G. M. Homo Expressivus – as dimensões estética e lúdica e as interfaces do lazer. In: BRUHNS. H.T. (Org.). **Temas sobre lazer.** Campinas: Autores Associados, 2000.
- SEVERINO, A. J. **Educação, ideologia e contra-ideologia.** São Paulo: EDU, 1986.
- SOARES, C. **Imagens da educação no corpo.** Campinas: Autores Associados, 1998
- SPOSATI, A. Gestão intragovernamental para o enfrentamento da exclusão social no Brasil. In: NOLETO, M. J.; WERTHEIN, J. (Orgs.). **Pobreza e desigualdade no Brasil.** 2. ed., Brasília: UNESCO, 2004.
- STOPPA, E. A. **Tá ligado mano?** O hip-hop como lazer e busca da cidadania. (Tese de Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.



TINOCO, E. J. B. A solidariedade na educação motora: uma perspectiva para a pedagogia da inclusão. *In: Anais do I Congresso Latino Americano de Educação Motora*. Foz do Iguaçu: [s.n.], 1998.

WEIL, P. **O corpo fala**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

ZOTOVICI, S. A. **Pés no chão e a dança no coração: um olhar fenomenológico da linguagem do movimento pela dança**. 2003. [http://www.faeso.edu.br/horus/artigos/artigo\\_sandra.pdf](http://www.faeso.edu.br/horus/artigos/artigo_sandra.pdf). Acesso em 12/02/2006.

## LAZER E CONSUMO DE ÁLCOOL: UMA ANÁLISE SOBRE OS PADRÕES DE USO DE TORCEDORES DE FUTEBOL

*Liana Abrão Romera*<sup>255</sup>

*Heloisa Helena Baldy dos Reis*<sup>256</sup>

**RESUMO:** Este trabalho teve como objetivo estudar padrões de consumo de bebidas alcoólicas junto a um grupo de jovens. Por tratar-se de um fenômeno de caráter biopsicossocial, do qual devem ser considerados três fatores fundamentais: a substância, o indivíduo e o contexto social, estarão aqui representados, a bebida alcoólica como substância, os jovens torcedores de equipes de futebol de clubes representativos do estado de São Paulo, como sujeitos e os espetáculos esportivos, como contexto social, por ser uma das mais importantes manifestações de lazer do público focado. Foi usado o método qualitativo, com três enfoques: bibliográfico, documental e de campo, e aplicação do AUDIT. Os resultados apontaram um elevado índice de consumo de álcool entre os jovens, especialmente entre menores de idade, supondo a necessidade de proposição de políticas de prevenção, lazer e educação que contribuam para a diminuição do fenômeno.

**PALAVRAS-CHAVE:** Juventude. Lazer, Álcool.

O presente estudo teve por objetivo identificar o padrão de uso de álcool junto à população jovem masculina, frequentadora de espetáculos esportivos no estado de São Paulo.

A droga eleita para o estudo foi o álcool por ser a substância mais consumida entre os brasileiros, o que torna o uso abusivo um fenômeno complexo e multifatorial, cada vez mais presente na sociedade moderna.

Deve ser ressaltado que, o uso abusivo de drogas é compreendido neste estudo como um fator resultante do modo de funcionamento da própria sociedade na qual é verificado, portanto, conseqüência de diferentes fatores que em conjunto o promovem, cada vez mais fortemente e precocemente.

O exercício reflexivo para a compreensão deste problema não permite um olhar simplista ou a consideração de um único fator que o desencadeie, pois trata de um fenômeno que solicita uma abordagem biopsicossocial, e deve ser analisado e considerado a partir do indivíduo, do tipo de droga e do contexto de uso.

Vale destacar que o tema não comporta ranços de moralismo e preconceitos, tampouco se deve supor uma sociedade livre do uso do álcool ou qualquer outra droga, uma vez que tal suposição seria romântica e ingênua. Entretanto, há a necessidade de se pensar a necessidade do diálogo e a conseqüente inter-relação entre áreas do conhecimento para que o problema possa ser compreendido, e as ações a ele referentes possam ser propostas, no sentido de diminuir seus impactos e conseqüências negativas.

Considerando então a tríade composta por indivíduo, droga e contexto social, necessária para estudar o problema, tais fatores encontram-se assim estabelecidos neste estudo - o indivíduo representado pelo torcedor jovem, a droga destacada é o álcool, substância lícita e fortemente propagada na sociedade, e o contexto de uso, o lazer, mais precisamente, o espetáculo futebolístico.

Ainda que o uso de drogas seja verificado em diferentes faixas etárias, a maior parte das discussões relativas às substâncias lícitas ou ilícitas encontra-se diretamente relacionada ao uso efetuado pelo público jovem, e entre os principais contextos de uso estão as situações de lazer que, por sua vinculação com prazer e liberdade, se tornam preferidas para a experimentação e o uso.

Dentre as várias possibilidades de vivência de lazer do referido público, foi destacada, neste estudo, a frequência aos estádios de futebol, pois, de acordo com Reis (2006), o futebol representa a preferência mundial do universo esportivo dos jovens do sexo masculino, por meio do qual, várias situações do espetáculo são motivos de excitação no espectador.

Reis (2006) embasa suas afirmações na teoria do processo civilizador, na qual Elias e Dunning, afirmam que embora de modo controlado, ainda que em menor intensidade que nas demais esferas da vida, o lazer oferece a possibilidade de extravasamento das emoções, entretanto, pelo grau de opressão que a vida rotineira promove nas sociedades mais desenvolvidas, acaba ocorrendo, por vezes, uma vazão mais intensa das emoções reprimidas, especialmente nos momentos de lazer.

Afirmam Elias e Dunning (1992, p.115) que:

<sup>255</sup> UNIMEP (Universidade Metodista de Piracicaba). Membro do GPL (Grupo de Pesquisa em Lazer)

<sup>256</sup> Livre Docente Professora FEF UNICAMP. Coordenadora do GEF (Grupo de Estudos e Pesquisas de Futebol)

A agradável excitação-prazer que as pessoas procuram nas suas horas de lazer, representa assim, ao mesmo tempo, o complemento e a antítese da tendência habitual perante a banalidade das valências emocionais que se deparam nas premeditadas rotinas ‘racionais da vida’.

Dentre as características que configuram uma situação ou atividade de lazer encontra-se a excitação proporcionada no indivíduo que a vivência, normalmente distinta daquelas sentidas rotineiramente tem a possibilidade de promover. Assim, para aquele que busca a vivência do lazer, fica implícita a busca da quebra da rotina por meio de atividades prazerosas que proporcionem excitação agradável.

Na mesma direção, o álcool em suas primeiras doses também tem o poder de promover tais sensações agradáveis, além de ser uma das substâncias mais antigas da história da humanidade, criada para proporcionar prazer ao paladar do consumidor e, encontra-se, desde seu surgimento, vinculada às situações de lazer.

Ainda que a legislação brasileira proíba o consumo de álcool para menores de 18 anos, uma significativa parcela de jovens focados no presente estudo, com idade entre 15 e 17 anos afirmaram consumir álcool regularmente.

A sociedade atual banalizou o uso do álcool na mesma proporção do descumprimento das leis que regulam seu consumo entre menores de idade, uma vez que bebidas alcoólicas são servidas naturalmente em festas de quinze anos, formaturas de oitava série e demais situações com predominante presença de jovens com menos de 18 anos de idade.

De modo geral, as bebidas alcoólicas e, principalmente a cerveja, não são compreendidos como droga justificando o fato de serem, as bebidas, com maior ou menor teor alcoólico, facilmente adquiridas em supermercados, postos de gasolina, lojas de conveniência, além de bares, lanchonetes, restaurantes, baladas, *shows*, dentre outros.

A relação entre drogas e jovens estudantes de cidade de médio porte do interior do estado de São Paulo foi estudada por Martins (2006) que detectou o uso de álcool em duas situações: nos finais de semana e em eventos esporádicos assim classificados: festas populares, festas com amigos, bar ou boate e festas em família. Vale ressaltar que todas as situações apontadas no referido estudo são marcadamente de lazer, assim como os espetáculos esportivos.

Sendo a droga, lícita ou ilícita, um objeto inanimado, não pode ser, isoladamente, responsável pelos elevados índices de consumo. Tampouco o lazer, espaço de vivência do tempo disponível, que será aqui tratado a partir da conceituação de Marcellino (1990, p. 31): “[...] cultura compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada e fruída) no ‘tempo disponível’”, poderá tomar para si com o ônus de ser o elemento responsável pelo uso do álcool nos dias atuais.

A aproximação entre álcool e lazer é tão significativa quanto a relação existente, por exemplo, entre álcool e violência, fatores que convidam à necessidade de reflexão sobre as políticas de lazer, de prevenção, de oferta de empregos, de qualidade no sistema educacional, entre outras, no sentido de amenizar a gama de problemas sociais que o uso abusivo vem promovendo.

Marcellino (1996, p. 52) solicita atenção ao que se chama de “valores destrutivos do lazer”, caracterizados por atitudes desenvolvidas no tempo disponível que apresentam aspectos patológicos.

Considerando aspectos moralistas, preconceituosos e ideológicos que envolvem essas classificações, o autor chama a atenção para as atitudes de lazer que não são desejáveis por chocar-se com os valores do desenvolvimento humano, colocando em risco a qualidade de vida do indivíduo, sua própria vida e a vida alheia.

Se por um lado o álcool tem um efeito socializante, por outro também estimula a violência e a impetuosidade, capazes de levar o jovem a assumir atitudes de risco, já que diminui o poder de avaliação e crítica, sendo um dos problemas do consumo em estádios de futebol.

De acordo com Dimeff (et al 2002), durante as primeiras doses o álcool tem a possibilidade de promover uma falsa sensação de estimulante capaz de inibir a crítica e a capacidade de julgamento, podendo ainda potencializar os sentimentos, dando ao bebedor uma sensação de liberdade para expressar-se verbal e corporalmente, agindo de forma mais violenta, corajosa e perigosa. É nesse momento, quando a coragem se acentua que são comuns as brigas e situações que envolvem violência. Tal fase é seguida de uma sensação depressora que somente será sentida após a ingestão de algumas doses.

Ao alertar para o fato do Brasil ser um dos países onde mais se consome álcool no mundo, fazendo com que esse seja o nosso mais grave problema de saúde pública, Giliotti (2009), ressalta que

o consumo alcoólico é responsável por mais de 10% de todas as causas de adoecimento e morte, sendo a cerveja a bebida que os brasileiros mais consomem.

A complexidade do assunto não permite o olhar por uma única perspectiva, tampouco uma única resposta. Os diferentes contextos da vida social precisam ser considerados na perspectiva não somente da juventude, mas também das outras esferas da vida em sociedade.

### **Metodologia**

O quadro metodológico utilizou-se da combinação de diferentes técnicas de pesquisa visando maior clareza de resultados e proposição de caminhos para futuras reflexões.

O trabalho foi desenvolvido a partir da combinação de pesquisas qualitativa, bibliográfica e de campo, sendo que o estudo de campo foi realizado com a aplicação de entrevistas junto aos torcedores em dias de espetáculos futebolísticos do Campeonato Paulista de Futebol.

A amostra intencional foi composta por indivíduos cujo critério de seleção correspondia a sexo, idade e pertencimento a torcida organizada. Foram entrevistados 263 indivíduos do sexo masculino, torcedores com idade entre 15 e 25 anos.

Os sujeitos foram abordados de forma aleatória, porém respeitando o preenchimento dos critérios anteriormente mencionados.

A técnica de pesquisa, utilizada para a coleta de dados, foi realizada por meio de entrevistas com perguntas semi-estruturadas junto aos torcedores em dias de jogos nos estádios de futebol. O roteiro de entrevista foi composto por questões que possibilitavam conhecer a vinculação religiosa e grau de instrução do torcedor além de estado civil, vínculo familiar e de emprego, não somente do entrevistado, como também do chefe da família à qual este pertencia, quando não era ele próprio.

Para avaliar o envolvimento com o uso de álcool, foi incorporado ao instrumento de investigação o AUDIT, teste para identificação de problemas relacionados ao uso de álcool. O AUDIT é um teste desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) (Babor et al., 1992) e adaptado ao Brasil por Mendez (1999) como método simples de investigação do uso excessivo de álcool e para ajudar na realização de avaliações breves. De acordo com Martins e cols. (s/d.), “O teste é composto por 10 questões, sendo que as três primeiras avaliam quantidade, frequência e embriaguez; as três seguintes, sintomas de dependência; e as quatro últimas são questões que avaliam o risco de consequências danosas ao usuário”.

A média de idade do grupo de entrevistados foi de 20,27 anos, dos quais, 34,7%, ou seja, 90 torcedores declararam ter frequentado 11 anos de escola, correspondendo ao ensino médio concluído, outros 71 torcedores, que representam 34,6%, estão relacionados ao terceiro grau, com mais de 11 anos de estudo. Foi constatado o predomínio de bom nível de instrução entre os torcedores pesquisados, sendo que os demais torcedores se encontram em processo de escolarização compatível com a idade.

A identificação dos bebedores utilizou a nota de corte 8, com a qual selecionou 36,9% dos torcedores entrevistados. Esse resultado mostrou-se bastante superior ao encontrado na população de um modo geral, assim como em populações jovens, conforme pesquisas anteriormente realizadas (MARTINS (2006), Martins et al (2008) Galduroz et al (2000), Mendoza-Sassi, R.A.; Béria (2003) com a utilização do mesmo instrumento.

Importante dado desta pesquisa a ser ressaltado refere-se à faixa etária estabelecida que abrange menores de idade, jovens entre 15 e 17 anos, dentre os quais foram detectados 59 torcedores com idade inferior a 18 anos, representando 62,7% (da parcela de torcedores menores) do total de torcedores entrevistados, que afirmaram fazer uso regular de bebidas alcoólicas.

O problema é agravado quando observamos que, ao completar 18 anos, esses índices aumentam consideravelmente, pois entre os 204 torcedores com idade entre 18 e 25 anos 32,4% pontuaram um beber moderado e 41,2% pontuaram o beber de risco, perfazendo nesse grupo um total de 73,6% de jovens torcedores que fazem uso do álcool contra somente 25,4% de abstêmios.

Esse resultado ratifica dados apresentados por estudo desenvolvido por Galduróz et al. (2000) através do CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas) e o SENAD (Secretaria Nacional Antidrogas), quando foram ouvidas 8.589 pessoas de 107 cidades brasileiras com mais de 200 mil habitantes e que revelaram um índice considerado alarmante: na faixa etária de 12 a 17 anos, 48,3% dos adolescentes ingerem bebidas alcoólicas regularmente.

Conclui-se que o consumo de drogas retratado nesta pesquisa é considerado um fenômeno crescente em todas as sociedades, e esse aumento vem sendo notado especialmente em situações de

lazer dos jovens.

Apesar do crescimento no número de usuários, acompanhado da diminuição da faixa etária, conforme apontado nas pesquisas do CEBRID, esta pesquisa constatou ainda a escassez de estudos e bibliografia referentes ao tema, especialmente relacionando as interfaces lazer e drogas.

Comportamentos que ressaltam a irritabilidade, agressividade, autoconfiança e alteração da percepção são efeitos comumente observados nos bebedores, e esses fatos, aliados à identificação com o grupo, tornam-se elementos facilitadores de acidentes que envolvem o lazer e o uso de álcool, como, por exemplo, brigas, acidentes e a violência nos estádios.

As conseqüências do uso de álcool mencionadas neste estudo efetivam-se, independente do grau de comprometimento que o indivíduo possa ter com o uso; em outras palavras, os prejuízos independem do uso ser esporádico ou habitual, pois não se trata de conseqüências relacionadas à dependência, isto é, não está se analisando por quanto tempo o indivíduo bebe, e sim a quantidade de bebida ingerida em uma única ocasião, ou seja, seu padrão de uso.

Grandes problemas de ordem pessoal e social relativos ao álcool não advêm somente a partir da instalação da dependência, mas sim do seu uso esporádico.

A juventude reflete o estado da sociedade na qual está inserida, portanto, os índices de uso de álcool, que têm se mostrado abusivo, entre os torcedores jovens, denunciam uma sociedade na qual algo não vai bem, acusando um estado de enfermidade social, por vezes manifestada no lazer.

O lazer representa o espaço de manifestação e expressão de outras situações que a vida social promove cotidianamente nos sujeitos, devendo então ser compreendido, ao analisarmos as formas de vivência do mesmo como resultantes de uma sociedade e não, como situação promotora de suas patologias, em outras palavras, o lazer representa o espaço no qual determinadas manifestações e comportamentos encontram oportunidade de se exprimirem, porém, o lazer não deve ser tomado como responsável pelas manifestações que nele ocorrem.

Não existe um único fator que possa ser isoladamente apontado como responsável pelo índice de uso de álcool pelos jovens na atualidade, principalmente quando em situação de lazer. Podemos sim pensar na combinação de vários fatores que concorrem para a atual situação, sendo estes de diferentes raízes: familiar, religiosa, educacional, individual e principalmente social, pois ao uso de drogas estão vinculados aspectos culturais.

Os dados aqui apresentados contribuem para a compreensão do padrão de beber dos torcedores jovens que freqüentam espetáculos esportivos, no entanto, estes resultados sugerem a necessidade de realização de outros estudos.

As considerações apresentadas não possuem caráter conclusivo, embora ressaltem a necessidade de implementação de políticas preventivas e cumprimento das leis existentes. A complexidade das questões exige vários outros estudos pressupondo sempre o diálogo entre as áreas do conhecimento que de forma direta ou indireta se relacionam ao tema.

## REFERÊNCIAS

BABOR, T.F; FUENTE, J.R.; SAUNDERS, J.; GRANT, M. AUDIT The alcohol use disorders identification test: guidelines for use primary health care. Genebra: World Health Organization; PAHO-92.4:1-29. 1992.

CEBRID. Disponível em: <<http://www.cebrid.epm.br/folhetos/drogas.htm#psicotropicas>>. Acesso em: 2 out. 2006.

DIMEFF, L.A.; BAER, J.S.; KIVLAHAN, D.R ; MARLLAT, G.A. Alcoolismo entre estudantes universitários: **uma abordagem de redução de danos**. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

GALDURÓZ, J. C. F.; NOTO, A. R.; NAPPO, S. A. e CARLINI, E. A. **I Levantamento Domiciliar Nacional sobre Uso de Drogas Psicotrópicas. Parte A: Estudo Envolvendo as 24 Maiores Cidades do Estado de São Paulo - 1999**. São Paulo: CEBRID/Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Medicina. 2000.

GIGLIOTTI, A. Boletim Eletrônico ABEAD (Associação Brasileira de Estudos sobre Álcool e Drogas). 53 Edição 9 de fevereiro de 2009. Disponível em [www.abead.com.br](http://www.abead.com.br) acesso em 10 de fevereiro de 2009.

MARCELLINO, N.C. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lazer e educação**. 2.ed. Campinas: Papirus, 1990.

MARTINS, R. A. **Uso de álcool, intervenção breve e julgamento sócio-moral em adolescentes que bebem excessivamente**. 2006. Tese (Livre-Docência em Psicologia da Educação) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2006.

MARTINS, R. A., MANZATO, Antonio José; CRUZ, L. A. N.; POIATE, S.; SCARIN, A. C. C. F. Utilização do AUDIT para identificação do consumo de álcool entre estudantes do ensino médio. **Revista Interamericana de Psicología**, 2008.

MARTINS, R. A. et al. **Utilização do AUDIT para identificação do consumo de álcool entre estudantes do ensino médio**. No prelo.

MARTINS, R. A. et al. **Utilização do AUDIT para identificação do consumo de álcool entre estudantes do ensino médio**. No prelo.

MENDEZ, E.B. Uma versão brasileira do AUDIT. Alcohol user disorders identification test. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 1999.

MENDOZA-SASSI, R.A.; BÉRIA, J.U. Prevalence of alcohol use disorders and associated factors: a population based using AUDIT in southern Brazil. **Addiction**, n. 98, p.799-804. 2003.

MINAYO, M.C.S.; DESLANDES, S.F. **Caderno de saúde pública**, Rio de Janeiro, v.14, n.1, jan.-mar. 1998.

REIS, H.H.B. A paixão pelo futebol. **Correio Brasiliense**, 15 maio 2006, p.8.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Global Status report on alcohol. Genebra, 2002.

## PRÁTICAS CORPORAIS COM IDOSOS E (RE) SIGNIFICAÇÃO DE VIDA: RELAÇÕES DE PROXIMIDADE ATRAVÉS DOS ESTUDOS DO LAZER

*Michelle Cristina Duarte Gomes Mendes*<sup>257</sup>

**RESUMO:** Esse estudo buscou compreender o papel das atividades corporais em um possível processo de comportamento emocional dos idosos e entender como as atividades corporais auxiliam em uma (re) significação da alegria, da felicidade, do prazer, fazendo com que os idosos permaneçam nos projetos que fomentam esse processo, possibilitando assim uma melhor convivência com o envelhecimento. A coleta de dados se deu no período de 03 (três) meses, através da observação descritiva, entrevistas e análise documental das propostas de trabalho institucional. A análise e interpretação dos dados foram realizadas pela construção de matrizes analíticas observadas pela técnica de análise de conteúdo. O estudo de campo nos forneceu dados que respondem positivamente aos objetivos deste trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Idosos. Práticas Corporais. Lazer.

### Introdução

A pirâmide etária da população do País vem se modificando ao longo dos anos, quando, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível observarmos o crescimento da população de idosos no Brasil, que passou de 6,4% da população em 1981 a 9,6% em 2003. E essa realidade tem a tendência de continuar mudando, pois se estima que a proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade chegue a 16% em 2030 (GOMES e BORGES, 2007).

Um causa desta evolução numérica, dentre outras, são as “mudanças de atitude em relação à saúde, principalmente o que tange ao estilo de vida mais cuidadoso quanto aos hábitos, sobretudo quanto à alimentação e prática de atividades físicas” (MATSUDO, 2001, p.195). Duarte (apud CALDAS, 1998) relata que envelhecer de maneira saudável significa fundamentalmente que, além da manutenção de um bom estado de saúde física, as pessoas necessitam de reconhecimento, respeito, segurança e sentirem-se participantes de sua comunidade, onde podem colocar sua experiência e respeito.

Segundo Gomes e Borges (2007), para uma opção de vida mais ativa têm-se desenvolvido estratégias governamentais, particulares ou de âmbito comunitário que visam favorecer a adaptação social à nova realidade de vida. Todos os ambientes, projetos e programas voltados para trabalhos com/para idosos, seja em clubes, academias ou em locais alternativos, como praças, quadras ou centros comunitários, buscam a adesão dos idosos.

Chama-nos a atenção, contudo, aqueles que desenvolvem trabalhos com objetivos para além da utilização das práticas corporais centradas somente nos aspectos biológicos, e que nos fornecem possibilidades de desenvolver estudos capazes de nos fazer entender as práticas corporais como fatores de desenvolvimento humano, e, portanto também do idoso, em sentido amplo. E são nessas intervenções que queremos investigar as possíveis contribuições de experiências com práticas corporais perspectivadas no Lazer, lúdico ou alegria como impactantes na saúde e qualidade de vida do indivíduo. Talvez seja possível que ocorram transformações internas nos aspectos emocionais do indivíduo durante seu tempo de permanência no projeto, mudanças essas que podem ser provocadas por estas metodologias. Entre os aspectos emocionais que podem passar por transformação estão: o sentimento de satisfação com as coisas e com a vida, que podem conduzir a estados eventuais ou permanentes de prazer, ou em outras palavras, a um dado sentimento de felicidade, diferente de outros estágios e manifestações ocorridos durante a vida, surgem novos sentidos de (re) significação para o atual estágio de vida.

Com essa visão, levantamos algumas questões: se as atividades corporais praticadas por idosos em programas de atividades que priorizam as vivências na perspectiva do Lazer geram prazer suficiente para sua permanência nos grupos? Se esse tipo de prazer (re) significa a vida e ajuda no envelhecimento? Qual a relação de causa-efeito que se estabelece entre o permanecer nos grupos e construir bom relacionamento com o envelhecimento?

Diante dessas questões, nosso objetivo foi compreender o papel das atividades corporais em um possível processo de comportamento emocional dos idosos e, se isso acontece, pretendemos entender se as atividades corporais auxiliam em uma (re) significação da alegria, da felicidade, do prazer, fazendo com que os idosos permaneçam nos projetos que fomentam esse processo, possibilitando

<sup>257</sup> Graduada pela Universidade Federal do Espírito Santo em Educação Física.

assim uma melhor convivência com o envelhecimento. Mais especificamente, buscamos identificar as possíveis transformações internas nos aspectos emocionais do indivíduo durante seu tempo de permanência no projeto, e como são influenciadas pelas atividades, captar discursos que demonstrem as possíveis representações de prazer que auxiliem no processo de (re) significação da vida e de ajuda no envelhecimento e estabelecer relação de causa-efeito entre o permanecer nos grupos e construir bom relacionamento com esta fase.

Para responder a estas questões, iniciamos a tomada do referencial teórico que deram sustentação às discussões que pretendemos fazer, considerando as diferentes e complexas categorias que estamos atrelando aos Estudos do Lazer: prazer, alegria e felicidade. Para isso, o ponto de partida foram os estudos de Souza (2005) e Marcellino (2006). Como suporte, buscamos argumentação em autores como Huizinga (1980), Bosh (1998) e Simões (1994), além de textos, livros e artigos para complementação.

Realizamos um estudo de campo, tomando como população investigada os idosos que freqüentam o Centro de Vivências de Maria Ortiz em Vitória, que tem cerca de 400 pessoas no quadro geral do projeto. Nosso foco, dentre as várias aulas oferecidas pelo Centro, foram as aulas de congo, teatro e dança, com uma média participativa de 30 indivíduos, entre homens e mulheres, em cada aula, sendo que os alunos se repetiam nas diferentes aulas.

Durante o período de 03 (três) meses, estivemos freqüentando entre duas a quatro vezes na semana. Durante esse período de convivência fizemos a coleta de dados que nos ajudaram a entender as questões levantadas. A metodologia de coleta de dados foi por observação descritiva, com registro em diário de campo, fotografias e filmagens, conforme o proposto por Gil (1999). Observamos as aulas de dança, teatro e congo. Estas aulas foram selecionadas devido ao caráter de lazer que é dado pelos professores na sua realização. Ainda segundo Gil (1999), foram feitas entrevistas semi-estruturadas (em anexo) com 10 (dez) indivíduos do Centro selecionados pelo tempo de participação no projeto, a faixa etária e a assiduidade, a fim de perceber possíveis sentidos pelos mesmos nas vivências experimentadas.

Por fim, realizamos uma análise documental sobre as propostas da instituição, para nos auxiliar na interpretação dos dados. A análise e interpretação dos dados aconteceram de forma diferenciada, porém com articulação possível de construir as evidências e os argumentos. Fizemos construção de matrizes analíticas a partir do material coletado na observação participante, entrevistas, e análise documental, mas também utilizamos a técnica de análise de conteúdo, conforme o previsto por Sourieux & Larat (2002).

O estudo, como dissemos, está centrado sobre as práticas corporais vivenciadas na perspectiva do Lazer, contudo, não podemos desconsiderar que tais práticas também estão inscritas no âmbito das atividades físicas que visam o desempenho humano e saúde. Nesse sentido, compreendendo que a Educação Física, deve contribuir para a busca e manutenção da saúde, entendida através da ótica do bem-estar físico, psíquico, mental e social (BARBOSA, 2004). Nossa tentativa é de também contribuir nos estudos do campo, de maneira significativa quanto à aplicabilidade em relação aos ganhos pretendidos. Nossa intenção está inclusa dentro de nossas responsabilidades profissionais, visto que, “um olhar sobre o corpo como um todo, seja esse, predominantemente, afetivo-social, psico-motor ou cognitivo, é necessário para que nós, futuros profissionais, percebamos as necessidades do indivíduo, perante a realidade em que vive (BARBOSA, 2004, p. 9)”.

Portanto, acreditamos que essa percepção contribuirá para o oferecimento de atividades adequadas às necessidades e características do indivíduo, suscitando assim a necessidade de qualificação na formação do profissional, afim de que estes tenham um embasamento maior sobre que caminhos devem tomar para ajudar nas possíveis expectativas dos idosos, colaborando também para o desenvolvimento de um programa de aula favorável ao alcance dos objetivos e a conseqüente permanência dos idosos. Finalmente, o estudo poderá auxiliar diretamente aos próprios indivíduos participantes dos projetos a encontrarem os valores de alegria, gosto, felicidade e prazer como (re) significação da vida em maior grau.

### **As Contribuições das Atividades de Lazer no Envelhecimento**

Algumas considerações sobre o lazer, lúdico e suas adesões, alegria, prazer e felicidade para ajudar na análise dos dados. Dumazedier, um estudioso do lazer, citado por Gomes (2004), refere-se que os indivíduos, fora das obrigações, devem ter ocupações de livre vontade, sem interesse e voluntária. Essas atividades não devem ter ligações com as obrigações profissionais, familiares e sociais. Marcellino (1998), completa que as atividades devem ser uma opção do indivíduo ou este pode simplesmente



escolher pelo ócio.

Uma característica importante e individual do lazer é a vivência pessoal e independente e a sua liberdade de escolha. Ou seja, o que pode ser lazer para um, pode não ser para outras pessoas. Entretanto, o que é lazer agora para um indivíduo, pode não sê-lo logo mais à frente para o mesmo, devido a inúmeros fatores intervenientes que compõe uma experiência de lazer, segundo os vários autores que escrevem sobre o lazer na Revista *Licere* (1998). Assim, as experiências de lazer são recriadas e renovadas a todo instante. Em relação à liberdade de escolha, Camargo apud Barbosa (2004) descreve que “por livre escolha no lazer, entende-se assim a existência de um tempo precioso onde se pode exercitar com mais criatividade as alternativas de ação ou de participação”.

Um fator que se destaca no lazer é a busca pela satisfação do indivíduo, ou seja, a possibilidade de realizar alguma atividade no seu lazer que lhe traga satisfação, que propicie o prazer (GUTIERREZ, 2000). São por esses pontos do lazer, liberdade de escolha, a motivação e a satisfação, que, talvez, de maneira consciente ou não, os idosos procurem atividades com esse caráter.

Mazo, Lopes e Benedetti (2004) descrevem sobre alguns benefícios das atividades de lazer e recreação para o idoso baseados em autores como Cavallari e Zacharias (1998), Palma et al. (1994), Marcelino (1983, 1992, 1996), Bruhns (1997). Destacam:

atingir bons níveis de saúde mental e física; desenvolver uma maior integração e participação; despertar alegria, satisfação e aumentar o desejo de viver; desfrutar a vida, incorporar novas atitudes e valores de convivência; aprender novas linguagens expressivas; desenvolver capacidade de ação e adaptação a novas respostas motrizes; contribuir para a melhoria do desempenho cognitivo e global; desenvolver a capacidade criativa e adquirir novas informações; melhorar as tensões emocionais proporcionando autocontrole e confiança; estimular o contato com a natureza (MAZO, LOPES E BENEDETTI, 2004, p. 216).

Aprofundando nos estudos do Lazer, acreditamos que o lúdico faz parte desses grupos de convivência, sendo os profissionais conscientes ou não. A ludicidade é o privilégio da vivência do lazer, já que o lúdico nos desafia a romper com os símbolos alienados. “A vivência lúdica, é culturalmente concebida como brinquedo, jogo, brincadeira ou festa. Revela a emergência do corpo viver o prazer, amar, vibrar, conviver e relacionar em liberdade (PINTO, 1998, p. 21)”. Bramante (1998) destaca o potencial socializador, através do qual os indivíduos se satisfazem em companhia de outros indivíduos, vivenciando desejos e necessidades semelhantes na prática do lazer.

A vida social frui com novas formas, sendo os sentidos e as emoções marcados pela exaltação, uma mescla de alegria e angústia, relaxamento e tensão, prazer e conflito, por exemplo. Assim, ocorre uma valorização da apropriação do processo vivido, e não apenas do resultado. Dessa forma, ainda que não se obtenha o resultado almejado, prevalece o pensamento de que a vivência valeu a pena, mantendo o desejo de repetir o processo (GOMES, 2004).

Como dito anteriormente, o lúdico está vinculado ao jogo. Em virtude de Huizinga (1980) fazer um estudo do jogo no seu aspecto lúdico, tomaremos assim as características lúdicas do jogo referidas por ele para representar as práticas corporais realizadas pelos idosos.

A ludicidade é farta de características. O autor coloca que as características fundamentais do jogo é ser uma atividade voluntária, não podendo ser sujeito a ordens, e é realizado pelo gostar da atividade, não pela obrigação, no que reside a sua liberdade. Além disso, trata-se de uma evasão da vida “real” para uma esfera temporária de atividade com orientação própria. A essência do espírito lúdico é ousar, correr riscos, suportar a incerteza e a tensão, mas essas não são as únicas considerações. Huizinga (1980) destaca também outras características lúdicas: ordem, tensão, movimento, mudança, solenidade, ritmo, entusiasmo. “[...] O jogo autêntico possui, além de suas características formais e de seu ambiente de alegria, pelo menos um outro traço dos mais fundamentais, a saber a consciência, mesmo que seja latente, de estar ‘apenas fazendo de conta’ [...] (p. 26)”.

Matos (2006) em seu trabalho *O significado do lúdico para os idosos*, revela contribuições da ludicidade para estes. As atividades lúdicas geram prazer, equilíbrio emocional, desenvolvimento social e levam o indivíduo à autonomia sobre seus atos e pensamentos. Além disso, abre as portas para situações estimulantes dentro de suas atividades, buscando diminuir as resistências ao tato, ao contato, ao movimento e ao prazer pela vida, podendo ser um dos aspectos favoráveis à melhor qualidade de vida. Estes benefícios contemplam os aspectos sociais, emocionais e motivacionais, e correlaciona-se com o envelhecimento bem sucedido. O contato pessoal necessário para as estimulações dos sentimentos e

emoções de grande importância para os idosos é proporcionado pela vivência lúdica. As várias questões associadas negativamente ao envelhecimento podem ser revertidas em qualidade de vida para os indivíduos nas atividades de grupo, em especial as atividades físicas e lúdicas encaixam-se perfeitamente por serem estimulantes do corpo e da mente.

O lúdico, como descrito, é mesclado com prazer, alegria e tendo como fim a felicidade. Dizeres como “do corpo viver o prazer” e “idéias de despreocupação e alegria” levantam a necessidade de abordarmos sobre estas categorias para compreendermos melhor a finalidade do trabalho com o lúdico.

O prazer e a felicidade estão atrelados, sendo o prazer um acompanhamento da felicidade, mas não seu componente essencial, não sendo excluída a alegria. Além disso, a felicidade é a satisfação de todos os desejos possíveis, e o prazer é o fim da realização do desejo. Ambos são representações pessoais, assim como o lazer, o que pode ser prazer e felicidade para um indivíduo pode não ser para outrem. Cada um tem seu prazer e felicidade própria, não podendo, portanto, dar nenhuma definição universal exata (BOSH, 1998 e GUTIERREZ, 2000).

Assim como o prazer está ligado à espiritualidade, a felicidade também está, pois, para Bosh (1998), ser feliz deve ser viver procurando desenvolver o espírito, assim como a felicidade é um estado de satisfação, de contentamento, de alegria. Portanto, a felicidade está em viver em conformidade com a natureza pessoal ou no desenvolvimento progressivo do ser. Ou seja, felicidade é a totalidade das satisfações possíveis, segundo Kant (apud BOSH, 1998). Logo, todos os homens desejam experimentar a felicidade, pois, “*Com a felicidade temos tudo de que precisamos, e se não somos felizes fazemos de tudo para sê-lo*”, afirma Epicuro apud Bosh (1998, p. 20, grifo do autor).

Sobre o prazer, Gutierrez (2000) ressalta que é uma construção social, mas por ser pessoal, sofre influências de experiências vivenciadas individualmente, de acordo com a dimensão psicológica de cada indivíduo. Além disso, todo prazer procede de um desejo. O desejo é doloroso, mas a satisfação do desejo realizado proporciona prazer, às vezes físico, sempre espiritual, ou seja, alegria. Cada coisa desejada ou realizada é apenas um meio para conseguir ser feliz (BOSH, 1998).

Por fim, a alegria não é um estado no qual nos instalamos confortavelmente, mas uma atitude. “[...] A alegria também é um ato na medida em que, através dela, ‘a potência de agir é aumentada’, um acréscimo de vida, fazendo o indivíduo se sentir como que prolongado [...]” (SNYDERS, 1993, p. 42). Para buscar mais do que as satisfações primitivas, a alegria presente te impulsionará, mais que as decepções. Através da alegria já alcançada que se percebe a proporção maior da alegria que pode haver na etapa seguinte. Por isso, sempre há o encorajamento pelos idosos, para o próximo passo no envelhecimento.

Assim, compreendemos que as práticas corporais realizadas como lazer para os indivíduos podem ser revestidas pela ludicidade como forma de auxiliar no envelhecimento saudável. Este envelhecimento saudável, não significa um retardo do envelhecimento, mas passar por esse processo com uma melhor qualidade de vida, com mais alegria, felicidade e prazer.

### **As Práticas Corporais: Vivências e Sentidos**

Como descrito, as aulas acompanhadas durante a observação foram de dança, congo e teatro. Cada aula tem sua característica especial, mas a preocupação comum dos alunos, em qualquer aula, é aprender mais para que façam uma boa apresentação quando forem convidados, sendo assim reconhecidos pelo desempenho. A euforia dos alunos para apresentarem é sempre grande. Os professores sempre estimulam os alunos para viverem e sentirem o que estão fazendo nas aulas intensamente, “incorporarem o momento”.

Nas aulas de dança, a fisionomia dos indivíduos muda durante as aulas, para caracterizar o estilo que estão fazendo, como um olhar de sedução no tango, por exemplo. Quando uma seqüência de dança é feita pelo grupo corretamente, a alegria e realização pessoal dos alunos contagiam a sala. Esta é uma aula em que os alunos estão sempre surpreendendo e se superando.

No congo, o entusiasmo é grande, mesmo que as músicas sejam sempre as mesmas, os alunos se exaltam cantando, tocando e dançando junto ao professor. A alegria dos alunos nesta aula é visível, no envolvimento com os instrumentos e com as danças é perceptível o prazer dos alunos em estar participando. Os alunos têm uma autonomia para escolherem os instrumentos que querem tocar e trocar quando desejarem, e indicar as músicas para serem cantadas. Há sempre o comando para que os alunos cantem com “garra”, enquanto isso o professor brinca com o imaginário deles com histórias. Os participantes são sempre desafiados a aprenderem versinhos para cantarem na roda. Ao final, os alunos

fazem uma roda e colocam os instrumentos no meio, o professor estimula dizeres como “eu posso, eu consigo, eu vou vencer” para os alunos que estão de mãos dadas neste momento na roda. Depois, abraçados, olham uns para os outros e dizem, ainda com o estímulo do professor, “bonito, muito bonito, mais que bonito”. É uma aula muito animada e envolvente.

O teatro é a aula que os alunos usam mais a criatividade. Quando o professor tem uma nova idéia de peça, os alunos desenvolvem o projeto, pensam no figurino, nas falas, no enredo, e se organizam para construir a idéia. A mensagem passada pelo teatro é uma prioridade para eles.

Em todas as aulas, nota-se o desenvolvimento dos alunos físico-psico-socialmente. É perceptível o prazer que os alunos têm em fazer parte do grupo ativamente. A oportunidade de mostrar para a sociedade o trabalho realizado, nos eventos externos principalmente, faz com eles se sintam importantes e capazes, pois conseguem comunicar-se com o público através das práticas e passar suas habilidades. Dessa forma, o objetivo do Centro de Vivências de proporcionar a convivência e a sociabilidade entre os idosos, o estabelecimento de relações de amizade, a reconstrução de vínculos afetivos e o rompimento do isolamento social é claramente alcançado.

A nossa análise de dados, a partir das fala dos atores nas entrevistas juntamente com a revisão de literatura, se dispôs em quatro focos, a evolução dos aspectos emocionais dos indivíduos, as concepções de envelhecimento estabelecidas pelos mesmos, o lazer vinculado ao lúdico e ao prazer e, por último, a alegria agregada a felicidade.

Considerando a evolução dos aspectos emocionais, quando começam a participar dos grupos de prática corporais, os idosos afirmam perceber mudanças em suas vidas, muitas vezes mudanças emocionais. Muitos não sabem descrever as mudanças ocorridas após a sua incorporação ao projeto, somente explicar que se sentiam bem. A capacidade de socialização do lazer e do lúdico influencia nesse bem estar. Esse convívio com um novo contexto, faz com que o idoso perceba uma situação/ sensação de parte da sociedade.

Com essa boa adaptação, o fenômeno corporeidade para os idosos se transforma numa ação natural, sem grandes traumas, possibilitando a participação em projetos onde eles se sentem bem, vivendo novas experiências (SIMÕES, 1994). Também consideramos que a importância das práticas corporais revestidas de lazer muitas vezes é ignorada enquanto um passo fundamental na busca de qualidade de vida dos sujeitos (WERNECK, 1998).

Os idosos querem mostrar que são ativos e que isso os ajudou em uma mudança significativa, que as várias atividades estão fazendo diferença em suas vidas e colaboram para seu desenvolvimento. Os vários adjetivos como “então pra mim é uma maravilha” (ALUNO 7) são comuns. As atividades de caráter lúdico ajudam em grande proporção na (re) significação, de maneira que quando os alunos não podem participar existe um sentimento de tristeza e incapacidade.

Como já descrito, as práticas corporais aparecem como aliadas para proporcionar o bem estar e a qualidade de vida a estes indivíduos, tornando-os autônomos de uma forma mais saudável, mais participante do meio. Os benefícios psicológicos são comprovados na fala “minha felicidade voltou todinha” (ALUNO 8), por exemplo. Muitas declarações de felicidade fazem parte das entrevistas, “Aqui e em todo lugar eu me sinto feliz” (ALUNO 1). “O movimento corporal é o resultado das nossas emoções; portanto, torna-se impossível a separação entre corpo e mente. É conveniente lembrar que no caso da pessoa idosa, as atitudes corporais refletem não só o seu estado interior, mas também o resultado de uma vida toda. [...] (SIMÕES, 1994, pg. 65)”.

Logo, percebemos que a vivência das práticas corporais nestes grupos colabora e influencia para uma transformação interna nos aspectos emocionais dos indivíduos, para um bem estar emocional, e demonstram isso com bastante alegria durante as entrevistas.

As práticas corporais com idosos podem ajudar na evolução dos seus aspectos emocionais, além disso, podem auxiliar na readaptação ao meio para que a velhice deixe de ser uma conotação negativa. O sentimento de velhice pode continuar, porém, com um sentimento de satisfação e orgulho, e isto pode servir de fator motivacional na sua vida (SIMÕES, 1994). Os idosos estão sentindo-se felizes nesta fase da vida, a aceitação desta fase está mais fácil. O senso de estar bem e de felicidade prevalece, acham-se renovados, e relacionam muito esta sensação com as atividades, por exemplo “Eu renovei acho que uns vinte anos (risos)” (ALUNO 2). Como realizam várias atividades semelhante aos mais novos, acham que não estão separados da sociedade, se sentem importantes no que fazem e querem mostrar, por isso a grande receptividade pelos alunos das apresentações realizadas pelo Centro de Vivência em vários lugares.

Jogos, exercícios e desafios corporais representam a própria vida por drama, prazer e auto-avaliação pessoal e grupal (COSTA, 1998). Ou seja, com as práticas os idosos começam a se auto-avaliarem quanto velhos e percebem que podem ter sentimento de bem estar e satisfação. Essa vontade de aproveitar o momento de novas experiências ou vivências prazerosas proporcionadas pelas práticas, faz com que estes indivíduos permaneçam nos grupos e continuem construindo um bom relacionamento com o envelhecimento.

No quesito lazer, nosso interesse não era saber o conceito de lazer dos alunos, mas o que eles entendiam que era isto para eles. Para os alunos, as concepções de lazer são variadas. A idéia de tempo livre não está associada ao lazer, muitos dizem não ter esse tempo, apesar de dizer que as atividades que realizam no Centro e em vários outros lugares são para o seu lazer. Muitas respostas foram guiadas pelas atividades realizadas por eles para dar sentido e explicar o que é lazer. Para Bramante (1998) a categoria atividade, enquanto traço definidor do que seja ou não lazer, pode auxiliar e favorecer o entendimento e oferece qualquer sustentação.

Nas respostas, confirmamos a literatura quando diz que o que é lazer para um pode não ser lazer para outros, além disso, os indivíduos têm relações de prazer com o meio e o seu grupo social em seu tempo/ espaço conquistado (GOMES, 2004). A característica individualista do lazer, a sua liberdade de escolha e a satisfação como fim também estão presentes nas falas.

Outros relevaram lazer como emoção, convívio e sentimentos. Para estes o lazer tem um significado especial, este tem que ser vivido como parte da vida, no seu cotidiano. Como dito anteriormente, as atividades lúdicas geram prazer e equilíbrio emocional, talvez, a partir do que estão sentindo, os alunos tiraram conclusões sobre o lazer. Destacamos então, a busca do prazer como elemento fundamental e distintivo. Não haveria, portanto, nenhuma forma de lazer que não buscasse auferir prazer (GUTIERREZ, 2000).

“Lazer? É todo um modo de conviver dentro da alegria, sabe, é um modo da gente se expandir, descontraír, deixar a tristeza, o sofrimento, os afazeres pra viver o lazer, a gente esquece, aqui por exemplo, tá tendo aula de lazer, né, aí eu esqueço tudo que eu fiz em casa e to aqui vivendo isto tudo agora”. (ALUNO 9)

A maioria dos alunos demonstra o prazer e a alegria que sentem em participar das atividades de lazer, o que nos lembra que as vivências lúdicas estimulam os sentimentos e emoções.

Assim, percebemos que o lazer tem construído uma melhor qualidade de vida nestes indivíduos, que se satisfazem em companhia de outros indivíduos, vivenciando desejos e necessidades semelhantes. O lazer tem proporcionado o prazer para os alunos através das atividades, o que gera benefícios físicos, psicológicos e sociais, já mencionados. O lazer permite aos idosos a oportunidade de vivenciar o que antes não era possível por vários fatores. Essas vivências das práticas no âmbito do lazer, podemos afirmar, que geram uma transformação interna nos aspectos emocionais do indivíduo durante seu tempo de permanência no projeto. O prazer é representado como um fator que auxilia nesse processo de (re) significação e de ajuda no envelhecimento.

Durante a entrevista, os alunos se referiam muito ao sentimento de felicidade, de se sentirem felizes. E quando questionados o que era felicidade, muitos descrevem um estado de espírito e muito ligado ao bem estar. Lembrando que felicidade é individual e são as satisfações dos desejos possíveis, e isso gera a alegria. Também a alegria está aqui vinculada à felicidade, por ser um ato do ser. A fisionomia deles, os risos, a alegria na hora da entrevista, demonstra uma preocupação deles em estar passando o que sentem ao participar do grupo. Todos os alunos responderam, de uma maneira real ou não, que se sentem felizes participando do projeto e em suas vidas. “Aqui e em todo lugar eu me sinto feliz” (ALUNO 1). Não vamos relevar aqui, uma discussão sobre a veracidade ou não das respostas, mas o seu contexto.

E como abordado na literatura, o prazer e a felicidade estão atrelados assim como a alegria. O prazer é um meio para conseguir ser feliz (BOSH, 1998), e já que constatamos que existe o prazer nas práticas realizadas pelos alunos, podemos aceitar as suas declarações de felicidade.

Os alunos também relacionam as práticas corporais com o lazer e a felicidade. Como revela Matos (2006), o contato pessoal necessário para as estimulações dos sentimentos e emoções de grande importância para os idosos é proporcionado pela vivência lúdica. Por isso acreditamos que a ludicidade faz parte do contexto das práticas corporais realizadas por idosos em grupos como este. O jogo autêntico possui um ambiente de alegria e está associado a uma idéia de despreocupação (HUIZINGA, 1980).

“Ah, faz muita alegria, faz muita sabedoria, que eu nada sabia e estou aprendendo e vou aprender mais. Eu posso, eu consigo, eu vou vencer”.

(ALUNO 2)

“O lazer traz alegria, é o que eu entendo sobre lazer”.

“Maravilhosas, adoro, me sinto feliz da vida”.

(ALUNO 7)

As atividades têm auxiliado, de uma maneira consciente ou não, na (re) significação desses indivíduos quanto ao seu viver, com mais alegria e felicidade. Captamos nas falas que o contexto do Centro de Vivências tem gerado uma motivação para viver e mantendo uma permanência desses indivíduos nos grupos.

### **Considerações Finais**

Consideramos que as práticas corporais realizadas como forma de lazer e revestidas de caráter lúdico podem auxiliar no envelhecimento saudável. Este envelhecimento saudável, não significa um retardo do envelhecimento, mas passar por esse processo com uma melhor qualidade de vida, com mais alegria, felicidade e prazer. E isso se confirma na nossa análise dos dados. Os idosos afirmam perceber mudanças em suas vidas após começarem a participar dos grupos de práticas corporais e que essas mudanças colaboram para o seu desenvolvimento. As muitas declarações de felicidade e sentimento de bem estar comprovam os benefícios das práticas corporais, isso faz com que os idosos aceitem melhor esta fase. Logo, percebemos que a vivência das práticas corporais nestes grupos colabora e influencia para uma transformação interna nos aspectos emocionais dos indivíduos, para um bem estar emocional, assim como descrito na literatura.

Através dos discursos, captamos a existência da vontade de aproveitar ao máximo esta fase da vida através das práticas corporais devido aos vários sentimentos, de alegria, prazer e satisfação, que estas proporcionam, pois são estas as concepções de lazer que os alunos têm. E assim eles continuam participando dos grupos como se estivessem construindo um bom relacionamento com o envelhecimento, pois estão sempre em busca da satisfação nas atividades.

Portanto, podemos afirmar que as atividades corporais praticadas por idosos em programas de atividades que priorizam as vivências na perspectiva do Lazer geram prazer suficiente para sua permanência nos grupos, assim como esse prazer (re) significa a vida e ajuda no envelhecimento com uma melhor qualidade de vida. Essa permanência nos grupos colabora para que os idosos construam uma melhor aceitação e relacionamento com o envelhecimento.

Assim, este trabalho fornece elementos que podem subsidiar a elaboração de propostas de trabalho que possam se constituir em iniciativas de impacto, tanto para indivíduo, como em proveito social. Nesse sentido, o estudo contribuiu para que a Educação Física possa lançar mão de estratégias e produção intelectual, que juntas representem formas diferenciadas e eficazes de trabalho de promoção pessoal e social de indivíduos que desejam envelhecer felizes.

### **REFERÊNCIAS**

BARBOSA, F. S. **Esportes de aventura, na natureza, para a terceira idade:** uma nova forma de lazer. Monografia de Licenciatura em Educação Física, Pontifícia Universidade Católica de Campinas Faculdade de Educação Física, Campinas, 2004.

BOSH, P. v. d. **A filosofia e a felicidade.** tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CALDAS, C. P. (org). **A saúde do Idoso.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens : O jogo como Elemento da Cultura.** São Paulo: Perspectiva, 1980.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, C. L. (Org.). **Dicionário crítico do lazer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

- GOMES, M. C. D.; BORGES, C. N. F. Vivências de Práticas Corporais com Idosos perspectivadas no Lazer: em busca de sentidos. In: Seminário Nacional Corpo e Cultura, 1., 2007, Vitória. *Anais...* Vitória: CBCE, 2007.
- GUTIERREZ, G. L. Lazer e Prazer: Questões Preliminares. In: BRUHNS, Heloisa Turini e GUTIERREZ, Gustavo L. (org.). **O corpo e o lúdico**: ciclo de debates lazer e motricidade. Campinas: Autores Associados, 2000.
- LICERE – v. 1, n. 1 (set 1998) – Belo Horizonte: Centro de Estudos de Lazer e Recreação – CELAR, Escola de Educação Física da UFMG, 1998. il.
- MARCELLINO, N. C. **Estudos do Lazer**: uma introdução. 4ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- MATOS, N. M. **O significado do lúdico para os idosos**. Dissertação de mestrado. Brasília; DF: UCB, 2006.
- MATSUDO, S. M. **Envelhecimento e Atividade Física**. Londrina, Midiograf, 2001, p.195.
- MAZO, G. Z.; LOPES, M. A.; BENEDETTI, B. **Atividade física e o idoso**: concepção gerontológica. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- SIMÕES, R. **Corporeidade e terceira idade**: a marginalização do corpo idoso. Piracicaba: Unimep, 1994.
- SNYDERS, G. **Alunos felizes**: reflexão sobre na escola a partir de textos literários. tradução: Cátia Ainda Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- SOURIOUX, J. L.; LERAT, P. **Análise de texto**: método geral e aplicações no direito. Tradução: Joana Canêdo. São. Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SOUZA, D. H. **Festa República “Os Largado” Significados e Sentidos de uma Festa em Viçosa**. Monografia de Graduação. Viçosa/MG: UFV, 2005.

#### (Footnotes)

<sup>1</sup> Quadro feito pelos Professores Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo, Júlio César Cabral da Costa e Daniel Cantanhede Behmoiras (membros do Coletivo de Formação de Brasília) a partir da sistematização da leitura dos seguintes textos: Mascarenhas (2004, 2005), Padilha (2006), Marcellino (1996), Antunes (2000 e 2006) e Meszáros (2007).

## O BRINCAR NA SERRA: SUAS PRÁTICAS E SIGNIFICADOS<sup>1</sup>

*Leonardo Toledo Silva<sup>2</sup>*

O estudo sobre a brincadeira<sup>3</sup> das crianças no Aglomerado da Serra abrange o brincar, a criança e a cultura. Como será que é a brincadeira das crianças dentro do aglomerado? Qual são os sentidos e os significados dessas brincadeiras? A onde elas brincam e com quem elas brincam? O Aglomerado da Serra é o maior aglomerado de vilas de Belo Horizonte. É composto de 7 vilas, localizadas na região Centro-Sul, nas vilas residem, segundo o IBGE (2000), 41.872 moradores, dos quais 6.327 são crianças. Essa comunidade convive com alto grau de vulnerabilidade social envolvendo violência, gravidez na adolescência, trabalho infantil..., além de insuficientes programas governamentais para o atendimento das necessidades das crianças. Além disso, possui inúmeras escolas, igrejas e projetos trabalhando com crianças no Aglomerado. Todo esse cenário, conjunto de ações e situações envolvem as crianças e suas brincadeiras, alterando hábitos e costumes, reduzindo e deslocando os espaços (do público – ruas / lotes / praças, para o privado – casa / projetos / escolas), cria-se uma pedagogia para as brincadeiras e transformam os brinquedos, os materiais e os equipamentos encontrados no Aglomerado. É importância pontuar o que compreendo por criança e brincadeira. Concordante com Carvalho (2007), compreendo a criança como sujeito ativo na produção de cultura e a brincadeira como linguagem e forma tipicamente infantil de se relacionar com o mundo e as pessoas. Para atingir o objetivo optarei por uma pesquisa de caráter qualitativo. O estudo de caso numa perspectiva etnográfica me parece à abordagem mais adequada, permitindo compreender a brincadeira, a criança, o aglomerado e sua cultura, descrevendo as ações e representações dos seus atores sociais. Compreender como, com quem, onde, por que, quando as crianças brincam nos oferecem algumas dicas sobre quem são essas crianças, onde estão inseridas, quais as suas oportunidades de escolhas, de relação e de desejos. Quando a criança brinca constrói um universo próprio repleto de sentido e significado, mas certo que este universo é um reflexo do contexto no qual ela convive. Por último, acredito no brincar como produção histórica/cultural e um direito humano. Um importante meio de aprendizagem social, na qual as tensões, os conflitos e as demais dimensões da realidade se manifestam, representando um campo de promoção do desenvolvimento humano e de atuação do profissional do lazer.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brincar. Criança. Cultura.

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte do projeto de pesquisa apresentado para o processo de seleção do mestrado em LAZER/EE-FFTO/DEF/CELAR 2009. Na linha de pesquisa: Lazer, cidade e grupos sociais.

<sup>2</sup> Especialista em Gestão de Políticas Sociais (PUC-MG, 2005) e Especialista em Lazer (UFMG, 2008).  
leotoledos@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Nesse projeto o conceito de brincadeira e jogo está sendo usado de maneira equivalente.

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS PROFESSORES DE NÍVEL UM SOBRE CONTEÚDO/  
CONHECIMENTO DOS JOGOS E DAS BRINCADEIRAS UTILIZANDO AS AULAS DE  
EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA  
ESCOLA MUNICIPAL DO ESTADO DA BAHIA.**

*Ivo Nascimento Neto*

Esse estudo é de cunho qualitativo, classificado como teórico-empirista que trás com problemática: durante a utilização das aulas de Educação Física quais as representações sociais dos professores de nível um, de uma escola municipal do Estado da Bahia sobre conteúdo/conhecimento dos jogos e das brincadeiras? Essas concepções sobre os jogos e brincadeiras são instrumentos que balizam e trazem desdobramento a sua prática pedagógica? Para tanto foi necessário o diálogo com alguns autores da área (VYGOTSKY, 1984; KISHIMOTO, 1997; MERISSE, 1997; OLIVEIRA, 1992, MINAYO, 1994 e 1996; SPINK, 1993 e; FRANCO, 2004), bem como coleta de dados do grupo delimitado para pesquisa de campo. O objetivo deste estudo foi Investigar as Representações sociais dos professores de nível um sobre conteúdo/conhecimento dos jogos e das brincadeiras utilizando as aulas de Educação Física na educação infantil em uma escola municipal do Estado da Bahia, mapeando as concepções desses professores dos conteúdo/conhecimento dos jogos e brincadeiras, compreendendo os nexos destas concepções com a prática pedagógica adotada e as políticas de educação do sujeito no Brasil: utilizamos como instrumento de coleta de dados a entrevista semi-estruturada e a observação participativa. A população envolvida foram professoras da educação infantil de nível um (sem formação). Com base na coleta de dados, este trabalho investigou proposta significativa sobre a representação social, das professoras com relação aos jogos e as brincadeiras. Conclusões: Os resultados encontrados indicam que a produção da representação ocorre por influência de fatores advindos da escola e da própria experiência. Os resultados apontam, também, fatores característicos do ambiente escolar, tais como, o jeito escolar de ensinar e os embates entre os saberes e os atores cotidianos. Ao olhar dos integrantes do grupo pesquisado, os sentidos dados às atribuições que perfazem o papel dos jogos e brincadeiras, sugerem, então, uma legitimidade frágil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Física. Representações sociais. Professores de nível um.



## A BRINCADEIRA NAS ESCOLINHAS DE FUTSAL DE BELO HORIZONTE

*Diego Henrique Rezende Moreira  
Flávio Clemente França Souza<sup>4</sup>*

A pesquisa sobre a brincadeira nas escolinhas de futsal de Belo Horizonte parte da nossa experiência como estagiários do curso de graduação em Educação Física, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, nas escolinhas de futsal existentes nas escolas e programas sociais da região de Belo Horizonte. Ao observar e se questionar sobre as atitudes das crianças com relação ao brincar em certos momentos nas aulas de futsal. E ainda da vontade de contribuir para os futuros estudos sobre o tema, ampliando as possibilidades de discussão e informação. O estudo sobre a brincadeira nas “escolinhas” de futsal abrange o brincar, a infância, a criança, a cultura, o esporte e a relação destes com a escolinha de futsal. Quais sentidos são construídos pela criança no brincar nas “escolinhas” de futsal? Como a brincadeira acontece nas escolinhas de futsal? Qual a sua finalidade? Possui algum caráter pedagógico? Que métodos são adotados ao utilizá-la? Não se pode desconsiderar que a brincadeira na sociedade é entendida como somente da criança, mas, a brincadeira é do ser humano, brincadeira é a ação de brincar, de entreter, de distrair. Segundo Huizinga (1938), o jogo e a brincadeira são sinônimos, assim o jogo e a brincadeira têm algumas características em comum como: “o prazer, o caráter “não sério”, a liberdade, a separação dos fenômenos do cotidiano, as regras, o caráter fictício ou representativo e sua limitação no tempo e no espaço” (HUIZINGA 1938). Pode ser uma brincadeira recreativa como o “pega-pega” ou um gracejo, como trocadilhos ou insinuações. Observamos que a brincadeira vem sendo utilizada como mais um meio de obter resultados. “Vendendo” o brincar, instituições como as diversas escolinhas existentes: voleibol, basquete, ginástica, futsal, entre outras, utiliza da brincadeira como um meio para atingir algum objetivo específico. No campo da intervenção da “escolinha” de futsal encontramos a brincadeira presente em várias situações de ensino-aprendizado. No caso do esporte a perspectiva de aprendizagem motora. Segundo Greco (1998) através da brincadeira, a criança pode desenvolver certas habilidades motoras de uma forma mais simples. Utilizando a brincadeira, o desgaste nas repetições dos movimentos técnicos trabalhados na perspectiva da metodologia analítica pode ser amenizado. Piaget também utiliza da brincadeira em seus estudos sobre o desenvolvimento da criança. Para ele o jogo mais importante é o jogo simbólico, neste jogo predomina a assimilação: é o jogo do faz de conta, as crianças “brincam aos pais”, “às escolas”, “aos médicos”, “as escolinhas de futsal”, etc. Este referencial é muito presente nos processos metodológicos desenvolvidos nas “escolinhas” de futsal. Nossas observações iniciais permitem construir a hipótese que nesse contexto, a brincadeira está sendo utilizada com um objetivo específico, ou seja, esta sendo instrumentalizada. A realização desta pesquisa será no sentido de confirmar essa hipótese ou não, buscando ampliar a compreensão sobre o desenvolver da brincadeira nesse universo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brincadeira. Criança. Escolinhas de Fustal.

---

<sup>4</sup> Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

## LAZER E EDUCAÇÃO: PROBLEMATIZANDO O BRINCAR NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA EDUCACIONAL DE CARL ROGERS

*Michelle Araújo Rocha<sup>5</sup>*

*José Alfredo Debortoli<sup>6</sup>*

O constante processo de mudanças ao qual a sociedade contemporânea está submetida demanda dela diferentes formas de adaptação aos novos costumes e transformações, o que exige novas formas de conceber a formação humana a fim de que os sujeitos possam compreender e melhor se adaptar ao novo contexto no qual estão inseridos. Esta característica está diretamente relacionada à Educação, pois esta se define como uma das mais importantes bases do desenvolvimento humano. Atualmente observamos propostas educativas focadas na formação de sujeitos com participação efetiva na produção cultural, ao contrário da educação tradicional voltada para a futura vida produtiva destes sujeitos. Notamos então um processo de mudanças no qual a Educação deixa de ser vista somente como possibilidade de transmissão de conhecimentos cognitivos, passando a ser percebida como facilitadora de vivências afetivas, sociais, etc., tendo como objetivo o desenvolvimento de sujeitos críticos, criativos e autônomos. Para a realização da pesquisa em questão o sujeito a ser analisado é a criança, mais especificamente as que se encontram no início do processo de escolarização, pois neste período é possível observar, dentre outras coisas, as diferentes formas como o lazer é abordado e a relevância que o mesmo tem no decorrer deste período da vida. Inicialmente, notamos que nesta faixa etária o lazer se manifesta principalmente através do brincar, e é através dele que as crianças se comunicam, se expressam e estabelecem relações com o mundo adulto, no sentido de se apropriarem dele e também de compreendê-lo, internalizando a realidade e os valores nela inseridos. Pensando nisso, diferentes autores e campos de estudo têm se proposto a criar processos educativos mais abrangentes e alternativos que preparem o ser humano para as diferentes situações que a vida em sociedade pode oferecer e não só a vida do trabalho. Considerando o objetivo desta pesquisa que é abordar sob um novo ponto de vista o ambiente educacional, dois campos do conhecimento nortearão a sua realização, pretendendo compreender a importância do brincar na educação infantil, são eles os estudos do Lazer e a Psicologia Educacional - sob a lente das concepções educacionais do psicólogo humanista Carl Rogers. Acredita-se que a realização deste trabalho seja importante por possibilitar uma nova maneira de pensar a educação, contribuindo para a realização de um processo educativo mais humanizado. Para a concretização deste objetivo está sendo realizada uma revisão bibliográfica sobre o lazer e sua relação com a educação; sobre o brincar enquanto uma das formas de manifestação do lazer na infância e suas relações com a educação infantil; e sobre a Psicologia Educacional, focando nos princípios da psicologia humanista de Carl Rogers. Além disso, será também realizado um estudo de caso em uma instituição educacional de Belo Horizonte – CLIC – cujo objetivo será fazer aproximações a uma proposta pedagógica que anuncie um processo educativo diferente. Nas visitas realizadas para a concretização do estudo de caso serão observadas a dinâmica de funcionamento da instituição, assim como as experiências vividas pelas crianças que freqüentam o local e suas relações com os educadores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicologia Educacional Humanista. Educação. Brincar

---

<sup>5</sup> Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>6</sup> Orientador.

## POR UMA PERSPECTIVA CRÍTICA/CRIATIVA DE LAZER NA EDUCAÇÃO FÍSICA: TRABALHANDO COM MÉTODOS CRIATIVOS

Graziany Penna Dias<sup>7</sup>  
Edith Carolina Tavares de Paula<sup>8</sup>  
Lilian Cristina Carvalho Vieira<sup>9</sup>  
Maraisa Fuscaldi Cunha<sup>10</sup>

No campo do lazer e da educação física, muito se tem discutido sobre a intervenção crítica e criativa na animação sócio-cultural, não obstante pouco se tem pesquisado, em termos de metodologias que possam possibilitar, de fato, uma intervenção crítica e criativa no campo. E nestas considerações sobre a visão crítica e criativa que tentaremos desenvolver práticas e vivências do lazer com base nos métodos criativos. De acordo Marcellino (2006)<sup>11</sup> em momentos de lazer e recreação verifica-se duas posturas: ativa e passiva. Pautado em Dumazedier, Marcellino destaca que o aspecto da prática e do consumo, vai depender do nível de envolvimento das pessoas com determinada manifestação da cultura. - Elementar: caracterizado pelo conformismo; - Médio: onde prepondera a criticidade; - Superior ou inventivo: quando impera os processos criativos; Nesta categorização, cabe ao professor de educação física, em suas intervenções no campo do lazer, proporcionar aos participantes um trânsito de níveis mais elementares de prática de lazer, para níveis mais superiores de vivência, no qual as pessoas se tornam sujeitas de sua prática e passam de uma práxis utilitária para uma práxis transformadora onde as pessoas criam e recriam a própria realidade (KOSIK, 1976)<sup>12</sup>. Assim, nosso objetivo é desenvolver aspectos metodológicos na animação cultural com base em métodos criativos. Para tal utilizaremos os métodos (TAFFAREL, 1985)<sup>13</sup>, a saber: a) método das perguntas operacionalizadas, b) método análise, c) método análise-síntese, d) método *brainstorming* e e) método *checklist*. Com base nesses métodos serão realizadas 05 intervenções, uma para cada método, com crianças e jovens que participam do Projeto Boa Vizinhança da Faculdade de Educação Física e Desportos (FAEFID) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) no período de novembro e dezembro de 2008.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Criatividade. Métodos Criativos.

---

<sup>7</sup> Professor Mestre da rede municipal de Juiz de Fora e Tutor a distância do curso de Pedagogia da Universidade federal de Juiz de Fora. Professor substituto da Faculdade de Educação Física e Desportos da UFJF no período de 2007/2008. E-mail: grandias@ig.com.br.

<sup>8</sup> Acadêmica da Faculdade de Educação Física e Desportos da UFJF. E-mail: caroltavaresef@yahoo.com.br.

<sup>9</sup> Acadêmica da Faculdade de Educação Física e Desportos da UFJF. E-mail: lilianvieira18@hotmail.com.

<sup>10</sup> Acadêmica da Faculdade de Educação Física e Desportos da UFJF. E-mail: maraisaed.fisica@yahoo.com.br.

<sup>11</sup> MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos do Lazer: uma introdução* – 4ª ed. – Campinas: Papyrus, 2006.

<sup>12</sup> KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. – 7ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

<sup>13</sup> TAFFAREL, Celi Nelza Zülke. *Criatividade nas aulas de educação física*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

**FORMAÇÃO DE BRINQUEDISTAS ESCOLARES:  
SABERES NECESSÁRIOS A CONSTRUÇÃO E APLICAÇÃO DE JOGOS PEDAGÓGICOS  
PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS DE 1ª A 4ª**

*Ana Cristina Guimarães de Oliveira<sup>14</sup>*

Estudo de pesquisa ação sobre o trabalho de construção das bases teóricas e práticas na construção de espaços de brinquedotecas escolares na busca de transformação do processo ensino e aprendizagem de crianças através do resgate do lúdico e do trabalho de projetos interdisciplinares. A brinquedoteca segundo Cunha (1992:39) “É o espaço ideal para que seja cultivada uma forma de convivência espontânea, democrática, calcada no respeito mútuo e renovada pela postura criativa de seus participantes”. Enquanto espaço de diálogo devemos perceber quais as concepções que seguem para seu funcionamento, pois depende diretamente a que fins irão funcionar, mesmo que tenha em comum a valorização pela atividade lúdica. O debate na área da ludicidade toma proporções eficazes no processo de educação, principalmente quando voltadas às instituições educacionais comprometidas com o processo de ensino e aprendizagem pautado em concepções críticas – sociais. A superação dos obstáculos da escola na relação do acolhimento de crianças na faixa etária entre 4 e 10 anos sempre está direcionada a ruptura que as mesmas sofrem ao adentrar no universo escolar. A saída das brincadeiras para que enfrentem conteúdos obrigatórios que a levem ao conhecimento sobre o mundo. Para isto trouxemos como questionamento como tem se processado a construção de brinquedotecas escolares? Os objetivos se voltam para como aprofundar e sistematizar conhecimentos na área da ludicidade e educação, de modo teórico-prático, aplicado à educação infantil e séries iniciais; além de, contribuir para a formação de uma consciência lúdica que valorize o lazer e a atividade lúdica na vida cotidiana, ao longo de todo o ciclo vital, reconhecendo sua inserção e importância na escola; no trabalho, nos locais públicos. A metodologia utilizada foi através da pesquisa ação aplicada a 40 profissionais de diferentes escolas no município de Tucuruí/PA. Como resultado alcançado através da pesquisa foi possível observar que muitas escolas têm priorizado construção de salas a qual chamam de brinquedotecas sendo que a grande fragilidade neste modo de ação é a ausência de formação continuada dos professores pedagogos na área da ludicidade e lazer; outro resultado é que os docentes indicam a compra de materiais que são utilizados sem direcionamento correto para a transformação educacional. Neste caso se institui muita mais um espaço onde as crianças passam o tempo apenas brincando; não sendo este o objetivo primeiro das brinquedotecas escolares. Concluímos que infelizmente, a grande maioria de profissionais que procuram lançar as bases diferenciadoras na educação não possui bases de pesquisas que permitam uma construção coletiva do espaço brinquedoteca como processo de inclusão social e atividades direcionadas para o que se pretende ao construir o mesmo. Assim, ressaltamos a importância de um projeto de formação continuada para professores da educação infantil e séries iniciais que possa resgatar um primeiro debate sobre o espaço pretendido que consolide os conhecimentos coletivamente construídos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação. Brinquedoteca. Educação.

---

<sup>14</sup> Mestranda da Universidad Autónoma de Asunción/PY e Docente da disciplina Estudos do Lazer e Fundamentos do Lazer do Curso de Educação Física na UEPA – anjo1402@yahoo.com.br

## O FESTIVAL DE MARCHINHAS DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA E A MEMÓRIA HISTÓRICO-CULTURAL DE SEUS PARTICIPANTES

*Michele Cristina Alves Vieira*<sup>15</sup>

Através de depoimentos dos principais ícones do Festival de Marchinhas de São Luis do Paraitinga esta pesquisa objetivou inicialmente identificar elementos histórico-culturais do festival a partir da memória de seus participantes e organizadores. Analisando seus relatos pretendeu-se questionar a dinâmica das interações culturais durante os vinte e três anos de festividades. O procedimento de pesquisa utilizado foi a história oral, por meio da coleta dos relatos de experiência de vida de alguns participantes relacionados ao festival de marchinhas, além da revisão de literatura nacional e internacional em livros e periódicos e da observação participante na organização e no desenvolvimento do evento. Pôde-se comprovar que os participantes dos festivais de marchinhas guardam em suas memórias dados históricos que não poderiam ser obtidos pelos documentos oficiais, tais como lembranças de composições marcantes na história do festival, linguagem própria das marchinhas, lendas e folclore. Também a memória dos participantes mostrou-nos que nas primeiras edições, o festival contava com a participação dos moradores de São Luiz do Paraitinga visando brincar e musicar a cultura local, e, hoje, o festival conta com a participação de compositores e participantes de toda a região, transformando-se em um evento de visibilidade e diversidade cultural.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória. História Oral. Marchinhas

---

<sup>15</sup> Escola de Artes, Ciências e Humanidades – USP.

## OS CAPOEIRAS NO ALTO VERA CRUZ: INDÍCIOS DE LAZER E VIOLÊNCIAS

*Roberto Camargos Malcher Kanitz<sup>16</sup>*

Este pôster foi construído baseado no projeto submetido ao processo de seleção do programa de Mestrado em Lazer da UFMG e aponta para um interesse na história da prática cultural que hoje denominamos capoeira e de seus sujeitos na região do Alto Vera Cruz, em Belo Horizonte. Os conhecimentos construídos referentes aos estudos do Lazer e também sobre a violência estarão presentes e afinados com a temática, pois fazem parte do objeto de análise aqui proposto. Pretendo pesquisar de que maneira a capoeira se constituiu e se consolidou como prática cultural no Alto Vera Cruz. Investigarei as histórias dos capoeiristas que aprenderam e desenvolveram esta prática nesta comunidade. Tenho como objetivo a investigação, com o auxílio da história oral, das experiências de vida destes sujeitos e como eles fizeram a consolidação da capoeira na sua comunidade. Acredito que assim começarei a desvelar alguns signos importantes para compreendermos melhor o lazer destas populações empobrecidas. Entender as várias formas de construção das práticas corporais e como elas dão sentido e significado a vida de seus praticantes, significa entender melhor a própria construção da nossa identidade cultural e também a sociedade em que vivemos. Uma investigação a respeito das práticas culturais é importante para os estudos do Lazer, principalmente se entendermos o lazer como uma dimensão da nossa cultura. Conseqüentemente, estudos nesta direção poderão contribuir para uma melhor compreensão sobre a nossa realidade social. Escolhi o Alto Vera Cruz, pois entendo que é um interessante campo de investigação das práticas culturais. Além da capoeira, podemos destacar o Grupo Rap NUC, as Meninas de Sinhá e, mais recentemente, o Grupo Netinhas de Sinhá, entre outros. Esta diversidade cultural certamente não brotou espontaneamente. Fiz a opção pela história oral pois acredito que ela pode ser um importante elo de ligação entre o passado e o presente. Esta metodologia confere possibilidades de sentir, perceber e dar voz as sutilezas do humano, os caminhos seguidos e escolhidos pelos sujeitos, suas produções em diversas épocas. Permitindo vários olhares, e possibilitando construir uma narrativa, uma história dos capoeiras e de suas práticas culturais. Pretendo aqui deixar claro meu objeto de pesquisa. Para tanto, lançarei mão de algumas perguntas: Como a capoeira se constituiu prática cultural no Alto Vera Cruz? Quem foram os sujeitos que iniciaram seu desenvolvimento e sob quais circunstâncias sociais? Por que o Alto Vera Cruz possui esta recorrência de indivíduos que têm a capoeira como identidade, destacando-se no cenário da cidade e também do Brasil? Opero com a hipótese que, mesmo sofrendo influências da capoeira do restante do país, os praticantes da capital mineira encontraram seus próprios signos, seus sentidos e significados – peculiares a cultura belorizontina, e estas peculiaridades estão ligadas as suas representações no campo do lazer. Acredito que estas questões devem ser tratadas em um programa de pós-graduação, pois essas histórias fazem parte da nossa cultura e da história de Belo Horizonte. Conhecer nossas histórias e perceber nossos bens culturais e sua diversidade nos possibilita uma compreensão melhor do lazer e da nossa sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** História oral. Capoeiras. Cidade

---

<sup>16</sup> Programa de Mestrado em Lazer – UFMG. Centro Universitário de Sete Lagoas – UNIFEMM.

## LAZER E CULTURA GÓTICA NO CENTRO DE SÃO PAULO

*Ana Paula Mukoyama Silva*<sup>17</sup>

*Edmur Antonio Stoppa*<sup>18</sup>

O presente trabalho, focado no tempo livre da juventude, objetivou verificar as vivências experimentadas pelos jovens participantes da cultura gótica no seu tempo de lazer. Para tanto, como objeto da pesquisa, foi delimitado um espaço gótico, situado na Galeria do Rock e o seu entorno, analisado a fim de compreender as experiências de lazer e as características referentes à cultura gótica entre os participantes desse espaço. Como metodologia, adotou-se o método etnográfico – amplamente utilizado pela antropologia e em estudos relacionados à cultura –, a partir de três técnicas de coleta de dados para operacionalizar o estudo, sendo estas respectivamente: a observação sistemática para o reconhecimento do espaço e absorção de seus principais aspectos; a observação participante, que foi desenvolvida na convivência junto ao grupo estudado no espaço determinado e, por fim, a aplicação de entrevistas semi-estruturadas, procurando aprofundar as questões previamente observadas – como as normas estabelecidas por seus frequentadores dentro desse espaço. A definição das amostras deu-se de forma não-probabilística, intencional, a partir dos critérios de acessibilidade e representatividade para o local e as pessoas relacionadas à cultura gótica. Os principais resultados que podem ser apontados na pesquisa são relacionados ao espaço, enquanto ambiente propício à integração, à sociabilidade, ao encontro entre os participantes, incluindo, também, pessoas que não fazem parte da cultura gótica, mas que simpatizam com a mesma. Outras questões relevantes e polêmicas referem-se ao envolvimento de um grupo de participantes com o consumo de diferentes drogas, além de conflitos verbais e/ou físicos entre diferentes culturas juvenis (*punks* e *skinheads*), com reflexos negativos entre os participantes da cultura gótica, a partir da utilização dos mesmos espaços na região central de São Paulo – o que aponta a precariedade das políticas públicas de lazer voltadas para a juventude. Tais problemas poderiam ser minimizados em uma cidade como São Paulo, se a política de lazer, articulada com outras políticas sociais, tivesse um olhar mais sensível às necessidades e características das diferentes culturas juvenis, oportunizando mais e melhores espaços, além de programações específicas, sem a necessidade de esses grupos opostos terem que dividir cotidianamente o mesmo espaço de lazer.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Juventude. Cultura Gótica.

---

<sup>17</sup> EACH/USP.

<sup>18</sup> EACH/USP/GPL/GIEL.

## PEDAÇOS DO BRASIL: AS RODAS DE SAMBA COMO ESPAÇOS DE LAZER

Guilherme Velloso Alves<sup>19</sup>

A roda é mesmo anterior ao próprio samba. A roda existia para a religião, para a conversa, para a reunião, para a capoeira. O próprio nome do gênero musical deriva de uma manifestação realizada na roda. A roda, assim, pode ser entendida como a *ambiência* que permitiu o desenvolvimento do gênero musical *samba*. Poucos autores, entretanto, destacaram o papel da roda como elemento fundamental na geração, preservação e divulgação do samba, frisando a relevância e o peso dessa forma de lazer e de fazer cultura. Além disso, poucos são os trabalhos desenvolvidos sobre a temática no âmbito dos estudos do lazer, apesar da importância do samba e dele já ter sido estudado em outras perspectivas. Pensamos a roda de samba como ambiência festiva em que os indivíduos formam uma rede de sociabilidade a partir do estabelecimento de variados laços e discursos, por intermédio da reprodução de ações mecânicas e repetitivas ou, pelo contrário, por comportamentos que expressam a criatividade, a crítica e, às vezes, beiram a transgressão. Dessa forma, interessado em desvendar uma das possibilidades de arranjos sociais presentes na nossa sociedade, desvelando alguns dos sentidos e significados implícitos numa roda de samba e visando contribuir para elucidar como se forma, ali, uma rede de sociabilidade, é que colocamos como o objetivo de nossas pesquisas descrever e analisar como espaços de lazer duas rodas de samba da cidade de Belo Horizonte, a partir da compreensão dos contextos em que estão inseridas e dos comportamentos dos atores que as freqüentam. Para discutir a formação dessa rede de sociabilidade e desvendar um importante arranjo e opção de lazer para o conjunto da população brasileira, visto ser o samba uma manifestação significativa das nossas práticas sociais, produto de uma certa representação da identidade nacional, adotaremos o conceito de *pedaço* proposto por Magnani, recorrendo também às contribuições advindas de áreas como os Estudos do Lazer, os Estudos Culturais, a Antropologia, a Sociologia, a Comunicação e a História. A metodologia de pesquisa adotada será, num primeiro momento, a *pesquisa bibliográfica*, a partir da técnica de *revisão de literatura*, o que possibilitará, além do entendimento da conformação da cultura na contemporaneidade, uma aproximação de nosso objeto de estudo, a roda de samba como espaço de lazer. Para dar conta de apreender os sentidos e significados presentes numa roda de samba e podermos analisá-la como um espaço de lazer propomos a realização de uma *etnografia* utilizando, para isso, as orientações metodológicas de Magnani. Numa primeira etapa da pesquisa etnográfica será preciso *identificar os pedaços* em que acontecem as rodas de samba. Para isso, uma pesquisa exploratória será realizada em diversas rodas de samba da cidade de Belo Horizonte. Procede à identificação dos pedaços uma breve *descrição dos cenários* visitados, sendo que a *observação direta* será utilizada como instrumento de avaliação, gerando subsídios para a escolha de dois desses espaços para o prosseguimento da pesquisa. Finalmente, faremos um estudo etnográfico nas duas rodas de samba da cidade de Belo Horizonte selecionadas, que incluirá a técnica da *observação participante*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Roda de samba.

---

<sup>19</sup> Mestrando em Lazer - UFMG. Docente da Universidade Salgado de Oliveira – Universo/BH e membro do LACE – Grupo de Pesquisa em Lazer, Cultura e Educação do CELAR/UFMG. E-mail: guibaguilherme@yahoo.com.br.



## O HIP-HOP COMO MEIO DE PRODUÇÃO ALTERNATIVA DE LAZER

*Daniel Bidia Olmedo Tejera*<sup>20</sup>

O estudo vigente é proveniente de um pré-projeto de mestrado que buscará investigar as possíveis convergências entre a origem do hip-hop como cultura e movimento de diversão e conscientização, com os princípios do lazer como instrumento lúdico, educacional e humanizador, tendo como objetivos verificar os meios pelo qual o hip-hop pode elevar formas passivas de participação, para formas ativas, e também identificar a potencialidade do hip-hop em abranger os conteúdos-culturais do lazer. Pode-se dizer que o lazer é um fenômeno advindo da sociedade urbana caracterizado por Nelson Marcellino (2002) como uma esfera social importante na vida moderna para mudanças de ordem moral e cultural. Embora a principal intenção das atividades de lazer seja o divertimento e o descanso, é importante que esta prática colabore para um terceiro item: o desenvolvimento, que pode ser pessoal e/ou social. Juntando divertimento, descanso e desenvolvimento, temos os 3D's do lazer (MARCELLINO, 2002). O Hip-Hop surgiu aproximadamente nos anos 70 nos EUA no distrito do Bronx, Nova York. Segundo Silva (1999) no âmbito dos estudos sociais e antropológicos, o Hip-hop é compreendido como manifestação artístico-política de um momento de transição da metrópole nova iorquina. Seu desenvolvimento deu-se a partir da iniciativa de jovens afro-americanos e caribenhos em realizar eventos festivos nas ruas como uma forma de expressão cultural. Esses primeiros jovens a desenvolver tal feito eram influenciados pela situação local, que era de desemprego, crise de industrialização e aumento da violência (SILVA, 1999). Bambaataa batizou tal fenômeno ainda sem denominação como hip-hop, do inglês to hip (movimentar os quadris) e to hop (saltar). A intenção de Bambaataa ao oficializar o movimento/cultura era fazer dele uma prática de lazer que servisse para as comunidades pobres como um conversor de atitudes negativas de conduta para atitudes positivas através de novas formas de expressão artística, expressões estas divididas em 4 elementos: DJ (Disc Jôquei), B.boy/girl (Breaking Boy/Girl), MC (Mestre de Cerimônia) e Grafite (Artes Plásticas). Ainda foi proferido por Afrika um quinto elemento que sustenta a fundação, o conhecimento. Para divulgar o movimento cultural e sua ideologia, Bambaataa criou a Zulu Nation, primeira posse de hip-hop do mundo. A relevância do projeto justifica-se na importância de identificar os pontos fortes do Hip-Hop como instrumento de educação para/pelo o lazer, alertando os olhares de profissionais do Lazer e Educação Física, da relevância que se pode ter a inserção da cultura/movimento de rua na educação de crianças e jovens, seja de modo formal ou informal. Este estudo também pode contribuir com o próprio movimento cultural de rua, á medida que o mesmo contribui para o fortalecimento e solidificação do quinto elemento do hip-hop, o conhecimento. A natureza da pesquisa caracteriza-se como exploratória e posteriormente descritiva, para a obtenção de dados, serão usados dois tipos de técnicas dentro pesquisa descritiva: entrevista semi-estruturada e análise documental. A execução de um levantamento bibliográfico é fundamental para a eficácia do processo. Após a identificação da bibliografia, serão realizadas as análises: textual, interpretativa e crítica, acerca da temática em foco (LÜDKE & ANDRÉ, 1986).

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Hip-hop. Educação

---

<sup>20</sup> Unimep/Gpl.

## O LAZER NA AMÉRICA LATINA<sup>21</sup>

*Christianne Luce Gomes<sup>22</sup>*  
*Alicia Maricel Oliveira Ramos<sup>23</sup>*  
*Leila Mirtes Santos de M. Pinto<sup>24</sup>*  
*Rodrigo Elizalde<sup>25</sup>*

Essa pesquisa colaborativa teve como objetivos sistematizar e socializar informações relativas ao lazer na América Latina. O estudo foi proposto pelo Brasil contando com a parceria da Colômbia e do Chile, países que, na atualidade, vem somando esforços para ampliar o intercâmbio de conhecimentos e experiências sobre o lazer no contexto latino-americano. A meta foi obter a participação, no estudo, de países latino-americanos que são membros da ONU, dando uma visibilidade maior sobre o lazer neste contexto e ampliando os diálogos entre os países que integram a América Latina. No decorrer da pesquisa foi possível identificar e fazer contato com profissionais de 17 países, além do Brasil: Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Uruguai e Venezuela. Dentre esses, os que demonstraram interesse em participar foram: Costa Rica, Guatemala, Peru, República Dominicana e Suriname, porém, estes países não conseguiram concluir seus trabalhos. Assim, 8 países efetivaram sua participação na pesquisa produzindo e concluindo seus respectivos estudos: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, México, Uruguai e Venezuela. Como a América Latina possui limites e potencialidades distintos da realidade verificada nos demais continentes, ressurte-se da incipiente interação até então promovida entre as nações que a constituem. Dessa maneira, a efetiva participação de 8 países na pesquisa foi muito importante para estreitar vínculos no contexto latino-americano, evidenciando a necessidade de dar continuidade a este tipo de intercâmbio de saberes e experiências. A metodologia baseou-se no desenvolvimento do conteúdo sobre cada país, de maneira que cada pesquisador ou grupo de pesquisadores responsáveis pelo estudo do lazer em seu país sistematizou os dados coletados e produziu um texto que retratasse aquela realidade. No Brasil, a metodologia foi baseada em uma pesquisa bibliográfica complementada com a aplicação de um questionário que foi enviado a 55 especialistas, formados em diversas áreas com experiência na área do lazer. Foi obtido retorno de 31 especialistas, o que representou 58% do grupo. No questionário foram abordados os tópicos: importância do lazer na vida humana; temas fundamentais para desenvolvimento do campo; identidade do lazer no Brasil; formação de profissionais, estudiosos ou lideranças voluntárias; práticas que envolvem diferentes interesses culturais e/ou animação sociocultural; participação comunitária; gestão de políticas, programas e projetos; planejamento urbano e meio ambiente. O texto referente ao Brasil sintetizou os dados da pesquisa e aprofundou a temática a partir de aspectos relacionados à contextualização do lazer na realidade brasileira; à questão das identidades, significados, valores e fundamentos do lazer e às políticas públicas nessa área. Os resultados da pesquisa serão publicados em um livro com distribuição gratuita, contribuindo assim com a sistematização de informações sobre o lazer na América Latina sob diferentes pontos de vista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. América Latina. Brasil.

---

<sup>21</sup> Apoio: Ministério do Esporte - SESI Nacional.

<sup>22</sup> UFMG.

<sup>23</sup> UFMG.

<sup>24</sup> Ministério do Esporte.

<sup>25</sup> Universidad Bolivariana/Chile.

## PRÁTICAS DE SENSIBILIZAÇÃO TERRITORIAIS

*Cynthia Mayumi Saito*<sup>26</sup>

*Eliane Dias de Castro*<sup>27</sup>

A inclusão social de pessoas com deficiência é cada vez mais discutida. Na Reabilitação, desenvolveu-se um conhecimento técnico-especializado mantendo essa população inscrita na área da Saúde, construindo uma relação social de tutela: eles são vistos como incapazes de assumir o contrato social, devendo ser assistidos. Entretanto, as discussões sobre os modelos assistenciais em saúde caminharam no sentido de responsabilizar outros setores sociais para inclusão dessas populações, expresso nas discussões e construções de alternativas às instituições especializadas e na ampliação da cobertura assistencial em reabilitação. Constitui-se, assim, um novo olhar sobre essa população: sujeitos de direitos, que necessitam de assistência, mas que também são sujeitos de ação. Contudo, questionamos: os espaços sociais estão dispostos a recebê-los? Como possibilitar a presença dessa população nos espaços sociais sob o olhar de uma cultura inclusiva? Sobre tal questão, apresentamos uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento que estuda o Projeto Andanças, grupo de passeio para pessoas com deficiência, da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires (região do grande ABC - São Paulo), iniciativa premiada entre políticas públicas para pessoas com deficiência. Para o estudo do Projeto Andanças, propôs-se uma pesquisa qualitativa (estudo de caso etnográfico), utilizando os seguintes métodos: Observação Participante, Estudo Documental e Relatos Orais com Informantes-chaves. Sob responsabilidade da Gerência de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência (GPPPD) de Ribeirão Pires, o Andanças funciona mensalmente da seguinte forma: - Cadastro das pessoas com deficiência do município; - Pesquisa para levantamento de eventos de lazer e cultura nas cidades próximas; - Contato para solicitação gratuita de ingressos; - Convite para as pessoas cadastradas (e acompanhantes se necessário), de acordo com o número de ingressos e faixa etária do evento; - Agendamento de transporte disponibilizado pela prefeitura do município - ônibus ou micro-ônibus, motorista e auxiliar; - Realização do passeio propriamente dito. - Agendamento do Serviço de Transporte Acessível – SETA, se houver necessidade de transporte até o local de encontro. Os resultados parciais dizem respeito à sensibilização dos envolvidos para uma diversidade subjetiva nos espaços sociais. Observa-se grande mobilização dos participantes e das pessoas do entorno para auxiliar na solução de problemas de acessibilidade, correspondendo à perspectiva da inclusão social: uma via de mão dupla, sociedade e sujeito buscando soluções conjuntas para as situações. A construção de uma sociedade inclusiva parece necessitar de ações que possibilitem o contato com a diversidade cotidiano, colocando as pessoas em experiência de alteridade: plano onde os sujeitos se encontram, afetam uns aos outros e são afetados, transformando-se e transformando as relações sociais estabelecidas. O lazer, no seu caráter espontâneo, favorece esses contatos e as afetações. A presença dessas populações com uma marca de diferença em lugares variados das megalópoles contemporâneas, trazem à tona a marca das segregações vividas por diversas pessoas, independente de situações de deficiência, tocando os “sentimentos e corpos blindados” da população: o desconhecido batendo à porta e mobilizando artimanhas como negociações coletivas para a participação social desses sujeitos e estreitando os vínculos entre indivíduo e coletivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Atividades de Lazer. Inclusão Social. Território

---

<sup>26</sup> Terapeuta Ocupacional do CAPS Infanto-Juvenil Recriar – Guarulhos/SP. Mestranda em Ciências da Reabilitação (FM/USP) – Projeto Título: “Atividades de Cultura e Lazer: tessitura de espaços de alteridade”. Contato: Laboratório de Estudo e Pesquisa Arte e Corpo em Terapia Ocupacional Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina. Universidade de São Paulo (USP). Fone: +55 11 3091-7456 Fax: +55 11 3091-7415. cinthiamsaito@yahoo.com.br.

<sup>27</sup> Docente do Depto. De Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da FM/USP. Doutora em Ciências (2001) pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e Pós-doutorado com auxílio pesquisa da FAPESP e participação no Laboratório de Psicologia da Arte do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (2006).

## PRÁTICAS DE LAZER E USOS DA ÁGUA NA ZONA DE AMORTECIMENTO DA REBIO TINGUÁ

*Fellipe José Silva Ferreira*<sup>28</sup>

*Ana Lúcia Lucas Martins*<sup>29</sup>

O tema desta pesquisa é o estudo da relação entre práticas de lazer e unidades de conservação. A temática dos usos dos recursos naturais não-renováveis nas Unidades de Conservação (UCs) tem sido objeto de estudos em diferentes autores (DIEGUES, 1998; BENSUSAN, 2006; IRVING, 2006). No caso deste trabalho pretendemos abordar os usos da água para prática de lazer no entorno da unidade de conservação da reserva biológica do Tinguá (REBIOTINGUÁ) e entender os diversos conflitos, decorrentes dos modos de usos da água pelos visitantes, comunidade local e empreendimentos de lazer. Acredita-se que esta abordagem possa contribuir para um entendimento da noção de lazer (ELIAS E DUNNING, 1992; DUMAZEDIER, 1980; MELO E ALVES JUNIOR, 2003) no âmbito da relação sociedade-natureza. A apropriação dessas áreas de proteção para o lazer se desenvolveu de diversas maneiras, desde bares que represam a água das cachoeiras em poços/piscinas até grandes empreendimentos que oferecem o uso da água como atrativo e shows temáticos. A pesquisa se deu a partir da produção de um levantamento das práticas de lazer locais associadas a usos da água e formas de divulgação turística da região, associadas à produção de um conjunto de imagens fotográficas sobre práticas locais de lazer. A metodologia utilizada foi a observação participante e o uso da fotografia, esta última dialogando com o material analisado durante revisão bibliográfica que nos revela algumas particularidades do acesso ao lazer nas franjas da Rebio. Verificamos a existência de bares que represam a água das cachoeiras, em forma de degraus, formando verdadeiras piscinas, cuja finalidade é atrair os visitantes e que promove impactos ao ecossistema, em caso especial influencia na migração e reprodução dos peixes. A visitação deste destino é marcada por um fluxo sazonal de pessoas oriundas de partes pontuais do Rio de Janeiro que desfrutam de motivações diferenciadas para a prática de lazer-turístico periurbano. A presença de equipamentos de entretenimento e turismo nas margens da Reserva Biológica do Tinguá, como sítios, fazenda, pousadas, pesque pague e parques de eventos, nos quais não existe o cálculo de capacidade de carga ambiental e social das atividades turísticas. A construção de uma classificação dos equipamentos de lazer na região foi o mecanismo de diferenciação dos usos de água para o lazer na região. Outra observação é a comercialização da imagem da UC Rebio-Tinguá como um Parque Nacional, uma Unidade de Conservação onde a visitação é permitida. Pode-se pensar que 1. a Rebio Tinguá é um grande atrativo local pela sua principal oferta, que é a água apropriada como o modo de lazer preferencial; 2- Que há percepções e práticas de lazer que podem ser pensadas nos seus modos de relação com a natureza a partir de uma caracterização de lazer a ser trabalhada: lazer “farofeiro” ; lazer participativo ou alternativo ; lazer periurbano e familiar; lazer contemplativo . 3- Que o entendimento dessas percepções e práticas são relevantes para se pensar mediações ao definir critérios para criação de modelos de unidades de conservação e reduzir impactos sobre os bens naturais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Práticas de lazer. Unidade de conservação. Impactos ambientais.

---

<sup>28</sup> PIBIC/CNPQ-UFRRJ/IM.

<sup>29</sup> FAPERJ-UFRRJ/IM.

## ESPORTE DE MONTANHA NO CINEMA: A MOSTRA BANFF

*Edmundo de Drummond Alves Junior*<sup>30</sup>

*Cleber Augusto Gonçalves Dias*<sup>31</sup>

*Tauan Nunes Maia*<sup>32</sup>

*Gustavo Bento Ribeiro de Araújo*<sup>33</sup>

Lazer, cinema e esporte enquanto manifestações culturais modernas tiveram desde os seus primórdios estreitas relações. As atividades de lazer são manifestações culturais efetuadas no tempo livre das obrigações; realizadas em busca do prazer; fruto da revolução industrial e da conseqüente urbanização das cidades. É um fenômeno social moderno que se constituiu no quadro das tensões entre as classes sociais (Melo, Alves Junior, 2003). Cinema e esporte representam uma das mais importantes linguagens do século XX (Melo, 2006), neles focamos esta investigação que visa: melhor compreender os esportes na cidade do Rio de Janeiro. Isto ocorreu em uma mostra BANFF, que apresenta filmes que tratam exclusivamente do esporte praticado em espaços naturais, como em montanhas. A existência de uma oitava versão representa a consolidação do gênero, nossas observações trataram daquela que ocorreu em 2008. Adotamos o conceito de esporte cunhado por Bourdieu, que nos contempla quando sugere que sua constituição ocorre quando o mesmo adquire características próprias, expressas através de um campo comum, o que só foi possível ocorrer na modernidade. A dificuldade de encontrar um conceito que englobasse todas as modalidades dos esportes na natureza e de aventura já era por nós identificada, já que “cada um desses esportes foi-se configurando como prática dotada de um ethos peculiar, com uma série de simbolismos que lhes são muito próprios (Dias, Alves Junior, 2007, p. 20)”. Na UFF através do Grupo de Pesquisa Esporte Lazer e Natureza (GPELN), optamos por investigar a relação esportes na natureza com o sentido do que é ser um aventureiro moderno no seu tempo de lazer, encontrando no estado do Rio de Janeiro e em especial na sua capital, um grande palco para seu desenvolvimento. Ao observar um sem número de veiculações midiáticas e o crescimento no campo dos negócios, inferimos o franco crescimento daqueles que se interessam pelas referidas práticas. Em outra ocasião buscamos pistas para responder quem são os praticantes, quais as motivações comuns, e que tribo ou tribos são estas. Para isto foi necessário frequentarmos seus espaços, tanto de prática como o institucional. No caso dos esportes de montanha a organização na forma associativa é um referencial tradicional desta prática. Mesmo que muitos não sejam praticantes regulares, identificamos várias pessoas que mesmo impossibilitadas de estarem no local de prática, fazem parte de uma platéia que se contenta em consumir através de imagens os registros das conquistas realizadas por outros. Entra em jogo um espetáculo proporcionado pelas proezas de seus praticantes cuja competição acontece na superação das dificuldades apresentadas pela natureza. Anteriormente também verificamos a participação em eventos próprios como o que une os clubes no que ficou denominado ‘Abertura da Temporada de Montanhismo’ (Dias, Alves Junior, 2005). A opção pela pesquisa da mostra BANFF tem num primeiro momento o objetivo de se analisar os filmes apresentados e secundariamente trataremos de investigar os frequentadores dos 3 dias de festival. A partir dos esportes de montanha procuramos melhor compreender a relação lazer, esporte e cinema.

**PALAVRAS-CHAVE:** Esporte na natureza. Cinema. Lazer.

---

<sup>30</sup> Prof. Doutor da UFF, Coordenador do GPELN.

<sup>31</sup> Mestre, Coordenador do GPELN.

<sup>32</sup> Acadêmico na licenciatura em educação física UFF, Bolsista de iniciação científica.

<sup>33</sup> Acadêmico na licenciatura em educação física UFF, Bolsista de iniciação científica.

## REFLEXÕES SOBRE O LAZER, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

*Aline Galante*<sup>34</sup>

*Andréa Rodrigues de Amorim*<sup>35</sup>

Nos diversos cursos superiores de Educação Física, há tendências curriculares diversificadas baseadas numa legislação marcada por mudanças nos últimos anos. É nesse cenário que se encontram as diversas áreas de conhecimento da Educação Física, entre elas o Lazer, com formações e currículos que contemplam disciplinas de diferentes abordagens e contextos. Num primeiro momento, o objetivo do presente trabalho consiste em investigar a trajetória histórica do Lazer e da Educação Física, pontuando os aspectos marcantes após a década de 80. E num segundo momento, objetiva relacionar tais aspectos ao quadro atual do Lazer, Educação Física e à formação profissional da área. Para tanto, será realizada uma pesquisa de natureza qualitativa sobre o tema confeccionada sob a luz de revisão de literatura. Entendemos que o lazer contribui para a busca da cidadania, no entanto faltam ações de políticas públicas e sociais que abordem a questão do lazer como prioridade, por conseguinte como um direito social, o qual atualmente tem se mostrado privilégio reduzido a determinados setores sociais. Acreditamos, portanto, que tais questões são relevantes e deve estar presentes na formação profissional de Educação Física. Entretanto, percebemos que os conteúdos que compõem os currículos da formação dos profissionais que irão trabalhar com Lazer contemplam muitas vezes apenas a dimensão técnica e não permitem reflexões sobre essas questões na sua atuação. Concluimos que a trajetória histórica do Lazer e da Educação Física nos faz entender que é preciso centrar esforços para interferir na formação de profissionais de Educação Física de modo a colocar esse conhecimento a serviço de uma prática que seja simultaneamente esclarecida e emancipadora. Todavia, sabemos que estamos ainda no início de uma longa jornada, na qual avançamos na compreensão teórica e pouco caminhamos nas experiências concretas na área.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Física. Lazer. Formação Profissional.

---

<sup>34</sup> Graduanda Educação Física Anhanguera Educacional, Leme.

<sup>35</sup> Prof<sup>a</sup>. Educação Física Anhanguera Educacional, Leme, Integrante GEPL, Unicamp.

## OS ESTUDOS DO LAZER NOS CURSOS DE MESTRADO ACADÊMICO RELACIONADOS A TURISMO/HOSPITALIDADE NO BRASIL: REFLEXÕES A PARTIR DAS DISSERTAÇÕES PRODUZIDAS

Tatiana Roberta de Souza<sup>36</sup>

Christianne Luce Gomes<sup>37</sup>

Nos últimos anos, o debate sobre o lazer vem ganhando cada vez mais destaque em nosso país. No âmbito acadêmico, nota-se o grande crescimento dos grupos de estudos e das pesquisas científicas sobre o lazer, do número de trabalhos publicados em periódicos e apresentados em eventos que abordam a temática, bem como sua presença em currículos de cursos de diferentes âmbitos e níveis. Diversas áreas do conhecimento têm se dedicado aos estudos sobre o lazer. Cada uma destas contribui para que ocorra o avanço na produção de conhecimentos ao analisar a temática sob um enfoque diferente, investigando suas variadas facetas, tendo-se em vista que o lazer é um fenômeno que se caracteriza pela abrangência e multidisciplinaridade. Foi a partir dessas considerações que surgiu o interesse em compreender como o turismo, um campo de conhecimentos ainda novo, pode contribuir com o processo de construção de saberes sobre o lazer, o qual demanda reflexões qualificadas e consistentes. Esta pesquisa qualitativa pretende diagnosticar e refletir a respeito dos conhecimentos produzidos sobre o lazer no contexto dos cursos de mestrado acadêmico relacionados a Turismo/Hospitalidade no Brasil, tendo como objeto de análise as dissertações produzidas no âmbito desses cursos que contemplem a temática. O projeto se propõe a reunir a investigação bibliográfica com a análise de quinze dissertações, que foram produzidas no âmbito de três cursos: Mestrado em Turismo, da Universidade de Caxias do Sul/RS; Mestrado em Turismo e Hotelaria, da Universidade do Vale do Itajaí/SC e Mestrado em Hospitalidade, da Universidade Anhembi Morumbi/SP. A identificação destes estudos foi feita por meio de levantamento nos *websites* dos programas de mestrado acadêmico em Turismo/Hospitalidade existentes no país. Na classificação das produções foram consideradas aquelas em que o lazer é a temática central ou aparece de forma explícita. Com a análise busca-se compreender como o lazer está sendo abordado e como foi feita a inter-relação entre este e o turismo, além de identificar que conceitos e teorias as fundamentaram. Além do exposto, pretende-se realizar entrevistas semi-estruturadas com os autores das dissertações analisadas, com vistas a explorar mais amplamente o objeto de estudo. Esta investigação dará continuidade e complementaridade a estudos que se iniciaram com uma pesquisa anterior, na qual se buscou compreender como os conhecimentos sobre o lazer vêm sendo construídos no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* em Turismo/Hospitalidade no Brasil. O conhecimento da produção científica sobre o lazer desenvolvida no âmbito desses cursos poderá possibilitar uma aproximação entre os profissionais, docentes e pesquisadores das áreas envolvidas. Finalmente, salienta-se que a pesquisa poderá auxiliar no preenchimento de algumas lacunas e contribuir com novas reflexões e questionamentos para ambas as áreas, uma vez que ainda são poucos os estudos que envolvem discussões acerca de lazer, turismo, formação profissional e pós-graduação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Turismo. Pós-graduação.

---

<sup>36</sup> Bacharel em Turismo e Mestranda em Lazer pela UFMG. Email: tatianasouz@yahoo.com.br.

<sup>37</sup> Orientadora da pesquisa. Doutora em Educação. Coordenadora e docente do mestrado em Lazer/UFMG. Email: christianneLUCE@yahoo.com.br.

## INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS BACHARÉIS EM TURISMO FORMADOS PELA UFMG NOS ANOS DE 2005-2007

*Tatiana Roberta de Souza*<sup>38</sup>

*Christianne Luce Gomes*<sup>39</sup>

Este estudo teve como objetivo geral verificar e analisar a inserção profissional dos egressos do curso de Graduação em Turismo da Universidade Federal de Minas Gerais, formados nos anos de 2005 a 2007. As estratégias metodológicas utilizadas foram a pesquisa bibliográfica e a aplicação de questionários. A amostra do estudo foi constituída por 40 egressos, o que representa aproximadamente 52% do universo da pesquisa. Os resultados evidenciaram que 48% dos egressos do curso de graduação pesquisado estão inseridos profissionalmente no campo do turismo, atuando nos segmentos: agenciamento (30%), setor público (20%) e centros de pesquisa e documentação (15%). A maior parte dos egressos participantes do estudo ocupa cargos que exigem o desempenho de funções complexas e elaboradas, em sua maioria, ligadas à coordenação de projetos. No que se relaciona às condições de trabalho percebeu-se que mais da metade dos egressos enfrenta uma jornada de trabalho acima de 40 horas semanais; 47% possui relações empregatícias formais com o mercado de trabalho, 58% possui plano de carreira ou enxerga possibilidades de crescimento profissional e aproximadamente 1/3 dos profissionais são remunerados entre 2,1 e 3 salários mínimos. Apesar da remuneração salarial relativamente baixa da maioria, percebe-se que os egressos do curso de Turismo da UFMG conseguiram uma boa inserção profissional e que a maior parte sente-se satisfeita com sua atuação no campo profissional. Para a grande maioria dos profissionais participantes do estudo (72%) a formação acadêmica interfere na inserção profissional do Bacharel em Turismo no mercado de trabalho. Em decorrência da pesquisa realizada, sugere-se que os cursos de graduação em turismo, de forma geral, desenvolvam estudos no intuito de conhecer a inserção profissional de seus egressos e investiguem a percepção dos alunos a respeito da importância da instituição de ensino em sua formação profissional, além dos possíveis mecanismos para propiciar uma formação que esteja mais atenta às demandas da sociedade. Ao curso de graduação em turismo da UFMG sugere-se que este busque cada vez mais ampliar e diversificar as vivências de estágio no intuito de facilitar uma futura inserção profissional dos seus acadêmicos em formação. Sugere-se, ainda, verificar a possibilidade de incluir no currículo do curso disciplinas e outras atividades acadêmicas que ampliem as possibilidades para que os discentes detenham mais conhecimentos aprofundados sobre políticas públicas, visando ampliar a inserção neste setor. Além disso, pensar também em disciplinas ou outras propostas curriculares que qualifiquem os acadêmicos para o exercício de funções mais complexas e elaboradas. Aos estudantes do curso de turismo da UFMG sugere-se que procurem, no decorrer de sua formação, conhecer, dialogar e interagir com as múltiplas possibilidades que caracterizam o turismo, enquanto campo de formação e de atuação profissional. Uma boa colocação no mercado de trabalho depende da pró-atividade durante a graduação. Daí a importância de ampliar as atividades extra-curriculares que possam contribuir para qualificar a formação e torna - lá mais consistente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo. Egressos. Inserção Profissional.

---

<sup>38</sup> Bacharel em Turismo pela UFMG. Mestranda em Lazer/UFMG. Email: tatianasouz@yahoo.com.br.

<sup>39</sup> Orientadora da pesquisa. Doutora em Educação. Coordenadora e docente do mestrado em Lazer/UFMG. Email: christianneLUCE@yahoo.com.br.



## LAZER, IDOSOS E INCLUSÃO SOCIAL: EXPLORANDO O POTENCIAL DOS INTERESSES TURÍSTICOS NA PERSPECTIVA DA ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL<sup>40</sup>

Christianne Luce Gomes  
Andrezza Goulart Buldrini de Souza  
Leonardo Lincoln Leite Lacerda  
Marcos Filipe Guimarães Pinheiro<sup>41</sup>

Este projeto de pesquisa teve como principal objetivo aprofundar conceitos básicos sobre as temáticas lazer, idosos, inclusão social e animação sociocultural, tendo em vista apontar possibilidades de atuação profissional no âmbito dos interesses turísticos do lazer. A metodologia consistiu na realização de uma pesquisa bibliográfica que contribuisse com as políticas públicas de intervenção nas áreas do esporte, lazer e turismo para a população idosa, uma vez que estas carecem de aprofundamentos na perspectiva da animação sociocultural. Ao contrário dos países desenvolvidos, que constituíram uma cultura de apoio e valorização ao idoso, nações em desenvolvimento, como o Brasil, necessitam de pesquisas que permitam aprofundar conhecimentos com vistas a qualificar a intervenção junto a esse segmento social, tendo em vista a promoção de uma vida com mais qualidade na velhice. Além disso, tanto a velhice quanto a animação sociocultural são temas de pesquisa ainda recentes em nossa realidade e que raramente apresentam considerações sobre o lazer das pessoas idosas, bem como sobre a sua importância nesta fase da vida. Muitos estudos no campo da Gerontologia têm se dedicado a essa questão, mas, verificamos pouquíssimas considerações sobre o lazer, que representa um dos fatores básicos para o exercício da cidadania e também para a busca de uma vida com mais sentido e qualidade. Esta constatação revelou uma lacuna nos estudos e também nas iniciativas voltadas para o estabelecimento de ações reais e efetivas na área. Além de integrar o *Estatuto do Idoso*, o lazer está presente na *Declaração Universal dos Direitos Humanos* e na *Constituição Federal do Brasil*, onde figura como direito social de todo cidadão brasileiro, que não pode ser negligenciado em nenhuma fase da vida, especialmente na velhice. Essa diretriz também vem sendo apontada na recente Política Nacional de Promoção da Saúde, em vigência desde de 2006, que tem como objetivo geral promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidade e riscos à saúde relacionados aos seus determinantes e condicionantes – modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais. Com o estudo, foi possível aprofundar conhecimentos sobre as temáticas lazer, idosos e inclusão social, sistematizando-os em linguagem simples, clara e acessível, de maneira que possam contribuir com a qualificação das intervenções, por parte de agentes culturais, no âmbito da animação sociocultural. Para isso, as propostas construídas precisam considerar as particularidades e especificidades da população idosa que busca no turismo uma possibilidade de lazer. Espera-se que esta pesquisa contribua com as políticas públicas democráticas nos campos do esporte e do turismo, a partir da inclusão social de idosos por meio do acesso aos interesses turísticos de lazer.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Idosos. Animação sociocultural. Interesses turísticos.

---

<sup>40</sup> Apoio: Ministério do Esporte.

<sup>41</sup> Universidade Federal de Minas Gerais.

## **(RE) CRIAÇÃO DO IMAGINÁRIO LÚDICO NAS AULAS DE ATIVIDADE FÍSICA PARA A TERCEIRA IDADE**

*Emília Amélia Pinto Costa da Silva*<sup>42</sup>

*Priscilla Pinto Costa da Silva*<sup>43</sup>

*Julienne de Lucena Souto Marinho*<sup>44</sup>

*Cheng Hsin Nery Chao*<sup>45</sup>

Considerando as possibilidades de (re) criação do imaginário lúdico nas aulas de atividade física para a terceira idade e a diversificação nela encontrada, percebemos que o clown como conhecimento na Educação Física é relatado com base em nossas vivências no Projeto de Extensão Tai Chi Chuan e Práticas Corporais para a Terceira Idade, do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual da Paraíba. Compreendendo os diferentes meios e métodos educacionais a serem utilizados, partimos da concepção de empregar o clown em nossas aulas, com aspectos que abordam fundamentos da transformação, do sentir, do agir, do interesse social, do sorrir. Como nos mostra Kasper (2004) “O riso implica intensidade. A intensidade nos torna e nos faz sentir de outro modo”. Desta forma, esses aspectos psico-sociais têm como alvo na transformação da alma, através de elementos lúdicos incorporados nas aulas. Em nosso relato de experiência apresentamos uma seqüência metodológica com todos os alunos integrantes desse projeto. Os instrumentos utilizados são as planilhas de aula e registros fotográficos. Esse relato refere-se setembro de 2008 à abril de 2009, no qual as aulas são realizadas três vezes por semana, com duração de uma hora cada. Todos os idosos passaram por processos de avaliações médicas juntamente com a anamnese para assim, identificarmos se estavam aptos para ingressar ao grupo. Considerando a Educação Física como uma área multidisciplinar em que compreende além do corpo, a capacidade de criar e interpretar, oportunizando em nossas aulas a liberdade de expressão de forma a despertar os elementos incorporados a cultura do movimento e recreação. A partir desse contexto, são elaboradas aulas, em que os estagiários traçam ações motivadoras e com suas fantasias despertam a curiosidade e o interesse na participação contínua. No qual, é possível constatar ao final de cada aula depoimentos construtivos e incentivadores para a continuidade desse procedimento metodológico, além da continuidade do Projeto de Extensão Tai Chi Chuan e Práticas Corporais para a Terceira Idade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Clown. Práticas corporais para a terceira idade. Ludicidade.

---

<sup>42</sup> Graduanda em Educação Física/ UEPB.

<sup>43</sup> Mestranda em Educação Física. UPE/UFPB.

<sup>44</sup> Graduanda em Educação Física. UEPB.

<sup>45</sup> Professor Doutor UEPB.

## LAZER E FISIOTERAPIA GERIÁTRICA: A IMPORTÂNCIA DA INTERDISCIPLINARIDADE

*Amanda Guiduci Marcial*

Dentro do conjunto de ações que norteiam a conduta da Fisioterapia, além da reabilitação física, observa-se a importância dos procedimentos de orientação e de acompanhamento, conforme regem as Leis e Atos Normativos da Profissão. Em relação à Fisioterapia Geriátrica, a importância de tais procedimentos se faz ainda mais evidente se considerarmos o desafio da manutenção das capacidades funcionais que interferem diretamente no padrão de qualidade de vida desses pacientes. Nesse sentido, vê-se através do Lazer a possibilidade de vivenciar essas orientações e de facilitar o acompanhamento do paciente idoso, mesmo após a alta. Na prática, a interdisciplinaridade com o Lazer é vista como uma adequação da conduta fisioterápica em Geriatria à complexidade biopsicossocial desses pacientes, preparando-os para o período de alta e pós-alta. O objetivo é desenvolver uma prática fisioterápica que contemple, na interdisciplinaridade com o Lazer, a reinserção social desses pacientes. Através das atividades de Lazer direcionadas, com foco na capacidade funcional reabilitada, busca-se propor orientações e acompanhamentos condizentes com a realidade desse grupo social, avaliando seus efeitos na prevenção e na promoção de saúde dos pacientes em situação de alta fisioterápica. Em termos de relevância social, pretende-se refletir sobre o papel da profissão do fisioterapeuta na sociedade, sobre a sua responsabilidade na promoção e na prevenção de saúde e na qualidade de vida do idoso que retoma o cotidiano após tratamento fisioterápico. Em termos de relevância científica, busca-se destacar a importância da interdisciplinaridade da Fisioterapia Geriátrica com o Lazer na proposição de programas de atividades de Lazer no acompanhamento a idosos em processo de alta e pós-alta; investigar o impacto das atividades de Lazer em relação à capacidade funcional do idoso e à promoção do seu processo de reinserção social em pós-alta fisioterápica. A proposta do estudo é promover reflexão sobre a possibilidade de atuação interdisciplinar entre a Fisioterapia e o Lazer, no sentido de agregar ao modelo biomédico vigente, outro saber que proporcione ao Fisioterapeuta a ampliação de sua conduta no processo de finalização do tratamento, que contemple a complexidade biopsicossocial do paciente idoso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fisioterapia Geriátrica. Lazer. Interdisciplinaridade.

## RELATO DE EXPERIÊNCIA DO CONSÓRCIO PELC PIONEIROS: PERSPECTIVAS DE ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

*Cláudio Gualberto<sup>46</sup>  
Leonardo Toledo Silva<sup>47</sup>*

O Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC é uma iniciativa do Ministério do Esporte cujo principal objetivo é suprir a carência de políticas que atendam às necessidades da população por lazer, numa perspectiva de que o esporte/lazer seja garantido como direito social. Como gestores de uma inserção do Programa deteremos-nos neste, na sistematização do acompanhamento, monitoramento e avaliação do consórcio intermunicipal, reunindo 17 prefeituras e desenvolvido pela ONG “ARLS Pioneiros do Nordeste”, na microrregião de Guanhães/MG. Concordando com EWERTON (2007) Acompanhamento: possibilita um contínuo processo de análise da execução dos convênios, detectando incorreções e/ou dificuldades e procedendo as orientações para que sejam realizadas correções dos rumos. Monitoramento: possibilita uma permanente identificação dos dados coletados através de relatórios e ou visitas, originando análise dos dados e verificação de evolução do cumprimento do objeto pactuado e das ações aprovadas no convênio. Avaliação: deverá ser processual dando conta de identificar de onde partiu, compreender o contexto deste lugar, resgatar aonde se propõe a chegar, identificar aonde chegou e passar a compreender esse novo lugar e, a partir dessa análise processual, identificar a eficiência, a eficácia e a efetividade. Para realizarmos o acompanhamento, monitoramento e avaliação utilizamos: a indicação e identificação dos agentes, análise curricular e entrevista, relatórios (de visitas, dos módulos de qualificação e das atividades assistemáticas), atas de reuniões, caderno de inscrição, lista de frequência e publicações em seminários e congressos. É dada especial ao módulo final de qualificação, onde o foco temático é a avaliação das ações do convênio e realizada com membros do Grupo Nacional de Formadores PELC, institucionalizado pelo Ministério do Esporte. Este módulo realizado nos dias 10 e 11/12/2008, na cidade de Guanhães. Os formadores utilizaram dinâmicas, vídeos, textos e discussões, com objetivo de avaliar o processo de implantação e funcionamento, bem como enumerar potencialidades e as dificuldades inerentes a todo o processo de implantação de uma política pública setorial, além dos desdobramentos possíveis para a continuidade das ações. Pelos relatos apresentados foi possível estabelecer alguns referenciais importantes, quando se propõe a realizar a avaliação do convênio: a) pela primeira vez nesses municípios, todos de pequeno porte e distanciados de outros grandes centros metropolitanos, observa-se a prática do esporte/lazer na perspectiva do direito; b) percebe-se uma diversidade nas práticas desenvolvidas: artesanato (bordado, crochê, fuxico, reciclagem, desenho, pintura em tecido); criação de brinquedos, caminhada, ginástica, capoeira, coral, jogos (damas, xadrez, dominó, cartas), dança, dinâmicas vivenciais, modalidades esportivas, informática, jogos e brincadeiras, cinema, teatro e outras. Na identificação das potencialidades, dificuldades e os desdobramentos decorrentes, foi utilizada a dinâmica do sinal de trânsito onde: verde (pontos bem sucedidos), amarelo (pontos onde se observou avanços, mas necessitam de especial atenção) e vermelho (dificuldades encontradas). Foi possível constatar que parte dos municípios ainda prioriza a oferta de oficinas esportivas, mas em outras já são associadas as oficinas artístico-manuais. Boa parte dessa evolução pode ser atribuída ao processo de seleção dos agentes comunitários, referendando um perfil aproximado com a proposta do PELC e ao processo de qualificação continuada dos quadros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. PELC. Avaliação.

---

<sup>46</sup> Especialista em Lazer (UFMG, 2008), membro do grupo Nacional de Formadores PELC, Presidente do Instituto Brasil Igualdade Social (IBIS). (31) 3823-9704/93451656/8644-5817. profclaudiogualberto@gmail.com.

<sup>47</sup> Especialista em Gestão de Políticas Sociais (PucMinas, 2005). Especialista em Lazer, (UFMG, 2008). Assessor Técnico do Instituto Brasil Igualdade Social. leotoledos@yahoo.com.br.

## EQUIPAMENTOS DE LAZER – CONTRIBUIÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE LAZER PARA O PÚBLICO ADULTO NA CIDADE DE AMERICANA-SP

Cathia Alves<sup>48</sup>

Stéphanie Helena Mariano<sup>49</sup>

Esse estudo será realizado através da combinação de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, supondo a inserção das pesquisadoras nos equipamentos a serem investigados. O projeto tem por objetivo geral diagnosticar a realidade dos equipamentos de lazer na cidade de Americana-SP, fornecendo subsídios para a formulação de políticas públicas de lazer, especificamente para o público adulto. Quando se pensa em política pública compreende-se que é algo complicado e extremamente discutível, pois envolvem ideais e idéias, completamente diferentes, e que na maioria das vezes estão associadas a algum partido político. Os projetos, geralmente, partem da hierarquização das necessidades, e os políticos e idealistas planejam esses projetos pensando primeiramente no atendimento das necessidades “básicas”. Não que as atenções não devam se voltar para sanar os problemas das classes desfavorecidas, e oferecer o suprimento das necessidades, mas o lazer também é uma questão importante e deve ser valorizado para todas as classes sociais. O lazer ligado tanto à política quanto à cultura é capaz de dar sentido à vida das pessoas, e, para isso, é preciso pensar numa política de forma abrangente. A cidade de Americana foi escolhida para a pesquisa por critérios de representatividade (alta taxa de urbanização) e acessibilidade. Sua população é estimada em 199.094 habitantes (IBGE, 2007) e seu índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é de 0,840 (IBGE, 2005). O levantamento de dados inicial já aponta alguns resultados. Quanto aos espaços, a cidade disponibiliza de: ginásios e quadras poli - esportivas, praças, parques, teatros, centros de cultura, pista de atletismo, campos de futebol de várzea e centro comunitário, além de ter uma sede do sistema “S” (Sesi) e clubes privados. O lazer na cidade de Americana é ligado fortemente a Secretaria de Cultura e Turismo. Os projetos desenvolvidos são: *Se essa Rua fosse minha*; *Americanta* (festival de MPB); *Cenário Hermann* (música, lazer e cultura); *Arte na Praça*; *Viola em casa*; e *Festival de Teatro*. Os projetos envolvem muito o grupo de jovens e o grupo de idosos. Dessa forma, o lazer é compreendido nesse estudo como espaço e tempo privilegiado para vivências lúdicas de conteúdos culturais que alcancem, em sua prática, níveis críticos e criativos. Caracteriza-se como esfera abrangente, que tem profundas relações com o trabalho, com a educação, com a família, e outras dimensões da vida humana. E, por isso, o lazer é considerado como um dos elementos fundamentais para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. No entanto, essa concepção do lazer parece não ser a mesma nas ações destinadas à população adulta. No que se refere a essa faixa etária, identificou-se que o poder público local pouco incentiva a participação deles no lazer e não oferece uma atividade e um local operacionalizado; falta preparo para os adultos vivenciarem seu tempo disponível, costuma-se também associar o lazer com experiências individuais isoladas, dirigindo a visões parciais e reducionistas. Um outro aspecto é o lazer consumo, que intencionalmente é usado pelo sistema e valorizado de forma unilateral, apresentando uma série de riscos; além das atividades de lazer com caráter descaracterizado para a idade adulta, que muitas vezes é incentivada a agir com infantilismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas. Equipamentos. Adulto.

---

<sup>48</sup> UNIARARAS/GPL.

<sup>49</sup> SESI-SP/GPL.

## PROGRAMA MINAS OLÍMPICA NOVA GERAÇÃO NO ISEAT/FHA: UMA EXPERIÊNCIA PARA A VIDA

*Elton de Paula<sup>50</sup>; Érica Tamara de Assis<sup>51</sup>;  
Fernanda Almeida Mendes<sup>52</sup>; Karine G. S. Santos<sup>53</sup>;  
Mariza de Macedo Duarte<sup>54</sup>; Renata de Oliveira Santos<sup>55</sup>;  
Guilherme Carvalho Franco da Silveira<sup>56</sup>;  
Rodrigo Caldeira Bagni Moura<sup>57</sup>; Simone Esteves<sup>58</sup>;  
Tereza Pereira do Carmo<sup>59</sup>*

As experiências no programa Minas Olímpica Nova Geração se constituíram ao longo do ano de 2008 em um momento de formação, debate e discussão de muitos temas relacionados à Educação, à Educação Física, às práticas corporais, à saúde, à qualidade de vida, à arte e à educação para e pelo lazer. Dessa forma, pretendemos contribuir para que os educadores que atuam no referido programa possam desenvolver estratégias e metodologias para estimular os alunos a ampliarem as suas vivências de lazer, diversificando os interesses culturais, e valorizando essa esfera da vida humana em suas vidas de forma crítica, criativa, responsável e comprometida. O trabalho é realizado por estudantes de Educação Física e Ciências Biológicas, orientados semanalmente por professores de Educação Física, Arte e Ciências Biológicas, possibilitando uma reflexão constante sobre o processo de formação dos participantes, em especial sobre a formação para e pelo lazer, consubstanciada nos projetos e experimentações. A partir de um diagnóstico com o objetivo de conhecer as manifestações culturais a que os participantes do projeto têm acesso e aliar a reflexão sobre tais experiências com a apresentação de novas possibilidades e linguagens, temos trabalhado com diversas propostas, projetos e os diferentes interesses culturais (físico-esportivos, manuais, artísticos, intelectuais, sociais e turísticos). Com atividades três vezes por semana, os participantes, na faixa etária entre 10 e 15 anos, realizaram, nos primeiros seis meses, projetos de práticas corporais (vôlei, taekwondo, futsal), arte (dança e circo). Nestes projetos desenvolvemos uma abordagem que contemplasse os aspectos históricos, técnicos, sociais e culturais destas práticas culturais. Nos projetos começamos identificando o conhecimento que os alunos já possuíam de cada modalidade. A partir daí, vivenciamos e refletimos sobre as técnicas corporais, buscamos informações sobre a história, percebemos a importância de cada modalidade na nossa cultura, a influência da mídia no esporte, os aspectos fisiológicos, estéticos e éticos envolvidos nas práticas corporais e na arte. Registramos as intervenções com fotos, vídeos e estimulamos os alunos a buscarem conhecimento sobre cada tema em jornais e revistas. No caso específico do projeto de vôlei, começamos a trabalhar com as crianças e adolescentes a escrita de um livro de histórias fictícias sobre a modalidade, em que a narrativa será baseada na experiência dos alunos e os personagens foram criados pelos próprios alunos. Além de tais projetos, realizados duas vezes por semana, as crianças e adolescentes tem se envolvido, uma vez por semana, em atividades de experimentação de diversas práticas corporais (neste início de projeto, foram vivenciados: badminton, frescobol, le parkour, arvorismo, ginástica olímpica, peteca, ping-pong, natação, futebol americano). A expectativa é de que algumas destas experimentações possam futuramente também se constituir em projetos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Educação. Programa Minas Olímpica Nova Geração.

---

<sup>50</sup> Acadêmico do curso de Educação Física do ISEAT/FHA.

<sup>51</sup> Acadêmica do curso de Educação Física do ISEAT/FHA.

<sup>52</sup> Acadêmica do curso de Ciências Biológicas do ISEAT/FHA.

<sup>53</sup> Acadêmica do curso de Ciências Biológicas do ISEAT/FHA.

<sup>54</sup> Acadêmica do curso de Educação Física do ISEAT/FHA.

<sup>55</sup> Acadêmica do curso de Educação Física do ISEAT/FHA.

<sup>56</sup> Docente do ISEAT/FHA e coordenador do núcleo do programa no ISEAT/FHA.

<sup>57</sup> Docente do ISEAT/FHA e coordenador do núcleo do programa no ISEAT/FHA.

<sup>58</sup> Docente do ISEAT/FHA e coordenadora do núcleo do programa no ISEAT/FHA.

<sup>59</sup> Docente do ISEAT/FHA e coordenadora do núcleo do programa no ISEAT/FHA.

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER EM SUZANO/SP: A CONCEPÇÃO DOS GESTORES

*Deise Miki Kikuchi  
Silvia Cristina Franco Amaral<sup>60</sup>*

Quando pensamos no que fazer no tempo livre, podemos encontrar várias respostas. Porém como aproveitar esse tempo nos dias atuais, usufruindo esse direito dos tempos modernos? Quais as formas viáveis para a utilização de espaços públicos e disponíveis numa cidade? Como gerar uma igualdade na utilização desses recursos para os habitantes? Como os espaços e equipamentos de lazer vêm se estruturando para a população? São feitas pesquisas a respeito da utilização desses espaços? Estes questionamentos iniciais fizeram-me pensar nas políticas públicas da Cidade de Suzano, buscando compreender a concepção de lazer dos seus gestores, e como esses procuram garanti-lo à população. Para isso, dialogo com diferentes concepções de lazer e diferentes concepções de políticas públicas. A pesquisa é descritiva, analisando a concepções dos gestores da Cidade de Suzano, por meio de entrevistas e do estudo de documentos como a Lei Orgânica do Município de Suzano e o Plano Diretor Participativo Municipal. A partir desses dados, procuro responder quais concepções de lazer e as direções ideológicas da política na Cidade de Suzano, buscando perceber se o lazer é concebido ou não como um direito social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política Pública. Lazer. Suzano.

---

<sup>60</sup> Universidade Estadual de Campinas- Faculdade de Educação Física. GEPL- Grupo de estudo e pesquisa em políticas públicas e lazer.

Os direitos sociais constituem uma das três dimensões da cidadania, são direitos mínimos e universais, se referem a bens e serviços essenciais aos cidadãos lhes garantindo o bem-estar. Historicamente os direitos sociais estão associados à participação na riqueza social de um país. São tidos como conquistas dos trabalhadores, como resultado da luta política entre capital e trabalho. São problemas sociais que se tornam problemas políticos através da mobilização e luta política e são incorporados pelo Estado, passando a ser objeto de sua intervenção. A Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988, em seu artigo sexto, define o lazer como um dos direitos sociais ao lado da educação, saúde, trabalho, moradia, segurança e previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados. O que nos indica que o lazer foi considerado pelo Estado brasileiro, no momento histórico e contexto político da construção da Constituição de 1988, um bem essencial aos cidadãos e ao seu bem-estar, e o acesso a ele foi considerado um fator condicionante da cidadania. No entanto, a produção bibliográfica nos mostra que houve reivindicação dos movimentos sociais por tempo livre, mas não por lazer, e que historicamente o lazer não se constituiu como objeto de disputas e conflitos, não foi demandado por movimentos sociais nem reconhecido pela sociedade brasileira como tema que merecesse reflexão. Mostra-nos também que os interesses historicamente relacionados ao lazer são os de controle do tempo dos trabalhadores, para além do tempo do trabalho, e perpetuação da racionalidade produtiva pelos donos dos meios de produção para a produção e reprodução do capital. Essa perspectiva analítica parece indicar uma “via de mão única”, em que apenas prevalece o interesse de dominação política do capital. Tal produção bibliográfica mostra-nos também que, ainda hoje, apesar da aquisição pelo lazer de um lugar de destaque cada vez maior na sociedade brasileira - ele está presente na fala das pessoas, no discurso político, na mídia, no mercado, nas políticas sociais e no mundo acadêmico, sendo tema de grupos de pesquisa das mais diversas áreas do conhecimento - ele ainda ocupa um lugar desprivilegiado na escala de necessidades dos cidadãos. Por tudo isso, meu ponto de partida é a constatação da existência de um todo contraditório em torno da constituição do lazer como direito social no Brasil. Pois, aparentemente, ele não se constituiu como objeto de disputas e conflitos, não foi demandado por movimentos sociais nem reconhecido pela sociedade brasileira como tema que merecesse reflexão e, mesmo assim, se constituiu como direito social. O interesse da pesquisa aqui apresentada é investigar a trajetória política do lazer no Brasil para compreender como e por que, nesse todo contraditório, o lazer se constituiu como direito social, identificando quais foram os atores políticos, os interesses envolvidos e o entendimento de lazer – referência conceitual - do Estado que fundamentou sua inclusão na Constituição Brasileira de 1988. Enfim, minha intenção é identificar e compreender os nexos causais que arrogam ao lazer a forma de direito social no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Direito social. Cidadania.

---

<sup>61</sup> Pesquisa sob orientação da Prof. Dr<sup>a</sup>. Sílvia Cristina Franco Amaral.

<sup>62</sup> Mestranda em Educação Física/FEF/UNICAMP. upo de Estudo e Pesquisa em Políticas Públicas e Lazer/GEPL/UNICAMP.



## LAZER E AÇÃO COMUNITÁRIA EM ERMELINO MATARAZZO

*Natânia Leite Ramalho; Julio Ramos; Aline Aoun Sapienza;  
Ana Cristina Fernandes Clemente; Bianca Navarro da Costa;  
Igor Geiger Santanna; Letícia de Oliveira Aio; Marina Scarpin de Sá;  
Paloma Lopez Brandão; Talita Caroline de Carvalho;  
Tháís Rinaldi Alves<sup>63</sup>; Edmur Antonio Stoppa<sup>64</sup>*

O presente trabalho, apresentado ao programa Aprender com Cultura e Extensão, da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo, tem como objetivo complementar a formação discente, articulando o tripé ensino, pesquisa e extensão, procurando estimular o desenvolvimento do aluno na tomada de decisão na área do lazer, colocando-o em contato direto, com a realidade do entorno da EACH. Além disso, o projeto tem a pretensão de atingir o maior número de pessoas possíveis, interessadas em atuar no campo do lazer e, inclusive a serem “agentes multiplicadores”, a partir da vivência das experiências do processo do qual este projeto faz parte. Assim, o projeto desenvolve a formação e capacitação de recursos humanos, a partir da participação dos envolvidos no desenvolvimento do projeto, de modo a buscar a autonomia da comunidade em relação à continuidade das ações relacionadas à temática do lazer. A ação vem sendo realizada em Ermelino Matarazzo, zona leste da cidade de São Paulo, em parceria com a Associação Pró Bairro de Ermelino Matarazzo (Pró-BEM) e é desenvolvida por meio da metodologia da Ação Comunitária, que prevê a participação de todos os envolvidos no processo – técnicos e comunidades – no planejamento, execução e avaliação dos projetos. Para a consecução dos objetivos acima colocados, o projeto foi dividido em módulos (sensibilização, curso/treinamento, projeto piloto, período de carência e continuidade), articulados entre si, mas com vida própria. Encontra-se, no momento, na fase de desenvolvimento do projeto piloto na comunidade, após a realização do curso/treinamento composto de três eixos em termos de conteúdo, diretamente interligados, e trabalhados concomitantemente: Teoria do Lazer; Trabalho em Grupos e Ação Comunitária, reunindo bolsistas e lideranças comunitárias. Os principais resultados, ainda parciais, que podem ser apontados são: a efetiva mobilização e engajamento da comunidade local em relação aos necessidades e desejos relacionadas ao lazer da região, inicialmente discutidos e levantados por meio da análise de situação local; a valorização do trabalho coletivo, de acordo com os valores da participação cultural, com a preparação de uma grande festa organizada pela comunidade, a partir do trabalho de três diferentes comissões (coordenação, material e divulgação); a valorização da cultural local, inclusive como contraponto às questões político-partidárias encontradas nos principais equipamentos específicos de lazer da região, que corroboram para a ocorrências das barreiras para o lazer nesse espaços.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Formação e Atuação Profissional. Ação Comunitária.

---

<sup>63</sup> EACH/USP.

<sup>64</sup> EACH/USP/GPL/GIEL.

## **PROGRAMAS DE LAZER E CIDADANIA: O PROGRAMA ESCOLA ABERTA VISTO PELOS PARTICIPANTES**

*Coriolano P. da Rocha Junior*<sup>65</sup>

*Flávio Damião Pinto Junior*<sup>66</sup>

Este texto analisa o Programa Escola Aberta (PEA) que acontece a partir de oficinas nas escolas públicas tendo a comunidade local como alvo e também como agente de suas ações. O PEA conta com oficinas diversificadas e que são na maioria caracterizadas como espaço de lazer. Suas atividades acontecem nos finais de semana quando as escolas estão fechadas, buscando transformar a vida da população a partir da ampliação e melhoria da relação escola-comunidade, da inclusão social e cultural e do reconhecimento de uma cidadania plena, sendo o lazer visto como um meio para se alcançar estas propostas. O objetivo deste estudo foi analisar o PEA pelo olhar dos beneficiados identificando como estes o vêem e como concebem suas contribuições para suas vidas e para a comunidade. Para tal foi realizada uma pesquisa com participantes de Itamaracá (PE) a partir de um questionário aberto aplicado em 2007 buscando as impressões que estes tinham do PEA e das oficinas. Na análise foi usada somente uma interpretação qualitativa, sem preocupação com mensurações e as questões buscavam saber sobre: tipos de oficinas que participava; possibilidades e espaço de lazer na comunidade; possíveis benefícios adquiridos com a participação nas oficinas; melhoria nas oficinas e os pontos a se destacar nestas. As respostas apontaram para: maior participação na área esportiva; dificuldades quanto aos espaços de lazer antes da chegada do PEA; a melhoria nas relações dentro da comunidade e dos laços afetivos entre alunos da escola e professores e também na relação com os familiares e com a própria escola. Também se falou da relação com osicineiros, dando ênfase ao carinho e a atenção destes e o fato das escolas estarem abertas nos fins de semana oportunizando vivências lúdicas. Foi dito da necessidade de melhoria da infra-estrutura das escolas e dos materiais e também que as escolas deveriam ficar abertas todos os dias e não só nos fins de semana. Concluiu-se que os participantes vivenciaram uma ampliação de suas opções culturais, sendo a escola também um espaço de lazer a partir das oficinas, já que nas comunidades não existiam outros espaços e mais, as relações entre comunidade, escola e família foram melhoradas. Avaliamos que o PEA é relevante e demonstra resultados potentes como política pública e isto, a partir da fala dos participantes e ainda salientamos a importância de expansão e continuação do PEA por seu significado como projeto social de mudança e de exercício da cidadania.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Cidadania. Participantes.

---

<sup>65</sup> UFBA.

<sup>66</sup> UCB.

## **ENTRE O PRESCRITO, AS EXPECTATIVAS E A PRÁTICA VIVIDA: UM ESTUDO DA OFICINA DE ESPORTE E LAZER DO PROGRAMA PROJovem ADOLESCENTE**

*Michelle Cristina Duarte Gomes Mendes*

O presente texto trata de uma pretensão de estudo sobre um programa das Políticas Públicas Sociais desenvolvido pelo município de Cariacica no Espírito Santo em conjunto com o Governo Federal, o Projovem Adolescente. Mais especificamente a Oficina de Esporte e Lazer desenvolvida pelos profissionais de Educação Física como facilitadores neste programa. As atividades realizadas nas oficinas com os jovens são importantes para o reconhecimento das manifestações esportivas e culturais valorizadas pelo Coletivo, pelo município e pelo território nacional. No entanto, o programa propõe que, mais do que reconhecê-las, é importante que os jovens possam vivenciar essas atividades para o seu lazer. Porém, ao investigar a estrutura física das quatro unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) em Cariacica, foi possível perceber certa limitação para o desenvolvimento do projeto devido a carência de recursos materiais, estruturais, organizacionais e de segurança. No CRAS de Campo Verde, por exemplo, os adolescentes praticam as atividades em uma rua sem calçamento, expostos ao sol e quando chove, não ocorrem atividades na rua. A alternativa é a sala de encontro, porém não existe material para realizar a oficina. O único material existente para as oficinas são duas bolas de futebol. Entre o instituído pelas Políticas Públicas e o vivido pelos sujeitos cotidianamente nesses espaços percebemos um hiato uma vez que os objetivos estipulados para o programa não parecem considerar os diferentes lugares para sua materialização. Após levantadas algumas questões e considerar o Projovem Adolescente como Política Pública, propomos uma análise do programa como prática social, que é vivenciada por determinados grupos em locais. A investigação parte de um olhar sobre a realidade onde são aplicadas as oficinas, concentrando-se na sua estrutura e na experiência cotidiana dos indivíduos envolvidos: profissionais, gestores e público assistido. No confronto entre o que é descrito como ideal e o que tem sido vivido, esse estudo busca: a) analisar as oficinas de esporte e lazer de acordo com os objetivos estabelecidos pelo programa; b) compreender as expectativas, preocupações e soluções dos sujeitos nos CRAS de Cariacica; c) analisar as limitações e estratégias dos facilitadores da oficina, de acordo com a estrutura que dispõem; e e) discutir, refletir e experienciar novas possibilidades de trabalho com os sujeitos, a fim de que o grupo possa atingir suas expectativas. As análises e discussões que propomos para esse estudo podem contribuir para repensar a formação do profissional de Educação Física no que diz respeito ao trabalho com os jovens em espaços extra-escolares. Além disso, o benefício aos profissionais representa uma expectativa significativamente considerável, contudo, também o é para os indivíduos envolvidos e para os gestores que se utilizam desta Política Pública como instrumento. O caminho será a abordagem da pesquisa-ação existencial. A coleta de dados acontecerá em oito Coletivos do Projovem Adolescente de Cariacica, no período de 01 (um) ano, através de observação participante, entrevistas e análise documental das propostas de trabalho institucionais. A análise e interpretação serão realizadas pela construção de matrizes analíticas observadas pela técnica de análise de conteúdo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas. Projovem Adolescentes. Esporte e Lazer.

## LIMITES E POSSIBILIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA DE ESPORTE E LAZER: O PROCESSO DE ESCOLHA DA COMUNIDADE E DOS ESPAÇOS DE INTERVENÇÃO

*Aline Tschöke*<sup>67</sup>  
*Simone Rechia*<sup>68</sup>

Esta reflexão objetiva apresentar o processo de implementação de dois núcleos do PELC- Programa de esporte e lazer da cidade, financiado pelo Ministério do esporte, ambos tendo como entidade promotora a Universidade Federal do Paraná. Buscando apontar nesse processo limites e possibilidades enfatizando a escolha das comunidades e dos espaços de intervenção. Utilizando como instrumento para coleta de dados (5) questionários, respondidos por integrantes do programa, neste abordando a seleção das comunidades e dos espaços de intervenção. Segundo a coordenadora geral, foram inicialmente mapeadas comunidades não atendidas pelo PELC, localizadas próximas a cidade de Curitiba- PR, em seguida estas foram visitadas e contatadas lideranças locais. Foram beneficiadas aquelas que apresentaram algum tipo de estrutura física, segurança, além de demonstrar interesse por parte da comunidade. Sendo estas: Vila Audi –foram organizadas reuniões para apresentação do programa, realizadas pesquisas de opinião para detectar interesses de cada local e finalmente visitas sistemáticas aos espaços disponíveis. Em relação aos espaços escolhidos, tem-se dado preferência a utilização dos públicos, estes acompanhados de uma estrutura mínima (banheiros, espaço coberto e segurança). No caso da Vila Audi, para o início das atividades foi escolhida a Praça Esportiva Renato Russo, por conter diversos equipamentos, espaço amplo e estar localizada ao lado de uma escola municipal, seguido de outros em fase de elaboração de propostas tais como unidade saúde, associações de moradores, espaços de ONGs, etc. Já no caso da Vila Zumbi verificou-se a carência de espaços públicos, sendo que o único existente na comunidade não apresenta o mínimo de segurança. Sendo assim optou-se por iniciar as atividades na sede da APOIO - Associação Paranaense de Orientação, Integração e Ofícios, a qual disponibilizou salas de aula, pátio e auditório. Após iniciarem as atividades os coordenadores e bolsistas perceberam com ajuda das lideranças locais a rivalidade entre diferentes áreas nas comunidades escolhidas, sendo que oficinas que acontecem de um lado não têm a participação de moradores do outro lado. Existem ainda mais algumas dificuldades, segundo a coordenadora geral o alto índice de violência que impede muitos moradores de se locomover pelo bairro além de (especificamente na Vila Zumbi) divergências religiosas. Para tanto estão sendo estudados espaços alternativos, com a intenção de atender um número maior de moradores em diferentes pontos das duas vilas visando superar os limites apontados. Essa busca pelo espaço de intervenção é um fator relevante na implementação de um programa de esporte e lazer visto que segundo CERTEAU (2007) o espaço influencia e é influenciado pelas formas de apropriação da comunidade. Sendo assim apontam-se como principais limites a falta de segurança nos espaços públicos e a desarticulação das comunidades causada em muitos casos também pela violência urbana. E como possibilidade destaca-se as parcerias com lideranças e instituições e a busca da autonomia. Nessa perspectiva infere-se que a partir de ações que potencializem os usos dos espaços públicos de esporte e lazer pode-se contribuir para mudanças no cotidiano da comunidade estas que tenha continuidade mesmo após o termino das ações sistemáticas do programa, gerando então autonomia em relação ao direito ao lazer.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Comunidade. Espaços.

---

<sup>67</sup> Mestranda da UFPR.

<sup>68</sup> Professora Doutora do curso de Educação Física e do Programa de Mestrado da UFPR.

## ASSOCIATIVISMO EM COMUNIDADES: UMA POSSIBILIDADE DE APROPRIAÇÃO DO LAZER NA CIDADE DE ANGRA DOS REIS – RJ

Ana Paula Cunha Pereira<sup>69</sup>

Abordar a temática do associativismo não é tarefa fácil em qualquer âmbito com que ela se relacione se tomarmos por base as influências sócio-históricas que não podem ser descartadas, quando a intenção, é fazer alusão a determinadas áreas de conhecimento e no caso deste trabalho, trata-se do lazer. Entretanto, é relevante pontuar que o termo associativismo empregado neste trabalho se insere ao que Ribeiro e Santos Júnior (1996) reconhecem como movimentos e organizações envolvidas com o ideário do fortalecimento da sociedade civil, distinguindo-se, acentuadamente, das instituições filantrópicas e de cunho assistencialistas. Neste caso, consideramos que as bases ideológicas e conseqüentemente, a formação política dos grupos que constituem as associações, se refletem nas ações a serem implementadas pelas mesmas. Com isso, as questões que dizem respeito à historicidade dessas iniciativas, ou seja, a forma como foi constituída, os interesses que moveram os participantes e a maneira como vem sendo conduzida podem contribuir para um maior entendimento de como é tratado o lazer em determinadas comunidades. Cada vez mais se observa iniciativas com o intuito de se estabelecer intervenções de lazer em comunidades por meio de investimentos oriundos dos setores públicos e/ou privados, como é o caso de Angra dos Reis, cidade situada a 150 km do Estado do Rio de Janeiro, e que atualmente possui uma oferta de projetos que proporcionam atividades de lazer aos moradores de diversos bairros. Entretanto, o que este trabalho pretende questionar diz respeito às intervenções que vem sendo efetivadas nas comunidades de Angra dos Reis (RJ) encontram-se vinculadas aos interesses dos moradores ou se apresentam como atividades de caráter recreativo com enfoque técnico-operacional? Isto porque, na maioria das vezes, os projetos desenvolvidos e intitulados ‘de lazer’, contemplam atividades que não estimulam reflexões sistematizadas às pessoas envolvidas. Nas palavras de Werneck (2003), tais atividades podem ser traduzidas como atividades que não se baseiam nas “[...] vivências social e culturalmente construídas em nosso contexto”. (p.50) As associações como forma de organização promove a integração das pessoas, o vislumbre de uma vida melhor, favorece a discussão do exercício da cidadania colocando em pauta a resolução de problemas para bairros, municípios e país, além de servir como espaço propício para o fortalecimento de sujeitos coletivos ativos para uma transformação política, econômica, cultural e social (VEIGA; RECH, 2002), gerando, portanto, reflexões sistematizadas no decorrer no desenvolvimento das práticas de lazer. O Conselho Municipal das Associações de Moradores de Angra dos Reis (COMAM) possui um registro de 123 Associações de Moradores (AM). Estas entidades podem contribuir para a discussão, definição e a tentativa de resolução das carências existentes nas comunidades, dentre elas, o lazer. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é propor uma reflexão acerca da possibilidade das AM servirem como um espaço de integração para que os moradores dos bairros da cidade de Angra dos Reis possam interferir nas propostas existentes e, nas futuramente implementadas. Dessa forma, o lazer pode vir a ser tratado a partir dos vínculos culturais existentes nesta comunidade, contribuindo assim, para o movimento associativista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Associativismo.

---

<sup>69</sup> UNICAMP.

## LAZER E PARTICIPAÇÃO POPULAR NO CONTEXTO URBANO: O CASO DA ÁREA DE LAZER JARDIM LEBLON

*Luciana Cirino Lages Rodrigues Costa*<sup>70</sup>

*Sérgio Manuel Merêncio Martins*<sup>71</sup>

O presente estudo está em desenvolvimento e faz parte do Programa de Pós-graduação em Lazer, na EEEFTO/UFMG. Tem por objetivo identificar, conhecer e analisar como se deu o processo de reivindicação, de construção e da apropriação popular de uma área de lazer que está localizada em Belo Horizonte. Partimos do pressuposto de que a existência de espaços públicos de lazer, uma vez tornando possível o acesso da população a tais locais, podem contribuir para a democratização do lazer. Desse modo, a atuação do Estado pode se configurar como possibilidade de desenvolver políticas que garantam o enfrentamento da questão da construção de espaços direcionados para o lazer público. Apresentamos aqui o estudo de caso da Área de Lazer Jardim Leblon, que foi idealizada pela comunidade local e construída através do Orçamento Participativo 99/2000 e foi construída e entregue à comunidade, pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, no ano de 2002. Trata-se de pesquisa qualitativa, que tem como estratégias as pesquisas bibliográfica, documental e de campo, tendo a entrevista semi-estruturada como possibilidade de dialogar com os possíveis sujeitos envolvidos nessa trama que deu origem, através do exercício político da população, à Área de Lazer Jardim Leblon.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Política pública. Espaço urbano.

---

<sup>70</sup> Mestranda e Especialista em Lazer, graduada em Educação Física, ambos pela EEEFTO/UFMG. Coordenadora do Grupo de Estudos em Políticas Públicas de Esporte e Lazer, Polis/CELAR. Analista de Políticas Públicas da Secretaria Adjunta de Esportes da Prefeitura de Belo Horizonte e Professora da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte.

<sup>71</sup> Professor orientador dessa pesquisa. Integrante do corpo discente do curso de Mestrado em Lazer da EEEFTO/UFMG. Professor do IGC/UFMG.

## IMPACTOS DAS POLÍTICAS DE LAZER NA REGIÃO DO AERO RANCHO EM CAMPO GRANDE/MS: CONSIDERAÇÕES DOCUMENTAIS

*Julio Arani Pinheiro Xavier*<sup>72</sup>

*Felipe Soligo Barbosa*<sup>73</sup>

É imprescindível, para a democratização do lazer, a elaboração de políticas públicas. Entretanto, não se pode deixar levar pela falácia do trefismo, ou da política de atividades isoladas, que na maioria das vezes, acabam por constituir em eventos isolados e não em políticas de animação como processo (MARCELLINO, 2007). Ao pensarmos em uma democratização do lazer, é necessário também, pensarmos em uma democratização do espaço, e se este “é privilégio de poucos, todo o esforço para a democratização não pode depender unicamente da construção de equipamentos específicos<sup>74</sup>” (MARCELLINO, 2007, p. 08). Muitas vezes a solução não está na construção de novos equipamentos, mas na recuperação e revitalização de espaços já constituídos, destinando-os a sua própria função original, ou, com as adaptações necessárias a outras finalidades. O Centro Popular de Cultura, Esporte e Lazer, mais conhecido como Parque Ayrton Senna, localizado no município de Campo Grande/MS, é um equipamento de lazer construído e mantido pelo Governo Estadual de Mato Grosso do Sul até o final de 2006, quando este foi municipalizado e no presente momento é administrado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande (TERRA, 2006). No ano de 2002, a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) em parceria com o Governo do Estado através da Secretária da Juventude Esporte e Lazer (SEJEL) iniciou uma ação de Extensão Universitária, intitulada Projeto Comunitário de Esporte e Lazer (PCEL) que oferece atividades de lazer, principalmente vinculadas aos conteúdos físico-esportivos. Este estudo resultou da combinação da pesquisa bibliográfica, documental. Os critérios de escolha do espaço foram de acessibilidade e representatividade. Percebemos, em uma análise mais ampla dos documentos existentes, a ação de vários órgãos públicos nos parques da cidade, administrando e gerindo espaços com as mesmas características e funções, entretanto, não foi possível detectar grandes esforços para um trabalho integrado, ou para políticas de ação de pessoal. Ao analisarmos o conceito de patrimônio ambiental urbano, a necessidade de sua preservação, conservação, revitalização e animação, como um dos componentes fundamentais de uma política de lazer, constatamos, por meio de nossa pesquisa bibliográfica, que o lazer pode contribuir, de forma prazerosa, no processo de valorização e preservação do patrimônio, desde que, entendido com manifestação cultural.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Políticas de lazer. Espaços. Equipamentos.

---

<sup>72</sup> UCDB-Rede CEDES/ME.

<sup>73</sup> UCDB-GPL/UNIMEP.

<sup>74</sup> Requiza (1980) enfatiza a necessidade de integração, dentro de umas políticas de lazer, de equipamentos privados e públicos, de um lado, e de outro, de equipamentos específicos e não específicos. Como equipamentos não específicos entendem os que, na origem, não foram construídos pra a prática das atividades de lazer, mas que depois tiveram sua destinação específica alterada, de forma parcial ou total, criando-se espaços para aquelas atividades. O autor coloca que hoje os espaços das cidades precisam ser aproveitados de modo a se tornarem polivalentes. Entre esses equipamentos não específicos estão: o lazer, a rua, o bar, a escola, etc. Já os equipamentos específicos são construídos com essa finalidade, podendo ser classificado pelo tamanho, atendimento aos conteúdos culturais, ou outros critérios.

## ANÁLISE DO PROGRAMA “ESPORTE E LAZER DA CIDADE” DO MINISTÉRIO DO ESPORTE: OS NÚCLEOS DE VALPARAÍSO - GO

*Juliana de Oliveira Campos*<sup>75</sup>

*Priscila Almeida Suassuna*<sup>76</sup>

*Simone Tourinho da Silva*<sup>77</sup>

*Dulce Maria Filgueira de Almeida Suassuna*

*Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo*<sup>78</sup>

O trabalho decorre do estudo em andamento do projeto de pesquisa do Núcleo de Estudos do Corpo e Natureza que busca analisar o *Programa Esporte e Lazer da Cidade* (PELC) do Ministério do Esporte (ME). Pretende-se, especificamente, avaliar as ações e intervenções desenvolvidas por entidades conveniadas ao PELC, que promovem atividades em núcleos de esporte e lazer na cidade de Valparaíso de Goiás, compreender a importância desta política social e verificar possíveis alterações desde o seu período de implementação e analisar em que medida a criação deste programa e suas ações conduzem para a ideia de que o lazer é um direito social (TELLES, 2001). A pesquisa, com abordagem qualitativa, compreende três etapas: levantamento bibliográfico, seguido de uma pesquisa documental e o trabalho de campo. A discussão teórica do trabalho contempla autores como Mascarenhas (2004), que analisa o lazer como direito social e Suassuna et al (2007) que discute o tema política e lazer, suas interfaces e perspectivas. Além de autores como: Santos e Silveira (2001) que tratam da constituição das cidades no contexto do capitalismo periférico e Telles (2001), que aborda os direitos sociais no contexto das políticas públicas do Brasil, relacionando à pobreza. Foi realizada uma consulta aos documentos oficiais sobre o PELC, para uma compreensão das diretrizes do Programa. O trabalho de campo está ocorrendo em 2 entidades (Organizações Não-Governamentais) de Valparaíso de Goiás. Faz-se necessário, uma análise dos questionários e uma observação participante efetiva no que diz respeito ao contato com o cotidiano das entidades estudadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Programa Esporte e Lazer na Cidade. Valparaíso-GO.

---

<sup>75</sup> Cursando Licenciatura em Educação Física – UniCEUB.

<sup>76</sup> Cursando Graduação em Ciências Sociais – UnB.

<sup>77</sup> Cursando Licenciatura em Educação Física – UnB.

<sup>78</sup> Orientadores. Pesquisadores do NECON/REDE CEDES – UnB.



## ESTUDOS SOBRE A TEMÁTICA LAZER E SAÚDE PRODUZIDOS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO FÍSICA PUBLICADOS NA BASE DE DADOS “LILACS”

*Natália de Sousa Araújo*<sup>79</sup>  
*Christianne Luce Gomes*<sup>80</sup>  
*Gabriela Baranowski Pinto*<sup>81</sup>

Este projeto de pesquisa objetiva verificar se na área da Educação Física vem sendo produzido conhecimento sobre lazer e saúde na base de dados LILACS e quais os enfoques adotados. Realizou-se a busca pelas publicações nessa base de dados, a qual registra a literatura científico-técnica em saúde produzida por autores latino-americanos e do Caribe. O estudo constitui em uma pesquisa exploratória, por meio de uma revisão de literatura científica. Primariamente, utilizou-se na busca a palavra-chave Educação Física e dentre os 880 resultados encontrados procuramos publicações com os seguintes descritores: lazer, recreação, tempo livre, tempo disponível, lúdico(s), lúdica(s), ludicidade, brincar, brincadeira(s), brinquedo(s), jogo(s), jogar, esporte, esportivo, desporto. Portanto, o que pensam os professores de Educação Física, que estão na área da saúde humana, a respeito do papel do lazer juntamente com o entendimento de saúde é importante para entendermos como a área compreende tal relação. Há escassez de publicações referentes à temática lazer e saúde, portanto o presente estudo demonstra a preocupação de profissionais de Educação Física se apropriarem dessa relação uma vez que se enquadra como uma das 14 subáreas da saúde. O lazer e a saúde são questões que perpassam pela área da Educação Física e os conhecimentos que essa abrange. Dessa forma, acredita-se ser pertinente a preocupação e análise crítica diante das publicações e a disseminação do conhecimento científico acerca dessa temática como forma de enriquecimento para a Educação Física e os estudos que essa área abarca. A Educação Física, subárea que integra o campo da saúde, estabelece vínculos tanto com as ciências biológicas como com as ciências humanas permitindo assim diferentes abordagens. Certamente a predominância do entendimento de Educação Física como uma área voltada, sobretudo, para aspectos biológicos acaba interferindo, entre outros, em nossa compreensão sobre os significados da palavra saúde. Há uma diversidade de conceitos referentes ao tema saúde e assim cada subárea desenvolve um olhar específico e que lhe é próprio. Assim, é de fundamental importância que haja um reconhecimento por parte dos profissionais de Educação Física de se perfilharem na área da saúde na busca de entendê-la de uma maneira ampliada e não apenas através de uma visão somente orgânica e biológica do corpo. Dessa forma, diante das distintas abordagens referentes à Educação Física entendemos a saúde de uma maneira ampliada, englobando diferentes elementos que estão intimamente ligados à condição de sujeitos tais como: as questões sociais, afetivas, espirituais, econômicas, dentre outras. O lazer é, portanto, um de seus determinantes. Logo, essas considerações preliminares vêm ao encontro das preocupações em contribuir sobre o papel e a importância dos estudos referentes ao lazer para a Educação Física e também para a saúde. Assim, há necessidade de ampliar o olhar da Educação Física sobre a temática lazer e saúde tendo em vista a tradição que reduz o entendimento desta aos seus aspectos biológicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Física. Lazer. Saúde.

---

<sup>79</sup> Graduanda do curso de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista do PET – Educação Física e Lazer.

<sup>80</sup> Professora Doutora da Universidade Federal de Minas Gerais. Orientadora.

<sup>81</sup> Professora de Educação Física. Co-orientadora.

## O LAZER E A EDUCAÇÃO FÍSICA NA HUMANIZAÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO, EM UM HOSPITAL ONCOLÓGICO

*Anderson Rodrigues Freitas*<sup>82</sup>

*Luciene Ferreira da Silva*<sup>83</sup>

*José Carlos de Almeida Moreno*<sup>84</sup>

Neste projeto de pesquisa e intervenção se parte de uma problemática que se agrava em ambientes hospitalares brasileiros: o stress e acometimento de desequilíbrios orgânicos por parte de todos os envolvidos nos processos de tratamento de enfermidades, sobretudo das mais graves. A equipe hospitalar, bem como os familiares e os clientes/pacientes de câncer, necessitam de um atendimento que extrapole o tradicional e que recobre cotidianamente a energia que se extravasa com o passar do tempo e da aplicação dos procedimentos hospitalares. Assim, entender o ser humano a partir da ótica não fragmentada, sobretudo na saúde, em que a debilitação de um sistema, não se faz de forma isolada e, os aspectos emocionais têm significância junto ao sistema imunológico, tem sido uma das atividades debatidas nos cursos de Educação Física (bacharelado), priorizando a qualidade de vida, seja na prevenção ou reabilitação da saúde, através do estilo de vida ativo, com prioridade para tomada de consciência sobre o tempo social (tempo do trabalho, das obrigações e tempo – livre) em que se pode ocorrer o ócio ou o lazer. Assim este projeto de pesquisa e intervenção tem como objetivo atender as necessidades de uma instituição hospitalar oncológica do norte paulista, de grande porte, em número de atendimentos, voltado para a humanização do ambiente de trabalho, e na ótica dos autores, entendendo que o desequilíbrio no tempo social tem proporcionado “desequilíbrios orgânicos”, favorecendo instalação de graves doenças nas pessoas que vivenciam longas horas de exposição às obrigações e atividades laborais em ambiente de forte exposição emocional. O projeto resulta de uma proposta ampla que parte do entendimento de todos aqueles que se encontram no ambiente hospitalar, e sob pressão, especialmente, quando se trata da manutenção da vida, se beneficiariam de uma atmosfera lúdica e humanizante. Assim, se privilegia o lazer e a Educação Física como campos de conhecimento para melhoria da qualidade de vida e dos estados de ânimo; otimizar os valores ligados à corporeidade, bem como a retomada de posturas benéficas para a saúde, quando se toma conhecimento das formas de ação e benefícios a serem alcançados com a atividade física e o prazer lúdico em várias esferas de atuação, e se rompem paradigmas sobre hábitos de vida. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, com levantamento bibliográfico e documental sobre o lazer, a saúde, a qualidade de vida e a legislação trabalhista brasileira. O projeto se encontra em andamento e as atividades que foram desenvolvidas focaram interesses artísticos sociais e físico-esportivos e se mostraram positivas para o público participante, frequentadores do hospital.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Ambiente Hospitalar. Humanização.

---

<sup>82</sup> Bacharel/Licenciado em Educação Física – Faculdades Integradas Fafibe.

<sup>83</sup> Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP – Departamento de Educação.

<sup>84</sup> Faculdades Integradas Fafibe.

## (RE)CONHECIMENTO DO LAZER EM BRINQUEDOTECAS HOSPITALARES

*Tônia Lopes Soares Mól<sup>85</sup>  
Hélder Ferreira Isayama<sup>86</sup>*

As brinquedotecas são espaços e tempos privilegiados para a prática do brincar e ainda ambientes lúdicos onde as possibilidades de exploração de vivências culturais múltiplas e a descoberta de diferentes possibilidades são constantes. No entanto, o acesso da população a esses espaços, que podem propiciar vivências de lazer e de formação humana, ainda é bastante limitado. No Brasil existem somente algumas instituições que possibilitam o acesso a esses locais através de projetos desenvolvidos por iniciativas pública, privada ou do terceiro setor. Em nossa realidade, diferentes instituições têm construído e organizado esses espaços, e especialmente em hospitais o número de ações aumentam a cada dia, com o intuito de humanizar o atendimento, centrando o serviço no sujeitos. Nessa perspectiva, o ambiente hospitalar pode ser um espaço para o encontro espontâneo com o outro e consigo mesmo, onde seja possível descobrir atividades e relações de lazer que possam trazer-lhes satisfação e prazer. Também como um instrumento legal para consolidação deste espaço, foi aprovada a lei nº. 11.104, em 2005, que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas em unidades de saúde que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação. Porém ao se pensar nesta “nova prática” dentro destas unidades, percebe-se a restrita ação efetiva destes em amenizar momentos dolorosos das crianças. O presente trabalho tem como objetivo conhecer e analisar a realidade das brinquedotecas nas Unidades Hospitalares da rede pública da cidade de Belo Horizonte - MG, tendo em vista identificar os profissionais que desenvolvem as ações, a forma do trabalho desenvolvido e suas concepções, a aplicação de recursos e suas relações com o campo de intervenção do lazer. Como metodologia, o trabalho combina a pesquisa bibliográfica com a pesquisa documental e de campo. Na pesquisa bibliográfica, a revisão de literatura está sendo construída a partir do levantamento de referências por meio dos bancos de teses virtuais com palavras chaves, tais como: brinquedotecas, crianças hospitalizadas, humanização, lazer e outras afins. Num segundo momento, a pesquisa documental se dará por meio da solicitação aos dirigentes ou coordenadores documentos referentes a estes espaços. Em consequência a pesquisa de campo será realizada a partir da técnica de entrevistas semi-estruturadas com estes mesmos coordenadores, bem como por observações das ações realizadas nas brinquedotecas selecionadas. Os dados serão analisados com base na análise de conteúdo, considerando as 3 etapas propostas por Triviños (1987): pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial. O levantamento bibliográfico realizado até o momento demonstra uma escassez na bibliográfica relacionada à temática, bem como uma difusão restrita e funcionalista da idéia de brinquedoteca.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brinquedoteca. Hospitais. Lazer.

---

<sup>85</sup> Mestranda em Lazer/UFMG. Endereço Eletrônico: tonia\_mol@yahoo.com.br

<sup>86</sup> Orientador/UFMG. CELAR - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG - Av. Pres. Carlos Luz 4664 - Pampulha CEP: 31.310-250 - Belo Horizonte – MG. Tel. (31) 3409-2335 - Fax: (31) 3409-2304. Endereço Eletrônico: helderisayama@yahoo.com.br.

## LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO SOBRE O FUTEBOL NAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DE 1980 A 2007

*Luiz Gustavo Nicácio  
Priscila Augusta Ferreira Campos  
Marcos de Abreu Melo  
Rodrigo Martins Cruz  
Silvio Ricardo da Silva*

Este trabalho, realizado numa parceria entre a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL) e o Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas (GEFuT), tem por objetivo apresentar os dados da pesquisa intitulada “Levantamento da produção acadêmica acerca do futebol nas ciências humanas e sociais” que reuniu os trabalhos sobre futebol publicados no período de 1980 a 2007. Ao final da pesquisa foi elaborada uma bibliografia organizada na forma de CD-Rom. A opção por iniciar no referido período se deu por ser a década de 1980, o momento histórico no qual se iniciam os trabalhos acadêmicos sobre futebol com um olhar sócio-antropológico, entendendo esse esporte como um fenômeno social próprio de determinadas culturas. Cabe destacar que o processo de redemocratização na sociedade brasileira iniciado no final da década de 1970 foi propício para que outros vieses epistemológicos estivessem presentes na nossa produção científica. Esse foi o caso dos estudos sobre futebol. Como fonte de pesquisa para teses e dissertações, utilizamos três bancos de dados virtuais; para artigos 26 periódicos e anais de um evento e para livros cinco bibliotecas de universidades brasileiras estando todos dentro dos parâmetros de busca por nós exigidos. De posse de todo o material, alocamos os trabalhos em 19 categorias de acordo com o conteúdo de cada produção. Foram encontradas 626 obras, sendo 258 teses e dissertações, 235 livros e 133 artigos. O total foi distribuído em relação ao quadriênio de publicação, tendo sido o quadriênio de 2004 a 2007 o que mais apresentou publicações, 31,31 % do total, contrastando com o de 1984 a 1987 com menos obras, 2,08 %. Dentro da categorização realizada a categoria Outros Temas foi a que teve mais obras inseridas, 18,21%, ressalta-se que nesta categoria estão contidos os trabalhos não alocados nas demais categorias, fosse por inviabilidade do acesso ao conteúdo de seu resumo ou trabalho completo, fosse por falta de consenso entre os avaliadores na determinação de dada categoria. Como segunda categoria em número de obras, encontra-se identidade com 13,42% do total. Omitindo as categorias ilustração, resenha de livro e enciclopédia, por serem aplicáveis exclusivamente a um dos tipos de obras, a categoria política foi a com menor produção, 1,92%. Em relação ao sexo dos autores observa-se um predomínio do masculino com 81,15%, seguido pelo feminino com 13,58%, tendo 5,27% do total foram produzidos por mais de um autor sendo ao menos um de cada sexo. Entendemos que este banco de dados poderá contribuir para a futura produção acadêmica sobre o futebol.

**PALAVRAS-CHAVE:** Futebol. Bibliografia.

## EDUCAÇÃO PARA O LAZER, EDUCAÇÃO PARA O TORCER: A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA EDUCAÇÃO DO TORCEDOR PARA A COPA DE 2014

*Felipe Vinícius de Paula Abrantes  
Silvio Ricardo da Silva<sup>87</sup>*

O futebol configura-se como o fenômeno socio-cultural que possui uma grande repercussão dentro da sociedade brasileira, este esporte também possibilita uma série de estudos nas mais diferentes matizes e campos de estudos. Atualmente o futebol vem sendo analisado de forma bastante interessante dentro do campo das ciências humanas e sociais, dentre elas nos estudos sobre lazer. O que entendemos ser de extrema importância para o maior entendimento deste esporte, proposições de solução de problemas inerentes a ele a partir de políticas públicas, visto que, configura-se como um fenômeno cultural, traz consigo uma série de tensões principalmente de cunho político e social. Dentro desta perspectiva vemos como parte deste processo o aprofundamento da discussão a respeito da mídia e as influências que ela exerce no comportamento de uma determinada parcela da população, os frequentadores de estádios. A educação do torcedor tem um papel importante visto que o futebol mundial vem adotando algumas medidas para que ele se enquadre num modelo pré-determinado de comportamento, principalmente em uma Copa do Mundo. O futebol brasileiro segue esta tendência e podemos observar algumas medidas adotadas pelo Estado (políticas públicas e leis), como o Estatuto de Defesa do Torcedor. Existem, porém, algumas medidas que fogem do controle e da intervenção direta do poder público, como a mídia, não que ele (o Estado) não exerça nenhum tipo de influência, no entanto não é um emissor. A Internet enquadra-se como um dos grandes meios de comunicação de massa da atualidade. Devemos reconhecer, entretanto, que a relação de poder existente entre os veículos da mídia digital interfere nos impactos que este veículo poderá alcançar. Neste caso a forma de demonstração deste poder seria a capacidade de uma determinada mídia digital em influenciar na “educação para o torcer”. O objetivo central deste trabalho é de analisar o conteúdo veiculado pela mídia digital (sites: jornal O Globo, jornal Folha de São Paulo e jornal Estado de Minas) acerca do evento Copa de 2014 que terá o Brasil como país sede e de que modo estas publicações interferem na educação do torcedor para este evento. Para isso a metodologia utilizada será a de análise de conteúdo das reportagens vinculadas que tenham como tema a Copa de 2014. Dentro do período de um ano o intuito é fazermos a coleta, o registro e a análise dos conteúdos vinculados pelos sites dos três jornais. Primeiramente coletar todas as notícias que tenham como assunto a Copa de 2014, registrando neste momento quais delas se encaixam no objetivo traçado no projeto da pesquisa. Após este processo fazer uma análise qualitativa de conteúdo das reportagens que foram selecionadas anteriormente. E uma análise quantitativa do universo total de reportagens.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação para o lazer. Mídia. Copa de 2014.

---

<sup>87</sup> UFMG.

**TORCEDORES DAS CADEIRAS ESPECIAS:  
A INFLUÊNCIA DE DIFERENTES VARIÁVEIS NA ESCOLHA POR ESTE SETOR DO  
MINEIRÃO NOS JOGOS DO CRUZEIRO ESPORTE CLUBE**

*Sílvio Ricardo da Silva<sup>88</sup>  
Letícia Morais de França Oliveira<sup>89</sup>*

O campo do lazer está ganhando cada vez mais relevância nos estudos das ciências humanas. Dentre as diversas temáticas pesquisadas no Brasil, aquelas que versam sobre o futebol destacam-se pela importância desse fenômeno no cotidiano do povo brasileiro. Não só por meio dos pés, é possível vivenciar o futebol com todo o corpo. Praticando o jogo ou assistindo à prática alheia, as pessoas atribuem a esse esporte um status elevado nas suas vidas. Até mesmo àqueles que dizem não gostar de futebol, utilizam no seu dia a dia inúmeras expressões cunhadas no meio futebolístico. Alicerçados pela produção do GEFuT – Grupo de Estudos sobre Futebol e Torcidas e pela discussão desenvolvida no Programa de Educação Tutorial (PET) – Educação Física e Lazer, escolhemos pesquisar o universo do torcer. Este trabalho pretende, portanto, apresentar o projeto de uma pesquisa que tem como objetivo principal compreender a escolha dos torcedores pelo setor das cadeiras especiais do Estádio Governador Magalhães Pinto (Mineirão) para acompanharem os jogos do Cruzeiro Esporte Clube. Optamos por estes torcedores uma vez que partimos da premissa de que a escolha por um determinado setor do estádio não se dá de maneira aleatória e diz muito sobre a maneira como cada torcedor vivencia o seu pertencimento clubístico e pela ausência de trabalhos que se debruçam sobre esse tema. Além disso, também objetivamos caracterizar sociologicamente tais torcedores. É válido ressaltar que a idéia para esse projeto surgiu a partir de uma pesquisa realizada durante a disciplina Futebol e Cultura, ministrada como optativa pelo professor Sílvio Ricardo da Silva no curso de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais. Com o intuito de atingir os objetivos propostos neste projeto, escolhemos a pesquisa do tipo participante, pois segundo Gomes e Amaral (2005) tal pesquisa nos permite fazer parte do contexto vivenciado pelos sujeitos que desejamos estudar. Dessa forma, estabelecemos relações comunicativas com as pessoas a fim de interagir melhor com o grupo. Serão utilizados como instrumentos nesse estudo questionários e entrevistas com os torcedores do Cruzeiro que estiverem assistindo aos jogos nas Cadeiras Especiais do Mineirão durante os Campeonatos Mineiro e Brasileiro de 2009.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Futebol. Torcida.

---

<sup>88</sup> EEFfTO/UFMG.

<sup>89</sup> Licencianda em Educação Física/UFMG.

## **LAZER EM CRUZEIROS MARÍTIMOS: O PONTO DE VISTA DOS PASSAGEIROS**

*Olivia Cristina Ferreira Ribeiro*

O aumento crescente de navios de cruzeiros marítimos na costa brasileira possibilita diversas opções de lazer aos turistas. O número de navios, de passageiros e de portos de escalas no Brasil tem tido um aumento significativo a cada temporada de verão, maior que a média mundial segundo dados das associações da área. Contudo, este contexto não vem sendo acompanhado de estudos científicos aprofundados nesta área. Assim, objetivo desta pesquisa é apontar como os passageiros avaliam os cruzeiros marítimos enquanto opção de lazer. Tem o propósito de traçar a opinião dos passageiros sobre os diversos espaços do navio, a programação de lazer a bordo, as excursões oferecidas nas paradas, assim como a atuação dos profissionais do lazer dos cruzeiros. A pesquisa bibliográfica foi realizada e está sendo realizada, ainda, uma pesquisa descritiva com quinze passageiros que realizaram cruzeiros na última temporada de verão na costa brasileira. Os dados das entrevistas serão analisados pela análise de conteúdo e será apresentada no seminário. Os resultados poderão auxiliar as empresas, os animadores e chefes da animação de cruzeiros a melhorar os serviços de lazer oferecidos nestes locais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Cruzeiros marítimos.

## **ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO LAZER: OS ANIMADORES DE HOTÉIS EM QUESTÃO**

*Olivia Cristina Ferreira Ribeiro*

Os hotéis tem sido um dos campos de atuação no lazer que tem crescido significativamente no país. Isto se deve ao incremento na quantidade e qualidade dos empreendimentos hoteleiros instalados no Brasil, como por exemplo, os hotéis na região norte e os *resorts* no nordeste. São poucos e recentes os estudos que analisam o lazer no setor hoteleiro. Tendo em vista este panorama, o objetivo deste estudo é discutir a atuação profissional de animadores em hotéis de lazer. O estudo buscará responder algumas questões em relação ao cotidiano do trabalho de animadores em hotéis: de que forma é planejada a programação de lazer, quais são os critérios utilizados? A avaliação com os hóspedes é realizada? Os espaços e materiais oferecidos pelos hotéis são suficientes? Quais as principais dificuldades encontradas na atuação no lazer? Uma pesquisa bibliográfica está sendo realizada. Também será realizada uma pesquisa descritiva. Nesta pesquisa qualitativa, quinze animadores serão entrevistados. Os dados serão analisados por meio da análise de conteúdo e serão apresentados no seminário.

**PALAVRAS-CHAVE:** Lazer. Atuação profissional. Animadores.